

INDICE

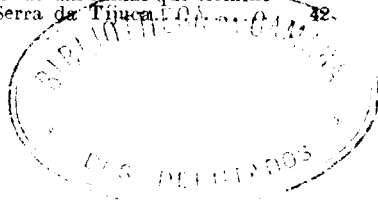
DOS

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

DE

1886

	Pags.
N. 9544.— AGRICULTURA.— Decreto de 2 de Janeiro de 1886. — Concede autorização a Luiz Ribeiro e Duarte de Abreu Guimarães para organizarem uma companhia anonyma sob a denominação — Locadora e de Consumo Economico.....	1
N. 9545.— AGRICULTURA.— Decreto de 9 de Janeiro de 1886. — Approva as clausulas para a renovação dos contratos celebrados com a Companhia Nacional de Navegação a Vapor.....	7
N. 9546.— AGRICULTURA.— Decreto de 9 de Janeiro de 1886. — Declara insubsistente a clausula 30 ^a das que haxaram com o Decreto n. 8860 de 27 de Janeiro de 1883, afim de que tenha vigor o que foi pactuado com a Provincia de Minas Geraes pela Companhia da estrada de ferro Leopoldina relativamente á reversão do prolongamento da mesma estrada de S. Geraldo a Itabira de Matto Dentro.....	9
N. 9547.— AGRICULTURA.— Decreto de 16 de Janeiro de 1886. — Concede autorização á Companhia Lavoura, Industria e Colonisação para se organizar.....	11
N. 9548.— FAZENDA.— Decreto de 16 de Janeiro de 1886.— Designa a ordem em que devem ser extrahidas as loterias no anno de 1886.....	18
N. 9549.— JUSTIÇA.— Decreto de 23 de Janeiro de 1886.— Manda observar o Regulamento para a execução da Lei n. 3272 de 5 de Outubro de 1885, que alterou diversas disposições referentes ás execuções civis e commerciaes.....	21
N. 9550.— AGRICULTURA.— Decreto de 23 de Janeiro de 1886. — Concede á Companhia da estrada de ferro do Norte privilegio para a construcção de um ramal que termine no Alto da Boa Vista, na Serra da Tijuca.....	22

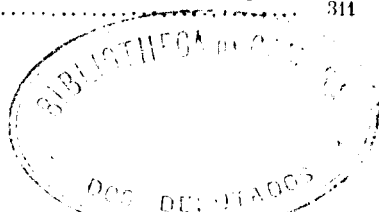


	Pág.
N. 9551.— AGRICULTURA.— Decreto de 23 de Janeiro de 1886. — Concede permissão à Companhia Agrícola e Colonizadora de Vassouras, para funcionar no Imperio.....	40
N. 9552.— AGRICULTURA.— Decreto de 23 de Janeiro de 1886. — Concede autorização à Companhia « Engenho central de Santa Rosa » para se organizar.....	50
N. 9553.— IMPERIO.— Decreto de 30 de Janeiro de 1886.— Providencia sobre a revisão annual do quadro dos Professores adjuntos.....	56
N. 9554.— IMPERIO.— Decreto de 3 de Fevereiro de 1886.— Reorganiza o serviço sanitario do Imperio.....	57
N. 9555.— IMPERIO.— Decreto de 6 de Fevereiro de 1886.— Confirma a deliberação da Mesa e Junta da Santa Casa da Misericórdia creando um cofre de dozes para as expostas.....	103
N. 9556.— AGRICULTURA.— Decreto de 6 de Fevereiro de 1886.— Renova a concessão feita ao Dr. Jorge Scarborough Barnsley para lavrar ouro no municipio de Rapetininga, da Provincia de S. Paulo.....	103
N. 9557.— AGRICULTURA.— Decreto de 6 de Fevereiro de 1886.— Concede permissão a Manoel Joaquim Borges de Lima para explorar guano, phosphato de cal e outras substancias mineraes, desde a ilha de Marajó até o cabo de Santo Agostinho.....	104
N. 9558.— AGRICULTURA.— Decreto de 13 de Fevereiro de 1886.— Renova a concessão feita a Ignacio Dias Paes Leme para explorar mineraes na Provincia de Goyaz.....	105
N. 9559.— FAZENDA.— Decreto de 20 de Fevereiro de 1886.— Altera as taxas de armazenagem das mercadorias depositadas nos armazens das Alfandegas e Mesas de rendas, e dá outras providencias.....	106
N. 9560.— IMPERIO.— Decreto de 27 de Fevereiro de 1886.— Concede a José Leite da Cunha Bastos ou à empresa que fór por elle organizada os favores da lei, relativamente aos edificios qu. construir para habitação de operarios e classes pobres.....	107
N. 9561.— AGRICULTURA.— Decreto de 27 de Fevereiro de 1886.— Approva os planos de revisão dos estudos apresentados pela <i>Cerro Harbour Corporation, Limited</i> para a construcção da nova Alfandega e melhoramento do porto do Ceará, e fixa em 2.500:000\$ o capital necessario para a execução das mesmas obras.....	107
N. 9562.— AGRICULTURA.— Decreto de 27 de Fevereiro de 1886.— Declara sem effeito a concessão a que se refere o Decreto n. 9345 de 24 de Dezembro de 1881, para construcção da estrada de ferro de Bagé a Cacaquy, na Provincia do Rio Grande do Sul.....	110
N. 9563.— ESTRANGEIROS.— Decreto de 6 de Março de 1886.— Promulga o Tratado para o reconhecimento dos rios Pepiri-guaçu e Santo Antonio, Chapecó ou Pequiri-guaçu, e Chopim ou Santo Antonio-guaçu e do territorio que os separa, e está em litigio entre o Brazil e a Republica Argentina.....	111

	Pags.
N. 9561.— AGRICULTURA.— Decreto de 6 de Março de 1886. — Declara caduca a concessão dos engenhos de Serinhaem, Ipojuca, Pilar, Maroim e Camaragibe, feita à Companhia <i>North Brazilian Sugar Factories, Limited</i> .	122
N. 9565.— AGRICULTURA.— Decreto de 6 de Março de 1886. — Altera o tracado da 3ª secção da ferro-via Caran- gola, approved pelo Decreto n. 9496 de 12 de Setembro de 1885, no trecho comprehendido entre os kilometros 6 e 26.	123
N. 9566.— AGRICULTURA.— Decreto de 6 de Março de 1886. — Proroga por mais seis mezes o prazo a que se refere o Decreto n. 9435 de 6 de Junho de 1885, para a im- mersão do cabo submarino que a <i>D. Pedro II Ameri- can Telegraph and Cable Company</i> obrigou-se a esta- belecer entre o Imperio do Brazil e os Estados-Unidos...	124
N. 9567.— AGRICULTURA.— Decreto de 13 de Março de 1886. — Concede à Companhia Ferro-carril de Cachamby am- pliação da concessão feita pelo Decreto n. 7093 de 30 de Novembro de 1878 para prolongamento da linha que vai á praça Marquez do Herval até á rua de Todos os Santos e autoriza a construcção de um novo ramal para a rua da Serra do Mathews.	125
N. 9568.— ESTRANGEIROS.— Decreto de 13 de Março de 1886.— Promulga os actos additionaes á Convenção postal universal do 1º de Junho de 1878 e ao respectivo regulamento concluidos em Lisboa a 21 de Março de 1885.	126
N. 9569.— AGRICULTURA.— Decreto de 20 de Março de 1886. — Declara sem effeito a concessão feita ao Commen- dador Joaquim Antonio Fernandes Pinheiro para o ar- razamento dos morros do Castello e de Santo Antonio.	127
N. 9570.— AGRICULTURA.— Decreto de 20 de Março de 1886. — Concede permissão ao Engenheiro Antão Gonçalves de Faria e Luiz Leseigneur para explorarem veios auríferos no 2º districto do municipio de S. Sepé, Pro- vincia do Rio Grande do Sul.	128
N. 9571.— FAZENDA.— Decreto de 20 de Março de 1886.— Abre ao Ministerio da Fazenda um credito supplementar da quantia de 3 619:278\$484 para as verbas 24ª, 26ª, 27ª e 28ª do art. 8º da Lei n. 3230 de 3 de Setembro de 1884 relativa ao exercicio de 1884-1885.	129
N. 9572.— AGRICULTURA.— Decreto de 27 de Março de 1886. — Approva os estudos definitivos e orçamento apresen- tados para a construcção da segunda secção do ramal de Frapemirim.	130
N. 9573.— AGRICULTURA.— Decreto de 27 de Março de 1886. — Declara sem effeito a concessão do Decreto n. 8300 de 16 de Dezembro de 1882 que autorizou as obras de melho- ramento do porto de Santos.	131
N. 9574.— AGRICULTURA.— Decreto de 27 de Março de 1886. — Declara sem effeito a concessão constante do Decreto n. 8343 de 17 de Dezembro de 1881 para a construcção da estrada de ferro de Cacqui a Trugayana.	132

	Pags.
N. 9575.— AGRICULTURA.— Decreto de 3 de Abril de 1886. — Proroga o prazo concedido por Decreto n. 9354 de 10 de Janeiro de 1885 para a lavra de minas de ferro e outros mineraes ás margens dos rios Jacupyranguinha e Turvo, na Provincia de S. Paulo.....	192
N. 9576.— AGRICULTURA.— Decreto de 10 de Abril de 1886. — Approva as instrucções regulamentares e tarifas para a estrada de ferro de Maceió á Imperatriz.....	193
N. 9577.— AGRICULTURA.— Decreto de 10 de Abril de 1886. — Concede permissão ao Dr. João Raymundo Pereira da Silva para extrahir guano e phosphato de cal na ilha Cagarra ou dos Passarinhos.....	251
N. 9578.— AGRICULTURA.— Decreto de 10 de Abril de 1886. — Approva modificações feitas no tracado já adoptado da estrada de ferro do Norte.....	252
N. 9579.— MARINHA.— Decreto de 10 de Abril de 1886.— Manda pôr em execução as novas tabellas para a distribuição das rações diarias aos officinaes e guarnições dos navios da Armada e praças dos corpos de Marinha e das Escolas de aprendizes marinheiros, e de dietas a bordo, nos hospitales e enfermarias de Marinha.....	253
N. 9580.— GUERRA.— Decreto de 10 de Abril de 1886.— Altera algumas disposições do Regulamento para a Fabrica de Polvora da Estrella, approved pelo Decreto n. 9368 de 31 de Janeiro de 1885.....	256
N. 9581.— FAZENDA.— Decreto de 17 de Abril de 1886.— Autoriza a conversão das apolices da divida publica de juros de 6 % emitidas em virtude da Lei de 15 de Novembro de 1827.....	256
N. 9582.— AGRICULTURA.— Decreto de 17 de Abril de 1886. — Proroga o prazo para conclusão das obras da estrada de ferro de Quaraim a Itaqui, approva a revisão de seus estudos e respectivo organimento, e altera o Decreto n. 8312 de 19 de Novembro de 1881.....	259
N. 9583.— ESTRANGEIROS.— Decreto de 17 de Abril de 1886. — Abre ao Ministerio dos Negocios Estrangeiros o credito supplementar de 50:5788425 para as despesas do paragrapho — Ajudas de custo — do corrente exercicio.....	260
N. 9584.— MARINHA.— Decreto de 21 de Abril de 1886.— Eleva a quatro mezes o prazo para a vistoria das barcas a vapor do commercio.....	265
N. 9585.— AGRICULTURA.— Decreto de 24 de Abril de 1886. — Approva a planta apresentada pela Companhia da estrada de ferro de Santos a Jundiahy para augmentar seu armazem de cargas em Santos.....	265
N. 9586.— AGRICULTURA.— Decreto de 24 de Abril de 1886. — Proroga por dois annos o prazo estipulado no Decreto n. 7698 de 3 de Maio de 1880, para conclusão da estrada de ferro Rural Bananalense.....	266
N. 9587.— AGRICULTURA.— Decreto de 24 de Abril de 1886. — Proroga por dois mezes o prazo marcado na clausula 3 ^a das annexas ao Decreto n. 9561 de 27 de Fevereiro	

	Pags.
de 1886, para que tenham pleno andamento as obras do porto da Fortaleza, no Ceará.....	266
N. 9583.— AGRICULTURA.— Decreto de 24 de Abril de 1886. — Concede permissão a Carlos Alexandre Steel e Heitor Raulenacker Grunewald para explorarem mineraes na Provincia de S. Paulo.....	267
N. 9589.— AGRICULTURA.— Decreto de 21 de Abril de 1886. — Concede permissão a G. Gehlen & C. ^a para explorarem mineraes na Provincia do Rio de Janeiro.....	268
N. 9590.— AGRICULTURA.— Decreto de 24 de Abril de 1886. — Autoriza a innovação do contrato celebrado com a Companhia Brasileira de navegação a vapor.....	270
N. 9591.— AGRICULTURA.— Decreto de 1 de Maio de 1886. — Approva a variante proposta para o traçado do ramal do Jahu, da Companhia estrada de ferro Rio Claro.....	271
N. 9592.— IMPERIO.— Decreto de 1 de Maio de 1886.— Declara que continuarão a ser vagos os exames finais dos alumnos da Escola de minas e dá outras providencias.....	271
N. 9593.— FAZENDA.— Decreto de 7 de Maio de 1886.— Manda cobrar, para o fundo de emancipação, a taxa de 5 % adicionaes a todos os impostos geraes, excepto os de exportação.....	272
N. 9594.— AGRICULTURA.— Decreto de 8 de Maio de 1886. — Autoriza a Companhia de seguros maritimos — Alliance — a funcionar no Imperio.....	273
N. 9595.— AGRICULTURA.— Decreto de 8 de Maio de 1886. — Concede permissão a Collatino Marques de Souza para explorar amiantho na Provincia de Minas Geraes.....	297
N. 9596.— AGRICULTURA.— Decreto de 15 de Maio de 1886. — Concede permissão a Francisco Lucas de Oliveira para lavar carvão de pedra e outros mineraes na Provincia do Rio Grande do Sul.....	299
N. 9597.— AGRICULTURA.— Decreto de 5 de Junho de 1886. — Approva, nos termos do art. 9º do Decreto n. 353 de 12 de Julho de 1845, os planos das obras projectadas pela Companhia Ferro-carril Villa Izabel com referencia ao predio da rua de S. Francisco de Assis n. 2, canto da de Uruguayana, para o alargamento das mesmas ruas....	304
N. 9598.— AGRICULTURA.— Decreto de 5 de Junho de 1886. — Concede autorização a Companhia engenho central de Macahé para se organizar.....	304
N. 9599.— AGRICULTURA.— Decreto de 5 de Junho de 1886. — Proroga por mais um anno o prazo concedido pelo Decreto n. 9401 de 21 de Março de 1885 para a conclusão das obras da estrada de ferro do Norte.....	311
N. 9600.— AGRICULTURA.— Decreto de 5 de Junho de 1886. — Concede permissão a Jacintho Christiano de Medeiros para explorar minas de ferro na Provincia do Espirito Santo.....	311



	Pags.
N. 9602 (*).— AGRICULTURA.— Decreto de 12 de Junho de 1886.— Approva o Regulamento para a execução dos arts. 3º e 4º da Lei n. 3270 de 28 de Setembro de 1885..	313
N. 9603.— AGRICULTURA.— Decreto de 12 de Junho de 1886.— Concede permissão a Roberto Normanton e Gabriel Dias da Silva para explorarem carvão de pedra e outros mineraes na Provincia de S. Paulo.....	323
N. 9604.— AGRICULTURA.— Decreto de 19 de Junho de 1886.— Declara caduca a concessão feita pelo Decreto n. 9066, de 24 de Novembro de 1883, para o estabelecimento de dous engenhos centraes.....	324
N. 9605.— AGRICULTURA.— Decreto de 19 de Junho de 1886.— Declara caduca a concessão feita pelo Decreto n. 9393, de 7 de Março de 1885, para o estabelecimento de um engenho central.....	325
N. 9606.— AGRICULTURA.— Decreto de 19 de Junho de 1886.— Declara caduca a concessão feita pelo Decreto n. 9366, de 24 de Janeiro de 1885, para o estabelecimento de um engenho central.....	326
N. 9607.— AGRICULTURA.— Decreto de 19 de Junho de 1886.— Declara caduca a concessão feita pelo Decreto n. 9380, de 14 de Fevereiro de 1885, para o estabelecimento de um engenho central.....	326
N. 9608.— AGRICULTURA.— Decreto de 19 de Junho de 1886.— Declara caduca a concessão feita, revalidada e prorogada pelos Decretos n. 9020 de 22 de Setembro de 1883, 9130 de 1 de Fevereiro de 1884 e 9126 de 28 de Abril de 1885, para o estabelecimento de seis engenhos centraes..	327
N. 9609.— AGRICULTURA.— Decreto de 22 de Junho de 1886.— Concede autorização á Sociedade Anonyma do Gaz do Rio de Janeiro para funcionar no Imperio.....	328
N. 9610.— AGRICULTURA.— Decreto de 26 de Junho de 1886.— Concede autorização á Companhia engenho central de Capivary, da Provincia de S. Paulo, para se organizar..	343
N. 9611.— MARINHA.— Decreto de 26 de Junho de 1886.— Reune em um só estabelecimento, sob a denominação de Escola Naval, a Escola de Marinha e o Collegio Naval.	357
N. 9612.— IMPERIO.— Decreto de 26 de Junho de 1886.— Approva os planos dos edificios que Jorge Miranda Filho tem de construir para habitação de operarios e classes pobres.....	382
N. 9613.— AGRICULTURA.— Decreto de 3 de Julho de 1886.— Declara sem effeito o Decreto n. 9321 de 18 de Novembro de 1884 sobre exploração de coraes e perolas....	382
N. 9614.— AGRICULTURA.— Decreto de 10 de Julho de 1886.— Concede permissão a D. Elmira Reverbel de Lima,	

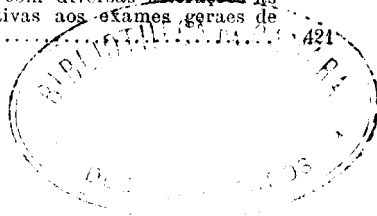
(*) Com o n. 9601 não houve acto.

	Pags.
viuva do Brigadeiro Manoel Lucas de Lima, para explorar carvão de pedra e outros mineraes na Provincia do Rio Grande do Sul.....	383
N. 9615.— AGRICULTURA.— Decreto de 17 de Julho de 1886. — Altera as clausulas 6 ^a , 22 ^a e 21 ^a das que baixaram com o Decreto n. 7730 de 14 de Junho de 1880, acerca de um elevador e carris de ferro no morro de Paula Mattos.	384
N. 9616.— AGRICULTURA.— Decreto de 17 de Julho de 1886. — Concede permissão a Augusto de Almeida Torres para explorar cobre e outros mineraes na Provincia da Bahia.....	385
N. 9617.— JUSTICA.— Decreto de 24 de Julho de 1886.— Eleva o numero de corretores de fundos publicos e de mercadorias da praça commercial de S. Salvador.....	387
N. 9618.— AGRICULTURA.— Decreto de 24 de Julho de 1886. — Prorroga o prazo estabelecido no Decreto n. 8251 de 3 de Setembro de 1881 para a lavra de mineraes na Provincia da Bahia.....	387
N. 9619.— AGRICULTURA.— Decreto de 24 de Julho de 1886. — Autoriza o Commendador Francisco Eugenio de Azevedo a transferir á Companhia Ferro-carril Villa Isabel a concessão da linha de viação urbana denominada — Ferro-carril Villa Guarany.....	388
N. 9620.— AGRICULTURA.— Decreto de 31 de Julho de 1886. — Approva os estudos definitivos do ramal da Tijuca a que refere-se o Decreto n. 9550 de 23 de Janeiro de 1886.....	388
N. 9621.— AGRICULTURA.— Decreto de 7 de Agosto de 1886. — Concede permissão ao Engenheiro civil Alberto José Pimentel Hargreaves para explorar carvão de pedra na Provincia de S. Paulo.....	389
N. 9622.— AGRICULTURA.— Decreto de 7 de Agosto de 1886. — Prorroga por mais tres mezes o prazo marcado na clausula 3 ^a das que acompanham o Decreto n. 9561 de 27 de Fevereiro do corrente anno para começo e pleno andamento das obras do porto da Fortaleza.....	390
N. 9623.— AGRICULTURA.— Decreto de 7 de Agosto de 1886. — Concede autorização á <i>The Lulgerwood Manufacturing Company, limited</i> , a funcionar no Imperio.....	391
N. 9624.— AGRICULTURA.— Decreto de 14 de Agosto de 1886. — Concede permissão a José Miani para explorar carvão de pedra e outros mineraes na Provincia do Rio de Janeiro.....	394
N. 9625.— AGRICULTURA.— Decreto de 14 de Agosto de 1886. — Autoriza a Companhia das Aguas do Grão-Pará para elevar o seu capital.....	396
N. 9626.— AGRICULTURA.— Decreto de 14 de Agosto de 1886. — Prorroga, por mais um anno, o prazo fixado na clausula 2 ^a do Decreto n. 6996 de 17 de Agosto de 1878.....	396
N. 9627.— AGRICULTURA.— Decreto de 14 de Agosto de 1886. — De provimento ao recurso interposto pela Companhia	

	Pags.
S. Christovão contra a concessão feita por Decreto n. 9513 de 24 de Outubro de 1885, para a Empresa Ferrocarril Villa Guarany estender seus trilhos pela praia de S. Christovão, ruas de Pau Ferro e Senador Alencar	397
N. 9629. (*) — FAZENDA. — Decreto de 21 de Agosto de 1886. — Faz extensivas á tarifa especial as disposições do Decreto n. 8944 de 15 de Maio de 1883.	397
N. 9630. — IMPERIO. — Decreto de 28 de Agosto de 1886. — Pro- roga a actual sessão da Assembléa Geral.	398
N. 9631. — AGRICULTURA. — Decreto de 28 de Agosto de 1886. — Suspende a garantia de juros de que é concessionaria a Companhia <i>Bahia Central Sugar Factories, limited</i> , para o estabelecimento de quatro engenhos centraes na Provincia da Bahia, sendo dous no municipio de Santo Amaro e dous nos da Cachoeira e de Cotegipe.	398
N. 9632. — AGRICULTURA. — Decreto de 28 de Agosto de 1886. — Declara caduca a concessão feita, pelo Decreto n. 8288 de 20 de Outubro de 1881, á Companhia <i>Central Sugar Factories of Brasil, limited</i> , da garantia de juros de 6% ao anno sobre o capital de 1.400:000\$, para o estabelecimento de dous engenhos centraes destinados ao fabrico de assucar de canna, nos municipios de Jabotão e Goyanna, na Provincia de Pernambuco.	399
N. 9633. — AGRICULTURA. — Decreto de 28 de Agosto de 1886. — Declara caducas as concessões feitas á Companhia <i>North Brazilian Sugar Factories, limited</i> , para o estabelecimento de sete engenhos centraes no municipio do Ceará-Mirim, Provincia do Rio Grande do Norte, de Itambé, de Nazareth e de Iguarassú, Provincia de Pernambuco, da Penha, Provincia das Alagoas, de Japaraíba e de S. Christovão, Provincia de Sergipe; suspende a garantia de juros concedida para o estabelecimento dos tres engenhos centraes nos municipios de S. José de Mipibú, Provincia do Rio Grande do Norte, de S. Lourenço da Matta e de Pau d'Alho, Provincia de Pernambuco; determina o prazo dentro do qual, sob pena de caducidade, devem ficar completamente acabados e funcionar estes tres ultimos engenhos centraes.	400
N. 9634. — AGRICULTURA. — Decreto de 28 de Agosto de 1886. — Concede á companhia que Julio Cesar de Berenguer Bittencourt Junior e Manoel Maria Bahiana organizarem para o estabelecimento de um engenho central, destinado ao fabrico de assucar de canna, no municipio de Santo Amaro, Provincia da Bahia, os favores mencionados nos §§ 2º, 3º e 5º do art. 6º do Regulamento approved pelo Decreto n. 8357 de 24 de Dezembro de 1881.	401
N. 9635. — AGRICULTURA. — Decreto de 28 de Agosto de 1886. — Autoriza a Companhia <i>Rio de Janeiro City Improve-</i>	

(*) Com o n. 9628 não houve acto.

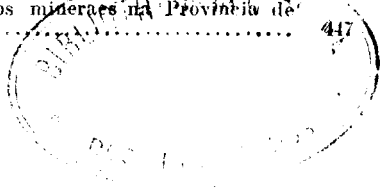
	Pags.
ments a construir uma casa de machinas na rua do Visconde de Itaipua	401
N. 9636.— AGRICULTURA.— Decreto de 4 de Setembro de 1886.— Concede á Companhia Leopoldina o prolongamento de seu ramal ferreo do Sumidouro e approva os respectivos estudos.....	402
N. 9637.— FAZENDA.— Decreto de 4 de Setembro de 1886.— Autoriza o <i>London and Brazilian Bank, limited</i> , a estabelecer uma caixa filial na cidade de Pelotas, Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul.....	402
N. 9638.— AGRICULTURA.— Decreto de 4 de Setembro de 1886.— Approva a reforma dos estatutos da Companhia engenho central Aracaty.....	403
N. 9639.— IMPERIO.— Decreto de 11 de Setembro de 1886.— Prorroga novamente a actual sessão da Assembléa Geral.....	409
N. 9640.— AGRICULTURA.— Decreto de 11 de Setembro de 1886.— Suspende a garantia de juros de 6 % ao anno, sobre o capital de 1.200:000\$, de que é concessionaria a Companhia engenhos centraes das Provincias da Parahyba do Norte e Sergipe.....	409
N. 9641.— AGRICULTURA.— Decreto de 18 de Setembro de 1886.— Declara sem effeito o Decreto n. 7706 de 11 de Maio de 1880 que concedeu permissoão a Custodio Francisco de Oliveira para explorar mineraes na Provincia do Paraná.....	410
N. 9642.— AGRICULTURA.— Decreto de 18 de Setembro de 1886.— Declara sem effeito o Decreto n. 8683 de 23 de Setembro de 1882, que concedeu permissoão a Antonio Fernandes Corrêa para explorar mineraes na Provincia do Paraná.....	410
N. 9643.— IMPERIO.— Decreto de 22 de Setembro de 1886.— Prorroga novamente a actual sessão da Assembléa Geral..	411
N. 9644.— AGRICULTURA.— Decreto de 25 de Setembro de 1886.— Declara sem effeito o Decreto n. 9075 de 7 de Dezembro de 1883 que concedeu autorização á Companhia de seguros da Prussia para funcçãoar no Imperio	411
N. 9645.— AGRICULTURA.— Decreto de 25 de Setembro de 1886.— Concede autorização a Bernardino Rodrigues Barcellos para organizar uma companhia anonyma sob a denominação de Segurança Mutua.....	412
N. 9646.— AGRICULTURA.— Decreto de 25 de Setembro de 1886.— Prorroga por mais seis mezes o prazo do Decreto n. 9135 de 6 de Junho de 1885 para a immersão do cabo submarino que a <i>D. Pedro II American Telegraph and Cable Company</i> é obrigada a estabelecer entre o Brazil e os Estados-Unidos.....	421
N. 9647.— IMPERIO.— Decreto de 2 de Outubro de 1886.— Determina que se executem com diversas alterações as disposições em vigor relativas aos exames geraes de preparatorios	421



	Pags.
N. 9648.—IMPERIO.—Decreto de 2 de Outubro de 1886.—Proroga novamente a actual sessão da Assembléa Geral.....	424
N. 9649.—AGRICULTURA.—Decreto de 2 de Outubro de 1886.—Concede permissão a Antonio Joaquim Malheiros para colher herva-matte na Provincia de Mato Grosso.....	424
N. 9650.—AGRICULTURA.—Decreto de 2 de Outubro de 1886.—Concede permissão a Charles Albert Tisnès para explorar ouro e outros mineraes na Provincia do Paraná.....	426
N. 9651.—IMPERIO.—Decreto de 2 de Outubro de 1883.—Proroga os prazos a que se referem as clausulas 18 ^a e 21 ^a das que baixaram com o Decreto n. 9509 de 17 de Outubro de 1885.....	428
N. 9652.—AGRICULTURA.—Decreto de 2 de Outubro de 1886.—Renova e amplia a concessão feita a José Bernardo Teixeira para minerar na Provincia do Ceará.....	428
N. 9653.—AGRICULTURA.—Decreto de 2 de Outubro de 1886.—Concede permissão a Zeferino de Lemos para explorar coraes e perolas no littoral do Imperio.....	429
N. 9654.—IMPERIO.—Decreto de 11 de Outubro de 1886.—Proroga novamente a actual sessão da Assembléa Geral..	430
N. 9655.—AGRICULTURA.—Decreto de 11 de Outubro de 1886.—Autoriza a Companhia Ferro-carril do Jardim Botânico a assentar trilhos na rua do Senador Dantas.....	431
N. 9656.—AGRICULTURA.—Decreto de 11 de Outubro de 1886.—Proroga o prazo estabelecido no Decreto n. 9261 de 16 de Agosto de 1884 para explorar mineraes na Provincia do Paraná.....	432
N. 9657.—MARINHA.—Decreto de 11 de Outubro de 1886.—Rectifica incorrecções que se deram na publicação do Decreto n. 9614 de 26 de Junho de 1886.....	432
N. 9658.—AGRICULTURA.—Decreto de 11 de Outubro de 1886.—Declara sem effeito o Decreto n. 8249 de 3 de Setembro de 1884, que concedeu permissão ao finado Brigadeiro José Joaquim de Carvalho, hoje representado pela <i>Cabaçal Company, limited</i> , para lavrar mineraes na Provincia de Mato Grosso.....	433
N. 9659.—AGRICULTURA.—Decreto de 15 de Outubro de 1886.—Proroga o prazo concedido a Luiz Augusto de Magalhães e Candida Augusta de Araujo Guimarães para a medição e demarcação de datas mineraes na Provincia de Santa Catharina.....	433
N. 9660.—AGRICULTURA.—Decreto de 15 de Outubro de 1886.—Approva a alteração feita no traçado da terceira secção da estrada de ferro do Carangola, em virtude do accordo celebrado com a da Leopoldina, e determina que a renda do prolongamento do ramal do Itabapona seja discriminada da receita geral da linha e ramaes garantidos.....	434

Pags.

N. 9661.— AGRICULTURA.— Decreto de 16 de Outubro de 1886. — Proroga o prazo concedido a Zacarias Salcedo pelo Decreto n. 9383, de 21 de Fevereiro de 1885, para explo- rar mineraes na Provincia do Paraná.....	435
N. 9662.— AGRICULTURA.— Decreto de 16 de Outubro de 1886. — Declara caduca a concessão feita a José Negreiros de Almeida Sarinho para a construcção de uma estrada de ferro entre Santa Helena de Alcobaca, na Provincia do Pará, e a cidade da Boa Vista, na de Goyaz.....	435
N. 9663.— AGRICULTURA.— Decreto de 16 de Outubro de 1886. — Declara sem effeito o Decreto n. 8779, de 25 de No- vembro de 1882, que concedeu permissão a Manoel Joa- quim Borges de Lima e Augusto de Almeida Torres para explorarem ouro e outros mineraes na Provincia de Mato Grosso.....	436
N. 9664.— AGRICULTURA.— Decreto de 16 de Outubro de 1886. — Declara caduca a concessão feita à Companhia Tele- phonica do Brazil para assentamento de linhas telepho- nicas em diversas cidades do Imperio.....	437
N. 9665.— AGRICULTURA.— Decreto de 16 de Outubro de 1886. — Declara sem effeito o Decreto n. 9319 de 11 de Novem- bro de 1884, que concedeu a Joseph Alkain privilegio para estabelecer, por si ou por meio de uma companhia, uma linha de navegação a vapor no rio Pardo, Pro- vincia da Bahia.....	437
N. 9666.— AGRICULTURA.— Decreto de 16 de Outubro de 1886. — Declara sem effeito a concessão constante do Decreto n. 8586 de 10 de Junho de 1882 para a construcção da estrada de ferro comprehendida entre a bahia de S. Francisco e a villa do Rio Negro.....	438
N. 9667.— AGRICULTURA.— Decreto de 16 de Outubro de 1886.— Approva novas tabelas fixando o pessoal e os respectivos vencimentos para o serviço das estradas de ferro de Sobral, Baturité, Paulo Afonso, prolonga- mento do Recife a S. Francisco e do Recife a Ca- ruari.....	438
N. 9668.— AGRICULTURA.— Decreto de 16 de Outubro de 1886. — Concede dois annos para a construcção dos tres en- genhos centraes de que é cessionaria a <i>The London and Brazilian Sugar Company, Limited</i>	444
N. 9669.— AGRICULTURA.— Decreto de 16 de Outubro de 1886. — Proroga o prazo concedido a Augusto Rufino Fructuoso Gomes para explorar ouro e outros mineraes na Pro- vincia do Rio de Janeiro.....	445
N. 9670.— AGRICULTURA.— Decreto de 16 de Outubro de 1886. — Concede permissão a Zacarias de Paula Xavier para explorar cobre e outros mineraes na Provincia do Pa- raná.....	445
N. 9671.— AGRICULTURA.— Decreto de 16 de Outubro de 1886. — Concede permissão ao Dr. Jorge Scarborough Barnsley para lavrar ouro e outros mineraes na Provincia de S. Paulo.....	447

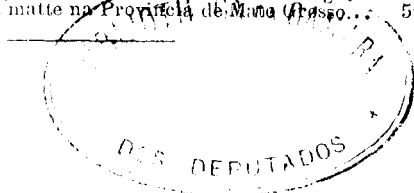


	Pags.
N. 9472.— AGRICULTURA.— Decreto de 16 de Outubro de 1886. — Concede permissão a Juvenal Malheiros de Souza Me- nezes e Francisco Lopes Chaves para explorarem ouro na Província de S. Paulo	451
N. 9673.— AGRICULTURA.— Decreto de 9 de Novembro de 1886. — Concede autorização a Eugénio Cornélio dos Santos e Victor Francisco Braga Mello para organizarem a Com- panhia — Melhoramentos urbanos de Nietheroy.....	453
N. 9674.— AGRICULTURA.— Decreto de 9 de Novembro de 1886.— Prorroga o prazo fixado para a conclusão dos engenhos contraes contratados pela Companhia <i>North Brazilian Sugar Factories, Limited</i> , nos municípios de S. Lourenço da Matta e Pau d'Alho, Província de Per- nambuco, de S. José de Mipibí, Província do Rio Grande do Norte; e restabelece as concessões feitas á mesma companhia para a fundação de dois enginhos centraes nos municípios de Ceará-Mirim, Província do Rio Grande do Norte, e de Nazareth, Província de Pernambuco; e fixa os prazos para começo e conclusão desses dois engenhos.....	460
N. 9676 (*).— MARINHA.— Decreto de 20 de Novembro de 1886. — Grã na cidade de Pelotas uma Delegacia da Capita- nania do Porto da Província do Rio Grande do Sul..	461
N. 9677.— AGRICULTURA.— Decreto de 20 de Novembro de 1886.— Concede á <i>The Itabó Marine Insurance Com- pany, Limited</i> , autorização para funcionar no Im- perio.....	462
N. 9678.— AGRICULTURA.— Decreto de 20 de Novembro de 1886.— Concede autorização á <i>Lion Fire Insurance Company, Limited</i> , para estabelecer uma agencia na cidade do Rio de Janeiro.....	481
N. 9679.— AGRICULTURA.— Decreto de 20 de Novembro de 1886.— Prorroga por um anno o prazo para organização da companhia, relativa ao estabelecimento de um en- genho central a que, por Decreto n. 9476 de 1 de Agosto de 1885, foram concedidos os favores menciona- dos nos §§ 2º, 3º e 5º do art. 6º do Regulamento appro- vado pelo Decreto n. 8357, de 21 de Dezembro de 1881.....	485
N. 9680.— AGRICULTURA.— Decreto de 20 de Novembro de 1886.— Approva as clausulas para o serviço da nave- gação por vapor nos rios Tocantins, Araguaia e Ver- melho.....	486
N. 9681.— IMPERIO.— Decreto de 27 de Novembro de 1886.— Explica a disposição do art. 3º do Decreto n. 9263 de 16 de Agosto de 1881, que alterou as dos Regulamentos do Montepio Geral de Economia dos Servidores do Es- tado.....	491

(*) Com o n. 9675 não houve acto.

Pags.

N. 9632.—IMPERIO.—Decreto de 29 de Novembro de 1886. — Abre ao Ministerio do Imperio um credito extraordinario de 500:000\$000.	492
N. 9683.—JUSTIÇA.—Decreto de 30 de Novembro de 1886.— Manda subsistir no anno de 1887 a designação feita no Decreto n. 9524 de 28 de Novembro de 1885 quanto á ordem em que os Juizes substitutos da Corte devem cooperar com os Juizes de Direito e substituir-se reci- procamente.	492
N. 9684.—JUSTIÇA.—Decreto de 30 de Novembro de 1886.— Manda subsistir no anno de 1887 a designação feita no Decreto n. 9523 de 28 de Novembro de 1885 quanto á ordem da substituição reciproca dos Juizes de Direito da Corte.	493
N. 9685.—AGRICULTURA.—Decreto de 4 de Dezembro de 1886.—Revoga o Decreto n. 9640 de 11 de Setembro de 1886 e fixa o prazo dentro do qual deverão estar con- cluidas todas as obras dos engenhos centrais das Pro- vincias da Parahyba do Norte e Sergipe.	493
N. 9686.—AGRICULTURA.—Decreto de 11 de Dezembro de 1886.—Transfere á Companhia das minas do Assuruá, as concessões feitas por Decretos ns. 2238 de 28 de Agosto de 1858 e 8251 de 3 de Setembro de 1881 á Companhia Metallurgica do Assuruá e a Antonio Fernandes da Costa Guimarães para lavrar ouro e outras mineraes na Provincia da Bahia.	494
N. 9687.—FAZENDA.—Decreto de 18 de Dezembro de 1886. — Approva o projecto de reforma dos estatutos do Banco de Credito Real de S. Paulo.	494
N. 9688.—AGRICULTURA.—Decreto de 24 de Dezembro de 1886.—Approva o novo Regulamento para a inspecção do serviço da illuminação da cidade do Rio de Janeiro.	501
N. 9689.—AGRICULTURA.—Decreto de 24 de Dezembro de 1886.—Não approva os estados preliminares apresen- tados pela <i>D. Pedro I Railway Company, limited</i> , e de- clara caduca a concessão feita á mesma companhia pelo Decreto n. 8842 de 13 de Janeiro de 1883.	508
N. 9690.—AGRICULTURA.—Decreto de 24 de Dezembro de 1886.—Declara sem effeito o Decreto n. 8769, de 18 de Novembro de 1882, que concedeu permissão a Tertu- liano de Araujo Góes para explorar mineraes na Pro- vincia de Minas Geraes.	510
N. 9691.—IMPERIO.—Decreto de 31 de Dezembro de 1886.— Proroga de novo os prazos a que se referem as clau- sulas 18ª e 21ª das que baixaram com o Decreto n. 9509 de 17 de Outubro de 1885.	511
N. 9692.—AGRICULTURA.—Decreto de 31 de Dezembro de 1886.—Approva os estatutos da Companhia Agricola e Colonisadora de Padua.	511
N. 9692 bis.—AGRICULTURA.—Decreto de 31 de Dezembro de 1886.—Proroga o prazo concedido á Thomaz Laranjeira para colher herva matte na Provincia de Mato Grosso.	515



ACTOS DO PODER EXECUTIVO

1886



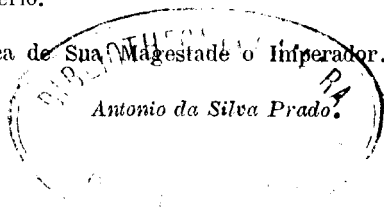
DECRETO N. 9544 — DE 2 DE JANEIRO DE 1886

Concede autorização a Luiz Ribeiro e Duarte do Abreu Guimarães para organizarem uma companhia anonyma sob a denominação — Locadora e de Consumo Economico.

Attendendo ao que requereram Luiz Ribeiro e Duarte do Abreu Guimarães, e de conformidade com a Minha Immediata Resolução de 12 de Dezembro do anno findo, tomada sobre parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, exarado em Consulta de 8 de Outubro ultimo, Hei por bem Conceder-lhes autorização para organizarem uma companhia anonyma sob a denominação — Locadora e de Consumo Economico — destinada a proporcionar ás classes menos abastadas generos de primeira necessidade, especialmente alimenticios, com a maior economia possivel, e facilitar a locação de criados para todos os serviços domesticos, mediante o projecto de estatutos que apresentaram e as modificações que com este baixam, assignadas por Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 2 de Janeiro de 1886, 65º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Antonio da Silva Prado.



**Clausulas a que se refere o Decreto
n. 9544 desta data**

I

Ao art. 37 accrescente-se — de conformidade com o que preceitua as posturas municipaes.

II

Fica eliminado o art. 39.

III

A companhia deve constituir-se nos termos do art. 132 do Regulamento n. 8821 de 30 de Dezembro de 1882.

IV

A mesma companhia não poderá funcceonar, sem que prove estar subscripto todo o capital e depositada a decima parte deste.

Palacio do Rio de Janeiro em 2 de Janeiro de 1886.— *Antonio da Silva Prado.*

**Estatutos da Companhia Locadora e de Consumo
Economico do Rio de Janeiro**

CAPITULO I

NOME, SÉDE, FINS, DURAÇÃO, DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO DA
COMPANHIA

Art. 1.º A sociedade anonyma organizada em virtude destes estatutos denominar-se-ha — Companhia Locadora e de Consumo Economico do Rio de Janeiro.

Art. 2.º A séde da companhia será no Rio de Janeiro.

Art. 3.º Os fins da companhia são :

(a) proporcionar ás classes pouco abastadas a maior economia possivel na aquisição de generos de primeira necessidade, com especialidade generos alimenticios ;

(b) fornecer, com as necessarias garantias, criados de ambos os sexos, aptos para todos os serviços domesticos.

Art. 4.º O prazo da duração da companhia será de 25 annos.

Art. 5.º No caso de perda da metade do capital social, a assembléa geral deliberará sobre a conveniencia da dissolução e liquidação da companhia.

Art. 6.º Deliberada a liquidação será ella feita amigavelmente nos terminos decretados pela assembléa geral, que nomeará os liquidantes, que serão os directores na falta de indicação da mesma assembléa.

Art. 7.º Nas instrucções expedidas pela assembléa geral para liquidação da companhia considerar-se-hão sempre comprehendidas as disposições dos arts. 88 a 95 do Regulamento approved pelo Decreto n. 8821 de 30 de Dezembro de 1882.

CAPITULO II

DO CAPITAL SOCIAL

Art. 8.º O capital da companhia será por emquanto de 25:000\$, podendo ser elevado a 100:000\$ logo que as necessidades da empresa o exigirem.

Art. 9.º O capital será representado por 250 acções de 100\$ cada uma.

Art. 10. As acções serão nominativas e as transferencias se farão no escriptorio da companhia, por meio de um termo lavrado no livro do registro.

Art. 11. O capital será realizado por meio de chamadas na razão de 10 % por acção, com intervallos de dias pelo menos e annunciadas nas folhas publicas com 10 dias de antecedencia.

Art. 12. A responsabilidade dos accionistas é limitada, na fórma da lei, ao valor das acções que subscreverem.

Art. 13. Aos accionistas que não fizerem suas entradas dentro do prazo fixado nos annuncios poderá a directoria impôr a pena de commisso, perdendo os mesmos accionistas o valor das entradas realizadas.

CAPITULO III

DA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

Art. 14. A companhia será administrada por dous directores, dos quaes um será o presidente e outro secretario, eleitos pela assembléa geral.

Art. 15. O mandato da directoria será por cinco annos ; mas seus membros poderão ser reeleitos.

Art. 16. No caso de morte, ou recusa de algum director, sua falta será supprida na fórma da lei.

Art. 17. Só podem fazer parte da directoria os accionistas que possuirem pelo menos 100 acções, as quaes ficarão constituidas em penhor ou caução para garantir a responsabilidade de sua gestão.

Art. 18. O cargo de membro da directoria, cujo impedimento exceder de tres mezes, será considerado vago, para o fim de proceder-se á substituição nos termos do art. 16.

Art. 19. Todo o pessoal da companhia, inclusive o guarda-livros e o thesoureiro, serão de nomeação da directoria.

Art. 20. A' directoria compete : nomear e demittir os diversos empregados ; rubricar os livros e talões ; velar pela regularidade das transacções da companhia ; convocar as assembléas geraes ordinarias e extraordinarias ; autorizar a compra e venda dos objectos necessarios ás transacções da companhia, fixar-lhes o lucro e fiscalisar ; expôr annualmente á assembléa geral o estado financeiro da sociedade e propôr as medidas que julgar convenientes ao seu engrandecimento ; formular os regulamentos e dar as normas para a boa ordem do serviço ; marcar provisoriamente os vencimentos que devem perceber os differentes empregados, cabendo á assembléa geral fixar-os definitivamente.

CAPITULO IV

DO CONSELHO FISCAL

Art. 21. O conselho fiscal será composto de tres membros eleitos pela assembléa geral em sessão ordinaria, d'entre os accionistas da companhia possuidores de 25, ou mais acções.

Art. 22. Incumbe ao conselho fiscal :

§ 1.º Examinar os negocios e as operações sociaes do anno que se seguir ao de sua nomeação, tomando por base deste exame o inventario, balanço e contas apresentadas pela directoria.

§ 2.º Apresentar á assembléa geral, na reunião ordinaria do anno seguinte, seu parecer sobre os negocios e operações sociaes effectuados durante o tempo de seu mandato.

§ 3.º Denunciar á mesma assembléa os erros, faltas e fraudes que descobrir, expondo com fidelidade a situação da companhia e suggerindo-lhe qualquer alvitre ou providencia, a bem de sua prosperidade.

Art. 23. O conselho fiscal poderá exigir da directoria, em qualquer tempo, a reunião extraordinaria da assembléa geral, para tomar conhecimento de algum facto grave e urgente ; si a directoria não o attender, fará elle a convocação, declarando nos annuncios o motivo.

CAPITULO V

DA ASSEMBLÉA GERAL

Art. 24. A directoria annunciará todos os annos, com antecedencia de 15 dias, o dia do mez de Abril em que dever-se-ha

effectuar a reunião ordinaria da assembléa geral para a leitura do relatório da directoria e parecer do conselho fiscal, o exame, discussão e deliberação sobre o inventario, balanço e contas annuaes da directoria.

Art. 25. Um mez antes do dia que fôr fixado para a reunião da assembléa geral ordinaria, a directoria depositará no cartorio do Escrivão do Juizo do Commercio, onde serão facultados a exame dos accionistas, os seguintes documentos:

1.º Cópia do inventario com a indicação dos valores dos bens sociaes, moveis, semoventes ou immoveis e, em synopse, a relação das dividas activas e passivas por classes e segundo a sua natureza ;

2.º Cópia da relação nominal dos accionistas com o numero de acções que possuirem, com declaração do valor realizado de cada um.

Dentro do mesmo prazo serão publicadas pela imprensa as transferencias das acções effectuadas durante o anno, o balanço mostrando em resumo a situação da companhia e o parecer do conselho fiscal.

Art. 26. Julgar-se-ha constituida a assembléa desde que esteja presente numero de accionistas que represente, pelo menos, a quarta parte do capital social.

Si na primeira reunião não se apresentar numero, será convocada nova reunião por meio de annuncios nos jornaes, declarando-se que a assembléa deliberará com qualquer numero de accionistas.

Art. 27. Tratando-se, porém, de approvação ou alteração de estatutos, de compra ou venda de bens de raiz, de contrahir empréstimos com ou sem hypotheca dos bens da companhia, a assembléa geral não poderá funcionar validamente, si não reunir accionistas que representem, pelo menos, dous terços do capital social, salvo si, na primeira e segunda reunião convocada nos termos do artigo precedente, não comparecer este numero e na terceira convocação declarar-se nos annuncios que a assembléa deliberará com qualquer numero de accionistas, que a ella comparecerem.

Art. 28. A assembléa geral reunir-se-ha extraordinariamente sempre que a directoria o julgar conveniente, ou fôr requerida a convocação por um numero de accionistas que represente, pelo menos, a decima parte do capital social realzado.

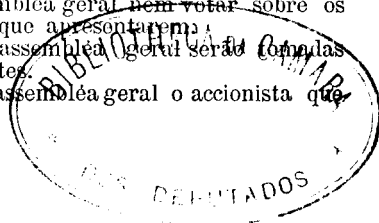
Nestas reuniões só se tratará do objecto da convocação.

Art. 29. A nomeação do presidente da assembléa geral far-se-ha por aclamação.

Art. 30. Nenhum dos membros da directoria ou do conselho fiscal, assim como nenhum empregado da companhia, poderá fazer parte da mesa da assembléa geral nem votar sobre os balanços, contas e inventarios que apresentarem.

Art. 31. As deliberações da assembléa geral serão tomadas pela maioria dos socios presentes.

Art. 32. Só poderá votar na assembléa geral o accionista que



possuir cinco ou mais acções e estas houverem-lhe sido transferidas ao menos 40 dias antes da reunião.

Art. 33. Cada serie de cinco acções dá direito a um voto; a nenhum accionista contar-se-ha porém mais de 60 votos, qualquer que seja o numero de acções.

Art. 34. Para a eleição dos directores e físcas, assim como para as deliberações de qualquer natureza, serão admittidos votos por procuração, contanto que não sejam conferidos a directores ou físcas.

CAPITULO VI

DAS OPERAÇÕES DA COMPANHIA

Art. 35. A companhia adquirirá, por compra ou aluguel, no mais adequado logar da cidade, edificio apropriado com espaçosos armazens onde se possa guardar convenientemente os generos que comprar no paiz ou receber dos mercados estrangeiros, podendo estabelecer em todos os pontos da cidade, onde julgar conveniente, depositos parciaes para a venda dos generos.

Art. 36. A companhia poderá crear agencias ou ter correspondentes nos logares, d'onde convier importar artigos de que tiver necessidade, attendendo sempre á maior economia resultante das compras feitas nos logares de maior producção.

Art. 37. Logo que tornar-se conveniente á empresa, a companhia estabelecerá padaria, açougue e outros estabelecimentos de vantagem para o publico e para si.

Art. 38. Si a companhia tiver de mandar fazer a entrega dos objectos comprados nas residencias dos consumidores, cobrará mais uma porcentagem modica sobre o valor dos generos em remuneração deste serviço si não exceder de meia legua a distancia a percorrer, e o que fór convencionado si maior fór a distancia.

Art. 39. Para a boa e regular execução da 2ª parte dos fins que tem em vista, a companhia formulará um regulamento para o serviço de locação de criados, o qual não será posto em execução sem primeiramente ter obtido a approvação da Repartição da Policia.

Art. 40. A companhia poderá, logo que julgar conveniente, mandar agentes seus contratar, quer no interior quer no estrangeiro, criados para todo o serviço, operarios, artifices e trabalhadores ruraes.

CAPITULO VII

DOS LUCROS LIQUIDOS DA COMPANHIA

Art. 41. Dos lucros liquidos da companhia, realizados effectivamente no semestre, levar-se-ha primeiro 2 % ao fundo de

reserva, que é especialmente destinado a fazer face ás perdas do capital social.

Do restante far-se-ha um primeiro dividendo de 7 % sobre o capital realizado ou da percentagem que couber a cada acção.

Si ainda houver sobra, será esta dividida do seguinte modo :

50 % para um dividendo adicional.

50 % para os incorporadores da companhia.

Esta percentagem será abonada aos incorporadores ou aos seus herdeiros em todo o tempo da duração da companhia, qualquer que seja a importancia a que attingir o seu capital social.

Art. 42. Logo que o fundo de reserva attingir ao terço do capital social, deixará de ser a elle levada a percentagem do art. 41 ; mas, si por qualquer eventualidade fôr desfalcado, será de novo reforçado com a mesma annual até completar-se o maximo.

A renda do fundo de reserva será accumulada até que a importancia do mesmo fundo attinja a do capital social.

CAPITULO VIII

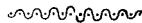
DISPOSIÇÕES GERAES E TRANSITORIAS

Art. 43. Si a companhia deliberar contrahir qualquer emprestimo por meio de obrigações (*debentures*) os portadores destas obrigações poderão assistir ás reuniões da assembléa geral, tomar parte nas discussões, mas não votar.

Art. 44. Fazem parte destes estatutos todas as disposições da Lei n. 3150 de 4 de Novembro e do Decreto n. 8821 de 30 de Dezembro de 1882, que não tiverem sido expressamente nelles incluídas.

Art. 45. A primeira directoria da companhia será composta dos incorporadores Luiz Ribeiro e Duarte de Abreu Guimarães, que perceberão a gratificação annual de 3:600\$000.

Rio de Janeiro, 28 de Agosto de 1885. (Seguem-se as assignaturas.)



DECRETO N. 9545 — DE 9 DE JANEIRO DE 1886

Approva as clausulas para a renovação dos contratos celebrados com a Companhia Nacional de Navegação a Vapor.

Usando da autorização concedida pelo n. 2 do § 4º do art. 1º do Decreto do Poder Legislativo n. 3271 de 28 de Setembro de 1885, Hei por bem Approvar as clausulas para a renovação dos

contratos vigentes celebrados com a Companhia Nacional de Navegação a Vapor, as quaes com este baixam assignadas por Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 9 de Janeiro de 1886, 65º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Antonio da Silva Prado.

**Clausulas a que se refere o Decreto
n. 9545 desta data**

I

A companhia obriga-se :

1.º A effectuar o transporte dos immigrants que pela Inspectoria Geral das Terras Publicas e Colonisação forem dirigidos para as Provincias do Sul do Imperio, nos seguintes termos :

1.º Dentro de 48 horas depois de avisada por aquelle funcionario, nos casos de urgencia, ou de oito dias no maximo, em casos ordinarios, a companhia procederá ao transporte dos immigrants em seus paquetes, ou em vapores que fretará especialmente para este serviço, e que deverão ter as condições de segurança e conforto necessarios, nos termos do despacho do Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas de 29 de Janeiro de 1883, publicado no *Diario Official* a 30 do dito mez.

2.º Os immigrants menores de 10 annos terão a redução de 50 % nos preços das passagens.

3.º Desde que o numero dos immigrants transportados pela companhia exceder a 5.000 durante o anno, o abatimento do preço das passagens será de 30, e não de 25 %.

II

De cinco em cinco annos proceder-se-ha á revisão das tarifas de passagens e fretes, de accôrdo com as partes contratantes, e depois de approvadas as novas tarifas nenhuma alteração se fará neilas, salvo tambem por accôrdo mutuo.

III

Em duas viagens da linha do Sul o ponto terminal será o porto da cidade de Porto Alegre, na Provincia de S. Pedro do Rio

Grande do Sul, ficando supprimidas, além das escalas de Montevideo e Buenos Ayres, as de Paranaguá e Antonina, e devendo os paquetes empregados nestas viagens fazer, em seu regresso, a escala de Pelotas, na mesma Provincia.

Nas outras duas viagens da mesma linha, a companhia fará a escala do porto de S. Francisco na Provincia de Santa Catharina, tanto na ida, como na volta dos paquetes.

IV

Fica desde já diminuida de 10 % a importancia da subvenção que a companhia recebe pelo serviço de cada uma das linhas a seu cargo.

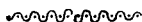
V

Ficam em vigor todas as clausulas dos contratos que actualmente regulam o serviço a cargo da companhia, e que não forem alteradas pelas deste contrato.

VI

O prazo deste contrato será de 10 annos a contar da terminação dos contratos vigentes, nos termos da clausula 13^a do Decreto n. 8468 de 24 de Março de 1882.

Palacio do Rio de Janeiro em 9 de Janeiro de 1886. — *Antonio da Silva Prado.*



DECRETO N. 9546 — DE 9 DE JANEIRO DE 1886

Declara insubsistente a clausula 30^a, das que baixaram com o Decreto n. 8860 de 27 de Janeiro de 1883, affim de que tenha vigor o que foi pactuado com a Provincia de Minas Geraes pela Companhia da estrada de ferro Leopoldina relativamente á reversão do prolongamento da mesma estrada de S. Geraldo a Itabira de Matto Dentro.

Considerando que pelo Decreto n. 8860 de 27 de Janeiro de 1883 a Companhia da estrada de ferro Leopoldina obteve autorização para prolongar a sua ferro-via desde S. Geraldo até Itabira de Matto Dentro, na Provincia de Minas Geraes, mediante as clausulas que com o dito decreto baixaram, na 30^a das quaes

estabeleceu-se que, findo o prazo de 70 annos, pertenceriam ao Estado, sem indemnização, a estrada, seus edificios, material e accessorios, na parte correspondente ao prolongamento;

Considerando que, por contrato de 12 de Agosto de 1884, estipulado com o Governo Provincial, obrigou-se a companhia a levar a effeito essa mesma obra com a garantia, prestada pelo referido Governo, do juro de 7 % ao anno sobre o capital de 12.200:000\$, e sob a condição de que ficaria a Provincia proprietaria daquelle prolongamento, edificios e respectivo material, depois de decorridos 50 annos;

Considerando que por essas datas se verifica que o trecho da ferro-via Leopoldina, cuja reversão reservou-se a Provincia, em compensação da garantia de juros concedida, já estava sujeito a identico onus em beneficio do Estado, e, portanto, era inalienavel, de sorte que nem a Provincia podia licitamente aceitar sem llhante compensação, nem a companhia offerece-la;

Considerando que a companhia para desempenhar os seus compromissos pede — ou que o Governo Geral chame a si os encargos da Provincia, ou desista da reversão garantida pelo Decreto n. 8860 e respectivo contrato, affirm de que a mesma Provincia continue a pagar os juros, sem os quaes a companhia não pôde proseguir na construção da estrada e sustentar o seu credito;

Considerando que, conquanto seja incontroverso o direito do Estado a alludida reversão, como foi declarado á Presidencia da Provincia por Aviso n. 3 de 21 de Março do anno proximo passado, expedido pelo Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, não seria justo, por um lado, que se visse a Provincia privada de um melhoramento, para cuja obtenção entrou com elevados dispendios, em proveito do Estado que, entretanto, longe de locupletar-se á custa das Provincias, deve auxiliar-as quanto o permittirem os seus recursos; e que, por outro lado, resolvido que prevalecesse a reversão determinada no Decreto n. 8860, estaria a Provincia autorizada a retirar a sua garantia, suspendendo o pagamento dos juros, de que a companhia não pôde prescindir, como allega, e que nessa hypothese, natural e provavel, ou interromper-se-hia a construção com damno publico e tambem do Estado, ou teria este, como pede a companhia, de chamar a si aquelles onus, avolumando o computo das suas responsabilidades pecuniarias, o que igualmente offereceria graves inconvenientes:

Hei por bem, Conformando-me com o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado exarado em Consulta de 2 de Setembro do anno proximo findo, Declarar insubsistente a clausula 30^a das que baixaram com o Decreto n. 8860 de 27 de Janeiro de 1883, affirm de que tenha vigor o contrato celebrado em 12 de Agosto de 1884 entre o Governo da Provincia de Minas Geracs e a Companhia da estrada de ferro Leopoldina, na parte em que estabelece a reversão do prolongamento daquelle estrada para a Provincia, nos termos do referido contrato.

Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 9 de Janeiro de 1886, 65º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Antonio da Silva Prado.



DECRETO N. 9547 — DE 16 DE JANEIRO DE 1886

Concede autorização á Companhia Lavoura, Industria e Colonização para organizar.

Attendendo ao que requereu a Companhia Lavoura, Industria e Colonização, devidamente representada, e Tendo ouvido o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, exarado em Consulta de 11 de Novembro do anno proximo passado, Hei por bem Conceder-lhe autorização para se organizar com os estatutos que acompanharam seu requerimento de 1 de Setembro do anno proximo passado e sob as clausulas que com este baixam, assignadas por Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 16 de Janeiro de 1886, 65º da Independencia e do Imperio.

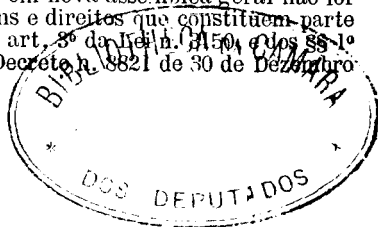
Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Antonio da Silva Prado.

**Clausulas a que se refere o Decreto
n. 9547 desta data**

I

A companhia não se considerará constituida, nem começará a fazer suas operações, enquanto em nova assembléa geral não fór approvada a avaliação dos bens e direitos que constituem parte do capital, nos termos do § 2º art. 3º da Lei n. 3150, e dos §§ 1º art. 26, e 1º e 2º do art. 30 do Decreto n. 3821 de 30 de Dezembro de 1882.



II

Na mesma assembléa geral será apresentado o documento do depósito de 10 % do fundo ou capital social consistente em dinheiro, nos termos do n. 2 § 1º do citado art. 3º da Lei e do art. 28 do regulamento.

III

No § 5º do art. 3º dos estatutos, depois das palavras — são especificadas na escriptura do notas do Tabellião Cunha Junior passada entre accionistas, — acrescente-se — em data de 28 de Outubro de 1885, e escripturada no livro 47 fl. 97—o mais como está.

IV

No art. 22 dos estatutos em vez de — salvo si algum accionista propuzer que o sejam por accções — diga-se — salvo si a assembléa geral deliberar que o sejam por accções.

Palacio do Rio de Janeiro em 16 de Janeiro de 1886.— *Antonio da Silva Prado.*

Estatutos da Companhia Lavoura, Industria e Colonização

CAPITULO I

DA COMPANHIA, SEU OBJECTO E CAPITAL

Art. 1.º E' constituida uma companhia ou sociedade anonyma, denominada — Lavoura, Industria e Colonização — com séde nesta capital, para os seguintes fins :

1.º Explorar as fazendas que adquire e vier a adquirir, á margem da Estrada de Ferro D. Pedro II.

2.º Cultivar nellas o café e a canna ; preparar e vender os respectivos productos ; servindo-se dos engenhos existentes e dos que fundar ás margens esquerda e direita do rio Parahyba, na barra do Pirahy.

3.º Promover a substituição gradual do trabalho servil pelo trabalho livre.

4.º Substituir tanto quanto fôr possível a lavoura extensiva pela cultura intensiva.

5.º Formar e vender lotes de terra, construir casas e todo o mais preparo necessario á boa collocação de collonos proprietarios

do solo, dando preferencia aos meeiros já estabelecidos em terras da companhia.

Paragrapho unico. A companhia poderá contratar, de parceria ou por empreitada, a cultura dos cafesaes e dos cannaviaes quando e como a directoria o julgar conveniente.

Art. 2.º A companhia durará 30 annos contados do dia em que estes estatutos forem publicados no *Diario Official*.

Art. 3.º O capital social é de 2.600:000\$ sujeito à disposição do art. 1.º n. 5 e dividido em 13.000 acções de 200\$ cada uma, sendo :

A) 10.000 integralisadas pela effectiva entrada do respectivo contingente de accionistas, consistente em bens, e de que tocam 8.750 ao Barão do Rio Bonito e 1.250 a Furquim, Joppert & Comp.

B) 500, que subscrevem em partes iguaes os ditos accionistas Barão do Rio Bonito e Furquim, Joppert & Comp., entrando desde já com 10 % do seu valor.

C) 500, que subscrevem em partes iguaes os accionistas Frederico Darrigue de Faro e Luiz de Castilho, e cuja entrada de 10 % é feita com o valor da concessão constante do Decreto n. 9340 de 16 de Dezembro de 1884.

D) 2.000 subscriptas por diversos abaixo assignados com entrada imm. diata de 10 %.

§ 1.º Das acções do 1.º grupo, as 1.250 do Furquim, Joppert & Comp. e 8.750 do Barão do Rio Bonito só darão direito a dividendos depois do semestre em que a renda permittir o dividendo de 10 % para as acções restantes.

§ 2.º As do 2.º e 3.º grupo, serão integralizadas com a metade da renda excedente ao dividendo de 10 %, sem prejuizo do disposto no art. 7.º em caso de liquidção anticipada. Essa vantagem é concedida aos quatro accionistas Barão do Rio Bonito, Furquim, Joppert & Comp.; Frederico Darrigue de Faro e Luiz de Castilho, por serem os dous primeiros fundadores da companhia, e por terem os dous ultimos auxiliado efficazmente a sua organização.

§ 3.º As do 4.º grupo serão integralizadas mediante chamadas por annuncios da directoria publicados com antecedencia de 15 dias. O Intervallo entre as chamadas nunca será menor de 30 dias.

§ 4.º O capital correspondente ás acções já integralizadas consiste :

A) Nas fazendas, sitios e predios da Barra do Pirahy, com que entra o accionista Barão do Rio Bonito, estimados todos em 1.750:000\$000.

B) Na fazenda e accessorios com que entram os accionistas Furquim, Joppert & Comp. e que são estimados em 250:000\$000.

§ 5.º Os bens a que se refere este artigo são especificados na escriptura de notas do Tabellião Cunha Junior passada entre accionistas, em data de 28 de Outubro de 1885, escripturada no livro 47 fls. 97 e considerada como integrante destes estatutos.

§ 6.º Em consequencia do disposto no preambulo e para-

graphos precedentes, compete a cada um dos accionistas o numero de acções indicado adiante de suas assignaturas.

Art. 4.º Para a aquisição de outras fazendas, construcção de engenhos centraes, além do que se vai fundar, e maior desenvolvimento da empresa, a directoria é autorizada desde já a contrahir um empréstimo até a importancia do capital social, por meio de obrigações ao portador (*debentures*) e a garantil-o com hypotheca, para o que são-lhe conferidos especiaes poderes.

Art. 5.º O capital pôde ser augmentado por deliberação da assembléa geral, na conformidade da lei.

Art. 6.º Aos subscriptores das 2.000 acções do 4.º grupo e das que representarem o augmento de capital que não fizerem as entradas nas épocas fixadas pela directoria, poderá esta impôr a pena de commisso.

O commisso importa a perda das entradas feitas, em beneficio da companhia.

Art. 7.º Os accionistas respondem pelo valor das acções que subscreverem ou lhes forem cedidas.

Art. 8.º As acções são nominativas e transferiveis por termos, no registro da companhia assignados pelos cedentes e cessionarios, ou seus bastante procuradores.

CAPITULO II

DA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

Art. 9.º A administração é exercida por uma directoria de cinco membros, eleitos de quatro em quatro annos e reelegiveis.

§ 1.º Tres dos directores funcionam na sede da companhia e escolherão entre si o presidente, o secretario e o thesoureiro.

§ 2.º O quarto director exerce as funcções de gerente da secção agricola, e o quinto as de gerente da secção industrial, referente ao fabrico do assucar e mais productos de canna.

§ 3.º Cada um dos directores gerentes prestará caução de 100 acções, e cada um dos outros de 50.

As ditas acções são inalienaveis até approvação de contas.

§ 4.º Só os accionistas podem ser eleitos directores.

Art. 10 Aos directores da sede reunidos em conselho compete:

§ 1.º Nomearem e demittirem o profissional ou profissionais para os trabalhos technicos dos engenhos, mediante proposta do respectivo director gerente.

§ 2.º Nomearem e demittirem os demais empregados da companhia, á excepção dos immediatos delegados dos gerentes.

§ 3.º Celebrarem todos os contratos, inclusive o de que trata o art. 4.º, salvo os da competencia dos gerentes.

§ 4.º Estenderem a disposição do citado art. 4.º á extincção da hypotheca dos bens com que entra o primeiro accionista,

quando se verificar a hypothese prevenida na clausula 7.^a da escriptura complementar. (1)

§ 5.^o Representarem a companhia activa e passivamente em Juizo e fóra delle e perante todas as autoridades constituidas.

§ 6.^o Transigirem livremente, adquirir m bens, alienarem os moveis que não prestem utilidade à companhia, alienarem lotes de terras com ou sem benfeytorias, à vista ou a prazos.

§ 7.^o Convocarem a assembléa geral ordinaria e extraordinariamente, por órgão de seu presidente.

§ 8.^o Nomearem ao director impedido substituto d'entre os accionistas.

§ 9.^o Em geral, promoverem os interesses da companhia na fórma destes estatutos e das leis, tomando e praticando todas as providencias que não compitam exclusivamente à assembléa geral, com plenos e illimitados poderes, inclusive os de procuradores em causa propria.

Art. 11. Os directores da sêde reuñem-se em sessão pelo menos duas vezes por mez. O presidente tem voto de qualidade em caso de empate. As actas das sessões são assignadas pelos directores presentes.

Art. 12. Compete ao director gerente da secção agricola :

§ 1.^o Fazer contratos de parceria e quaesquer outros necessarios aos serviços dos estabelecimentos ruraes.

§ 2.^o Nomear e demittir os empregados precisos e fixar-lhes os vencimentos.

§ 3.^o Velar pela boa conservação de todos os bens e boa execução de todos os trabalhos.

§ 4.^o Alugar os predios, caeiras e sitios que não forem precisos para serviço da companhia, receber a renda e celebrar a esse respeito os contratos que julgar uteis.

§ 5.^o Dirigir a collocação dos colonos parceiros ou compradores de lotes de terras.

§ 6.^o Adiantar aos colonos, no primeiro anno de sua installação, generos, sementes, ferramentas ou dinheiro, dentro de limites razoaveis.

§ 7.^o Fazer as construcções e assentar as machinas necessarias, abrir caminhos e demarcar os lotes de terras, de accordo com os directores da sêde.

§ 8.^o Auxiliar, quanto em si couber, o gerente da secção industrial

§ 9.^o Constituir delegado que o substitua em suas faltas e impedimentos.

Art. 13. Compete ao director gerente da secção industrial :

§ 1.^o Fazer os contratos precisos para o fornecimento da materia prima e para a obtenção dos operarios e trabalhadores.

(1) Clausula 7.^a da escriptura :

Todavia quando der dividendos de 12 % ou quando a directoria julgar conveniente, o pagamento do saldo então verificado, contrahindo para isto um emprestimo por meio de *debentures* garantidos por hypotheca.



§ 2.º Fiscalisar todos os serviços da secção, conforme os regulamentos que formular e forem approvados pela directoria em conselho.

Art. 14. Incumbe a cada um dos gerentes:

§ 1.º Prestar aos directores da sede as informações que requisitarem; remetter-lhes, no fim de cada primeiro semestre do anno social, um balanço do estado da empresa, na parte confiada á sua gestão, e no fim do segundo, as contas e o relatorio, que devem ser presentes á assembléa geral.

§ 2.º Cooperar para a prosperidade da empresa e tomar todas as medidas a esse fim necessarias, pondo-as logo em execução, e dando dellas communicação aos demais directores.

Art. 15. Os directores gerentes tomam parte nas deliberações da directoria reunida em conselho, quer quando comparecerem espontaneamente, quer quando forem para isso convidados, e podem solicitar, quando julgarem do interesse da companhia, a convocação de reuniões extraordinarias da directoria.

Parapho unico. Para haver sessão, basta que se reunam tres dos cinco directores.

Art. 16. O director gerente da secção industrial é obrigado a residir nas proximidades do primeiro engenho, e tem o vencimento de 500\$ mensaes, *pro labore*.

Os demais directores servem gratuitamente.

Todavia, decorridos os tres primeiros annos, a assembléa geral fixará o vencimento que desde então tem de perceber o gerente da secção agricola.

CAPITULO III

DO CONSELHO FISCAL

Art. 17. A assembléa geral em sua sessão ordinaria annual elegerá tres fiscaes, accionistas ou não accionistas.

§ 1.º Os fiscaes servem gratuitamente, e exercem as funcções definidas no Regulamento n. 8821 de 30 de Dezembro de 1882, arts. 51, 54 a 61.

§ 2.º Em seus impedimentos accidentaes são substituidos pelos immediatos em votos, e nos demais casos pela maneira pre-scripta no art. 60 do citado regulamento.

CAPITULO IV

DA ASSEMBLÉA GERAL

Art. 18. A assembléa geral compõe-se de accionistas em numero legal, regularmente convocados, e cujas acções estejam inscriptas em seus nomes, com antecedencia minima de 30 dias.

Art. 19. Os accionistas podem fazer-se representar na assembléa por procuradores bastantes, socios ou não socios.

Art. 20. A assembléa é installada pelo director presidente, na falta delle, por algum dos outros, e na falta de todos, pelo accionista mais velho em idade. Em seguida é nomeado por aclamação ou por escrutínio o presidente da assembléa, o qual designará os secretarios.

Art. 21. A reunião ordinaria é convocada com antecedencia de 15 dias, e a extraordinaria com a de oito dias, por meio de annuncios repetidos.

§ 1.º Na reunião ordinaria delibera-se sobre o relatorio e contas da administração e parecer do conselho fiscal, assim como sobre quaesquer assumptos que interessem á companhia.

§ 2.º Nas extraordinarias só se delibera sobre o assumpto que as motivar, constante da ordem do dia, declarada nos annuncios de convocação.

Art. 22. As deliberações da assembléa são tomadas por maioria relativa de votos. Os votos são contados por cabeças, salvo si a assembléa geral deliberar que o sejam por acções.

§ 1.º Neste ultimo caso, cada accionista tem um voto por cinco acções, até o numero maximo de 20 votos.

§ 2.º Todas as eleições são feitas por escrutínio e por acções.

Art. 23. A assembléa entende-se legitimamente constituida quando concorram accionistas que representem um quarto do capital social.

Todavia, nos casos dos arts. 39 e 65 do Regulamento n. 8821, é necessario que se achem assim representados dous terços do capital.

Paragrapho unico. As deliberações da assembléa, tomadas de conformidade com os estatutos e a lei, obrigam todos os accionistas, ainda que ausentes ou dissidentes.

Art. 24. A reunião ordinaria da assembléa tem lugar no correr do mez de Setembro de cada anno.

Art. 25. Compete á assembléa geral :

§ 1.º Exercer as attribuições que lhe são conferidas em diversos artigos destes estatutos.

§ 2.º Deliberar livremente sobre todos os negocios da companhia e actos que lhe interessem, com a unica limitação da parte final do art. 63 do Regulamento n. 8821.

§ 3.º Eleger os administradores e fiscaes.

§ 4.º Resolver os conflictos entre os directores da séde e os gerentes, que não tenham sido decididos pela directoria em conselho, por não comparecimento dos ditos gerentes.

CAPITULO V

DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 26. O anno social vai do 1.º de Setembro a 31 de Agosto seguinte.

Art. 27. Os lucros liquidos provenientes de operações effectivamente concluidas em cada semestre, são applicados a dividendos, deduzidos 5 % para fundo de reserva.

Art. 28. Cessa a deducção quando o fundo de reserva attinge a metade do capital social.

Paragrapho unico. O dito fundo destina-se a fazer face á deterioração das machinas, e ás perdas do capital social; e será restabelecido na forma do art. 27 quando desfaleado.

Art. 29. Os dividendos não reclamados durante seis annos prescrevem a favor da companhia.

Art. 30. O preço da venda de lotes de terra será applicado : 1º, á amortização da hypotheca actual ; 2º, á amortização de *debentures* ; 3º, á amortização de acções da companhia, quando *possam* ser resgatadas por preço não superior ao par, salvo ulterior deliberação da assemblea geral.

Art. 31. Fica entendido que, nos casos não expressos nestes estatutos, regem inteiramente as disposições do Regulamento n. 8821 de 30 de Dezembro de 1882.

DISPOSIÇÕES TRANSITORIAS

N. 1. — São nomeados para o primeiro quatriennio:

Directores da sede:

Hermann Joppert.

Paulo Furquim de Almeida.

Pedro Le Cocq.

Directores gerentes:

Barão do Rio Bonito. — Da secção agricola.

Luiz de Castilho. — Da secção industrial.

N. 2

Os accionistas infra assignados, que constituem a totalidade dos da companhia, conferem aos directores plenos poderes para todos os actos exigidos em lei, affin de que a dita companhia entre em exercicio.

Rio de Janeiro, 1 de Setembro de 1885, — *Furquim Joppert & Comp.* — *Barão do Rio Bonito.*



DECRETO N. 9548 — DE 16 DE JANEIRO DE 1886

Designa a ordem em que devem ser extrahidas as loterias no anno de 1886.

Hei por bem, de conformidade com o art. 2º, § 8º, da Lei n. 1099 de 18 de Setembro de 1860, que na extracção das loterias distribuidas para o anno de 1886 se observe a ordem marcada na relação, que com este baixa, assignada por Francisco Belisario Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Tribunal do

Thesouro Nacional, que assim o tenha entendido e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro em 16 de Janeiro de 1886, 65ª da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

P. Belisario Soares de Souza.

Relação das loterias que devem ser extrahidas em 1886

1.— 26ª Instituto dos Meninos Cegos e dos Surdos-mudos. Decreto n. 2771 de 23 de Setembro de 1877.

2.— 27ª Patrimonio do Hospicio de Pedro II. Decreto n. 875 de 10 de Setembro de 1856.

3.— 230ª Montepio dos Servidores do Estado. Decreto n. 1226 de 22 de Agosto de 1864 e Lei n. 1681 de 18 de Agosto de 1869.

4.— 24ª Obras do Hospicio de Pedro II. Decreto n. 2811 de 20 de Outubro de 1877.

5.— 43ª Hospital da Santa Casa de Misericordia da Côrte. Decreto n. 92 de 25 de Outubro de 1839.

6.— 25ª Obras do Hospicio de Pedro II. Decreto n. 2811 de 20 de Outubro de 1877.

7.— 231ª Montepio dos Servidores do Estado. Decreto n. 1226 de 22 de Agosto de 1864 e Lei n. 1681 de 18 de Agosto de 1869.

8.— 26ª Obras do Hospicio de Pedro II. Decreto n. 2811 de 20 de Outubro de 1877.

9.— 27ª Irmandade do Sacramento da Candelaria da Côrte. Decreto n. 2327 de 30 de Junho de 1877.

10.— 232ª Montepio dos Servidores do Estado. Decreto n. 1226 de 22 de Agosto de 1864 e Lei n. 1681 de 18 de Agosto de 1869.

11.— 27ª Obras do Hospicio de Pedro II. Decreto n. 2811 de 20 de Outubro de 1877.

12.— 12ª Hospicio de Pedro II e manutenção de alienados. Decreto n. 1838 de 27 de Setembro de 1870.

13.— 44ª Hospital da Santa Casa de Misericordia da Côrte. Decreto n. 92 de 25 de Outubro de 1839.

14.— 3ª Obras da Igreja de S. Salvador da Guaratiba. Decreto n. 2386 de 3 de Setembro de 1877.

15.— 233ª Montepio dos Servidores do Estado. Decreto n. 1226 de 22 de Agosto de 1864 e Lei n. 1681 de 18 de Agosto de 1869.

16.— 119ª Santa Casa de Misericordia, Expostos, Recolhimento das Orphãs, Collegio de Pedro II e Seminario de S. José. Decreto de 23 de Março de 1821.

17.— 84ª Fundo de emancipação. Lei n. 2040 de 28 de Setembro de 1871.

18.— 27ª Instituto dos Meninos Cegos e dos Surdos-mudos. Decreto n. 2771 de 23 de Setembro de 1877.

19.— 234ª Montepio dos Servidores do Estado. Decreto n. 1226 de 22 de Agosto de 1864 e Lei n. 1681 de 18 de Agosto de 1869.

20. — 13ª Hospício de Pedro II e manutenção de alienados. Decreto n. 1838 de 27 de Setembro de 1870.
 21. — 28ª Irmandade do Sacramento da Candelaria da Corte. — Decreto n. 2327 de 30 de Junho de 1877.
 22. — 28ª Instituto dos Meninos Cegos e dos Surdos-mudos. Decreto n. 2771 de 23 de Setembro de 1877.
 23. — 235ª Montepio dos Servidores do Estado. Decreto n. 1226 de 22 de Agosto de 1864 e Lei n. 1681 de 18 de Agosto de 1869.
 24. — 10ª Obras da Matriz de Nossa Senhora da Glória da Corte. Decreto n. 2449 de 24 de Setembro de 1873.
 25. — 85ª Fundo de emancipação. Lei n. 2040 de 28 de Setembro de 1871.
 26. — 236ª Montepio dos Servidores do Estado. Decreto n. 1226 de 22 de Agosto de 1864 e Lei n. 1681 de 18 de Agosto de 1869.
 27. — 7ª Obras da Matriz de S. Christovão da Corte. Decreto n. 2329 de 30 de Junho de 1873.
 28. — 45ª Hospital da Santa Casa de Misericórdia da Corte. Decreto n. 92 de 25 de Outubro de 1839.
 29. — 237ª Montepio dos Servidores do Estado. Decreto n. 1226 de 22 de Agosto de 1864 e Lei n. 1681 de 18 de Agosto de 1869.
 30. — 86ª Fundo de emancipação. Lei n. 2040 de 28 de Setembro de 1871.
 31. — 39ª Instituto dos Meninos Cegos e dos Surdos-mudos. Decreto n. 2771 de 23 de Setembro de 1877.
 32. — 120ª Santa Casa da Misericórdia, Expostos, Recolhimento das Orphãs, Collegio de Pedro II e Seminario de S. José. Decreto de 23 de Maio de 1821.
 33. — 238ª Montepio dos Servidores do Estado. Decreto n. 1226 de 22 de Agosto de 1864 e Lei n. 1681 de 18 de Agosto de 1869.
 34. — 87ª Fundo de emancipação. Lei n. 2040 de 28 de Setembro de 1871.
 35. — 30ª Instituto dos Meninos Cegos e dos Surdos-mudos. Decreto n. 2771 de 23 de Setembro de 1877.
 36. — 239ª Montepio dos Servidores do Estado. Decreto n. 1226 de 22 de Agosto de 1864 e Lei n. 1681 de 18 de Agosto de 1869.
 37. — 8ª Obras da Matriz de S. João Baptista da Lagoa. Decreto n. 2328 de 30 de Junho de 1873.
 38. — 88ª Fundo de emancipação. Lei n. 2040 de 28 de Setembro de 1871.
 39. — 240ª Montepio dos Servidores do Estado. Decreto n. 1226 de 22 de Agosto de 1864 e Lei n. 1681 de 18 de Agosto de 1869.
 40. — 28ª Património do Hospício de Pedro II. Decreto n. 875 de 10 de Setembro de 1856.
 41. — 89ª Fundo de emancipação. Lei n. 2040 de 28 de Setembro de 1871.
 42. — 241ª Montepio dos Servidores do Estado. Decreto n. 1226 de 22 de Agosto de 1864 e Lei n. 1681 de 18 de Agosto de 1869.
- Rio de Janeiro em 16 de Janeiro de 1886. — *F. Belisário Soares de Souza.*

DECRETO N. 9549 — DE 23 DE JANEIRO DE 1886

Manda observar o Regulamento para execução da Lei n. 3272 de 5 de Outubro de 1885, que alterou diversas disposições referentes ás execuções civis e commerciaes.

Tendo da attribuição conferida pelo Art. 102, § 12, da Constituição e para execução da Lei n. 3272 de 5 de Outubro de 1885, que alterou diversas disposições referentes ás execuções civis e commerciaes : Hei por bem Decretar que se observe o Regulamento que com este baixa, assignado por Joaquim Delfino Ribeiro da Luz, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justica, que assim o tenha entendido e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro em 23 de Janeiro de 1886, 65º da Independencia e] do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Joaquim Delfino Ribeiro da Luz.

Regulamento para a execução da Lei n. 3272 de 5 de Outubro de 1885 sobre o processo civil, commercial e hypothecario

TITULO I

CAPITULO I

DAS EXECUÇÕES JUDICIAES EM GERAL

Art. 1.º São applicaveis ao processo civil:

§ 1.º As disposições contidas nos Titulos 1º, 2º e 3º da 2ª parte do Regul. n. 737 de 25 de Novembro de 1850 sobre as cartas de sentença, Juiz e partes competentes para a execução, liquidação de sentenças, penhora e arrematação.

§ 2.º As disposições da parte 3ª do mesmo Regul., Tit. 1º, Caps. 2º, 3º e 4º, sobre os recursos de agravo, appellação e revista, casos em que têm elles logar, sua interposição e forma de processo; subsistindo, quanto aos embargos á sentença e á execução, o disposto na Legislação em vigor.

§ 3.º As disposições do Tit. 2º da referida 3ª parte, Caps. 1º, 2º e 3º, sobre as nullidades do processo, da sentença e dos contratos.

Art. 2.º As disposições do Regul. n. 737 de 25 de Novembro de 1850, referidas no artigo antecedente, serão observadas com as modificações constantes das Secções seguintes e dos Caps. 2.º e 3.º, igualmente extensivas ás execuções commerciaes.

SECÇÃO I

Das cartas de sentença

Art. 3.º Na extracção das cartas das sentenças que forem proferidas na 1.ª e 2.ª instancia, no Supremo Tribunal de Justiça e nas Relações revisoras, serão attendidas as prescripções do Decr. n. 5737 de 2 de Setembro de 1874.

Art. 4.º Embora exceda a causa á alçada do Juiz, não é necessaria a carta de sentença, si fôr por condemnação de preceito, ou si sómente se tratar da execução por custas; sendo em todo caso indispensavel que fôr mandado, expedido para a execução, seja transcripta a sentença condemnatoria.

SECÇÃO II

Do Juiz competente para a execução

Art. 5.º Considera-se Juiz da causa principal para determinar a competencia da jurisdicção nas execuções:

§ 1.º O Juiz de Paz nas causas por elle julgadas (Decr. n. 4824 de 22 de Novembro de 1871, Art. 63 § 7.º).

§ 2.º Os Juizes Municipaes em todas as causas civeis, quer a sentença exequenda tenha sido por elles proferida dentro da respectiva alçada, quer pelos Juizes de Direito das comarcas geraes (Lei n. 2033 de 20 de Setembro de 1871, art. 23 § 3.º, e Decr. cit., art. 64 § 3.º).

§ 3.º Os Juizes substitutos nas causas civeis de valor de mais de 400\$ até 500\$ julgadas pelos Juizes de Direito nas comarcas especiaes (Decr. cit., art. 68 § 2.º).

§ 4.º Os Juizes de Direito nas comarcas especiaes, nas causas de valor superior a 500\$000 (Decr. cit., art. 67 § 3.º).

SECÇÃO III

Das sentenças illiquidas

Art. 6.º Si na liquidação das sentenças se tornar necessario o arbitramento, se procederá a este de conformidade com o disposto nos arts. 189 a 205 do Regul. n. 737 de 25 de Novembro de 1850.

SECÇÃO IV

Da penhora

Art. 7.º Entre os bens considerados inalienáveis, para não serem sujeitos a penhora, se comprehendem os das Camaras Municipaes e os das Ordens religiosas (Lei do 1.º de Outubro de 1828, art. 42, Lei de 26 de Maio de 1840, arts. 23 e 24, Acto Adicional, art. 10 § 5º, e Lei de 9 de Dezembro de 1830).

Art. 8.º O privilegio de integridade, decretado pela Lei de 30 de Agosto de 1830 em favor das fabricas de mineração e de assucar, só terá logar nas execuções por dividas que não forem provenientes de creditos hypothecarios, ou de penhor agricola (Lei n. 1237 de 24 de Setembro de 1864, art. 14 § 2º, e Lei n. 3272 de 5 de Outubro de 1885, art. 10).

Art. 9.º As apolices da divida publica podem ser penhoradas:

1.º Por expressa nomeação dos respectivos possuidores ;

2.º Quando, caucionadas, faltarem os possuidores á clausula da caução ;

3.º Quando dadas em garantia do Estado para fiança de exactores e responsaveis da Fazenda Publica (Lei de 15 de Novembro de 1827, art. 36, e Decr. n. 5454 de 5 de Novembro de 1873, art. 23).

Paragrapho unico. Estão sujeitas á penhora as apolices adquiridas em fraude de credores.

Art. 10. As letras hypothecarias gozam tambem da isenção, conferida pelo art. 530 do Regul. n. 737 de 1850, para o effeito de não serem penhoradas senão na falta absoluta de outros bens por parte do devedor (Lei n. 3272 de 5 de Outubro de 1885, art. 9º).

Paragrapho unico. E' applicavel ás letras hypothecarias a disposição do paragrapho unico do artigo antecedente, quando tambem adquiridas em fraude de credores.

Art. 11. Entre os fructos e rendimentos dos bens inalienáveis, que podem ser penhorados na falta de outros bens, não são comprehendidas as rendas das Camaras Municipaes, as quaes só devem ser despendidas de accordo com os respectivos orçamentos (Lei de 26 de Maio de 1840, arts. 23 e 24).

Art. 12. E' permitido ao credor exequente requerer ou que lhe fique salvo o direito de executar directamente os devedores do executado por meio das acções competentes, nas quaes ficará subrogado, ou que os direitos e acções do mesmo executado, que forem penhorados, sejam avaliados e arrematados para o pagamento da execução.

Art. 13. A pena decretada no art. 525 do Regul. n. 737 de 1850 é applicavel ao executado que, não possuindo bens para segurar o Juizo, dispõe de quantias recebidas em pagamento de dividas não vencidas.

Paragrapho unico. Para a prova de factos relativos á occultação dolosa de bens, afim de não serem penhorados, dará o exequente, com citação do executado, justificação perante o Juiz da execução.

SECÇÃO V

Da avaliação

Art. 14. Para a avaliação dos bens penhorados servirão os avaliadores nomeados pelas Juntas Commerciaes, onde os houver (Decr. n. 6384 de 30 de Novembro de 1876, arts. 6 e 18).

Art. 15. Servirão por distribuição os avaliadores nomeados para cada uma especialidade (Decr. n. 1056 de 23 de Outubro de 1852, art. 3º).

Art. 16. Sómente no caso de falta, impedimento ou suspeição de todos os avaliadores nomeados em cada uma das artes ou officios, a que respeitarem os bens penhorados, terá logar a louvação das partes, ou a do Juizo á revelia dellas (Decr. cit., art. 4º).

Art. 17. Para a nomeação dos avaliadores, a aprazimento das partes, se procederá como se acha estabelecido para a dos arbitadores nos arts. 192 e seguintes do Regul. n. 737 de 25 de Novembro de 1850, em tudo que for applicavel.

SECÇÃO VI

Dos editaes

Art. 18. Fica reduzido a 10 o prazo de 30 dias para as propostas escriptas, de que trata o art. 1º da Lei de 15 de Setembro de 1869.

Art. 19. É licito não só ao executado, mas tambem á sua mulher, ascendentes e descendentes, remir ou dar lançador a todos ou alguns dos bens penhorados, até a assignatura do auto da arrematação ou da carta de adjudicação, independente de qualquer citação.

Art. 20. Para que possa o executado, sua mulher, ascendentes ou descendentes, remir ou dar lançador a todos ou alguns dos bens penhorados, é preciso que offereça preço igual ao da avaliação até a primeira praça, e nas outras ao maior que nellas for offerecido.

Art. 21. Nenhuma das pessoas mencionadas poderá remir ou dar lançador a algum ou alguns bens, havendo licitante que se proponha a arrematar todos os bens offerecendo por elles o preço que na occasião tiverem, sendo superior ou igual á avaliação na primeira praça, e nas outras superior ou igual ao maior lance offerecido.

Art. 22. São considerados credores certos, para que tenha logar a citação pessoal decretada no art. 547 do Regul. n. 737 de 1850, aquelles que por titulo legitimo se houverem apresentado a requerer na execução promovida contra o devedor commum.

SECÇÃO VII

Da arrematação

Art. 23. Quando houver mais de um licitante, será preferido aquelle que se propuzer a arrematar englobadamente todos os bens levados á praça, com tanto que offereça na primeira preço pelo menos igual ao da avaliação, e nas outras duas ao maior lance offerecido.

Art. 24. Não havendo arrematante pelo preço da avaliação, voltarão os bens á praça com o intervallo de oito dias, e com o abatimento de 10 %/. Si nesta ainda não encontrarem lance superior ou igual ao valor determinado pelo dito abatimento, irão a terceira praça com o mesmo intervallo e novo abatimento de 10 %; e neste caso serão arrematados pelo maior preço que fôr offerecido, sem que em hypothese alguma seja permittida a acção de nullidade por lesão de qualquer especie.

Art. 25. Ao exequente fica salvo em qualquer das praças o direito de lançar, independente de licença do Juiz.

SECÇÃO VIII

Da adjudicação

Art. 26. Fica em todos os casos abolida a adjudicação judicial obrigatoria:

§ 1.º O exequente póde requerer que os bens lhe sejam adjudicados em qualquer das praças, si não houver licitantes.

§ 2.º Para que tenha logar a adjudicação em qualquer das praças, é indispensavel que não seja por preço inferior á avaliação, ou ao valor determinado pelos abatimentos.

§ 3.º Em todo caso o requerimento para a adjudicação só será admittido depois de finda a praça.

§ 4.º A adjudicação poderá ser requerida pelo credor exequente, ou por outro qualquer que, devidamente habilitado, haja protestado por preferencia ou rateio.

Art. 27. Em vez da arrematação ou da adjudicação da propriedade dos bens penhorados, póde o exequente, não se oppondo o executado, requerer o seu pagamento pelos rendimentos dos mesmos bens, si forem indivisos e o seu valor exceder o dobro da divida; precedendo a avaliação dos referidos rendimentos, a conta da importancia da execução e o calculo do tempo preciso para a solução da divida.

Art. 28. Ao credor adjudicatario é applicavel a disposição do art. 555 do Regul. n. 737 de 1850, sempre que se verificar o excesso da adjudicação, previsto no art. 561 do mesmo Regul.

CAPITULO II

DOS RECURSOS

SECÇÃO I

Das appellações

Art. 29. As appellações serão interpostas:

§ 1.º Para o Tribunal da Relação do districto, das sentenças proferidas pelos Juizes de Direito nas causas de valor excedente a 500\$ (Decr. de 30 de Novembro de 1853 — Lei de 16 de Setembro de 1854 — Lei n. 2033 de 20 de Setembro de 1871, art. 24, e Decr. n. 2342 de 6 de Agosto de 1873, art. 1.º § 6.º).

§ 2.º Para os Juizes de Direito das comarcas geraes, das sentenças proferidas pelos Juizes Municipaes e de Orphãos nas causas de valor entre 100\$ e 500\$ (Lei n. 2033 de 20 de Setembro de 1871, art. 23 § 2.º), e nas de que trata a Lei n. 2827 de 15 de Março de 1879, art. 85; bem assim das sentenças proferidas pelos Juizes de Paz nas causas de valor não excedente de 100\$, e nas de locação de serviços (Lei n. 2033 de 20 de Setembro de 1871, art. 22, e Lei n. 2827 de 15 de Março de 1879, art. 81).

§ 3.º Para os Juizes de Direito das comarcas especiaes, das sentenças proferidas pelos Juizes de Paz nas mesmas causas de valor não excedente a 100\$, e de locação de serviços (Decr. n. 4824 de 22 de Novembro de 1871, art. 67, e Lei n. 2827 de 15 de Março de 1879, art. 81).

Art. 30. A appellação deve ser interposta no termo de 10 dias, contado da publicação ou intimação da sentença perante o Juiz que a houver proferido.

Nas comarcas geraes poderá tambem ser interposta perante o Juiz Municipal do termo (Decr. n. 5467 de 12 de Novembro de 1873, art. 14).

Art. 31. A interposição pôde ser feita ou em audiencia ou por despacho do Juiz e termo nos autos.

Art. 32. Interposta a appellação nos termos dos artigos antecedentes, será a causa avaliada em quantia certa por peritos nomeados pelas partes, ou pelo Juiz á revelia dellas.

Art. 33. Não terá logar a avaliação:

1.º Quando houver pedido certo, ou quando as partes concordarem no seu valor expressa ou tacitamente, deixando o réo de impugnar na contestação a estimativa do valor.

2.º Nas causas até 100\$ ou 500\$ julgadas pelos Juizes de Paz o Juizes Municipaes (Decr. n. 5467 de 12 de Novembro de 1873, art. 16).

Art. 34. Interposta a appellação e avaliada a causa, o Juiz que tiver proferido a sentença receberá a appellação, si fór de receber, declarando si em ambos os effeitos, ou no devolutivo sómente; e no mesmo despacho assignará o prazo, dentro do qual os autos devem ser apresentados na instancia superior (Decr. cit., art. 15).

Art. 35. Os effeitos da appellação serão suspensivos e devolutivos, ou devolutivos sómente: o suspensivo cabe ás acções ordinarias e aos embargos oppostos na execução, ou pelo executado ou por terceiro, sendo julgados provados; o effeito devolutivo cabe em geral a todas as sentenças proferidas nas demais acções, sejam civis ou commerciaes.

Art. 36. Si a appellação fór interposta no lugar onde estiver a Relação, a remessa dos autos se fará independente de traslado, salvo quando a appellação tiver sido recebida no effeito devolutivo sómente, e precisando a parte de extrahir sentença para ser executada.

Art. 37. Tambem se fará a expedição dos autos, independente de traslado (Deer. n. 5467 de 12 de Novembro de 1873, art. 17):

1.º Na appellação das sentenças proferidas pelos Juizes de Paz, si o Juiz de Direito residir no mesmo lugar.

2.º Na appellação das sentenças dos Juizes Municipaes, si o Juiz de Direito residir no mesmo termo, salvo si por favor da causa estiver expressamente disposto que nesse caso a appellação seja recebida no effeito devolutivo sómente, e precisando a parte de extrahir sentença para ser executada.

3.º Na appellação das sentenças dos Juizes de Direito das comarcas especiaes, *ex vi* do disposto no artigo antecedente e salva a excepção nelle mencionada.

Em todo caso não se extrahirá traslado dos autos si as partes nisso convierem.

Art. 38. Nas appellações interpostas das sentenças dos Juizes Municipaes e Juizes de Paz se guardará a ordem do processo determinada no art. 63 § 6º do Deer. n. 4824 de 22 de Novembro de 1871; e, logo que forem levadas ao cartorio do Escrivão que tiver de servir perante o Juiz de Direito, se lavrará termo de recebimento dos autos que serão feitos conclusos ao Juiz; o qual dará vista ás partes por oito dias e julgará em 2ª instancia (Deer. n. 5467 de 12 de Novembro de 1873, art. 18).

Servirá de Escrivão na appellação aquelle que o Juiz de Direito designar.

Art. 39. O prazo dentro do qual devem subir os autos á instancia superior para o julgamento da appellação (Deer. cit., art. 20) será:

1.º De 10 a 30 dias, conforme a distancia da parochia, si a appellação fór interposta de sentença do Juiz de Paz.

2.º De 30 dias, si a appellação fór interposta de sentença proferida pelo Juiz Municipal do termo em que o Juiz de Direito residir, ou pelo Juiz de Direito de comarca especial.

3.º De dous mezes, si a sentença fór proferida pelo Juiz Municipal de outro termo da comarca.

4.º De tres mezes, si a sentença fór do Juiz de Direito de qualquer comarca geral da Provincia em que estiver a Relação, excepto as de Goyaz e Matto Grosso.

5.º De quatro mezes, si a sentença fór do Juiz de Direito de qualquer comarca geral de Goyaz e Matto Grosso, ou de Provincia onde não houver Relação.

Art. 40. Os prazos designados no artigo antecedente são contados da data da publicação do despacho, pelo qual fôr recebida a appellação, são communs a ambas as partes, não se podem prorrogar ou restringir, nem se interrompem pela superveniencia das ferias (Decr. cit., art. 21).

Art. 41. Compete ao Juiz da causa julgar deserta e não seguida a appellação, si, findo o prazo legal, não tiverem sido os autos remettidos para a instancia superior.

Art. 42. Para o julgamento da deserção deverá ser citado o appellante ou o seu procurador judicial, para dentro de tres dias allegar embargos de justo impedimento.

Art. 43. Consideram-se impedimentos attendiveis, para ser o appellante relevado da deserção da appellação, os casos fortuitos de doença grave ou prisão do appellante, embargo do Juizo, ou obstaculo judicial opposto pela parte contraria (Dec. cit., art. 25).

Art. 44. Ouvido o appellado sobre a materia dos embargos por 24 horas, si o juiz relevar da deserção o appellante, lhe assignará de novo para a remessa dos autos outro tanto tempo quanto fôr provado que esteve impedido.

Art. 45. Si o Juiz não relevar da deserção o appellante ou si, findo o novo prazo, não tiverem sido ainda remettidos os autos para a instancia superior, será a sentença executada.

Art. 46. Na appellação das sentenças proferidas pelos Juizes de Paz, si não tiverem sido os autos remettidos para a instancia superior, se procederá do mesmo modo, citando-se o appellante para dizer dentro de 24 horas, que correrão no cartorio, sobre o impedimento que teve para o não seguimento da appellação; e com a resposta do appellante e provas *in continenti* produzidas, ou sem ellas, o Juiz de Paz proferirá a sua sentença, julgando deserta a appellação, ou assignando novo prazo para a expedição dos autos (Decr. cit., art. 22).

Art. 47. Compete aos Juizes Municipaes o processo da deserção da appellação nas causas do julgamento do Juiz de Direito até a sentença, e de deserção exclusivamente (Decr. cit., art. 26).

Art. 48. Continúa abolido o instrumento de dia de apparecer (Decr. cit., art. 27).

Art. 49. Nas appellações interpostas para o Tribunal da Relação, apresentados os autos ao Secretario do Tribunal, será alli a causa entre as partes discutida e julgada pela fórma determinada no Decr. n. 4824 do 22 de Novembro de 1871, art. 70, e no Decr. n. 5618 de 2 de Maio de 1874.

SECÇÃO II

Da revista

Art. 50. O recurso de revista será interposto para o Supremo Tribunal de Justiça, e póde ter logar das sentenças proferidas nas Relações, si o valor da causa, no commercial, exceder á alçada de 5:000\$, e no civil a de 2:000\$, ainda quando não tenham sido as mesmas sentenças embargadas (Lei n. 799 de 16 de

Setembro de 1854, art. 1.º—Deer. n. 2342 de 6 de Agosto de 1873, art. 1.º § 6.º — Lei n. 3272 de 5 de Outubro de 1885, art. 1.º).

Art. 51. A interposição da revista, a remessa dos autos e o julgamento no Supremo Tribunal continuam a ser regulados pela Lei de 18 de Setembro de 1828 e pelos Decretos de 9 de Novembro de 1830, de 17 de Fevereiro de 1838 e n. 5618 de 1874, art. 130.

Art. 52. O Supremo Tribunal de Justiça só concederá revista por nullidade do processo, ou por nullidade da sentença, nos precisos termos declarados no Tit. 2.º, Caps. 1.º e 2.º, parte 3.ª do Regul. n. 737 de 25 de Novembro de 1850 sobre as nullidades.

SECÇÃO III

Dos aggravos.

Art. 53. Os aggravos são de petição e de instrumento, e serão interpostos dos despachos mencionados no art. 669 do Regul. n. 737 de 25 de Novembro de 1850, e art. 15 do Regul. n. 143 de 15 de Março de 1812; continuando este a vigorar para os casos não previstos no presente Regulamento.

Art. 54. Cabe também o aggravo :

1.º Dos despachos pelos quaes se não manda proceder a sequestro nos casos em que elle tem logar, segundo a Lei n. 3272 de 5 de Outubro de 1885, art. 4.º § 3.º

2.º Da decisão do Juiz que pronuncia a desapropriação por utilidade publica geral, provincial ou municipal.

Art. 55. Ao aggravo podem ser juntos quaesquer documentos antes de apresentados os autos ao Juiz *a quo* para fundamentar o seu despacho.

Art. 56. O aggravo interposto do despacho sobre licença para casamento, supprido o consentimento do pai ou tutor, é sempre de petição e não de instrumento.

Art. 57. Subsistem as cartas testemunhaveis que os Escrivães, sob a sua responsabilidade, são obrigados a tomar.

Art. 58. Ficam abolidos os aggravos no auto do processo.

CAPITULO III

DAS NULLIDADES

SECÇÃO I

Das nullidades do processo.

Art. 59. São reguladas as nullidades do processo pelo que se acha estabelecido nos arts. 672 e 679 do Regul. n. 737 de 25 de Novembro de 1850, com os seguintes additamentos :

§ 1.º Entre os requisitos, que determinam as mesmas nullidade, comprehende-se a preterição de alguma formula que a Lei

exige sob pena de nullidade, e bem assim a não exhibição inicial dos instrumentos do contrato, nos casos em que a Lei considera essencial para ser admittida a acção em Juizo.

§ 2.º A ratificação das partes, nos casos em que é indispensavel para sanar qualquer nullidade, deve sempre ser expressa por termo nos autos.

Art. 60. Entre as nullidades, que podem ser ratificadas pelas partes, não se comprehende a que resulta da presença do menor impubere em Juizo sem a assistencia do seu tutor, devendo ella sempre ser pronunciada pelo Juiz.

Art. 61. A nullidade do processo, resultante da falta de citação do tutor ou curador de menores e interdictos, só subsistirá quando a sentença tiver sido desfavoravel aos mesmos menores e interdictos.

SECÇÃO II

Das nullidades da sentença

Art. 62. A sentença é nulla, ou póde ser annullada, nos casos e pelos meios de que tratam os arts. 680 e 681 do cit. Regul. n. 737 de 25 de Novembro de 1850.

SECÇÃO III

Das nullidades dos contratos

Art. 63. A arguição das nullidades dos contratos terá logar nos termos e para os effeitos declarados nos arts. 682 a 694 do mencionado Regul. n. 737 de 25 de Novembro de 1850.

CAPÍTULO IV

DAS ACÇÕES E EXECUÇÕES HYPOTHECARIAS

Art. 64. Nas acções e execuções hypothecarias, além do disposto nos Capítulos antecedentes para as execuções em geral, serão tambem observadas as seguintes disposições:

Art. 65. Compete ao credor por titulo hypothecario a acção executiva regulada pelos arts. 310 a 317 do Regul. n. 737 de 25 de Novembro de 1850, seja ella intentada contra o devedor ou contra os terceiros detentores, seja pelo credor originario ou pelo cessionario; derogado o art. 14 da Lei n. 1237 de 24 de Setembro de 1864.

Art. 66. Será iniciada a acção pela expedição do mandado para que o réo pague *in continenti*, e na falta de pagamento para que se proceda à penhora no immovel ou immoveis hypothecados; dispensado o sequestro como preparatorio da acção.

Art. 67. Achando-se ausente, ou occultando-se o devedor, de modo a tornar-se impossivel a prompta intimação do mandado executivo, poderá o credor requerer que se proceda ao sequestro do immovel ou immoveis hypothecados, como medida assecuratoria dos seus direitos. O sequestro assim feito se resolverá em penhora, quando pela effectiva intimação do mandado fôr posta a acção em Juizo.

Art. 68. Realizado o sequestro, produzirá desde logo todos os seus effeitos juridicos (Regul. n. 3453 de 26 de Abril de 1865, art. 286 § 1º), sem que sejam contra elle admissiveis recursos de especie alguma.

Art. 69. Para a concessão do mandado executivo ou do mandado de sequestro, nos casos em que é este autorizado, torna-se indispensavel a exhibição da escriptura de hypotheca devidamente revestida das formalidades legais, instruindo a petição em que taes diligencias forem requeridas.

Art. 70. Dado o caso de ser a acção intentada contra os herdeiros ou successores do originario devedor, é bastante que a intimação do mandado executivo seja feita áquelle que estiver na posse e cabeça do casal, ou na administração do immovel ou immoveis hypothecados, para com elle, como pessoa legitima, correr a acção todos os seus devidos termos.

Art. 71. A intimação aos demais interessados, estejam presentes ou ausentes, poderá ter logar por meio de editaes affixados nos logares publicos e publicados pela imprensa, onde a houver, com o prazo de trinta dias, estando presentes na Provincia, e por noventa, estando fóra della ou do Imperio, para que venham a Juizo requerer o que entenderem a bem do seu direito, sob pena de revelia (Lei n. 3272 de 5 de Outubro de 1885, art. 1º § 2º).

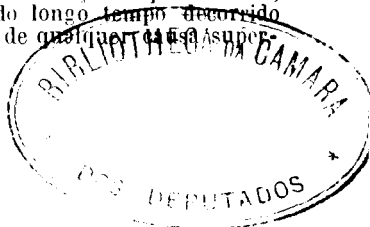
Art. 72. A intimação, no caso de que trata o artigo antecedente, será posterior á penhora, e esta só será accusada na mesma audiencia, em que o fôr a intimação, depois de decorrido o prazo designado nos editaes; ficando logo assignados os seis dias da Lei para os embargos.

Art. 73. A conciliação será posterior á penhora.

Art. 74. Por igual modo determinado nos arts. 70 e seguinte, e verificadas as hypotheses nelles previstas, se procederá á conciliação, sendo bastante a citação pessoal do herdeiro que estiver na posse e cabeça do casal, ou na administração do immovel ou immoveis hypothecados, feita por editos a dos demais interessados.

Art. 75. A jurisdição será commercial, e o fóro competente o do domicilio, o do contrato ou o da situação dos bens hypothecados, á escolha do credor.

Art. 76. Os bens penhorados serão levados á praça pelo mesmo valor por que tiverem sido hypothecados ás sociedades de credito real, dispensada nova avaliação, á qual só se procederá por accôrdo expresso das partes ou dada a alienação daquelle valor; para mais ou para menos, por effeito do longo tempo decorrido depois da celebração do contrato ou de qualquer causa superveniente.



Art. 77. Os bens hypothecados podem ser arrematados ou adjudicados, qualquer que seja o valor a elles dado e a importância da dívida.

CAPITULO V

DOS EMBARGOS NAS ACÇÕES E EXECUÇÕES HYPOTHECARIAS

Art. 78. Contra as escripturas de hypotheca e respectiva execução sómente são permittidos ao executado os embargos :

§ 1.º De nullidade de pleno direito, isto é, quando a Lei formalmente a pronuncia em razão de manifesta preterição de solemnidades visivel pelo proprio instrumento ou por prova litteral, e quando, posto que não expressa na Lei, se subentende, por ser a solemnidade preterida substancial para a existencia do contrato e fim da Lei ; como si o instrumento foi feito por official publico incompetente, sem data e designação do lugar, sem assignatura das partes e testemunhas e sem prévia leitura na presença das mesmas partes e testemunha (Regul. n. 737 de 1850, art. 684 §§ 1º e 2º).

§ 2.º De nullidade do processo e sentença com prova constante dos autos ou offerecida *in continenti* (cit. Regul., art. 577 § 1º).

§ 3.º De nullidade e excesso da execução até á penhora (cit. Regul., art. 577 § 1º n. 2).

§ 4.º De moratoria, concordata, compensação nos termos dos arts. 439 e 440 do Código Comm.; de declaração de quebra, de pagamento, novação, transacção e prescrição supervenientes á sentença, ou não allegados e decididos anteriormente (cit. Regul., art. 557 § 1º n. 7).

§ 5.º Infringentes do julgado, com prova *in continenti* do prejuizo, sendo oppostos :

1.º Pelo menor e pessoas semelhantes ás quaes compete o beneficio de restituição ;

2.º Pelo revel ;

3.º Pelo executado, offerecendo documentos obtidos depois da sentença (Regul. cit., art. 577 § 8º).

§ 6.º Os offerecidos depois do acto da arrematação e antes de assignada a carta de arrematação ou de adjudicação, consistentes :

1.º Em nullidade, desordem ou excesso da execução, occorridos depois da penhora ;

2.º Em pagamento, novação, transacção, compensação, prescrição, moratoria, concordata, declaração do quebra supervenientes á penhora ;

3.º Em o beneficio de restituição § (Regul. cit., art. 578 e §§).

§ 7.º Os de nullidade pronunciados pela Legislação hypothecaria, taes como :

1.º Constituição da hypotheca convencional por outro meio que não seja a escriptura publica (art. 4º § 6º da Lei n. 1237 de 24 de Setembro de 1864) ;

2.º Hypotheca convencional não especializada e comprehensiva de bens futuros (art. 4.º da mesma Lei);

3.º Constituição da hypotheca para garantia de dividas contrahidas antes da data da escriptura nos 40 dias precedentes à época legal da quebra (cit. Lei, art. 2.º § 11);

4.º A falta de designação da importância da divida garantida pela hypotheca (Regul. cit., art. 119);

5.º A cessão da hypotheca inscripta, sem ser por escriptura publica ou por termo judicial (Lei n. 1237 de 24 de Setembro de 1864, art. 12, e Regul. cit., art. 245).

Art. 79. Fica salvo em todo o caso ao devedor, antes de ser accionado ou fora da acção e execução hypothecarias, o direito de annullar ou rescindir a escriptura de hypotheca por meio de acção ordinaria.

Art. 80. Aberto o concurso de preferencia nos casos do art. 609 do Regul. n. 737 de 1850, podem contestar a validade das escripturas de hypotheca tanto os credores hypothecarios como os chirographarios; sendo licito a uns e outros articular quaesquer nulidades não só de pleno direito, como as resultantes de simulação, dolo e falsidade das dividas executadas para impedirem o effeito de contratos celebrados em fraude da execução (Regul. n. 737 de 1850, arts. 617 e 686 §§ 4.º e 5.º, e art. 5.º da Lei n. 3272 de 5 de Outubro de 1885).

Art. 81. Fóra dos casos de insolvabilidade e de fallencia do devedor, prevalecem as disposições do art. 240 § 5.º e do art. 292 § 3.º do Decr. n. 3433 de 26 de Abril de 1865 para o effeito de não poderem os immoveis hypothecados ser executados por outro credor que não seja hypothecario e com hypotheca inscripta sobre o mesmo immovel, nem tão pouco ser admittidos outros credores a obstar o pagamento do credor hypothecario na execução por elle promovida (Lei n. 3272 de 5 de Outubro de 1885, art. 5.º).

Art. 82. A disposição do artigo precedente não exclue o direito, que assiste aos demais credores hypothecarios ou chirographarios, de demandarem por acção ordinaria a annullação da escriptura de hypotheca contra elles opposta.

Art. 83. Para o levantamento do preço da arrematação em execução promovida por credor hypothecario não é mister a citação de quaesquer credores, salvo si a coisa arrematada estiver sujeita a outra hypotheca ou penhor agricola devidamente inscriptos, que dêem direito á prelação.

Paragrapho unico. Havendo outro credor hypothecario ou pignoratício, a quem caiba a prelação e cujos titulos se acharem inscriptos, será citado para em prazo certo allegar o seu direito sobre o preço da arrematação, sob pena de ser o mesmo preço levantado, não se tendo elle apresentado para disputar a preferencia.

Art. 84. Dado o caso de duas ou mais hypothecas sobre o mesmo immovel, não podem os credores por hypothecas posteriores e de prazos menos longos promover a execução sobre o immovel hypothecado antes de vencidas as primeiras hypothecas,

para que possa haver a disputa sobre a preferencia de que trata o § 3º do art. 292 do Regul. n. 3453 de 26 de Abril de 1865.

Art. 85. Nas execuções promovidas por credores chirographarios contra o devedor commum, poderá o credor hypothecario defender, por via de embargos, os seus direitos e privilegios, para o fim de obstar a venda do immovel ou immoveis hypothecados.

Art. 86. Continuam em pleno vigor as disposições da Lei n. 1237 de 24 de Setembro de 1864, do Decr. n. 3453 de 26 de Abril de 1865 e do Decr. n. 3471 de 3 de Junho do mesmo anno, em tudo quanto não tiver sido alterado pela Lei n. 3272 de 5 de Outubro de 1885 e pelo presente Regulamento.

CAPITULO VI

DAS ESCRIPTURAS DE HYPOTHECA

Art. 87. E' da substancia das escripturas de hypotheca, além dos demais requisitos exigidos pela Legislação em vigor :

1.º Nos contratos celebrados com as sociedades de credito real, a declaração do valor do immovel ou immoveis hypothecados, determinado por accôrdo das partes contratantes (Lei n. 3272 de 5 de Outubro de 1885, art. 4º § 6º, e Lei n. 1237 de 24 de Setembro de 1864, art. 13 § 5º).

2.º Em todos os contractos em geral a declaração expressa, que nellas deve ser feita pelo devedor, de estarem ou não os seus bens sujeitos a quaesquer responsabilidades por hypothecas legaes. (Lei n. 3272 de 5 de Outubro de 1885, art. 8º).

§ 1.º A inexactidão ou falsidade da declaração exigida no numero antecedente, importa para o devedor as penas do crime de estellionato (Lei n. 3272 citada, art. 8º).

§ 2.º Incurrerá em responsabilidade por falta de exacção no cumprimento dos seus deveres o Tabellião que lavrar escriptura de hypotheca com preterição de qualquer dos dous requisitos decretados neste artigo (Cod. Crim., art. 154).

TITULO II

CAPITULO I

DA INSCRIÇÃO DAS HYPOTHECAS LEGAES DA MULHER CASADA, MENORES E INTERDICTOS

Art. 88. As hypothecas legaes da mulher casada, menores e interdictos só valem contra terceiros depois de devidamente inscriptas (Lei n. 3272 de 5 de Outubro de 1885).

Art. 89. As ditas hypothecas legaes, constituidas antes da execução da Lei n. 3272 de 5 de Outubro de 1885 e que, nos termos do art. 9º da Lei n. 1237 de 24 de Setembro de 1864 e do art. 132 do Decr. n. 5453 de 26 de Abril de 1865, embora não registradas, produziam contra terceiros todos os seus effectos, devem ser inscriptas no Registro geral dentro do prazo de um anno, a contar da data da publicação do presente Regulamento, sob pena de caducidade.

Art. 90. Para o effecto do disposto no artigo antecedente, pôde a inscripção ser promovida por todos aquelles que nella tiverem interesse, taes como — a mulher, independente de licença do marido, os paes e mães, os filhos puberes, independente da assistencia do seu tutor, os doadores, os avós, irmãos e quaesquer parentes.

Art. 91. São obrigados a promover a mesma inscripção:

1.º Os Juizes do civil e os maridos, quanto ás hypothecas legaes das mulheres casadas.

2.º Os Juizes e Escrivães dos Orphãos, paes, tutores e Curadores geraes e especiaes, quanto ás dos menores e interdictos.

3.º Os Tabelliães em cujas notas tenham sido celebradas escripturas de dote, de casamento com exclusão da communhão de bens, de doações com a mesma clausula, e das que forem feitas a menores e interdictos.

4.º Os testamenteiros, quanto ás hypothecas de heranças e legados a menores e interdictos, e a mulheres casadas com a clausula de incommunicabilidade.

5.º Os Juizes e Escrivães da Provedoria, nos mesmos casos previstos em o numero antecedente.

Art. 92. Todavia, as alludidas hypothecas legaes podem ser especializadas e inscriptas como especiaes, de conformidade com a Lei hypothecaria n. 1237 de 24 de Setembro de 1864, e pela fórma determinada no Regul. n. 3453 de 26 de Abril de 1865, arts. 157 e seguintes.

SECÇÃO I

Da inscripção das hypothecas anteriores e a requerimento da parte

Art. 93. Para a inscripção promovida pelas partes interessadas, basta uma simples petição ao Juiz competente, o do civil si for a hypotheca legal de mulher casada, o dos orphãos, si de menores e interdictos, requerendo a citação do responsavel para que dentro do prazo de oito dias, assignado em audiencia, proceda á inscripção de sua responsabilidade; com a comminação de que, não o fazendo, será a mesma inscripção realizada mediante extractos que, em duplicata, serão para este fim expedidos pelo Escrivão com certidão do titulo de responsabilidade.

SECÇÃO II

Da inscrição das hypothecas anteriores promovida *ex officio*

Art. 94. Para a inscrição obrigatoria das hypothecas, de que se trata, deverão, logo depois de expedido este Regul., ser observadas as seguintes disposições:

Art. 95. Os Tabelliães, revendo seus livros de notas, organizarão por simples extractos uma relação de todas as escripturas, celebradas depois da execução da Lei n. 1237 de 24 de Setembro de 1864 e do Regul. n. 3453 de 26 de Abril de 1865, quer de casamento por contrato dotal ou com separação de bens, quer de todas as doações feitas não só a mulheres casadas com a clausula de incommunicabilidade, como a menores e interdictos, e remetterão dentro do prazo de tres mezes ao Official do Registro geral afim de verificar si se acham as mesmas escripturas devidamente inscriptas.

§ 1.º O Official do Registro depois dos precisos exames deverá, dentro de 30 dias, devolver a dita relação ao cartorio, devidamente annotada com a declaração affirmativa ou negativa da inscrição em frente ao extracto de cada uma das escripturas.

§ 2.º Os Tabelliães, de posse da mencionada relação, a farão apresentar immediatamente aos Juizes de Direito nas comarcas geraes e aos do civil nas comarcas especiaes, sendo ao da 1ª vara, onde houver mais de um.

Art. 96. Os Escrivães dos orphãos, revendo os livros de termos de tutela e curatella lavrados depois da execução da Lei n. 1237 de 24 de Setembro de 1864 e do Regul. n. 3453 de 26 de Abril de 1865, organizarão uma relação dos tutores e curadores que ainda não tiverem inscripto as suas hypothecas, para ser apresentada dentro do prazo de tres mezes aos Juizes de Orphãos; contendo a dita relação os nomes dos menores e interdictos, sua filiação e domicilio.

Art. 97. Os Escrivães da Provedoria, revendo os testamentos abertos depois da mesma data, delles extrahirão, com a precisa individuação, as verbas testamentarias de heranças e legados deixados a mulheres casadas com a clausula de incommunicabilidade, a menores e interdictos, remettendo dentro do prazo de tres mezes uma relação das primeiras ao Juiz do civil e uma das segundas ao Juiz dos Orphãos; e bem assim organizarão, para ser presente ao Juiz da Provedoria, uma relação dos testamentos, cujas contas não tenham ainda sido tomadas e dos quaes constem verbas nas condições mencionadas.

Art. 98. São excluidos das relações determinadas nos arts. 95, 96 e 97 as escripturas, os termos de tutela e curatella, e as verbas testamentarias relativas a inventarios, cujas partilhas tenham sido julgadas, a tutelas e curatellas, e a testamentarias, de que tenham sido prestadas as contas, ou a casamentos dissolvidos e a tutelas e curatellas extinctas, sem prejuizo do disposto no art. 9º § 3º da Lei n. 1237 de 24 de Setembro de 1864.

Art. 99. Incumbe ao Curador geral dos orphãos, sob a sua responsabilidade, velar na fiel observancia do disposto nos artigos antecedentes, requerendo aos respectivos Juizes as providencias que entender necessarias, nos casos de falta ou omissão por parte dos funcçionarios indicados.

Art. 100. Recebidas as ditas relações, mandarão os Juizes do civil e dos orphãos notificar *ex officio* os responsaveis para no prazo de 15 dias procederem á inscripção das hypothecas legaes de suas mulheres e os dos seus filhos, tutelados e curatellados; realizando-se, no caso contrario, a mesma inscripção nos termos do Art. 93.

SECÇÃO III

Da inscripção das novas hypothecas legaes da mulher casada, menores e interdictos

Art. 101. Proceder-se-ha á inscripção official das hypothecas legaes constituídas depois da Lei n. 3272 de 5 de Outubro de 1885, de conformidade com os arts. 188 a 217 do Regul. n. 3453 de 26 de Abril de 1865, que subsistem em inteiro vigor.

Paragrapho unico. Si os responsaveis não procederem á inscripção que lhes cabe nos prazos legaes, será applicavel a disposição dos arts. 93 e 100 do presente Regul., incumbindo ao Tabellião e ao Escriptor da Provedoria, além da notificação feita ao marido nos termos do art. 190 do citado Regul. de 1865, comunicar ao Juiz competente certidão da escriptura ou do testamento para ter logar a dita inscripção.

CAPITULO II

DAS PENAS

Art. 102. Além das penas do Cod. Crim. para os casos de omissão ou de falta de exacção no cumprimento de deveres, e das que se acham decretadas no § 22 do art. 9.º da Lei n. 1237 de 24 de Setembro de 1864 e mais Legislação em vigor, incorrem tambem nas seguintes (Lei n. 3272 de 5 de Outubro de 1885, art. 8.º) :

§ 1.º De multa de 200\$ a 500\$000 :

1.º Os Juizes que *ex officio*, ou a requerimento dos interessados e do Curador geral dos orphãos, deixarem de compellir os Tabelliães á organização e remessa das relações das escripturas, a que se refere o art. 95, e a aquellos que, tendo recebido a relação que lhes fôr remettida, deixarem de cumprir o dever que lhes é imposto no art. 100.

2.º Os Juizes de orphãos que, *ex officio* ou a requerimento dos interessados e do Curador geral, não compellirem os seus Escrivães á apresentação da relação nos termos de tutela e curatella nas condições de que trata o art. 96, e aquelles que, tendo recebido a referida relação, bem como as que lhes forem enviadas pelos Tabelliães, deixarem de cumprir o dever que lhes é imposto no art. 100.

3.º Os Juizes da Provedoria que, *ex officio* ou a requerimento dos interessados e do Curador geral dos orphãos, deixarem de compellir os seus Escrivães á organização das relações indicadas no art. 97 para terem o destino ahí prescripto.

4.º Em geral, os Juizes que deixarem de fazer effectiva a imposição das multas em que por este Regulamento tenham incorrido os Tabelliães e Escrivães.

5.º Os Curadores geraes dos orphãos que deixarem de requerer as diligencias necessarias para a effectividade da inscripção das hypothecas legais dos menores e interdictos.

§ 2.º De multa de 100\$ a 300\$000 :

1.º Os Tabelliães de notas que, dentro do prazo de tres mezes da publicação deste Regul., deixarem de extrahir as relações decretadas no art. 95, e não lhes derem o destino ahí prescripto.

2.º Os Escrivães dos orphãos que, tambem no prazo de tres mezes da publicação deste Regulamento, deixarem de formular as relações a que se refere o art. 96, ou não derem a ellas o destino ahí ordenado.

3.º Os Escrivães da Provedoria que, ainda dentro do prazo de tres mezes decorridos da publicação deste Regulamento, deixarem de cumprir qualquer das obrigações que lhes são impostas no art. 97.

4.º O Official do Registro geral que fôr omisso no cumprimento do dever que lhe incumbe o art. 95 § 1º, e que der causa á demora do registro, dentro dos prazos marcados.

Art. 103. São competentes para a imposição das multas decretadas:

1.º O Tribunal da Relação quanto áquellas em que tenham incorrido os Juizes de Direito do Cível, dos Orphãos e da Provedoria, nas comarcas especiaes.

2.º Os Juizes de Direito das comarcas geraes quanto ás comminadas contra os Juizes Municipaes, dos Orphãos, de Capellas e Resíduos.

3.º Os Juizes de Direito do Cível, dos Orphãos e da Provedoria nas comarcas especiaes, e os Juizes Municipaes, dos Orphãos, de Capellas e Resíduos nas comarcas geraes, quanto ás que deverem ser impostas aos Curadores geraes, Tabelliães e Escrivães respectivos.

Art. 104. As referidas multas serão impostas *ex officio* ou a requerimento dos Curadores geraes e das partes interessadas, e constarão de decisões motivadas, das quaes se remetterão cópias authenticas á competente estação fiscal, para serem cobradas executivamente como renda do Estado.

Art. 105. Dos despachos, em que forem ou não impostas as multas pelos Juizes, cabe recurso, que deve ser interposto dentro do prazo de cinco dias ; e das que forem pelo Tribunal da Relação não haverá outro recurso além de embargos ao acórdão proferido.

TITULO III

CAPITULO UNICO

DO PENHOR AGRICOLA

Art. 106. Podem ser objecto de penhor agricola:

1.º As colheitas pendentes.

2.º Os productos agricolas já armazenados, seja no estado primitivo, seja depois de beneficiados, manufacturados e acondicionados para a venda.

3.º Os animaes, machinas, instrumentos e quaesquer accesorios não comprehendidos em escripturas de hypotheca.

4.º Os mesmos objectos mencionados nos numeros antecedentes que, posto comprehendidos em escripturas de hypotheca, forem dellas desligados por consentimento expresso do credor hypothecario.

Art. 107. Sob a garantia do penhor agricola, definido no artigo antecedente, poderão os bancos, sociedades de credito real e em geral todo capitalista fazer emprestimos, por prazo que não exceda de dous annos, aos agricultores, sejam estes proprietarios da terra, ou arrendatarios della, ou colonos, ou simplesmente pessoas autorizadas para cultivar-a por concessão graciosa dos proprietarios.

§ 1.º Depende do consentimento expresso do proprietario, para que tenha validade, o contrato de penhor agricola, que fôr constituído pelos arrendatarios, colonos e quaesquer outros obrigados a prestações.

§ 2.º O contrato de penhor agricola só pôde ser celebrado por escriptura publica ou por termo judicial.

§ 3.º E' da substancia do mesmo contrato a declaração da importancia da divida.

§ 4.º As cessões de divida pignoratícia serão feitas por escriptura publica ou por termo judicial.

§ 5.º O cessionario ou o subrogado exercerá contra o devedor os mesmos direitos que competem ao cedente ou subrogante, depois de competentemente averbada a cessão ou subrogação.

Art. 108. O objecto constituído em penhor agricola ficará em poder do mutuario, que o possuirá em nome do credor e sob a sua responsabilidade pessoal como depositario, para todos os effeitos legaes ; não sendo lícito ao mesmo mutuario distrahir-o ou delle dispor por qualquer modo.

Art. 109. O devedor não fica inhibido de fazer novo penhor quando o valor dos bens exceder o debito anterior ; mas neste caso, effectuado o pagamento de qualquer das dividas, permanecerão os bens empenhados pelas restantes em sua totalidade.

Art. 110. O dominio superveniente revalida os penhores constituidos em boa fé por aquelles que com justo titulo possuíam os bens que serviram de base ao contrato.

Art. 111. Comprehende o contrato de penhor, além dos bens nelle especificados :

1.º O valor do seguro, que no caso de sinistro fôr devido pelo segurador ao segurado.

2.º A indemnização pela qual fôr responsavel aquelle que tiver sido causa da perda ou deterioração dos bens empenhados.

3.º O preço da desapropriação nos casos de necessidade ou utilidade publica.

Art. 112. Serão punidos com as penas do art. 264 do Cod. Crim. a alienação e quaesquer desvios dos objectos dados em penhor agricola sem consentimento do credor, e em geral todos os actos praticados em fraude da garantia pignoratícia.

Art. 113. Ao credor pignoratício são outorgados:

1.º O direito de prelação para ser pago antes de qualquer outro credor com exclusão ainda dos mais privilegiados, salvas as despesas e custas judiciaes.

2.º O da acção executiva e o do sequestro, nos mesmos casos em que cabe este ao credor hypothecario.

3.º O de promover a acção criminal para a imposição das penas comminadas no artigo antecedente, dados os casos nelle previstos.

Art. 114. Como consequencia do disposto no artigo antecedente, não podem os bens dados em penhor ser executados, sob pena de nullidade, por nenhum outro credor que não seja pignoratício, salvos os casos de insolvabilidade e de fallencia, nos quaes se guardará quanto se acha estabelecido para os creditos hypothecarios.

Art. 115. O penhor agricola, para que possa produzir os seus effeitos contra terceiros, depende essencialmente de sua inscripção no Registro geral ; observando-se tudo quanto se acha estabelecido para a inscripção das hypothecas convencionaes.

§ 1.º As cessões e subrogações do penhor serão averbadas no Registro geral para que possam valer contra terceiros.

§ 2.º A inscripção será feita no Registro da comarca, onde existirem os bens que servirem de base ao contrato, e só ahi serão tambem realizadas as averbações das cessões e subrogações, e o respectivo cancelamento.

Art. 116. Extingue-se o penhor:

1.º Pela extinção da obrigação principal.

2.º Pela destruição da cousa empenhada, salva a hypothese da subrogação do preço do seguro.

3.º Pela renuncia do credor.

4.º Pela sentença passada em julgado, annullando ou rescindindo o contrato.

Paragrapho unico. A extincção do penhor só começa a produzir effeito depois do cancelamento do Registro, ao qual se procederá por meio de uma certidão escripta na columna das averbações do livro respectivo, datada e assignada pelo Official do Registro, com declaração do mesmo cancelamento, da razão e do titulo em virtude dos quaes fôr elle feito.

Art. 117. A venda do penhor será feita pela fôrma estipulada no contrato, ou por aquella em que as partes concordarem posteriormente, na falta de prévia estipulação.

Art. 118. Na excussão do penhor agricola será observado tudo que fica estabelecido nos Caps. 4º e 5º do Tit. 1º, quanto á fôrma do processo da acção e execução dos creditos hypothecarios, com inteira applicação das prescripções relativas á competencia de jurisdicção e de fôro, ao processo executivo, á propositura da acção, ao sequestro e penhora, á arrematação, á adjudicação e remissão dos bens penhorados, embargos, concurso de preferencia, nullidades e recursos, sua interposição, seguimento e casos, em que são elles cabidos.

TITULO IV

CAPITULO UNICO

DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 119. As disposições contidas na Lei n. 3272 de 5 de Outubro de 1885 só regerão as acções e execuções por dividas contrahidas depois da publicação do presente Regulamento.

Art. 120. Prevalece o disposto no artigo antecedente, mesmo quanto á acção e execução dos creditos constantes de escripturas ou titulos anteriores que tenham sido passados ainda que de accôrdo com as prescripções da nova Lei.

Art. 121. As acções e execuções, já iniciadas e que estiverem pendentes no Juizo de qualquer instancia, continuarão a ser processadas e regidas pela Legislação anterior.

Art. 122. A isenção outorgada pelo art. 9º da Lei n. 3272 de 5 de Outubro de 1885 ás letras hypothecarias, para o effeito de não poderem ser penhoradas senão na falta absoluta de outros bens, é extensiva ás letras hypothecarias emittidas antes da mesma Lei.

Art. 123. As custas judiciaes nas acções e execuções hypothecarias e pignoraticias serão cobradas pelas mesmas taxas estabelecidas no Regul. n. 5737 de 2 de Setembro de 1874 para todas as especies de acções e execuções, derogada a restricção decretada no § 4º do art. 14 da Lei n. 1237 de 24 de Setembro de 1864.

Art. 124. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Palacio do Rio de Janeiro em 23 de Janeiro de 1886.— *Joaquim Delfino Ribeiro da Luz.*



DECRETO N. 9550 — DE 23 DE JANEIRO DE 1886

Concede á Companhia da estrada de ferro do Norte privilegio para a construcção de um ramal que termine no Alto da Boa Vista, na Serra da Tijuca.

Attendendo ao que Me requereu a Companhia estrada de ferro do Norte, Hei por bem Conceder-lhe privilegio para a construcção, uso e gozo de um ramal da mesma estrada que, partindo das immedições da rua Mariz e Barros, nesta cidade do Rio de Janeiro, termine no Alto da Boa Vista, na Serra da Tijuca, mediante as clausulas que com este baixam assignadas por Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 23 de Janeiro de 1886, 65^a da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Antonio da Silva Prado.

**Clausulas a que se refere o Decreto
n. 9550 desta data**

I

E' concedido á Companhia estrada de ferro do Norte privilegio por 70 annos para a construcção, uso e gozo de um ramal da mesma estrada que, partindo das immedições da rua Mariz e Barros, nesta cidade do Rio de Janeiro, termine no Alto da Boa Vista, na Serra da Tijuca.

II

Em relação a este ramal a companhia fica sujeita a todas as clausulas da concessão da sua linha principal, feita pelo Decreto n. 8725 de 4 de Novembro de 1882, exceptuadas as que não estiverem de accôrdo com as do presente Decreto, e não gozando a companhia, outrosim, da isenção de direitos concedida no § 3^o da 1^a das referidas clausulas.

III

O ramal dividir-se-ha em dous trechos: o primeiro, seguindo o valle do rio Maracanã até a raiz da Serra da Tijuca, será construido nas mesmas condições da linha principal; e o segundo, comprehendido entre o ponto terminal do primeiro e o Alto da Boa Vista, desenvolver-se-ha pela estrada velha, existente entre

esses pontos, e será construido segundo o systema de Riggembach, nas melhores condições de curvatura e declividade, que o terreno permittir ; o trafego, porém, deverá ser feito sem baldeações, percorrendo os carros todo o ramal.

IV

A companhia submeterá os estudos definitivos do ramal á approvação do Governo no prazo de seis mezes contados da presente data ; os trabalhos de construcção começarão no de um anno contado da mesma data, devendo proseguir sem interrupção e ficar concluidos e o ramal aberto ao trafego até um anno depois.

V

As obras serão executadas de modo que os encanamentos publicos nenhum damno sofram, e as aguas não sejam turvadas por quaesquer residuos provenientes do serviço da estrada ou de suas dependencias.

Em tempo algum a companhia poderá impedir o estabelecimento de quaesquer encanamentos publicos, ou que se façam as obras necessarias á passagem das aguas destinadas ao abastecimento, a fins agricolas ou industriaes.

Si em qualquer tempo o Governo reconhecer a necessidade de novas obras determinadas pelo estabelecimento deste ramal, quer para garantia da pureza das aguas, quer para a conservação de facil transito pelas vias de communicação existentes, a companhia será obrigada a executar-as á sua custa, ficando ao Governo o direito de fazel-o por conta da mesma companhia si ella recusar construil-as.

Na construcção do ramal serão observadas as mais disposições das clausulas da concessão da linha principal, e bem assim, no que fór applicavel, o Regulamento de 26 de Dezembro de 1874.

VI

Na presente concessão o privilegio resulta de não poder o Governo autorizar a construcção de qualquer outra estrada de ferro entre os pontos terminaes de algum dos dous trechos do ramal, ou que comprehendam os referidos pontos, não impedindo, porém, o estabelecimento de estradas de direcções diversas.

VII

Terão transporte gratuito neste ramal os agentes do Correio e da Policia, o Engenheiro fiscal, seus ajudantes e quaesquer outros empregados publicos que apresentarem passes dos respe-

etivos Chefes declarando que vão em serviço publico, observando-se a esse respeito as prescripções em vigor do Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, ou as que para o futuro forem expedidas pelo mesmo Ministerio.

No caso de incendio em propriedades situadas nas ruas percorridas ou atravessadas pelas linhas ferreas da companhia ou em suas immediações, terão tambem passagem gratuita, independentemente de exhibição de passes, os hombeiros e os agentes policiaes.

Serão transportados com abatimento de 2 % sobre os preços que pagarem os particulares, os materiaes que se destinarem a obras publicas quaesquer.

Em relação aos mais transportes aqui não especificados, subsistem as clausulas da concessão primitiva.

VIII

Findo o prazo do privilegio de 70 annos ficarão pertencendo ao Estado o material fixo e rodante, estações, officinas e quaesquer outras dependencias do ramal que faz objecto da presente concessão, sem que a companhia tenha direito a indemnização alguma.

Esta disposição não comprehende as propriedades immoveis e de raiz estranhas ao serviço e uso do referido ramal.

Palacio do Rio de Janeiro em 23 de Janeiro de 1886.— *Antonio da Silva Prado.*



DECRETO N. 9551 — DE 23 DE JANEIRO DE 1886

Concede permissão á Companhia Agricola e Colonisadora do Vassouras para funcionar no Imperio.

Attendendo ao que requereu a Companhia Agricola e Colonisadora de Vassouras, devidamente representada, e Tendo ouvido o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, exarado em Consulta de 10 de Dezembro do anno proximo findo, Hei por bem Autorizar a sua organização com os estatutos que apresentou, nos quaes eliminar-se-ha a 2ª parte do art. 8.º

Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 23 de Janeiro de 1886, 65º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Antonio da Silva Prado.

ESTATUTOS

CAPITULO I

DA COMPANHIA, SEU FIM E CAPITAL.

Art. 1.º E' constituida uma companhia ou sociedade anonyma denominada « Companhia Agricola e Colonisadora de Vassouras » com sede nesta capital, para os seguintes fins :

1.º Explorar a fazenda denominada — Palmas, sita no municipio de Vassouras, freguezia de Sacra Familia do Tingua, Provincia do Rio de Janeiro, e as que vier a adquirir.

2.º Cultivar nellas o café e a canna, e fazer outra qualquer cultura que convenha ; preparar e vender os respectivos productos, servindo-se dos engenhos existentes e dos que fundar.

3.º Promover a substituição gradual do trabalho servil pelo trabalho livre.

4.º Substituir, tanto quanto for possivel, a lavoura extensiva pela cultura intensiva.

5.º Formar e vender lotes de terra, construir casas e todo o mais preparo necessario á boa collocação de colonos proprietarios do solo, dando preferencia aos meeiros já estabelecidos em terras da companhia.

Paraphrasso unico. A companhia poderá contratar de parceria ou por empreitada a cultura dos cafezaes e dos cannaviaes quando e como a directoria julgar conveniente.

Art. 2.º A companhia durará 30 annos contados do dia em que estes estatutos forem publicados no *Diario Official*.

Art. 3.º O capital social é de 400:000\$, dividido em 2.000 accções de 200\$ cada uma, sendo :

300:000\$ em 1.500 accções integralizadas pela effectiva entrada do respectivo contingente do acccionista Henrique Gaspar Lahmeyer, 100:000\$ em 500 accções que subscvem os abaixo assignados, com entradas immediatas de 10 % e cujo valor será realizado na forma da lei e mediante chamadas annunciadas pela directoria com antecedencia de 15 dias e com intervallos nunca menores de 30 dias.

§ 1.º O capital correspondente ás accções já integralizadas consiste :

A. Na fazenda denominada — Palmas — e sitios annexos, machinas,apparelhos de beneficiar café e engenho de canna, terreiro, cafezaes, bemfeitorias, estimado tudo em 300:000\$, sujeito ao passivo por hypotheca mencionada em escriptura de 9 do corrente, lavrada pelo Tabellião Cunha Junior.

§ 2.º Os bens a que se refere este artigo são especificados na mesma escriptura de 9 de Novembro do corrente anno passada

entre accionistas e considerada como integrante destes estatutos.

§ 3.º Em consequencia do disposto no preambulo e paragraphos precedentes compete a cada um dos accionistas o numero de accções indicado adiante de suas assignaturas.

Art. 4.º Para solver o passivo mencionado no art. 3.º, § 1.º, assim como para maior desenvolvimento da empresa e acquisição de outras terras, e construcção de engenhos, a directoria é autorizada desde já a contrahir um emprestimo até a importancia do capital subscripto, por meio de obrigações ao portador (*debentures*) e garantil-o com hypotheca dos immoveis da companhia, e a chamar a si os emprestimos já contrahidos no Banco do Brazil e com Furquim, Joppert & Comp. por hypotheca dos mesmos bens, podendo passar-lhes novas escripturas de hypotheca como julgar necessario a bem da empresa, para o que lhe são conferidos especiaes poderes.

Art. 5.º O capital poderá ser augmentado por deliberação da assembléa geral, na conformidade da lei.

Art. 6.º Aos subscriptores das 500 accções a que se refere o art. 3.º e aos que representarem o augmento de capital, que não fizerem as entradas nas épocas fixadas pela directoria, poderá esta impór a pena de commisso.

§ 1.º O commisso importa a perda das entradas em beneficio da companhia.

§ 2.º Os accionistas respondem pelo valor das accções que subscreverem ou lhes forem cedidas.

Art. 7.º As accções são nominativas e transferiveis por termos no registro da companhia assignados pelos cedentes e cessionarios ou seus bastantes procuradores.

Art. 8.º A directoria fica autorizada a mandar subdividir os terrenos e collocar nos mesmos colonos nacionaes e estrangeiros; vendel-os aos prazos que entender conveniente, assignando os respectivos contratos e escriptura de divida e hypotheca; bem como a fazer habitações para morada de colonos, que tambem venderá.

CAPITULO II

DA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

Art. 9.º A administração da companhia é exercida por uma direcção de quatro membros, eleitos de tres em tres annos e reelegiveis.

§ 1.º Tres dos directores funcionarão na séde da companhia e escolherão entre si o presidente, o secretario e o thesoureiro.

§ 2.º O 4.º director exercerá as funcções de gerente e é obrigado a residir nas proximidades do estabelecimento ou dará preposto sob sua responsabilidade.

§ 3.º O director-gerente prestará caução de 100 acções e cada um dos outros de 50. As mesmas acções são inalienaveis até approvação das contas.

§ 4.º Só os accionistas podem ser eleitos directores.

Aos directores da sêde, reunidos, compete :

§ 1.º Nomearem e demittirem o profissional ou profissionais necessarios para os trabalhos technicos do engenho, mediante proposta do director-gerente.

§ 2.º Nomearem e demittirem os demais empregados da companhia, à excepção dos immediatos delegados do gerente.

§ 3.º Celebrarem todos os contratos, inclusive o de que tratam os arts. 4.º e 7.º sobre os da competencia do gerente.

§ 4.º Representarem a companhia activa e passivamente em Juizo e fora delle, e perante todas as autoridades constituídas.

§ 5.º Transigirem livremente, adquirirem bens e alienarem os moveis que não prestem utilidade à companhia.

§ 6.º Convocarem a assemblêa geral, ordinaria e extraordinariamente.

§ 7.º Nomearem ao director impedido, substituto d'entre os accionistas.

§ 8.º Em geral, promoverem os interesses da companhia na fôrma destes estatutos e das leis, tomando e praticando todas as providencias que não compitam exclusivamente à assemblêa geral.

Art. 10. Os directores da sêde reúnem-se em sessão, pelo menos, duas vezes por mez. Para haver sessão, basta a presença de dous directores. O presidente tem voto de qualidade em caso de empate. As actas das sessões são assignadas pelos directores presentes. Os directores da sêde servem gratuitamente; todavia, decorridos os tres primeiros annos, a assemblêa geral fixará o vencimento desde que a empresa o possa comportar.

Compete ao director-gerente :

§ 1.º Regular os serviços da fazenda e dos engenhos, fiscalisar-os continuamente, nomear e demittir os delegados necessarios para o auxiliarem.

§ 2.º Fazer os contratos precisos para o fornecimento de materia prima e para a obtenção dos operarios e trabalhadores.

§ 3.º Prestar aos directores da sêde as informações que estes requisitarem, remetter-lhes no fim de cada primeiro semestre do anno social um balanço do estado da empresa, e no fim do segundo as contas e o relatorio que devem ser presentes à assemblêa geral.

§ 4.º Cooperar com os directores da sêde para a prosperidade da empresa e tomar todas as medidas a esse fim necessarias, pondo-as logo em execução e dando dellas communicação aos demais directores.

§ 5.º Velar pela boa conservação de todos os bens e boa execução de todos os trabalhos.

§ 6.º Dirigir a collocação de colonos ou compradores de lotes de terras.

7.º Adiantar aos colonos no primeiro anno de sua installação generos, sementes, ferramentas ou dinheiro, dentro de limites razoaveis.

Art. 11. O director-gerente toma parte nas deliberações da directoria reunida em conselho, quer quando compareça espontaneamente, quer quando for para isso convidado pelos directores da sede e tem o direito de requisitar convocação de reuniões extraordinarias da directoria em assemblea geral.

Art. 12. O director-gerente terá o vencimento de 500\$ mensaes, *pro labore*.

CAPITULO III

DO CONSELHO FISCAL

Art. 13. A assemblea geral em sua sessão ordinaria annual elegera tres fiscaes, accionistas ou não accionistas.

§ 1.º Os fiscaes servem gratuitamente; e exercem as funcções definidas no Regulamento n. 8821 de 30 de Dezembro de 1882, arts. 51 e 54 a 61.

§ 2.º Em seus impedimentos accidentaes são substituidos pelos immediatos em votos e nos demais casos pela maneira prescripta no art. 60 do citado regulamento.

CAPITULO IV

DA ASSEMBLÉA GERAL

Art. 14. A assemblea geral compõe-se de accionistas, em numero legal, regularmente convocados, cujas acções estejam inscriptas em seus nomes com antecedencia minima de 30 dias.

Art. 15. Os accionistas podem fazer-se representar na assemblea por procuradores bastantes, socios ou não socios.

Art. 16. A assemblea é installada pelo director presidente, na falta d'elle por algum dos outros, e na falta de todos pelo accionista mais velho em idade.

Em seguida é nomeado por aclamação ou por escrutinio o presidente da assemblea, o qual designará os secretarios.

Art. 17. A reunião ordinaria é convocada com antecedencia de 15 dias, e a extraordinaria com a de oito por meio de annuncios repetidos ou cartas.

§ 1.º Na reunião ordinaria delibera-se sobre o relatorio e contas da administração e parecer do conselho fiscal, assim como sobre quaesquer assumptos que interessem á companhia.

§ 2.º Nas extraordinarias só se delibera sobre o assumpto que as motivar, constante da ordem do dia, declarada nos annuncios de convocação.

Art. 18. As deliberações da assemblea são tomadas por maioria relativa de votos. Os votos são contados por cabeça, salvo si algum accionista propuzer que o sejam por acções.

§ 1.º Neste ultimo caso cada accionista tem um voto por cinco acções, até ao numero maximo de 20 votos.

§ 2.º Todas as eleições são feitas por escrutinio e por acções.

Art. 19. A assemblea entende-se legitimamente constituida quando concorram accionistas que representem um quarto do capital social. Todavia, nos casos dos arts. 39 e 65 do Regulamento n. 8821 é necessario que se achem assim representados dous terços do capital.

Paragrapho unico. As deliberações da assemblea accórdes com os estatutos e a lei obrigam todos os accionistas, ainda os que ausentes ou dissidentes.

Art. 20. A reunião ordinaria da assemblea tem lugar no correr do mez de Julho de cada anno.

Art. 21. Compete á assemblea geral:

§ 1.º Exercer as attribuições que lhe são conferidas em diversos artigos destes estatutos.

§ 2.º Deliberar livremente sobre todos os negocios da companhia e actos que lhe interessem, com a unica limitação da parte final do art. 63 do Regulamento n. 8821.

§ 3.º Elegar os administradores e fiscoaes.

§ 4.º Resolver os conflictos entre os directores da sede e o gerente, que não tenham sido decididos em conselho por não comparecimento do dito gerente.

CAPITULO V

DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 22. O anno social vai do 1.º de Julho a 30 de Junho seguinte.

Art. 23. Os lucros liquidos provenientes de operações effectivamente concluidas em cada semestre, são applicados a dividendos, deduzidos 5 % para fundo de reserva. Os provenientes da venda das terras terão a applicação que fór determinada pela assemblea geral.

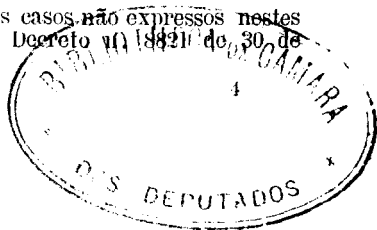
Art. 24. Cessa a deducção quando o fundo de reserva attingir á metade do capital social.

Paragrapho unico. O dito fundo destina-se a fazer face a perdas do capital social, e será restabelecido na forma do art. 23, quando desfalecido em virtude dellas.

Art. 25. Os dividendos não reclamados não vencerão juros a favor do accionista.

Art. 26. Fica entendido que nos casos não expressos nestes estatutos regem as disposições do Decreto n. 18821 do 30 de Dezembro de 1882.

PODER EXECUTIVO 1886



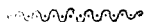
DISPOSIÇÕES TRANSITORIAS

1.^a São nomeados para o primeiro triennio directores da sêde os accionistas: Hermano Joppert, Paulo Furquim de Almeida e Manoel Furquim Severo de Almeida, e director-gerente Henrique Gaspar Lahmeyer.

2.^a Os accionistas Henrique Gaspar Lahmeyer e Furquim, Joppert & Comp., pelos serviços prestados para formação da companhia, têm direito à metade dos lucros líquidos excedentes a 10 % do capital social, depois de deduzida a quota destinada a fundo de reserva, de accordo com o art. 23, enquanto forem accionistas. Dos lucros provenientes de terras vendidas tambem caberá aos accionistas acima referidos uma parte, de conformidade com o que fór deliberado pela assemblea geral.

Rio de Janeiro, 9 de Novembro de 1885.

(Seguem-se as assignaturas.)



DECRETO N. 9552 — DE 23 DE JANEIRO DE 1886

Concede autorização á Companhia «Engenho central de Santa Rosa» para se organizar.

Attendendo ao que requeru a Companhia «Engenho central de Santa Rosa», devidamente representada, e tendo ouvido o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, exarado em Consulta de 28 de Novembro findo, Hei por bem Conceder-lhe autorização para se organizar com os estatutos que acompanharam o seu requerimento de 11 de Novembro do anno proximo passado, sob a clausula que com este baixa, assignada por Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 23 de Janeiro de 1886, 65^o da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Antonio da Silva Prado.

Clausula a que se refere o Decreto n. 9532 desta data

A companhia não se considerará constituída, nem começará a fazer suas operações, enquanto em nova assembléa geral não for approvada a avaliação dos bens e direitos que constituem parte do capital, nos termos do § 2º, art. 3º, da Lei n. 3150, e dos §§ 1º, art. 26, e 1º e 2º do art. 30 do Decreto n. 8821 de 30 de Dezembro de 1882.

Palacio do Rio de Janeiro em 23 de Janeiro de 1886. — *Antonio da Silva Prado.*

ESTATUTOS**CAPITULO I****DA COMPANHIA, SEU OBJECTO E CAPITAL**

Art. 1.º E' constituída uma companhia ou sociedade anonyma, denominada «Engenho central de Santa Rosa», com séde nesta Côte, para o fabrico e venda de assucar, alcool, aguardente e outros productos da canna no engenho que a companhia vai fundar na fazenda de Santa Rosa, á margem esquerda do rio Muriahé, na freguezia de Santo Antonio dos Guarulhos, municipio de Campos, Provincia do Rio de Janeiro, utilisando-se da garantia de juros que lhe foi concedida pelo Governo Imperial por Decreto n. 8404 de 11 de Fevereiro de 1882.

Art. 2.º A companhia durará 30 annos a contar do dia em que estes estatutos forem publicados no *Diario Officiel*.

Art. 3.º O seu capital é de 700:000\$ dividido em 3.500 acções de 200\$ cada uma, sendo 3.000 integralisadas pela effectiva entrada no respectivo contingente de cada accionista, e 500 cujo valor será realizado a dinheiro na fórma das leis e mediante chamadas annunciadas pela directoria, com antecedencia de 15 dias e com intervallos nunca menores de 30 dias.

§ 1.º O capital correspondente ás acções integralisadas consiste na fazenda de Santa Rosa com que entra o accionista Dr. Paulo Francisco da Costa Vianna, estimada em 600:000\$ e 100:000\$ em dinheiro com que entram os accionistas Furquim, Joppert & Comp., Dr. Paulo Francisco da Costa Vianna, José Henrique de Souza, João Machado de Oliveira Vianna, Pedro Joaquim Alves, Paulo Furquim de Almeida, Manoel Furquim Severo de Almeida e Hermano Joppert.

§ 2.º Os bens a que se refere o § 1º são especificados na escriptura de 17 de Outubro do corrente anno, passada entre os accionistas e considerada como integrante destes estatutos.

§ 3.º Em consequencia do disposto no preambulo e paragraphos precedentes, compete a cada um dos accionistas o numero de acções indicado adiante de suas assignaturas.

Art. 4.º Para solver o passivo mencionado no art. 3.º, § 1.º, assim como para maior desenvolvimento da empreza, a directoria é autorizada, desde já, a contrahir um emprestimo, até à importancia do capital, por meio de obrigações ao portador (*debentures*) e a garantil-o com hypotheca dos immoveis da companhia e com a garantia de juros que lhe concedeu o Governo Imperial. Poderá tambem chamar a si quaesquer compromissos hypothecarios que pesem sobre a fazenda, passar nova escriptura de hypotheca, para o que são-lhe conferidos espeziaes poderes.

Art. 5.º O capital pôde ser augmentado por deliberação da assemblea geral, na conformidade da lei.

§ 1.º Aos subscriptores das 500 acções a que se refere o art. 3.º e das que representarem o augmento de capital, que não fizerem as entradas nas épocas fixadas pela directoria, poderá esta impôr a pena de commisso.

§ 2.º O commisso importa a perda das entradas feitas, em beneficio da companhia.

§ 3.º Os accionistas responderão pelo valor das acções que subscreverem ou lhes forem cedidas.

Art. 6.º As acções são nominativas e transferiveis por termos ou registros da companhia, assignados pelos cedentes e cessionarios ou seus bastantes procuradores.

CAPITULO II

DA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

Art. 7.º A administração é exercida por uma directoria de quatro membros, eleitos de tres em tres annos, e reelegiveis.

§ 1.º Tres dos directores funcionarão na sede da companhia, e escolherão entre si o presidente, o secretario e o thesoureiro.

§ 2.º O quarto director exerce as funcções de gerente e é obrigado a permanecer nas proximidades do engenho.

§ 3.º O director-gerente prestará caução de 100 acções, e cada um dos outros presta-a-lhe de 50. As ditas acções são inalienaveis até a approvação das contas.

§ 4.º Só os accionistas podem ser eleitos directores.

Art. 8.º Aos directores da sede, reunidos em conselho, compete:

§ 1.º Nomearem e demittirem o profissional ou profissionais necessarios para os trabalhos technicos do engenho, mediante proposta do director-gerente.

§ 2.º Nomearem e demittirem os demais empregados da companhia, á excepção dos immediatos delegados do gerente.

§ 3.º Celebrarem todos os contratos, inclusive o de que trata o art. 4.º, salvo os da competencia do gerente.

§ 4.º Representarem a companhia activa e passivamente, em Juizo e fóra d'elle, e perante todas as autoridades constituidas.

§ 5.º Transigirem livremente, adquirirem bens e alienarem os moveis que não prestem utilidade á companhia.

§ 6.º Convocarem a assembléa geral, ordinaria e extraordinariamente.

§ 7.º Nomearem ao director impedido substituto, d'entre os accionistas.

§ 8.º E em geral promoverem os interesses da companhia, na fórma destes estatutos e das leis, tomando e praticando todas as providencias que não compitam exclusivamente á assembléa geral.

Art. 9.º Os directores da séde reúnem-se em sessão pelo menos duas vezes por mez. Para haver sessão basta a presença de dous directores. O presidente tem voto de qualidade em caso de empate. As actas das sessões são assignadas pelos directores presentes.

Art. 10. Compete ao director-gerente :

§ 1.º Regular os serviços da fazenda e do engenho, fiscalisal-os continuamente, nomear e demittir os delegados necessarios para o auxiliarem.

§ 2.º Fazer os contratos precisos para o fornecimento da materia prima, e para a obtenção de operarios e trabalhadores.

§ 3.º Prestar aos directores da séde as informações que estes requisitarem ; remetter-lhes no fim de cada primeiro semestre do anno social um balanço do estado da empreza, e no fim do segundo as contas e o relatorio que devem ser presentes á assembléa geral.

§ 4.º Cooperar com os directores da séde para a prosperidade da empreza, e tomar todas as medidas a esse fim necessarias, pondo-as logo em execução e dando dellas communicação aos demais directores.

Art. 11. O director-gerente toma parte nas deliberações da directoria reunida em conselho, quer quando comparecer espontaneamente, quer quando fôr para isso convidado pelos directores da séde, e tem o direito de requisitar a convocação de reuniões extraordinarias da directoria e da assembléa geral.

Art. 12. Os directores da séde vencem o honorario de 1:600\$ annuaes e o gerente 500\$ mensaes.

CAPITULO III

DO CONSELHO FISCAL

Art. 13. A assembléa geral em sua sessão ordinaria annual elegerá tres fiscaes, accionistas ou não accionistas.

§ 1.º Os fiscoes servem gratuitamente, e exercem as funções definidas no Regulamento n. 8821 de 30 de Dezembro de 1882, arts. 51 e 54 a 61.

§ 2.º Em seus impedimentos accidentaes são substituidos pelos immediatos em voos, e nos demais casos pela maneira prescripta no art. 6º do citado regulamento.

CAPITULO IV

DA ASSEMBLÉA GERAL

Art. 14. A assembléa geral compõe-se de accionistas, em numero legal, regularmente convocados, cujas accções estejam inscriptas em seus nomes com a antecedencia minima de 30 dias.

Art. 15. Os accionistas podem fazer-se representar em assembléa por procuradores bastantes, socios ou não socios.

Art. 16. A assembléa é installada pelo director presidente ; na falta d'elle por algum dos outros, e na falta de todos pelo accionista mais velho em idade. Em seguida é nomeado por aclamação ou por escrutinio o presidente da assembléa, o qual designa os secretarios.

Art. 17. A reunião ordinaria é convocada com antecedencia de 15 dias, e a extraordinaria com a de oito dias, por meio de annuncios repetidos.

§ 1.º Na reunião ordinaria delibera-se sobre o relatorio e contas da administração e parecer do conselho fiscal, assim como sobre quaesquer assumptos que interessem á companhia.

§ 2.º Nas extraordinarias só se delibera sobre o assumpto que as motivar, constante da ordem do dia, declarada nos annuncios de convocação.

Art. 18. As deliberações da assembléa são tomadas por maioria relativa de votos. Os votos são contados por cabeça, salvo si algum accionista propuzer que o sejam por accções.

§ 1.º Nesse ultimo caso cada accionista tem um voto por cinco accções, até ao numero maximo de 20 votos.

§ 2.º Todas as eleições são feitas por escrutinio e por accções.

Art. 19. A assembléa entende-se legitimamente constituída quando concorram accionistas que representem um quarto do capital social. Todavia, nos casos dos arts. 39 e 65 do Regulamento n. 8821, é necessario que se achem assim representados dous terços do capital.

Paragrapho unico. As deliberações da assembléa, accórdes com os estatutos e a lei, obrigam todos os accionistas, ainda que ausentes ou dissidentes.

Art. 20. A reunião ordinaria da assembléa tem logar no correr do mez de Julho de cada anno.

Art. 21. Compete á assemblea geral :

§ 1.º Exercer as attribuições que lhe são conferidas em diversos artigos destes estatutos.

§ 2.º Deliberar livremente sobre todos os negocios da companhia e actos que lhe interessarem, com a unica limitação da parte final do art. 63 do Regulamento n. 8821.

§ 3.º Eleger os administradores e fiscaes.

§ 4.º Resolver os conflictos entre os directores da sede e gerente, que não tenham sido decididos pela directoria em conselho, por não comparecimento do dito gerente.

CAPITULO V

DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 22. O anno social vai do 1.º de Julho a 30 de Junho seguinte.

Art. 23. Os lucros liquidos provenientes de operações effectivamente concluidas em cada semestre, são applicados a dividendos, deduzidos 10 % para fundo de reserva.

Art. 24. Cessa a deducção quando o fundo de reserva attingir á metade do capital social.

§ 1.º O fundo de reserva é empregado em apolices da divida publica.

§ 2.º O dito fundo destina-se a fazer face á deterioração de machinas e ás perdas do capital social, e será estabelecido na forma do art. 24, quando desfaleado em virtude delles.

Art. 25. Os dividendos não reclamados durante cinco annos prescrevem a favor da companhia.

Art. 26. Os accionistas Dr. Paulo Francisco da Costa Vianna e Furquim, Joppert & Comp. pelos serviços prestados para a formação da companhia têm direito á metade dos lucros liquidos excedentes a 10 % do capital social, depois de deduzida a quota destinada ao fundo de reserva.

Essa metade será subdividida entre os ditos accionistas em partes iguaes, ainda que venham a ter maior ou menor numero de accções e enquanto forem accionistas.

Art. 27. A companhia poderá vender terrenos em lotes a colonos nacionaes e estrangeiros, e arrendal-os, para o que fica a directoria autorizada a assignar escriptura de venda e arrendamento.

Art. 28. Fica entendido que nos casos não expressos nestos estatutos regem interinamente as disposições do Decreto n. 8821 de 30 de Dezembro de 1882.

Art. 29. Os accionistas Furquim, Joppert & Comp. serão os correspondentes da empresa.

DISPOSIÇÕES TRANSITORIAS

1.^a São nomeados para o 1.^o triennio directores da séde Hermano Joppert, José Henrique de Souza, Manoel Furquim Severo de Almeida e director-gerente Dr. Paulo Francisco da Costa Vianna.

2.^a Os accionistas infra assignados que constituem a totalidade da companhia, conferem aos directores da séde plenos poderes para todos os actos exigidos em lei, afim de que a dita companhia entre em exercicio.

Rio de Janeiro, 17 de Outubro de 1885,

(Seguem-se as assignaturas.)

~~~~~

## DECRETO N. 9553 — DE 30 DE JANEIRO DE 1886

Providencia sobre a revisão annual do quadro dos Professores adjuntos.

Não sendo possivel actualmente dar inteira execução ao art. 118 do Regulamento annexo ao Decreto n. 8025 de 16 de Março de 1881, nem havendo ainda pessoal habilitado pela Escola Normal da Côte para concorrer ao provimento effectivo dos logares de Professores adjuntos ás escolas publicas de instrucção primaria, na fôrma do art. 117 do dito regulamento; Hei por bem decretar:

Art. 1.<sup>o</sup> A contar de 15 de Março do corrente anno, e até que se possa observar a disposição do segundo dos citados artigos, o Governo procederá annualmente, por proposta do Inspector Geral da Instrucção primaria e secundaria, e ouvido o Director da Escola, à revisão do quadro dos Professores adjuntos, afim de substituir os que dispuzerem de habilitações inferiores ás de pessoas approvadas pela mesma Escola, que, tendo pelo menos os exames de portuguez da 1.<sup>a</sup> serie, arithmetica, chorographia e historia do Brazil, calligraphia e desenho linear, musica e gymnastica, estejam no caso de ser nomeadas interinamente.

Art. 2.<sup>o</sup> As pessoas, em virtude do artigo antecedente admitidas no quadro dos Professores adjuntos, serão eliminadas do mesmo quadro, si nos dous annos seguintes à data da nomeação não completarem o curso primario do primeiro grau, de que trata o citado Regulamento annexo ao Decreto n. 8025 de 16 de Março de 1881.

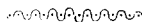
Art. 3.<sup>o</sup> Revogam-se as disposições em contrario.

O Barão de Mamorê, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim

o tenha entendido o faça executar. Palácio do Rio de Janeiro em 30 de Janeiro de 1886, 65º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Barão de Mamoré.*



DECRETO N. 9554 — DE 3 DE FEVEREIRO DE 1886

Reorganiza o serviço sanitario do Imperio

Usando da autorização concedida pelo art. 1º, § 4º, n. IV do Decreto Legislativo n. 3271 de 28 de Setembro de 1885, Hei por bem Reorganizar o serviço sanitario do Imperio na conformidade do Regulamento que com este baixa, assignado pelo Barão de Mamoré, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, que assim o tenha entendido e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro em 3 de Fevereiro de 1886, 65º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Barão de Mamoré.*

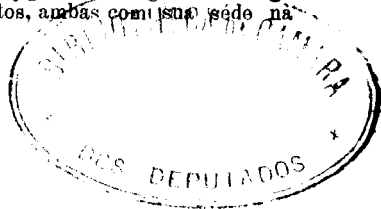
Regulamento a que se refere o Decreto n. 9554  
desta data

## TITULO I

### Das repartições de saude

Art. 1.º Haverá na Córte um Conselho Superior de saude publica, especialmente incumbido de interpôr parecer acerca das questões de hygiene e salubridade geral sobre que fôr consultado pelo Governo.

Art. 2.º O serviço sanitario do Imperio comprehende o serviço sanitario de terra e o serviço sanitario dos portos. O primeiro ficará a cargo da Inspectoria Geral de hygiene e o segundo a cargo da Inspectoria Geral de saude dos portos, ambas com sua sede na



capital do Imperio. Estas Repartições terão por fim: a execução do presente Regulamento, na parte respectiva a cada um dos serviços, e o estudo de todos os assumptos concernentes á saude publica; para o que proporão ao Governo as medidas que julgarem convenientes e cumprirão as ordeus que delle receberem.

## CAPITULO I

### DO CONSELHO SUPERIOR DE SAUDE PUBLICA

Art. 3.º O Conselho Superior de saude publica se comporá dos Inspectores Geraes de hygiene e de saude dos portos, dos Cirurgiões-mores do Exercito e da Armada, do Director e dos Lentes de hygiene e de pharmacologia da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, do Presidente da Academia Imperial de Medicina, do Presidente da Camara Municipal da Córte, do Inspector da Alfandega, do Inspector Geral das Obras Publicas, de dous Engenheiros designados pelo Ministro do Imperio, e de um Delegado Medico da Santa Casa de Misericordia.

O Ministro do Imperio, que será o Presidente do Conselho Superior, designará um dos membros do mesmo Conselho para substituí-lo, em seus impedimentos, na direcção dos trabalhos.

O Conselho Superior funcionará na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio.

Art. 4.º As sessões do Conselho Superior de saude publica se effectuarão uma vez por mez e, extraordinariamente, quando o Ministro do Imperio determinar; e nellas servirá de Secretario um dos Secretarios das Inspectorias Geraes, ou um empregado da Secretaria do Imperio designado pelo Ministro.

Para que o Conselho possa funcionar será mister que esteja presente a maioria dos respectivos membros.

Art. 5.º A convocação dos membros do Conselho para se reunirem em sessão extraordinaria será feita com a antecedencia precisa para que formulem o seu parecer por escripto sobre o objecto da consulta, que lhes será communicado no aviso de convocação; salvo o caso de consulta sobre assumpto por sua natureza urgente.

Art. 6.º Os pareceres formulados pelos membros do Conselho constarão da parte expositiva e de conclusões; e sómente estas serão lidas em sessão e submettidas a discussão. O Presidente dará por finda a discussão quando entender que o assumpto se acha sufficientemente esclarecido, ou a adiará, si assim julgar conveniente.

§ 1.º Todas as deliberações do Conselho serão tomadas por votação nominal e considerar-se-hão adoptadas as conclusões que obtiverem maioria de votos.

§ 2.º As conclusões adoptadas ficarão constituindo o parecer do Conselho, e nessa qualidade serão impressas na *Synopse* de que trata o art. 8.º

Art. 7.º Das deliberações do Conselho se lavrará uma acta, que será assignada por todos os membros presentes, com declaração das conclusões em que tiverem sido vencidos.

Art. 8.º No fim de cada anno o Governo mandará publicar uma *Synopse* dos trabalhos do Conselho Superior de saude publica, na qual se consignarão os pareceres do Conselho, nos termos do art. 6.º § 2.º, e se incluirão integralmente as resoluções do Governo com relação aos assumptos nolle discutidos.

Na *Synopse* serão tambem impressos, em annexo, e na sua integra, os pareceres formulados pelos membros do Conselho na forma prescripta no art. 6.º, 1.ª parte.

## CAPITULO II

### DA INSPECTORIA GERAL DE HYGIENE

Art. 9.º A Inspectoria Geral de hygiene incumbê:

- I. A fiscalização do exercicio da medicina e da pharmacia.
- II. O estudo das epidemias, epizootias e molestias reinantes.
- III. A direcção do serviço de vaccinação e o estudo dos meios de melhoral-o e desenvovel-o.
- IV. A direcção de soccorros sanitarios aos necessitados.
- V. A policia sanitaria sobre tudo que, directa ou indirectamente, interessar a saude dos habitantes das cidades, villas e povoados do Imperio.
- VI. A organização das estatisticas demographo-sanitarias.
- VII. A organização e aperfeiçoamento do Codigo Pharmaceutico brasileiro.

Art. 10. Na execução destes serviços a Inspectoria Geral de hygiene exercerá a sua autoridade por si e por meio de Delegados de hygiene na Côrte; e pelas Inspectorias de hygiene o seus Delegados nas Provincias.

Art. 11. A Inspectoria Geral de hygiene se comporá de :

- 1 Inspector Geral de hygiene ;
- 4 Membros da Inspectoria Geral ;
- 1 Secretario, Medico ;
- 1 Official da Secretaria ;
- 4 Amanuenses ;
- 1 Porteiro ;
- 1 Continuo.

Terá 25 Delegados de hygiene nas parochias urbanas do municipio, 7 Delegados de hygiene nas parochias suburbanas, e os seguintes auxiliares :

- 1 Medico encarregado da estatistica demographo-sanitaria ;
  - 4 Chimicos para os trabalhos de analyse ;
  - 2 Pharmaceuticos encarregados da fiscalisação das pharmacias ;
- e os desinfectadores que forem necessarios.

Art. 12. As Inspectorias de hygiene provinciaes serão constituídas do seguinte modo :

I. Nas Provincias do Pará, Maranhão, Pernambuco, Bahia, S. Paulo e Rio Grande do Sul haverá :

- 1 Inspector de hygiene,
- 2 Membros da Inspectoria,
- 1 Secretario,

E Delegados de hygiene nas cidades e villas mais importantes.

II. As Provincias do Amazonas, Piauhy, Ceará, Rio Grande do Norte, Parahyba, Sergipe, Alagôas, Espirito Santo, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catharina, Minas Geraes, Goyaz e Matto Grosso terão :

1 Inspector de hygiene e Delegados nas principaes cidades e villas.

Paragrapho unico. Serão nomeados pelo Governo Imperial o por Decreto: o Inspector Geral de hygiene, os membros da Inspectoria Geral, os Inspectores provinciaes e, sobre proposta do Inspector, o Secretario da Inspectoria Geral; por Portaria do Ministro, os Delegados de hygiene do municipio da Côte, os membros e Secretarios das Inspectorias provinciaes, o Medico demographista e os chimicos; e, sobre proposta do Inspector Geral, o Official da Secretaria, os Amanuenses e os Pharmaceuticos.

Serão nomeados pelos Presidentes de Provincia os Delegados de hygiene nas Provincias, e pelo Inspector Geral os demais empregados da Inspectoria na Côte.

Art. 13. Os logares de chimicos da Inspectoria Geral serão providos mediante concurso, a que se procederá de conformidade com as instrucções que a Inspectoria organizar e forem approvadas pelo Governo.

Art. 14. O Inspector Geral de hygiene será substituido, em seus impedimentos, por um membro da Inspectoria, designado pelo Governo; e os membros da Inspectoria por Delegados de hygiene, também designados pelo Governo. O Secretario da Inspectoria Geral será substituido pelo Official da Secretaria, e este por um dos Amanuenses, designado pelo Inspector.

Nas Provincias os Inspectores de hygiene serão substituidos pelos membros da Inspectoria e, na falta destes, por um Medico designado pelo Presidente da Provincia.

### CAPITULO III

#### DA INSPECTORIA GERAL DE SAUDE DOS PORTOS

Art. 15. A Inspectoria Geral de saude dos portos incumbe:

- I. A direcção dos soccorros medicos aos homens do mar;
- II. A policia sanitaria dos navios, dos ancoradouros e do littoral;
- III. O serviço das quarentenas maritimas;

VI. O estudo de todas as questões que interessem ao melhoramento das condições sanitarias dos portos.

Art. 16. Na execução destes serviços a Inspectoria Geral de saude dos portos exercerá a sua autoridade por si, no porto do Rio de Janeiro, e pelos Inspectores de saude dos portos das Provincias maritimas do Imperio nas mesmas Provincias.

Art. 17. A Inspectoria Geral de saude dos portos se comporá de:

- 1 Inspector Geral de saude dos portos ;
- 4 Ajudantes do Inspector Geral, todos Medicos ;
- 1 Secretario, Medico ;
- 2 Amanuenses ;
- 1 Porteiro ;
- 1 Continuo.

Art. 18. As Inspectorias de saude dos portos provinciaes se comporão :

I. Nas Provincias do Pará, Pernambuco e Bahia, de:

- 1 Inspector de saude do porto,
- 1 Ajudante do Inspector,
- 1 Secretario,
- 2 Guardas de saude ;

II. Nas do Maranhão, S. Paulo e Rio Grande do Sul, de:

- 1 Inspector de saude do porto,
- 1 Secretario,
- 2 Guardas de saude ;

III. Nas Provincias do Amazonas, Piauhy, Ceará, Rio Grande do Norte, Parahyba, Alagôas, Sergipe, Espirito Santo, Paraná e Santa Catharina, de:

- 1 Inspector de saude do porto,
- 2 Guardas de saude.

Paragrapho unico. Serão nomeados pelo Governo Imperial e por Decreto: o Inspector Geral e os Inspectores de saude dos portos provinciaes ; e, sobre proposta do Inspector Geral, os Ajudantes deste e o Secretario da Inspectoria Geral ; por portaria, os Ajudantes e os Secretarios das Inspectorias provinciaes, e, sobre proposta do Inspector, os Amanuenses da Inspectoria Geral.

Serão nomeados pelo Inspector Geral os demais empregados da Inspectoria Geral na Côrte, e pelos Inspectores provinciaes os Guardas de saude.

Art. 19. O Inspector Geral de saude dos portos será substituido, em seus impedimentos, por um dos Ajudantes do Inspector, designado pelo Ministro do Imperio ; e o Secretario da Inspectoria Geral por um dos Amanuenses, designado pelo Inspector.

Os Inspectores de saude dos portos provinciaes serão substituidos pelos respectivos Ajudantes, e, na falta destes, por Medicos designados pelo Presidente da Provincia.

## TITULO II

## Do serviço sanitario de terra

## CAPITULO I

DAS ATTRIBUIÇÕES DOS EMPREGADOS DA INSPECTORIA GERAL DE  
HYGIENE

Art. 20. Ao Inspector Geral de hygiene compete :

I. Cumprir e fazer cumprir este Regulamento.

II. Corresponder-se com o Governo, dando parte dos factos importantes que occorrerem no serviço a seu cargo, não só na Côte como nas Provincias, e solicitando as medidas que se tornarem necessarias.

III. Presidir as sessões da Inspectoria Geral de hygiene, nas quaes, além do seu voto, terá o de qualidade.

IV. Distribuir o serviço pelos membros da Inspectoria, dirigir os trabalhos dos Delegados de hygiene no municipio da Côte, designar as circumscripções parochiae sem que taes Delegados deverão servir, transferil-os de umas para outras circumscripções, e expedir ordens o instrucções ás Inspectorias o Inspectores provinciaes.

V. Designar d'entre os Delegados de hygiene os que devam proceder ao exame das amas de leite, alternando quinzenalmente entre si o serviço.

VI. Despachar diariamente o expediente, rubricar as contas de despesas e as folhas de vencimentos dos empregados da Repartição.

VII. Fiscalisar o procedimento dos empregados da Inspectoria Geral; advertil-os quando faltarem aos seus deveres; suspender-os até 15 dias, communicando immediatamente ao Ministro do Imperio, e, em casos graves, propôr a demissão dos de nomeação do Governo.

VIII. Superintender em todos os serviços da Repartição, e encarregar-se especialmente da fiscalisação do exercicio da medicina e da pharmacia.

IX. Estudar as epidemias, epizootias e molestias reinantes, remette do semestralmente ao Governo as Memorias que, a tal respeito, deverá escrever.

X. Propôr ao Governo, quando julgar opportuno, a nomeação dos membros da commissão especial que terá de organizar o Codigo Pharmaceutico brasileiro, presidir os respectivos trabalhos, e promover os melhoramentos que convier introduzir no mesmo Codigo, depois de organizado.

XI. Apresentar annualmente ao Ministro do Imperio um relatório dos trabalhos da Inspectoria Geral.

XII. Prestar as informações que lhe forem exigidas pela Secretaria de Estado.

Art. 21. Aos Inspectores de hygiene nas Provincias cumpre:

I. Observar o disposto em os numeros I, VI, VIII e IX do artigo antecedente.

II. Corresponder-se com o Presidente da Provincia e com o Inspector Geral de hygiene, communicando as occurrencias importantes que se derem no serviço a seu cargo, propondo as medidas que julgarem convenientes e prestando as informações que lhes forem exigidas.

III. Dirigir o serviço dos Delegados de hygiene nas respectivas Provincias, fiscalisar o seu procedimento e propôr ao Presidente da Provincia a demissão dos que não cumprirem as suas obrigações.

IV. Presidir, nas Provincias do Pará, Maranhão, Pernambuco, Bahia, S. Paulo e Rio Grande do Sul, as sessões da Inspectoria de hygiene, nas quaes terão, além do seu voto, o de qualidade.

V. Cumprir as ordens e instruções que lhes expedir o Inspector Geral de hygiene.

VI. Apresentar annualmente ao Inspector Geral um relatorio dos trabalhos da Repartição a seu cargo.

Art. 22. Aos membros da Inspectoria Geral compete:

I. Comparecer ás sessões a que forem convocados pelo Inspector Geral. A falta, sem motivo justificado, a tres sessões consecutivas importará a renuncia do cargo.

II. Ler e discutir em sessão os pareceres, que lhes forem exigidos pelo Inspector Geral, sobre os diversos assumptos de saude publica.

III. Propôr em sessão, ou extraordinariamente em officio ao Inspector Geral, todas as providencias que julgarem uteis á saude publica.

Art. 23. Ao Medico encarregado da estatistica demographo-sanitaria cumpre:

I. Organizar mensalmente o boletim da mortalidade na cidade do Rio de Janeiro, e, logo que fôr possível, boletins trimeusaes da mortalidade no Imperio, consignando nelles todos os dados meteorologicos que puderem auxiliar ou guiar a interpretação do apparecimento, estado e declinio das endemias e epidemias, assim como da frequencia de certas causas de morte.

II. Estudar todas as questões attinentes á demographia, quer statica, quer dynamica, colligindo os documentos que puder obter e que servirem para determinar o grau de sanidade nos differentes pontos do Imperio.

III. Apresentar annualmente ao Inspector Geral um relatorio dos seus trabalhos.

Art. 24. Aos Pharmaceuticos encarregados da fiscalisação das pharmacias e drogarias compete:

I. Examinar, com a maior frequencia possível, as pharmacias e drogarias existentes no municipio da Côrte, indagando si possuem os livros indicados na respectiva tabella, o vasilhame e os medicamentos necessarios, e pronunciando-se sobre a qualidade destes.

II. Entregar ao dono da pharmacia ou drogaria visitada um certificado da visita, no qual se declare estar o estabelecimento nas condições exigidas pelo presente Regulamento, ou não satisfazer



aos requisitos legais, caso em que indicarão no certificado as faltas ou vícios encontrados, marcando prazo dentro do qual deverão ser corrigidos.

III. Comunicar semanalmente ao Inspector Geral o teor dos certificados passados, o qual será copiado do talão rubricado pelo mesmo Inspector e que ficará em poder dos Pharmaceuticos.

IV. Fiscalisar a qualidade das drogas e preparados medicinaes importados, podendo, quando houver suspeita de falsificação, requisitar da Inspectoria da Alfandega, por intermedio do Inspector Geral de hygiene, as amostras precisas, as quaes serão remettidas aos chimicos para que sejam analysadas; observando, neste particular, o disposto no art. 26, numero XII, do presente Regulamento.

V. Formular, de accôrdo com os chimicos, os pareceres que lhes forem exigidos pelo Inspector Geral a respeito dos preparados pharmaceuticos que podem ser expostos á venda.

VI. Auxiliar os Delegados de hygiene nos trabalhos em que a sua competencia profissional fôr necessaria.

Art. 25. Aos chimicos da Inspectoria Geral cabe :

I. Proceder, com a maior brevidade possivel, ás analyses que lhes forem indicadas pelo Inspector Geral, formulando o respectivo relatorio.

II. Prestar as informações que, sobre a ordem dos trabalhos de analyse, lhes forem requisitadas pelo Inspector Geral, indicando os motivos de demora, quando houver, na execução dos mesmos trabalhos.

III. Auxiliar os Delegados de hygiene, sempre que assim o determinar o Inspector Geral.

Art. 26. Aos Delegados de hygiene cumpre :

I. Praticar nas respectivas circumscripções, ao menos uma vez por semana, a vacinação, revaccinação e collecta da lymphá vaccínica, para o que marcarão logar, dia e hora.

II. Remetter, sempre que fôr possivel, á Inspectoria Geral tubos com lymphá vaccínica, para serem distribuidos aos outros Delegados que os tiverem requisitado.

III. Comparecer diariamente, quando designados pelos Inspector Geral, no laboratorio de hygiene, ou em outro local indicado pelo mesmo Inspector, afim de examinar as amas de leite que se apresentarem, e passar o attestado de sanidade ás que estiverem em condições de obter-o; fazendo o registro das amas que forem examinadas, com declaração do resultado do exame e as precisas indicações do nome, naturalidade, idade, estado, numero de filhos, tempo de lactação, destino dos filhos, etc.

IV. Verificar os obitos occorridos nas casas de saude, e, em épocas epidemicas, tambem nas habitações particulares das respectivas circumscripções, com sciencia prévia dos moradores, fazendo a competente declaração no certificado de morte passado pelo Medico assistente.

V. Fiscalisar a observancia dos preceitos hygienicos na construção das habitações, solicitando da autoridade competente a

suspensão das obras quando forem infringidas as posturas municipaes relativas ao assumpto.

VI. Examinar com o maior cuidado as condições hygienicas das casas de saúde, das maternidades e das habitações da classe pobre, taes como *cortiços*, *estalagens* e outras, lotando-as, ordenando as medidas convenientes, e propondo á Inspectoria Geral o respectivo fechamento quando os defeitos forem insanaveis ou quando os melhoramentos ordenados não tiverem sido executados no prazo marcado ; salvo o caso de motivo plenamente justificado.

VII. Inspeccionar, em relação á hygiene, os arsenaes, quartéis, prisões, asylos e outros estabelecimentos publicos e da Santa Casa de Misericórdia, obtida a prévia licença das autoridades superiores de que taes estabelecimentos dependerem.

VIII. Inspeccionar os hospitaes, casas de saúde, maternidades, cemiterios e depositos de cadáveres.

IX. Visitar as pharmacias, drogarias, fabricas de aguas mineraes e de vinhos artificiaes, e quaesquer outras fabricas de que possa provir damno á saúde publica, ordenando a remoção das perigosas, o saneamento das insalubres e o emprego dos meios apropriados a tornar toleraveis as incommodas.

X. Visitar os mercados, matadouros e casas de quitanda, os açougues, padarias, confeitarias, botequins, armazens de viveres e de bebidas, verificando si estão em boas condições hygienicas, mandando inutilizar os generos alimenticios manifestamente deteriorados ou imprestaveis, e submettendo a exame os que forem suspeitos de conter qualquer substancia prejudicial á saúde.

XI. Visitar as estações de vehiculos de tracção animada, as hortas e plantios de capim, os estabulos do animaes e quaesquer outros logares publicos ou particulares onde fór necessaria vigilancia para evitar-se a formação de focos de infecção.

XII. Fiscalisar a qualidade dos vinhos e em geral dos generos alimenticios importados, requisitando da Inspectoria da Alfandega, por intermedio do Inspector Geral de hygiene, amostras dos que forem suspeitos de conter substancias nocivas á saúde, afim de serem analysados no laboratorio de hygiene da Faculdade de Medicina, ou em outro local designado pelo Governo, por conta dos donos ou consignatarios. Os referidos generos ficarão retidos enquanto se proceder ás analyses, e o Inspector Geral marcará o prazo maximo em que estas devem ser feitas, findo o qual cessará a interdicção da mercadoria ; o que tudo será communicado á Alfandega, applicando-se aos generos prejudiciaes á saúde o disposto no art. 516 do Regulamento annexo ao Decreto n. 2647 de 19 de Setembro de 1860.

XIII. Ter em especial attenção os serviços de esgotos, de illuminação publica e do supprimento de agua para os diversos misteres, examinando, sempre que houver suspeita de insalubridade por vicio nos mesmos serviços, o estado das latrinas e dos mictorios publicos, os encanamentos de aguas servidas e os reservatorios de aguas potaveis ; procedendo, no caso de tratar-se de habitações particulares, nos termos do art. 81 § 7.º

XIV. Inspeccionar os estabelecimentos de instrucção e edu-

cação, hotéis, estalagens, e em geral os estabelecimentos em que houver agglomeração de pessoas, ou que por qualquer motivo possam prejudicar a saúde publica.

XV. Exercer vigilância sobre os serviços relativos á limpeza das ruas, praças, vallas, rios e praias, communicando ao Inspector Geral as faltas observadas e propondo os meios de remedial-as.

XVI. Presidir ás desinfecções praticadas em toda e qualquer habitação por motivo de molestia transmissivel.

XVII. Aconselhar ás pessoas residentes em suas circumscripções os meios de preservação nos casos de molestias transmissiveis e as precauções necessarias para que estas se não propaguem; e dar-lhes instrucções acerca dos primeiros socorros que devem ser prestados aos doentes de taes molestias.

XVIII. Dirigir, nas suas circumscripções, o serviço de prestação de socorros publicos em épocas epidemicas e superintender no trabalho dos desinfectorios parochiaes que forem estabelecidos.

XIX. Assignar as notas de intimação e de multa que forem dirigidas aos infractores dos preceitos sanitarios.

XX. Apresentar mensalmente ao Inspector Geral um relatório do serviço feito durante o mez, mencionando o seu trabalho diario e incluindo um mappa, organizado segundo o modelo que fór adoptado, das vaccinações e revaccinações praticadas, com indicação dos resultados da inoculação da lymphá; sem prejuizo das communicações que deverão dirigir ao mesmo Inspector sempre que houver urgencia de providencias sanitarias.

XXI. Ter na porta de sua residencia a indicação do seu cargo.

Art. 27. Aos Delegados de hygiene nas Provincias compete, na parte que lhes fór applicavel, o exercicio das attribuições commettidas pelo artigo antecedente aos Delegados de hygiene no municipio da Corte.

§ 1.º Nas capitães das Provincias, estas attribuições ficarão a cargo dos Inspectores de hygiene e dos membros da Inspectoria.

§ 2.º Os Delegados de hygiene nas Provincias deverão corresponder-se com os respectivos Inspectores sobre todos os factos notaveis, sob o ponto de vista sanitario, que occorrerem nas localidades em que servirem.

§ 3.º Até o dia 31 de Outubro de cada anno deverão os mesmos Delegados remetter ao Inspector um relatório das occorrencias havidas, com indicação dos melhoramentos realizados e dos que se tornarem precisos. Nesses relatorios assignalarão a mortalidade local, referida a suas causas, e as molestias mais frequentes.

Art. 28. Ao Secretario cumpre :

I. Dirigir os trabalhos da Secretaria, fazer a respectiva escripturação, redigir as actas das sessões da Inspectoria Geral, e organizar e ter sob sua guarda o archivo da Repartição.

II. Servir de secretario nas sessões do Conselho Superior de saúde publica, quando para isso fór designado.

Art. 29. Ao Official da Secretaria compete, bem como aos Amanuenses, executar os trabalhos que lhes forem incumbidos pelo Secretario e substitui-lo em seus impedimentos, na conformidade do art. 14.

Art. 30. Aos outros empregados da Inspectoria cumpre observar as ordens dadas por seus superiores.

## CAPITULO II

### DAS SESSÕES DA INSPECTORIA GERAL DE HYGIENE

Art. 31. Nas sessões da Inspectoria Geral de hygiene terão assento o Inspector Geral, como presidente, e os membros da Inspectoria.

Art. 32. As sessões da Inspectoria Geral se realizarão ordinariamente uma vez por semana, e, extraordinariamente, sempre que o serviço publico o exigir.

Art. 33. Nestas sessões resolverá a Inspectoria sobre todos os assumptos concernentes á saude publica que forem trazidos ao seu conhecimento; e cuidará especialmente dos seguintes objectos:

I. Fiscalisar o serviço de limpeza publica, propondo ao Governo as providencias precisas para cohibir os abusos, melhorar os processos ou installar novos systemas.

II. Examinar as aguas distribuidas ao consumo, e suas alterações sob a dependencia de varias condições meteorologicas, e indicar os meios de remedial-as.

III. Estudar as questões referentes ao estado actual do solo da cidade do Rio de Janeiro, sob o ponto de vista de sua constituição e relativamente á influencia que póde elle exercer na nosologia local; aconselhando ao Governo e propondo á Camara Municipal o que se tornar preciso para a suppressão dos vícios existentes e a organização de novas e especiaes posturas.

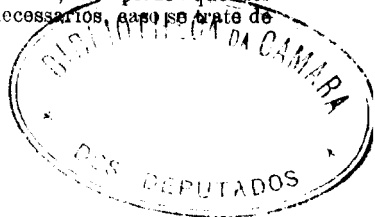
IV. Estudar, no que interessar á hygiene, todos os projectos, planos e propostas de construções publicas, assignando as modificações impostas pela hygiene e sujeitando á consideração da Camara Municipal um projecto de postura destinado a firmar as regras que se deverão observar na edificação das casas de habitação particular ou collectiva.

V. Estudar as condições hygienicas dos edificios e estabelecimentos publicos existentes, no intuito de verificar si nelles ha defeitos e propor a sua correção.

VI. Examinar a hygiene das industrias já estabelecidas, indicando os melhoramentos que convem adoptar.

VII. Conceder ou negar licença para a venda de preparados medicinaes e composições alimentares novas.

VIII. Conceder ou negar licença para a installação de hospitaes particulares, casas de saude e maternidades, mandar fechar os estabelecimentos dessa natureza que forem inconvenientes á saude publica ou obrigar os respectivos donos, sob pena de multa e clausura dos ditos estabelecimentos, a effectuar, no prazo que fór marcado, as reformas e melhoramentos necessarios, caso se trate de defeitos sanaveis.



IX. Solicitar do Governo as providencias que entender convenientes em relação aos matadouros e cemiterios, assim como as que se tornem necessarias á realização dos planos de melhoramento sanitario do municipio ; e propôr á Camara Municipal todas as medidas que julgar uteis.

X. Organizar planos de soccorros publicos em épocas de perigo sanitario, pô-los em execução, com autorização do Governo, e superintender nos respectivos serviços.

XI. Exercer vigilancia activa sobre o serviço a cargo dos Delegados de hygiene, e tornar effectivos os proceitos de policia sanitaria contidos neste Regulamento ; communicando-se, para tal fim, com todas as autoridades e requisitando da Policia o auxilio de que carecer.

XII. Indagar as descobertas e invenções uteis á saude publica, medicações e regimens usados no estrangeiro ou no paiz, e estudal-os de modo a contribuir para que se tornem proveitosos ao maior numero possivel de pessoas, propondo para esse fim ao Governo a desapropriação de privilegios ou a indemnização conveniente para vulgarização dos segredos respectivos.

XIII. Promover a utilização das aguas medicinaes existentes no paiz e das que se descobrirem, analysando-as e determinando seus effectos therapeuticos.

Art. 34. Cada membro da Inspectoria Geral apresentará parecer por escripto sobre as questões de cujo estudo fôr encarregado pelo Inspector ; parecer que terminará por conclusões explicitas, as quaes serão submettidas á discussão e votação nominal.

Quando o resultado de qualquer votação importar em resolução que deva ser submettida á approvação do Governo, o Inspector Geral enviará á Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio cópia do parecer que tiver sido aceito.

### CAPITULO III

#### DOS DELEGADOS DE HYGIENE NO MUNICIPIO DA CÔRTE

Art. 35. Os Delegados de hygiene no municipio da Côrte serão distribuidos pelo Inspector Geral pelas diversas freguezias, conforme as necessidades do serviço.

Art. 36. No exercicio de suas funções os Delegados de hygiene terão autoridade e competencia para fazer cumprir os artigos relativos á policia sanitaria, expedindo as intimações, applicando as multas e tomando as demais providencias.

Estes actos serão immediatamente levados ao conhecimento do Inspector Geral pelos Delegados de hygiene ; e delles haverá recurso para o mesmo Inspector Geral, nos termos o pela fórma prescripta neste Regulamento.

Art. 37. Sempre que ao Inspector Geral constar, por communicação dos Delegados de hygiene, ou por outro meio, que em uma freguezia urbana ou suburbana reina alguma molestia epidemica, o que os Delegados ou o Delegado da freguezia não podem

atender ás necessidades do serviço, poderá reforçar o numero dos mesmos Delegados, destacando os de outra freguezia para aquélla em que a epidemia se tiver manifestado.

Os Delegados de hygiene das freguezias urbanas ou suburbanas que forem destacados para serviço extraordinario em alguma das freguezias suburbanas ou urbanas terão, além de ajuda de custo destinada ao transporte, uma gratificação adicional, que não excederá a somma de seus vencimentos ordinarios, contada na proporção do numero de dias em que estiverem destacados.

Art. 38. Quando, por urgencia de serviço nas respectivas circumscripções, não convier destacar os Delegados de hygiene, o Inspector Geral proporá ao Governo que seja contratado um medico para auxiliar o Delegado da freguezia contaminada; e o medico contratado terá direito: em freguezias urbanas, a vencimentos iguaes aos dos respectivos Delegados; nas suburbanas, aos vencimentos dos Delegados destas, si ahi tiver a sua residencia, e ao dobro dos vencimentos dos Delegados das freguezias urbanas, si em qualquer dellas residir.

Em qualquer destas hypotheses, os vencimentos serão contados na proporção dos dias que durar o serviço.

Art. 39. Os Delegados de hygiene destacados para serviço extraordinario em freguezia differente daquella em que exercerem suas funções, bem como o medico, que mediante contrato fôr incumbido de auxiliar o Delegado ou Delegados de hygiene, ficam obrigados a cumprir todos os deveres mencionados no art. 26, como si fossem Delegados de hygiene effectivos da freguezia em que extraordinariamente servirem, cumprindo-lhes, logo que terminar a sua commissão, apresentar ao Inspector Geral um relatorio do trabalho feito, assim como todos os esclarecimentos que puderem aproveitar ao estudo da molestia epidemica.

Esse relatorio, si assim entender o Inspector Geral, será levado ao conhecimento do Governo, como titulo de recommendação ou prova de serviços.

Art. 40. Sempre que o Inspector Geral, pelo exame dos relatorios mensaes de que trata o numero XX do art. 26, ou por outro meio, verificar que qualquer Delegado de hygiene deixa de cumprir os seus deveres, o admoestará; e, no caso de serem repetidas as faltas, proporá a sua demissão ao Governo.

## CAPITULO IV

### DO EXERCICIO DA MEDICINA, DA PHARMACIA, DA OBSTETRICIA E DA ARTE DENTARIA

Art. 41. Só é permittido o exercicio da arte de curar em qualquer de seus ramos e por qualquer de suas formas:

1. A's pessoas que se mostrarem habilitadas por titulo conferido pelas Faculdades de Medicina do Imperio.

II. A's que, sendo graduadas por escola ou universidade estrangeira, officialmente reconhecida, se habilitarem perante as ditas Faculdades, na fórma dos respectivos Estatutos.

III. A's que, tendo sido ou sendo professores de universidade ou escola estrangeira, officialmente reconhecida, requererem ao Governo licença para o exercício da profissão; a qual lhes poderá ser concedida si apresentarem documentos comprobatorios da qualidade de professor e de terem exercido a clinica, devidamente certificados pelo Agente Diplomatico do Imperio ou, na falta deste, pelo Consul brasileiro.

IV. A's que, sendo graduadas por escola ou universidade estrangeira, officialmente reconhecida, provarem que são autores de obras importantes de medicina, cirurgia ou pharmacologia, e requererem a necessaria licença ao Governo, que a poderá conceder, ouvida a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

Paragrapho unico. As disposições deste artigo serão applicadas ás pessoas que se propuzerem a exercer a profissão pharmaceutica.

Art. 42. Os medicos, cirurgiões, pharmaceuticos, parteiras e dentistas deverão matricular-se, apresentando os respectivos titulos ou licenças na Inspectoria Geral de hygiene na Corte e nas Inspectorias provinciaes nas Provincias, afim de serem registrados. O registro se fará em livro especial e consistirá na transcrição do titulo ou licença, com as respectivas apostillas. Feito o registro, o Inspector de hygiene lançará no verso do titulo ou licença o — Visto —, indicará a folha do livro em que a transcrição tiver sido effectuada, datará e assignará.

Paragrapho unico. Serão considerados sem valor para o exercício da profissão os titulos ou licenças que não tiverem sido registrados na fórma deste artigo; e equiparados os seus possuidores, para o effeito das penas impostas neste Regulamento, aos que exercerem a medicina em qualquer dos seus ramos sem titulo legal.

Art. 43. Nenhum titulo registrado em uma Provincia será válido em outra sem que seja apresentado na respectiva Inspectoria; bastando para validade o — Visto — a que se refere o artigo antecedente.

Art. 44. A Inspectoria Geral de hygiene organizará e publicará uma relação dos profissionais matriculados, a qual será annualmente revista e publicada com as alterações que se tiverem dado por morte, ausencia ou mudança.

Os Inspectores de hygiene nas Provincias organizarão, para serem publicadas, relações semelhantes, que enviarão por cópia á Inspectoria Geral na occasião em que remetterem os relatorios de que trata o art. 21, n. VI.

Art. 45. Os facultativos escreverão as receitas em portuguez; e por extenso as formulas dos remedios, o nome das substancias componentes, excepto as formulas officinaes, sem abreviaturas, signaes e algarismos, o segundo o systema decimal. Indicarão as doses e o modo por que se devem usar os remedios, especialmente si interna ou externamente, o nome do dono da casa e, não ha-

vendo inconveniente, o da pessoa a quem são destinados ; bem assim a data em que passarem a receita, que será assignada.

Art. 46. As parteiras, no exercicio de sua profissão, limitar-se-hão a prestar os cuidados indispensaveis ás parturientes e aos recém-nascidos nos partos naturaes. Em caso de dystocia deverão sem demora reclamar a presença do medico, e, até que este se apresente, empregarão tão sómente os meios conhecidos para prevenir qualquer accidente que possa comprometter a vida da parturiente ou a do feto.

São-lhes prohibidos : o tratamento medico ou cirurgico das molestias das mulheres e das crianças, os annuncios de consultas, e as receitas, salvo as de medicamentos destinados a evitar ou combater accidentes graves que comprometam a vida da parturiente, ou a do feto ou recém-nascido. Taes receitas deverão conter a declaração de — urgentes.

Art. 47. Aos dentistas é prohibido: praticar operação que exija conhecimentos especiaes ; applicar qualquer preparação para produzir a anesthesia geral ; prescrever remedios internos ; vender medicamentos que não sejam dentifricios.

Art. 48. O exercicio simultaneo da medicina e da pharmacia é expressamente prohibido, ainda que o medico possua o titulo de pharmaceutico.

O medico, porém, estabelecido em lugar onde não haja pharmacia, poderá fornecer os medicamentos necessarios ao tratamento de seus doentes, si estes residirem a tres kilometros, pelo menos, de distancia da pharmacia mais proxima, e si fôr urgente a administração dos medicamentos ; sem que lhe assista, em qualquer hypothese, o direito de ter pharmacia aberta ao publico.

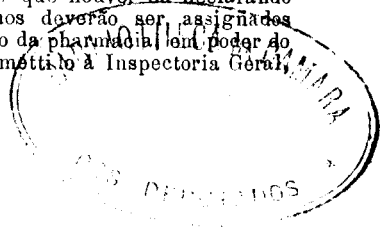
Art. 49. É absolutamente prohibida a associação entre medico ou cirurgião e pharmaceutico para a exploração da industria da pharmacia.

Art. 50. Nenhuma pharmacia será aberta ao publico sem licença da Inspectoria Geral de hygiene na Côrte, e das Inspectorias ou Inspectores de hygiene nas Provincias.

Art. 51. Para que a licença de que trata o artigo antecedente seja concedida, é indispensavel que a pharmacia, que se pretende abrir, esteja sufficientemente provida de drogas, vasilhamo, utonsis e livros, na conformidade das tabellas approvadas pelo Governo.

Art. 52. Requerida a licença, cumpre á autoridade sanitaria mandar proceder a rigoroso exame na pharmacia, afim de verificar si está ella nas condições exigidas pelo artigo antecedente ; no caso negativo, será a liada a respectiva abertura até que novo exame, requerido pelo dono, demonstre que foram corrigidas as faltas encontradas no primeiro.

Tanto em um, como em outro caso, a autoridade sanitaria que examinar a pharmacia lavrará, em acto continuo, dous termos de exame, especificando nelles as faltas que houver ou declarando não ter encontrado faltas ; esses termos deverão ser assignados pela referida autoridade e pelo dono da pharmacia, em poder do qual ficará um delles, sendo o outro remettido á Inspectoria Geral.





na Corte, si tratar-se de pharmacia na Provincia do Rio de Janeiro, á Inspectoria provincial ou ao Inspector de hygiene, si a pharmacia fôr estabelecida em outra Provincia.

Art. 53. Quando o dono da pharmacia não obtiver licença da autoridade sanitaria local, e julgar-se prejudicado injustamente, poderá recorrer da decisão da mesma autoridade para o Inspector Geral.

Art. 54. Toda pharmacia aberta ao publico deve possuir os remedios officinaes designados na respectiva tabella approvada pelo Governo e ter á entrada o nome do pharmaceutico.

Para a preparação dos ditos remedios seguir-se-ha a Pharmacopéa franceza, até que esteja organizada uma Pharmacopéa brasileira. Depois da publicação com autorização do Governo a Pharmacopéa brasileira, os pharmaceuticos terão os remedios preparados segundo as formulas desta pharmacopéa, o que não os inhibirá de tel-os segundo as formulas de outras, para satisfazerem ás prescripções dos facultativos, os quaes podem receitar como entenderem.

Art. 55. Os pharmaceuticos terão um livro destinado a registrar as receitas aviaadas, e as transcreverão textualmente nos rotulos que devem acompanhar os medicamentos fornecidos. As vazilhas ou os envoltorios que contiverem os medicamentos serão lacrados e marcados com o nome e logar de residencia do pharmaceutico; e nos rotulos indicar-se-ha com toda a clareza o nome do medico, o modo de administração dos remedios e o seu uso interno ou externo, havendo rotulo especial para os de uso externo.

Art. 56. Exceptuados os remedios de uso ordinario e inoffensivo consignados na respectiva tabella approvada pelo Governo, nenhum outro medicamento ou preparado poderá ser vendido pelo pharmaceutico, ou fornecido a quem quer que seja, sem receita de medico, competentemente habilitado na fórma do art. 41.

Art. 57. E' prohibido ao pharmaceutico alterar as formulas prescriptas ou substituir os medicamentos; ficando-lhe salvo o direito de não aviar as receitas, quando entender que o remedio prescripto pôde ser perigoso ao doente. Neste caso deverá o pharmaceutico transcrever no livro de que trata o art. 55 a formula da receita não aviaada, com a declaração de — Não aviaada por ser perigosa —, fazendo na mesma receita declaração igual, que será datada e assignada.

Art. 58. Ao medico cuja receita não fôr aviaada pelo pharmaceutico assiste o direito de submettel-a a exame da Inspectoria Geral de hygiene; e do resultado do exame se lavrará termo, cujo teor poderá ser dado por certidão a quem o requerer.

Art. 59. E' absolutamente prohibida a venda de remedios secretos; sendo considerados taes os preparados officinaes de formula não consignada nas Pharmacopéas e os não approvados pela Inspectoria Geral de hygiene.

Art. 60. Todo pharmaceutico que quizer vender preparados officinaes de invenção alheia, sob denominação especial, deverá nos respectivos rotulos indicar a Pharmacopéa em que a formula dos preparados se achar inscripta, depois de obtida a necessaria auto-

rização da Inspectoria Geral, que determinará as mais declarações que devam e possam ser impressas nos rotulos e prospectos ; sendo considerados remedios secretos, o sujeitos os pharmaceuticos que os venderem ás penas deste Regulamento, aquelles em que estas formalidades não tiverem sido cumpridas.

Art. 61. O inventor de qualquer remedio que quizer expô-lo á venda deverá para esse fim requerer licença á Inspectoria Geral de hygiene, apresentando um relatorio no qual declare a composição do remedio e as molestias em que a sua administração será proveitosa. Esse relatorio poderá ser incluído em invólucro lacrado, o qual será aberto pelo Inspector Geral de hygiene, que delle dará conhecimento aos membros da Inspectoria Geral ; depois do que será novamente lacrado e depositado no archivo da Repartição.

Juntamente com o relatorio o inventor apresentará uma certa quantidade do remedio, que deverá ser remetida aos pharmaceuticos e aos chimicos da Inspectoria Geral, afim de emitirem seu parecer sobre elle ; podendo a Inspectoria, si assim entender conveniente, depois de conhecida a composição chimica do medicamento, ordenar experiencias therapeuticas, que serão praticadas em estabelecimento publico hospitalar ou de ensino, á requisição do Inspector Geral.

Obtida a licença, o inventor poderá expôr á venda o remedio, com declaração de ter sido approved pela Inspectoria Geral de hygiene ; sendo-lhe, entretanto, absolutamente prohibido annunciar em jornaes, cartazes ou prospectos, qualidades therapeuticas do medicamento que não forem as verificadas ou admittidas pela mesma Inspectoria.

Art. 62. São considerados remedios *novos* :

1.º Os preparados pharmaceuticos em cuja composição entrar alguma substancia de emprego não conhecido na medicina ;

2.º Aquelles em que se tiver feito uma combinação nova, embora os componentes sejam de acção já conhecida.

Art. 63. Os introductores do melhoramento em formula já conhecida não poderão expôr á venda o remedio assim melhorado, sem licença da Inspectoria Geral de hygiene, á qual incumbe verificar si o melhoramento allegado é real ; devendo entender-se por — melhoramento — qualquer modificação que torne a formula conhecida mais util, de uso mais facil ou de custo menor.

Art. 64. Nenhum pharmaceutico poderá dirigir mais de uma pharmacia, exercer outra profissão ou emprego que o afaste do seu estabelecimento, nem fazer em sua pharmacia outro commercio que não seja o de drogas e de medicamentos ; e em seus impedimentos temporarios poderá deixar encarregado da administração da pharmacia um pratico de sua inteira confiança, de cujo procedimento será responsavel perante as autoridades sanitarias.

Entender-se-ha por — impedimento temporario — aquelle que não trouxer ausencia do pharmaceutico por mais de oito dias ; cumprindo-lhe, si a ausencia se prolongar, deixar encarregado da pharmacia um pharmaceutico legalmente habilitado.

Art. 65. Nas localidades em que não houver pharmacia dirigida

por profissional habilitado, a Inspectoria Geral de hygiene poderá conceder licença a praticos para abrirem pharmacia, dadas as seguintes condições :

1.<sup>a</sup> Ser a abertura da pharmacia julgada necessaria pela Camara Municipal do termo ;

2.<sup>a</sup> Apresentar o pratico documentos que certifiquem as suas habilitações e prohibido.

Art. 66. Requerida a licença de que trata o artigo precedente, a Inspectoria Geral fará publicar, á custa do requerente, por oito dias successivos, no *Diário Official* e no jornal official da Provincia onde o pratico pretender estabelecer-se, o teor do requerimento ; declarando que, si nesse prazo nenhum pharmaceutico formado communicar á mesma Inspectoria ou ao Inspector de hygiene provincial a resolução de estabelecer pharmacia na localidade, será concedida ao pratico a licença requerida.

Si algum pharmaceutico communicar que pretende estabelecer-se na referida localidade, o Inspector Geral de hygiene ou o Inspector provincial o intimará a comparecer na Repartição e assignar um termo, no qual se comprometta a abrir a sua pharmacia dentro do prazo que fór marcado.

Art. 67. Realizado o estabelecimento do pharmaceutico, nos termos do artigo antecedente, o Inspector Geral o fará declarar pelo *Diário Official* ; no caso contrario, será concedida licença ao pratico que a tiver requerido em primeiro logar.

Art. 68. Concedida a um pratico licença para abrir pharmacia, subsistirá ella por todo o tempo, ainda mesmo que na localidade venham a estabelecer-se pharmaceuticos formados ; mas só terá effeito na mesma localidade ou em outra que se achar nas condições mencionadas no art. 65 e para onde poderá ser transferida a pharmacia, com autorização da Inspectoria Geral.

Art. 69. Só a pharmaceuticos formados se dará licença para abrir pharmacia dosimetrica ; a qual não poderá installar-se sem exame especial da autoridade sanitaria, que verificará si ella está sufficientemente provida de medicamentos.

Art. 70. As pharmacias homeopathicas terão por objecto unico e exclusivo aviar as receitas dos medicos homeopathas, sendo-lhes absolutamente prohibida a venda de quaesquer medicamentos além dos preparados pelo systema hahnemanniano ; e ficarão submettidas á autoridade e vigilancia da Inspectoria Geral de hygiene, que verificará frequentemente si o presente artigo é observado, applicando, no caso contrario, as penas deste Regulamento.

Art. 71. Os estabelecimentos publicos, hospitaes, casas de saude, hospicios, corporações religiosas, associações de soccorros e associações industriaes que tiverem pessoal numeroso poderão possuir pharmacia destinada a seu uso particular, e tanto que seja administrada por pharmaceutico legalmente habilitado, ao qual compete a direcção effectiva da mesma pharmacia.

As pharmacias de tais estabelecimentos só poderão vender ao publico os remedios formulados ou indicados em receitas de medico, e isso mesmo nos casos em que ellas tiverem a nota de urgente, escripta e assignada pelo medico fóra do corpo da receita.

Art. 72. Os abusos commettidos no exercicio das profissões de que trata este capitulo serão punidos pelo modo seguinte :

§ 1.º A pessoa que exercer a profissão medica ou pharmaceutica, sem titulo legal, registrado na Inspectoria Geral de hygiene, será multada em 100\$ e no dobro nas reincidencias; e si, para illudir o publico, declarar que possui titulo legal, a multa será dobrada, além das penas em que incorrer segundo oCodigo Criminal.

§ 2.º O medico que não observar em suas receitas a fórma especificada no art. 45 deste Regulamento, será multado em 25\$ e no dobro nas reincidencias.

§ 3.º Os dentistas e as parteiras que exercerem a profissão sem titulo legal, devidamente registrado na Inspectoria Geral de hygiene, incorrerão nas mesmas multas do § 1º; e aquelles que infringirem o disposto nos arts. 46 e 47, pagarão iguaes multas, podendo, além disto, a Inspectoria Geral, conforme a gravidade do caso, suspendel-os do exercicio da profissão por um a tres mezes.

§ 4.º O pharmaceutico que, sem licença da Inspectoria Geral de hygiene, abrir pharmacia e exercer a profissão, incorrerá na multa de 200\$ e ser-lhe-ha fechada a pharmacia até que obtenha aquella licença.

§ 5.º O pharmaceutico que alterar as formulas ou substituir os medicamentos prescriptos nas receitas, será multado em 100\$ e no dobro na reincidencia; podendo a autoridade sanitaria, no caso de nova reincidencia, mandar fechar a pharmacia, além das penas em que incorrer o pharmaceutico segundo a legislação criminal.

§ 6.º O pharmaceutico que der seu nome a pharmacia de propriedade alheia e não a dirigir pessoalmente, incorrerá na multa de 200\$ e será suspenso do exercicio da profissão por tres mezes.

§ 7.º Nas mesmas penas do paragrapho antecedente incorrerá o pharmaceutico que, tendo-se compromettido por termo assignado na Inspectoria Geral de hygiene ou na Inspectoria provincial a abrir pharmacia em localidade onde tal estabelecimento não existir, o não fizer no prazo marcado; salvo motivo de força maior, allegado e provado perante a mesma Inspectoria.

§ 8.º O pharmaceutico que não possuir em sua pharmacia os livros necessarios, ou aquelle que não tiver convenientemente regularizada a respectiva escripturação, será multado em 100\$ e no dobro nas reincidencias.

§ 9.º O pharmaceutico que aviar receitas de medico não licenciado, e de parteira ou de dentista, excepto nas condições dos arts. 46 e 47 deste Regulamento, e aquelle que vender, sem a necessaria receita, medicamentos não indicados na respectiva tabella, será multado em 100\$ e no dobro nas reincidencias.

§ 10. O pharmaceutico que em sua pharmacia der consultas, fizer curativos ou applicarapparelhos, a não ser em casos de desastres, accidentes de rua ou outros semelhantes, será multado em 100\$ e no dobro nas reincidencias, além das penas doCodigo Criminal applicaveis ao exercicio illegal da medicina.

§ 11. O pharmaceutico que vender ou preparar remedios secretos será multado em 100\$ e no dobro nas reincidencias.

Estas penas serão tambem applicadas ás pessoas estranhas á profissão pharmaceutica ou de droguita que commetterem a mesma infracção.

§ 12. O pharmaceutico que vender remedios falsificados ou fizer preparações de modo differente do prescripto no Codex francez, ou na Pharmacopéa brasileira, quando fór publicada; e ainda os que, na composição dos preparados officinaes, substituirem umas drogas por outras, serão multados em 100\$ e no dobro nas reincidencias.

§ 13. O pharmaceutico que não estiver continuamente de posse das chaves do armario das substancias toxicas, ou o que as confiar a qualquer pessoa, salva a hypothese do art. 64, incorrerá na multa de 100\$ e do dobro nas reincidencias; devendo ser considerado nas condições do § 6º, si a infracção se verificar mais de duas vezes.

§ 14. O pharmaceutico que se oppuzer ao exame da respectiva pharmacia, quando este fór exigido pela autoridade sanitaria, incorrerá na multa de 200\$ e será obrigado a fechar o estabelecimento, não podendo reabril-o sem licença da Inspectoria Geral, que mandará proceder na pharmacia a exame semelhante áquelle que o art. 52 determina para as pharmacias novas.

## CAPITULO V

### DAS DROGARIAS E LOJAS DE INSTRUMENTOS DE CIRURGIA

Art. 73. Nenhuma drogaria se poderá estabelecer no Imperio sem prévia licença da Inspectoria Geral de hygiene na Côte e das Inspectorias provinciaes ou dos Inspectores de hygiene nas provincias.

A licença será requerida pelo dono da drogaria, que apresentará os documentos necessarios para prova de sua idoneidade pessoal.

Art. 74. As drogarias terão por fim o commercio de drogas, preparados officinaes devidamente autorizados, utensis de pharmacia e apparelhos de chimica; sendo-lhes absolutamente interdicto todo e qualquer acto que seja privativo da profissão de pharmaceutico, taes como:

I. Aviar receitas medicas, quer de formulas magistraes, quer de preparados officinaes;

II. Vender qualquer substancia toxica, mesmo em pesos medicinaes, ao publico.

III. Vender a particulares, em qualquer dóse, substancias medicamentosas.

Art. 75. Os droguitas só podem vender substancias chimicas a pharmaceuticos e a industriaes; exceptuadas as de uso ordinario e inoffensivo, constantes da respectiva tabella, as quaes poderão ser vendidas ao publico.

Art. 76. Deverão os droguistas registrar em livro especial, que será rubricado pela autoridade sanitaria, as substancias que venderem para fins industriaes, mencionando o nome, residencia e industria do comprador, data da venda e quantidade da substancia vendida. Só serão válidos em Juizo os livros que tiverem a dita rubrica.

Art. 77. Nenhum droguista poderá annunciar á venla preparados officinaes, que não tenham sido approvados pela Inspectoria Geral de hygiene; nem lhes será permittido ter pharmacia ou consultorio medico nas respectivas drogarias.

Art. 78. Os preparados officinaes importados do estrangeiro não poderão ser vendidos sem licença da Inspectoria Geral; e sempre aos droguistas solicitar a mesma licença, fornecendo á Inspectoria a quantidade dos ditos preparados que fór necessaria para a analyse.

Art. 79. A's lojas de instrumentos de cirurgia é absolutamente interdito o commercio de drogas e remedios.

## CAPITULO VI

### DA POLICIA SANITARIA

Art. 80. A policia sanitaria do Imperio terá por fim a observancia do disposto neste Regulamento relativamente á prevenção e repressão dos abusos que possam comprometter a saude publica.

Art. 81. Em relação ás habitações particulares ou collectivas, observar-se-ha o seguinte :

§ 1.º As casas de aluguel que vagarem serão, dentro de tres dias contados da desocupação, examinadas pela autoridade sanitaria local, que verificará si o predio está em condições de servir novamente de residencia, e, no caso de encontrar defeitos que possam comprometter a saude dos moradores, procederá de conformidade com os §§ 8.º, 9.º e 10 deste artigo.

§ 2.º Si, na habitação desocupada, se tiver dado caso de molestia transmissivel, a autoridade sanitaria ordenará as desinfecções e outras beneficacões que forem necessarias; e, sem que estas tenham sido praticadas, não poderá a casa ser posta em aluguel ou occupada, incorrendo o infractor na multa de 200\$; da qual não haverá recurso.

§ 3.º A autoridade sanitaria, verificando que se acha excedida a lotação dos hoteis, casas de pensão, *cortiços*, estalagens e outras habitações do mesmo genero, multará os respectivos proprietarios ou sublocadores em 30\$ e mais 3\$ por pessoa que exceder o numero fixado, e os intimará por escripto para que se cijnjam á lotação, dentro do prazo de 48 horas.

Findas as 48 horas sem que a intimação tenha sido cumprida, e levado o facto ao conhecimento da Inspectoria Geral, esta representará ao Governo, que providenciará, por intermedio das autoridades policiaes, para que sejam fechados os predios pelo prazo que fixar.

§ 4.º Quando não estiver feita a lotação a que se refere o paragrapho antecedente, a autoridade sanitaria a fará, intimando logo os proprietarios ou sublocadores para que a tornem effectiva dentro de 48 horas.

Si, findo este prazo, a intimação não tiver sido cumprida, proceder-se-ha de conformidade com a segunda parte do citado paragrapho.

§ 5.º Quando, a juizo da Inspectoria Geral de hygiene, os predios de que trata o § 3.º não puderem, por suas más condições hygienicas, continuar a servir sem perigo para a saude publica, a autoridade sanitaria, além de impôr as multas que no caso couberem, intimará logo os proprietarios ou sublocadores para que os fechem dentro de 48 horas, e só poderão ser reabertos depois de feitos os melhoramentos julgados necessarios.

Não sendo cumprida a intimação, a Inspectoria Geral dará conhecimento do facto ao Governo, o qual providenciará para que os predios sejam fechados.

§ 6.º As disposições do paragrapho antecedente serão extensivas, no que fôr applicavel, ás casas de pasto, ás de pequena mercancia de generos alimenticios, tabernas, estabulos e cavallarigas.

§ 7.º A Inspectoria Geral de hygiene, e as Inspectorias e Inspectores provinciaes, tendo conhecimento, ou aviso devidamente comprovado, de que em alguma casa particular não se observam as indispensaveis condições hygienicas, e reconhecendo a necessidade de providenciar a bem da saude publica, procederão á visita do predio com sciencia prévia do morador, e, no caso de opposição por parte deste, recorrerão ao auxilio da autoridade policial mais graduada do logar.

§ 8.º Nas visitas feitas em virtude do disposto no paragrapho antecedente, a autoridade sanitaria verificará si a casa carece das condições hygienicas por incuria do inquilino ou do proprietario, ou por defeitos e vicios de construcção.

No primeiro caso, intimará o inquilino para, dentro de prazo razoavel, fazer a lavagem do predio, remoção do lixo existente e o mais que fôr necessario, sob pena de multa de 20\$ a 50\$, dobrada nas reincidencias; nos outros dous casos, intimará o proprietario, sob as mesmas penas, para proceder ao asseio, reparos e melhoramentos convenientes, dentro do prazo que na occasião fixará.

§ 9.º Oito dias depois de cumprida a intimação, na primeira hypothese de que trata o paragrapho anterior, deverá a autoridade sanitaria fazer nova visita, para verificar si é mantido o estado do asseio recommendado, e poderá assim continuar a proceder enquanto o julgar necessario, impondo multa, de conformidade com o citado paragrapho, cada vez que encontrar faltas.

§ 10. Si, findo o prazo marcado nas outras hypotheses do § 8.º, os melhoramentos e reparos indicados não tiverem sido executados, a autoridade imporá a multa comminada e marcará novo prazo, que poderá ser menor, sob pena do dobro da primeira multa. Findo o segundo prazo sem que a intimação tenha sido cumprida, será applicada a multa e proceder-se-ha nos termos da segunda parte do § 3.º

§ 11. Nas visitas que a autoridade sanitaria fizer aos hotéis, casas de pensão, casas de saúde, maternidades e enfermarias particulares, ser-lho-ha facultada a entrada sempre que assim o exigirem os interesses da saúde publica, a juizo da mesma autoridade; precedendo requisição á administração do estabelecimento, quando este pertencer ou estiver a cargo de alguma associação pia, legalmente instituida.

§ 12. Em taes estabelecimentos, bem como nos collegios e officinas, marcará a autoridade sanitaria a respectiva lotação, ficando os donos dos estabelecimentos sujeitos, no caso de infracção, ás multas do § 3.º Além disso, serão os proprietarios dos estabelecimentos obrigados a fechal-os, desde que, a juizo da referida autoridade, as casas em que funcionarem apresentarem graves e insanáveis defeitos hygienicos.

Das determinações da autoridade sanitaria, neste caso, haverá recurso com effeito suspensivo.

Das disposições deste paragrapho, na parte relativa ás penas, ficam exceptuadas as casas de misericórdia.

Art. 82. Nas visitas a que a autoridade sanitaria procederá nas casas em que se fizer commercio de generos alimenticios, observar-se-ha o seguinte:

§ 1.º Quando a autoridade sanitaria encontrar em qualquer dessas casas generos alimenticios em estado de manifesta decomposição, os mandará inutilizar immediatamente, requisitando, si fôr necessaria para esse effeito, a presença do Fiscal.

§ 2.º Si a decomposição do genero não fôr manifesta, mas houver motivo para acreditar-se que elle se acha alterado, a autoridade sanitaria interdirá a venda do mesmo genero, até ulterior decisão da Inspectoria Geral ou das Inspectorias e Inspectores provinciaes, e remetterá amostras d'elle aos chimicos da Inspectoria Geral, na Corte, ou a um pharmaceutico designado pelo Inspector, nas Provincias, afim de ser convenientemente examinado. No certificado que a referida autoridade deverá entregar ao dono da mercadoria, indicará a especie, quantidade e marcas, si houver, do genero alterado, logar em que se acha e todos os outros signaes que servirem para reconhecimento do mesmo genero, responsabilizando o respectivo dono por qualquer falta que mais tarde se verifique.

No todo do certificado serão escriptos os dizeres do documento entregue ao dono da mercadoria, exigindo a autoridade sanitaria a assignatura deste.

§ 3.º A autoridade sanitaria marcará no certificado o prazo que durará a interdição do genero, e mandará communicação immediata ao Inspector Geral ou ao Inspector provincial, afim de que ordene a analyse e em urgencia. Si, dentro de prazo marcado, nenhuma decisão houver, ficará o dono da mercadoria isento de qualquer pena, e com direito pleno de dispôr do genero interdicto como lhe aprouver.

§ 4.º Si, antes de expirado o prazo marcado de conformidade com o paragrapho antecedente, o dono da mercadoria vendel-a, toda ou em parte, ou simplesmente retiral-a do respectivo estabelecimento, sem prévia licença da autoridade sanitaria local, incorrerá na multa



de 100\$, da qual não haverá recurso, e será obrigado, sob pena de igual multa, a entregar a mercadoria, ou indicar o lugar em que ella se acha, afim de ser sequestrada ou inutilizada, conforme o seu estado.

§ 5.º A mercadoria que, nas condições dos paragraphos antecedentes, ficar sequestrada, será submettida a exame e restituída ao seu dono, si estiver em bom estado, sendo inutilizada, no caso contrario.

Art. 83. Nas fabricas de licores, vinhos artificiaes, aguas mine-  
raes, gorduras comestiveis, conservas alimentares e outros ge-  
neros de igual natureza, a autoridade sanitaria fará visitas fre-  
quentes, destinadas a verificar:

1.º Si as substancias empregadas no fabrico de taes generos são de má qualidade ;

2.º Si na composição do producto entra qualquer materia nociva á saúde publica ;

3.º Si nas ditas fabricas se usam rotulos falsos.

Serão considerados falsos, quanto ás fabricas de vinhos artificiaes, os rotulos que, indicando o producto sob a denominação usual de qualquer dos vinhos naturaes, não contiverem a declaração de — artificial.

Nas duas primeiras hypotheses, a referida autoridade procederá do modo prescripto no artigo antecedente, impondo aos donos das fabricas as multas cominadas nos respectivos paragraphos ; e na terceira hypothese, communicará immediatamente o facto ao Inspector Geral, ou aos Inspectores provinciaes para os devidos effeitos.

Paragrapho unico. As fabricas de que trata este artigo submeterão a exame da Inspectoria Geral ou das Inspectorias ou Inspectores provinciaes as formulas dos seus productos, as quaes, depois de approvadas, ficarão sob sigillo no archivo da Repartição.

Art. 84. Em todas as fabricas a autoridade sanitaria examinará si são ellas insalubres pelas suas condições materiaes de instalação, prejudiciaes á saúde dos moradores, vizinhos, ou incommo las. Nos dous primeiros casos, ordenará os melhoramentos necessarios, ou, si estes não forem praticaveis, a remoção do estabelecimento para predio ou localidade conveniente. Sendo a fabrica simplesmente incommoda, a mesma autoridade só ordenará a remoção, si não houver meios de tornar o estabelecimento toleravel ; devendo, no caso contrario, indical-os.

Em todos estes casos a autoridade marcará prazo para a execução de suas determinações.

Findo o prazo marcado, si as ordens da autoridade sanitaria não tiverem sido cumpridas, será o dono da fabrica multado em 200\$000 e marcado novo prazo, expirado o qual, incorrerá o mesmo dono em multa igual e poderá a autoridade mandar fechar o estabelecimento pelo tempo que fôr preciso para o cumprimento das ordens, sem o qual não poderá ser reaberto.

Do acto da autoridade que ordenar a remoção ou o fechamento haverá recurso com effeito suspensivo.

Art. 85. Quando, em qualquer fabrica, a autoridade sanitaria verificar que os processos industriaes empregados não são os mais

convenientes para a saude dos operarios, aconselhará os que devam sêr adoptados.

Art. 86. Nas visitas que a autoridade sanitaria fizer aos estabulos, cavallariças e outros estabelecimentos em que se recolham animaes, deverá ella prescrever as medidas hygienicas convenientes, marcará a respectiva lotação e imporá, nos casos de infracção, a multa de 30\$, do dobro nas reincidencias, e de 10\$ por animal que exceder o numero marcado.

Paragrapho unico. Si taes estabelecimentos apresentarem defeitos hygienicos insanaveis, a autoridade sanitaria procederá de conformidade com o disposto no art. 81 § 5.º

Art. 87. Nas visitas ás drogarias, a autoridade sanitaria verificará cuidadosamente si o disposto nos arts. 76, 77 e 78 é observado; e no caso de infracção, qualquer que seja ella, imporá a multa de 100\$ e do dobro nas reincidencias.

Art. 88. Si encontrar nas drogarias substancias alteradas ou falsificadas, procederá como determina o art. 82 em relação ás substancias alimenticias, observando as regras nelle estabelecidas e impondo as mesmas multas.

Art. 89. Nas lojas de instrumentos de cirurgia, a autoridade sanitaria indagará si o disposto no art. 79 é cumprido, e no caso negativo imporá a multa de 100\$ e do dobro nas reincidencias.

Art. 90. Nenhum estabelecimento, excepto as pharmacias e drogarias, poderá vender medicamentos e drogas, sob qualquer pretexto que seja; incorrendo os infractores na multa de 100\$ e do dobro nas reincidencias.

Art. 91. As maternidades particulares só poderão funcionar debaixo da direcção de um medico, responsavel, perante a Inspectoria Geral de hygiene, por tudo quanto nas mesmas maternidades occorrer sob o ponto de vista sanitario.

§ 1.º Deverão as maternidades ter um livro especial de registro, no qual serão inscriptas as mulheres recebidas a tratamento, com especificação do nome, naturalidade, idade, profissão, estado e numero de filhos; e se mencionarão: a data da entrada da mulher, a marcha da prenhez, a época do nascimento do filho e a da morte deste, caso falleça; bem assim a do aborto, si occorrer, com designação da sua causa certa ou provavel, e os accidentes que sobrevierem á mulher depois do parto ou do aborto.

Esse livro será conformé ao modelo que a Inspectoria Geral de hygiene determinar; terá as respectivas folhas rubricadas pelo Inspector Geral ou pelos Inspectores provinciaes e só será exhibido ás autoridades sanitarias.

§ 2.º Logo que qualquer mulher recolhida a uma maternidade abortar ou der á luz um feto, vivo ou morto, o medico director da maternidade o participará á autoridade sanitaria local.

§ 3.º A autoridade sanitaria levará a participação ao conhecimento do Inspector Geral ou dos Inspectores provinciaes, afim de que estes providenciem como fôr conveniente.

§ 4.º No caso de constar á autoridade sanitaria que em uma maternidade se praticam abortos criminosos, poderá proceder ás pesquisas que entender convenientes, e do resultado dará conhecimento

ao Inspector Geral para que este o transmitta á autoridade policial. Verificado o aborto criminoso, será cassada a licença concedida á maternidade, além do procedimento criminal que no caso couber.

§ 5.º Quando em uma maternidade occorrer qualquer caso de molestia puerperal, o respectivo director deverá immediatamente participar o occorrido á autoridade sanitaria, que tomará as providencias necessarias.

§ 6.º O Inspector Geral de hygiene e os Inspectores provinciaes exercerão por si ou pelos Delegados de hygiene activa fiscalização nas maternidades.

As infracções do disposto nos §§ 1.º a 5.º deste artigo serão punidas com a multa de 100\$ e do dobro nas reincidencias.

Art. 92. Quando reinar qualquer molestia epidemica proceder-se-ha do seguinte modo:

§ 1.º Si a autoridade sanitaria verificar o apparecimento de molestia pestilencial em algum estabelecimento ou casa de habitação particular, communicará immediatamente o facto ao Inspector Geral de hygiene ou aos Inspectores provinciaes, e applicará, sem demora, as medidas que forem mais urgentes para obstar a propagação da molestia.

§ 2.º Por ordem da Inspectoria Geral ou das Inspectorias provinciaes e Inspectores de hygiene, serão praticadas as beneficiações de que o predio carecer, a inutilização das roupas e outros objectos susceptiveis que tenham servido ao doente ou ao defunto, e a desoccupação do mesmo predio com prohibição de ser de novo habitado, antes de feitas as desinfecções e mais beneficiações determinadas.

§ 3.º Si o doente achar-se em estabelecimento ou habitação onde houver agglomeração de pessoas, ou sem o conveniente tratamento, a autoridade sanitaria mandará removê-lo para hospital ou logar apropriado, ficando a habitação ou estabelecimento sujeito ao disposto nos dous paragraphos antecedentes.

§ 4.º Ordenada a desinfecção pela autoridade sanitaria, ninguem poderá eximir-se de pratical-a; correndo as despesas com os desinfectantes por conta do morador da casa ou do dono do estabelecimento, salvo si a desinfecção se realizar na residencia particular de pessoa reconhecidamente pobre, caso em que as referidas despesas serão feitas por conta do Estado.

As desinfecções serão repetidas o numero de vezes que a autoridade sanitaria julgar preciso, conforme a natureza da molestia.

Si se tratar de compartimentos isolados do resto da habitação, poderá o empregado encarregado da desinfecção fechal-os, e só entregar as respectivas chaves depois de acharem-se os mesmos compartimentos purificados.

§ 5.º Si, para a desinfecção da casa ou estabelecimento, se tornar necessaria a mudança dos moradores para outro predio, ou si voluntariamente elles se retirarem, a autoridade sanitaria local dará parte immediata do occorrido á da circumscripção em que tais pessoas foram domiciliar-se; e esta deverá visital-as as vezes que julgar conveniente, indagando si alguma dellas se acha con-

taminada, durante o prazo correspondente á incubação maxima da molestia pestilencial, contado da data da ultima communicação com o doente ou defuncto.

§ 6.º Si alguma das pessoas de que trata o paragrapho antecedente fór acommettida de molestia pestilencial, proceer-se-ha como fica estabelecido neste artigo.

§ 7.º Quando a Inspectoria Geral ou as Inspectorias provinciaes julgarem conveniente, poderão mandar affixar na porta exterior do predio sujeito a desinfeccões a declaração impressa de que elle se acha infeccionado, e requisitarão da autoridade policial providencias para que não seja destruida a indicada declaração, que será conservada emquanto a desinfeccão não estiver completa.

§ 8.º As pessoas que se oppuzerem ás determinações da autoridade sanitaria incorrerão em multas de 100\$ a 200\$, podendo a mesma autoridade solicitar o auxilio da policial, sempre que se tornar preciso.

§ 9.º O medico que verificar em doente de que trate, e quando não reinar epidemia, algum caso de molestia pestilencial, deverá participar immediatamente o facto á autoridade sanitaria.

A infracção será punida com a multa de 200\$000.

Art. 93. Sempre que as autoridades sanitarias, nas visitas e mais diligencias a que procederem em virtude do suas attribuições, verificarem a infracção de posturas municipaes, deverão dar conhecimento do facto ao Fiscal respectivo e tambem, quando convier, á Camara Municipal.

### TITULO III

#### Do serviço sanitario dos portos

##### CAPITULO I

##### DAS ATTRIBUIÇÕES DOS EMPREGADOS DA INSPECTORIA GERAL DE SAUDE DOS PORTOS

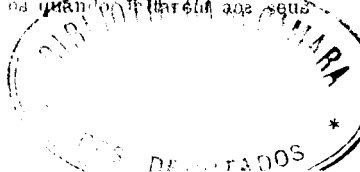
Art. 94. Ao Inspector Geral de saude dos portos compete :

I. Cumprir e fazer cumprir este Regulamento na parte relativa á saude dos portos.

II. Corresponder-se com o Governo, dando parte ao Ministerio do Imperio dos factos importantes que occorrerem no serviço sanitario do mar, quer na Côrte, quer nas Provincias, e solicitando as medidas que se tornarem necessarias.

III. Corresponder-se com as demais autoridades sobre tudo que fór concernente ao mesmo serviço, e requisitar directamente, sempre que houver urgencia, os auxilios que lhe puderem prestar, communicando-o immediatamente ao Ministerio do Imperio.

IV. Fiscalisar o procedimento dos empregados da Inspectoria Geral de saude dos portos, advertil-os quando fôr preciso, e



deveres ; suspendel-os até 15 dias, communicando-o immediatamente ao Ministro do Imperio, e, em casos graves, propor a demissão dos de nomeação do Governo.

V. Rubricar as contas das despesas, a folha dos vencimentos dos empregados da Repartição e os pedidos para fornecimentos.

VI. Assignar as cartas de saude.

VII. Exercer a policia sanitaria do littoral, dos ancoradouros e dos navios surtos no porto, determinando o que fôr preciso para conservar, melhorar ou restabelecer as suas condições hygienicas.

VIII. Conceder ou negar licença, em occasiões de epidemias, ou na imminencia dellas, para a atracação de navios a docas e trapiches, de accôrdo com a Inspectoria da Alfandega e recurso para o Governo no caso de divergencia.

IX. Marcar os ancoradouros sanitarios, de accôrdo com o Capitão do porto.

X. Dirigir o serviço das quarentenas.

XI. Superintender nos serviços do hospital maritimo e do lazareto.

XII. Expedir, sempre que fôr preciso, instrucções aos Inspectores de saude dos portos provinciaes, de modo a manter-se a regularidade e uniformidade no respectivo serviço e na pratica das medidas sanitarias.

XIII. Apresentar no principio de cada anno ao Ministerio do Imperio um relatório dos trabalhos da Repartição a seu cargo.

XIV. Prestar as informações que lhe forem exigidas pela Secretaria de Estado.

Art. 95. Aos Inspectores de saude dos portos provinciaes compete:

I. Corresponder-se com o Presidente da Provincia e com o Inspector Geral de saude dos portos, communicando as occurrencias importantes que se derem no serviço de sua Repartição, requisitando as medidas necessarias e prestando as informações que lhes forem exigidas.

II. Observar as instrucções que receberem do Inspector Geral.

III. Observar o disposto nos numeros I, V, VI, VII, VIII, IX, X e XI do artigo precedente, em relação aos portos que inspeccionarem.

IV. Cumprir, nos respectivos portos, as obrigações impostas pelo presente Regulamento aos Ajudantes do Inspector Geral.

V. Apresentar annualmente ao Presidente da Provincia e ao Inspector Geral um relatório do serviço sanitario que lhes incumba.

Art. 96. Os Inspectores de saude dos portos provinciaes communicar-se-hão extraordinariamente com o Inspector Geral sempre que houver urgencia ; e são considerados casos de urgencia :

1.º A chegada, a qualquer dos referidos portos, de uma embarcação proveniente de porto infeccionado, quer por molestia pestilencial, quer por affecção contagiosa ;

2.º A de navio a cujo bordo se tenham dado casos de qualquer das indicadas molestias ;

3.º A de embarcações em más condições hygienicas ;

4.º O apparecimento, em qualquer dos ditos portos, de uma molestia pestilencial ou contagiosa.

Em todos estes casos, e nos de igual gravidade, os Inspectores provinciaes telegrapharão ao Inspector Geral communicando o facto e assignalando os meios empregados para remover ou attenuar o mal.

Art. 97. No relatorio de que trata o numero V do art. 95 e que deverá ser apresentado ao Inspector Geral até o dia 31 de Janeiro de cada anno, os Inspectores de saude dos portos provinciaes consignarão:

1.º O numero de navios entrados, sahidos e que ficam fundeados, o calculo da população fluctuante e a respectiva nosographia;

2.º A indicação das principaes condições meteorologicas de cada porto, com determinação das médias hebdomadarias e mensaes;

3.º A indicação das molestias mais frequentes no porto e na cidade.

Art. 98. Aos Ajudantes do Inspector Geral de saude dos portos cumpre:

I. Visitar diariamente as embarcações que entrarem.

II. Visitar, com a maior promptidão, as embarcações surtas no porto que fizerem signal de doente a bordo, e remover os enfermos para o hospital maritimo ou para outro hospital.

III. Presidir á desinfecção das embarcações entradas, bem como das que estiverem ancoradas no porto, quando fór precisa.

IV. Assignar os conhecimentos das multas.

V. Comunicar immediatamente ao Inspector Geral as occurrencias notaveis que se derem no serviço das visitas.

VI. Substituir o Inspector em seus impedimentos.

Art. 99. Ao Secretario compete fazer todo o expediente e a escripturação, e ter a seu cargo o archivo da Inspectoria Geral.

Art. 100. Os outros empregados da Inspectoria Geral cumprirão as ordens que receberem de seus superiores, relativas ao serviço de saude dos portos.

Art. 101. Além das attribuições de que tratam os arts. 94 a 98, compete ás autoridades sanitarias dos portos:

I. Examinar as condições hygienicas dos navios fundeados, aconselhando as medidas convenientes á saude dos tripolantes.

II. Examinar, nos navios, os generos alimenticios, mandando inutilizar os que se acharem estragados e remover os que puderem, ficando a bordo, alterar-se facilmente.

III. Prohibir, sempre que fór conveniente e mediante autorização do Ministerio do Imperio ou do Presidente da Provincia, a venda de generos comestiveis e bebidas pelos quitandeiros maritimos; communicando a prohibição á Capitania do porto, para tornal-a effectiva.

IV. Exercer activa vigilancia sobre o asseio do littoral, docas de mercados maritimos, inspecionando o cumprimento das posturas e propondo ás Camaras Municipaes as que forem precisas.

V. Representar ás autoridades competentes contra as construcções que puderem prejudicar as condições hygienicas do littoral.

## CAPITULO II

## DAS VISITAS SANITARIAS AOS NAVIOS

Art. 102. Haverá duas visitas sanitarias: a *externa*, ou dos navios que entrarem, e a *interna*, ou dos navios ancorados. Estas visitas serão feitas pelos Ajudantes do Inspector Geral, no porto do Rio de Janeiro, e pelos Inspectores de saúde e seus Ajudantes nos demais portos.

§ 1.º Os Ajudantes encarregados de cada uma dellas revezarão o serviço entre si, e os incumbidos de uma visita alternarão com os da outra.

§ 2.º A visita externa começará ao nascer do sol, será suspensa às 10 horas, recomençará às 11 e terminará ao pôr do sol; a interna será feita às 10 horas da manhã, em épocas normaes, e às 9 da manhã e às 3 da tarde, quando reinar qualquer epidemia no porto.

§ 3.º A visita externa será feita aos navios mercantes e aos de guerra; ficando exceptuadas as lanchas de pesca, os cruzadores e as embarcações que navegarem regularmente entre portos da mesma Província. A visita interna será feita somente aos navios mercantes.

## SECÇÃO 1.ª

## Da visita interna

Art. 103. A bandeira da nacionalidade do navio içada no mastro da proa de uma embarcação fundeada no porto é signal de haver doente a bordo.

Art. 104. Os Ajudantes da visita interna percorrerão todos os dias os ancoradouros, e visitarão os navios fundeados, preferindo os que tiverem signal de doente a bordo.

Nestas visitas examinarão a aguada, os alimentos e quanto tenha relação com a hygiene do navio e das pessoas que nelle existirem. De tudo que exigir providencias darão conhecimento immediatamente ao Inspector Geral, que determinará o que fór conveniente.

Art. 105. Si o doente encontrado estiver acommettido de molestia commum, o Ajudante mandará removel-o para o hospital de terra em que devam ser tratados os marittimos affectados de taes molestias, entregando-lhe uma guia datada e assignada, na qual se mencionará o nome, idade, naturalidade e estado do doente, assim como o nome e a nacionalidade do navio.

Paragrapho unico. Si o doente preferir tratar-se a bordo, ser-lhe-ha concedida a respectiva licença, caso as condições hygienicas do navio o permittam; na hypothese contraria o Ajudante fará immediatamente remover o doente no vapor da visita.

Art. 106. Si o doente que houver a bordo estiver affectado de molestia contagiosa, a sua remoção para hospital apropriado será

obrigatoria; cumprindo ao Ajudante da visita interna entregar-lhe guia analoga á de que trata o artigo antecedente.

Art. 107. No caso de achar-se acommettido de molestia pestilencial o doente encontrado, será elle immediatamente removido para o hospital marítimo e transferido o navio em que a molestia se tiver manifestado para o ancoradouro de vigia de que trata o art. 155. O Ajudante da visita interna marcará o prazo necessario para essa transferencia e mandará proceer a rigorosas desinfecções na embarcação, que ficará detida no referido ancoradouro durante os dias que forem precisos para considerar-se extinto o germen da molestia, findos os quaes ser-lhe-ha permitido voltar ao ancoradouro em que se achava.

O doente que, segundo dispõe este artigo, fôr removido para o hospital marítimo, irá acompanhado da competente guia, nos termos do art. 105.

Art. 108. Quando o periodo de molestia do enfermo exigir prescripção immediata, o Ajudante da visita interna a fará e mandará um enfermeiro em companhia do doente.

Art. 109. Tanto o Ajudante que tiver examinado o doente de molestia pestilencial, como o vapor que o conduzir ao hospital marítimo, não deverão voltar á terra, nem o mesmo Ajudante entrar em outra embarcação, senão depois de desinfetados.

Art. 110. Quando reinar qualquer epidemia no porto, o Ajudante da visita interna entrará nos navios chegados na vespera e verificará si foram cumpridas as instrucções dadas pelo Ajudante da visita externa ao respectivo Capitão, no acto da entrada; no caso negativo, determinará que taes instrucções sejam escrupulosamente observadas, sob pena de multa, dentro de prazo razoavel, que marcará.

Art. 111. Em épocas de epidemia, em que o numero de doentes fôr muito consideravel, deverá, sob a indicação do Inspector, pernoitar no vapor o Ajudante de serviço, prompto para acudir a qualquer chamado de bordo de alguma embarcação que pedir soccorro, ou para receber os doentes que forem enviados das embarcações. Estes doentes serão medicados no vapor, e na primeira viagem transferidos para o hospital, si não fôr possivel a sua remoção immediata.

Art. 112. Terminada a visita interna, o respectivo Ajudante informar-se-ha do occorrido na visita externa, afim de se proceder na conformidade dos arts. 123 e 124.

Art. 113. Os encargos do Ajudante da visita interna, neste caso, poderão ser temporariamente commettidos ao da visita externa, quando o Inspector Geral assim entender conveniente ao serviço.

Poderá tambem o Inspector chamar simultaneamente a serviço os quatro Ajudantes, si circumstancias extraordinarias exigirem a suspensão temporaria do que se acha disposto no art. 102 § 1.º

Art. 114. Os navios que se acharem fundeados no ancoradouro de vigia deverão ser visitados diariamente pelo Ajudante da visita interna, afim de examinar si as medidas hygienicas ordenadas foram cumpridas e qual o estado sanitario do bordo.



Art. 115. Si em algum navio ancorado se manifestar um caso de molestia, seja ella qual fôr, o Commandante do navio, si já tiver sido feita a visita sanitaria interna, deverá immediatamente chamar medico a bordo, para verificar a qualidade da molestia.

Art. 116. No caso de suspeitar-se que a molestia é de natureza epidemica, deverá o Commandante enviar, sem demora, o doente para o hospital maritimo em um escaler do navio, remettendo nessa occasião a declaração, escripta pelo medico que examinou o doente, de que a molestia data de menos de 24 horas.

Art. 117. Si a molestia não fôr de natureza pestilencial, será permittido ao doente tratar-se a bordo, em alguma casa de saude ou nos hospitaes publicos ; não podendo, entretanto, ser recebido em nenhum destes estabelecimentos sem que o acompanhe a declaração a que se refere o artigo antecedente, a qual neste caso substituirá a guia dos Ajudantes.

Art. 118. Para fiscalisar-se o cumprimento das disposições do artigo antecedente, o Ajudante da visita interna terá o direito de examinar o doente recolhido a qualquer estabelecimento e verificar si a molestia é ou não pestilencial.

§ 1.º Na primeira hypothese imporá ao proprietario da casa de saude ou á administração do hospital publico a multa de 200\$000, devendo, no caso de desaccôrdo de diagnostico, promover uma conferencia gratuita com dous medicos escolhidos pelo mesmo proprietario ou pela referida administração.

§ 2.º Nenhuma das medidas deste artigo será executada, si o proprietario da casa de saude ou os administradores do hospital communicarem á Inspectoria de saude do porto que receberam de bordo de algum navio, cujo nome indicarão, um doente affectado de molestia pestilencial, ou si o remetterem directamente para o hospital maritimo.

Art. 119. Verificado ter havido má fé por parte do Commandante do navio na observancia do art. 117, ou provado que o medico chamado para examinar o doente occultou-o á autoridade sanitaria, sob um diagnostico falso, será imposta tanto ao Commandante como ao medico a multa do artigo antecedente deste Regulamento.

## SECÇÃO 2ª

### *Da visita externa*

Art. 120. Logo que um navio ancorar, ou mesmo sob a vela, para elle se dirigirá o Ajudante da visita externa que estiver de serviço ; e da embarcação em que se achar exigirá as informações seguintes:

O nome do navio e sua lotação ?

D'onde vem ?

Quantos dias traz de viagem ?

Traz carta de saude ?

Qual o estado de saude a bordo no dia da partida, e qual o actual ?

Houve molestia a bordo durante a viagem, e de que natureza ?

Morreu alguém durante a viagem, e de que molestia ?

Tem algum doente a bordo, e de que molestia ?

Chegou com as mesmas pessoas com que partiu ?

O navio vem com destino a este porto ?

Fez escala em algum porto, e em que data ?

Communicou com alguma embarcação ou porto ?

Que carga traz ?

Recebeu algum objecto durante a viagem ?

Como se chama o informante, e qual a sua qualidade ?

Poderá exigir ainda quæsquæ outras informações ; e, si o navio fôr suspeito, a apresentação das listas dos tripolantes e passageiros, e outros documentos que julgue necessários para conhecimento do verdadeiro estado sanitario de bordo.

Art. 121. Si as informações obtidas forem satisfactorias, o Ajudante entrará no navio ; procurará verificar a exactidão das respostas que lhe tiverem sido dadas ; examinará os compartimentos de bordo ; aconselhará as precauções indispensaveis, e lançará na carta de saude, si fôr limpa, o — Visto — preciso para que a embarcação tenha livre pratica.

Terminada a visita, o Ajudante entregará o certificado desta ao Capitão ou Commandante, prevenindo-o de que sem a apresentação desse documento não se lhe dará carta de saude para a sahida, e fazendo-o assignar o talão dos certificados.

Art. 122. Si as informações não forem satisfactorias, si houver suspeita de molestia pestilencial a bordo, si o navio não trouxer carta de saude ou si a trouxer suja dos portos do Imperio em que tiver tocado, do porto estrangeiro mais proximo ou do de sua procedencia, o Ajudante não subirá a bordo e ordenará que o navio siga para o ancoradouro de observação e ice a bandeira amarella ; o que communicará immediatamente ao Ajudante da visita interna, dando tambem sem demora parte do occorrido ao Inspector de saude do porto.

Art. 123. O Ajudante da visita interna, recebendo a communicação de que trata o artigo antecedente, dirigir-se-ha ao navio e procederá a rigoroso exame de bordo, na seguinte ordem :

1.º Exigirá o livro de viagem e verificará si houve algum caso de molestia a bordo, de que natureza e qual a sua terminação.

2.º Reclamará o rol da equipagem e a lista dos passageiros e fará a respectiva chamada, afim de certificar-se da presença, a bordo, de todas as pessoas indicadas no rol e na lista.

3.º Examinará o livro da botica de bordo, si o tiver.

4.º Examinará todos os compartimentos da embarcação, verificando o seu estado de limpeza ou de desasseio.

5.º Fará aos tripolantes ou passageiros os interrogatorios que julgar convenientes, de modo a apurar a verdade.

Si de todas as investigações resultar a certeza de que o navio não teve durante a viagem caso algum de molestia pestilencial nem chegou com doentes, o Ajudante lançará o — Visto — na carta de saude e dará livre pratica á embarcação, indicando as beneficiações que devem ser realizadas, si dellas o navio necessitar, o que serão sujeitas á verificação de que trata o art. 111.

Si o navio não tiver trazido carta de saúde, o Ajudante imporá a multa do art. 127 deste Regulamento.

Art. 124. Si do exame da embarcação resultar o conhecimento de que ella se acha infeccionada, o Ajudante intimará a quarentena e seguir-se-ha o disposto no capitulo 4.º

Art. 125. Os actos definidos nos paragraphos seguintes serão punidos com as penas nolle estabelecidas:

§ 1.º Faltar á verdade o Commandante do navio nas informações que, por occasião da entrada do navio, prestar relativamente ás occurrencias sanitarias de bordo durante a viagem: multa de 200\$000.

§ 2.º Sonegar doentes de qualquer molestia a bordo, quer durante a visita externa, quer estando o navio ancorado: multa de 100\$000. Si a molestia fôr pestilencial, a multa será do dobro.

§ 3.º Não cumprir as medidas de desinfeção do navio ordenadas pela autoridade sanitaria, dentro do prazo que ella marcar: multa de 100\$ e do dobro nas reincidencias.

§ 4.º Permittir que entrem ou saiam de bordo de navio, que estiver interdito, pessoas não pertencentes ao serviço sanitario: multa de 200\$, repetida cada vez que se der o facto.

§ 5.º Mudar de ancoradouro, sem prévia licença da autoridade sanitaria, o navio que estiver interdito: multa de 200\$000.

§ 6.º Effectuar, sem prévia licença da autoridade sanitaria, qualquer trabalho de descarga ou carregamento, estando o navio detido: multa de 200\$, repetida cada dia em que se fizer igual trabalho.

### CAPITULO III

#### DA CARTA DE SAUDE

Art. 126. São obrigados a apresentar carta de saúde, por occasião da entrada em porto brasileiro:

1.º Os navios procedentes de qualquer porto estrangeiro;

2.º Os que vierem de portos brasileiros onde houver Inspectoria de saúde.

Paragrapho unico. Ficam dispensados da exhibição de carta de saúde os navios que viajarem regularmente entre portos da mesma Provincia; os vasos de guerra estrangeiros, estacionados em portos brasileiros, que fizerem excursões a localidades do Imperio; as lanchas de pesca; e as embarcações que entrarem por arribada forçada.

Art. 127. Todo navio, vindo do estrangeiro, que entrar em porto brasileiro, deverá exhibir os seguintes documentos sanitarios:

I. Carta de saúde do porto de procedencia, visada pelo Consul brasileiro no mesmo porto, ou, na falta deste, por Consul de nação que esteja em relações de amizade com o Brazil;

II. Cartas de saúde, passadas pelo Consul brasileiro, de cada um dos portos em que tocar por escala;

III. Cartas de saúde dos portos brasileiros em que tiver entrado.

A inobservancia do disposto neste artigo sujeita o Commandante do navio á multa de 200\$000.

Art. 128. O documento sanitario de que trata o numero I do artigo antecedente será visado pelas autoridades sanitarias dos portos nacionaes em que o navio entrar; ficando elle pertencendo ao Commandante da embarcação, que o entregará no porto de destino.

Art. 129. As cartas de saude são classificadas em — *limpas* e *sujas* —; comprehendendo-se na primeira classe as que consignam ausencia completa de molestia pestilencial no porto de procedencia ou de escala; e sendo consideradas *sujas* aquellas em que são annotados casos de molestia pestilencial.

Art. 130. Nenhuma carta de saude será válida, si tiver sido passada mais de 48 horas antes da partida do navio.

Art. 131. Toda embarcação que sair do porto brasileiro com destino a outros portos do Imperio ou a porto estrangeiro, e tiver de pedir carta de saude, deverá apresentar o certificado de que trata o art. 121 deste Regulamento; sem o que ser-lhe-ha negada a mesma carta.

Art. 132. Si em qualquer porto nacional reinar molestia epidemica transmissivel, as cartas de saude só serão válidas quando passadas dentro das 24 horas anteriores á da sahida da embarcação. Si a sahida não se effectuar no dia em que a carta de saude tiver sido expedida, será preciso revalidal-a, para o que bastará — o Visto — do Ajudante da visita externa, no porto do Rio de Janeiro, ou do Inspector de saude nos demais portos do Imperio.

Art. 133. Nenhuma carta de saude poderá ser revalidada mais de uma vez: cumprindo ao Commandante da embarcação pedir nova carta de saude, si a primeira tiver sido passada 48 horas antes da da sahida do navio.

Art. 134. Fica adoptado o modelo junto para as cartas de saude de todo o Imperio.

## CAPITULO IV

### DAS QUARENTENAS

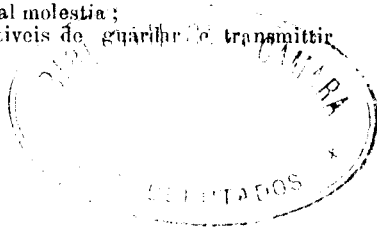
Art. 135. As quarentenas applicaveis aos navios serão de duas especies: — *quarentenas de observação* e *quarentenas de rigor*.

As primeiras serão impostas ás embarcações procedentes de portos suspeitos ou infeccionados e que durante a viagem não tiverem manifestação alguma de molestia pestilencial a bordo nem trouxerem cargas susceptiveis; as segundas serão applicadas aos navios que:

I. Tiverem tido durante a viagem casos de molestia pestilencial;

II. Chegarem com doentes de tal molestia;

III. Trouxerem cargas susceptiveis de guarir e transmittir contagios.



As quarentenas de observação não impoem o desembarque de passageiros e cargas nos lazaretos, salvo o caso de viagem de duração menor que o periodo de incubação da molestia pestilencial, que se procura evitar; as quarentenas de rigor obrigam ao referido desembarque e á detenção dos navios durante o tempo preciso para a sua completa desinfeecção, salvo o caso de lhos convir seguir viagem sem tocar em porto algum do Imperio.

Nesta hypothese, as cartas de saudo, que tiverem sido visadas nos lazaretos nacionaes, levarão a apostilla de — *Não desinfectados*.

Art. 136. As quarentenas de observação consistem em ficarem as embarcações detidas durante o tempo preciso para a desinfeecção do navio, dos passageiros e das cargas.

Art. 137. O Inspector de saude do porto formulará instrucções para o processo das desinfeecções, especificando as differentes substancias que serão empregadas e os casos em que cada uma dellas deva ser usada.

Art. 138. A quarentena de observação poderá ser purgada a bordo dos navios detidos. Quando, porém, por trazer o navio grande numero de passageiros, tornar-se impossivel a pratica de desinfeecções regulares, far-se-ha a baldeação dos passageiros e das cargas, na totalidade ou em parte, para outro navio ou para o lazareto.

A baldeação para outro navio, quando os proprietarios, consignatarios ou Capitão do navio detido assim resolverem, ou quando no lazareto não houver logares disponiveis, não creará onus especial para a administração sanitaria, devendo todas as despesas correr por conta da embarcação quarentenada.

A referida baldeação se fará para o lazareto sómente quando neste estabelecimento houver logares disponiveis, em secções completamente separadas daquellas em que estiverem passageiros e cargas de navios submettidos a quarentena de rigor.

Art. 139. Si, por falta de navio onde sejam recolhidos os passageiros e cargas da embarcação detida em quarentena de observação, ou por falta de secção isolada no lazareto, occorrer a communicação dos quarentenados de observação com os de rigor, ficarão os primeiros equiparados aos ultimos, sob o ponto de vista das medidas sanitarias; e, neste caso, o proprietario, consignatario ou Capitão do navio em quarentena de observação, ficará immediatamente obrigado ás despesas dos passageiros e cargas no lazareto, ou responsavel por ellas.

Art. 140. Ao navio que não quizer submeter-se á quarentena de observação, ou que não consentir nas purificações e medidas regulamentares, inclusive as do art. 138 deste Regulamento, será negada a entrada nos portos do Imperio.

Na mesma prohibição incorrerão aquelles que, ministrando por occasião da chegada informações falsas ás autoridades sanitarias, não se sujeitarem á quarentena de rigor a que forem submettidos.

Art. 141. Si o navio, passivel de quarentena de observação, tiver effectuado a sua viagem do porto suspeito ou infeccionado em um numero de dias menor que o marcado para a incubação maxima da molestia pestilencial, ficará sequestrado durante os dias

que faltarem para complemento do tempo de incubação maxima, expirado o qual dar-se-ha principio ás beneficiações de que tratam os artigos antecedentes.

Art. 142. Si, enquanto o navio estiver em quarentena de observação, manifestar-se algum caso de molestia pestilencial, será elle submettido a quarentena de rigor.

Art. 143. As quarentenas de rigor serão de prazo fixo ; trarão como consequencia o desembarque dos passageiros e das cargas nos lazaretos, sua purificação e subsecente livre pratica.

Art. 144. O prazo fixo para a quarentena de rigor será aquelle que indicarem as diversas hypothèses do art. 135. A quarentena começará, para os passageiros, da occasião da sua entrada no lazareto ; e para os tripolantes, da occasião em que terminarem as desinfecções.

Art. 145. Realizadas as hypothèses dos ns. I e II do art. 135, a quarentena applicar-se-ha, com rigor, aos passageiros e ás suas bagagens, ficando o navio, após o desembarque delles, sujeito a desinfecções dos alojamentos e porões, si não trouxer cargas susceptíveis ; sendo, porém, obrigado a desembarcar no lazareto as cargas susceptíveis que trouxer, si forem ellas destinadas a qualquer localidade do Imperio.

Paragrapho unico. Os navios estrangeiros com destino a porto estrangeiro, que se apresentarem em porto nacional com documentos de molestia pestilencial, serão convidados a seguir viagem, depois de receberem os soccorros de que precisarem.

Art. 146. No caso de não trazer o navio cargas susceptíveis com destino ao Imperio, o desembarque dos passageiros e bagagens liberta a embarcação da jurisdicção sanitaria ; podendo ella seguir para qualquor porto nacional ou estrangeiro, depois de consignada nas respectivas cartas de saude a apostilla de que trata a ultima parte do art. 135.

Art. 147. Si, trazendo a embarcação cargas susceptíveis com destino a porto estrangeiro, e cargas não susceptíveis com destino a porto brasileiro, vierem estas de mistura com aquellas ; e si, neste ultimo caso, não quizer a embarcação submetter-se ás purificações regulamentares, será obrigada a desembarcar no lazareto as cargas destinadas ao Imperio, afim de serem desinfectadas e entregues ulteriormente a seus donos, por conta dos quaes correrão as despesas de desinfecção.

Art. 148. Si o navio, em qualquer das hypothèses dos artigos antecedentes, tiver de receber passageiros e mercadorias de terra, poderá fazel-o independentemente de purificação sanitaria, desde que :

1.º Nenhuma embarcação procedente d'elle communique com a terra ;

2.º As embarcações que, de terra, forem levar passageiros e mercadorias para o navio, fiquem sujeitas ás medidas de desinfecção quarentenaria, sem as quaes não poderão voltar á terra.

Art. 149. Quando o navio, que estiver em condições de quarentena de rigor, trouxer passageiros e cargas com destino a portos differentes, desembarcará no lazareto do porto a que chegar

os passageiros e cargas destina-las a esse porto sómente, podendo seguir viagem logo depois.

Art. 150. São consideradas molestias pestilenciaes — a *peste oriental*, o *cholera-morbus* e a *febre amarella*.

São considerados *portos suspeitos* aquelles que tiverem communicações facis e frequentes com localidades onde grasse qualquer molestia pestilencial.

São considerados *portos infeccionados* aquelles em que se tiver manifestado qualquer das indicadas molestias.

Art. 151. A declaração de — infeccional — applicada a um porto onde tenham apparecido casos de molestia pestilencial, trará a interdição sanitaria dos navios d'elle procedentes e sahidos durante o periodo, immediatamente anterior á manifestação do primeiro caso, de vinte dias em relação á peste, dez em relação á febre amarella e oito em relação ao cholera.

Os navios sahidos durante estes periodos serão objecto de rigorosa visita sanitaria, e submittidos a quarentena de observação ou de rigor, conforme as occorrencias de bordo na viagem.

Art. 152. Para que um porto seja declarado *limpo* é mister que tenham decorrido tantos dias, sem caso nenhum verificado de molestia pestilencial, quantos são os exigidos para o periodo immediatamente anterior á manifestação do primeiro caso, nos termos do artigo antecedente.

Art. 153. O prazo fixo para as quarentenas de rigor será o mesmo indicado para o periodo anterior ao apparecimento da molestia no porto infeccionado; isto é, de vinte dias, de dez dias e de oito dias, conforme a molestia pestilencial fór peste, febre amarella ou cholera.

Art. 154. Haverá, no local dos lazaretos, dous ancoradouros separados e denominados — *ancoradouro de observação* e *ancoradouro de quarentena*. O primeiro será destinado aos navios que entrarem ou que forem sujeitos a quarentena de observação; para o segundo serão mandados os que tiverem de purgar quarentena de rigor.

Art. 155. Além dos ancoradouros de observação e de quarentena, os Inspectores de saude dos portos, de accôrdo com a Capitania do porto, marcarão o logar de um terceiro ancoradouro, denominado — *de rigia* — e destinado aos navios que, achando-se fundeados no porto, apresentarem casos de molestia a bordo.

Os navios renovidos para esse ancoradouro só poderão voltar para aquelle em que anteriormente se achavam, depois de desinfectados e quando a autoridade sanitaria julgar que nenhum perigo de contaminação haverá para as outras embarcações.

Art. 156. Os doentes de molestia pestilencial que apparecerem, quer a bordo dos navios detidos, quer no lazareto, serão sem demora transferidos para o hospital de quarentena, que será installado a bordo de uma embarcação apropriada, e ahí tratados; os que não tiverem molestia pestilencial, mas forem accommettidos de qualquer affecção commun, não contagiosa, serão tratados na enfermaria annexa ao lazareto; e os que tiverem molestia contagiosa, mas não pestilencial, serão tratados em uma enfermaria flutuante.

Art. 157. Os actos de que tratam os paragraphos seguintes serão punidos com as penas nelles estabelecidas :

§ 1.º Entrar qualquer embarcação sem licença especial da autoridade sanitaria no quadro da quarentena, quer tenha communição com os navios detidos, quer não : multa de 200\$000.

§ 2.º Lançarem-se ao mar, sem prévia licença da autoridade sanitaria, de navio em quarentena, roupas e outros objectos que tenham servido a doente de molestia pestilencial : multa de 200\$000.

§ 3.º Ao navio que estiver em quarentena declarada, quer de observação, quer de rigor, e incorrer nos casos mencionados nos §§ 1.º a 5.º do art. 125, serão applicadas as multas nelles determinadas, ficando outrossim sujeito ás providencias que a autoridade sanitaria julgar convenientes a bem da saude publica.

## CAPITULO V

### DOS LAZARETOS

Art. 158. O serviço no lazareto da Ilha Grande e nos mais existentes ou que se estabelecerem no Imperio dividir-se-ha em serviço administrativo e serviço medico.

§ 1.º O serviço administrativo comprehende :

A conservação do edificio e de suas dependencias ;

O supprimento de viveres, agua e luz, roupa de cama, mesa e banho aos quarentenados ;

A distribuição destes pelas secções separadas do edificio, de modo que nenhuma comunicação possa haver entre os quarentenados de época distincta, de procedencia differente e de navios diversos ;

A policia interna e externa das quarentenas, de modo a evitar desordens, tumultos e conflictos, empregando-se os meios precisos para reprimil-os, caso se manifestem ;

O serviço de remoção de doentes para o hospital de quarentena e enfermarias ;

A escripturação do lazareto ;

O serviço funerario do lazareto ;

A arrecadação, authenticação e guarda dos espolios ;

A cobrança das taxas de desinfecção e das taxas de quarentena ;

A fiscalisação dos navios ancorados.

§ 2.º O serviço medico comprehende :

A visita medica aos quarentenados ;

O tratamento dos enfermos ;

A fixação do prazo das quarentenas e sua prorrogação ;

O serviço de desinfecções ;

A vistoria e apostillamento das cartas de saude ;

A concessão de livre pratica ás pessoas, cargas e navios que tenham purgado quarentenas.

Art. 159. Para o serviço administrativo haverá um administrador, os guardas e mais empregados que forem necessarios.



Para o serviço medico haverá o numero de medicos e enfermeiros que as circumstancias exigirem.

Art. 160. Com excepção do administrador, tolo o pessoal dos lazaretos será de commissão e nomeado ou dispensado conforme as necessidades do serviço.

Art. 161. Os quarentenados recolhidos aos lazaretos serão distribuidos em tres classes, discriminadas por numeros de ordem; cada classe terá alojamentos e tratamento differentes.

A distribuição será feita de modo que os quarentenados venham a occupar pavilhões ou secções de pavilhões distinctos, onde estejam completamente separados os de proveniencia, datas e navios diversos.

Art. 162. A sequestração dos quarentenados durará o tempo que tiver sido determinado pela autoridade sanitaria.

Art. 163. Aos quarentenados cumpre observar as disposições deste Regulamento e as recommendações que receberem da administração do lazareto; e assiste-lhes o direito de reclamar da mesma administração o que julgarem necessario não só á sua commodidade, como aos seus interesses sanitarios.

Art. 164. Ser-lhes-ha concedido:

1.º Conservar em seu poder os objectos de valor que trouxerem, assim como as suas bagagens, depois de desinfectadas, quando de desinfecções precisarem;

2.º Exigir, sempre que fôr conveniente, a presença do facultativo clinico e tambem os remedios de que carecerem;

3.º Receber, para sua companhia, pessoas de familia ou de amizade, em numero que não exceda de duas, contanto que ellas se submettam a quarentena igual á do ditado, pagando tambem taxa igual á deste;

4.º Chamar, no caso de molestia, medico de sua confiança e com elle se tratar, ficando o dito medico tambem em quarentena.

Art. 165. Os quarentenados ficam sujeitos ao pagamento das taxas consignadas na tabella n. 2; estando incluída nellas a importancia dos soccorros medicos e pharmaceuticos que lhes forem prestados.

Art. 166. Serão destacados para os lazaretos, sempre que houver necessidade, empregados da Alfandega e do Correio, incumbidos de effectuar os serviços que competem ás respectivas Repartições.

Art. 167. A administração do lazareto terá á sua ordem a força militar que fôr necessaria para a manutenção da disciplina e da policia das quarentenas.

Art. 168. O Inspector Geral de saude dos portos organizará e submeterá á approvação do Ministerio do Imperio um projecto de regimento interno para o lazareto da Ilha Grande, no qual se fixarão o numero dos empregados do mesmo lazareto e suas attribuições e se designarão as medidas de policia a que ficam sujeitos os quarentenados.

Approvado o mencionado regimento, as suas disposições serão extensivas, no que fôr applicavel, aos outros lazaretos.

## CAPITULO VI

## DOS HOSPITAES MARITIMOS

Art. 169. Os hospitaes maritimos serão destinados ao tratamento das pessoas que, a bordo dos navios surtos no porto, forem affectadas de molestia pestilencial; assim como das que, affectadas de molestia deste caracter:

1.º Voluntariamente a isso se prestarem;

2.º Forem encontradas sem o conveniente tratamento nos cortiços, estalagens, ou em outras habitações de igual natureza;

3.º Tiverem sido admittidas nas casas de saude, hospitaes e enfermarias, contra o disposto nas posturas municipaes e ordens do Governo.

Art. 170. Os hospitaes maritimos serão divididos em enfermarias geraes e particulares, sendo as primeiras destinadas aos marinheiros e as segundas aos pilotos e Capitães de navios mercantes.

Haverá tambem quartos para os officiaes dos navios de guerra.

Art. 171. A inspecção destes hospitaes compete ao Inspector de saude do porto, a quem serão subordinados todos os respectivos empregados.

Art. 172. Para o serviço de cada hospital maritimo haverá, além do director, que será um medico, o pessoal que fôr necessario, conforme as circumstancias.

Art. 173. O Inspector Geral de saude dos portos formulará e sujeitará á approvação do Ministerio do Imperio um projecto de regimento interno para o hospital maritimo de Santa Izabel, no qual será fixado o numero dos respectivos empregados e definidas as suas attribuições.

As disposições desse regimento serão extensivas, no que fôr applicavel, aos outros hospitaes maritimos do Imperio.

## TITULO IV

**Dos recursos e da cobrança das multas**

Art. 174. Haverá recurso dos actos ou decisões:

Dos Delegados de hygiene, para a Inspectoria Geral no municipio da Córte, e para as Inspectorias ou Inspectores provinciaes nas Provincias;

Da Inspectoria Geral de hygiene, para o Ministerio do Imperio;

Das Inspectorias ou Inspectores de hygiene nas Provincias, para os respectivos Presidentes;

Dos Ajudantes dos Inspectores de saude dos portos, para os Inspectores respectivos;

Dos Inspectores de saúde dos portos, para o Ministerio do Imperio.

Paragrapho unico. A disposição deste artigo não se applica aos casos em que outro procedimento estiver expressamente determinado no presente Regulamento.

Art. 175. Os recursos serão interpostos, devidamente fundamentados e documentados, dentro do prazo de cinco dias, contados da data do acto ou decisão recorrida.

§ 1.º Os recursos serão apresentados directamente á autoridade competente para o julgamento, si esta residir no mesmo logar, ou á autoridade recorrida, no caso contrario.

§ 2.º Os recursos serão decididos com prévia informação da autoridade recorrida, que a prestará no prazo de oito dias.

§ 3.º Si a autoridade competente para o julgamento residir em logar diverso, a autoridade recorrida remetter-lhe-ha os papeis do recurso, devidamente informado, pela primeira mala postal que houver depois de findo o prazo marcado no paragrapho antecedente. A remessa dos papeis será feita sob registro.

§ 4.º Os recursos, salvos os casos de imposição de multa ou outra pena e os mais expressamente exceptuados, não terão effeito suspensivo.

Art. 176. As multas estabelecidas neste Regulamento, exceptuadas as do que tratam os arts. 177 e 178, serão cobradas, na Côrte, pela Recebedoria do municipio, e nas Províncias, pelas Thesourarias de Fazenda ou Collectorias, ás quaes a autoridade sanitaria dará conhecimento da imposição da multa, findo o prazo marcado na primeira parte do artigo antecedente, ou, no caso do ter havido recurso, depois da decisão deste, não sendo provido.

Art. 177. As multas applicadas a navios que estiverem fundeados em qualquer porto nacional serão cobradas pela Alfandega ou estação de arrecadação respectiva, á qual o Inspector de saúde fará a comunicação competente; não podendo taes Repartições consentir em acto algum de sua jurisdicção, antes de paga a multa.

Art. 178. As que forem comminadas a embarcações, que estiverem no lazareto, serão cobradas pelo modo estabelecido no artigo antecedente, si o navio tiver de carregar ou descarregar, depois da quarentena, no porto a que pertencer o lazareto; no caso contrario serão cobradas pelo administrador deste estabelecimento.

Art. 179. Imposta a multa, na ultima hypothese do artigo precedente, será sustado todo serviço de embarque ou desembarque de mercadorias, até que seja ella paga; e si o mesmo serviço já estiver terminado, o director do serviço medico do lazareto não apostillará a carta de saúde da embarcação, enquanto não se realizer o pagamento.

Art. 180. Si o navio sair sem pagar a multa, não poderá, bem como qualquer outra embarcação da mesma companhia, ou consignada á mesma pessoa, fazer qualquer expediente de carga ou descarga, no porto em que foi multado, durante todo o tempo em que a divida subsistir.

## TITULO V

## Disposições geraes

Art. 181. As infracções deste Regulamento a que não estiver comminada pena especial serão punidas com a multa de 20\$ a 50\$, dobrada nas reincidencias.

Art. 182. As infracções das disposições do presente Regulamento, cujo conhecimento não esteja commettido ás autoridades sanitarias, ou a que pelas mesmas autoridades não possam ser applicadas as penas correspondentes, serão julgadas, em virtude dos arts. 13, § 2º, e 17, § 1º, do Regulamento anexo ao Decreto n. 4824 de 22 de Novembro de 1871, pelos Juizes de Direito nas comarcas especiaes e pelos Juizes Municipaes nas comarcas geraes, pertencendo cumulativamente o preparo dos processos ás autoridades judicias e policiaes a que se referem os arts. 10, 11, 15, 18 e 47 do citado Regulamento e o Aviso n. 127 de 19 de Abril de 1872.

Logo que a autoridade competente receber communicação da autoridade sanitaria, procederá como o caso pedir; e dará urgente andamento ao processo, no correr do qual poderá requisitar a presença da autoridade sanitaria, si a julgar indispensavel. A esta autoridade será immediatamente transmittida a decisão daquella.

Art. 183. Os empregados das Repartições de saude perceberão os vencimentos indicados na tabella n. 1, dos quaes dous terços serão considerados ordenado, e um terço gratificação.

Art. 184. As analyses chimicas de que trata este Regulamento serão effectuadas, na Corte, no laboratorio de hygiene da Faculdade de Medicina, enquanto não fór creado um laboratorio especial para a Inspectoria Geral de hygiene; e os chimicos da Inspectoria Geral ficarão subordinados ao Inspector do dito laboratorio, o qual será responsavel pelas analyses feitas e assignará os relatorios respectivos.

Art. 185. As analyses a que se proceder no laboratorio de hygiene, quer a pedido de particulares, quer em virtude do disposto no presente Regulamento, ficarão sujeitas ás taxas consignadas no art. 18 do Regulamento a que se refere o Decr. n. 9093 de 22 de Dezembro de 1833; sendo que as analyses qualitativas pagarão metade das referidas taxas, revogado nesta parte o art. 11 do citado Regulamento.

Art. 186. A cobrança e escripturação das taxas de analyse serão effectuadas conforme determinam os arts. 20, 21 e 22 do mesmo Regulamento de 22 de Dezembro; e o quadro demonstrativo do movimento da caixa, de que trata a 3ª parte do art. 22, será enviado ao Inspector Geral de hygiene, que o remetterá ao Governo.

Art. 187. O Inspector Geral de saude dos portos formulará instrucções para serem observadas a bordo das embarcações surtas nos portos. Estas instrucções, impressas em inglez, francez e allemão, serão distribuidas pelos Capitães, no acto da entrada, em separado ou conjunctamente com as que a Alfandega costuma distribuir.

Os artigos do presente Regulamento, na parte que designa as obrigações que devem preencher as embarcações com destino aos portos brasileiros, serão remetidos aos Consules do Imperio em paizes estrangeiros para serem impressos na lingua do paiz e distribuidos pelos Capitães de navio.

Art. 188. Nos portos em que não houver autoridade sanitaria compete á autoridade policial fazer cumprir este Regulamento.

Quando o estado sanitario exigir a applicação de medidas impraticaveis nesses portos, far-se-ha seguir a embarcação para o porto mais proximo, onde haja autoridades competentes.

Art. 189. Sempre que a Alfandega tiver motivo para supôr que um navio ancorado, em carga ou descarga, está em condições suspeitas, dará parte disto á autoridade sanitaria.

Art. 190. O Governo providenciará para que sejam fornecidos ás Inspectorias de saude dos portos provinciaes os instrumentos precisos para as observações meteorologicas de que trata o art. 97, n. 2.

Art. 191. As Camaras Municipaes e as autoridades policiaes prestarão ás autoridades sanitarias o auxilio de que estas tiverem necessidade para a execução do disposto no presente Regulamento.

Art. 192. A Inspectoria Geral de hygiene organizará e submeterá á approvação do Governo o seu regimento interno, e instrucções especiaes referentes aos cemiterios, ao serviço funerario em épocas normaes e em quadras epidemicas, aos banheiros publicos e lavanderias, ás desinfecções obrigatorias, ao laboratorio de analyses chemicas e a outros serviços que precisem de regulamentação; bem assim para as inspecção dos estabelecimentos onde se vendem generos comestiveis, indicando as medidas que devem ser aconselhadas pela autoridade sanitaria para impedir a deterioração de taes generos, os utensilios que serão prohibidos, materias corantes e processos não tolerados, etc.; sem prejuizo das instrucções que deverá formular, por disposição expressa de outros artigos deste Regulamento.

Art. 193. A mesma Inspectoria procederá á revisão annual das tabellas de medicamentos e drogas, a que se referem os arts. 51, 54 e 56, indicando os melhoramentos que mereçam ser introduzidos.

Art. 194. Ficam revogados todos os Regulamentos anteriores expedidos em virtude da autorização contida no Decreto n. 598 de 14 de Setembro de 1853 e mais disposições em contrario.

Palacio do Rio de Janeiro em 3 de Fevereiro de 1886.— *Barão de Mamoré.*

## TABELLA N. 1

## Vencimentos dos empregados das Repartições de Saude

## INSPECTORIA GERAL DE HYGIENE

|                                                      |            |
|------------------------------------------------------|------------|
| Inspector Geral de hygiene.....                      | 6:000\$000 |
| Membro da Inspectoria Geral.....                     | 3:600\$000 |
| Delegados de hygiene nas freguezias urbanas.....     | 2:400\$000 |
| Delegados de hygiene nas freguezias sub-urbanas..... | 1:200\$000 |
| Medico demographista.....                            | 2:400\$000 |
| Chimico.....                                         | 3:000\$000 |
| Pharmaceutico.....                                   | 2:000\$000 |
| Secretario.....                                      | 3:000\$000 |
| Official da Secretaria.....                          | 2:000\$000 |
| Amanuense.....                                       | 1:200\$000 |
| Porteiro.....                                        | 1:200\$000 |
| Continuo.....                                        | 1:000\$000 |
| Desinfectador.....                                   | 1:200\$000 |

Quando o Inspector do laboratorio de hygiene exercer o logar de chimico da Inspectoria Geral perceberá a gratificação de 2:000\$ e não o vencimento integral deste ultimo logar.

## INSPECTORIAS PROVINCIAES DE HYGIENE

Pará, Maranhão, Pernambuco, Bahia, S. Paulo e Rio Grande do Sul:

|                            |            |
|----------------------------|------------|
| Inspector de hygiene.....  | 2:400\$000 |
| Membro da Inspectoria..... | 1:200\$000 |
| Secretario.....            | 1:000\$000 |

Rio de Janeiro e Minas Geraes:

|                           |            |
|---------------------------|------------|
| Inspector de hygiene..... | 1:800\$000 |
|---------------------------|------------|

Ceará, Paraná e Santa Catharina:

|                           |            |
|---------------------------|------------|
| Inspector de hygiene..... | 1:400\$000 |
|---------------------------|------------|

Amazonas, Piahy, Rio Grande do Norte, Parahyba, Sergipe, Alagoas, Espirito Santo, Goyaz e Matto Grosso:

|                           |            |
|---------------------------|------------|
| Inspector de hygiene..... | 1:000\$000 |
|---------------------------|------------|

## INSPECTORIA GERAL DE SAUDE DOS PORTOS

|                                  |            |
|----------------------------------|------------|
| Inspector Geral.....             | 6:000\$000 |
| Ajudante do Inspector Geral..... | 3:600\$000 |
| Secretario.....                  | 3:000\$000 |
| Amanuense.....                   | 1:200\$000 |
| Porteiro.....                    | 1:200\$000 |
| Continuo.....                    | 1:000\$000 |

## INSPECTORIAS DE SAUDE DOS PORTOS PROVINCIAES

|                                                                                      |            |
|--------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| Pará, Pernambuco e Bahia:                                                            |            |
| Inspector de saude do porto.....                                                     | 3:000\$000 |
| Ajudante do Inspector.....                                                           | 1:400\$000 |
| Secretario.....                                                                      | 1:000\$000 |
| Guarda.....                                                                          | 510\$000   |
| Maranhão, S. Paulo e Rio Grande do Sul:                                              |            |
| Inspector de saude do porto.....                                                     | 2:000\$000 |
| Secretario.....                                                                      | 1:000\$000 |
| Guarda.....                                                                          | 540\$000   |
| Coará, Paraná e Santa Catharina:                                                     |            |
| Inspector de saude do porto.....                                                     | 1:400\$000 |
| Guarda.....                                                                          | 420\$000   |
| Amazonas, Piauihy, Rio Grande do Norte, Parahyba, Sergipe, Alagoas e Espirito Santo: |            |
| Inspector de saude do porto.....                                                     | 1:000\$000 |
| Guarda.....                                                                          | 360\$000   |
| Palacio do Rio de Janeiro em 3 de Fevereiro de 1886.— <i>Barão de Mamoré.</i>        |            |

## TABELLA N. 2

## Taxas de quarentena e desinfecção

|                                                                                                                                                                   |        |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------|
| Cada passageiro de 1ª classe pagará por dia a quantia de.....                                                                                                     | 5\$000 |
| Cada passageiro de 2ª pagará a diaria de.....                                                                                                                     | 2\$500 |
| Cada passageiro de 3ª, a diaria de.....                                                                                                                           | \$800  |
| As crianças menores de um anno não pagarão taxa alguma;                                                                                                           |        |
| As maiores de um anno e menores de quatro pagarão o terço das taxas acima;                                                                                        |        |
| As maiores de quatro annos e menores de 10 pagarão metade da taxa;                                                                                                |        |
| As maiores de 10 pagarão a taxa por inteiro.                                                                                                                      |        |
| A's cargas sujeitas a desinfecções serão applicaveis as taxas seguintes:                                                                                          |        |
| Por desinfecção de pelles, couros e tecidos animaes em bruto, cada 100 kilos ou fracção.....                                                                      | 1\$000 |
| Por tecidos de algodão, lã e canhamo, pellos, cabellos e crinas, tudo em artefactos, cada 100 kilos ou fracção...                                                 | \$600  |
| Por outros objectos susceptivos, não especificados, cada 100 kilos ou fracção.....                                                                                | \$600  |
| Pela desinfecção de bagagens de passageiros de 1ª classe, cada 100 kilos ou fracção.....                                                                          | 1\$000 |
| Idem de passageiros de 2ª classe, cada 100 kilos ou fracção.....                                                                                                  | \$600  |
| Idem de passageiros de 3ª classe, cada 100 kilos ou fracção.....                                                                                                  | \$300  |
| O consignatario, dono ou Capitão do navio que for desinfectado deverá pagar, não só a importancia dos desinfectantes gastos, como as diarias dos desinfectadores. |        |

Palacio do Rio de Janeiro em 3 de Fevereiro de 1886.—*Barão de Mamoré.*

## DECRETO N. 9555 — DE 6 DE FEVEREIRO DE 1886

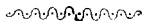
Confirma a deliberação da Mesa e Junta da Santa Casa da Misericórdia creando um cofre do dotes para as expostas.

Attendendo ao que representou o Provedor da Santa Casa da Misericórdia desta Côte, Hei por bem Confirmar a deliberação que tomou a Mesa e Junta da mesma Santa Casa, em sessão de 28 de Junho ultimo, de crear, na fórma da proposta que adoptou, um cofre de dotes para as expostas, ficando autorizada a Mesa Administrativa, em conferencia com as Administrações do Recolhimento das Orphãs e da Casa dos Expostos, a regular as condições com que as expostas devem ser admittidas e educadas naquelle Recolhimento e a alterar para esse fim os Estatutos e Regimento respectivos, contanto que se não contrariem as bases principaes destes.

O Barão de Mamoré, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 6 de Fevereiro de 1886, 65ª da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Barão de Mamoré.*



## DECRETO N. 9554 — DE 6 DE FEVEREIRO DE 1886

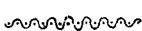
Renova a concessão feita ao Dr. Jorge Scarborough Barnsley para lavrar ouro no municipio de Itapetininga, da Provincia de S. Paulo.

Attendendo ao que requereu o Dr. Jorge Scarborough Barnsley, Hei por bem Renovar, por mais dous annos, contados desta data, a concessão que lhe foi feita por Decreto n. 6074 de 24 de Dezembro de 1875 para lavrar ouro no municipio de Itapetininga, da Provincia de S. Paulo, sob as clausulas que baixaram com o mesmo decreto.

Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 6 de Fevereiro de 1886, 65ª da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio da Silva Prado.*





## DECRETO N. 9557 — DE 6 DE FEVEREIRO DE 1886

Concedo permissão a Manoel Joaquim Borges de Lima para explorar guano, phosphato de cal e outras substancias mineræes, desde a ilha de Marajó até o cabo de Santo Agostinho.

Attendendo ao que requereu Manoel Joaquim Borges de Lima, hei por bem Conceder-lhe permissão para explorar guano, phosphato de cal e outras substancias mineræes nas ilhas e costas maritimas do Imperio, desde a ilha de Marajó, na Provincia do Pará, até o cabo de Santo Agostinho, na de Pernambuco, com excepção das ilhas do archipelago de Fernando de Noronha, e mediante as clausulas que com este baixam, assignadas por Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 6 de Fevereiro de 1886, 65º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio da Silva Prado.*

**Clausulas a que se refere o Decreto  
n. 9557 desta data**

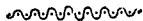
I

Dentro do prazo de dous annos o concessionario apresentará na Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas plantas geologica e topographica dos logares explorados, com perfis que demonstrem a superposição das camadas mineræes, indicando, outrossim, qual o meio mais apropriado para o transporte dos mesmos mineræes e a distancia das respectivas jazidas e os povoados mais proximos.

II

Satisfeitas as exigencias da clausula 1ª, ser-lhe-ha concedida a necessaria autorização para extrahir aquellas substancias, sob as condições que o Governo Imperial julgar conveniente impor-lhe no interesse dessa industria, e em beneficio do Estado e dos particulares.

Palacio do Rio de Janeiro em 6 de Fevereiro de 1886.— *Antonio da Silva Prado.*



## DECRETO N. 9558 — DE 13 DE FEVEREIRO DE 1886

Renova a concessão feita a Ignacio Dias Paes Leme para explorar mineraes na  
Provincia de Goyaz.

Attendendo ao que requerem Ignacio Dias Paes Leme, Hei por bem Renovar a concessão que lhe foi feita por Decreto n. 7577 de 27 de Dezembro de 1879 para explorar ouro e outros mineraes na Provincia de Goyaz, mediante as clausulas que com este baixam, assignadas por Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 13 de Fevereiro de 1886, 65<sup>a</sup> da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio da Silva Prado.*

**Clausulas a que se refere o Decreto  
n. 9558 desta data**

I

Fica concedido a Ignacio Dias Paes Leme o prazo de 18 mezes, contados desta data, para, sem prejuizo dos direitos de terceiro, proceder a exploração e pesquisas para descobrimento de minas de ouro e outros mineraes nas vertentes do rio Anicuns, que vão desaguar no dos Bois até o Parnahyba, na Provincia de Goyaz.

Dentro deste prazo, o concessionario deverá apresentar, na Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, plantas geologica e topographica dos terrenos explorados, com perfis que demonstrem, tanto quanto fór possível e o permittirem os trabalhos executados, a superposição das camadas mineraes, e remetterá, com as mesmas plantas, amostras dos mineraes encontrados e relatorio minucioso da localidade em que a mina estiver situada, declarando qual a possança e riqueza desta, qual sua extensão e sua direcção, a distancia entre ella e os povoados mais proximos, e os meios de communicação existentes, a área necessaria para a mineração, e, finalmente, os meios apropriados para o transporte dos productos das minas.

II

Os trabalhos de pesquisa ou exploração para descobrimento de minas poderão ser feitos por qualquer dos modos recommendados pela sciencia.

## III

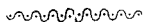
O concessionario fica obrigado a indemnizar os damnos e prejuizos que de seus trabalhos possam provir ás propriedades adjacentes; a restabelecer á sua custa o curso natural das aguas que desviar por causa dos mesmos trabalhos e a dar conveniente direcção ás que brotarem das cavas, poços ou galerias que fizer, quando destes serviços resultar damno aos mesmos proprietarios de terrenos adjacentes.

Si o desvio destas aguas exigir trabalhos em propriedade alheia, o concessionario solicitará prévio consentimento do proprietario, usando dos meios em direito permittidos.

## IV

O concessionario fica obrigado a dessecar os terrenos alagados em virtude dos trabalhos da exploração, restituindo-os ao seu antigo estado, de modo que não possa ser prejudicada a saúde dos moradores da circunvizinhança.

Palacio do Rio de Janeiro em 13 de Fevereiro de 1886.— *Antonio da Silva Prado.*



## DECRETO N. 9559 — DE 20 DE FEVEREIRO DE 1886

Altera as taxas de armazenagem das mercadorias depositadas nos armazens das Alfandegas e Mesas de rendas, e dá outras providencias.

Usando da autorização concedida pelo art. 1.<sup>o</sup>, § 4.<sup>o</sup>, n. 3, da Lei n. 3271 de 28 de Setembro de 1885, Hei por bem Ordenar que na cobrança da armazenagem das mercadorias depositadas nos armazens pertencentes ás Alfandegas e Mesas de rendas, ou por ellas custeados, se observe desde já o seguinte:

Art. 1.<sup>o</sup> As taxas ora em vigor serão assim substituidas:

|                         |              |                                                  |
|-------------------------|--------------|--------------------------------------------------|
| Até 2 mezes.....        | 0,5 % ao mez | } Por todo tempo<br>desde a data<br>da descarga. |
| » 4 » .....             | 1 % » »      |                                                  |
| » 6 » .....             | 1,5 % » »    |                                                  |
| De mais de 6 mezes..... | 2 % » »      |                                                  |

Art. 2.<sup>o</sup> Ficam excluidas da tabella **13**, que acompanha o Decreto n. 7553 de 26 de Novembro de 1879, a pólvora, a dynamite e outras substancias explosivas.

Francisco Belisario Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do

Tribunal do Thesouro Nacional, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 20 de Fevereiro de 1886, 65º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*P. Belisario Soares de Souza.*



DECRETO N. 9560 — DE 27 DE FEVEREIRO DE 1886

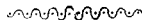
Concedo a José Leite da Cunha Bastos ou á empresa que fór por elle organizada os favores da lei, relativamente aos edificios que construir para habitação do operarios e classes pobres.

Attendendo ao que requereu José Leite da Cunha Bastos, Hei por bem, de conformidade com o Decreto legislativo n. 3151 de 9 de Dezembro de 1882, Conceder-lhe ou á empresa que organizar com o fim de construir, na cidade do Rio de Janeiro e seus arredores, edificios destinados á habitação de operarios e classes pobres, os favores de que trata o mesmo decreto, nos termos das clausulas que baixaram com o de n. 9511 de 17 de Outubro ultimo.

O Barão de Mamoré, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 27 de Fevereiro de 1886, 65º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

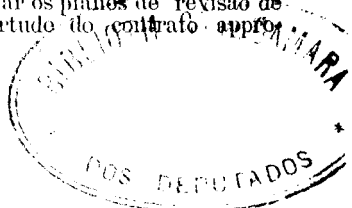
*Barão de Mamoré.*



DECRETO N. 9561 — DE 27 DE FEVEREIRO DE 1886

Approva os planos de revisão dos estudos apresentados pela « Ceará Harbour Corporation, limited » para a construcção da nova Alfandega e melhoramento do porto do Ceará, e fixa em 2.500:000\$ o capital necessario para a execução das mesmas obras.

Attendendo ao que Me requereu a *Ceará Harbour Corporation, limited*, Hei por bem Approvar os planos de revisão de estudos por ella apresentados em virtude do contrato appro-



vado pelo Decreto n. 8943 A, de 12 de Maio de 1883, e das disposições do Decreto n. 9279 de 23 de Setembro do anno proximo passado para construcção das obras da nova Alfândega e do melhoramento do porto da Fortaleza, e bem assim Fixar em 2.500:000\$, de accôrdo com os referidos planos e respectivo orçamento, o capital para esse fim garantido, tudo nos termos e sob as condições das clausulas que com este baixam assignadas por Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 27 de Fevereiro de 1886, 65<sup>a</sup> da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio da Silva Prado.*

**Clausulas a que se refere o Decreto n. 9561 desta data**

**I**

Os planos approvados, a que se refere o presente Decreto, são os que a companhia apresentou e estão, assim como o respectivo orçamento, rubricados pelo Chefe interino da Directoria das Obras Publicas.

O quebra-mar será construido segundo o typo n. 2 proposto pela companhia, observando-se as seguintes indicações:

A) O nível do capeamento deverá ficar 1<sup>m</sup>,80 acima das marés vivas do equinocio;

B) A superficie do caes terá o abaúlamento de 0<sup>m</sup>,15, para facilitar o escoamento das aguas pluvias e ficarem as linhas de trilhos ao mesmo nível dos do viaducto; além disso, haverá de 50 em 50 metros no quebra-mar cunços de esgoto para o lado do mar;

C) O capeamento será de alvenaria apicoada;

D) Haverá duas linhas de trilhos em toda a extensão do quebra-mar e do viaducto, e nos armazens da Alfândega.

**II**

Além das clausulas do contrato approved pelo Decreto n. 8943 A, de 12 de Maio de 1883, a companhia fica sujeita às disposições do Decreto n. 6995 de 10 de Agosto de 1878, que estabelece bases geraes para a construcção das estradas de ferro com garantia de juros, na parte em que taes disposições possam ser-lhe applicadas, e não contrariem as clausulas do contrato alludido.

## III

Sob as penas estipuladas na clausula 16<sup>a</sup> do referido contrato de 5 de Maio de 1883 as obras da Alfândega, armazens, guarda-moria e do viaducto deverão estar em pleno andamento dentro de dous mezes, a contar da presente data, concluindo-se todas as obras que fazem objecto da concessão no prazo marcado na clausula 3<sup>a</sup> do mesmo contrato.

Palacio do Rio de Janeiro em 27 de Fevereiro de 1886.—*Antonio da Silva Prado.*

**Termo de novação do contrato para construção da nova Alfândega e melhoramento do porto da Fortaleza na Provincia do Ceará**

Aos 4 dias do mez de Março de 1886, presentes na Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, no Rio de Janeiro, S. Ex. o Sr. Conselheiro Antonio da Silva Prado, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da mesma Repartição, por parte do Governo Imperial, e a *Ceará Harbour Corporation, Limited*, representada por seu procurador legalmente constituído com plenos poderes o Conselheiro Dr. Ignacio da Cunha Galvão, cessionaria da concessão feita a Tobias Lauriano Figueira de Mello e Ricardo Lange, nos termos do contrato celebrado a 5 de Maio de 1883, approvado pelo Decreto n. 8943 A, de 12 do mesmo mez e anno, e disposições do Decreto n. 9279 de 23 de Setembro de 1885, para construção das obras da nova Alfandega e do melhoramento do porto da cidade da Fortaleza na Provincia do Ceará, declarou S. Ex. o Sr. Ministro que em virtude do Decreto n. 9561 de 27 de Fevereiro do corrente anno, o Governo Imperial approva os planos de revisão dos estudos apresentados para construção das obras a que se refere o precitado contrato e fixa em dous mil e quinhentos contos de réis (2.500:000\$), de accordo com os referidos planos e respectivo orçamento o capital para esse fim garantido, pelo que entre si accordam innovar o supramencionado contrato de 5 de Maio de 1883, que continúa em pleno e inteiro vigor na parte que não é alterada pelas seguintes clausulas:

1.<sup>a</sup> Os planos approvados a que se refere o presente termo são os que a Companhia apresentou e estão, assim como o respectivo orçamento, rubricados pelo Chefe interino da Directoria de Obras Publicas.

O quebra-mar será construido segundo o typo n. « dous » proposto pela Companhia, observando-se as seguintes indicações: **A.** O nivel de capeamento deverá ficar um metro e oitenta centimetros (1<sup>m</sup>,80) acima das marés vivas de equinocio. **B.** A superficie do caes terá o abaulamento de quinze centimetros (0<sup>m</sup>,15) para facilitar o escoamento das aguas pluvias

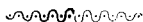
e ficarem as linhas de trilhos do mesmo nivel das do viaducto; além disso haverá de cincoenta metros em cincoenta metros no quebra-mar canos de esgoto para o lado do mar. **C** O capeamento será de alvenaria apicoada. **D** Haverá duas linhas de trilhos em toda a extensão do quebra-mar e do viaducto e nos armazens da Alfandega.

2.<sup>a</sup> Além das clausulas do contrato de 5 de Maio de 1873 approved pelo Decreto n. 8943 A, de 10 de Maio de 1883, a companhia fica sujeita ás disposições do Decreto n. 6995 de 10 de Agosto de 1878, que estabeleceu bases geraes para a construcção das estradas de ferro com garantia de juros, na parte em que taes disposições possam ser-lhe applicadas e não contrariem as clausulas do contrato alludido.

3.<sup>a</sup> Sob as penas estipuladas na clausula 16.<sup>a</sup> do referido contrato de 5 de Maio de 1883, as obras da Alfandega, armazens, guarda-moria e do viaducto deverão estar em pleno andamento dentro de dous mezes a contar da presente data, concluindo-se todas as obras que fazem objecto da concessão no prazo marcado na clausula terceira do mesmo contrato.

4.<sup>a</sup> Fica expressamente declarado que as taxas que a companhia tem direito de cobrar em virtude da clausula 9.<sup>a</sup> do contrato de 5 de Maio de 1883, serão calculadas e pagas em moeda nacional corrente. E por assim haverem accordado e ter a companhia pago a importancia de 24,5000 de sello pela expedição a seu favor do Decreto n. 9361 de 27 de Fevereiro ultimo, como provou com a verba de numero um datada de hoje, lançada sobre guia passada por esta Secretaria de Estado, se lavrou o presente termo que vai assignado pelas partes contratantes acima declaradas, pelas testemunhas José Lucio Alves e Antonio José Caetano Junior, e por mim José Pinto Serqueira, Primeiro Official da mesma Secretaria de Estado que o escrevi.

Estavam colladas duas estampilhas de 400 réis cada uma devidamente inutilisadas com os seguintes dizeres: Secretaria da Agricultura, 4 de Maio de 1886.— *José Pinto Serqueira*.— *Antonio da Silva Prado*.— *Ignacio da Cunha Galvão*.— *José Lucio Alves*.— *Antonio José Caetano Junior*.— *José Pinto Serqueira*.



#### DECRETO N. 9562 — DE 27 DE FEVEREIRO DE 1886

Declara sem effeito a concessão a que se refere o Decreto n. 8346 de 24 de Dezembro de 1881, para construcção da estrada do ferro do Bagé a Cacequy, na Provincia do Rio Grande do Sul.

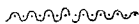
Não se tendo realizado dentro do prazo estabelecido na clausula 37.<sup>a</sup> das que buixaram com o Decreto n. 8346 de 24 de Dezembro de 1881, o accôrdo alli estabelecido sobre a fixação do

capital garantido para a construcção da estrada de ferro de Bagé a Cacequy, na Provincia do Rio Grande do Sul, Hei por bem Declarar sem effeito a concessão a que se refere o mesmo Decreto n. 8346, devendo a *Southern Brazilian Rio Grande do Sul Railway Company, limited*, ser indemnizada do que houver despendido com a revisão dos respectivos estudos, na forma do disposto na clausula 6ª do alludido decreto.

Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 27 de Fevereiro de 1886, 65ª da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio da Silva Prado.*



DECRETO N. 9563 — DE 6 DE MARÇO DE 1886

Promulga o Tratado para o reconhecimento dos rios Pepiri-guassú e Santo Antonio, Chapecó ou Pequiri-guassú, o Chopim ou Santo Antonio-guassú e do territorio que os separa e está em litigio entre o Brazil e a Republica Argentina.

Tendo-se concluido e assignado na cidade de Buenos-Ayres aos 28 dias do mez de Setembro do anno proximo passado um Tratado para o reconhecimento dos rios Pepiri-guassú e Santo Antonio, Chapecó ou Pequiri-guassú e Chopim ou Santo Antonio-guassú, e do territorio que os separa e está em litigio entre o Brazil e a Republica Argentina; e tendo sido esse Tratado mutuamente ratificado, trocando-se as ratificações nesta Córte em 4 do corrente mez de Março, Hei por bem que seja observado e cumprido tão inteiramente como nelle se contém.

O Barão de Cotegipe, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 6 de Março de 1886, 65ª da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Barão de Cotegipe.*



Nós Dom Pedro Segundo, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brazil, etc. Fazemos saber a todos os que a presente Carta de Approvação, Confirmação e Ratificação virem, que aos vinte e oito dias do mez de Setembro do corrente anno se concluiu e assignou na cidade de Buenos-Ayres, entre Nós e Sua Excellencia o Presidente da Republica Argentina, pelos respectivos Plenipotenciarios que se achavam munidos dos competentes plenos poderes, um Tratado e instrucções para a sua execução, do teor seguinte :

**Tratado para o reconhecimento dos rios Pepiriguassú e Santo Antonio, Chapecó ou Pequiriguassú e Chopim ou Santo Antonio-guassú, e do territorio que os separa e está em litigio entre o Brazil e a Republica Argentina**

Sua Magestade o Imperador do Brazil e Sua Excellencia o Presidente da Republica Argentina, julgando conveniente que sejam reconhecidos os rios pelos quaes cada um dos respectivos Governos entende que deve correr a fronteira commum desde o Uruguay até ao Iguassú ou Grande de Curityba, e o territorio entre elles comprehendido, resolveram fazer para isso um Tratado, e nomearam seus Plenipotenciarios, a saber :

Sua Magestade o Imperador do Brazil, Sua Excellencia o Conselheiro Dr. Leonel M. de Alencar, Cavalleiro das Ordens de Christo e da Rosa, Commendador da Ordem de Christo de Portugal e da Real Ordem de Isabel a Catholica de Hespanha, Seu Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Republica Argentina :

Sua Excellencia o Presidente da Republica Argentina, Sua Excellencia Dr. Don Francisco J. Ortiz, seu Ministro e Secretario de Estado no Departamento dos Negocios Estrangeiros ;

Os quaes, trocados os seus plenos poderes, que acharam em boa e devida forma, convieram no seguinte :

**ART. 1.º**

Cada uma das Altas Partes contratantes nomeará uma commissão composta de um primeiro commissario, um segundo e um terceiro e de tres ajudantes. Nos casos de impedimento ou morte, si outra providencia não fôr tomada, sera o primeiro commissario substituido pelo segundo e este pelo terceiro. Cada uma das commissões poderá ter, à vontade do respectivo Governo, o pessoal necessario para o seu serviço particular, como o sanitario ou qualquer outro, e ambas serão acompanhadas de contingentes militares de igual numero de praças commandadas por officiaes de patentes iguaes ou correspondentes.

## ART. 2.º

A comissão mixta, constituida pelas duas mencionadas, será incumbida de reconhecer, de conformidade com as instrucções annexas a este tratado, os rios Pepiri-guassú e Santo Antonio e os dous situados ao oriente delles, conhecidos no Brazil pelos nomes de Chapecó e Chopim e que os argentinos chamam Pequiri-guassú e Santo Antonio-guassú, bem como o territorio comprehendido entre os quatro.

## ART. 3.º

As duas commissões deverão reunir-se em Montevideo para se pôrem de accordo sobre o ponto ou pontos de partida dos seus trabalhos e sobre o mais que fôr necessario.

## ART. 4.º

Levantarão em commun e em dous exemplares as plantas dos quatro rios, do territorio que os separa e da parte correspondente dos rios que fecham esse territorio ao Norte e ao Sul, e com ellas apresentarão aos seus Governos relatorios identicos que contenham tudo quanto interesse à questão de limites.

## ART. 5.º

A vista desses relatorios e plantas procurarão as duas Altas Partes contratantes resolver amigavelmente aquella questão, fazendo um tratado definitivo e perpetuo, que nenhum acontecimento de paz ou de guerra poderá annullar ou suspender.

## ART. 6.º

O presente Tratado será ratificado, será posto em execução seis mezes depois da troca das respectivas ratificações, e estas serão trocadas na cidade do Rio de Janeiro ou na de Buenos-Ayres no mais breve prazo possível.

Em testemunho do que nós abaixo assignados Plenipotenciarios de Sua Magestade o Imperador do Brazil e de S. Ex. o Presidente da Republica Argentina assignamos em duplicado o presente Tratado e lhe fizemos pôr os nossos respectivos sellos na cidade de Buenos-Ayres, aos 28 dias do mez de Setembro de 1885.

(L. S.) *Leonel M. de Alencar.*

*Instruções a que se refere o art. 2º do Tratado concluido entre o Brazil e a Republica Argentina em 28 de Setembro de 1885 para o reconhecimento dos quatro rios que limitam a oeste e a leste o territorio litigioso e de te territorio.*

## I

As duas commissões, nomeadas em virtude do art. 1º do Tratado a que se refere o titulo destas instruções para reconhecer, de conformidade com o art. 2º, os rios Pepiri-guassú e Santo Antonio, e Chapecó e Chopim ou Pequiri-guassú e Santo Antonio-guassú, bem como o territorio entre elles comprehendido, reunindo-se em Montevideo, como está convencionado, pôr-se-hão de accôrdo sobre o ponto ou pontos de partida dos seus trabalhos e sobre o mais que fôr necessario.

## II

Esses trabalhos poderão começar na fôz do Pepiri-guassú ou na do Santo Antonio, e ainda, si parecer preferivel, nestes dous pontos ao mesmo tempo, dividindo-se para isso a commissão mixta em duas turnas ou partidas nas quaes sejam igualmente representadas as duas commissões de que aquella se compõe.

## III

Na primeira hypothese, toda a commissão mixta, ou parte della, conforme determinarem os primeiros commissarios, entrará pela fôz do Pepiri-guassú e, subindo por elle, buscará a principal nascente do outro e por este descera até a sua fôz.

## IV

O reconhecimento começará por aquelles dous rios por serem os primeiros da controversia que se encontram subindo o Uruguay e o Iguassú ou Rio Grande de Curityba.

## V

Do mesmo modo se procederá depois no reconhecimento do Chapecó e do Chopim ou Pequiri-guassú e Santo Antonio-guassú.

## VI

O territorio comprehendido entre os quatro rios poderá ser reconhecido depois do Pepiri-guassú e do Santo Antonio e antes dos outros dous, depois do reconhecimento destes ao regresso da commissão, ou por partes, conforme se julgar mais facil e conveniente.

## VII

Os demarcadores portuguezes e hespanhoes de 1759 e 1789 determinaram as latitudes da nascente e da fôz de cada um dos primeiros rios, isto é, do Pepiri-guassú e do Santo Antonio.

Eil-as:

|                                |      |                                    |
|--------------------------------|------|------------------------------------|
| Nascente do Pepiri-guassú..... | 1759 | 26° 10'.                           |
|                                | 1789 | 26° 10'.                           |
| Fôz do Pepiri-guassú.....      | 1759 | 27° 9' 23"                         |
|                                | 1789 | 27° 10' 30"                        |
| Nascente do Santo Antonio..... | 1759 | A 500 pas-<br>sos da do<br>Pepiri. |
|                                | 1789 | 26° 12'.                           |
| Fôz do Santo Antonio.....      | 1759 | 25° 35' 4"                         |
|                                | 1789 | 25° 35'.                           |

Segundo as observações feitas em 1789 e 1791 pelos hespanhoes, como consta da memoria de Oyarvide, está a fôz do Chapecó ou Pequiri-guassú situada aos 27° 06' 50" de latitude extrema austral e aos 5° 07' 43" de longitude oriental de Buenos-Ayres; e a sua origem principal aos 26° 43' 50" de latitude austral e aos 6° 26' 56" de longitude oriental de Buenos-Ayres.

Segundo a mesma memoria a nascente do Chopim ou Santo Antonio-guassú está situada a 725 toezas da do Chapecó ou Pequiri-guassú. Abaixo desta nascente, em um ponto que Oyarvide diz ser o mais conhecido daquelle rio, se observou: latitude austral 26° 39' 50", longitude 6° 27' 38".

Por todos estes dados e por varias circumstancias notadas nas duas antigas demarcações, se guiará a actual commissão em seus trabalhos.

## VIII

O reconhecimento de cada um dos quatro rios será feito seguidamente, subindo ou descendo; si isto não for praticavel em consequencia das cachoeiras ou outros obstaculos naturaes, a commissão mixta, nos desvios que for obrigada a fazer, tomará as precauções necessarias para que não haja duvida de que percorre o mesmo rio, e essas precauções serão notadas para conhecimento e governo de quaesquer outros exploradores.

## IX

Com as mesmas precauções se procederá no reconhecimento do territorio comprehendido entre as nascentes do Pepiri-guassú e Santo Antonio e Chapecó ou Pequiri-guassú e Chopim ou Santo Antonio-guassú. E' conveniente que esse territorio, isto é, a

ligação das nascentes, seja determinado por signaes perduraveis que, sem constituir marcos divisorios propriamente ditos, sirvam de guia em novas explorações.

## X

Como a commissão mixta tem de explorar o territorio comprehendido entre os quatro rios da controversia, procurará o meio de se chegar por elle ás respectivas nascentes, de modo que em qualquer trabalho futuro possam ellas ser facilmente alcançadas sem necessidade de buscá-las subindo cada um dos mesmos rios. Achado o meio, delle se tomará nota com todas as particularidades uteis. Si fôr preciso, se fará igual diligencia pelos territorios a Oeste dos rios designados pelo Brazil e a Leste dos designados pela Republica Argentina.

## XI

Na exploração do territorio comprehendido entre os quatro rios a commissão mixta notará com cuidado a direcção dos principaes cursos d'agua e suas nascentes, das serras e montes e todas as particularidades cujo conhecimento possa ter alguma utilidade.

## XII

Ao reunir-se em Montevideo, a commissão mixta albrará um diario onde vá relatando dia por dia, sob a assignatura dos tres commissarios de cada parte, todos os trabalhos que fizer, com as particularidades que julgar necessarias ou uteis.

Deste diario se farão simultaneamente dous exemplares, um em portuguez e outro em hespanhol. Cada commissão particular remetterá o seu ao respectivo Governo com o relatório e as plantas de que falla o art. 4º do tratado. Os dous exemplares desse relatório serão identicos, mas cada um delles será redigido na lingua do Governo a que fôr destinado e assignado somente pelos seus tres commissarios. Nesse relatório, em que se dará idéa geral e concisa de todos os trabalhos, terão cabimento as observações que não couberem no diario ou não tiverem occorrido durante a sua feitura.

## XIII

A commissão mixta não tem que discutir questões de direito ou de preferencia; só é incumbida de fazer o reconhecimento dos rios e do territorio mencionados no art. 2º do tratado. Não pôde, portanto, haver recio de divergencias graves. Si, todavia, surgir alguma, será submettida á decisão dos Governos contrahentes, sem que de qualquer modo sejam interrompidos os trabalhos.

## XIV

O relatório será registrado no diário como o seu complemento. Feito isso, será o mesmo diário encerrado e ficará dissolvida a comissão mixta.

Feitas na cidade de Buenos-Ayres aos 28 dias do mez de Setembro de 1885.

*Leonel M. de Alencar.*

Tratado para el reconocimiento de los rios Pepiri-guazú y San Antonio, Chapecó ó Pequiri-guazú y Chopim ó San Antonio-guazú, y del territorio que los separa y que está en litigio entre el Brasil y la República Argentina.

S. M. el Emperador del Brasil y S. E. el Presidente de la República Argentina, juzgando conveniente que sean reconocidos los rios por los cuales cada uno de los respectivos Gobiernos entiende que debe correr la frontera comun desde el Uruguay hasta el Ignazú ó Grande de Curitiba, y el territorio comprendido entre ellos, han resuelto celebrar un Tratado con dicho objeto y han nombrado sus Plenipotenciarios, a saber :

S. M. el Emperador del Brasil á S. E. el Consejero Dr. Leonel M. de Alencar, Caballero de las Ordenes de Cristo y de la Rosa, Comendador de la Orden de Cristo de Portugal y de la Real Orden de Isabel la Católica de España, Su Enviado Extraordinario y Ministro Plenipotenciario en la República Argentina ;

S. E. el Presidente de la República Argentina á S. E. el Dr. Don Francisco J. Ortiz, su Ministro Secretario de Estado en el Departamento de Relaciones Exteriores ;

Quienes, despues de canjear sus Plenos Poderes, que hallaron en buena y debida forma, convinieron en lo siguiente :

## ARTICULO 1º

Cada una de las Altas Partes Contratantes nombrará una comision compuesta de un primer comisario, un segundo y un tercero y de tres ayudantes. En los casos de impedimento ó muerte, si no se tomare otra resolucion, el primer comisario será sustituido por el segundo y este por el tercero. Cada una de las comisiones podrá tener, á voluntad del respectivo Gobierno, el personal necesario para su servicio particular, como el sanitario ó cualquier otro, y ambas seran acompañadas por contingentes militares de igual número de plazas mandadas por oficiales de grados iguales ó correspondientes.

## ARTICULO 2º

A la comision mixta constituida por las dos mencionadas le incumbirá reconocer, de conformidad con las instrucciones anexas á este Tratado, los rios Pepiri-guazú y San Antonio y los

dos situados al oriente de ellos, conocidos en el Brasil por los nombres de Chapecó y Chopim y que los argentinos llaman Pequiri-guazú y San Antonio-guazú, así como el territorio comprendido entre los cuatro.

#### ARTICULO 3º

Las dos comisiones deberán reunirse en Montevideo para ponerse de acuerdo sobre el punto ó puntos de partida de sus trabajos, y á cerca de lo demás que fuere necesario.

#### ARTICULO 4º

Levantarán en común y en dos ejemplares los planos de los cuatro rios, del territorio que los separa y de la parte correspondiente de los rios que encierran ese territorio al Norte y al Sud, y con ellos presentarán á sus Gobiernos memorias idénticas que contengan todo cuanto interese á la cuestion de límites.

#### ARTICULO 5º

En vista de esas memorias y planos las dos Altas Partes Contratantes procurarán resolver amigablemente aquella cuestion, celebrando un tratado definitivo y perpetuo, que ningun acontecimiento de paz ó de guerra podrá anular ó suspender.

#### ARTICULO 6º

El presente tratado será ratificado, se pondrá en ejecucion seis meses despues del canje de las respectivas ratificaciones, y estas se conjearán en la ciudad de Rio de Janeiro ó en la de Buenos Aires en el mas breve plazo posible.

En testimonio de lo cual, nos los abajo firmados Plenipotenciarios de Su Majestad el Emperador del Brasil y de S. E. el Presidente de la República Argentina, firmamos y sellamos con nuestros respectivos sellos y por duplicado el presente Tratado en la ciudad de Buenos Aires á los veinte y ocho dias del mes de Setiembre de 1885.

( L. S. ) *Francisco J. Ortiz.*

*Instrucciones á que se refiere el artículo 2º del Tratado celebrado entre el Brasil y la República Argentina el 28 de Setiembre de 1885 para el reconocimiento de los cuatro rios que limitan al Oeste y al Este el territorio litigioso y del mismo territorio.*

#### I

Las dos comisiones, nombradas en virtud del artículo 1º del Tratado á que se refiere el título de estas Instrucciones para

reconocer, de conformidad con el artículo 2º, los ríos Pepiri-guaçu y San Antonio y Chapecó y Chopim ó Pequiri-guaçu y San Antonio-guaçu, así como el territorio comprendido entre ellos, reuniéndose en Montevideo, como está convenido, se pondrán de acuerdo sobre el punto ó puntos de partida de sus trabajos y sobre lo demás que fuere necesario.

## II

Esos trabajos podrán comenzar en la embocadura del Pepiri-guaçu ó en la del San Antonio, y también, si se juzgase preferible, en estos dos puntos al mismo tiempo, dividiéndose al efecto la comision mixta en dos compañías ó partidas en las cuales estén representadas igualmente las dos comisiones de que aquella se compone.

## III

En la primera hipótesis, toda la Comision mixta, ó parte de ella, segun lo determinen los primeros comisarios, entrará por la embocadura del Pepiri-guaçu y, subiendo por él, buscará la principal naciente del otro y descenderá por este hasta su embocadura.

## IV

El reconocimiento comenzará por aquellos dos ríos por ser los primeros de la controversia que se encuentran subiendo el Uruguay y el Iguaçu ó Rio Grande de Curitiba.

## V

Del mismo modo se procederá despues en el reconocimiento del Chapecó y del Chopim ó Pequiri-guaçu y San Antonio-guaçu.

## VI

El territorio comprendido entre los cuatro ríos podrá ser reconocido despues del Pepiri-guaçu y del San Antonio y antes de los otros dos, despues del reconocimiento de éstos al regreso de la comision, ó por partes, segun se juzgue mas fácil y conveniente.

## VII

Los demarcadores portugueses y españoles de 1759 y 1789 determinaron las latitudes de la naciente y de la embocadura



de cada uno de los primeros rios, esto es, del Pepiri-guazú y del San Antonio. Helas aqui:

|                             |      |                               |
|-----------------------------|------|-------------------------------|
| Naciente del Pepiri-guazú.. | 1759 | 26° 10'                       |
|                             | 1789 | 26° 10'                       |
| Embocadura del Pepiri-guazú | 1759 | 27° 9' 23"                    |
|                             | 1789 | 27° 10' 30"                   |
| Naciente del San Antonio... | 1759 | a 500 pasos de la del Pepiri. |
|                             |      |                               |
|                             | 1789 | 26° 12'                       |
| Embocadura del San Antonio  | 1759 | 25° 35' 4"                    |
|                             | 1789 | 25° 35'                       |

Segun las observaciones hechas por los españoles en 1789 y 1791, como consta de la memoria de Oyarvide, la embocadura del Chapecó ó Pequiri-guazú se encuentra situada á los 27° 06' 50" de latitud extrema austral y á los 5° 07' 43" de longitud oriental de Buenos Aires; y su origen principal á los 26° 43' 50" de latitud austral y á los 6° 26' 56" de longitud oriental de Buenos Aires.

Segun la misma memoria, la naciente del Chopim ó San Antonio-guazú está situada á 725 toezas de la del Chapecó ó Pequiri-guazú. Abajo de esta naciente, en un punto que Oyarvide dice ser el mas conocido de aquel rio, se observó: latitud austral 26° 39', 50" longitud 6° 27' 38".

Por todos estos datos y por varias circunstancias observadas en las dos antiguas demarcaciones, se guiará en sus trabajos la actual comision.

## VIII

El reconocimiento de cada uno de los cuatro rios se hará sucesivamente, subiendo ó descendiendo; si esto no fuere practicable á consecuencia de las cataratas ó de otros obstáculos naturales, la comision mixta tomará en los desvios que se viere obligada á hacer, las precauciones necesarias para que no haya duda de que recorre el mismo rio, y esas precauciones se anotarán para conocimiento y gobierno de cualesquiera otros exploradores.

## IX

Se procederá con las mismas precauciones en el reconocimiento del territorio comprendido entre las nacientes del Pepiri-guazú y San Antonio y Chapecó ó Pequiri-guazú y Chopim ó San Antonio-guazú. Es conveniente que ese territorio, esto es, la union de las nacientes, sea determinado por senales perdurables que, sin constituir signos divisorios propriamente dichos, sirvan de guia en nuevas exploraciones.

## X

Como la comision mixta tiene que explorar el territorio comprendido entre los cuatro rios de la controversia, procurará el medio de llegar por él á las respectivas nacientes, de modo que en cualquier trabajo futuro puedan ser ellas fácilmente alcanzadas sin necesidad de buscarlas subiendo cada uno de los mismos rios. Encontrado el medio, se tomará nota de él con todos los pormenores útiles. Si fuere necesario, se hará igual diligencia en los territorios al oeste de los rios designados por el Brasil y al éste de los designados por la República Argentina.

## XI

En la exploracion del territorio comprendido entre los cuatro rios la comision mixta anotará con cuidado la direccion de los principales cursos de agua y sus nacientes, de las sierras y montes, y todos los pormenores cuyo conocimiento pueda tener alguna utilidad.

## XII

Al reunirse en Montevideo, la comision mixta abrirá un diario donde se relatará, dia por dia, bajo la firma de los tres comisarios de cada parte, todos los trabajos que hiciere, con los pormenores que juzgue necesarios ó utiles.

De este diario se harán simultáneamente dos ejemplares, uno en portugués y otro en español. Cada comision particular remitirá el suyo al respectivo Gobierno, con la memoria y los planos de que habla el artículo 4º del Tratado. Los dos ejemplares de esa memoria serán identicos, pero cada uno de ellos será redactado en el idioma del Gobierno á que fuere destinado y firmado solamente por sus tres comisarios. En esa memoria, en la cual se dará idea general y consisa de todos los trabajos, tendrán cabida las observaciones que no cupieren en el diario ó no hubieren ocurrido durante su confeccion.

## XIII

La comision mixta no tiene que discutir cuestiones de derecho ó de preferencia; solo está encargada de hacer el reconocimiento de los rios y del territorio mencionados en el artículo 2º del Tratado. No puede portanto haber recelo de divergencias graves. Si así mismo surgiese alguna, será sometida á la decision de los Gobiernos contratantes sin que de ningun modo se interrumpan los trabajos.

## XIV

La memoria será registrada en el diario como su complemento. Hecho esto, se cerrará el mismo diario y quedará disuelta la comision mixta.

Hechas en la ciudad de Buenos Ayres à los 28 dias del mes de setiembre de 1885.

*Francisco J. Ortiz.*

E sendo-Nos presente o mesmo Tratado acima inserido com as respectivas Instruções, e bem visto, considerado e examinado por Nós tudo quanto nesses actos se contém, os Approvamos, Confirmamos e Ratificamos, assim no todo como em cada um de seus artigos e estipulações, e pelo presente os Damos por firmes e valiosos para produzirem os seus devidos effeitos ; promettendo, em Fê e Palavra Imperial, cumprir-os inviolavelmente e fazel-os cumprir e observar por qualquer modo que possa ser.

Em testemunho e firmeza do que Fizemos passar a presente Carta por Nós assignada, sellada com o sello das Armas do Imperio e referendada pelo Ministro e Secretario de Estado abaixo assignado.

Dada no Palacio do Rio de Janeiro aos trinta dias do mez de Novembro do anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos oitenta e cinco.

PEDRO, IMPERADOR (com guarda).

*Barão de Cotegipe.*



DECRETO N. 9564 — DE 6 DE MARÇO DE 1886

Declara caduca a concessão dos engenhos de Serinhaem, Ipojuca, Pilar, Maroim e Camaragibo, feita à Companhia « North Brazilian Sugar Factories, limited ».

Considerando que a Companhia *North Brazilian Sugar Factories, limited*, concessionaria de quinze engenhos centraes nas Províncias do Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, obrigou-se, pela clausula 4.<sup>a</sup> das que haixaram com o Decreto n. 8954 de 9 de Junho de 1883, a dar começo às obras de oito dos sobreditos engenhos, que se comprometteu a construir no primeiro anno, dentro do prazo de 90 dias depois de approvedos os respectivos contratos de fornecimento de cannas, sob pena imposta no art. 25 § 3.<sup>o</sup> do Regulamento de 24 de Dezembro de 1881 ;

Considerando que os contratos para fornecimento de cannas aos engenhos de S. José de Mipibú, S. Lourenço da Matta, Serinhaem, Pau d'Alho, Ipejuca, Pilar e Maroim, foram approvados pelo Decreto n. 9421 de 28 de Abril de 1885, sendo pelo mesmo Decreto marcado o prazo de tres mezes para a modificação dos contratos relativos ao engenho de Camaragibe;

Considerando que, dos oito engenhos acima mencionados, cujos contratos de fornecimento de cannas foram approvados pelo Decreto de 28 de Abril de 1885, apenas foram começados a construir os de S. José de Mipibú, S. Lourenço da Matta e Pau d'Alho;

Considerando que os contratos para fornecimento de cannas para o engenho de Camaragibe foram apresentados à approvação do Governo fóra do prazo marcado pelo Decreto de 28 de Abril de 1885;

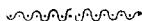
Considerando mais que a companhia já tem levantado, com autorização e garantia do Governo, o capital de £ 295.093—15<sup>s</sup>—0<sup>d</sup>, superior em £ 98.218—15<sup>s</sup>—0<sup>d</sup> ao capital nominal dos tres engenhos em construcção, o qual é de £ 196.875—0<sup>s</sup>—0<sup>d</sup>;

Hei por bem Declarar caduca a concessão dos engenhos de Serinhaem, Ipejuca, Pilar, Maroim e Camaragibe, feita à Companhia *North Brazilian Sugar Factories, limited*, ficando a garantia de juros por parte do Estado com relação aos oito engenhos acima referidos, limitada ao capital dos engenhos de S. José de Mipibú, S. Lourenço da Matta e Pau d'Alho, na importância de £ 196.875—0<sup>s</sup>—0<sup>d</sup>.

Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 6 de Março de 1886, 65<sup>a</sup> da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio da Silva Prado.*



DECRETO N. 9565 — DE 6 DE MARÇO DE 1886

Altera o traçado da 3<sup>a</sup> secção da ferro-via Carangola, approved pelo Decreto n. 9496 de 12 de Setembro de 1885, no trecho comprehendido entre os kilometros 6 e 26.

Attendendo ao que Me requereu a Companhia da estrada de ferro do Carangola, Hei por bem Alterar o traçado adoptado para a 3<sup>a</sup> secção da mesma ferro-via, em virtude do De-

creto n. 9496 de 12 de Setembro de 1885, approvando a modificação proposta ao trecho comprehendido entre os kilometros 6 e 26 da referida secção, sob a condição de vigorarem em relação a este trecho da linha as unidades de preço constantes do respectivo orçamento anteriormente approved.

Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 6 de Março de 1886, 65º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio da Silva Prado.*



#### DECRETO N. 9566 — DE 6 DE MARÇO DE 1886

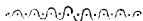
Proroga por mais seis mezes o prazo a que se refere o Decreto n. 9435 de 6 de Junho de 1885, para a immersão do cabo submarino que a D. Pedro II American Telegraph and Cable Company obrigou-se a estabelecer entre o Imperio do Brazil e os Estados-Unidos.

Attendendo ao que Me requerem a D. Pedro II American Telegraph and Cable Company, Hei por bem Prorogar por mais seis mezes o prazo a que se refere o Decreto n. 9435 de 6 de Junho de 1885, para a immersão do cabo telegraphico submarino de que trata a clausula 4ª da concessão feita pelo Decreto n. 8992 de 18 de Agosto de 1883, transferida áquella companhia em virtude do Decreto n. 9084 de 15 de Dezembro de 1883.

Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 6 de Março de 1886, 65º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio da Silva Prado.*



## DECRETO N. 9567 — DE 13 DE MARÇO DE 1886

Concedo à Companhia Ferro-carril do Cachamby ampliação da concessão feita pelo Decreto n. 7093 de 30 de Novembro de 1878 para prolongamento da linha que vai á praça Marquez do Herval até a rua de Todos os Santos e autoriza a cons'rucção de um novo ramal para a rua da Serra do Mathews.

Attendendo ao que Me requerem a Companhia Ferro-carril do Cachamby, Hei por bem Conceder-lhe a ampliação da concessão feita pelo Decreto n. 7093 de 30 de Novembro de 1878 para o prolongamento pela rua Zeferino até á de Todos os Santos, de sua linha que vai ter á praça Marquez do Herval, e bem assim a necessaria autorização para construeção de um novo ramal a partir da rua D. Pedro II, na Cancellia do Engenho de Dentro e seguindo pelas ruas do Engenho de Dentro e D. Adelaide, terminando na Serra do Mathews, sob as mesmas clausulas do Decreto referido de n. 7093 de 30 de Novembro de 1878 e a que, em additamento a estas, com este baixa assignada por Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 13 de Março de 1886, 65º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio da Silva Prado.*

**Clausula additiva a que refere-se o Decreto n. 9567 desta data**

A empresa se obrigará a satisfazer todas as prescripções que lhe forem impostas pela administração da Estrada de Ferro D. Pedro II, relativamente ao cruzamento provisorio de sua linha com esta estrada e estabelecer, no lugar mais conveniente e quando o exija a mesma administração, a passagem da referida linha por cima ou por baixo da mencionada Estrada de ferro.

Palacio do Rio de Janeiro em 13 de Março de 1886.— *Antonio da Silva Prado.*



## DECRETO N. 9568 — DE 13 DE MARÇO DE 1886

Promulga os actos additionaes á Convenção postal universal do 4º de Junho de 1878 e ao respectivo regulamento concluidos em Lisboa a 21 de Março de 1885.

Tendo-se concluido em Lisboa, aos vinte e um dias do mez de Março do anno proximo findo, entre o Brazil e varios Estados dous actos additionaes á Convenção postal universal do primeiro de Junho de mil oitocentos setenta e oito e ao regulamento de detalhe e de ordem para sua execução, e tendo sido as respectivas ratificações trocadas na referida cidade no dia vinte e sete de Fevereiro do corrente anno, Hei por bem que sejam observados e cumpridos tão inteiramente como nelles se contém.

O Barão de Cotegipe, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros, assim o tenha entendido e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro em 13 de Março do anno de 1886, 65ª da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador

*Barão de Cotegipe.*

Nós, D. Pedro II, por Graça de Deus e unanime aclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brazil, Fazemos saber a todos os que a presente Carta de approvação, confirmação e ratificação virem que entre o Brazil e os seguintes Estados : Alemanha, Estados-Unidos da America, Republica Argentina, Austria-Hungria, Belgica, Bolivia, Bulgaria, Chile, Estados-Unidos de Colombia, Republica de Costa Rica, Dinamarca e Colonias Dinamarquezas, Republica Dominicana, Egypto, Equador, Hespanha e Colonias Hespanholas, França e Colonias Francezas, Grã-Bretanha e diversas Colonias Inglezas, Canadá, India Britannica, Grecia, Guatemala, Republica do Haiti, Reino de Hawaii, Republica de Honduras, Italia, Japão, Republica de Liberia, Luxemburgo, Mexico, Montenegro, Nicaragua, Paraguay, Paizes Baixos e Colonias Neerlandezas, Peru, Persia, Portugal e Colonias portuguezas, Roumania, Russia, Salvador, Servia, Reino de Sião, Suecia e Noruega, Suissa, Turquia, Uruguay e Estados-Unidos de Venezuela, — foram concluidos na cidade de Lisboa, em vinte e um de Março do corrente anno, dous actos additionaes á Convenção postal universal firmada em Pariz no primeiro dia de Junho de mil oitocentos setenta e oito, e ao regulamento de detalhe e de ordem para a execução dessa mesma convenção.

E sendo-Nos presentes os ditos actos additionaes e o protocolo final da mesma data, e bem visto, considerado e examinado por Nós tudo quanto nelles se contém, os Approvamos, Confirmamos e Ratificamos tão inteiramente como si aqui estivessem transcriptos palavra por palavra, e pela presente os damos por firmes e valiosos para produzirem o seu devido effeito, Promettendo em fô e palavra Imperial cumpril-os inviolavelmente e fazel-os cumprir e observar por qualquer modo que possa ser.

Em testemunho e firmeza do que, Fizemos passar a presente Carta por Nós assignada, sellada com o sello das Armas do Imperio e referendada pelo Ministro e Secretario de Estado abaixo assignado.

Dada no Palacio do Rio de Janeiro aos vinte e um dias do mez de Novembro do anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos oitenta e cinco.

(L. S.) PEDRO, IMPERADOR (com guarda).

*Barão de Cotequipe.*

### Union Postale Universelle

ACTE ADDITIONNEL DE LISBONNE A LA CONVENTION DU 1<sup>er</sup> JUIN 1878  
Conclu entre

L'Allemagne, Les Etats-Unis d'Amérique, La République Argentine, L'Autriche-Hongrie, La Belgique, La Bolivie, Le Brésil, La Bulgarie, Le Chili, Les Etats-Unis de Colombie, La République de Costa-Rica, Le Danemark et Les Colonies Danoises, La République Dominicaine, L'Egypte, L'Equateur, L'Espagne et Les Colonies Espagnoles, La France et Les Colonies Françaises, La Grande Bretagne et Diverses Colonies Anglaises, Le Canada, L'Inde Britannique, La Grèce, Le Guatemala, La République de Haïti, Le Royaume de Hawaï, La République du Honduras, L'Italie, Le Japon, La République de Libéria, Le Luxembourg, Le Mexique, Le Monténégro, Le Nicaragua, Le Paraguay, Les Pays-Bas et Les Colonies Néerlandaises, Le Pérou, La Perse, Le Portugal et Les Colonies Portugaises, La Roumanie, La Russie, Le Salvador, La Serbie, Le Royaume de Siam, La Suède et Norvège, La Suisse, La Turquie, L'Uruguay et Les Etats-Unis de Vénézuëla.

— —

Les soussignés, Plénipotentiaires des Gouvernements des pays ci-dessus désignés, réunis en Congrès à Lisbonne,

En vertu de l'article 19 de la Convention conclue à Paris le 1<sup>er</sup> Juin 1878,

Ont, d'un commun accord, et sous réserve de ratification, arrêté l'Acte additionnel suivant.



*Article premier*

La Convention du 1<sup>er</sup> Juin 1878 est modifiée comme suit :

## I

L'article 2 portera dorénavant la rédaction suivante :

*Article 2*

Les dispositions de cette convention s'étendent aux lettres, aux cartes postales simples et avec réponse payée, aux imprimés de toute nature, aux papiers d'affaires et aux échantillons de marchandises, originaires de l'un des pays de l'Union et à destination d'un autre de ces pays. Elles s'appliquent également, quant au parcours dans le ressort de l'Union, à l'échange postal des objets ci-dessus entre les pays de l'Union et les pays étrangers à l'Union, toutes les fois que cet échange emprunte les services de deux des parties contractantes, au moins.

Tous les pays contractants ne sont pas tenus d'émettre des cartes avec réponse payée, mais ils assument l'obligation de renvoyer les cartes-réponse reçues des autres pays de l'Union.

## II

L'article 4 est modifié comme suit :

L'alinéa 8 est remplacé par la disposition ci-après :

2.° Que, partout où les frais de transit maritime sont fixés actuellement à 5 francs par kilogramme de lettres ou de cartes postales, et à 50 centimes par kilogramme d'autres objets, ces prix sont maintenus.

L'alinéa 13 est modifié comme suit :

Le décompte général de ces frais a lieu sur la base de relevés établis tous les trois ans, pendant une période de 28 jours à déterminer dans le Règlement d'exécution prévu par l'article 14 ci-après.

Le 14<sup>e</sup> alinéa est remplacé par la disposition suivante :

Sont exempts de tous frais de transit territorial ou maritime, la correspondance des Administrations postales entre elles, les cartes postales-réponse renvoyées au pays d'origine, les objets réexpédiés ou mal dirigés, les rebuts, les avis de réception, les mandats de poste ou avis d'émission de mandats, et tous autres documents relatifs au service postal.

## III

L'article 5 est modifié comme suit : .

Le 3<sup>e</sup> alinéa portera dorénavant :

2.° Pour les cartes postales, à 10 centimes pour la carte simple ou pour chacune des deux parties de la carte avec réponse payée.

La 2<sup>e</sup> phrase du 7<sup>e</sup> alinéa commençant par les mots : « Par mesure de transition » est supprimée.

Le 14<sup>e</sup> alinéa portera dorénavant :

4.<sup>o</sup> Enfin, aux paquets de papiers d'affaires et d'imprimés de toute nature dont le poids dépasse 2 kilogrammes ou qui présentent sur n'un des côtés une dimension supérieure à 45 centimètres.

#### IV

Il est intercalé entre les articles 5 et 6 un nouvel article ainsi conçu :

##### ARTICLE 5 *bis*

L'expéditeur d'un objet de correspondance peut le faire retirer du service ou en faire modifier l'adresse, tant que cet objet n'a pas été livré au destinataire.

La demande à formuler à cet effet est transmise par voie postale ou par voie télégraphique aux frais de l'expéditeur, qui doit payer, savoir :

1.<sup>o</sup> Pour toute demande par voie postale la taxe applicable à une lettre simple recommandée ;

2.<sup>o</sup> Pour toute demande par voie télégraphique, la taxe du télégramme d'après le tarif ordinaire.

Les dispositions du présent article ne sont pas obligatoires pour les pays dont la législation ne permet pas à l'expéditeur de disposer d'un envoi en cours de transport.

#### V

Les 5 derniers alinéas de l'article 6, depuis les mots : « En cas de perte d'un envoi recommandé » etc., sont supprimés, et il est ajouté, à la suite du même article, un nouvel article portant :

##### ARTICLE 6 *bis*

En cas de perte d'un envoi recommandé et sauf le cas de force majeure, l'expéditeur ou, sur sa demande, le destinataire, a droit à une indemnité de 50 francs.

L'obligation de payer l'indemnité incombe à l'Administration dont relève le bureau expéditeur. Est réservé à cette Administration le recours contre l'Administration responsable, c'est-à-dire contre l'Administration sur le territoire ou dans le service de laquelle la perte a eu lieu.

Jusqu'à preuve du contraire, la responsabilité incombe à l'Administration qui, ayant reçu l'objet sans faire d'observation, ne peut établir ni la délivrance au destinataire ni, s'il y a lieu, la transmission régulière à l'Administration suivante.

Le paiement de l'indemnité par l'Office expéditeur doit avoir lieu le plus tôt possible et, au plus tard, dans le délai d'un an, à

partir du jour de la réclamation. L'Office responsable est tenu de rembourser sans retard, à l'Office expéditeur, le montant de l'indemnité payée par celui-ci.

Il est entendu que la réclamation n'est admise que dans le délai d'un an, à partir du dépôt à la poste de l'envoi recommandé ; passé ce terme, le réclamant n'a droit à aucune indemnité.

Si la perte a eu lieu en cours de transport entre les bureaux d'échange de deux pays limitrophes, sans qu'il soit possible d'établir sur lequel des deux territoires le fait s'est accompli, les deux Administrations en cause supportent le dommage par moitié.

Les Administrations cessent d'être responsables des envois recommandés dont les ayants droit ont donné reçu et pris livraison.

Par mesure de transition, il est permis aux Administrations des pays hors d'Europe, dont la législation est actuellement contraire au principe de la responsabilité, d'ajourner l'application de la clause qui précède jusqu'au jour où elles auront pu obtenir, du pouvoir législatif, l'autorisation d'y souscrire. Jusqu'à ce moment les autres Administrations de l'Union ne sont pas astreintes à payer une indemnité pour la perte, dans leurs services respectifs, d'envois recommandés à destination ou provenant des dits pays.

## VI

Il est intercalé entre les articles 9 et 10 un nouvel article ainsi conçu :

### ARTICLE 9 bis

Les objets de correspondance de toute nature sont, à la demande des expéditeurs, remis à domicile par un porteur spécial immédiatement après l'arrivée, dans les pays de l'Union qui consentent à se charger de ce service dans leurs relations reciproques.

Ces envois, qui sont qualifiés « exprès », sont soumis à une taxe spéciale de remise à domicile ; cette taxe est fixée à 30 centimes et doit être acquittée complètement et à l'avance, par l'expéditeur, en sus du port ordinaire. Elle est acquise à l'Administration du pays d'origine.

Lorsque l'objet est destiné à une localité où il n'existe pas de bureau de poste, l'Administration des postes destinataire peut percevoir une taxe complémentaire, jusqu'à concurrence du prix fixé pour la remise par exprès dans son service interne, déduction faite de la taxe fixe payée par l'expéditeur, ou de son équivalent dans la monnaie du pays qui perçoit ce complément.

Les objets exprès non complètement affranchis pour le montant total des taxes payables à l'avance, sont distribués par les moyens ordinaires.

## VII

L'article 10 portera dorénavant la rédaction suivante :

## ARTICLE 10

Il n'est perçu aucun supplément de taxe pour la réexpédition d'envois postaux dans l'intérieur de l'Union.

Les correspondances tombées en rebut ne donnent pas lieu à restitution des droits de transit revenant aux Administrations intermédiaires, pour le transport antérieur des dites correspondances.

## VIII

Les trois premiers alinéas de l'article 11 sont supprimés et remplacés par les dispositions suivantes :

Il est interdit au public d'expédier par la voie de la poste :

1.<sup>o</sup> Des lettres ou paquets contenant des pièces de monnaie ;  
2.<sup>o</sup> Des envois quelconques contenant des objets passibles de droits de douane ;

3.<sup>o</sup> Des matières d'or ou d'argent, des pierreries, des bijoux ou autres objets précieux, mais seulement dans le cas où leur insertion ou expédition serait défendue d'après la législation des pays intéressés.

## IX

L'article 13 est modifié comme suit :

## ARTICLE 13

Le service des lettres avec valeurs déclarées, et ceux des mandats de poste, des colis postaux, des valeurs à recouvrer, des livrets d'identité, etc., font l'objet d'arrangements particuliers entre les divers pays ou groupes de pays de l'Union.

## X

La finale du dernier alinéa de l'article 14 à partir des mots : « pour les conditions de la remise de lettres par exprès », etc., est supprimée, et cet alinéa portera dorénavant :

Il est toutefois permis aux Administrations intéressées de s'entendre mutuellement pour l'adoption des taxes réduites dans un rayon de 30 kilomètres.

## XI

Le 1<sup>er</sup> alinéa de l'article 15 reçoit la rédaction suivante :

La présente Convention ne porte point altération à la législation de chaque pays dans tout ce qui n'est pas prévu par les stipulations contenues dans cette Convention.

## XII

L'article 17 est modifié comme suit :

## ARTICLE 17

En cas de dissentiment entre deux ou plusieurs membres de l'Union, relativement à l'interprétation de la présente Convention ou à la responsabilité d'une Administration en cas de perte d'un envoi recommandé, la question en litige est réglée par jugement arbitral. A cet effet, chacune des Administrations en cause choisit un autre membre de l'Union qui n'est pas directement intéressé dans l'affaire.

La décision des arbitres est donnée à la majorité absolue des voix.

En cas de partage des voix, les arbitres choisissent, pour trancher le différend, une autre Administration également désintéressée dans le litige.

Les dispositions du présent article s'appliquent également à tous les arrangements conclus en vertu de l'article 13 de la Convention de 1<sup>er</sup> Juin 1878, modifié par l'article 1<sup>er</sup>, chiffre IX, du présent Acte additionnel.

## XIII

Les 2<sup>e</sup> et 3<sup>e</sup> alinéas de l'article 20 porteront dorénavant :

1.<sup>e</sup> L'unanimité des suffrages, s'il s'agit de la modification des dispositions du présent article et des articles 2, 3, 4, 5, 5 *bis*, 6, 6 *bis*, 9 et 9 *bis* précédents ;

2.<sup>e</sup> Les deux tiers des suffrages, s'il s'agit de la modification des dispositions de la Convention autres que celles des articles 2, 3, 4, 5, 5 *bis*, 6, 6 *bis*, 9, 9 *bis* et 20.

## ARTICLE 2

1.—Le présent Acte additionnel entrera en vigueur le 1<sup>er</sup> avril 1886 et aura la même durée que la Convention conclue à Paris le 1<sup>er</sup> Juin 1878.

2.—Il sera ratifié aussitôt que faire se pourra. Les actes de ratification seront échangés à Lisbonne.

En foi de quoi, les Plénipotentiaires des pays ci-dessus énumérés ont signé le présent Acte additionnel à Lisbonne, le vingt-et-un Mars mil huit cent quatre-vingt cinq.

Pour le Brésil :

Luiz C. P. Guimarães.

Pour l'Allemagne :

Sachse.

Fritsch.

Pour les Etats-Unis d'Amérique :

William T. Otto.

Jas. S. Crawford.

Pour la République Argentine:

F. P. Hansen.

Pour l'Autriche:

Dewez.

Varges.

Pour la Hongrie:

Gervay.

Pour la Belgique:

F. Gife.

Pour la Bolivie:

Joaquin Caso.

Pour la Bulgarie:

R. Ivanoff.

Pour le Chili:

M. Martinez.

Pour les Etats-Unis de Colombie:

César Conto.

Pour la République de Costa-Rica:

.....

Pour le Danemark et les Colonies Danoises:

Lund.

Pour la République Dominicaine:

P. Gomes da Silva.

Pour l'Egypte:

W. F. Halton.

Pour l'Equateur:

Antonio Flores.

Pour l'Espagne et les Colonies Espagnoles:

S. Alvarez Bugallal.

A. Hecce.

Pour la France:

Laboulaye.

A. Besnier.

Pour les Colonies Françaises :

Laboulaye.

Pour la Grande-Bretagne et diverses Colonies Anglaises:

S. A. Blackwood.

H. Buxton Forman.

Pour le Canada :

S. A. Blackwood.

H. Buxton Forman.

Pour l'Inde Britannique :

H. E. M. James.

Pour la Grèce :

Eugène Borel.

Pour le Guatemala :

J. Carrera.

Pour la République de Haiti :  
     Laboulaye.  
     Ansault.  
 Pour le Royaume de Hawaï :  
     Eugène Borel.  
 Pour la République du Honduras :  
     J. Carrera.  
 Pour l'Italie :  
     J. B. Tantesio.  
 Pour le Japon :  
     Yasushi Nomura.  
 Pour la République de Libéria :  
     Comte Senmarti.  
 Pour le Luxembourg :  
     Ch. Rischard.  
 Pour le Mexique :  
     L. Breton y Vedra.  
 Pour le Monténégro :  
     Dewez.  
     Varges.  
 Pour le Nicaragua :  
     Manuel J. Alves Diniz.  
 Pour le Paraguay :  
     F. A. Rebello.  
 Pour les Pays-Bas et les Colonies Néerlandaises :  
     Hofstede.  
     B. Sweerts de Landas-Wyborgh.  
 Pour le Pérou :  
     .....  
 Pour la Perse :  
     N. Semino.  
 Pour le Portugal :  
     Guilhermino Augusto de Barros.  
     Ernesto Madeira Pinto.  
 Pour les Colonies Portugaises :  
     Guilhermino Augusto de Barros.  
 Pour la Roumanie :  
     Jon Ghika.  
 Pour la Russie :  
     N. de Besak.  
     Georges de Poggenpohl.  
 Pour le Salvador :  
     .....  
 Pour la Serbie :  
     .....  
 Pour le Royaume de Siam :  
     Prisdang.  
 Pour la Suède :  
     W. Roos.  
 Pour la Norwège :  
     Harald Asche.

Pour la Suisse:

Ed. Höhn.

Pour la Turquie:

.....

Pour l'Uruguay:

Enrique Kubly.

Pour le Vénézuéla:

J. L. Pereira Crespo.

## Union Postale Universelle

ACTE ADDITIONNEL DE LISBONNE AU REGLEMENT DE DÉTAIL ET  
D'ORDRE POUR L'EXÉCUTION DE LA CONVENTION DU 1<sup>er</sup> JUIN  
1878 CONCLU ENTRE :

L'Allemagne, Les Etats-Unis d'Amérique, La République Argentine, L'Autriche-Hongrie, La Belgique, La Bolivie, Le Brésil, La Bulgarie, Le Chili, Les Etats-Unis de Colombie, La République de Costa-Rica, Le Danemark et Les Colonies Danoises, La République Dominicaine, L'Egypte, L'Equateur, L'Espagne et Les Colonies Espagnoles, La France et Les Colonies Françaises, La Grande-Bretagne et Diverses Colonies Anglaises, Le Canada, L'Inde Britannique, La Grèce, Le Guatemala, La République de Haïti, Le Royaume de Hawaï, La République du Honduras, L'Italie, Le Japon, La République de Libéria, Le Luxembourg, Le Mexique, Le Monténégro, Le Nicaragua, Le Paraguay, Les Pays Bas et Les Colonies Néerlandaises, Le Pérou, La Perse, Le Portugal et Les Colonies Portugaises, La Roumanie, La Russie, Le Salvador, La Serbie, Le Royaume de Siam, La Suède et Norwège, La Suisse, La Turquie, L'Uruguay et Les Etats-Unis de Vénézuéla.

—

Les soussignées,

Vu l'article XXXIV du Règlement de détail et d'ordre pour l'exécution de la Convention du 1<sup>er</sup> Juin 1878,

Sont, au nom de leurs Administrations respectives, convenus d'apporter à ce Règlement les modifications suivantes, qui seront exécutoires à partir du 1<sup>er</sup> Avril 1886 :

### 1

L'article III est complété par la disposition suivante, qui en formera le 4<sup>e</sup> alinéa :

3.<sup>e</sup> Celui qui est établi pour le transport des dépêches par chemin de fer entre Colon et Panama.

### 2

Le tableau des équivalents figurant à l'article IV est remplacé par le tableau ci-après:



| PAYS DE L'UNION                                                                                                                                                                                                                                               | 25 CENTIMES                                       | 40 CENTIMES                | 5 CENTIMES               |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------|----------------------------|--------------------------|
| Allemagne.....                                                                                                                                                                                                                                                | 20 pfennig.....                                   | 10 pfennig.....            | 5 pfennig.               |
| Argentine (République).....                                                                                                                                                                                                                                   | 8 centavos.....                                   | 4 centavos.....            | 2 centavos.              |
| Autriche-Hongrie.....                                                                                                                                                                                                                                         | 10 kreuzer.....                                   | 5 kreuzer.....             | 3 kreuzer.               |
| Bolivio.....                                                                                                                                                                                                                                                  | 5 centavos.....                                   | 2 centavos.....            | 1 centavo.               |
| Bésil.....                                                                                                                                                                                                                                                    | 10 reis.....                                      | 50 reis.....               | 25 reis.                 |
| Canada.....                                                                                                                                                                                                                                                   | 5 cents.....                                      | 2 cents.....               | 1 cent.                  |
| Chili.....                                                                                                                                                                                                                                                    | 5 centavos.....                                   | 2 centavos.....            | 1 centavo.               |
| Costa-Rica.....                                                                                                                                                                                                                                               | 5 centavos.....                                   | 2 centavos.....            | 1 centavo.               |
| Danemark.....                                                                                                                                                                                                                                                 | 20 öre.....                                       | 10 öre.....                | 5 öre.                   |
| Colonies Danoises:                                                                                                                                                                                                                                            |                                                   |                            |                          |
| Groenland.....                                                                                                                                                                                                                                                | 20 öre.....                                       | 10 öre.....                | 5 öre.                   |
| Antilles Danoises.....                                                                                                                                                                                                                                        | 5 cents.....                                      | 2 cents.....               | 1 cent.                  |
| Dominicaino (République).....                                                                                                                                                                                                                                 | 5 centavos.....                                   | 2 centavos.....            | 1 centavo.               |
| Egypte.....                                                                                                                                                                                                                                                   | 1 piastre.....                                    | 20 paras.....              | 10 paras.                |
| Equateur.....                                                                                                                                                                                                                                                 | 5 centavos.....                                   | 2 centavos.....            | 1 centavo.               |
| Colonies Espagnoles:                                                                                                                                                                                                                                          |                                                   |                            |                          |
| Cuba et Porto-Rico.....                                                                                                                                                                                                                                       | 5 centavos.....                                   | 2 centavos.....            | 1 centavo.               |
| Iles Philippines.....                                                                                                                                                                                                                                         | 5 centimos de peso.....                           | 2 centimos de peso.....    | 1 centimo de peso.       |
| Etats-Unis de l'Amérique du Nord.....                                                                                                                                                                                                                         | 5 cents.....                                      | 2 cents.....               | 1 cent.                  |
| Etats-Unis de Colombie.....                                                                                                                                                                                                                                   | 5 centavos.....                                   | 2 centavos.....            | 1 centavo.               |
| Grande-Bretagne.....                                                                                                                                                                                                                                          | 2 1/2 pence.....                                  | 1 penny.....               | 1/2 penny.               |
| Colonies Anglaises:                                                                                                                                                                                                                                           |                                                   |                            |                          |
| Antigua, Bahamas (îles), Barbade, Bermudes, Cote d'Or, Dominique, Falkland (île), Gambie, Grenade, Honduras, Jamaïque, Lagos, Montserrat, Nevis, St. Christophe, Ste. Lucie, St. Vincent, Sierra-Léone, Tobago, Trinité, Turques (îles) et Vierges (île)..... | 2 1/2 pence....                                   | 1 penny.....               | 1/2 penny.               |
| Guyane Anglaise, Hong-Kong, Labuan, Straits Settlements et Terre-Neuve.....                                                                                                                                                                                   | 5 cents.....                                      | 2 cents.....               | 1 cent.                  |
| Maurice (île) et dépendances.....                                                                                                                                                                                                                             | 10 cent. de roupie<br>2 piastres ou 80 paras..... | 4 cent. de roupie          | 2 cent. de roupie.       |
| Chypre.....                                                                                                                                                                                                                                                   |                                                   | 1 piastre ou 40 paras..... | 1/2 piastre ou 20 paras. |

| PAYS DE L'UNION                                               | 25 CENTIMES                | 10 CENTIMES                | 5 CENTIMES             |
|---------------------------------------------------------------|----------------------------|----------------------------|------------------------|
| Ceylan.....                                                   | 14 cent. de roupie         | 5 cent. de roupie          | 2 1/2 cent. de roupie. |
| Guatemala.....                                                | 5 centavos.....            | 2 centavos.....            | 1 centavo.             |
| Haiti.....                                                    | 5 centavos de piastre..... | 2 centavos de piastre..... | 1 centavo de piastre.  |
| Hawai.....                                                    | 5 cents.....               | 2 cents.....               | 1 cent.                |
| Honduras ( République du).....                                | 5 centavos.....            | 2 centavos.....            | 1 centavo.             |
| Inde Britannique.....                                         | 2 annas.....               | 3/4 anna.....              | 1/2 anna.              |
| Japon.....                                                    | 5 sen.....                 | 2 sen.....                 | 1 sen.                 |
| Libéria.....                                                  | 5 cents.....               | 2 cents.....               | 1 cent.                |
| México.....                                                   | 5 centavos.....            | 2 centavos.....            | 1 centavo.             |
| Monténégro.....                                               | 10 soldi.....              | 5 soldi.....               | 3 soldi.               |
| Nicaragua.....                                                | 5 centavos.....            | 2 centavos.....            | 1 centavo.             |
| Norvège.....                                                  | 20 öre.....                | 10 öre.....                | 5 öre.                 |
| Paraguay.....                                                 | 5 centavos de peso.....    | 2 centavos de peso.....    | 1 centavo de peso.     |
| Pays-Bas et Colonies Néerlandaises.....                       | 12 1/2 cents.....          | 5 cents.....               | 2 1/2 cents.           |
| Pérou.....                                                    | 5 centavos.....            | 2 centavos.....            | 1 centavo.             |
| Perse.....                                                    | 6 shahis.....              | 2 shahis.....              | 1 shahi.               |
| Portugal et Colonies Portugaises, sauf l'Inde Portugaise..... | 50 réis.....               | 20 réis.....               | 10 réis.               |
| Inde Portugaise.....                                          | 2 tangas.....              | 10 réis.....               | 5 réis.                |
| Russie.....                                                   | 7 kopeks.....              | 3 kopeks.....              | 2 kopeks.              |
| Salvador.....                                                 | 5 centavos de peso.....    | 2 centavos de peso.....    | 1 centavo de peso.     |
| Siam.....                                                     | 7 1/2 atts.....            | 3 atts.....                | 1 1/2 att.             |
| Suède.....                                                    | 20 öre.....                | 10 öre.....                | 5 öre.                 |
| Turquie.....                                                  | 40 paras.....              | 20 paras.....              | 10 paras.              |
| Uruguay.....                                                  | 5 centavos de piastre..... | 2 centavos de piastre..... | 1 centavo de piastre.  |

## 3

Le § 4 de l'article VI reçoit la rédaction suivante :

4.—Les objets recommandés doivent porter une étiquette ou l'empreinte d'un timbre reproduisant, d'une manière apparente, la lettre majuscule R en caractères romains, chaque office ayant d'ailleurs la faculté d'ajouter à la lettre R la marque spéciale (l'indication du nom du bureau d'origine ou du pays d'origine, du numéro d'ordre, etc.) qui lui conviendra.

Il est intercalé entre les §§ 5 et 6 du même article le paragraphe suivant :

5 *bis*.—Les envois à remettre par exprès sont frappés d'un timbre portant en gros caractères le mot « Exprès ». Les Administrations sont toutefois autorisées à remplacer ce timbre par une étiquette imprimée ou par une inscription manuscrite et soulignée en crayon de couleur.

## 4

L'article IX est modifié comme suit :

## IX

## FEUILLES D'AVIS

1.—Les feuilles d'avis accompagnant les dépêches échangées entre deux Administrations de l'Union, sont conformes au modèle A joint au présent règlement.

Dans les relations par mer qui, bien que périodiques et régulières, ne comportent pas d'échange quotidien ou à jour fixe, les bureaux expéditeurs doivent numérotter leurs feuilles d'avis d'après une série annuelle, par chaque bureau d'origine et pour chaque bureau de destination, en mentionnant autant que possible, sur la feuille d'avis, le nom du paquebot ou du bâtiment qui emporte la dépêche.

2.—Les objets recommandés sont inscrits au n. 1 de la feuille d'avis avec les détails suivants: le nom du bureau d'origine, le nom du destinataire et le lieu de destination, ou seulement le nom du bureau d'origine et le numéro d'inscription de l'objet à ce bureau.

Les envois à faire remettre par exprès sont inscrits en nombre au tableau I de la feuille d'avis.

Les avis de réception se rapportant à des objets recommandés inscrits au tableau I de la feuille d'avis, sont mentionnés par les lettres A R placées en regard des objets dont il s'agit, dans la colonne des observations de ce tableau.

Les avis de réception sont conformes ou analogues au modèle A *bis* ci-annexé. Ils doivent être formulés en français ou porter une traduction sublinéaire en cette langue.

Les avis de réception en retour sont inscrits au tableau précité, soit individuellement, soit en bloc, suivant que ces avis sont plus ou moins nombreux.

3.—Lorsque le nombre des objets recommandés expédiés habituellement d'un bureau d'échange à un autre le comporte, il peut être fait usage d'une liste spéciale et détachée, pour remplacer le tableau n. 1 de la feuille d'avis.

4.—Au tableau n. II on inscrit, avec les détails que ce tableau comporte, les dépêches closes insérées dans l'envoi direct auquel la feuille d'avis se rapporte.

5.—On indique, à l'angle droit supérieur de la feuille d'avis, le nombre de paquets ou de sacs détachés dont se compose chaque expédition pour une même destination.

6.—Lorsqu'il est jugé nécessaire, pour certaines relations, de créer d'autres tableaux ou rubriques sur la feuille d'avis, la mesure peut être réalisée d'un commun accord entre les Administrations intéressées.

7.—Lorsqu'un bureau d'échange n'a aucun objet à livrer à un bureau correspondant, il n'en doit pas moins envoyer, dans la forme ordinaire, une dépêche qui se compose uniquement de la feuille d'avis.

8.—En cas de dépêches closes confiées par une Administration à une autre, pour être transmises au moyen de bâtiments de commerce, le nombre de lettres et autres objets est indiqué à la feuille d'avis ou sur l'adresse de ces dépêches.

## 5

L'article X est modifié comme suit :

Les §§ 1 et 2 porteront désormais :

1.—Les objets recommandés, les avis de réception qui s'y rapportent, les envois exprès, et, s'il y a lieu, la liste spéciale prévue au paragraphe 3 de l'article IX, sont réunis en un paquet distinct, qui doit être convenablement enveloppé et cacheté de manière à en préserver le contenu.

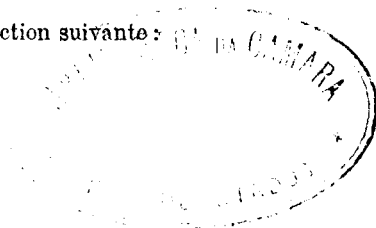
2.—Ce paquet, attaché à la feuille d'avis, est placé au centre de la dépêche.

Il est ajouté à la fin de cet article le paragraphe suivant :

5.—Les avis de réception en retour sont placés dans une enveloppe, par l'office distributeur des objets recommandés auxquels ces avis se rapportent. Ces enveloppes, revêtues de la mention : « Avis de réception en retour ; Bureau de poste de... Pays... » sont soumises aux formalités de la recommandation et acheminées sur leur destination comme des objets recommandés ordinaires.

## 6

L'article XI reçoit la rédaction suivante :



## XI

## INDEMNITÉ POUR LA PERTE D'ENVOI RECOMMANDÉ

Lorsque l'indemnité due pour la perte d'un envoi recommandé a été payée par une Administration, pour le compte d'une autre Administration rendue responsable, celle-ci est tenue d'en rembourser le montant dans le délai de trois mois après avis du paiement. Ce remboursement s'effectue, soit au moyen d'un mandat de poste ou d'une traite, soit en espèces ayant cours dans le pays créateur.

## 7

L'article XII est modifié comme suit :

L'e § 1<sup>er</sup> portera dorénavant :

1.— En règle générale, les objets qui composent les dépêches doivent être classés et enliassés par nature de correspondances, en séparant les objets affranchis des objets non ou insuffisamment affranchis.

Le mot « intérieurement » est supprimé au commencement du § 2, dont la première phrase portera par conséquent :

2.— Toute dépêche, après avoir été ficelée, est enveloppée de papier fort...

## 8

Le § 1<sup>er</sup> de l'article XIV reçoit la rédaction suivante :

1.— Les objets de correspondance adressés sous des initiales et ceux qui portent une adresse écrite au crayon, ne sont pas admis à la recommandation.

L'article XV est remplacé par l'article suivant :

## XV

## CARTES POSTALES

1.— Les cartes postales doivent être expédiées à découvert. Le recto est réservé à l'adresse du destinataire ; mais l'expéditeur peut y ajouter son nom et son adresse au moyen d'un timbre, d'une griffe ou de tout procédé typographique.

2.— Les cartes postales ne peuvent excéder les dimensions suivantes : longueur, 14 centimètres ; largeur, 9 centimètres.

3.— Autant que possible, les cartes postales émises spécialement en vue de la circulation dans l'union postale, doivent porter au recto, en langue française ou avec traduction bilingue en cette langue, le titre suivant :

## CARTE POSTALE

*Union Postale Universelle*

(Côté réservé à l'adresse)

4.— Le timbre-poste représentant l'affranchissement figure à l'un des angles supérieurs du recto ; il en est de même du timbre supplémentaire qui pourrait être ajouté.

5.— A l'exception des timbres d'affranchissement, il est interdit de joindre ou d'attacher aux cartes postales des objets quelconques.

6.— En règle générale, les cartes postales avec réponse payée doivent présenter, au recto, comme titre imprimé : sur la première partie « Carte postale avec réponse payée » ; sur la seconde partie « Carte postale-réponse. » Les deux parties doivent, d'ailleurs, remplir, chacune, les autres conditions imposées à la carte postale simple ; elles sont repliées l'une sur l'autre et ne peuvent être fermées d'une manière quelconque.

7.— Il est loisible à l'expéditeur d'une carte postale avec réponse payée d'inscrire son nom et son adresse au recto de la partie « Réponse ».

La partie « Réponse » ne peut-être expédiée qu'à destination du pays d'où elle est originaire ; dans le cas contraire, il n'y est pas donné cours.

8.— Les cartes postales simples et celles avec réponse payée, émanant de l'industrie privée, sont admises à la circulation internationale, pourvu que la législation du pays d'origine le permette et qu'elles soient conformes, au moins en ce qui concerne le format et la consistance du papier, aux cartes postales émises par l'office des postes d'origine.

## 10

Il est intercalé au § 1<sup>er</sup> de l'article XVI, entre les mots « d'ouvrages » et « expédiés », les mots : « ou de journaux » en sorte que la partie finale de ce paragraphe portera désormais :

... les partitions ou feuilles de musique manuscrites, les manuscrits d'ouvrages ou de journaux expédiés isolément, etc.

## 11

L'article XVII est modifié comme suit :

## XVII

## IMPRIMÉS DE TOUTE NATURE

1. — Sont considérés comme imprimés, et admis comme tels à la modération de port consacrée par l'article 5 de la Con-

vention, les journaux et ouvrages périodiques, les livres brochés ou reliés, les brochures, les papiers de musique, les cartes de visite, les cartes-adresses, les épreuves d'imprimerie avec ou sans les manuscrits s'y rapportant, les papiers revêtus de points en relief à l'usage des aveugles, les gravures, les photographies, les images, les dessins, plans, cartes géographiques, catalogues, prospectus, annonces et avis divers, imprimés, gravés, lithographiés ou autographiés, et, en général, toutes les impressions ou reproductions obtenues sur papier, sur parchemin ou sur carton, au moyen de la typographie, de la gravure, de la lithographie et de l'autographie, ou de tout autre procédé mécanique facile à reconnaître, hormis le décalque.

Sont considérés comme faciles à reconnaître les procédés mécaniques désignés par les noms de chromographie, polygraphie, hectoraphie, papyrographie, vélocigraphie, etc. ; mais pour jouir de la modération de port, les reproductions obtenues au moyen de ces procédés, doivent être déposées aux guichets des bureaux de poste et au nombre minimum de vingt exemplaires parfaitement identiques.

2. — Sont exclus de la modération de port, les timbres ou formules d'affranchissement, oblitérés ou non, ainsi que tous imprimés constituant le signe représentatif d'une valeur.

3. — Le caractère de *correspondance actuelle personnelle* ne peut pas être attribué aux indications ci-après, savoir :

1.° A la signature de l'envoyeur ou à la désignation de son nom ou de sa raison sociale, de sa qualité, du lieu d'origine et de la date d'envoi ;

2.° A la dédicace ou à l'hommage de l'auteur ;

3.° Aux traits ou signes simplement destinés à marquer les passages d'un texte, pour appeler l'attention ;

4.° Aux prix ajoutés ou changés à la main sur les cotes ou prix-courants de bourse ou de marchés, sur les catalogues, prospectus et avis divers ;

5.° Aux offres et commandes de livres, sur lesquelles on aurait indiqué à la main, soit en biffant, soit en soulignant des textes imprimés, les livres qui sont offerts ou demandés ;

6.° Aux factures et comptes joints aux imprimés et s'y rapportant ;

7.° Aux imprimés portant des corrections d'erreurs typographiques ;

8.° Enfin, aux annotations ou corrections faites sur les épreuves d'imprimerie ou de composition musicale et se rapportant au texte ou à la confection de l'ouvrage.

4. — Les imprimés doivent être, soit placés sous bande, sur rouleau, entre des cartons, dans un étui ouvert d'un côté ou aux deux extrémités, ou dans une enveloppe non fermée, soit simplement pliés de manière à ne pas dissimuler la nature de l'envoi, soit enfin entourés d'une ficelle facile à dénouer.

5. — Les cartes-adresses et tous imprimés présentant la forme et la consistance d'une carte non pliée peuvent être expédiés sans bande, enveloppe, lien ou pli. Les cartes portant le

titre « carte postale » ne sont pas admises au tarif des imprimés.

## 12

Le § 3 de l'article XVIII reçoit la rédaction suivante :

3. — Ils ne peuvent avoir aucune valeur marchande, ni porter aucune écriture à la main que le nom ou la raison sociale de l'envoyeur, l'adresse du destinataire, une marque de fabrique ou de marchand, des numéros d'ordre, des prix et des indications relatives au poids, au métrage et à la dimension, ainsi qu'à la quantité disponible.

## 13

L'article XX est modifié comme suit :

Le paragraphe suivant est intercalé entre les §§ 2 et 3 :

2 bis. — Lorsque des objets primitivement adressés à l'intérieur d'un pays de l'Union et affranchis en numéraire sont réexpédiés à un autre pays, l'office réexpéditeur doit indiquer, sur l'objet, le montant de la taxe perçue en numéraire.

A la fin de l'article il est ajouté un nouveau paragraphe ainsi conçu :

4. — Les correspondances de toute nature, ordinaires ou recommandées, qui, portant une adresse incomplète ou erronée, sont renvoyés aux expéditeurs pour qu'ils la complètent ou la rectifient, ne sont pas, quand elles sont remises dans le service avec une inscription complétée ou rectifiée, considérés comme des correspondances réexpédiées, mais bien comme de nouveaux envois, et deviennent, par suite, passibles d'une nouvelle taxe.

## 14

Il est intercalé au § 1<sup>er</sup> de l'article XXI après « destinataire » les mots : « et au plus tard dans un délai de six mois » ; le § 1<sup>er</sup> portera donc :

1. — Les correspondances de toute nature, qui sont tombées en rebut, pour quelque cause que ce soit, doivent être renvoyées, aussitôt après les délais de conservation voulus par les règlements du pays destinataire, et au plus tard dans un délai de six mois, par l'intermédiaire des bureaux d'échange respectifs et en une liasse spéciale étiquetée: *Rebuts*.

## 15

Les deux premiers paragraphes de l'article XXII reçoivent la rédaction suivante :

1. — Les statistiques à effectuer une fois tous les trois ans, en exécution des articles 4 et 12 de la Convention, pour le décompte,



tant de frais de transit dans l'Union que des taxes afférentes au transport en dehors des limites de l'Union, sont établies d'après les dispositions des articles suivants, pendant les vingt-huit premiers jours du mois de Mai ou de Novembre (alternativement) de la deuxième année de chaque période triennale, pour sortir leurs effets rétroactivement à partir de la première année.

2.— La statistique de Mai 1885 réglera les paiements à faire depuis le 1<sup>er</sup> Janvier de la même année jusqu'à la fin de Mars 1886. La statistique de Novembre 1887 servira de base aux paiements depuis le 1<sup>er</sup> Avril 1886 jusqu'à la fin de l'année 1888. La statistique de Mai 1890 s'appliquera aux années 1889, 1890 et 1891, et ainsi de suite.

## 16

Le paragraphe suivant est ajouté après le § 1<sup>er</sup> de l'article XXIII :

1 *bis*.— Lorsque plusieurs voies comportant chacune des frais de transit différents sont ouvertes à la transmission des correspondances pour un même pays, l'office expéditeur rétribue l'office intermédiaire d'après un tarif unique basé sur la moyenne des différents prix de transit.

La première phrase du § 6 du même article est modifiée comme suit :

6.— A défaut de correspondances passibles d'un port intermédiaire ou étranger, il n'est pas dressé de tableau E et le bureau expéditeur inscrit en tête de la feuille d'avis la mention : « Pas de tableau E. »

## 17

Les dispositions suivantes sont ajoutées à la fin de l'article XXIV :

5.— Après chaque période de statistique, les Administrations qui ont expédié des dépêches en transit, envoient la liste de ces dépêches aux différentes Administrations dont elles ont emprunté l'intermédiaire.

6.— Le simple entrepôt, dans un port, de dépêches closes apportées par un paquebot et destinées à être reprises par un autre paquebot, ne donne pas lieu au paiement de frais de transit territorial au profit de l'Office des postes du lieu d'entrepôt.

## 18

L'article XXV est modifié comme suit :

## XXV

*Compte des frais de transit*

1.— Les tableaux **E** et **F** sont résumés dans un compte particulier par lequel on établit, en francs et centimes, le prix annuel

de transit revenant à chaque Office, en multipliant les totaux par 13. Dans le cas où le multiplicateur ne se rapporterait pas à la périodicité du service, les Administrations intéressées s'entendront pour l'adoption d'un autre multiplicateur. Le soin d'établir ce compte incombe à l'Office créateur, qui le transmet à l'Office débiteur.

2.— Le solde résultant de la balance des comptes réciproques entre deux Offices, est payé par l'Office débiteur à l'Office créateur, en francs effectifs et au moyen de traites tirées sur la capitale ou sur une place commerciale de ce dernier Office.

3.— L'établissement, l'envoi et le paiement des comptes des frais de transit afférents à un exercice, doivent être effectués dans le plus bref délai possible, et, au plus tard, avant l'expiration du premier semestre de l'exercice suivant. En tous cas, si l'Office qui a envoyé le compte n'a reçu dans cet intervalle aucune observation rectificative, ce compte est considéré comme admis de plein droit. Cette disposition s'applique également aux observations non contestées faites par un Office sur les comptes présentés par un autre Office. Passé ce délai de six mois, les sommes dues par un Office à un autre Office sont productives d'intérêts, à raison de 5 pour cent l'an et à dater du jour d'expiration du dit délai.

Les paiements des frais de transit pour la première et au besoin pour la seconde année de chaque période triennale s'effectuent, provisoirement, à la fin de l'année, sur les bases de la statistique précédente, sauf règlement ultérieur des comptes d'après les résultats de la statistique nouvelle.

## 19

Un nouvel article ainsi conçu est intercalé entre les articles XXVII et XXVIII.

### XXVII bis

#### *Retrait de correspondances e rectification d'adresses*

1.— Pour les demandes de retrait de correspondances ou de rectification d'adresses, l'expéditeur doit faire usage d'une formule conforme au modèle II annexé au présent Règlement. En remettant cette réclamation au bureau de poste, l'expéditeur doit y justifier de son identité. Après la justification, dont l'Administration du pays d'origine assume la responsabilité, il est procédé de la manière suivante:

1.° Si la demande est destinée à être transmise par voie postale, la formule, accompagnée d'un fac-simile parfait de la lettre à rechercher, est expédiée directement, sous pli recommandé, à bureau de poste destinataire;

2.° Si la demande doit être faite par voie télégraphique, la formule est déposée au service télégraphique chargé d'en transmettre les termes au bureau de poste destinataire.

2.— A la réception de la formule **III** ou du télégramme en tenant lieu, le bureau de poste destinataire recherche la correspondance signalée et donne à la demande la suite nécessaire.

Toutefois, s'il s'agit d'un changement d'adresse demandé par voie télégraphique, le bureau destinataire se borne à retenir la lettre et attend, pour faire droit à la demande, l'arrivée du fac-simile nécessaire.

Si la recherche est infructueuse, si l'objet a déjà été remis au destinataire ou si la demande par voie télégraphique n'est pas assez explicite pour permettre de reconnaître sûrement l'objet de correspondance indiqué, le fait est signalé immédiatement au bureau d'origine, qui en prévient le réclamant.

3.—A moins d'entente contraire, la formule **H** est rédigée en français ou porte une traduction sublinéaire en cette langue, et, dans le cas d'emploi de la voie télégraphique, le télégramme est formulé en langue française.

4.—Toute Administration peut exiger, par une notification adressée au Bureau international, que l'échange des réclamations, en ce qui la concerne, soit effectué par l'entremise des Administrations centrales ou d'un bureau spécialement désigné.

## 20

Les 3 derniers alinéas de l'article XXVIII porteront désormais :

5° classe : Argentine (République), Bulgarie, Chili, États-Unis de Colombie, Grèce, Mexique, Pérou, Serbie ;

6° classe : Bolivie, Costa-Rica, République Dominicaine, Equateur, Guatemala, Haïti, République du Honduras, Luxembourg, Nicaragua, Paraguay, Perse, Salvador, Royaume de Siam, Uruguay, Venezuela, Colonies Danoises, Colonie de Curaçao (ou Antilles Néerlandaises), Colonie de Surinam (ou Guyane Néerlandaise) ;

7° classe : Hawaï, Libéria, Monténégro.

## 21

Le § 2 de l'article XXIX reçoit la rédaction suivante :

2. Les administrations faisant partie de l'Union doivent se communiquer, notamment par l'intermédiaire du Bureau international :

1.° L'indication des surtaxes qu'elles perçoivent, par application de l'article 5 de la convention, en plus de la taxe de l'Union, soit pour port maritime, soit pour frais de transport extraordinaire, ainsi que la nomenclature des pays par rap-

port auxquels ces surtaxes sont perçues, et, s'il y a lieu, la désignation des voies qui en motivent la perception ;

2.<sup>o</sup> La collection en triple de leurs timbres-poste ;

3.<sup>o</sup> Enfin, les tableaux C dont l'établissement est prescrit par l'article V du Règlement.

22

Il est ajouté après l'article XXIX un nouvel article ainsi conçu :

ARTICLE XXIX bis

*Statistique générale*

1. Chaque Administration fait parvenir, à la fin du mois de Juillet de chaque année, au Bureau international, une série aussi complète que possible de renseignements statistiques se rapportant à l'année précédente, sous forme de tableaux conformes ou analogues aux modèles ci-annexés I, K et L.

2. Les opérations de service qui donnent lieu à enregistrement font l'objet de relevés périodiques, d'après les écritures effectuées.

3. Pour toutes les autres opérations il est procédé à un dénombrement, pendant une semaine au moins pour les échanges quotidiens, et pendant quatre semaines pour les échanges non quotidiens, avec faculté pour chaque Administration de faire un dénombrement séparé pour chaque catégorie de correspondances.

4. Est réservé à chaque Administration le droit de procéder à ce dénombrement aux époques qui se rapprochent le plus de la moyenne de son trafic postal.

5. Le Bureau international est chargé de faire imprimer et de distribuer les formules de statistique à remplir par chaque Administration. Il est chargé, en outre, de fournir aux Administrations qui en feront la demande, toutes les indications nécessaires sur les règles à suivre pour assurer, autant que possible, l'uniformité des opérations de statistique.

23

Le § 7 de l'article XXX est modifié comme suit :

7. Dans les questions à résoudre par l'assentiment unanime ou par la majorité des Administrations de l'Union, celles qui n'ont point fait parvenir leur réponse dans le délai maximum de six mois, à compter de la date de la circulaire du Bureau international par laquelle les questions leur sont soumises, sont considérées comme s'abstenant.

## 24

Les alinéas 7 et 8 (chiffres 6° et 7°) de l'article XXXII sont remplacés par les dispositions suivantes :

6.° Gibraltar, comme relevant de l'Administration des postes de la Grande-Bretagne, ainsi que l'agence postale que cette Administration entretient à Tanger (Maroc) ;

7.° Les bureaux de poste que l'Administration de la Colonie Anglaise de Hong-Kong entretient à Hoihow (Kiung-Schow), Canton, Swatow, Amoy, Foo-Chow, Ningpo, Shang-Hai et Hankow (Chine) ;

Le 11° alinéa (chiffre 10°) portera dorénavant :

10.° Les bureaux de poste que l'Administration japonaise a établis à Shang-Hai (Chine), à Fusanpo, à Genzanshin et à Jinsen (Corée).

## 25

Au 3° alinéa (chiffre 2°) de l'article XXXIII, les articles XXVII *bis* et XXIX *bis* sont intercalés entre les chiffres XXVII et XXXI.

Fait à Lisbonne, le vingt et un Mars mil huit cent quatre-vingt cinq.

Pour le Brésil :

Luiz C. P. Guimarães.

Pour l'Allemagne :

Sachse.

Fritsch.

Pour les Etats-Unis d'Amérique :

William T. Otto.

Jas. S. Crawford.

Pour la République Argentine :

F. P. Hansen.

Pour l'Autriche :

Dewez.

Varges.

Pour la Hongrie :

Gervay.

Pour la Belgique :

F. Gife.

Pour la Bolivie :

Joaquin Caso.

Pour la Bulgarie :

R. Ivanoff.

Pour le Chili :

M. Martinez.

Pour les Etats-Unis de Colombie :

César Conto.

Pour la République de Costa-Rica :

.....

- Pour le Danemark et les Colonies Danoises :  
Lund.
- Pour la République Dominicaine :  
P. Gomes da Silva.
- Pour l'Égypte :  
W. F. Halton.
- Pour l'Équateur :  
Antonio Flores.
- Pour l'Espagne et les Colonies Espagnoles :  
S. Alvarez Bugallal.  
A. Herce.
- Pour la France :  
Laboulaye.  
A. Besnier.
- Pour les Colonies Françaises :  
Laboulaye.
- Pour la Grande-Bretagne et diverses Colonies Anglaises :  
S. A. Blackwood.  
H. Buxton Forman.
- Pour le Canada :  
S. A. Blackwood.  
H. Buxton Forman.
- Pour l'Inde Britannique :  
H. E. M. James.
- Pour la Grèce :  
Eugène Borel.
- Pour le Guatemala :  
J. Carrera.
- Pour la République de Haiti :  
Laboulaye.  
Ansault.
- Pour le Royaume de Hawaï :  
Eugène Borel.
- Pour la République du Honduras :  
J. Carrera.
- Pour l'Italie :  
J. B. Tantesio.
- Pour le Japon :  
Yasushi Nomura.
- Pour la République de Libéria :  
Comte Senmarti.
- Pour le Luxembourg :  
Ch. Rischard.
- Pour le Mexique :  
L. Breton y Vedra.
- Pour le Monténégro :  
Dewez.  
Vargès.
- Pour le Nicaragua :  
Manuel J. Alves Diniz.

Pour le Paraguay:

F. A. Rebello.

Pour les Pays-Bas et les Colonies Néerlandaises:

Hofstede.

B. Sweerts de Landas-Wyborgh.

Pour le Pérou:

.....

Pour la Perse:

N. Semino.

Pour le Portugal:

Guilhermino Augusto de Barros.

Ernesto Madeira Pinto.

Pour les Colonies Portugaises:

Guilhermino Augusto de Barros.

Pour la Roumanie:

Jon Ghika.

Pour la Russie:

N. de Besak.

Georges de Poggenpohl.

Pour le Salvador:

.....

Pour la Serbie:

.....

Pour le Royaume de Siam:

Prisdang.

Pour la Suède:

W. Roos.

Pour la Norvège:

Harald Asche.

Pour la Suisse:

Ed. Höhn.

Pour la Turquie:

.....

Pour l'Uruguay:

Enrique Kubly.

Pour le Vénézuëla:

J. L. Pereira Crespo.

## UNION POSTALE UNIVERSELLE

### PROTOCOLE FINAL

Au moment de procéder à la signature des Conventions arrêtées par le Congrès postal universel de Lisbonne, les Plénipotentiaires soussignés sont convenus de ce qui suit:

### I

Le Pérou, le Salvador, la Serbie et la Turquie, qui font partie de l'Union postale, ne s'étant pas fait représenter au

Congrès, le protocole leur est ouvert pour adhérer aux conventions qui y ont été conclues ou seulement à l'une ou l'autre d'entr'elles. Il en est de même à l'égard de la République de Costa-Rica, dont le représentant n'assiste pas à la séance dans laquelle ces Actes seront signés.

## II

Les colonies britanniques de l'Australie et les colonies britanniques du Cap et de Natal seront admises à adhérer à ces conventions, ou à l'une ou l'autre d'entr'elles, et le protocole leur reste ouvert à cet effet.

## III

Le protocole demeure ouvert en faveur des pays dont les représentants n'ont signé aujourd'hui que la convention principale, ou un certain nombre seulement des conventions arrêtées par le Congrès, à l'effet de leur permettre d'adhérer aux autres conventions signées ce jour, ou à l'une ou l'autre d'entr'elles.

## IV

Les adhésions prévues aux articles I, II et III ci-dessus, devront être notifiées au Gouvernement portugais par les Gouvernements respectifs, en la forme diplomatique. Le délai qui leur est accordé pour cette notification expirera le 1<sup>er</sup> Février 1886.

## V

Les représentants des pays qui n'ont pas adhéré jusqu'ici à l'un ou l'autre des conventions ci-après, savoir :

La Convention du 1<sup>er</sup> Juin 1878 ;

L'Arrangement, en date du 1<sup>er</sup> Juin 1878, concernant l'échange de lettres avec valeurs déclarées ;

L'Arrangement du 4 Juin 1878, concernant l'échange des mandats de poste ;

La Convention de 3 Novembre 1880, concernant l'échange des colis postaux sans déclaration de valeur ;

ayant été admis à participer aux Actes additionnels modifiant et complétant ces Conventions et Arrangements, leur signature au pied de l'un ou l'autre de ces Actes additionnels implique de leur part, sous réserve de ratification, adhésion, au nom de leur pays, à la Convention ou à l'Arrangement auquel cet Acte additionnel se rapporte, et ce, à partir de la date de l'entrée en vigueur de ce dernier.



## VI

Dans le cas où une ou plusieurs des parties contractantes aux Conventions postales signées aujourd'hui à Lisbonne, ne ratifieraient pas l'une ou l'autre de ces Conventions, cette Convention n'en sera pas moins valable pour les Etats qui l'auront ratifiée.

En foi de quoi, les Plénipotentiaires ci-dessous ont dressé le présent protocole final, qui aura la même force et la même valeur que si ses dispositions étaient insérées dans le texte même des Conventions auxquelles il se rapporte, et ils l'ont signé en un exemplaire qui restera déposé aux Archives du Gouvernement portugais et dont une copie sera remise à chaque partie.

Lisbonne, le 21 Mars 1885.

Pour l'Allemagne :

*Suchse.*

*Fritsch.*

Pour les Etats-Unis d'Amérique :

*William T. Otto.*

*Jas. S. Crawford.*

Pour la République Argentine :

*F. P. Hansen.*

Pour l'Autriche :

*Devez.*

*Vargès.*

Pour la Hongrie :

*Gervay.*

Pour la Belgique :

*F. Giff.*

Pour la Bolivie :

*Joaquin Caso.*

Pour le Brésil :

*Luis C. P. Guimarães.*

Pour la Bulgarie :

*R. Ivanoff.*

Pour le Chili :

*M. Martinez.*

Pour les Etats-Unis de Colombie :

*César Conto.*

Pour la République de Costa Rica :

.....

Pour le Danemark et les Colonies Danoises :

*Lund.*

Pour la République Dominicaine :

*P. Gomes da Silva.*

Pour l'Egypte :

*W. F. Hulton.*

Pour l'Equateur :

*Antonio Flores.*

Pour l'Espagne et les Colonies Espagnoles :

*S. Alvarez Bugallal.*

*A. Herce.*

Pour la France :

*Laboulaye.*

*A. Besnier.*

Pour les Colonies Françaises :

*Laboulaye.*

Pour la Grande-Bretagne e diverses Colonies Anglaises :

*S. A. Blackwood.*

*H. Buxton Forman.*

Pour le Canada :

*S. A. Blackwood.*

*H. Buxton Forman.*

Pour l'Inde Britannique :

*H. E. M. James.*

Pour la Grèce :

*Eugène Borel.*

Pour le Guatemala :

*J. Carrera.*

Pour la République de Haïti :

*Laboulaye.*

*Ansault.*

Pour le Royaume de Hawaï :

*Eugène Borel.*

Pour la République du Honduras :

*J. Carrera.*

Pour l'Italie :

*J. B. Tantesio.*

Pour le Japon :

*Yasushi Nomura.*

Pour la République de Libéria :

*Comte Senmarti.*

Pour le Luxembourg :

*Ch. Rischard.*

Pour le Mexique :

*L. Breton y Vedra.*

Pour le Monténégro :

*Devez.*

*Varges.*

Pour le Nicaragua :

*Manuel J. Alves Diniz.*

Pour le Paraguay :

*F. A. Rebello.*

Pour les Pays-Bas et les Colonies Néerlandaises :

*Hofstede.*

*B. Smeerts de Landus-Wyborgh.*

Pour le Pérou :

.....

Pour la Perse :  
*N. Semino.*  
 Pour le Portugal :  
*Guilhermino Augusto de Barros.*  
*Ernesto Madeira Pinto.*  
 Pour les Colonies Portugaises :  
*Guilhermino Augusto de Barros.*  
 Pour la Roumanie :  
*Jon Ghika.*  
 Pour la Russie :  
*N. de Besak.*  
*Georges de Poggenpohl.*  
 Pour le Salvador :  
 .....  
 Pour la Serbie :  
 .....  
 Pour le Royaume de Siam :  
*Prisdang.*  
 Pour la Suède :  
*W. Roos.*  
 Pour la Norwège :  
*Harald Asche.*  
 Pour la Suisse :  
*Ed. Hohn.*  
 Pour la Turquie :  
 .....  
 Pour l'Uruguay :  
*Enrique Kubly.*  
 Pour le Vénézuëla :  
*J. L. Pereira Crespo.*

## TRADUÇÃO

### UNIÃO POSTAL UNIVERSAL

*Acto addicional de Lisboa á Convenção do 1º de Junho de 1878  
 concluído entre*

a Allemanha, Estados-Unidos da America do Norte, Republica Argentina, Austria-Hungria, Belgica, Bolivia, Brazil, Bulgaria, Chile, Estados-Unidos de Colombia, Republica de Costa Rica, Dinamarca e Colonias Dinamarquezas, Republica Dominicana, Egypto, Equador, Hespanha e Colonias Hespanholas, França e Colonias Francezas, Grã-Bretanha e diversas Colonias Inglezas, Canada, India Britannica, Grecia, Guatemala, Republica do Haiti, Reino de Hawai, Republica de Honduras, Italia, Japão, Republica da Liberia, Luxemburgo, Mexico, Montenegro, Nicaragua, Paraguay, Paizes Baixos e Colonias Neerlandezas, Perú, Persia, Portugal e Colonias Portuguezas, Roumania, Russia, S. Salvador, Servia, Reino de Sião, Suecia e Noruega, Suissa, Turquia, Uruguay e Estados-Unidos de Venezuela.

Os abaixo assignados, Plenipotenciarios dos Governos dos paizes supra mencionados, reunidos em congresso em Lisboa :

Em virtude do art. 19 da Convenção concluída em Pariz no 1.º de Junho de 1878, de commum accôrdo e sob reserva de ratificação, ajustaram o Acto adicional seguinte :

#### ARTIGO PRIMEIRO

A Convenção do 1.º de Junho de 1878 é modificada como se segue :

#### I

O artigo 2.º terá d'ora em diante a redacção seguinte :

#### ARTIGO 2

As disposições desta Convenção applicam-se ás cartas, aos bilhetes postaes (*cartes postales*) simples e com resposta paga, aos impressos de qualquer natureza, aos papeis de negocio e ás amostras de mercadorias procedentes de um dos paizes da União e com destino a qualquer outro desses paizes. Applicam-se igualmente, quanto ao percurso dentro dos limites da União, á permutação postal dos objectos supra mencionados entre os paizes da União e os a ella estranhos, sempre que esta permutação se faça mediante os serviços de duas das partes contractantes, pelo menos.

Os paizes contractantes não são todos obrigados a emittir bilhetes com resposta paga, mas assumem a obrigação de reenviar os bilhetes-respostas recebidos dos outros paizes da União.

#### II

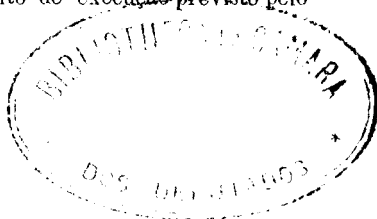
O art. 4.º é modificado como se segue :

O § 8.º é modificado pela disposição abaixo :

2.º Que onde as despesas de transito marítimo forem actualmente fixadas em 5 francos por kilogramma de cartas ou de bilhetes postaes e em 50 centimos por kilogramma de outros objectos, esses preços serão conservados.

O § 13 é modificado como se segue :

A conta geral dessas despesas será baseada em extractos feitos de três em tres annos, durante um periodo de 28 dias que se determinará no regulamento de execução previsto pelo art. 14.



O § 14 é substituído pela disposição seguinte :

Serão isentos de quaesquer despesas de transito territorial ou marítimo a correspondencia das administrações postaes entre si, os bilhetes postaes de resposta reenviados ao paiz de procedencia, os objectos reexpedidos ou mal dirigidos, os refugos, os avisos de recepção, os vales postaes (*mandats de poste*) ou avisos de emissão de vales e quaesquer outros documentos relativos ao serviço postal.

### III

O art. 5 é modificado como se segue :

O 3º paragrapho será d'ora em diante do teor seguinte:

2º para os bilhetes postaes, 10 centimos por bilhete simples ou por cada uma das duas partes do bilhete com resposta paga.

A 2ª phrase do 7º paragrapho que começa pelas palavras : « Como medida de transição » é supprimida.

O 14º paragrapho será d'ora em diante do teor seguinte :

4.º Entim, aos pacotes de papeis de negocios e de impressos de qualquer natureza cujo peso exceda a dous kilogrammas ou que apresentem em um dos lados dimensão superior a 45 centimetros.

### IV

Entre os arts 5º e 6º é intercalado um novo artigo assim concebido :

#### ARTIGO 5 (BIS)

O expedidor de um objecto de correspondencia poderá fazer-o retirar do serviço ou mandar modificar o seu endereço emquanto esse objecto não fôr entregue ao destinatario.

O pedido formulado para esse effeito será transmittido por via postal ou por via telegraphica á custa do expedidor, que deve pagar do modo seguinte :

1.º Por qualquer pedido feito por via postal, a taxa applicavel a uma carta simples registrada ;

2.º Por qualquer pedido feito por via telegraphica, a taxa do telegramma segundo a tarifa ordinaria.

As disposições do presente artigo não serão obrigatorias para os paizes cuja legislação não permittir ao expedidor dispôr de um objecto no curso do transporte.

### V

Os cinco ultimos paragraphos do art. 6, desde as palavras : « Em caso de perda de um objecto registrado, etc. » são supprimidos e accrescenta-se, em seguida ao mesmo artigo, um novo artigo deste teor:

## ARTIGO 6 (BIS)

Em caso de perda de um objecto registado e salvo o caso de força maior, o expedidor ou, a seu pedido, o destinatário terá direito a uma indemnização de 50 francos.

A obrigação de pagar a indemnização competirá à administração de que depender a agência expedidora.

Fica reservado a essa administração o recurso contra a administração responsável, isto é, contra a administração em cujo territorio ou serviço se tiver dado a perda.

Até prova em contrario, a responsabilidade pertencerá à administração que, tendo recebido o objecto sem fazer observação, não puder provar nem a entrega ao destinatário, nem, si a tiver effectuado, a transmissão regular à administração seguinte.

O pagamento da indemnização pela administração expedidora devesse effectuar-se o mais cedo possível, e, o mais tardar, no prazo de um anno, contado do dia da reclamação.

A administração responsável será obrigada a pagar sem demora à administração expedidora a somma da indemnização paga por esta.

Fica entendido que a reclamação só será admittida no prazo de um anno contado da entrega no correio do objecto registado; passado esse termo, o reclamante não terá direito a nenhuma indemnização.

Si a perda se tiver dado no curso do transporte entre as agências de troca de dous paizes limitrophes, sem que seja possível determinar em qual dos dous territorios se deu o facto, as duas administrações interessadas soffrerão cada uma metade do prejuizo.

As administrações cessarão de ser responsaveis pelos objectos registados, cujos destinatarios (les ayant droit) tiverem dado recibo e aceito a entrega.

Como medida de transição, será permittido às administrações dos paizes fóra da Europa, cuja legislação é actualmente contraria ao principio da responsabilidade, adiar a applicação da clausula que precede até ao dia em que obtiverem do poder legislativo autorização para subscrevê-la. Até então, as outras administrações da União não serão obrigadas a pagar indemnização pela perda, nos seus respectivos serviços, de objectos registados com destino aos ditos paizes, ou delles procedentes.

## VI

E' intercalado entre os arts. 9 e 10 um novo artigo assim concebido :

## ARTIGO 9 (BIS)

Os objectos de correspondencia de qualquer natureza serão, a pedido dos expedidores, entregues no domicilio por portador

especial immediatamente depois da chegada, nos paizes da União que consentirem em encarregar-se desse serviço nas suas relações reciprocas.

Esses objectos, que são qualificados « expressos », serão submettidos a uma taxa especial pela entrega no domicilio ; esta taxa é fixada em 30 centimos e deverá ser paga completamente e adiantada pelo expedidor, além do porte ordinario. Ella pertencerá á administração do paiz de origem.

Quando o objecto fôr destinado a uma localidade onde não exista agência de correio, a administração dos correios destinataria poderá receber uma taxa complementar, até a importancia do preço fixado para a entrega por expresso no seu serviço interno, deduzida a taxa fixa paga pelo expedidor, ou o seu equivalente na moeda do paiz que receber este complemento.

Os objectos expressos incompletamente franqueados pela somma das taxas que devem pagar adiantadas serão distribuidos pelos meios ordinarios.

## VII

O art. 10 terá d'ora em diante a redacção seguinte :

### ARTIGO 10

Nenhuma taxa complementar será cobrada pela re-expedição de objectos postaes no interior da União.

As correspondencias calhidas em refugio não darão logar á restituição dos direitos de transito pertencentes ás administrações intermediarias pelo transporte anterior das ditas correspondencias.

## VIII

Os tres primeiros paragraphos do art. 11 são suprimidos e substituidos pelas disposições seguintes :

É prohibido ao publico expedir por via do correio :

1.º Cartas ou pacotes contendo moedas ;

2.º Quaesquer maços contendo objectos sujeitos a direitos de Alfandega ;

3.º Artigos de ouro ou prata, pedrarias, joias ou outros objectos preciosos, mas somente no caso de ser a sua isenção ou expedição vedada, segundo a legislação dos paizes interessados.

## IX

O art. 13 é modificado como se segue :

### ARTIGO 13

O serviço das cartas com valores declarados e os dos saques postaes, dos volumes postaes, de cobrança de valores, dos livretos de identidade, etc., são materia de accórdos particulares entre os diversos paizes ou grupos de paizes da União.

## X

O final do ultimo paragrapho do art. 14 desde as palavras: « para as condições da entrega das cartas por expresso », etc., é supprimido e este paragrapho será d'ora em diante do teor seguinte :

E' todavia permittido ás administrações interessadas entenderem-se mutuamente para a adopção de taxas reduzidas n'um raio de 30 kilometros.

## XI

O primeiro paragrapho do art. XV fica assim redigido :

A presente Convenção não altera a legislação de cada paiz em tudo o que não está previsto pelas estipulações contidas nesta convenção.

## XII

O art. 17 é modificado como se segue :

## ARTIGO 17

Em caso de desacórdio entre dois ou mais membros da União relativamente á interpretação da presente Convenção ou á responsabilidade de uma administração em caso de perda d'um objecto registrado, a questão suscitada será resolvida por juizo arbitral. Para este fim, cada uma das administrações litigantes escolherá outro membro da União que não seja directamente interessado no litigio.

A decisão dos arbitros será dada por maioria absoluta de votos.

Em caso de empate dos votos, os arbitros escolherão, para decidir, outra administração igualmente desinteressada no litigio.

As disposições do presente artigo applicar-se-hão igualmente a todos os accordos concluidos em virtude do art. 13 da Convenção do 1º de Julho de 1878, modificado pelo art. 1º, algarismo IX, do presente Acto adicional.

## XIII

Os §§ 2º e 3º do art. 20 serão d'ora em diante do teor seguinte :

1.º A unanimidade dos suffragios, si se tratar da modificação das disposições do presente artigo e dos arts. 2, 3, 4, 5, 5 bis, 6, 6 bis, 9 e 9 bis precedentes ;



2.º Os dous terços dos suffragios, si se tratar da modificação das disposições da Convenção que não sejam as dos arts. 2, 3, 4, 5, 5 *bis*, 6, 6 *bis*, 9, 9 *bis* e 20.

### *Artigo 2*

1. O presente Acto adicional entrará em vigor no 1.º de Abril de 1886, e terá a mesma duração que a Convenção concluída em Pariz no 1.º de Junho de 1878.

2. Será ratificado logo que fôr possível. As ratificações serão trocadas em Lisboa.

Em fé do que, os Plenipotenciarios dos paizes acima enumerados assignaram o presente Acto adicional em Lisboa em 21 de Março de 1885.

Pelo Brazil :

Luiz C. P. Guimarães.

Pela Allemanha :

Sachse.

Fritsch.

Pelos Estados-Unidos da America :

William T. Otto.

Jas. S. Crawford.

Pela Republica Argentina :

F. P. Hansen.

Pela Austria :

Dewez.

Varges.

Pela Hungria :

Gervay.

Pela Belgica :

F. Gife.

Pela Bolivia :

Joaquin Caso.

Pela Bulgaria :

R. Ivanoff.

Pelo Chile :

M. Martinez.

Pelos Estados-Unidos da Colombia :

César Conto.

Pela Republica de Costa Rica :

.....

Pela Dinamarca e Colonias Dinamarquezas :

Lund.

Pela Republica Dominicana :

P. Gomes da Silva.

Pelo Egypto :

W. F. Halton.

Pelo Equador :

Antonio Flores.

Pela Hespanha e Colonias Hespanholas :

S. Alvarez Bugallal.

A. Herce.

Pela França :

Laboulaye.

A. Besnier.

Pelas Colonias Francezas :

Laboulaye.

Pela Gran-Bretanha e diversas Colonias Inglezas :

S. A. Blackwood.

H. Buxton Forman.

Pelo Canada :

S. A. Blackwood.

H. Buxton Forman.

Pela India Britannica :

H. E. M. James.

Pela Grecia :

Eugène Borel.

Pela Guatemala :

J. Carrera.

Pela Republica do Haiti :

Laboulaye.

Ansault.

Pelo Reino de Hawai :

Eugène Borel.

Pela Republica de Honduras :

J. Carrera.

Pela Italia :

J. B. Tantesio.

Pelo Japão :

Yasushi Nomura.

Pela Republica da Liberia :

Comte Semmarti.

Pelo Luxemburgo :

Ch. Rischard.

Pelo Mexico :

L. Breton y Vedra.

Pelo Montenegro :

Dewez.

Vargès.

Pela Nicaragua :

Manuel J. Alves Diniz.

Pelo Paraguay :

F. A. Rebello.

Pelos Paizes-Baixos e Colonias Neerlandezas :

Hofstede.

B. Siveerts de Landas-Wyborgh.

Pelo Perú :

Pela Persia :

N. Semino.

Por Portugal :  
 Guilhermino Augusto de Barros.  
 Ernesto Madeira Pinto.

Pelas Colonias Portuguezas :  
 Guilhermino Augusto de Barros.

Pela Roumania :  
 Jon Ghika.

Pela Russia :  
 N. de Besak.  
 Georges de Poggenpohl.

Pelo Salvador :

.....  
 Pela Servia :

.....  
 Pelo Reino de Sião :  
 Prisdang.

Pela Suecia :  
 W. Roos.

Pela Noruega :  
 Harald Asche.

Pela Suissa :  
 Ed. Hôhn.

Pela Turquia :

.....  
 Pelo Uruguay :  
 Enrique Kubly.

Pela Venezuela :  
 J. L. Pereira Crespo.

## TRADUÇÃO

### UNIÃO POSTAL UNIVERSAL

*Acto adicional de Lisboa ao regulamento de detalhe e de ordem para a execução da Convenção do 1º de Junho de 1878 concluido entre*

a Alemanha, Estados-Unidos da America do Norte, Republica Argentina, Austria-Hungria, Belgica, Bolivia, Brazil, Bulgaria, Chile, Estados-Unidos de Colombia, Republica da Costa Rica, Dinamarca e Colonias Dinamarquezas, Republica Dominicana, Egypto, Equador, Hespanha e Colonias Hespanholas, Franca e Colonias Francezas, Grã-Bretanha e diversas Colonias Inglesas, Canada, India Britannica, Grecia, Guatemala, Republica do Haiti, Reino de Hawaii, Republica de Honduras, Italia, Japão, Republica da Liberia, Luxemburgo, Mexico, Montenegro, Nicaragua, Paraguay, Paizes-Baixos e Colonias Neerlandezas, Peru, Persia, Portugal e Colonias Portuguezas, Roumania, Russia, Salvador, Servia, Reino de Sião, Suecia e No-

ruêga, Suissa, Turquia, Uruguay e Estados-Unidos de Venezuela.

Os abaixo assignados,

Em virtude do artigo XXXIV do regulamento de detalhe e de ordem para a execução da Convenção do 1º de Junho de 1878,

Concordaram em nome de suas administrações respectivas, em introduzir neste Regulamento as modificações seguintes, que serão executorias a contar do 1º de Abril de 1886 :

1

O artigo III é completado pela disposição seguinte, que formará o seu 4º paragrapho :

3.º O que é estabelecido para o transporte dos despachos por estrada de ferro entre Colon e Panamá.

2

O quadro dos equivalentes que figura no art. IV é substituído pelo quadro abaixo :

| PAIZES DA UNIÃO                                                                                                                                                                                                                                                  | 25 CENTIMOS                | 10 CENTIMOS                | 5 CENTIMOS               |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------|----------------------------|--------------------------|
| Allemanha.....                                                                                                                                                                                                                                                   | 20 pfennig.....            | 10 pfennig.....            | 5 pfennig.               |
| Argentina (Republica)...                                                                                                                                                                                                                                         | 8 centavos.....            | 4 centavos.....            | 2 centavos               |
| Austria-Hungria.....                                                                                                                                                                                                                                             | 10 kreuzer.....            | 5 kreuzer.....             | 2 kreuzer.               |
| Bolivia.....                                                                                                                                                                                                                                                     | 5 centavos.....            | 2 centavos.....            | 1 centavo.               |
| Brazil.....                                                                                                                                                                                                                                                      | 100 reis.....              | 50 reis.....               | 25 reis.                 |
| Canada.....                                                                                                                                                                                                                                                      | 5 cents.....               | 2 cents.....               | 1 cent.                  |
| Chilo.....                                                                                                                                                                                                                                                       | 5 centavos.....            | 2 centavos.....            | 1 centavo.               |
| Costa Rica.....                                                                                                                                                                                                                                                  | 5 centavos.....            | 2 centavos.....            | 1 centavo.               |
| Dinamarca.....                                                                                                                                                                                                                                                   | 20 öre.....                | 10 öre.....                | 5 öre.                   |
| Colonias Dinamarquezas:                                                                                                                                                                                                                                          |                            |                            |                          |
| Greenlandia.....                                                                                                                                                                                                                                                 | 20 öre.....                | 10 öre.....                | 5 öre.                   |
| Antilhas Dinamarquezas.                                                                                                                                                                                                                                          | 5 cents.....               | 2 cents.....               | 1 cent.                  |
| Dominicana (Republica)...                                                                                                                                                                                                                                        | 5 centavos.....            | 2 centavos.....            | 1 centavo.               |
| Egypto.....                                                                                                                                                                                                                                                      | 1 piastre.....             | 20 paras.....              | 10 paras.                |
| Equador.....                                                                                                                                                                                                                                                     | 5 centavos.....            | 2 centavos.....            | 1 centavo.               |
| Colonias Hespanholas:                                                                                                                                                                                                                                            |                            |                            |                          |
| Cuba e Porto Rico.....                                                                                                                                                                                                                                           | 5 centavos.....            | 2 centavos.....            | 1 centavo.               |
| Ilhas Philippinas.....                                                                                                                                                                                                                                           | 5 centimos do peso.....    | 2 centimos do peso.....    | 1 centimo do peso.       |
| Estados-Unidos da America do Norte.....                                                                                                                                                                                                                          | 5 centimos.....            | 2 cents.....               | 1 cent.                  |
| Estados-Unidos de Colombia.....                                                                                                                                                                                                                                  | 5 centavos.....            | 2 centavos.....            | 1 centavo.               |
| Grã-Bretanha.....                                                                                                                                                                                                                                                | 2 1/2 pence.....           | 1 penny.....               | 1/2 penny.               |
| Colonias Inglezas:                                                                                                                                                                                                                                               |                            |                            |                          |
| Antigua, Bahamas (ilhas), Barbada, Bermudas, Costa d'Ouro, Dominica, Falkland (ilhas), Gambia, Grenada, Honduras, Jamaica, Lagos, Montserrat, Nevis, S. Christovão, Santa Lucia, S. Vicente, Serra Leoa, Tabago, Trindade, Turcas (ilhas), e Virgens (ilha)..... | 2 1/2 pence.....           | 1 penny.....               | 1/2 penny.               |
| Guyana Inglesa, Hong-Kong, Labuan, Straits Settlements e Terra-Nova.....                                                                                                                                                                                         | 5 cents.....               | 2 cents.....               | 1 cent.                  |
| Mauricia (ilha) e dependencias.....                                                                                                                                                                                                                              | 40 cent. de rupia          | 4 cent. de rupia           | 2 cent. de rupia.        |
| Chypre.....                                                                                                                                                                                                                                                      | 2 piastras ou 80 para..... | 1 piastra ou 40 paras..... | 1/2 piastra ou 20 paras. |
| Ceylão.....                                                                                                                                                                                                                                                      | 1 cent. de rupia           | 5 cent. de rupia.          | 2 1/2 cent. de rupia.    |
| Guatemala.....                                                                                                                                                                                                                                                   | 5 centavos.....            | 2 centavos.....            | 1 centavo.               |

| PAIZES DA UNIÃO                                                  | 25 CENTIMOS                | 10 CENTIMOS                | 5 CENTIMOS            |
|------------------------------------------------------------------|----------------------------|----------------------------|-----------------------|
| Haiti.....                                                       | 5 centavos de piastra..... | 2 centavos de piastra..... | 1 centavo de piastra. |
| Hawai.....                                                       | 5 cents.....               | 2 cents.....               | 1 cent.               |
| Honduras (Republica de).....                                     | 5 centavos.....            | 2 centavos.....            | 1 centavo.            |
| India Britannica.....                                            | 2 annas.....               | 3/4 anna.....              | 1/2 anna.             |
| Japão.....                                                       | 5 sen.....                 | 2 sen.....                 | 1 sen.                |
| Liberia.....                                                     | 5 cents.....               | 2 cents.....               | 1 cent.               |
| Mexico.....                                                      | 5 centavos.....            | 2 centavos.....            | 1 centavo.            |
| Montenegro.....                                                  | 10 soldi.....              | 5 soldi.....               | 3 soldi.              |
| Nicaragua.....                                                   | 5 centavos.....            | 2 centavos.....            | 1 centavo.            |
| Noruega.....                                                     | 20 öre.....                | 10 öre.....                | 5 öre.                |
| Paraguay.....                                                    | 5 centavos de peso.....    | 2 centavos de peso.....    | 1 centavo de peso.    |
| Paizes Baixos e Colonias                                         |                            |                            |                       |
| Neerlandezas.....                                                | 12 1/2 cents.....          | 5 cents.....               | 2 1/2 cents.          |
| Peru.....                                                        | 5 centavos.....            | 2 centavos.....            | 1 centavo.            |
| Persia.....                                                      | 6 shahis.....              | 2 shahis.....              | 1 shahi.              |
| Portugal e Colonias Portuguezas, excepto a India Portugueza..... | 50 réis.....               | 20 réis.....               | 10 réis.              |
| India Portugueza.....                                            | 2 tangas.....              | 40 réis.....               | 5 réis.               |
| Russia.....                                                      | 7 kopeks.....              | 3 kopeks.....              | 2 kopeks.             |
| Salvador.....                                                    | 5 centavos de peso.....    | 2 centavos de peso.....    | 1 centavo de peso.    |
| Sião.....                                                        | 7 1/2 atts.....            | 3 atts.....                | 1 1/2 att.            |
| Suecia.....                                                      | 20 öre.....                | 10 öre.....                | 5 öre.                |
| Turquia.....                                                     | 40 paras.....              | 20 paras.....              | 10 paras.             |
| Uruguay.....                                                     | 5 centavos de piastra..... | 5 centavos de piastra..... | 1 centavo de piastra. |

## 3

O § 4º do art. VI fica assim redigido:

4.— Os objectos registrados deverão trazer um letreiro ou a impressão de um carimbo, reproduzindo, de modo apparente, a letra maiuscula R em caracteres romanos, tendo além disso cada agencia a faculdade de acrescentar a letra R a marca especial (a indicação do nome da agencia de procedencia ou do paiz de procedencia, do numero de ordem, etc.) que lhe convier.

Entre os §§ 5º e 6º do mesmo artigo fica intercallado o paragrapho seguinte:

5 bis.— Os objectos que tiverem de ser enviados por expresso serão marcados com um carimbo tendo em grandes letras a palavra « Expresso ». As administrações são, comtudo, autorizadas a substituir este carimbo por um letreiro impresso, ou por uma inscripção manuscrita e sublinhada por lapis de côr.

## I

O art. IX é modificado como se segue :

## IX

*Folhas de aviso*

1.— As *folhas de aviso* que acompanharem os despachos trocados entre duas administrações da União serão conformes ao modelo A junto ao presente Regulamento.

Nas relações por mar que, posto que periodicas e regulares, não admittirem troca quotidiana ou em dia fixo, as agencias expedidoras deverão numerar suas folhas de aviso em serie annual por cada agencia de procedencia e para cada agencia de destino, mencionando tanto quanto seja possível, na folha de aviso, o nome do paquete ou do navio que levar a mala.

2.— Os objectos registrados serão inscriptos no quadro n. 1 da folha de aviso, com os pormenores seguintes: o nome da agencia de procedencia, o nome do destinatario e o lugar de destino, ou sómente o nome da agencia de procedencia e o numero de inscripção do objecto nessa agencia.

Os objectos que tiverem de ser enviados por expresso serão inscriptos em numero no quadro I da folha de aviso.

Os avisos de recepção que se referirem a objectos registrados inscriptos no quadro I da folha de aviso, serão mencionados pelas letras A R collocadas em frente dos objectos de que se tratar, na columna das observações desse quadro.

Os avisos de recepção serão conformes ou analogos ao modelo A bis aqui annexo. Devem ser formulados em francez ou trazer uma traducção sublinear nesta lingua.

Os recibos de volta serão inscriptos no supracitado quadro, quer isoladamente, quer em masso, conforme esses avisos forem mais ou menos numerosos.

3.— Quando o numero dos objectos registrados expedidos habitualmente de uma agencia á outra assim o permittir, poder-se-ha fazer uso de uma lista especial e avulsa, para substituir o quadro n. 1 da folha de aviso.

4.— No quadro n. 1 inscrever-se-hão, com os pormenores que esse quadro permittir, as malas fechadas incluídas na remessa directa a que a folha de aviso se referir.

5.— Indicar-se-ha no angulo direito superior da folha de aviso o numero de pacotes ou de saccos separados de que se compuzer cada expedição para um mesmo destino.

6.— Quando se julgar necessario, para certas relações, crear outros quadros ou rubricas na folha de aviso, esta medida poderá ser realizada de commun accôrdo entre as administrações interessadas.

7.— Quando alguma agencia de troca não tiver objecto a remetter para uma agencia correspondente, não deixará por isso de enviá-lhe, na forma ordinaria, mala que se compoñha unicamente da folha de aviso.

8.— Em caso de malas fechadas confiadas por uma administração á outra, para serem transmittidas por meio de navios mercantes, o numero de cartas e outros objectos será indicado na folha de aviso ou no endereço dessas malas.

## 5

O artigo X é modificado como se segue :

Os §§ 1 e 2 serão d'ora em diante do teor seguinte :

1. Os objectos registrados, os avisos de recepção que lhes disserem respeito, as remessas expressas, e, dado o caso, a lista especial prevista no § 3 do artigo IX, serão reunidos n'um pacote distincto, que deverá ser convenientemente envolvido e sellado de modo que preserve o seu conteúdo.

2. Esse pacote, preso á folha de aviso, será collocado no centro da mala.

Accrescenta-se no fim deste artigo o paragrapho seguinte:

5. Os recibos de volta serão collocados n'um envoltorio, pela agencia distribuidora dos objectos registrados a que esses avisos se referirem. Esses envoltorios revestidos da menção: « Recibos de volta: Agencia postal de... Paiz... » serão submittidos ás formalidades do registro e encaminhados ao seu destino como objectos registrados ordinarios.

## 6

O artigo XI fica assim redigido:

## XI

### *Indemnização pela perda de um objecto registrado*

Quando a indemnização devida pela perda de um objecto registrado tiver sido paga por uma Administração, por conta



de outra Administração tornada responsavel, esta será obrigada a reembolsar a quantia no prazo de tres mezes depois de aviso de pagamento. Este reembolso se effectuará, quer por meio de um vale postal (*mandat de poste*) ou de uma lettra, quer em especies que tenham curso no paiz credor.

## 7

O artigo XII é modificado como se segue:

O § 1º será d'ora avante do teor seguinte:

1. Em regra geral, os objectos que compuzerem as malas deverão ser classificados e emmassados segundo a natureza da correspondencia, separando-se os objectos franqueados dos objectos não ou insufficientemente franqueados.

A palavra « interiormente » fica supprimida no começo do § 2, cuja primeira phrase será por conseguinte:

2. Toda mala, depois de atada com barbante, será envolvida em papel forte...

## 8

O § 1º do artigo XIV fica assim redigido:

1. Os objectos de correspondencia dirigidos sob iniciaes e os que trouxerem endereço escripto a lapis, não serão admittidos a registro.

O artigo XV é substituido pelo artigo seguinte:

## XV

*Bilhetes postaes*

1. Os bilhetes postaes deverão ser expedidos sem capa. O anverso será reservado para o endereço do destinatario; porém o expedidor poderá ajuntar-lhe o seu nome e o seu endereço por meio de carimbo, de chancella (*prive*), ou de qualquer processo typographico.

2. Os bilhetes postaes não poderão exceder as dimensões seguintes: comprimento, 14 centímetros; largura, 9 centímetros.

3. Sempre que seja possível, os bilhetes postaes emittidos especialmente para circularerem na União Postal, deverão trazer, no anverso, em lingua franceza ou com traducção sublinear nessa lingua, o título seguinte:

## BILHETE POSTAL

*União postal universal*

(Lado reservado ao endereço)

4. O sello destinado a representar o franqueamento será posto em um dos angulos superiores do anverso; e do mesmo modo o sello supplementar que tiver de ser addicionado.

5. A' excepção dos sellos de franqueamento, é prohibido juntar ou atar aos bilhetes postaes quaesquer objectos.

6. Em regra geral, os bilhetes postaes com resposta paga deverão apresentar, no anverso, como titulo impresso: na primeira parte « Bilhete postal com resposta paga »; na segunda parte « Bilhete postal resposta ». Cada uma das duas partes, além disso, deverá preencher as outras condições impostas ao bilhete postal simples; serão dobradas uma sobre a outra e não poderão ser fechadas por qualquer fôrma.

7. Será permittido ao expedidor de um bilhete postal com resposta paga inscrever seu nome e endereço no anverso da parte « Resposta ».

A parte « Resposta » não poderá ser expedida senão com destino ao paiz de onde fôr procedente; no caso contrario, não lhe será dado curso.

8. Os bilhetes postaes simples e os de resposta paga provenientes da industria privada, serão admittidos à circulação internacional, contanto que a legislação do paiz de procedencia o permitta e que elles sejam conformes, ao menos quanto ao formato e à consistencia do papel, aos bilhetes postaes emitidos pela agencia dos correios de procedencia.

#### 10

No § 1º do art. XVI, entre as palavras — « de obras » e « expedidos » se intercallam as palavras: « ou de jornaes », de sorte que a parte final desse paragrapho será d'ora em diante do teor seguinte:

... as partituras ou folhas de musica manuscriptas, os manuscritos de obras ou de jornaes expedidos isoladamente, etc.

#### 11

O artigo XVII é modificado como se segue:

### XVII

#### *Impressos de qualquer natureza*

1. São considerados como impressos e como taes gozarão da moderação de porte prescripta pelo art. 5 da Convenção, os jornaes e obras periodicas, os livros brochados ou encadernados, as brochuras, os papeis de musica, os cartões de visita, os cartões de endereço, as provas de imprensa com ou sem os manuscritos a ellas relativos, os papeis revestidos de pontos em relevo para uso dos cegos, as gravuras, as photographias, as imagens, os desenhos, planos, cartas geographicas, catalogos, prospectos, annuncios e avisos diversos, impressos, gravados, lithographados ou autographados, e, em geral, quaesquer impressões ou reproduções, obtidas sobre papel, pergaminho ou cartão, por meio d' typographia, da gravura, da lithographia e da autographia,

ou de qualquer outro processo mechanico facil de reconhecer, excepto a contra-prova (déalque).

São considerados como facéis de reconhecer os processos mecha-nicos designados pelos nomes de chromographia, polygraphia, hectographia, papyrographia, velocographia, etc.; mas, para gozar da moderação de porte, as reproduções obtidas por meio desses processos devem ser depositadas nos postigos (guichets) das agencias postaes e no numero minimo de vinte exemplares perfeitamente identicos.

2. São excluidos da moderação de porte os carimbos (timbres) ou formulas de franqueamento, obliterados ou não, assim como quaesquer impressos que constituem o signal representativo de um valor.

3. O caracter de *correspondencia actual e pessoal* não pôde ser attribuido ás indicações seguintes, a saber :

1.º A assignatura do remetente ou a designação do seu nome ou da sua firma social, da sua qualidade, do lugar de procedencia e da data de remessa ;

2.º A dedicatória ou a homenagem do autor ;

3.º Aos riscos ou signaes simplesmente destinados a marcar os trechos de um texto, para chamar a attenção ;

4.º Aos preços acrescentados ou alterados à mão nas cotações ou preços correntes de praças de commercio ou de mercado, nos catalogos, prospectos e avisos diversos ;

5.º Aos offerecimentos e encommendas de livros, nos quaes se tiverem indicado à mão, quer riscando, quer sublinhando textos impressos, os livros que são offerecidos ou pedidos ;

6.º As facturas e contas juntas aos impressos e relativos a elles ;

7.º Aos impressos contendo emendas de erros typographicos ;

8.º Enfin, ás annotações ou emendas feitas nas provas de imprensa ou de composição musical e relativas ao texto ou à con-fecção da obra.

4. Os impressos deverão ser, quer cintados ou enrolados, ou postos entre cartões, ou num estojo aberto de um lado ou nas duas extremidades, ou num envoltorio não fechado, quer sim-plesmente dobrados de maneira que não se dissimule a natureza da remessa, ou, enfin, ligados por um barbante facil de des-atar.

5. Os cartões de endereço e quaesquer impressos que apre-sentem a fôrma e a consistencia de um cartão não dobrado, poderão ser expedidos sem cinta, envoltorio, atadura ou dobra. Os cartões que tiverem o titulo « bilhete postal » não serão admit-tidos à tarifa dos impressos.

## 12

O § 3 do artigo XVIII fica assim redigido :

3. Não poderão ter valor mercantil, nem levar nota manu-scripta que não seja o nome ou a firma social do remetente, o endereço do destinatario, uma marca de fabrica ou de nego-

ciante, numeros de ordem, preços e indicações relativos ao peso, à medida (métrage) e à dimensão, assim como à quantidade disponível.

## 13

O artigo XX é modificado como se segue :

0 paragrapho seguinte é intercalado entre os §§ 2 e 3 :

2 *bis*. Quando objectos primitivamente dirigidos ao interior de um paiz da União e franquados em numerario forem reexpedidos a outro paiz, a agencia deverá indicar, sobre o objecto, a importância da taxa percebida em numerario.

No fim do artigo é acrescentado um novo paragrapho, assim concebido :

4. As correspondencias de qualquer natureza, ordinarias ou registradas, que, tendo um endereço incompleto ou erroneo, forem reenviadas aos expedidores para que o completem ou o rectifiquem, não serão, quando forem de novo lançadas no serviço com um sobrescripto completado ou rectificado, consideradas como correspondencias reexpedidas, porém como novas remessas, e serão, por conseguinte, sujeitas a uma nova taxa.

## 14

São intercaladas no § 1º do artigo XXI, depois de « destinatario », as palavras : « e o mais tardar num prazo de seis mezes » ; o paragrapho 1º será, pois, do teor seguinte :

1. As correspondencias de qualquer natureza cabidas em refugio, por qualquer causa que seja, deverão ser devolvidas, logo depois dos prazos de conservação exigidos pelos regulamentos do paiz destinatario, e o mais tardar num prazo de seis mezes, por meio das respectivas agencias de troca e em um masso especial, com o distico : *Refugios*.

## 15

Os dois primeiros paragraphos do artigo XXII ficam assim redigido :

1. As estatisticas que se devem organizar uma vez todos os tres annos, em execução dos artigos 4 e 12 da Convenção, para a contabilidade, tanto das despesas de transito na União das taxas pertencentes ao transporte fóra dos limites da União, serão reguladas pelas disposições dos artigos seguintes durante os vinte e oito primeiros dias do mez de Maio ou de Novembro ( alternativamente ) do segundo anno de cada periodo triennial, para produzir seus effectos retroactivamente, a contar do primeiro anno.

2. A estatistica de Maio de 1885, regulará os pagamentos que tiverem de ser feitos desde o 1º de Janeiro do mesmo anno até

ao fim de Março de 1886. A estatística de Novembro de 1887 servirá de base aos pagamentos desde o 1º de Abril de 1886 até ao fim do anno de 1888. A estatística de Maio de 1890 será applicada aos annos de 1889, 1890 e 1891, e assim por diante.

## 16

O paragrapho seguinte é acrescentado depois do § 1º do artigo XXIII :

1 *bis*. Quando muitas vias comportando cada uma despesas de transito diferentes forem abertas á transmissão das correspondencias para um mesmo paiz, a agencia expedidora retribuirá a agencia intermediaria conforme uma tariffa unica baseada na média dos diferentes preços de transito.

A primeira phrase do § 6 do mesmo artigo é modificada como se segue :

6. Na falta de correspondencias sujeitas a um porte intermedio ou estrangeiro, não se organizará o quadro E e a agencia expedidora inscreverá no alto da folha de aviso a menção « Não ha quadro E ».

## 17

As disposições seguintes são acrescentadas no fim do artigo XXIV:

5. Depois de cada periodo de estatística, as Administrações que tiverem expedido malas em transito enviarão a lista dessas malas ás diferentes Administrações de que se servirem como intermediarias.

6. O simples deposito, num porto, de malas fechadas trazidas por um paquete e destinadas a serem retomadas por outro paquete, não dará lugar ao pagamento de despesas de transito territorial em proveito da agencia dos correios do lugar do deposito.

## 18

O artigo XXV é modificado como segue :

## XXV

*Conta das despesas de transito*

1. Os quadros E e F serão resumidos numa conta particular pela qual se determine, em francos e centimos, o preço annual de transito que deva tocar a cada correio, multiplicando os totaes por 13. No caso em que o multiplicador não esteja de accordo com a periodicidade do servico, as Administrações interessadas entender-se-hão para a adopção d'outro multiplicador. O cuidado de organizar essa conta incumbe ao correio credor, que a transmittirá ao correio devedor.

2. O saldo resultante do balanço das contas reciprocas entre dous correios será pago pelo correio devedor ao correio credor em francos effectivos e por meio de letras sacadas sobre a capital ou sobre uma praça commercial deste ultimo correio.

3. A organização, a remessa e o pagamento das contas das despesas de transito, pertencentes a um exercicio, deverão ser effectuados no mais curto prazo possivel, e, o mais tardar, antes de expirar o primeiro semestre do exercicio seguinte. Em todo o caso, si o correio que tiver enviado a conta não tiver recebido nesse intervallo nenhuma observação rectificativa, essa conta será considerada como admittida de pleno direito. Esta disposição applicar-se-ha igualmente ás observações não contestadas feitas por um correio sobre as contas apresentadas por outro. Passado esse prazo de seis mezes, as quantias devidas por um correio a outro vencerão juros na razão de 5 % ao anno e a datar do dia em que terminar o dito prazo.

Os pagamentos das despesas de transito para o primeiro anno e em caso de necessidade para o segundo de cada periodo triennial, effectuar-se-hão provisoriamente, no fim do anno, sobre as bases da estatistica precedente, salvo ulterior ajuste de contas, conforme os resultados da nova estatistica.

#### 19

Entre os artigos XXVII e XXVIII fica intercalado um novo artigo assim concebido:

#### XXVII bis

##### *Retirada de correspondencias e rectificação de endereços*

1. Para os pedidos de retirada de correspondencias ou de rectificação de endereços, o expedidor deverá servir-se de uma formula conforme o modelo II annexo ao presente Regulamento. Remettendo essa reclamação á agencia postal, o expedidor deverá justificar a sua identidade. Depois da justificação, cuja responsabilidade será assumida pela Administração do paiz de procedencia, proceder-se-ha da maneira seguinte:

1.º Si o pedido fôr destinado a ser transmittido por via « postal » a formula acompanhada de um *fac-simile* perfeito da carta que tiver de ser procurada será expedida directamente, sob capa registrada, á agencia postal destinataria.

2.º Si o pedido tiver de ser feito por via telegraphica, a formula será depositada no serviço telegraphico encarregado de transmittir os seus termos á agencia postal destinataria.

2. Ao receber a formula II ou o telegramma que a substituir, a agencia postal destinataria procurará a correspondencia assinalada e dará ao pedido o andamento necessario.

Todavia, si se tratar de uma mudança de endereço pedida por via telegraphica, a agencia destinataria limitar-se-ha a reter a carta; e esperará, para attender ao pedido, a chegada do *fac-simile* necessario.

Si a busca fôr infructuosa, si o objecto já tiver sido entregue ao destinatario ou si o pedido por via telegraphica não fôr tão explicito que permitta reconhecer com segurança o objecto de correspondencia indicado, o facto será communicado immediatamente á agencia de procedencia, que prevenirá o reclamante.

3. Salvo accôrdo em contrario, a formula II será redigida em francez ou conterá uma traducção sublinear nessa lingua, e, no caso de se empregar a via telegraphica, o telegramma será redigido em lingua franceza.

4. Qualquer administração poderá exigir, por uma notificação dirigida á Secretaria Internacional, que a troca das reclamações, no que lhe disser respeito, seja effectuada pelo intermedio das administrações centraes ou de uma agencia especialmente designada.

## 20

Os 3 ultimos paragraphos do artigo XXVIII serão d'ora em diante do teor seguinte:

5.<sup>a</sup> classe : Argentina (Republica), Bulgaria, Chile, Estados-Unidos de Colombia, Grecia, Mexico, Perú, Servia.

6.<sup>a</sup> classe : Bolivia, Costa Rica, Republica Dominicana, Equador, Guatemala, Haiti, Republica de Honduras, Luxemburgo, Nicaragua, Paraguay, Persia, Salvador, Reino de Sião, Uruguay, Venezuela, Colonias Dinamarquezas, Colonia de Curaçao (ou Antillas Neerlandezas), Colonia de Surinam (ou Guyana Neerlandeza).

7.<sup>a</sup> classe : Hawaï, Siberia, Montenegro.

## 21

O § 2 do artigo XXIX fica assim redigido:

2. As Administrações que fizerem parte da União deverão comunicar umas ás outras por intermedio da Secretaria Internacional especialmente :

1.<sup>o</sup> A indicação das taxas additionaes que cobrarem pela applicação do artigo 5 da Convenção, além da taxa da União, quer pelo transporte maritimo, quer por despesas de transporte extraordinario, e a nomenclatura dos paizes em relação aos quaes se cobrarem essas taxas additionaes, e, si tiver logar, a designação das vias que motivarem a sua cobrança ;

2.<sup>o</sup> A colleção dos seus sellos em triplicata ;

3.<sup>o</sup> Emfim, os quadros C, cuja organização é prescripta pelo artigo V do Regulamento.

## 22

Accrescenta-se depois do artigo XXIX um novo artigo assim concebido :

## ARTIGO XXIX (BIS)

*Estatística geral*

1. Cada Administração remetterá, no fim do mez de Julho de cada anno, á Secretaria Internacional, uma série, a mais completa possível, de informações estatísticas relativas ao anno precedente, em fôrma de quadros conformes ou analogos aos modelos aqui annexos I, K e L.

2. As operações de serviço que derem logar a registro farão o objecto de extractos periodicos, segundo os lançamentos effectuados.

3. Pelo que respeita a todas as outras operações, far-se-ha uma relação, durante uma semana pelo menos, para as trocas quotidianas, e durante quatro semanas para as trocas não quotidianas, tendo cada Administração a faculdade de fazer uma relação separada de cada categoria de correspondencias.

4. Reserva-se a cada Administração o direito de fazer essa relação nas épocas que mais se approximarem da média do seu trafico postal.

5. A Secretaria Internacional é encarregada de fazer imprimir e de distribuir as formulas de estatística que cada Administração deverá encher. Fica além disso incumbida de fornecer as Administrações que lhe pedirem, todas as indicações necessarias sobre as regras que devem ser seguidas para assegurar, tanto quanto fôr possível, a uniformidade das operações de estatística.

## 23

O § 7 do artigo XXX é modificado como se segue :

7. Nas questões que tenham de ser resolvidas pelo assentimento unanime ou pela maioria das Administrações da União, serão consideradas como tendo-se abtido as que não tiverem enviado a sua resposta no prazo maximo de seis mezes, a contar da data da circular da Secretaria Internacional, pela qual as questões lhes forem submettidas.

## 24

Os paragraphos 7 e 8 (algarismos 6º e 7º) do artigo XXXII são substituidos pelas disposições seguintes :

6.º Gibraltar, como dependente da Administração dos correios da Gran-Bretanha, e bem assim a agencia postal que essa Administração mantêm em Tanger (Marrocos).



7.º As agencias postaes que a Administração da Colonia Inglesa de Hong-Kong mantém em Hoilhow ( Kiung-Schow ), Cantão, Switow, Anoy, Foo-Chow, Ningpó, Shang-Hai e Haukou ( China ).

O 11º paragrapho ( algarismo 10º ) será d'ora em diante do teor seguinte :

10.º As agencias postaes que a Administração japoneza estabeleceu em Shang-Hai ( China ), em Fusanpo, em Genzanshin e em Jinsen ( Corêa ).

## 25

No 3º paragrapho ( algarismo 2º ) do artigo XXXIII, os artigos XXVII *bis* e XXIX *bis* são intercalados entre os algarismos XXVII e XXXI.

Feito em Lisboa em 21 de Março de 1885.

Pelo Brazil :

*Luiz C. P. Guimarães.*

Pela Allemanha :

*Sachse.*

*Prüsch.*

Pelos Estados-Unidos da America :

*William T. Otto.*

*Jos. S. Crawford.*

Pela Republica Argentina.

*E. P. Hansen.*

Pela Austria :

*Devez.*

*Varges.*

Pela Hungria :

*Gervay.*

Pela Belgica :

*P. Gijé.*

Pela Bolivia :

*Joaquin Caso.*

Pela Bulgaria :

*R. Icanoff.*

Pelo Chile :

*M. Martinez.*

Pelos Estados-Unidos de Colombia :

*Cesar Canto.*

Pela Republica da Costa Rica :

.....

Pela Dinamarca e Colonias Dinamarquezas:

*Lund.*

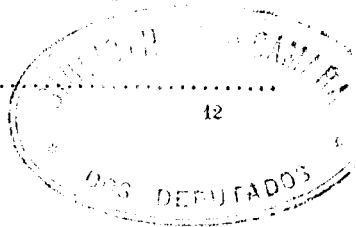
Pela Republica Dominicana :

*P. Gomes da Silva.*

Pelo Egypto :

*W. F. Helton.*

- Pelo Equador :  
*Antonio Flores.*
- Pela Hespanha e Colonias Hespanholas :  
*S. Alvarez Bugallal.*  
*A. Herce.*
- Pela França :  
*Laboulaye.*  
*A. Besnier.*
- Pelas Colonias Francezas :  
*Laboulaye.*
- Pela Gran-Bretanha e diversas Colonias Inglesas :  
*S. A. Blackwood.*  
*H. Burton Forman.*
- Pelo Canada :  
*S. A. Blackwood.*  
*H. Burton Forman.*
- Pela India Britannica :  
*H. E. M. James.*
- Pela Grecia :  
*Eugène Borel.*
- Pela Guatemala :  
*J. Carrera.*
- Pela Republica do Haiti :  
*Laboulaye.*  
*Ansdelt.*
- Pelo Reino de Hawai :  
*Eugène Borel.*
- Pela Republica de Honduras :  
*J. Carrera.*
- Pela Italia :  
*J. B. Tantesio.*
- Pelo Japão :  
*Yasushij Nomura.*
- Pela Republica da Liberia :  
*Comde Sennarti.*
- Pelo Luxemburgo :  
*Ch. Rischard.*
- Pelo Mexico :  
*L. Breton y Vedra.*
- Pelo Montenegro :  
*Devez.*  
*Vargès.*
- Pela Nicaragua :  
*Manuel J. Alves Diniz.*
- Pelo Paraguay :  
*P. A. Rebello.*
- Pelos Paizes-Baixos e Colonias Neerlandezas :  
*Hofstede.*  
*B. Succerts de Landas-Wyborgh.*
- Pelo Perú :



Pela Persia :

*N. Semino.*

Por Portugal :

*Guilhermino Augusto de Barros.*

*Ernesto Madeira Pinto.*

Pelas Colonias Portuguezas :

*Guilhermino Augusto de Barros.*

Pela Roumania :

*Jon Ghika.*

Pela Russia :

*N. de Besak.*

*Georges de Poggenpohl.*

Pelo Salvador :

.....  
Pela Servia :

.....  
Pelo Reino de Sião :

*Prisdang.*

Pela Suecia :

*W. Roos.*

Pela Noruega :

*Harald Asche.*

Pela Suissa :

*Ed. Hohn.*

Pela Turquia :

.....  
Pelo Uruguay :

*Enrique Kubly.*

Pela Venezuela :

*J. L. Pereira Crespo.*

## TRADUÇÃO

### UNIÃO POSTAL UNIVERSAL

#### *Protocollo final*

No momento de proceder à assignatura das Convenções feitas pelo Congresso Postal Universal de Lisboa, os Plenipotenciarios abaixo assignados concordaram no seguinte :

#### I

Não se tendo feito representar no Congresso o Perú, o Salvador, a Servia e a Turquia, que fazem parte da União Postal, fica-lhes aberto o protocollo para adhirem às Convenções que nelle foram concluidas ou somente a uma ou outra dentre ellas. O mesmo fica estabelecido a respeito da Republica de Costa Rica, cujo representante não assiste à sessão em que esses actos hão de ser assignados.

## II

As Colonias Britannicas da Australia e as Colonias Britannicas do Cabo e do Natal serão admittidas a adherir a essas Convenções, ou a uma ou outra dentre ellas, e o protocollo lhes fica aberto para este effeito.

## III

O protocollo fica aberto em favor dos paizes cujos representantes só assignaram hoje a Convenção principal, ou um certo numero sómente das Convenções resolvidas pelo Congresso, para o effeito de permittir-lhes adherir ás outras Convenções assignadas hoje, ou a uma ou outra dentre ellas.

## IV

As adhesões previstas nos anteriores artigos I, II e III deverão ser notificadas ao Governo portuguez, pelos Governos respectivos, na fôrma diplomatica. O prazo que lhes é concedido para essa notificação expirará no 1º de Fevereiro de 1886.

## V

Tendo sido os representantes dos paizes que não adheriram até hoje a uma ou outra das Convenções abaixo mencionadas, a saber :

A Convenção do 1º de Junho de 1878 ;

O Accôrdo do 1º de Junho de 1878, concernente á troca das cartas com valores declarados ;

O Accôrdo de 4 de Junho de 1878, concernente á troca de vales postaes ;

A Convenção do 3 de Novembro de 1880, concernente á troca dos volumes postaes sem declaração de valor ;

admittidos a participar dos Actos additionaes que modificam e completam essas Convenções e Accôrdos, a sua assignatura num ou noutro desses Actos additionaes implica de sua parte, sob reserva de ratificação, adhesão, em nome de seus paizes, á Convenção ou ao Accôrdo a que esse Acto adicional se refere, e isto a contar da data em que este ultimo entrar em vigor.

## VI

No caso em que uma ou alguma das partes contractantes das Convenções postaes assignadas hoje em Lisboa, não ratifiquem uma ou outra dessas Convenções, não deixará por isso esta Convenção de ser válida para os Estados que a tiverem ratificado.

Em fé do que, os Plenipotenciarios abaixo assignados lavraram o presente protocollo final, que terá a mesma força e o mesmo valor como si as suas disposições estivessem inseridas no proprio texto das Convenções a que se refere, e o firmaram em um exemplar que será depositado nos Archivos do Governo portuguez e do qual se enviará uma cópia a cada parte.

Lisboa, a 21 de Março de 1885.

Pela Allemanha :

Sachse.

Fritsch.

Pelos Estados-Unidos da America :

William T. Otto.

Jas. S. Crawford.

Pela Republica Argentina :

F. P. Hansen.

Pela Austria :

Dewez.

Vargès.

Pela Hungria :

Gervay.

Pela Belgica :

F. Gifé.

Pela Bolivia :

Joaquin Caso.

Pelo Brazil :

Luiz C. P. Guimarães.

Pela Bulgaria :

R. Ivanoff.

Pelo Chile :

M. Martinez.

Pelos Estados-Unidos de Colombia :

César Conto.

Pela Republica de Costa Rica :

.....

Pela Dinamarca e Colonias Dinamarquezas:

Lund.

Pela Republica Dominicana:

P. Gomes da Silva.

Pelo Egypto :

W. F. Halton.

Pelo Equador :

A. Flores.

Pela Hespanha e Colonias Hespanholas:

S. Alvarez Bugallal.

A. Herce.

Pela França :

Laboulaye.

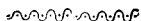
A. Besnier.

Pelas Colonias Francezas :

Laboulaye.

- Pela Graa-Bretanha e diversas Colonias Inglezas :  
     S. A. Blackwood.  
     H. Buxton Forman.
- Pelo Canada :  
     S. A. Blackwood.  
     H. Buxton Forman.
- Pela India Britannica :  
     H. E. M. James.
- Pela Grecia :  
     Eugène Borel.
- Pela Guatemala :  
     José Carrera.
- Pela Republica de Haiti :  
     Laboulaye.  
     Ansault.
- Pelo Reino de Hawaii :  
     Eugène Borel.
- Pela Republica de Honduras :  
     J. Carrera.
- Pela Italia :  
     J. B. Tantesio.
- Pelo Japão :  
     Yasushi Nomura.
- Pela Republica de Liberia :  
     Conde de Senmarti.
- Pelo Luxemburgo :  
     Ch. Rischard.
- Pelo Mexico :  
     L. Breton y Vedra.
- Pelo Montenegro :  
     Dewez.  
     Varges.
- Pela Nicaragua :  
     Manuel J. Alves Diniz.
- Pelo Paraguay :  
     F. A. Rebello.
- Pelos Paizes-Baixos e Colonias neerlandezas :  
     Hofstede.  
     B. Sweerts de Landas-Wyborgh.
- Pelo Perú :  
     .....
- Pela Persia :  
     N. Semino.
- Por Portugal :  
     Guilhermino Augusto de Barros.  
     Ernesto Madeira Pinto.
- Pelas Colonias Portuguezas :  
     Guilhermino Augusto de Barros.
- Pela Roumania :  
     Jon Ghika.

Pela Russia :  
 N. de Besack.  
 Georges de Poggenpohl.  
 Pelo Salvador :  
 .....  
 Pela Servia :  
 .....  
 Pelo Reino de Sião :  
 Prisdang.  
 Pela Suecia :  
 W. Roos.  
 Pela Noruega :  
 Harald Asche.  
 Pela Suissa :  
 Ed. Höhn.  
 Pela Turquia :  
 .....  
 Pelo Uruguay :  
 Enrique Kubly.  
 Pela Venezuela :  
 J. L. Pereira Crespo.



# DECRETO N. 9569 — DE 20 DE MARÇO DE 1886

Declara sem effeito a concessão feita ao Commendador Joaquim Antonio Fernandes Pinheiro para o arrasamento dos morros do Castello e de Santo Antonio.

Não tendo tido começo de execução até a presente data a concessão feita pelo Decreto n. 5337 de 16 de Julho de 1873 ao Commendador Joaquim Antonio Fernandes Pinheiro, para o arrasamento dos morros do Castello e de Santo Antonio, e, ao contrario, deixando este concessionario de assignar o respectivo contrato, quer nos termos das clausulas do referido Decreto e da Lei n. 2510 de 1 de Agosto de 1874, quer nos da revisão approvada pelo Decreto n. 8836 de 5 de Janeiro de 1883 com a qual não se conformon: Hei por bem Declarar sem effeito a mesma concessão e a respectiva revisão a que se referem os alludidos Decretos ns. 5337 e 8836.

Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 20 de Março de 1886, 65º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio da Silva Prado.*



## DECRETO N. 9570 — DE 20 DE MARÇO DE 1886

Concede permissão ao Engenheiro Antão Gonçalves de Faria e Luiz Leseigneur para explorarem veios auríferos no 2º districto do município de S. Sepé, Província do Rio Grande do Sul

Hei por bem Conceder permissão ao Engenheiro Antão Gonçalves de Faria e Luiz Leseigneur para explorarem veios auríferos no 2º districto do município de S. Sepé, Província do Rio Grande do Sul, mediante as clausulas que com este baixam, assignadas por Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 20 de Março de 1886, 65º da Independência e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio da Silva Prado.*

**Clausulas a que se refere o Decreto  
n. 9570 desta data**

**1**

Fica concedido ao Engenheiro Antão Gonçalves de Faria e Luiz Leseigneur o prazo de dous annos, contados desta data, para, sem prejuizo dos direitos de terceiro e das concessões feitas a Luiz Maria da Silva, Isidro Corrêa Pinto e Antonio dos Santos Porto, procederem a exploração e pesquisas para descobrimento de veios auríferos no 2º districto do município de S. Sepé, Província do Rio Grande do Sul.

Dentro deste prazo, os concessionarios deverão apresentar na Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, plantas geologica e topographica dos terrenos explorados, com perfis que demonstrem, tanto quanto fôr possível e o permittirem os trabalhos executados, a superposição das camadas mineræes, e remetterão, com as mesmas plantas, amostras dos mineræes encontrados e relatório minucioso da localidade em que a mina estiver situada, declarando qual a possança e riqueza desta; qual sua extensão e sua direcção; a distancia entre ella e os povoados mais proximos, e meios de comunicação existentes; a área necessaria para a mineração, e, finalmente, os meios apropriados para o transporte dos productos das minas.



## II

Os trabalhos de pesquisa ou exploração para descobrimento de minas poderão ser feitos por qualquer dos modos recomendados pela sciencia.

## III

Os concessionarios ficam obrigados a indemnizar os damnos e prejuizos que de seus trabalhos possam provir ás propriedades adjacentes ; a restabelecer á sua custa o curso natural das aguas que desviarem por causa dos mesmos trabalhos, e a dar conveniente direcção ás que brotarem das cavas, poços ou galerias que fizerem, quando destes serviços resultar damno aos mesmos proprietarios de terrenos adjacentes.

Si o desvio destas aguas exigir trabalhos em propriedade alheia, os concessionarios solicitarão prévio consentimento do proprietário, usando dos meios em direito permittidos.

## IV

Os concessionarios ficam obrigados a dessecar os terrenos alagados em virtude dos trabalhos da exploração, restituindo-os ao seu antigo estado, de modo que não possa ser prejudicada a saúde dos moradores da circunvizinhança.

Palacio de Rio de Janeiro em 20 de Março de 1886.— *Antonio da Silva Prado.*



## DECRETO N. 9571 — DE 20 DE MARÇO DE 1886

Abre ao Ministerio da Fazenda um credito supplementar da quantia de 3.610:278\$484 para as verbas 24<sup>a</sup>, 26<sup>a</sup>, 27<sup>a</sup> e 28<sup>a</sup> do art. 8º da Lei n. 3230 de 3 de Setembro de 1884 relativa ao exercicio de 1884 - 1885.

Usando da autorização concedida ao Governo pelo art. 9º da Lei n. 3230 de 3 de Setembro de 1884, e Tendo ouvido a Secção de Fazenda do Conselho de Estado, nos termos do art. 20 da Lei n. 3140 de 30 de Outubro de 1882, Hei por bem Abrir ao Ministerio da Fazenda um credito supplementar da quantia de 3.610:278\$484, afim de ser applicado, conforme a tabela junta, á liquidação das verbas 24<sup>a</sup>, 26<sup>a</sup>, 27<sup>a</sup> e 28<sup>a</sup> do art. 8º da citada Lei n. 3230, relativa ao exercicio de 1884 - 1885.

Francisco Belisario Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario do Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro aos 20 de Março de 1886, 65º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*F. Belisario Soares de Souza.*

**Tabella das verbas do art. 8º da Lei n. 3230 de 3 de Setembro de 1884, cujos creditos, por serem insufficientes, são suppridos pelo Decreto n. 9571 desta data, para liquidação do exercicio de 1884-1885.**

|                                                  |                |
|--------------------------------------------------|----------------|
| 24. Diferenças de cambio.....                    | 1.852:982\$776 |
| 26. Juros dos bilhetes do Thesouro..             | 1.478:563\$012 |
| 27. Comissões e corretagens.....                 | 188:749\$094   |
| 28. Juros do empréstimo do cofre de orphãos..... | 89:982\$702    |
|                                                  | <hr/>          |
|                                                  | 3.610:278\$484 |
|                                                  | <hr/>          |

Palacio do Rio de Janeiro aos 20 de Março de 1886.— *F. Belisario Soares de Souza.*

SENHOR.— A Secção de Fazenda do Conselho de Estado foi presente o seguinte Aviso:

« Ministerio dos Negocios da Fazenda.— Rio de Janeiro, 19 de Janeiro de 1886.

Ilm. e Exm. Sr.— Manda Sua Magestade o Imperador remetter á Secção de Fazenda do Conselho de Estado a inclusa representação da Directoria Geral de Contabilidade do Thesouro Nacional sobre a necessidade, demonstrada nas tabellas annexas á mesma representação, de supplemento de credito para as rubricas 24ª, 26ª, 27ª e 28ª do art. 8º da Lei n. 3230 de 3 de Setembro de 1884, relativa ao exercicio de 1884-1885, afim de que a dita Secção, na conformidade do art. 20 da Lei n. 3140 de 30 de Outubro de 1882, consulte com seu parecer a tal respeito, sendo V. Ex. o relator.

Deus Guarde a V. Ex.— *F. Belisario Soares de Souza.*— A S. Ex. o Sr. Conselheiro de Estado Paulino José Soares de Souza.»

A representação, a que se refere o aviso, é concebida nos seguintes termos:

« Illm. e Exm. Sr. — Nas rubricas 24.<sup>a</sup>, 26.<sup>a</sup>, 27.<sup>a</sup> e 28.<sup>a</sup> do Ministerio da Fazenda, para as quaes pôde o Governo abrir credito supplementar, verificou-se excesso de despesa no exercicio de 1884-1885, por terem sido insufficientes os creditos distribuidos pelo art. 8.<sup>o</sup> da Lei n. 3230 de 3 de Setembro de 1884 para os serviços a que ellas se referem.

« Submettendo à alta consideração de V. Ex. as tabellas que a 1.<sup>a</sup> Contadoria organizou à vista dos documentos officiaes até agora recebidos no Thesouro, exporei o que motivou a deficiencia da consignação assignada para cada uma das indicadas verbas.

#### 24.<sup>a</sup> *Differenças de cambio*

« O credito que a citada lei votou, na importancia de 5.142:911\$772, foi calculado pela taxa de 21 1/2.

« As remessas, porém, em consequencia da depressão do cambio, realizaram-se a differentes taxas que dão as extremas de 18 e 20 1/4 e a média de 19 1/8.

« Assim, era inevitavel o excesso de despesa, o qual se eleva a 1.852:982\$776, como se vê da respectiva tabella.

#### 26.<sup>a</sup> *Juros dos bilhetes do Thesouro*

« Para occorrer ao pagamento destes juros foram concedidos 800:000\$, quantia produzida pela taxa de 5 % sobre a emissão de 16.000:000\$, que a Lei n. 3229 autorizou, como antecipação de receita.

« Mas o Thesouro não pagou juros sòmente desta somma, pois os bilhetes emitidos neste exercicio e os que para elle passaram dos anteriores por não haverem sido resgatados, attingiram à importancia superior de 86.000:000\$000.

« Por isso tornou-se insufficiente o credito concedido, havendo a differença de 1.478:563\$912, que fica assim justificada.

#### 27.<sup>a</sup> *Commissões e corretagens*

« A consignação para esta verba foi de 60:000\$000.

« A despesa é de 248:749\$094 e provém do seguinte:

#### *Londres*

|                            |            |            |
|----------------------------|------------|------------|
| Commissão aos agentes pelo |            |            |
| pagamento dos juros do     |            |            |
| empréstimo de 1879.....    | 8:556\$884 |            |
| Sello de cambiacs.....     | 35\$630    |            |
|                            | -----      | 8:592\$514 |

*Município da Corte*

|                                                                                            |                    |
|--------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------|
| Commissão ao Banco Commercial por compra<br>de cambiaes.....                               | 238:790\$980       |
| Corretagem ao Banco do<br>Brazil por compra de apo-<br>lices do emprestimo de<br>1868..... | 1:365\$600         |
|                                                                                            | ----- 240:156\$580 |

« Ha, pois, maior despeza de 188:749\$094, que se explica pela commissão paga por compra de cambiaes.

*28.ª Juros do emprestimo do cofre dos orphãos*

« A lei fixou a quantia de 500:000\$000.

« Os juros pagos, de que ha conhecimento, attingem a 9:982\$702.

59s« E' provavel que esta quantia augmente desde que se tenha ciencia de todos os pagamentos realizados pelas diversas estações fiscaes das Provincias.

« Assim, orçando-se em 30:000\$ a despeza que se presume feita, mas não conhecida ou classificada, o supplemento de credito que se torna necessario é de 89:982\$702.

« O credito supplementar necessario para as rubricas de que se trata é da somma de 3.610:278\$484 ; e, em face do que dispõe o art. 9º da mencionada Lei n. 3230 e o art. 20 da de n. 3140 de 30 de Outubro de 1882, V. Ex. se dignará de providenciar como entender.

« Deus Guarde a V. Ex.— Directoria Geral da Contabilidade do Thesouro Nacional em 11 de Janeiro de 1886.— Ilhm. e Exm. Sr. Conselheiro Francisco Belisario Soares de Souza, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional.— O Director Geral, *José Julio Dreys*. »

A Secção dos Negocios da Fazenda examinou com a devida attenção a materia da representação transcripta, bem como as tabellas que a acompanham, e não tem que objectar ao supplemento de credito, sobre o qual é chamada a consultar por ordem de Vossa Magestade Imperial, na conformidade do disposto no art. 20 da Lei n. 3140 de 30 de Outubro de 1882. Vossa Magestade Imperial mandará o que achar em sua Alta Sabedoria.

Sala das conferencias da Secção de Fazenda do Conselho de Estado em 30 de Janeiro de 1886. — *Paulino José Soares de Souza*. — *M. P. de Souza Dantas*. — *Luiz Antonio Vieira da Silva*.

## RESOLUÇÃO

Como parece.— Paço, 13 de Março de 1886.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.— *F. Belisario Soares de Souza*.

## TABELLAS A QUE SE REFERE A REPRESENTAÇÃO SUPRA DA DIRECTORIA GERAL DE CONTABILIDADE

Demonstração do estado do credito votado no art. 8º da Lei n. 3230 de 3 de Setembro de 1884, para os encargos das verbas 24, 26, 27 e 23 do Ministerio da Fazenda, no exercicio de 1884-1885, comparado com a despesa effectuada por conta do mesmo credito, na qual se comprehende a do municipio da Côrte e Provincia do Rio de Janeiro até Outubro, Londres até Setembro de 1885 e das outras Provincias até os ultimos balanços recebidos no acto de confeccionar-se este quadro

| VERBAS                                           | CREDITO DA LEI N. 3230 DE 3 DE SETEMBRO DE 1884 | DESPESA AUTORIZADA E EFFECTUADA            |                                              |            |                                                       |                | EXCESSO DA DESPESA SOBRE O CREDITO |
|--------------------------------------------------|-------------------------------------------------|--------------------------------------------|----------------------------------------------|------------|-------------------------------------------------------|----------------|------------------------------------|
|                                                  |                                                 | No municipio e Provincia do Rio de Janeiro | Nas Provincias pelas Thesourarias de Fazenda | Em Londres | Quantia que se presume despendida, mas não collectada | Total          |                                    |
| 24. Diferenças de cambio.....                    | 3.442:911:772                                   | 6.993:228:314                              | 40:666:234                                   | .....      | .....                                                 | 6.993:894:548  | 1.852:982:776                      |
| 26. Juros dos bilhetes do Thesouro...            | 800:000:000                                     | 2.278:563:912                              | .....                                        | .....      | .....                                                 | 2.278:563:912  | 1.478:563:912                      |
| 27. Comissões e corretagens.....                 | 60:000:000                                      | 240:156:380                                | .....                                        | 8.592:514  | .....                                                 | 248:749:094    | 188:749:094                        |
| 23. Juros do empréstimo do cofre de orphãos..... | 300:000:000                                     | 181:341:208                                | 378:638:194                                  | .....      | 30:000:000                                            | 589:982:702    | 89:982:702                         |
|                                                  | 6.502:911:772                                   | 9.685:293:514                              | 389:304:728                                  | 8:592:514  | 30:000:000                                            | 10.113:190:256 | 3.610:278:484                      |

Primeira Contadoria da Directoria Geral de Contabilidade, 11 de Janeiro de 1886. — O 2º Escripturario, *João Peixoto da Fonseca Guimarães*.  
— Visto — *M. Guleão*.

## 1884—1885

## N. 24. — DIFFERENÇAS DE CAMBIO

DEMONSTRAÇÃO DO ESTADO DO CREDITO VOTADO NO N. 24 DO ART. 8º DA LEI N. 3230  
DE 3 DE SETEMBRO DE 1884

|                                                                                                                               |                |               |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------|---------------|
| Credito votado.....                                                                                                           |                | 5.142:914,572 |
| Despesa effectuada nas Provincias com os juros do emprestimo de 1879.....                                                     | 16:665,234     |               |
| Município                                                                                                                     |                |               |
| Pagamento do Corpo Diplomatico.....                                                                                           | 45:554,881     |               |
| Amortização do emprestimo de 1868.....                                                                                        | 187:336,500    |               |
| Juros do mesmo emprestimo.....                                                                                                | 323:401,526    |               |
| Amortização do emprestimo de 1879.....                                                                                        | 319:471,000    |               |
| Juros do mesmo.....                                                                                                           | 47:374,513     |               |
| Remessas para Londres.....                                                                                                    | 10.377:692,593 |               |
| Total.....                                                                                                                    | 41.311:196,587 |               |
| Abate-se a importancia que pertence aos outros Ministerios, de conformidade com a classificação feita pela 2ª Contadoria..... | 4.313:302,599  | 6.995:894,548 |
| Torna-se necessario o augmento de.....                                                                                        |                | 1.852:982,776 |

Primeira Contadoria da Directoria Geral de Contabilidade, 11 de Janeiro de 1886.  
— O 2º Escripturario, *João Peixoto da Fonseca Guimarães*. — Visto — *M. Galvão*.

## 1884—1885

## N. 26. — JUROS DOS BILHETES DO THESOURO

DEMONSTRAÇÃO DO ESTADO DO CREDITO VOTADO PARA O N. 26 DO ART. 8º DA LEI N. 3230  
DE 3 DE SETEMBRO DE 1884

|                                                                                                                                                          |               |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------|
| Credito votado.....                                                                                                                                      | 800:000,000   |
| Pagamentos effectuados pela Thesouraria Geral, dos juros dos bilhetes do Thesouro, conforme declaram os balanços de Julho de 1884 a Outubro de 1885..... | 2.278:563,912 |
|                                                                                                                                                          | 1.478:563,912 |

Primeira Contadoria da Directoria Geral de Contabilidade, 11 de Janeiro de 1886.  
— O 2º Escripturario, *João Peixoto da Fonseca Guimarães*. — Visto — *M. Galvão*.

## 1884 — 1885

## N. 27.— COMMISSÕES E CORRETAGENS

DEMONSTRAÇÃO DO ESTADO DO CREDITO VOTADO NO N. 27 DO ART. 8º DA LEI N. 3230 DE 3 DE SETEMBRO DE 1884

|                                                                                                              |              |              |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------|--------------|
| Credito votado.....                                                                                          |              | 60:000\$000  |
| Despesa effectuada em Londres com os agentes financeiros pelo pagamento dos juros do empréstimo de 1879..... | 8:556\$884   |              |
| Despesa com o sello das cambiaes.....                                                                        | 33\$639      |              |
| Commissão paga ao Banco Commercial pela compra de cambiaes.....                                              | 238:790\$980 |              |
| Correlagem ao Banco do Brazil pela compra de apolices do empréstimo de 1868.....                             | 1:365\$600   | 248:749\$994 |
|                                                                                                              |              | 188:749\$994 |

Primeira Contadoria da Directoria Geral de Contabilidade, 11 de Janeiro de 1886.— O 2º Escripturario, *João Peixoto da Fonseca Guimarães*.— Visto — *M. Galvão*.

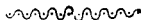
## 1884 — 1885

## . 28.— JUROS DO EMPRESTIMO DO COFRE DE ORPHAOS

DEMONSTRAÇÃO DO ESTADO DO CREDITO VOTADO PARA O N. 28 DO ART. 8º DA LEI N. 3230 DE 3 DE SETEMBRO DE 1884

|                                                                                                                                          |              |              |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------|--------------|
| Credito votado.....                                                                                                                      |              | 500:000\$000 |
| Requisições feitas pelos Juizes da 1ª e 2ª varas da Córte.....                                                                           | 133:967\$830 |              |
| Idem dos Collectores e Administradores das Mesas do rendas da Provincia do Rio de Janeiro, conforme as informações da 2ª Contadoria..... | 47:376\$358  |              |
| Pagamentos feitos pelas Thesourarias de Fazenda, conforme a escripturação da mesma Contadoria.....                                       | 378:638\$494 |              |
| Quantia que se presume despendida, mas ainda não classificada por não ser conhecida.....                                                 | 30:000\$000  | 589:982\$702 |
| Torna-se necessario o augmento de.....                                                                                                   |              | 89:982\$702  |

Primeira Contadoria da Directoria Geral de Contabilidade, 11 de Janeiro de 1886.— O 2º Escripturario, *João Peixoto da Fonseca Guimarães*.— Visto — *M. Galvão*.



## DECRETO N. 9572 — DE 27 DE MARÇO DE 1886

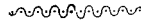
Approva os estudos definitivos e orçamento apresentados para a construção da segunda secção do ramal do Itapemerim.

Attendendo ao que Me requereu a Companhia da estrada de ferro do Carangola: Hei por bem Approvar os estudos definitivos e orçamento na importancia de 1.760:969\$199, apresentados para a construção da segunda secção, constante de 40 kilometros e 120 metros, do ramal do Itapemerim da referida ferro-via.

Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 27 de Março de 1886, 65º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio da Silva Prado.*



## DECRETO N. 9573 — DE 27 DE MARÇO DE 1886

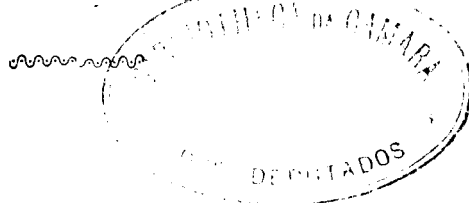
Declara sem effeito a concessão do Decreto n. 8800 de 16 de Dezembro de 1882 que autorizou as obras de melhoramento do porto de Santos.

Não tendo o Governo Provincial de S. Paulo dado começo á execução das obras de melhoramento do littoral da cidade de Santos dentro do prazo estabelecido na clausula 5ª das que baixaram com o Decreto n. 8800 de 16 de Dezembro de 1882 e das respectivas prorrogações: Hei por bem Declarar sem effeito a concessão feita ao referido Governo Provincial pelo mencionado decreto.

Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 27 de Março de 1886, 65º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio da Silva Prado.*





## DECRETO N. 9574 — DE 27 DE MARÇO DE 1886

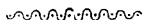
Declara sem effeito a concessão constante do Decreto n. 8343 de 17 de Dezembro de 1881 para a construção da estrada de ferro de Cacequy a Uruguayana.

Não tendo a *Rio Grande do Sul Railway Company, Limited* chegado a accôrdo com o Governo, dentro do prazo para esse fim marcado, sobre a importancia em que, à vista dos estudos por ella apresentados e nos termos da clausula 36ª das que baixaram com o Decreto n. 8343 de 17 de Dezembro de 1881, tinha de ser fixado o capital garantido para a construção da estrada de ferro de Cacequy a Uruguayana, na Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul: Hei por bem Declarar sem effeito a concessão constante do referido Decreto n. 8343, devendo a dita companhia ser indemnizada das despesas que houver feito com a organização daquelles estudos.

Antonio da Silva Prado, do Men Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 27 de Março de 1886, 65ª da Independência e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio da Silva Prado.*



## DECRETO N. 9575 — DE 3 DE ABRIL DE 1886

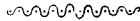
Proroga o prazo concedida por Decreto n. 9334 de 10 de Janeiro de 1883 para a lavra de minas de ferro e outros mineraes ás margens dos rios Jacupyranguinha e Turvo, na Provincia de S. Paulo.

Attendendo ao que requereram Augusto Corrêa Dutra e Abel Gomes da Costa e Silva, cessionarios da lavra das minas de ferro e outros mineraes existentes ás margens dos rios Jacupyranguinha e Turvo, na comarca de Iguape, da Provincia de S. Paulo, concedida ao Dr. Joaquim Ignacio Silveira da Motta por Decreto n. 5552 de 27 de Novembro de 1872: Hei por bem Prorogar, por mais dous annos, o prazo estabelecido na clausula 1ª das que baixaram com o citado decreto para começo dos trabalhos das referidas minas.

Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 3 de Abril de 1886, 65.<sup>a</sup> da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio da Silva Prado.*



DECRETO N. 9576 — DE 10 DE ABRIL DE 1886

Approva as instrucções regulamentares e tarifas para a estrada de ferro de Maceió á Imperatriz.

Hei por bem Approvar as instrucções regulamentares e tarifas que com este baixam para o serviço de transporte de passageiros e mercadorias, pela estrada de ferro de Maceió á Imperatriz.

Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 10 de Abril de 1886, 65.<sup>a</sup> da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio da Silva Prado.*

**Instrucções regulamentares e tarifas para o transporte de mercadorias e passageiros pela estrada de ferro Central das Alagoas a que se refere o Decreto desta data.**

*Passageiros*

Art. 1.<sup>o</sup> Os passageiros pagarão os preços das tabellas ns. 1 e 2 em relação á classe das suas passagens, sem excepção alguma, na estação da partida e no acto da emissão do bilhete.

Art. 2.<sup>o</sup> A venda de bilhetes de passagens começará 30 minutos e cessará cinco minutos antes da partida dos trens, o que será annuciado pelo toque da campã.

Art. 3.<sup>o</sup> O passageiro sem bilhete, portador de bilhete não carimbado pela administração, ou com carimbo de outro dia, ou encontrado em classe superior á do bilhete comprado, salvo os casos previstos, pagará o preço de sua passagem do ponto de partida do trem, si se não verificar a estação de sua procedencia.

Fica o passageiro, além disto, obrigado ao pagamento de mais 10 % sobre o preço da passagem conforme a classe, e no caso de má fé sujeito às penas do art. 104 combinado com o art. 102 do Regulamento n. 1930 de 26 de Abril de 1857.

Art. 4.º O passageiro que quizer ir além da estação para a qual comprou bilhete, ou quizer viajar em classe superior, pagará a diferença da estação em que se der esta alteração, ou da precedente si a passagem tiver logar entre duas estações, sendo o chefe da estação obrigado a dar um bilhete suplementar que indique a quantia recebida.

Art. 5.º Os passes são intransferíveis e nominaveis.

Art. 6.º Os bilhetes singelos servem unicamente para o dia, trem, classe e estação para que forem comprados, perdendo o viajante o direito a qualquer restituição, si ficar em uma estação anterior.

Art. 7.º Os bilhetes de ida e volta serão válidos em qualquer trem ordinário de passageiros durante 48 horas, contadas da hora da partida do trem de ida à hora da partida do trem de volta.

Si o passageiro não encetar a viagem, ou ficar em qualquer estação, ficará considerada vencida a viagem.

Art. 8.º As crianças menores de tres annos, sendo conduzidas ao collo, terão passagem gratis. As de tres até oito annos pagarão meia passagem, e deverão ser accommodadas duas em cada assento, si necessario fór. Estas ultimas só poderão viajar sós, apresentando autorização escripta de seus pais ou tutores.

Art. 9.º É prohibido ao passageiro :

§ 1.º Viajar sem bilhete ou passe, ou em classe superior a indicada na estação que fór indicada no bilhete ou passe.

§ 2.º Viajar nas varandas dos carros ou debruçar-se para fóra.

§ 3.º Passar de um carro para outro estando o trem em movimento.

§ 4.º Viajar em carro de 1.ª classe estando desalço.

§ 5.º Entrar ou sair dos carros estando o trem em movimento.

§ 6.º Entrar ou sair por outro logar que não seja a plataforma e pela porta do vagão para esse fim designada.

Art. 10. A entrada dos trens é interdita:

§ 1.º A's pessoas embriagadas ou indecentemente vestidas.

§ 2.º Aos portadores de armas carregadas, materias inflammaveis, ou objectos, cujo odor possa incommodar os passageiros.

Art. 11. O passageiro deve :

§ 1.º Não incommodar seus companheiros de viagem.

§ 2.º Não danificar os carros.

§ 3.º Apresentar ao empregado do trem seu bilhete ou passe, sempre que lhe fór pedido.

§ 4.º Restituir ao empregado especialmente encarregado desse serviço o seu bilhete ou passe ao concluir a sua viagem e si ficar em qualquer estação intermediaria.

Art. 12. Ninguém poderá transportar consigo, nos carros, mais de uma arma de fogo, a qual deve ser apresentada ao chefe da estação para verificar si está descarregada. Esta disposição não

comprehende os agentes da força publica, conduzindo presos ou viajando em diligencia official.

Art. 13. O passageiro que infringir as presentes instrucções, e depois de advertido pelos empregados da estrada persistir na infracção, será posto fóra da estação restituindo-se-lhe o valor do bilhete que houver comprado si não tiver começado a viagem. Si a infracção fór commettida durante a viagem, o passageiro incorrerá na multa de 20\$ a 50\$ (art. 104 do Regulamento de 26 de Abril de 1857) e no caso de recusar-se a pagal-a, ou si depois desta satisfeita não corrigir-se, o conductor o entregará ao chefe da estação mais proxima para remettel-o á autoridade policial que procederá como fór de direito.

Art. 14. Os doentes que viajarem deitados e os alienados devem ser acompanhados por pessoas que os vigiem e delles cuidem.

Serão transportados em carros separados, cobrando-se uma taxa equivalente a 10 vezes (no maximo) o valor de uma passagem correspondente á classe do carro que para isso fór requisitado.

Paragrapho unico. Si, porém, preferirem fazer a viagem em vagão fechado de mercadorias pagarão segundo a tabella 13.

Art. 15. Em caso algum o passageiro affectado de molestia contagiosa poderá tomar logar nos carros destinados aos demais passageiros, e ficará sujeito ás mesmas prescripções, quanto a carro separado e preço de que trata o artigo antecedente.

Art. 16. Os cadáveres serão transportados em vagão fechado de cargas, pagando-se por este transporte a taxa da tabella 14.

Art. 17. A companhia pôde conceder bilhetes de assignatura para ida e volta diariamente, entre os pontos determinados, nos trens ordinarios de passageiros, com os seguintes abatimentos sobre a tarifa geral:

Por um mez 30 %.

Por tres mezes 40 %.

Por seis mezes 50 %.

Estes bilhetes podem comprehender os domingos e são intransferiveis.

Art. 18. Será lícito á companhia em casos especiaes, como sejam missas, festas ou regosijos publicos, prorogar até ao prazo de cinco dias a validade dos bilhetes de ida e volta sem augmentar-lhes o preço.

Art. 19. Os passes concedidos para o serviço do Governo ou da ferro-via não são transferiveis, e os seus portadores não podem viajar em carro de classe superior á designada nelles, ainda mesmo pagando a differença correspondente.

Art. 20. A companhia tem o direito de tomar qualquer dos bilhetes ou passes de que tratam os artigos antecedentes, quando apresentados por pessoas que delles não devam servir-se, cobrando o duplo das passagens; os bilhetes ou passes serão considerados de nenhum valor e os assignantes nenhum direito terão á indemnização.

*Bagagens e encomendas*

Art. 21. O passageiro tem direito a fazer transportar livre de frete, como bagagem, um baú, uma mala de viagem e uma chapeleira, contendo exclusivamente objectos de uso pessoal, sendo para a 1.<sup>a</sup> classe até ao peso de 50 kilogrammas, não excedendo o volume de 100 decímetros cubicos, e para a 2.<sup>a</sup> classe até ao peso de 25 kilogrammas e volume de 50 decímetros cubicos.

O excedente será taxado de accôrdo com a tabella n. 3. Em todo o caso as bagagens, quer estejam ou não dentro dos limites supramencionados, são sujeitas à taxa *ad valorem*, si contiverem dinheiro ou objectos preciosos e as regras estabelecidas para as encomendas em geral si esses objectos forem manifestados.

Paragrapho unico. Os menores que pagarem meias passagens terão direito a transporte gratis de sua bagagem até metade da que corresponder a uma passagem inteira.

Art. 22. Toda a bagagem do passageiro será despachada e seguirá pelo mesmo trem que elle, i fôr apresentada a despacho de 15 a 25 minutos antes da partida do mesmo trem; no caso contrario, seguirá no trem immediato, si estiver com as devidas indicações. A companhia não responde pelos objectos que o passageiro levar consigo no seu carro.

Art. 23. Entende-se por encomendas pequenos volumes de carga, frutas, peixe, laticínios e outros generos semelhantes apresentados entre 45 e 15 minutos antes da partida do trem.

Esses objectos ficarão sujeitos aos fretes da tabella n. 3.

Art. 24. Não serão accitas como bagagens ou encomendas :

§ 1.<sup>o</sup> Quaesquer substancias de conducção perigosas.

§ 2.<sup>o</sup> Volumes de mais de um metro cubico ou pesando mais de 150 kilogrammas.

§ 3.<sup>o</sup> Volumes cujo embarque ou desembarque demande grande demora.

Art. 25. Quando o frete calculado da bagagem ou encomenda fôr inferior a 200 réis, cobrar-se-ha esta ultima quantia.

Admittir-se-hão, porém, assignaturas para a remessa diaria de pequenos volumes de encomendas, e nesse caso o minimo do frete cobrado podera descer até 40 réis.

Art. 26. As bagagens e encomendas, que não forem retiradas, serão armazenadas e ficarão sujeitas desde logo aos mesmos onus que as mercadorias e que serão adiante especificados.

Art. 27. As bagagens e encomendas devem ser bem acondicionadas e em volumes que não se pretem facilmente a ser violados. Na falta desta condição o transporte se fará a inteiro risco do passageiro ou remettente e sem a menor responsabilidade da companhia, sendo esta declaração feita no conhecimento respectivo.

*Volumes, papeis de importancia e objectos preciosos*

Art. 28. O dinheiro, papeis de valor ou de importancia e os objectos preciosos serão expedidos em volumes especiaes, registrados e sob completa responsabilidade da companhia.

Art. 29. Pelo transporte destes volumes se cobrará o frete da tarifa n. 8 e mais, como registro, uma taxa de 2 % do valor declarado. O mínimo da importância cobrada por esse registro será 500 réis. Esses objectos devem ser cuidadosamente pesados, e só serão expedidos em trem de passageiros.

Art. 30. O dinheiro amoldado, as joias, as pedras e outros metaes devem estar bem acondicionados.

Art. 31. O papel-moeda, as notas de Banco, as apolices e acções de companhias e outros papeis de valores e de importância, devem ser apresentados em saccos, caixões ou fôrmas de pacotes revestidos de envoltorios intactos em papel ou panno encerado. Esses envoltorios serão de tal modo arranjados que indiquem com facilidade si foram ou não violados.

Art. 32. Os endereços devem ser escriptos directamente sobre os volumes e não cosidos, collados ou pregados a fim de que não possam encobrir vestigios de abertura ou fractura; podem tambem ser escriptos sobre etiquetas pendentes e presas ao volume por meio de cordel. A declaração do valor será mencionada no endereço por extenso, e as iniciaes, armas, firmas sociaes ou nomes de estabelecimentos, quando impressos nos saccos, caixas, barris ou pacotes, devem ser perfeitamente legiveis.

Art. 33. As expedições desta especie devem ser apresentadas a despacho e registro pelo menos uma hora antes da marcada para a partida do trem, sem o que não seguem por elle.

Art. 34. A responsabilidade da companhia por esses objectos consiste em entregal-os sem o menor indício de terem sido violados, e, havendo indícios indemnizará o que de menos se encontrar no conteúdo em relação ao valor declarado para o despacho e registro.

Art. 35. A nota de expedição deve, além das indicações ordinarias, conter declarações do valor por extenso.

#### *Mercadorias e cargas, em geral*

Art. 36. As mercadorias e cargas, em geral, seguirão pelo primeiro trem apropriado, cuja partida for posterior ao despacho das mercadorias, ou entrega do vagão carregado.

Art. 37. Ficam exceptuados da precedente disposição :

§ 1.º Os generos que por sua natureza, a juizo da companhia, não puderem ser demorados nas estações, os quaes sendo apresentados até uma hora antes da partida de cada trem mixto ou de cargas, nelle serão transportados.

§ 2.º A pólvora, vitriolo, agua-rsz, phosphoros (excepto os de segurança) e em geral as substancias inflammaveis ou perigosas, para as quizes só haverá uma remessa em dia certo da semana e em vagões especiaes, não podendo esses generos ser depositados na estação, e havendo, para a sua apresentação ou embarque, um prazo de duas horas antes da partida do respectivo trem. Sempre que o remetente tiver de expedir esses generos em quantidade que exija mais da metade da lotação de um vagão,

deverá avisar aos agentes das estações com 12 horas de antecedência.

Art. 38. Os que esconderem as substancias inflammaveis em qualquer volume, incorrerão na multa de 50\$, e ficarão sujeitos à responsabilidade judicial, si convier à companhia proceder contra elles, ficando os volumes sujeitos à apprehensão e as materias inflammaveis serão inutilisadas.

Art. 39. Feita a menção de que trata o artigo precedente, devem as materias inflammaveis ser immediatamente retiradas dos volumes e da estação, para o fim indicado no artigo antecedente, mesmo quando a isso formalmente se opponha o remetente ou passageiro.

Art. 40. A pauta annexa classifica as mercadorias e cargas pelas tabellas das tarifas a enjos fretes ficam sujeitas.

Art. 41. A tabella n. 4 se applica aos generos destinados principalmente à exportação, como assucar, algodão, fumo, café, couros secos e outros semelhantes, comprehendendo tambem os generos fabricados no paiz, não classificados nas outras tabellas.

Art. 42. A tabella n. 5 se applica aos generos alimenticios de primeira necessidade, como farinha, arroz, feijão, milho e legumes.

Art. 43. A tabella n. 6 se applica ao cobre, chumbo, ferro não trabalhado, trilhos para estradas de ferro, tubos de ferro e bem assim às machinas e utensilios para agricultura, ao sal, couros salgados e aos generos da tabella n. 13 em quantidade menor de uma tonelada.

Art. 44. A tabella n. 7 se applica aos generos de importação não mencionados em outras tabellas, louça tanto em gigos como em caixões, vidros ordinarios, petroleo, agua-raz, aguardente e outros espiritos, si forem de importação e não estiverem classificados nas outras tabellas.

Art. 45. A tabella n. 8 se applica aos objectos de grande volume e pouco peso, como mobílias, caixões com chapões e outros semelhantes, que sejam de exportação ou importação, e os objectos frageis de grande responsabilidade como pianos, vidros e todos os mais classificados nesta tabella.

Art. 46. A tabella n. 9 se applica à polvora e outras substancias inflammaveis, como os phosphoros (excepto os de segurança), vitriolo e fogos artificiaes.

Art. 47. As madeiras pagarão pelas tabellas ns. 13 e 14, observando-se, no despacho das madeiras, o seguinte:

§ 1.º Madeira do comprimento até 2 1/2 metros será despachada na quantidade que se apresentar, cobrando-se do frete de um vagão (tarifa n. 13) somente a parte correspondente àquelle peso verificado.

§ 2.º De mais de 2 1/2 metros até 4 metros despacha-se pelo peso de 4 1/2 toneladas (vagão), embora não se complete o carregamento.

§ 3.º De mais de 4 metros até 8 metros despacha-se pelo peso de 9 toneladas (dous vagões) ou um vagão grande que corresponda a dous de tarifa.

§ 4.º De mais de 8 metros até 12 metros despahe-se pelo peso de 13 1/2 toneladas ou três vagões de tarifa.

§ 5.º De mais de 12 metros só precedendo ajuste e ficando livre à companhia o direito de recusa.

Art. 48. As peças metálicas de 3 metros a 3,50 de comprimento ficam sujeitas a um augmento de 50 % nos fretes das respectivas tarifas. Exceptuam-se os trilhos, columnas, tubos e peças de travessamento metálicas, os quaes só excedendo de 8 metros de comprimento é que ficam sujeitos aquelle augmento.

Art. 49. Não serão transportados os volumes ou peças cujas pontas excedam em largura à caixa dos vagões destinados ao seu transporte, e em altura à de um vagão fechado. Também não serão transportadas as peças ou volumes de mais de 4 1/2 toneladas, salvo si puderem ser carregados em um vagão grande, e de modo que o peso fique uniformemente distribuído em todo o comprimento do vagão e não exceda à lotação deste.

Art. 50. Serão gratuitamente transportadas, porém sem responsabilidade da companhia, as sementes de canna de assucar, de café, de algodão e de fumo.

Art. 51. A carga e descarga de trilhos e seus accessorios, columnas, travessamento e carros de ferro, materias inflammaveis e mercadorias taxadas pelas tarifas 13 e 14, serão feitas pelo remetente ou destinatario; esse serviço poderá ser feito pela companhia, mediante uma taxa addicional de 2\$ pela carga e 1\$500 pela descarga de vagões.

Art. 52. Para qualquer estação onde não houver guindaste a companhia poderá recusar os volumes pesando mais de 1.000 kilogrammas.

Para as estações onde houver guindaste poderá recusar os volumes que pesarem mais do que a lotação dos guindastes. Em qualquer caso os volumes de mais de 3 metros cubicos só serão aceitos precedendo ajuste e sendo possível o transporte no material da companhia.

Art. 53. Para o carregamento e descarga dos objectos que devam ser feitos por conta do remetente ou destinatario, se permittirá a este o uso dos guindastes, mediante uma taxa addicional de 500 réis por tonelada ou fração de tonelada, e sempre sob as vistas do empregado da companhia.

Art. 54. No caso que o remetente ou o destinatario peça um guindaste portátil para descarregar os objectos, pagará a razão de 300 réis por cada kilometro ou fração de kilometro donde o guindaste for conduzido para tal serviço, além da taxa de 500 réis por tonelada pelo uso do guindaste acima mencionado.

Art. 55. Para cada caso essa convenção fica dependente das conveniencias do serviço da estrada, não aproveitando ao remetente ou destinatario para eximir-se da estadia de armazenagem o facto de ser ella negada ou retardada. Os objectos descarregados com os guindastes devem logo ser retirados pelo destinatario, para que não embaracem a circulação, nem atrapalhem o logar. Semelhantemente os objectos a carregar por meio de guindaste não podem ser accumulados junto destes,



nem os vagões em que elles devem ser carregados demorados na linha, impedindo o movimento e manobras de trens e vagões.

Art. 56. O remettente ou destinatario, quando usar dos guindastes, fica responsavel pelas avarias nelles causadas por impericia ou imprudencia do seu pessoal.

#### *Animaes*

Art. 57. O frete de animaes é taxado pelas tabellas ns. 10, 11 e 12 e deverão ser recebidos por seus consignatarios á chegada dos trens; caso não o sejam, serão remettidos para logar conveniente por conta de quem pertencerem e sem responsabilidade da companhia. Seguirão, em geral, em trens de cargas, e sòmente em trens de passageiros ou mixtos, quando nelles houver logar e si o seu embarque não causar demora á partida do trem.

Art. 58. Deverão os animaes ser apresentados a despacho nos logares apropriados para o seu embarque, 30 minutos antes da partida do trem de passageiros ou mixto, e uma hora antes da partida do trem de carga.

Art. 59. O transporte de animaes em grande quantidade deve ser annuciado com antecedencia de 24 horas; não obstante, a companhia os poderá receber antes, sempre que isto fór possível.

Art. 60. Com excepção de porcos, carneiros, cabras e cães amordaçados, em numero não excedente a cinco, e as capoeiras de gallinhas, patos e outras aves ou pequenos animaes, serão os animaes embarcados e desembarcados pelo pessoal do dono ou de seus agentes.

Para esse embarque, quando a expedição fór de um ou mais vagões, se dará um prazo de duas horas por vagão, contado da entrega deste, findas as quaes será retirado o vagão; e novamente não podendo ser fornecido serão pagando o remettente uma indemnização de 5\$ por vagão.

Do mesmo modo se dará para o desembarque um prazo de meia hora por vagão, finda a qual será elle descarregado pelo pessoal da estrada ou por jornaleiros, que para esse fim forem chamados na occasião, pagando neste caso o destinatario as despesas feitas.

Paragrapho unico. Para o embarque e desembarque de animaes em pequena quantidade se dará o tempo strictamente necessario, procedendo a companhia a esse serviço por conta do dono ou destinatario, quando vencido o tempo.

Art. 61. O transporte de animaes em pequeno numero será feito diariamente nos trens mixtos, e para esse fim a companhia terá um vagão especial em cada um desses trens.

Art. 62. Os cães só serão recebidos amordaçados, quando assim se tornar preciso.

Art. 63. Nas expedições de animaes por vagão deverão estes ser embarcados durante a noite, si o trem tiver de sahir antes das 8 horas da manhã.

Art. 64. Os animaes bravios só serão recebidos quando bem e seguramente engaiolados.

Art. 65. As capoeiras de gallinhas e as de pequenos animaes, ou aves em gaiolas ou caixões engradados, estão sujeitas ás mesmas condições de despacho e recebimento conforme o art. 57.

Paragrapho unico. Os animaes e aves de que trata este artigo, quando vivos e soltos, são accitos sómente por conta e risco do dono.

Art. 66. A expedição de gallinhas e outras aves iguaes será feita com toda a regularidade, não podendo o carregador embarcar quantidade maior da que tiver pago o frete. Para isso effectuar-se-ha a contagem ou pesagem no acto da entrega.

Art. 67. A companhia não responderá pela má qualidade das capoeiras que não se prestarem á boa arrumação nos carros, correndo neste caso o risco por conta do carregador.

Art. 68. Os animaes não classificados serão taxados segundo as tabellas feitas para os animaes com os quaes tiverem mais analogia.

#### *Carros*

Art. 69. Os carros, carroças, carrinhos de mãos, vagões e locomotivas desmontados são carregados e descarregados por conta do expeditor. Para o embarque e desembarque se dará o tempo que fôr razoavel.

#### *Armazenagem. — Estadia*

Art. 70. As mercadorias e cargas transportadas pela ferro-via podem permanecer nos armazens e depositos livres de armazenagem ou estadia por 48 horas, contadas da chegada do trem, quando diversamente não disponham estas instrucções. Além desse prazo e até 90 dias ficam ellas sujeitas ás seguintes taxas de armazenagem ou estadia, applicadas a cada 10 kilogrammas:

10 réis por cada um dos 10 primeiros dias ;

20 réis por cada um dos 20 seguintes ;

60 réis por cada um dos 60 ultimos.

Passados os 90 dias, proceder-se-ha de conformidade com os arts. 63 e 65 do regulamento geral, qualquer que seja a natureza e classe dos generos depositados.

Os objectos de facil deterioração, não sendo de prompto reclamados, serão vendidos antes de se damnificarem, procedendo a companhia, depois de deduzir a importancia que lhe fôr devida, como nos artigos acima mencionados do regulamento geral.

Os prazos marcados neste artigo não se entendem para as materias inflammaveis ; estas ficam sujeitas ás disposições em outros artigos estabelecidas.

Art. 71. Na determinação dos prazos citados para armazenagens, estadias e cobranças destas, serão contados os dias

feriados, salvo o que se seguir á recepção sendo esta feita na vespéra.

Art. 72. As mercadorias, encommendas ou bagagens que forem deixadas nas estações sem despacho, ficarão sujeitas até ao dia immediato á respectiva armazenagem da classe a que pertencerem e ás regras prescriptas no art. 88.

Art. 73. Toda a carroça ou carro e os vagões e locomotivas não reclamados no prazo de 24 horas, depois da chegada do trem, pagarão 500 réis de estadia por cada dia excedente.

Art. 74. Para os generos que permanecerem fóra dos armazens por não carecerem de abrigo, e não havendo disposição em contrario nestas instrucções, nenhuma taxa se cobrará de armazenagem até 10 dias, e findos estes apenas a decima parte da taxa ordinaria até completo o prazo de 30 dias.

Art. 75. Na cobrança de armazenagem de mercadorias não são contados os dias de chegada, entrega ou despacho.

### *Recbimento*

Art. 76. Para o recebimento de bagagens, encommendas, frutas, aves e outros pequenos animaes em capoeiras e outros artigos semelhantes, os escriptorios em todas as estações estarão abertos uma hora antes da partida do primeiro trem, e fechar-se-hão 15 minutos antes da partida do ultimo trem.

Art. 77. Para o recebimento de mercadorias, cargas e animaes estarão os escriptorios abertos em todas as estações das 7 horas da manhã ás 5 da tarde, todos os dias uteis.

Art. 78. Nenhuma carga, para a qual se exija nota de expedição, poderá ser recebida pelos empregados da estrada, si não vier acompanhada dessa nota. Si o remettente não souber escrever, poderá a nota ser cheia pelo empregado da companhia.

Art. 79. Os volumes devem trazer marca ou endereço bem legivel, e além disso o nome da estação de destino, e estes acondicionados de modo a poderem resistir aos choques ordinarios inherentes ao transporte por ferro-vias.

Art. 80. Poderá ser recusado o recebimento de qualquer mercadoria pelos seguintes motivos:

§ 1.º Si a carga chegar fóra das horas marcadas para a respectiva recepção.

§ 2.º Si a mercadoria estiver tão mal acondicionada dentro dos envoltorios, que haja probabilidade de não chegar a seu destino sem perda ou avaria.

§ 3.º Si, exigindo a mercadoria envoltorio qualquer para resguardar de perda ou damno ou avaria, ou para evitar que danifique outras mercadorias, fór apresentada sem envoltorio.

§ 4.º Si no acto do recebimento a mercadoria apresentar indicios de já estar avariada.

A falta de acondicionamento, ou o mal feito delle poderá ser reparado pelo remettente no proprio recinto da estação, dando-se-lhe para isso um prazo de 24 horas, livres de armazenagem,

findo o qual, permanecendo a mercadoria na estação, ficará sujeita à taxa de armazenagem; em caso algum, porém, com responsabilidade da companhia.

Art. 81. Mesmo sem os requisitos de perfeito acondicionamento poderá a mercadoria ser expedida com declaração feita nas notas de expedição pelo empregado da estrada, de que segue sem responsabilidade da companhia, si com isso concordar o remetente ou seu preposto e desde que não haja inconveniente para as outras cargas que no mesmo vagão tenham de ser embarcadas.

Art. 82. As bagagens e encomendas se applicam todas as precedentes disposições relativas ao acondicionamento.

### *Entrega*

Art. 83. A entrega das bagagens, verduras, encomendas, frutas, aves e pequenos animais em capoeira começará, no mais tardar, 15 minutos depois da chegada do trem e terminará à hora de fechar-se a estação.

Art. 84. A entrega das mercadorias e de todas as mais cargas em geral começará às 7 horas da manhã e terminará às 5 horas da tarde, todos os dias úteis.

Art. 85. A entrega das mercadorias, pagando frete por vagão, será feita dentro do vagão.

Art. 86. O destinatario é obrigado a passar recibo das mercadorias, volumes, etc. em a nota de expedição.

Art. 87. O destinatario tem direito de, antes de passar recibo das mercadorias, examinar o estado externo dos volumes, só se permitindo o exame do conteúdo si o volume apresentar indícios de violação ou avaria.

Nos casos de violação ou avaria, o destinatario tem direito de recusar a mercadoria e, nesse caso, a companhia pagará o valor della do modo por que fôr determinado no art. 150.

Art. 88. Nos casos de demora de parte de uma expedição, o destinatario não tem direito, sob pretexto de não estar ella completa, de recusar-se a retirar a parte que houver chegado, salvo o caso em que a expedição fraccionada constituir um todo tal que a falta de uma das partes o deprecie ou inutilise.

Art. 89. O transporte em retorno de todo o objecto recusado pelo destinatario é sujeito a todas as taxas de frete, despacho e despesas accessorias.

Art. 90. Si, antes de feita a entrega da mercadoria ao destinatario, se verificar que o frete cobrado na estação de procedencia ou indicado para ser cobrado na de chegada, é inferior ao realmente devido, ou se deixou de cobrar ou indicar para se cobrar alguma taxa devida, a companhia pôde reter a mercadoria até que o remetente ou destinatario satisfaça o que fôr devido. Semelhantemente se restituirá ao remetente a importancia dos erros que para mais se commetterem no calculo do frete e taxas.

Art. 91. A mercadoria só será entregue *à vista* da nota de expedição em poder do destinatario; e si esta *allegar tel-a*

perdido ou a não houver recebido, deverá o remettente solicitar da estação de partida cópia authentica da outra via da nota ou do registro, que lhe será passada e pela qual pagará 100 réis de taxa. Só a vista desta cópia se fará entrega da mercadoria, contando-se em todo o caso todo o tempo de armazenagem, descontado unicamente o da demora que provier da companhia em passar a cópia pedida.

Art. 92. As bagagens e encomendas serão entregues a seus donos ou destinatarios à vista dos boletins de despacho. Si o passageiro ou destinatario allegar perda desse boletim, o agente da estação, depois de verificado si a bagagem ou encomenda pertence ao reclamante, fazendo este aduzir provas conclusivas, poderá entregal-a, si não houver reclamação em contrario e mediante recibo e testemunho de pessoa fidedigna, que conheça o individuo como o proprio, não ficando mais responsavel a companhia depois desta entrega.

*Boletins de bagagens, encomendas e notas de expedição*

Art. 93. Da bagagem ou encomenda despachada dar-se-ha ao apresentante um boletim, no qual se declarará a estação de partida e de destino, o numero e peso de volumes, o frete e um numero de ordem.

Art. 94. As mercadorias e todas as mais cargas serão apresentadas com as notas de expedição, assignadas pelo remettente ou seu preposto, nas quaes se mencionem o nome do remettente e do destinatario, marca e endereço dos volumes, sua quantidade, peso ou cubo, segundo o modo do despacho, o modo de acondicionamento, natureza do conteúdo, estação de partida e de destino.

Estas indicações servem de base para o calculo de frete e mais tarde regular a indemnização no caso de perda, falta ou avaria.

Art. 95. Por cada despacho (menos os de bagagens e encomendas que serão gratuitos) cobrará a companhia a taxa de 100 réis, na qual está comprehendido o valor de duas notas de expedição, que serão entregues ao remettente para enche-l-as.

Art. 96. Estas notas serão exactamente do tamanho do modelo que a companhia estabelecer, no caso do remettente não se utilizar das que ella põe à sua disposição.

Art. 97. Na estação de partida será a nota de expedição registrada em resumo no livro competente.

Art. 98. Cada nota constitue uma expedição e não póde conter senão o nome de um remettente e de um destinatario e uma só estação de destino.

Art. 99. Os valores não podem ser mencionados em uma mesma nota nem juntamente com outros objectos que não forem da mesma natureza; para elles se fará nota especial.

Art. 100. As notas de expedição não devem apresentar razuras, correções ou entrelinhas. As que estiverem nesse caso serão recusadas.

*Medição, calculo de frete e pagamento das taxas*

Art. 101. Quando as mercadorias forem de grande volume em relação ao peso, medir-se-ha também o volume, e, si este corresponder a mais de quatro decímetros cubicos por kilogramma, tomar-se-ha para peso do volume um numero de kilogrammas igual à quarta parte do de decímetros cubicos achados.

Art. 102. O peso da madeira em fôrros, peças esquadrejadas, falquejadas ou serradas será calculado na razão de 1.000 kilogrammas por metro cubico.

Art. 103. O frete dos caibros roliços, ripas, ripões, moirões e estacas para cerca, varas e lenha, calcula-se tomando-se para peso em kilogrammas o numero resultante da multiplicação das tres dimensões do feixe tomadas em decímetros e abrangendo as partes mais salientes do mesmo feixe.

Art. 104. As medidas dos volumes dos objectos despachados a volume, serão sempre as do parallelepipedo que os abranger completamente; donde resulta que para os objectos que não forem rectilineos e de secção rectangular constante, o volume que se tem de tomar para o calculo do frete é o da figura limitada por faces planas perpendiculares entre si abrangendo completamente o objecto.

Art. 105. O peso de tijolos, telhas, parallelepipedos e outros artigos semelhantes, a granel, calcula-se na proporção do peso de 10 dos de maiores dimensões da expedição.

Art. 106. O peso do carvão mineral, linhito, arêa, barro e outros artigos semelhantes, a granel, calcula-se na razão de 1.400 kilogrammas por metro cubico, e o de carvão de madeira na razão de 400 kilogrammas por metro cubico.

Art. 107. As medidas lineares serão tomadas em decímetros, toda a fracção de decimetro colar-se-ha por um decimetro.

Art. 108. O frete a cobrar pelos objectos transportados pela estrada é calculado pelo peso bruto do volume, seja qual fôr o seu conteúdo.

Art. 109. No calculo do frete e das taxas accessorias as fracções de 20 réis são arredondadas para 200 réis. Nenhum frete ou taxa cobrada será inferior a 200 réis; exceptua-se o frete de encomendas em assignaturas, a taxa de despacho, a do registro e a de seguro para as quaes diversamente se preceitua nestas instrucções.

As fracções de pesos são contadas por 10 kilogrammas e as de volume por 10 decímetros cubicos. Assim todo o peso comprehendido entre 0 e 10 kilogrammas, será contado como 10 kilogrammas, entre 10 e 20, por 20 kilogrammas, e assim por diante; semelhantemente todo o volume entre 0 e 10 decímetros cubicos será contado como 10 decímetros cubicos, entre 10 e 20 como 20 decímetros cubicos e assim seguidamente.

Art. 110. O frete é pago no acto do despacho ou de aluguel de carro ou trem, e as outras taxas na estação em que se verificar o serviço a que ellas correspondem.

As expedições, porém, de qualquer estação do interior para Maceió ou Jaraguá podem ser feitas com fretes pagos ou a pagar nestas. Si entretanto a mercadoria fôr sujeita a prompta deterioração ou de valor insignificante, deve o frete ser pago no acto do despacho. Essa faculdade se applica ao transporte de animaes, quando em quantidade que encher um vagão.

Art. 111. A importancia das passagens e do frete de bagagens, encomendas e animaes será paga no acto da emissão dos bilhetes ou do despacho.

Art. 112. Para carga e despacho das mercadorias, cujo carregamento houver de ser feito pela pessoa do remittente, não havendo disposição especial neste regulamento, se concederão 24 horas, lindas as quaes pagara o remittente uma taxa, por cada vagão e por dias até seis dias:

10\$ por cada um dos primeiros dous dias ;

15\$ por cada um dos seguintes dous dias ;

20\$ por cada um dos ultimos dous dias.

Passados os seis dias, considerar-se-ha o vagão como não inutilizado, pagando o remittente uma multa de 90\$, para o que fará deposito dessa quantia na agencia da estação no acto de se lhe entregar o vagão.

Art. 113. Quando se tratar de mercadorias, despachadas por vagão, e que depois de ser este posto à disposição do remittente elle quizer retirar a mercadoria, ficará mais sujeito a pagar uma indemnização de 10\$ por vagão, mesmo não tendo ainda principiado a carregal-o; já estando o vagão carregado, e entregue à companhia, só será isso permitido sendo possível e devendo então o remittente descarregal-o em seis horas.

### *Responsabilidade*

Art. 114. A companhia declina toda a responsabilidade por perda, falta ou avaria nos seguintes casos:

§ 1.º Quando provierem de casos fortuitos ou força maior.

§ 2.º Quando não tiverem sido verificadas á chegada da mercadoria e antes da sua aceitação ou retirada pelo destinatario.

§ 3.º Quando os envoltorios não apresentarem exteriormente indicios de violencia ou fractura.

§ 4.º Quando forem ultteriores á recusa do destinatario, do que se lavrará auto.

§ 5.º Quando a mercadoria fôr, por sua natureza especial, susceptivel de soffrer perda ou avaria total ou parcial, como combustão espontanea, effervescencia, evaporação, vasamento, ferrugem, putrefacção, etc.

§ 6.º Quando a mercadoria, por mau acondicionamento ou qualquer defeito observado pelos empregados do despacho, houver sido, não obstante, despachada a pedido do remittente, declarará o empregado em a nota de expedição: « segue sem responsabilidade da companhia. »

Art. 115. A companhia não responde pelos danos resultantes do perigo que o transporte, em ferro-via ou demora da viagem, acarreta para os animais vivos.

Art. 116. No caso de extravio e provada culpa dos empregados, a indemnização não poderá exceder a :

80\$ para animais de montaria ;

40\$ para bois, vacas, etc. ;

6\$ para bezerros e vitellas ;

4\$ para carneiros, cabras e porcos ;

2\$ para cães acorrentados ;

800 rs. para aves e pequenos animais encaixotados.

Art. 117. Quando a mercadoria fôr acompanhada por pessoa encarregada de vigia-la, a companhia não responde pelos danos resultantes do perigo que a vigilancia tenha por fim evitar.

Art. 118. A companhia não se responsabilisa pelo danno que da arrumação nos vagões e armazens, carregamento e descarga, possa resultar para a mobilia não encaixotada.

A mobilia desencapada, sómente encapada ou mesmo engradada, seguirá por conta e risco do remettente, respondendo a companhia unicamente pelo extravio.

Art. 119. A companhia não é responsavel pelo estado da mobilia encaixotada, louça, vidros, crystaes ou quaesquer objectos frageis encaixotados ou embarcados, desde que entregue os volumes sem signaes de terem sido violados ou de terem soffrido choque ou pressão que pudesse dammificar o conteúdo.

Art. 120. Quando o carregamento e descarga são feitos pelo remettente ou pelo destinatario, a companhia não responde pelos riscos ou perdas resultantes daquellas operações ou de suas consequências.

Art. 121. Quando a mercadoria fôr, por sua natureza, susceptivel de soffrer, por influencia atmospherica ou qualquer outra causa independente do serviço da ferro-via, quebra em peso ou medida, a companhia não responde pela differença em peso ou medida.

Art. 122. Quando o carregamento fôr feito pelo remettente, a companhia não responde pelo numero de volumes indicados nas notas de expedição.

Art. 123. A companhia não responde pelos riscos provenientes da natureza dos objectos contidos nos volumes de bagagem ou encomendas.

Art. 124. Salvas as prescripções dos artigos precedentes ou outras disposições expressas nestas instruções e no regulamento geral, a companhia se responsabilisa pelos objectos que lhe forem enviados para ser transportados ou ficarem depositados em seus armazens. Essa responsabilidade começa do momento do pagamento do frete e recepção do genero, e termina no acto da entrega do mesmo genero ao destinatario ou a seu correspondente ou preposto.

Art. 125. A responsabilidade da companhia pela bagagem commun que não tenha pago taxa *ad valorem* não se estende além de 10\$ a 50\$000.



*Disposições geraes*

Art. 126. A companhia pôde conceder carros especiaes para passageiros nos trens ordinarios, quando pedidos com antecedencia de 6 horas nas estações terminaes e 18 horas nas outras estações.

O frete desses carros será calculado pela tabella n. 1 applicada ao numero de passageiros que os occupar, não podendo, porém, esse frete ser menos da metade do correspondente à lotação completa do carro pedido. Si o carro fôr fretado por inteiro, far-se-ha um abatimento de 25 % no frete, correspondente à lotação completa.

Art. 127. O frete do carro especial deve ser pago no acto do pedido; e, si até à hora da partida do trem as pessoas para as quaes foi o carro fretado não houverem nelle tomado logar, perderá o concessionario todo o direito a qualquer restituição, podendo, além disso, a companhia dispôr do carro.

Igualmente a nenhuma restituição terá o concessionario direito, si só em parte se utilizar dos logares tomados.

§ 1.º O concessionario que antes da partida avisar ao agente da estação que dispensa o carro fretado, terá direito a reaver metade do frete pago.

§ 2.º Os passageiros, que de mais do que o numero declarado no pedido forem pelo concessionario admittidos no carro fretado, pagarão suas passagens como qualquer outro passageiro. A disposição deste artigo, quanto a pedidos e pagamento prévio do frete, se applica ao aluguel do carro para doentes e alienados.

Art. 128. A companhia pôde conceder trens especiaes de passageiros e cargas, quando pedidos com antecedencia de 18 horas na estação de Maceió, e 48 horas nas demais estações.

O frete mínimo de um trem especial é de 70\$ para ida sómente e 105\$ para ida e volta na distancia de 35 kilometros ou menos, sendo o frete pago no acto da concessão.

§ 1.º O preço de um trem especial de passageiros, com um carro de 1ª ou 2ª classe à vontade e um vagão fechado para a bagagem, além de 35 kilometros, será calculado à razão de 2\$ por kilometro; fazendo-se um abatimento de 25 % quando a viagem fôr de ida e volta.

§ 2.º O preço de um trem especial de passageiros em dous carros ou em um carro mixto de 1ª e 2ª classe e bagagem será calculado à razão de 3\$ por kilometro; fazendo-se um abatimento de 25 % quando a viagem fôr de ida e volta.

§ 3.º Si esses trens forem pedidos com maior numero de carros ou vagões para bagagens, o preço dos carros excedentes será calculado pela tabella n. 1, applicada à lotação correspondente desses carros, e dos vagões excedentes pela tabella n. 14.

§ 4.º Quando o trem fôr para transporte de cargas o fretador pagará 3\$ por kilometro e mais o frete das mercadorias transportadas calculado pelas tabellas respectivas; estes trens não devem constar de menos de seis vagões.

Art. 129. Os trens especiaes que, calculada a viagem á razão de 25 kilometros por hora ou por demora em caminho, quando isto não fór motivado pela estrada, não chegarem á estação de destino antes das 6 horas da tarde, ou que houverem de viajar, total ou parcialmente, entre as 6 horas da tarde e 6 horas da manhã do dia seguinte, custarão mais 20\$ por cada hora comprehendida entre as 6 horas da tarde e 6 da manhã.

Art. 130. Os trens especiaes de ida e volta poderão ter uma demora até 2 horas na estação terminal de ida; além desse prazo, ao frete do trem augmentar-se-ha 10\$ por cada hora de demora até mais 10 horas além daquellas duas.

Findo este segundo prazo a companhia disporá do trem, perdendo o concessionario todo o direito ao mesmo, salvo caso de ajuste prévio para maior demora e sob a mesma base de 10\$ por hora, convindo á companhia.

Paragrapho unico. Para os trens de cargas a administração accordará a demora sufficiente para o carregamento dos vagões, finda a qual começará o fretador a pagar 10\$ por cada hora que exceder, até perfazer 10 horas, além do prazo marcado ou concedido.

Art. 131. Os pedidos para trens especiaes serão feitos por escripto e assignados, indicando-se o numero de carros de cada especie, a estação de partida e de chegada, e o dia e hora da partida. As concessões desses trens serão também dadas por escripto e assignadas pelo agente da estação contendo as mesmas indicações, a hora da partida e a importancia do frete pago.

Art. 132. Conceder-se-hão gratuitamente 15 minutos de demora para a partida do trem da estação inicial, findos os quaes cobrar-se-hão 10\$ por cada meia hora que exceder.

Si depois de duas horas de espera não se apresentarem as pessoas para as quaes houver sido o trem fretado, considerar-se-ha este como rejeitado; o concessionario só terá direito a receber metade do frete pago.

Igual direito a receber metade do frete terá o concessionario si, até á hora marcada para a partida, mandar aviso dispensando o trem. Si o aviso fór feito seis ou mais horas antes da hora fixada para a partida, a restituição será no minimo de dous terços do frete pago.

Art. 133. Os trens especiaes não preferem á marcha do horario dos trens de tabella, e antes ficam dependentes do horario delles.

Art. 134. No frete total calculado pelas regras precedentes para os trens especiaes de passageiros, será licito á companhia conceder abatimento até 50 % para os trens de recreio quando constarem de cinco ou mais carros.

Art. 135. As passagens de Estado, fretes de mercadorias e objectos por conta dos Governos geral e provincial, serão regulados pela clausula 8ª do Decreto n. 6995 de 10 de Agosto de 1878, ficando no mais sujeitos ás mesmas condições que os transportes ordinarios.

Art. 136. As cargas, mercadorias, etc., que tiverem transporte

gratuito, ficam sujeitas ao pagamento das taxas de despacho, seguro, registro, carregamento e descarga, armazenagem ou estadia e a todas as despesas emfim, com exclusão unicamente do frete propriamente dito.

Art. 137. Si por affluencia de cargas a companhia precisar de qualquer vagão, que tenha vindo fretado com mercadorias, poderá mandar fazer a descarga por conta do consignatario, de accordo com os preços fixados nestas instrucções.

Art. 138. Todo o remettente que precisar de vagões deverá pedir-os com 24 horas de antecedencia ao chefe da estação, onde devam ser embarcadas as cargas ou animaes.

A companhia não se obriga sempre a satisfazer o pedido dentro do referido prazo; mas se esforçará em tornar menor possivel qualquer demora além desse prazo.

Paragapho unico. Os vagões pedidos para cargas fretadas por vagão, quando passadas as 24 horas concedidas para carregamento, e não forem utilizados pelo concessionario, poderão ser empregados pela companhia si delles precisar, sem embargo da estadia até então.

Art. 139. As mercadorias taxadas pela tabella n. 11, quando em quantidade superior a 20, as taxadas pela tabella n. 12, quando em quantidade superior a 10, e as taxadas pela tabella n. 13, quando em quantidade superior a 5, as remessas de objectos que exijam vagões grandes, as machinas de officinas e estabelecimentos industriaes, devem ser annunciadas no dia anterior ao do despacho. Estas mercadorias não serão recolhidas debaixo de coberta, mas ficam sujeitas, quanto á armazenagem, ás mesmas condições das outras.

Art. 140. As mercadorias e quaesquer objectos entregues á companhia serão conferidos na estação de partida e na de chegada, á medida que forem sendo recebidos, verificando-se as marcas, a quantidade e qualidade dos volumes, natureza da mercadoria, peso, frete pago ou a pagar e as despesas accessorias.

A pesagem dos volumes submittidos a despacho deve, em geral, ser feita pelo pessoal do remettente ou do consignatario, sob as vistas dos empregados da companhia.

Art. 141. Si, depois de feito o despacho de qualquer expedição e antes de embarcado, o remettente quizer alterar a consignação ou retirar o objecto, a companhia annullará o despacho feito, recolhendo os documentos já entregues ao remettente e restituindo a este o frete pago, menos a taxa de despacho. Si o objecto já estiver embarcado, só se poderá dar a alteração de consignação, a menos que da descarga não resulte embaraço para o serviço da companhia. Sendo permittida a descarga, será esta feita a expensas do remettente, o qual, além disso, deverá indemnizar a companhia da despesa feita com o carregamento. Em qualquer caso, para que o objecto siga viagem, torna-se preciso novo despacho e, portanto, pagamento de nova taxa de despacho.

Art. 142. A cobrança integral das taxas de despacho, seguro, registro, armazenagem, estadia e todas as mais despesas, menos o

frete propriamente dito, terá logar para as mercadorias e quaesquer objectos que tiverem transporte com abatimento, em virtude deste regulamento ou de qualquer contrato ou concessão, na qual se ache estabelecida a clausula de abatimento de frete.

Art. 143. O involucro dos objectos, mercadorias, etc. entra no calculo do volume e do peso para pagamento dos fretes e mais taxas e despesas.

Art. 144. Os volumes, encerrando substancias venenosas, perigosas, explosivas ou inflammaveis, devem trazer no exterior indicação do seu conteúdo e estar bem acondicionados, a juizo da companhia.

Art. 145. Em casos muito especiaes de legitimo impedimento do remettente ou destinatario, quando se provar não poderem elles encarregar a outrem de fazer as suas vezes, poderá a companhia conceder abatimento até de 50 % sobre a taxa de armazenagem ou estadia.

Art. 146. As pessoas que estragarem os carros, estações ouapparelhos da estrada serão responsaveis pelo damno causado; e si fór este intencional, proceder-se-ha judicialmente contra o delinquente.

Art. 147. Os objectos não designados nas tarifas e pautas e para os quaes não haja disposição especial neste regulamento, ficam sujeitos á tarifa correspondente aos previstos que com elles tiverem mais analogia.

Art. 148. A companhia não se obriga a transportar objectos de um peso superior a 1.000 kilogrammas, ou que exijam a conservação de um ou mais vagões sobre a linha principal, nas estações onde não houver linha de desvio.

Art. 149. Será licito á companhia estabelecer temporariamente, de accôrdo com o Engenheiro fiscal do Governo, estações de parada para passageiros ou cargas, cobrando as respectivas passagens ou fretes para ou da estação que immediatamente seguir ou anteceder á parada, e sempre segundo o movimento do trem.

Art. 150. Em caso de perda ou damno de um ou mais volumes de bagagem, o passageiro tem direito de reclamar da companhia a somma correspondente ao peso dos objectos perdidos, na razão de 5\$ por 10 kilogrammas. Si a indemnização tiver logar por damno ou avaria e na razão da somma fixada no presente artigo, a bagagem ficará pertencendo á companhia.

Esta disposição não se entende com os objectos preciosos, cujos valores forem declarados, ou com os volumes cujo conteúdo fór conhecido, os quaes serão pagos, aquelles pelos respectivos valores e estes por arbitramento feito de accôrdo com as leis em vigor.

Art. 151. Os vehiculos transportados não podem conter bagagem ou quaesquer outros objectos além dos que lhe pertencerem.

Art. 152. As mercadorias que não puderem ser misturadas com outras, sem que as damnifiquem, só serão transportadas pelo frete de um vagão (5.000 kilogrammas).

Art. 153. Nas estações intermedias as mercadorias só serão recebidas para ser transportadas nos trens que alli pararem. Os dias e horas das passagens dos trens são afixados nas ditas estações.

Art. 154. A companhia tem o direito de abrir os volumes todas as vezes que suspeitar que se faz uma falsa declaração do seu conteúdo. Em taes casos cobrar-se-ha o frete duplo dos objectos não manifestados; si porém esses objectos forem dos comprehendidos na tarifa 9, o expedidor fica sujeito à multa de 200\$. No caso de verificar-se dolo por parte do expedidor, deve-se applicar-lhe as penas do art. 118 do Regulamento geral de 26 de Abril de 1857.

Art. 155. Quando as mercadorias forem recusadas pelo destinatario, ou quando este fôr desconhecido, os artigos sujeitos a se deteriorarem podem ser vendidos no fim de oito dias por conta e risco de quem pertencer, para pagamento das despesas a que estiverem sujeitos, recolhendo-se qualquer excedente ao cofre publico.

Art. 156. Si a remessa de bagagem ou de mercadorias se compuzer de varios volumes, o frete poderá ser cobrado sobre o peso total.

Esta concessão só terá logar si os volumes se acharem reunidos debaixo do nome de um só destinatario.

Art. 157. Toda a reclamação tendo por objecto uma taxa indevidamente percebida, perda ou avaria, deve ser immediatamente dirigida ao chefe da estação.

Da decisão do dito chefe poderá o reclamante dentro do prazo de tres dias appellar para a companhia, findo o qual não poderá ser attendido.

Art. 158. As malas do Correio e seus conductores serão transportados gratuitamente e bem assim os dinheiros do Thesouro Nacional ou Provincial, por conta e risco dos Governos.

Art. 159. A companhia poderá deter os volumes pertencentes às expedições que por falsas declarações estiverem sujeitas às multas impostas por estas instrucções.

Si no prazo de 15 dias não forem pagas as multas devidas, a companhia procederá à venda dos objectos detidos de conformidade com o final do art. 70. Si o producto da venda não fôr sufficiente para o pagamento das referidas multas a companhia cobrará o restante executivamente.

Art. 160. O mel só poderá ser transportado em vagões tanques quando em porção maior de quatro pipas. Em quantidade inferior deverá vir convenientemente acondicionado. Calcula-se o peso na razão de 1,100 kilogrammas por pipa.

Art. 161. Os casos de embargos ou penhora em mercadorias ou outros objectos depositados ou entregues à companhia, para serem transportados e ainda não entregues a seus destinatarios, serão regulados pelas disposições do Decreto n. 841 de 13 de Outubro de 1851, no que estas forem applicaveis.

Art. 162. Os objectos embargados ou penhorados não podem ser retirados das estações e depositos da companhia sem que

esta seja indemnizada do que lhe fôr devido por frete, armazenagem e todas as mais despesas.

Art. 163. Quando o embargo ou penhora recahir em generos de facil deterioração, nocivos ou perigosos, não poderão esses generos ficar depositados nas estações.

### *Telegrapho*

Art. 164. Os telegrammas serão aceitos em todas as estações da estrada de ferro, tanto nos dias uteis como santificados e feriados.

Art. 165. Os telegrammas dividem-se nas seguintes classes que representam a ordem da transmissão:

- 1.<sup>a</sup> Telegramma urgente em serviço da estrada ;
- 2.<sup>a</sup> Telegramma urgente em serviço do Governo ;
- 3.<sup>a</sup> Telegramma ordinario particular ;
- 4.<sup>a</sup> Telegramma em serviço da companhia.

Art. 166. Os telegrammas devem :

§ 1.<sup>o</sup> Ser escriptos pelo proprio expeditor, com tinta preta e de modo que possam ser lidos facilmente letra por letra.

§ 2.<sup>o</sup> Não conter abreviaturas, razuras, palavras emendadas ou inutilizadas.

§ 3.<sup>o</sup> Indicar o nome da estação do destino e o nome e residencia do destinatario.

Art. 167. E' prohibida a aceitação de qualquer telegramma contrario ás leis, prejudicial à segurança publica ou offensivo à moral e aos bons costumes ou prejudicial à segurança e interesses da companhia. As estações telegraphicas não exercerão censura sobre os telegrammas officiaes.

Art. 168. Só ao Governo ou à companhia é permittido o uso de cifras secretas.

Art. 169. Os telegrammas de mais de cem palavras podem ser recusados, ou retardados para ser transmittidos outros mais breves, embora apresentados posteriormente.

Art. 170. Muitos telegrammas de um mesmo expeditor, para o mesmo ou diversos destinatarios, só podem ser aceitos, quando não houver outros telegrammas a transmittir.

Art. 171. A apresentação de telegramma é certificada por um boletim entregue ao expeditor, e que deverá ser exhibido em caso de reclamação.

Art. 172. Nos casos ordinarios a transmissão dos telegrammas será feita na ordem de sua apresentação na estação, respeitadas as precedencias fixadas no artigo.

Art. 173. A companhia aceitará despachos para se transmittirem cópias por outras linhas.

Art. 174. Os despachos urgentes para segurança dos trens têm preferencia sobre qualquer outro.

Art. 175. O telegramma antes de começar a ser transmittido, póde ser retirado, restituindo-se ao communicante a taxa com desconto de 10 %.. Principiada a transmissão póde ella ser inter-

rompida a pedido do communicante e retirado o telegramma, nesse caso, porém, sem direito à restituição da taxa.

Art. 176. Os telegrammas serão entregues ao destinatario na estação do destino ou na casa do destinatario, quando esta não distar mais de um kilometro da estação de destino; e mediante pagamento de 500 réis por cada kilometro, a companhia se encarregará de fazer chegar o telegramma, com possível brevidade, à casa do destinatario, quando esta ficar além de um kilometro da estação do destino; e não se responsabilisa por mais de cinco kilometros. No caso de não ser encontrada com facilidade a pessoa a quem são dirigidos, ficarão os telegrammas guardados na estação de destino, sem que haja direito de exigir-se da companhia restituição da taxa, ou destas e das despesas, quando o destinatario resida a mais de um kilometro. Para as distancias além de cinco kilometros da estação de destino, serão os telegrammas enviados pelo Correio, para o que pagará o communicante a taxa de 100 réis.

Art. 177. O segredo dos telegrammas é inviolavel. As unicas pessoas que podem tomar conhecimento delles ou requerer cópia são o próprio que os assignou e aquelles a quem são dirigidos. A nota de reservado, portanto, collocada no telegramma entende-se com o destinatario.

Art. 178. Na contagem de palavras observar-se-hão as seguintes regras:

§ 1.º Tudo que o communicante escrever entra na contagem das palavras.

§ 2.º Conta-se como uma qualquer palavra que não tenha mais de 10 letras; o excedente é contado como outras tantas palavras, quantos forem os grupos de 10 letras ou fracção de 10 letras.

§ 3.º Todas as palavras compostas, escriptas de modo que formem uma só, como tal será contada de conformidade com o disposto no paragrapho precedente. Si, porém, forem escriptas separadamente as partes de que ella se compõe, ou mesmo reunidos por traço de união, serão contadas como outras tantas palavras.

§ 4.º Todo o character alphabetico ou numerico isolado, toda a palavra ou particula, seguida de apostrophe, será contado como uma palavra.

§ 5.º Os numeros em algarismos contam-se como tantas palavras quantas forem as séries seguidas de cinco algarismos que contiverem, mais uma palavra pelo excedente.

§ 6.º Os numeros por extenso serão contados pelo numero de palavras realmente empregadas no despacho para exprimi-l-os.

§ 7.º As virgulas, pontos e traços de divisão ou união serão contados como outros tantos algarismos.

§ 8.º Os signaes de accentuação não são contados.

Art. 179. Entram na contagem das palavras:

§ 1.º A direcção, a assignatura, as indicações a respeito do modo de remessa do telegramma ao destinatario além de um

kilometro da estação, e o reconhecimento da assignatura quando revestida dessa formalidade.

§ 2.º Os pedidos de repetição para a conferencia, essa repetição e as palavras « resposta paga ».

§ 3.º Os nomes proprios de pessoas, cidades, praças, ruas, etc., os titulos, sobrenomes, particulas e qualificações, se contam como tantas palavras quantas forem necessarias para exprimi-las.

Art. 180. Não serão taxados quaesquer signaes ou palavras accrescentadas pela estação remettendo no interesse do serviço telegraphico. Igualmente não serão taxados a data, hora de apresentação do telegramma, e logar de procedencia, senão quando o communicante o inscrever na minuta e exigir a transmissão.

Art. 181. A taxa é de 1\$ por telegramma até 20 palavras entre duas estações quaesquer, seja qual for a distancia, addicionando-se 500 réis por dezena ou fracção de dezena de palavras; todas as taxas são pagas sem distincção na estação de partida no acto de ser apresentado o telegramma.

Art. 182. Pagam taxa dupla os telegrammas :

§ 1.º Em lingua estrangeira.

§ 2.º Os que hajam de ser repetidos a pedido do communicante.

§ 3.º Os telegrammas urgentes.

Art. 183. A companhia tem o direito de fazer abatimento de 20 % nas taxas quando estas excederem a 100\$, ás redacções dos jornaes, casas commerciaes e empresas que fizerem despesa mensal, si estas entrarem em accôrdo com ella antes dos despachos dos telegrammas.

Art. 184. O mesmo telegramma dirigido pelo mesmo communicante a mais de um destinatario pagará, além da taxa da tarifa para um destinatario, mais metade da mesma taxa por cada um dos outros destinatarios.

Art. 185. O mesmo telegramma dirigido a mais de uma estação pagará a taxa correspondente a cada uma destas.

Art. 186. O communicante pôde pagar de antemão a resposta do telegramma que apresentar, fixando o numero de palavras. Neste caso a minuta do telegramma deve ter a declaração « resposta paga para... palavras », antes da assignatura do communicante. Si a resposta tiver menor numero de palavras do que o designado no telegramma não se fará restituição alguma. Si a resposta contiver maior numero de palavras, o excessos será considerado como um novo telegramma, que deverá ser pago pela pessoa que apresentar.

Art. 187. A resposta para ser transmittida deve ser apresentada dentro das 48 horas que se seguirem á entrega do telegramma primitivo ao destinatario. Passado esse prazo ficará sujeito ao pagamento da taxa. Não se restituirá ao communicante o que houver pago para a resposta, si esta deixar de ser apresentada ou for passado aquelle prazo.

Art. 188. O telegramma pôde ficar na estação de destino até que o destinatario o procure. Para execução das disposições indicadas neste artigo e no art. 177, deverá o communicante fazer as



respectivas declarações na minuta do telegramma do modo seguinte: «pela estrada, pelo Correio, na estação.» Na falta de taes declarações será o telegramma expedido pelo Correio.

Art. 189. Na ausencia do destinatario o telegramma será entregue em sua casa a pessoa de sua familia, empregado, criado, hospede, salvo si o communicante designar na minuta pessoa especial.

Art. 190. O destinatario ou quem por elle receber o telegramma deve assignar o recibo.

Art. 191. Os telegrammas que tiverem de ser procurados na estação de destino serão entregues só ao proprio destinatario ou a pessoa por elle competentemente autorizada.

Art. 192. O pedido para que o telegramma expedido não seja enviado ou entregue ao destinatario, só pôde ser feito pelo proprio communicante, e por novo telegramma, sujeito á taxa que será restituída si o pedido não chegar a tempo de ser satisfeito.

Art. 193. O communicante tem direito á restitução da taxa que houver pago nos seguintes casos:

§ 1.º Quando o telegramma não chegar ao seu destino por qualquer causa devida ao serviço do telegrapho.

§ 2.º Quando o telegramma enviado ao destinatario estiver alterado a ponto de não satisfazer ao fim a que era destinado.

Art. 194. Os telegrammas em lingua estrangeira devem ser escriptos com caracteres romanos.

Art. 195. O communicante pôde pedir que a estação do destino lhe dê aviso de ter recebido o telegramma transmittido. Por um aviso simples pagará elle 10 % da taxa de um telegramma simples.

Art. 196. A companhia não se responsabilisa pelos damnos resultantes da perda, alteração ou retardamento dos despachos.

Palacio do Rio de Janeiro em 10 de Abril de 1886.— *Antonio da Silva Prado.*

CLASSIFICAÇÃO DAS MERCADORIAS EM ORDEM  
ALPHABETICA

**A**

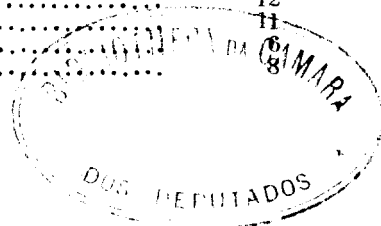
|                                     | Tabellas |
|-------------------------------------|----------|
| Abacate.....                        | 3        |
| Abacaxis.....                       | 3        |
| Abanos de pennas ou ventarolas..... | 8        |
| Abanos de palha.....                | 7        |
| Abelhas.....                        | 3        |
| Aboboras.....                       | 5        |
| Açafates e semelhantes.....         | 8        |
| Açafrão.....                        | 8        |
| Acidos mineraes.....                | 7        |
| Aço.....                            | 7        |
| Acordeões.....                      | 8        |
| Aduelas.....                        | 6        |
| Agua.....                           | 5        |
| Agua de Cologne.....                | 8        |
| Aguas medicinaes.....               | 8        |
| Agua-raz.....                       | 7        |
| Aguardente do paiz.....             | 4        |
| Agulhas.....                        | 7        |
| Aipim.....                          | 5        |
| Alabastro em bruto.....             | 7        |
| Alabastro em obras.....             | 8        |
| Alavancas de ferro ou aço.....      | 7        |
| Alcool.....                         | 7        |
| Alcool do paiz.....                 | 4        |
| Alambiques e pentences.....         | 6        |
| Alcatifas.....                      | 6        |
| Alcatrão, pixe, etc.....            | 5        |
| Aletria.....                        | 3        |
| Alface.....                         | 6        |
| Alfafa.....                         | 7        |
| Alfazema.....                       | 7        |
| Alfinetes.....                      | 4        |
| Algodão.....                        | 4        |
| Algodão em rama.....                | 5        |
| Alhos.....                          | 8        |
| Almofadas.....                      | 7        |
| Almofarizes.....                    | 7        |
| Alpiste.....                        | 7        |
| Alvaiade.....                       | 7        |
| Amendoas da Europa.....             | 7        |
| Amendoas do paiz.....               | 4        |
| Amendoim.....                       | 4        |
| Ananazes.....                       | 3        |

## Tabellas

|                                                      |    |
|------------------------------------------------------|----|
| Ancoras.....                                         | 7  |
| Ancoretas vazias.....                                | 7  |
| Angico, resina, gomma ou follas.....                 | 4  |
| Aniagem.....                                         | 4  |
| Anil.....                                            | 7  |
| Animaes pequenos (presos).....                       | 10 |
| Animaes empalhados ou embalsamados.....              | 8  |
| Animaes ferozes (frete convencional).....            | 7  |
| Anzoes.....                                          | 3  |
| Apparelhos de mesa, de prata, etc.....               | 8  |
| Apparelhos de mesa, de porcelana, louça e vidro..... | 8  |
| Apparadores.....                                     | 6  |
| Arados e instrumentos uteis á lavoura.....           | 7  |
| Arame.....                                           | 8  |
| Arandellas.....                                      | 3  |
| Araras.....                                          | 5  |
| Araruta.....                                         | 7  |
| Archotes.....                                        | 6  |
| Arco de ferro ou madeira.....                        | 7  |
| Arções para sellins.....                             | 13 |
| Arlosias.....                                        | 13 |
| Aréa.....                                            | 13 |
| Argila.....                                          | 7  |
| Argolas.....                                         | 7  |
| Armações para chapéo de sol.....                     | 8  |
| Armações para igreja.....                            | 8  |
| Armações para lojas.....                             | 7  |
| Armaniento.....                                      | 8  |
| Armarios.....                                        | 4  |
| Armarios ordinarios e sem vidros.....                | 7  |
| Arreios.....                                         | 5  |
| Arroz.....                                           | 8  |
| Artigos de desenho e escriptorio.....                | 4  |
| Artigos de folha de Flandres não classificados.....  | 8  |
| Artigos de luxo não classificados.....               | 8  |
| Arvores e arbustos vivos.....                        | 13 |
| Asphalto.....                                        | 4  |
| Assucar.....                                         | 8  |
| Assucareiros de prata, 2 % <i>ad valorem</i> .....   | 8  |
| Assucareiros de metal, louça ou vidro.....           | 4  |
| Assucareiros de folha de Flandres.....               | 10 |
| Aves.....                                            | 3  |
| Aves engaioladas.....                                | 8  |
| Aves empalhadas.....                                 | 7  |
| Azarcão.....                                         | 8  |
| Azeite doce.....                                     | 4  |
| Azeite de mamona, peixe e outros não classificados.. | 8  |
| Azeitonas.....                                       | 7  |
| Azulejos.....                                        |    |

## B

|                                                       | Tabellas |
|-------------------------------------------------------|----------|
| Bacallan.....                                         | 5        |
| Bacamartes.....                                       | 7        |
| Bacias de estanho.....                                | 7        |
| Bacias de porcelana ou vidro.....                     | 8        |
| Bacias de ferro estanhado, Flandres ou barro do paiz. | 4        |
| Bacias de prata, 2 % <i>ad valorem</i> .....          | 8        |
| Baetas.....                                           | 7        |
| Bagagem pelo trem de passageiros.....                 | 3        |
| Bagagem pelos trens de carga.....                     | 7        |
| Bahús vazios.....                                     | 7        |
| Balaños.....                                          | 8        |
| Balanças.....                                         | 7        |
| Balas de chumbo ou de ferro.....                      | 7        |
| Baldes.....                                           | 7        |
| Balões (taxa convencional).....                       |          |
| Bambinellas.....                                      | 7        |
| Bambús.....                                           | 14       |
| Bananas.....                                          | 5        |
| Bancas.....                                           | 8        |
| Bancos.....                                           | 8        |
| Bandeiras de estopa.....                              | 6        |
| Bandeiras de porta.....                               | 8        |
| Bandejas de prata, 2 % <i>ad valorem</i> .....        | 8        |
| Bandejas diversas.....                                | 7        |
| Banguês e liteiras.....                               | 15       |
| Banha para cabelo.....                                | 7        |
| Banha de porco.....                                   | 5        |
| Banheiros.....                                        | 7        |
| Barbante.....                                         | 7        |
| Barbatanas de baleia.....                             | 7        |
| Barracas desarmadas.....                              | 7        |
| Barricas e barris vazios.....                         | 7        |
| Barriguda.....                                        | 7        |
| Barro.....                                            | 13       |
| Barrotes.....                                         | 13       |
| Batatas alimenticias.....                             | 5        |
| Baumilha.....                                         | 7        |
| Bayonetas.....                                        | 7        |
| Bebidas espiirituosas não classificadas.....          | 7        |
| Beijús.....                                           | 5        |
| Bengalas.....                                         | 8        |
| Benjoim.....                                          | 7        |
| Berços.....                                           | 8        |
| Bestas.....                                           | 12       |
| Bezerros.....                                         | 11       |
| Bigornas.....                                         | 8        |
| Bilhares ou bagatellas.....                           |          |



## Tabellas

|                                                          |    |
|----------------------------------------------------------|----|
| Bilros .....                                             | 7  |
| Biscoutos .....                                          | 5  |
| Bitumo .....                                             | 13 |
| Boiões vazios .....                                      | 7  |
| Bois .....                                               | 12 |
| Bolacha .....                                            | 5  |
| Bolsas de viagem vazias .....                            | 7  |
| Bolas de bilhar ou bagatellas .....                      | 7  |
| Bolos de qualquer qualidade .....                        | 8  |
| Bombas .....                                             | 8  |
| Bonecos .....                                            | 8  |
| Bonets .....                                             | 7  |
| Borra de azeite, vinho, gaz ou vinagre .....             | 7  |
| Borracha .....                                           | 7  |
| Botijas vazias .....                                     | 4  |
| Botinas .....                                            | 7  |
| Botões de ouro, prata, etc., 2 % <i>ad valorem</i> ..... | 8  |
| Botões diversos .....                                    | 7  |
| Breu .....                                               | 6  |
| Bridas .....                                             | 7  |
| Brinquedos .....                                         | 8  |
| Brochas para pintar ou caiar .....                       | 7  |
| Bronze em objectos de arte .....                         | 8  |
| Bronze em bruto .....                                    | 6  |
| Bules de prata, 2 % <i>ad valorem</i> .....              | 8  |
| Bules de louça ou metal fino .....                       | 8  |
| Bules de folha de Flandres .....                         | 7  |
| Burtas de ferro ou madeira .....                         | 7  |
| Bustos .....                                             | 8  |

## C

|                                              |    |
|----------------------------------------------|----|
| Cabeçadas .....                              | 7  |
| Cabeções para animaes .....                  | 7  |
| Cabello .....                                | 8  |
| Cabides envernizados .....                   | 8  |
| Cabides de ferro ou madeira ordinarios ..... | 7  |
| Cabos .....                                  | 7  |
| Cabos de arame .....                         | 11 |
| Cabos de ferramentas, vassouras, etc .....   | 14 |
| Cabriolets .....                             | 15 |
| Cabritos .....                               | 6  |
| Caça .....                                   | 3  |
| Cacau e chocolate .....                      | 4  |
| Cachimbo .....                               | 7  |
| Cadaveres .....                              | 13 |
| Cadeados .....                               | 7  |
| Cadeiras ou tamboretas .....                 | 7  |
| Cadernaes .....                              | 6  |

## Tabellas

|                                                                |          |
|----------------------------------------------------------------|----------|
| Café em grão.....                                              | 4        |
| Café moído.....                                                | 5        |
| Cafeteiras de prata, 2 % <i>ad valorem</i> .....               | 8        |
| Cafeteiras de louça ou metal fino.....                         | 8        |
| Cafeteiras de folha de Flandres.....                           | 8        |
| Caibros.....                                                   | 14       |
| Caixas de rapé, de ouro, prata, etc., 2 % <i>ad valorem</i> .. | 8        |
| Caixas de rapé, de tartaruga e outras de louça.....            | 8        |
| Caixas de rapé ordinarias.....                                 | 7        |
| Caixas de guerra.....                                          | 8        |
| Caixas vazias de madeira, folha ou papelão.....                | 7        |
| Caixões funebres.....                                          | 7        |
| Caixões vazios.....                                            | 7        |
| Caixilhos com vidros.....                                      | 8        |
| Caixilhos sem vidros.....                                      | 6        |
| Cajús.....                                                     | 3        |
| Cal.....                                                       | 13       |
| Calçado.....                                                   | 7        |
| Caldeiras e seus pertences.....                                | 6        |
| Camas envernizadas.....                                        | 7        |
| Camas de ferro ou madeira ordinarias.....                      | 7        |
| Camas de lona.....                                             | 4        |
| Camarões.....                                                  | 3        |
| Camphora.....                                                  | 7        |
| Campainhas.....                                                | 7        |
| Canna da India.....                                            | 7        |
| Canna de assucar.....                                          | 5        |
| Candieiros.....                                                | 7        |
| Canivetes.....                                                 | 7        |
| Canella.....                                                   | 7        |
| Canetas de ouro ou prata, 2 % <i>ad valorem</i> .....          | 8        |
| Canetas de madreperola, marfim, etc.....                       | 8        |
| Canetas ordinarias.....                                        | 7        |
| Cangalhas.....                                                 | 6        |
| Canoas, em um ou dous vagões.....                              | 13 ou 14 |
| Canos de cobre, chumbo, ferro ou zinco.....                    | 6        |
| Canos de barro.....                                            | 13       |
| Capachos.....                                                  | 7        |
| Capoeiras vazias.....                                          | 6        |
| Capotes.....                                                   | 7        |
| Capim.....                                                     | 13       |
| Carangueijos e semelhantes.....                                | 3        |
| Carnaúba.....                                                  | 7        |
| Carne salgada secca.....                                       | 5        |
| Carne fresca.....                                              | 3 ou 5   |
| Carneiros.....                                                 | 11       |
| Caroços de algodão.....                                        | 4        |
| Carrinhos de mão.....                                          | 6        |
| Carros e vagões para estradas de ferro rebocados..             | 16       |
| Carros e vagões desmontados.....                               | 6        |

## Tabellas

|                                                       |    |
|-------------------------------------------------------|----|
| Carros, carroças e carrinhos de mão.....              | 15 |
| Carros de quatro rodas, mais 50 %.                    |    |
| Cartas para jogar.....                                | 7  |
| Carteiras.....                                        | 7  |
| Carvão.....                                           | 13 |
| Cascas de arvores para cortume.....                   | 13 |
| Cascas de côco.....                                   | 4  |
| Cassarolas.....                                       | 7  |
| Cassuás vazios.....                                   | 8  |
| Castanhas.....                                        | 7  |
| Castiçoes de prata, etc., 2 % <i>ad valorem</i> ..... | 8  |
| Castiçoes de metal, madeira ou vidro, etc.....        | 7  |
| Cavallos.....                                         | 12 |
| Cebolas e cebolinhas.....                             | 5  |
| Centeio.....                                          | 5  |
| Cêra em bruto.....                                    | 4  |
| Cêra em obras.....                                    | 8  |
| Cerveja.....                                          | 7  |
| Cerveja nacional.....                                 | 4  |
| Cestos de junco, etc.....                             | 8  |
| Cevada.....                                           | 5  |
| Chá.....                                              | 4  |
| Chales.....                                           | 7  |
| Chaleiras ordinarias.....                             | 7  |
| Chaleiras de prata 2 % <i>ad valorem</i> .....        | 8  |
| Champagne.....                                        | 8  |
| Chapas de ferro, zinco, etc., para cobrir casas.....  | 6  |
| Chapas de fogão.....                                  | 6  |
| Chapéos.....                                          | 8  |
| Chapéos de sol.....                                   | 7  |
| Chapelaria, artigos não classificados.....            | 7  |
| Chapeleiras vazias.....                               | 8  |
| Charutos.....                                         | 7  |
| Chicaras.....                                         | 8  |
| Chifres em bruto.....                                 | 4  |
| Chifres em obras.....                                 | 8  |
| Chocolate.....                                        | 4  |
| Chouricos.....                                        | 7  |
| Chumbo em bruto.....                                  | 6  |
| Chumbo de munición ou obras não classificadas.....    | 7  |
| Cigarros.....                                         | 7  |
| Cigarros nacionaes.....                               | 4  |
| Cilhas.....                                           | 7  |
| Cilhões.....                                          | 7  |
| Cimento.....                                          | 13 |
| Coatis.....                                           | 10 |
| Cobertores.....                                       | 7  |
| Cobre velho ou em bruto ou em folha.....              | 6  |
| Cobre em obras não classificadas.....                 | 7  |
| Côcos para tirar agua.....                            | 7  |

|                                                            | Tabellas |
|------------------------------------------------------------|----------|
| Cochonilha.....                                            | 7        |
| Cochlos.....                                               | 10       |
| Cofres de ferro ou madeira.....                            | 7        |
| Cognac.....                                                | 8        |
| Coke.....                                                  | 13       |
| Colchas.....                                               | 7        |
| Colchêtes.....                                             | 7        |
| Colchões e pertences.....                                  | 8        |
| Coldres.....                                               | 7        |
| Colheres de ouro, prata, etc., 2 % <i>ad valorem</i> ..... | 8        |
| Colheres de metal.....                                     | 7        |
| Colheres de madeira do paiz.....                           | 4        |
| Colla.....                                                 | 7        |
| Columnas de ferro fundido.....                             | 13 ou 14 |
| Cominhos.....                                              | 7        |
| Confeitos.....                                             | 7        |
| Conservas nacionaes em latas.....                          | 4        |
| Conservas estrangeiras.....                                | 7        |
| Consolos.....                                              | 8        |
| Copos de ouro, prata, etc. 2 % <i>ad valorem</i> .....     | 8        |
| Copos de vidro.....                                        | 7        |
| Copos de folha, madeira ou barro.....                      | 4        |
| Cordas de embira, piassava e outras do paiz.....           | 4        |
| Cordas de instrumentos.....                                | 7        |
| Cordas diversas.....                                       | 6        |
| Correame para tropa.....                                   | 7        |
| Correntes de ferro ou metal.....                           | 7        |
| Cortica.....                                               | 8        |
| Couçoeiras.....                                            | 13       |
| Couros frescos, seccoos ou salgados.....                   | 4        |
| Couros trabalhados.....                                    | 7        |
| Couves.....                                                | 5        |
| Coxins.....                                                | 7        |
| Cravo da India.....                                        | 7        |
| Cré.....                                                   | 7        |
| Creosoto.....                                              | 7        |
| Crina.....                                                 | 4        |
| Crinolina.....                                             | 7        |
| Crystaes.....                                              | 8        |
| Cubas para distillações, engenhos, etc.....                | 6        |
| Cubos, pinas e raios para rodas.....                       | 4        |
| Cuias.....                                                 | 7        |
| Cutelaria, artigos não classificados.....                  | 7        |
| Cutias.....                                                | 10       |
| Cylindros de ferro ou metal.....                           | 6        |

## D

|                                                          |   |
|----------------------------------------------------------|---|
| Dados.....                                               | 7 |
| Dedaes de ouro, prata, etc., 2 % <i>ad valorem</i> ..... | 8 |



## Tabellas

|                                                             |    |
|-------------------------------------------------------------|----|
| Dedaes ordinarios.....                                      | 7  |
| Diamantes e mais pedras preciosas, 2 % <i>ad valorem</i> .. | 8  |
| Dinheiro, 2 % <i>ad valorem</i> .....                       | 8  |
| Dobradiças.....                                             | 6  |
| Doces estrangeiros.....                                     | 7  |
| Doces do paiz.....                                          | 4  |
| Dormentes de madeira ou ferro.....                          | 13 |
| Dominós.....                                                | 7  |
| Dragonas.....                                               | 8  |
| Drogas.....                                                 | 7  |

## E

|                                                          |          |
|----------------------------------------------------------|----------|
| Eixos.....                                               | 6        |
| Elasticos.....                                           | 7        |
| Embira.....                                              | 4        |
| Encerrados.....                                          | 7        |
| Envadas.....                                             | 6        |
| Encomendas.....                                          | 3        |
| Enxergões.....                                           | 8        |
| Enxofre.....                                             | 7        |
| Equipamento militar não classificado.....                | 7        |
| Ervilhas em latas.....                                   | 7        |
| Ervilhas do paiz.....                                    | 5        |
| Escadas de mão.....                                      | 6        |
| Eskaleres em um ou dous vagões.....                      | 13 ou 14 |
| Escarradeiras.....                                       | 7        |
| Escovas.....                                             | 7        |
| Escrivaninhas de prata ou ouro, 2 % <i>ad valorem</i> .. | 8        |
| Escrivaninhas ordinarias.....                            | 7        |
| Espadas.....                                             | 7        |
| Espanadores.....                                         | 7        |
| Espartilhos.....                                         | 7        |
| Especiarias não classificadas.....                       | 7        |
| Espelhos.....                                            | 8        |
| Espermaceite.....                                        | 7        |
| Espetos de ferro para cozinha.....                       | 7        |
| Espingardas.....                                         | 7        |
| Espiritos não classificados, importados.....             | 7        |
| Espoletas.....                                           | 8        |
| Esonjas.....                                             | 8        |
| Esporas de buro ou prata, 2 % <i>ad valorem</i> .....    | 8        |
| Esporas de metal; etc.....                               | 7        |
| Espumadeiras.....                                        | 6        |
| Esquifes.....                                            | 8        |
| Essencias não classificadas.....                         | 8        |
| Estacas.....                                             | 13       |
| Estampas.....                                            | 7        |
| Estanho em bruto.....                                    | 6        |

## Tabellas

|                                               |    |
|-----------------------------------------------|----|
| Estanho em obra.....                          | 7  |
| Estantes.....                                 | 8  |
| Estatuas.....                                 | 8  |
| Esteiras da India.....                        | 7  |
| Esteiras do paiz.....                         | 4  |
| Estojes cirurgicos e mathematicos.....        | 8  |
| Estopa.....                                   | 7  |
| Estopim.....                                  | 9  |
| Estribo de prata, 2 % <i>ad valorem</i> ..... | 8  |
| Estribo de metal.....                         | 7  |
| Estrume.....                                  | 15 |
| Extractos.....                                | 8  |

## F

|                                                                                                            |    |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Facas.....                                                                                                 | 7  |
| Facões.....                                                                                                | 7  |
| Farolo.....                                                                                                | 6  |
| Farinha de araruta, mandioca, milho, trigo, etc.....                                                       | 5  |
| Favas.....                                                                                                 | 5  |
| Faxinas.....                                                                                               | 13 |
| Fazendas diversas, não classificadas.....                                                                  | 7  |
| Fechaduras.....                                                                                            | 7  |
| Feijão.....                                                                                                | 5  |
| Feltro.....                                                                                                | 6  |
| Feno.....                                                                                                  | 6  |
| Ferro.....                                                                                                 | 13 |
| Ferragens ordinarias, não classificadas.....                                                               | 6  |
| Ferraduras.....                                                                                            | 6  |
| Ferramentas de carapinas, carpinteiros, ferreiros,<br>marceneiros, torneiros, etc., não classificadas..... | 6  |
| Ferrolhos.....                                                                                             | 7  |
| Ferro bruto para fundição.....                                                                             | 13 |
| Ferro forjado não classificado.....                                                                        | 6  |
| Ferros de engommar, enrespar, frisar, etc.....                                                             | 7  |
| Ferro velho.....                                                                                           | 13 |
| Fibras vegetaes para cordoaria.....                                                                        | 4  |
| Figos seccos.....                                                                                          | 7  |
| Figos frescos.....                                                                                         | 3  |
| Fios.....                                                                                                  | 7  |
| Fitas.....                                                                                                 | 7  |
| Flores artificiaes.....                                                                                    | 8  |
| Flores naturaes.....                                                                                       | 3  |
| Flor de canna e outras para enchimento.....                                                                | 8  |
| Fogareiros.....                                                                                            | 7  |
| Fogos artificiaes.....                                                                                     | 9  |
| Fogões de ferro.....                                                                                       | 7  |
| Folhas medicinaes.....                                                                                     | 7  |
| Folhas de cobre, chumbo, estanho, etc.....                                                                 | 6  |

|                                  | Tabellas |
|----------------------------------|----------|
| Folles.....                      | 7        |
| Forjas portateis.....            | 7        |
| Fôrmas para assucar.....         | 7        |
| Fôrmas diversas.....             | 7        |
| Fornalhas e fornos de ferro..... | 6        |
| Fornalhas para engenho.....      | 6        |
| Fouces.....                      | 6        |
| Frangos.....                     | 10       |
| Frascos.....                     | 8        |
| Freios.....                      | 7        |
| Frigideiras.....                 | 7        |
| Frutas confeitadas.....          | 7        |
| Frutas secceas.....              | 3 ou 5   |
| Frutas frescas.....              | 3        |
| Fubá.....                        | 5        |
| Fumos do paiz.....               | 4        |
| Fumos estrangeiros.....          | 7        |

## G

|                                                      |    |
|------------------------------------------------------|----|
| Gaiolas.....                                         | 8  |
| Gaiolas com passarinhos.....                         | 3  |
| Galliteiras.....                                     | 7  |
| Gallinhas.....                                       | 10 |
| Gamellas.....                                        | 4  |
| Gansos.....                                          | 10 |
| Garfos e facas de prata, 2 % <i>ad valorem</i> ..... | 8  |
| Garfos e facas de metal e outros.....                | 7  |
| Garrafas de crystal ou vidros finos.....             | 8  |
| Garrafas ordinarias.....                             | 7  |
| Garraões vazios.....                                 | 8  |
| Gatos engaiolados (animal).....                      | 10 |
| Gato de ferro.....                                   | 6  |
| Gaz liquido.....                                     | 7  |
| Gelatina.....                                        | 7  |
| Geléas.....                                          | 7  |
| Gelo.....                                            | 3  |
| Genebra.....                                         | 8  |
| Gengibre.....                                        | 7  |
| Geremuns.....                                        | 3  |
| Gererés.....                                         | 8  |
| Gesso.....                                           | 7  |
| Gigos e cascos vazios.....                           | 8  |
| Giz.....                                             | 7  |
| Globos de vidro ou louça.....                        | 8  |
| Globos geographicos.....                             | 8  |
| Goiabada.....                                        | 4  |
| Gomma arabica e outras não classificadas.....        | 7  |
| Gomma de mandioca e outras do paiz.....              | 4  |

|                          | Tabellas |
|--------------------------|----------|
| Grades para lavoura..... | 7        |
| Granadas.....            | 7        |
| Granadeiras.....         | 7        |
| Graxa animal.....        | 6        |
| Graxa para calçado.....  | 7        |
| Grelhas de ferro.....    | 7        |
| Guano.....               | 13       |
| Guarda-roupa.....        | 8        |
| Guarda-chuva.....        | 7        |
| Guarda-comida.....       | 8        |
| Guarana.....             | 7        |
| Guindastos.....          | 6        |
| Guitarras.....           | 8        |

**H**

|                                                   |        |
|---------------------------------------------------|--------|
| Harpas.....                                       | 8      |
| Herva doce.....                                   | 7      |
| Herva matte.....                                  | 4      |
| Hervas medicinaes e outras não classificadas..... | 7      |
| Hortalicas em conserva.....                       | 7      |
| Hortalicas frescas.....                           | 3 ou 5 |

**I**

|                                                                                      |   |
|--------------------------------------------------------------------------------------|---|
| Imagens.....                                                                         | 8 |
| Impressos.....                                                                       | 7 |
| Incenso.....                                                                         | 7 |
| Inhames e outras raizes semelhantes.....                                             | 4 |
| Instrumentos de cirurgia, engenharia, medicina,<br>musica, optica e semelhantes..... | 8 |
| Instrumentos uteis á lavoura.....                                                    | 6 |

**J**

|                                                    |    |
|----------------------------------------------------|----|
| Jacás vazios.....                                  | 6  |
| Jardineiras.....                                   | 7  |
| Jarras de prata, etc., 2 % <i>ad valorem</i> ..... | 8  |
| Jarras e jarros de porcelana ou louça fina.....    | 8  |
| Jarras e jarros ordinarios.....                    | 7  |
| Jogos de damas, dominós, gamão, xadrez e outros... | 7  |
| Jóias, 2 % <i>ad valorem</i> .....                 | 8  |
| Junco da India.....                                | 4  |
| Junco do paiz.....                                 | 6  |
| Jumentos.....                                      | 12 |

## K

|                     | Tabellas |
|---------------------|----------|
| Kagados.....        | 10       |
| Kaleidoscopios..... | 8        |
| Kerosene.....       | 7        |
| Kirsch.....         | 7        |

## L

|                                               |        |
|-----------------------------------------------|--------|
| Lã em bruto.....                              | 4      |
| Lã em obras não classificadas.....            | 7      |
| Laere.....                                    | 7      |
| Ladrilho, azulejo ou marmore, louça, etc..... | 7      |
| Lages em bruto.....                           | 13     |
| Lages preparadas.....                         | 6      |
| Lambazes.....                                 | 7      |
| Lamparinas.....                               | 7      |
| Lampeões e lanternas.....                     | 8      |
| Lapis.....                                    | 7      |
| Laranjas.....                                 | 3      |
| Latão em obras não classificadas.....         | 7      |
| Latão velho ou bruto.....                     | 6      |
| Lavatorios.....                               | 8      |
| Legumes em conserva.....                      | 7      |
| Legumes frescos.....                          | 5      |
| Lebre.....                                    | 10     |
| Leite em conserva.....                        | 7      |
| Leite fresco.....                             | 3 ou 5 |
| Leitões.....                                  | 10     |
| Lenha.....                                    | 13     |
| Lentilhas.....                                | 7      |
| Leques.....                                   | 8      |
| Licores.....                                  | 7      |
| Limalha de ferro, latão, etc.....             | 6      |
| Limas de aço.....                             | 6      |
| Limas (fruta).....                            | 3      |
| Limões.....                                   | 3      |
| Linguas salgadas ou seccas.....               | 5      |
| Linguas frescas.....                          | 3 ou 5 |
| Linguiças.....                                | 5      |
| Linha para costura.....                       | 7      |
| Linhaça.....                                  | 7      |
| Liteiras ou bangnês.....                      | 15     |
| Litros (medida).....                          | 7      |
| Livros.....                                   | 7      |
| Lixa.....                                     | 6      |
| Locomotivas rebocadas.....                    | 17     |
| Locomotivas desmontadas.....                  | 6      |
| Lombo de porco salgado.....                   | 5      |

## Tabo llas

|                                     |   |
|-------------------------------------|---|
| Lona.....                           | 7 |
| Lóros.....                          | 7 |
| Louças finas.....                   | 8 |
| Louças ordinarias.....              | 7 |
| Lousa preparada.....                | 6 |
| Lousa para escrever.....            | 6 |
| Luneta.....                         | 8 |
| Lustres com vidros ou crystaes..... | 8 |
| Lustres sem vidros.....             | 8 |
| Luvás.....                          | 7 |

## M

|                                                           |    |
|-----------------------------------------------------------|----|
| Macacos (animal).....                                     | 10 |
| Macacos de ferro.....                                     | 6  |
| Macarrão e outras massas alimenticias.....                | 5  |
| Machados.....                                             | 6  |
| Machinas de copiar cartas.....                            | 7  |
| Machinas de costuras.....                                 | 8  |
| Machinas photographicas.....                              | 8  |
| Machinas de fazer farinha.....                            | 6  |
| Machinas de descarregar algodão.....                      | 6  |
| Machinas de fazer tijolos.....                            | 6  |
| Machinas diversas não classificadas.....                  | 7  |
| Madeira em bruto, lavrada ou serrada.....                 | 13 |
| Madeira curta até 4 metros de comprimento.....            | 13 |
| Madeira para tinturaria.....                              | 7  |
| Madreperola.....                                          | 8  |
| Maizena.....                                              | 7  |
| Malas de viagem vazias.....                               | 8  |
| Malhos para ferreiros.....                                | 6  |
| Mamona.....                                               | 4  |
| Mangas (fruta).....                                       | 3  |
| Mangas de vidro.....                                      | 8  |
| Maniva e manivola.....                                    | 5  |
| Mandioca.....                                             | 5  |
| Manteiga.....                                             | 5  |
| Manteigueiras de prata, etc., 2 % <i>ad valorem</i> ..... | 8  |
| Manteigueiras de metal, louça, vidro, etc.....            | 7  |
| Mappas e manuscritos.....                                 | 8  |
| Mariscos.....                                             | 3  |
| Martim.....                                               | 7  |
| Marmore em bruto.....                                     | 6  |
| Marmore trabalhado.....                                   | 7  |
| Marquezas.....                                            | 8  |
| Marroquim.....                                            | 7  |
| Marrecos.....                                             | 10 |
| Martellos.....                                            | 6  |
| Mascaras.....                                             | 8  |

## Tabellas

|                                         |   |
|-----------------------------------------|---|
| Mate.....                               | 7 |
| Maxixes.....                            | 3 |
| Medicamentos não classificados.....     | 7 |
| Medidas diversas não classificadas..... | 7 |
| Mel de abelha.....                      | 7 |
| Mel de assucar.....                     | 4 |
| Mel de fumo.....                        | 4 |
| Melancias .....                         | 3 |
| Melões .....                            | 3 |
| Mesas envernizadas.....                 | 8 |
| Mesas ordinarias.....                   | 4 |
| Milho .....                             | 5 |
| Mochos envernizados.....                | 8 |
| Mochos ordinarios.....                  | 4 |
| Mobilia não classificada.....           | 8 |
| Mobilia ordinaria ou em mau estado..... | 4 |
| Modelos.....                            | 7 |
| Moendas para engenhos e pertences.....  | 6 |
| Moinhos para café, pimenta, etc.....    | 7 |
| Moinhos para lavoura.....               | 6 |
| Moitões e cadernaes.....                | 6 |
| Molas .....                             | 6 |
| Molduras .....                          | 8 |
| Moringues de barro.....                 | 6 |
| Mós.....                                | 6 |
| Munzuãs.....                            | 8 |
| Musicas .....                           | 7 |

## N

|                                                      |   |
|------------------------------------------------------|---|
| Naphita ou naphthalina em latas ou encaixotadas..... | 9 |
| Navalhas.....                                        | 7 |
| Nitratos.....                                        | 7 |
| Nozes.....                                           | 7 |

## O

|                                                         |   |
|---------------------------------------------------------|---|
| Objectos preciosos de arte, 2 % <i>ad valorem</i> ..... | 8 |
| Objectos de luxo não classificados.....                 | 8 |
| Objectos de grande responsabilidade.....                | 8 |
| Objectos manufacturados, não classificados.....         | 7 |
| Objectos de marcenaria e carpintaria desmontados...     | 7 |
| Obreias.....                                            | 7 |
| Oleados.....                                            | 7 |
| Oleo de qualquer qualidade não classificado.....        | 7 |
| Oratorios.....                                          | 8 |
| Orgãos.....                                             | 8 |
| Ornamentos para igreja.....                             | 8 |

|                                                           | Tabellas |
|-----------------------------------------------------------|----------|
| Ossos.....                                                | 13       |
| Ostras em conserva.....                                   | 7        |
| Ostras frescas.....                                       | 3 ou 5   |
| Ouro em bruto ou em obras, etc., 2 % <i>ad valorem</i> .. | 8        |
| Ovas frescas.....                                         | 3 ou 5   |
| Ovas secas ou salgadas.....                               | 5        |
| Ovos.....                                                 | 5        |

## P

|                                                                       |        |
|-----------------------------------------------------------------------|--------|
| Pacas engaioladas.....                                                | 10     |
| Padiolas.....                                                         | 8      |
| Paños.....                                                            | 7      |
| Painço.....                                                           | 7      |
| Palas para bonets, etc.....                                           | 7      |
| Palanques.....                                                        | 8      |
| Palhas de coqueiro ou palmeira.....                                   | 4      |
| Palhas do Chile e outras de valor semelhante para chapéus.....        | 7      |
| Palhas de trigo, de canna e outras.....                               | 13     |
| Paliteiros de ouro ou prata, etc., 2 % <i>ad valorem</i> ..           | 8      |
| Paliteiros diversos.....                                              | 7      |
| Palitos.....                                                          | 7      |
| Panetus.....                                                          | 4      |
| Pandeiros.....                                                        | 8      |
| Panellas.....                                                         | 7      |
| Panno do paiz, de qualquer qualidade, não classificado.               | 7      |
| Pão.....                                                              | 5      |
| Papel de qualquer qualidade, não classificado.....                    | 7      |
| Papelão.....                                                          | 7      |
| Parafusos.....                                                        | 5      |
| Paramentos ecclesiasticos.....                                        | 8      |
| Pás.....                                                              | 6      |
| Passas.....                                                           | 7      |
| Passaros empalhados.....                                              | 8      |
| Passaros vivos.....                                                   | 3      |
| Pastas de papel ou papelão.....                                       | 7      |
| Patos.....                                                            | 10     |
| Patronas.....                                                         | 7      |
| Paus para tinturarias.....                                            | 7      |
| Pavios.....                                                           | 7      |
| Pavões.....                                                           | 10     |
| Peanhas.....                                                          | 7      |
| Pedras de afiar ou de amolar.....                                     | 6      |
| Pedras calcareas de cantaria e outras para edificação e esculpto..... | 13     |
| Pedras de filtrar.....                                                | 7      |
| Pedras lithographicas e de porcelana, para escrever..                 | 8      |
| Peixe fresco.....                                                     | 3 ou 5 |



|                                                         | Tabellas |
|---------------------------------------------------------|----------|
| Peixe salgado ou secco.....                             | 3 ou 5   |
| Peltes em bruto.....                                    | 5        |
| Peltes preparadas.....                                  | 7        |
| Pendulas para relógios.....                             | 7        |
| Peneiras de arame, tela metálica.....                   | 7        |
| Peneiras de cabelo ou seda.....                         | 7        |
| Peneiras de palha do paiz.....                          | 4        |
| Pennas para escrever.....                               | 7        |
| Pennas de ouro, 2 % <i>ad valorem</i> .....             | 8        |
| Pennas de emma ou pavão.....                            | 3        |
| Pennas para enlhecimento.....                           | 7        |
| Pentes ordinarios.....                                  | 7        |
| Pentes de tartaruga, madreperola, marfim, etc.....      | 8        |
| Perfurnaria.....                                        | 8        |
| Perolas, 2 % <i>ad valorem</i> .....                    | 8        |
| Perús.....                                              | 10       |
| Pesos para balanças.....                                | 6        |
| Petrechos bellicos ou de caça.....                      | 7        |
| Petroleo.....                                           | 7        |
| Pez.....                                                | 6        |
| Phosphoros.....                                         | 9        |
| Phosphoros de segurança.....                            | 7        |
| Photographias.....                                      | 3        |
| Pianos.....                                             | 8        |
| Piassava.....                                           | 4        |
| Picaretas.....                                          | 6        |
| Pimenta.....                                            | 7        |
| Pinceis.....                                            | 4        |
| Pipas vazias.....                                       | 7        |
| Pistolas.....                                           | 7        |
| Pixe.....                                               | 7        |
| Plantas medicinaes.....                                 | 7        |
| Platina em bruto ou em obras, 2 % <i>ad valorem</i> ..  | 8        |
| Plumas.....                                             | 3        |
| Poltronas.....                                          | 8        |
| Polvora.....                                            | 9        |
| Polvorinhos.....                                        | 7        |
| Pomadas para cabellos.....                              | 8        |
| Pombos engatolados.....                                 | 10       |
| Porcelana.....                                          | 8        |
| Porcos.....                                             | 11       |
| Porcos da India.....                                    | 10       |
| Portas, portões, portadas e janellas finas.....         | 8        |
| Portas ordinarias.....                                  | 6        |
| Porteiras de madeira ou ferro.....                      | 6        |
| Potassa e perlaca.....                                  | 7        |
| Potes de barro do paiz.....                             | 4        |
| Potes diversos.....                                     | 7        |
| Pranchões.....                                          | 13 ou 14 |
| Prata em bruto ou em obras, 2 % <i>ad valorem</i> ..... | 8        |

## Tabellas

|                                                      |   |
|------------------------------------------------------|---|
| Prata ingloza em obras, 2 % <i>ad valorem</i> .....  | 8 |
| Prateleiras envernizadas.....                        | 8 |
| Prateleiras ordinarias.....                          | 4 |
| Pratos de prata, etc., 2 % <i>ad valorem</i> .....   | 8 |
| Pratos de louça ou vidro.....                        | 8 |
| Pratos de madeira, folha, estanho, etc.....          | 4 |
| Pregos.....                                          | 6 |
| Prolos.....                                          | 7 |
| Prensas para algodão e outras não classificadas..... | 6 |
| Presuntos.....                                       | 7 |
| Productos chimicos e preparações pharmaceuticas...   | 7 |
| Punhaes.....                                         | 7 |

## Q

|                           |   |
|---------------------------|---|
| Quadros.....              | 8 |
| Queijos estrangeiros..... | 7 |
| Queijos do paiz.....      | 5 |
| Quiabos.....              | 3 |
| Quinquilharia.....        | 7 |

## R

|                                                        |    |
|--------------------------------------------------------|----|
| Rabecas e rabecões.....                                | 8  |
| Raios, pinas e cubos para rodas.....                   | 4  |
| Raizes alimenticias.....                               | 5  |
| Rapaduras.....                                         | 5  |
| Rapé.....                                              | 7  |
| Raposas.....                                           | 11 |
| Raspa de pontas de veado.....                          | 7  |
| Ratociras.....                                         | 7  |
| Realejos.....                                          | 8  |
| Redes.....                                             | 7  |
| Redomas de vidro.....                                  | 8  |
| Reguas.....                                            | 7  |
| Relogios.....                                          | 8  |
| Relogios de ouro ou prata, 2 % <i>ad valorem</i> ..... | 8  |
| Rendas.....                                            | 7  |
| Repolhos.....                                          | 3  |
| Reposteiros.....                                       | 7  |
| Resinas não classificadas.....                         | 7  |
| Retortas.....                                          | 7  |
| Retortas para gaz.....                                 | 13 |
| Retratos.....                                          | 8  |

|                                     | Taboallas |
|-------------------------------------|-----------|
| Retretes.....                       | 6         |
| Ripas.....                          | 16        |
| Rodas para carros ou carruáxos..... | 6         |
| Rodas e roletes para máquinas.....  | 6         |
| Rolhas.....                         | 8         |
| Roupas.....                         | 7         |

**S**

|                                                 |    |
|-------------------------------------------------|----|
| Subão.....                                      | 7  |
| Subão nacional.....                             | 4  |
| Sabonetes.....                                  | 7  |
| Saca-rolhas.....                                | 7  |
| Saccos de algodón e outros do paiz.....         | 4  |
| Sagú.....                                       | 5  |
| Salumes.....                                    | 7  |
| Sal ordinario.....                              | 5  |
| Sal refinado.....                               | 7  |
| Salitre.....                                    | 7  |
| Sanguessugas.....                               | 7  |
| Sapotis.....                                    | 3  |
| Sapatos.....                                    | 4  |
| Sapé.....                                       | 13 |
| Sebo.....                                       | 4  |
| Sedas.....                                      | 7  |
| Sellins e pertencas.....                        | 7  |
| Sementes.....                                   | 7  |
| Serpentinas de vidro, crystal, bronze, etc..... | 8  |
| Serpentinas para alambique.....                 | 6  |
| Sinos.....                                      | 7  |
| Sipó.....                                       | 13 |
| Soda.....                                       | 7  |
| Sofás.....                                      | 8  |
| Sola.....                                       | 4  |
| Sovellas e instrumentos de sapateiro.....       | 7  |
| Sunderes para sellins.....                      | 7  |
| Suspensorios.....                               | 7  |

**T**

|                                            |         |
|--------------------------------------------|---------|
| Tabaco estrangeiro.....                    | 7       |
| Tabaco nacional.....                       | 4       |
| Taboado.....                               | 5 ou 12 |
| Taboleiros envernizados e com vidraça..... | 8       |
| Taboleiros ordinarios.....                 | 4       |
| Taboletas.....                             | 8       |
| Taboas de gamão.....                       | 7       |
| Tachos.....                                | 6       |

## Tabellas

|                                                   |    |
|---------------------------------------------------|----|
| Tacos para bilhar ou bagatella.....               | 8  |
| Talhas de bauro para agua.....                    | 7  |
| Tamancos.....                                     | 4  |
| Tambores de musica.....                           | 8  |
| Tambores para engenhos.....                       | 6  |
| Tamboretes de luxo.....                           | 8  |
| Tamboretes ordinarios.....                        | 4  |
| Tanques para engenhos.....                        | 6  |
| Tapetes.....                                      | 7  |
| Tapioca.....                                      | 5  |
| Tartarugas.....                                   | 10 |
| Tartaruga em obras não classificadas.....         | 8  |
| Tatús.....                                        | 10 |
| Tecidos.....                                      | 7  |
| Tela metallica.....                               | 8  |
| Telhas de barro.....                              | 13 |
| Telhas de vidro.....                              | 7  |
| Tesouras.....                                     | 7  |
| Tijelas.....                                      | 7  |
| Tijolos de marmore ou louça.....                  | 7  |
| Tijolos de barro.....                             | 13 |
| Tijolos de limpar facas.....                      | 7  |
| Tinas vazias.....                                 | 6  |
| Tintas de qualquer qualidade.....                 | 7  |
| Tinteiros de vidro, louça, etc.....               | 8  |
| Tinteiros de osso, chifre ou metal ordinario..... | 7  |
| Tinteiros de prata, 2 % <i>ad valorem</i> .....   | 8  |
| Toreidas.....                                     | 7  |
| Torneiras.....                                    | 7  |
| Toucaadores.....                                  | 8  |
| Toucaadores para senhoras.....                    | 8  |
| Toucinho.....                                     | 5  |
| Transparentes para janellas.....                  | 7  |
| Trapos.....                                       | 13 |
| Trens de cozinha.....                             | 7  |
| Tubos ou canos.....                               | 6  |
| Tucanos.....                                      | 3  |
| Tumulos.....                                      | 8  |
| Turfa.....                                        | 13 |
| Trilhos, agulhas e seus accessorios.....          | 6  |
| Typos.....                                        | 7  |

## U

|                   |   |
|-------------------|---|
| Unguentos.....    | 7 |
| Unhas.....        | 4 |
| Urnas.....        | 8 |
| Uvas secas.....   | 7 |
| Uvas frescas..... | 8 |



**V**

|                                        | Tabellas |
|----------------------------------------|----------|
| Varas.....                             | 14       |
| Varandas de ferro.....                 | 7        |
| Vassouras.....                         | 7        |
| Velas.....                             | 7        |
| Velas nacionaes.....                   | 4        |
| Velludo.....                           | 7        |
| Venezianas.....                        | 8        |
| Verduras.....                          | 3 ou 5   |
| Verniz.....                            | 7        |
| Vidros ordinarios.....                 | 7        |
| Vidros de grande responsabilidade..... | 8        |
| Vigas.....                             | 14       |
| Vinagre.....                           | 7        |
| Vinho.....                             | 7        |
| Vitellas.....                          | 11       |
| Vitriolo.....                          | 9        |

**X**

|                          |   |
|--------------------------|---|
| Xaropes.....             | 7 |
| Xergas para animaes..... | 7 |

**Z**

|                              |   |
|------------------------------|---|
| Zabumbas.....                | 8 |
| Zarcão.....                  | 7 |
| Zinco em bruto ou folha..... | 6 |
| Zinco em obras.....          | 7 |

**Estrada de ferro das Alagôas**

$$\text{Formula } C + T \times d^{0.8}$$

## TARIFAS DIFFERENCIAES

| Numero das tabellas | Especificação                                                                                                                                                                                                                                                                                            | Valor de C | Valor de T |
|---------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|------------|
| 1                   | Passagens de 1ª classe simples e de ida e volta, inclusive a taxa de transporte.                                                                                                                                                                                                                         |            |            |
| 2                   | Passagens de 2ª classe simples e de ida e volta, inclusive a taxa de transporte.                                                                                                                                                                                                                         |            |            |
| 3                   | Encomendas e bagagens excedentes à permittida gratis. O peixe fresco, ostras, caça, verdura e frutas, gelo, carne fresca, pão, leite e ovos, terá um abatimento de 50 %/o. Tonelada.....                                                                                                                 | 500        | 1\$100     |
| 4                   | Generos destinados principalmente à exportação, como assucar, algodão, fumo, café, couros seccos e outros semelhantes, comprehendendo tambem os generos fabricados no paiz, como tecidos grosseiros, de algodão e outros não classificados nas outras tabellas ; por tonelada.....                       | 500        | 450        |
| 5                   | Generos alimenticios de primeira necessidade, como farinha, arroz, milho, legumes e raizes alimenticias ; por tonelada.....                                                                                                                                                                              | 500        | 210        |
| 6                   | Cobre, chumbo, ferro não trabalhado, trilhios para estrada de ferro, tubos de ferro e outros metaes, ferragens em geral destinadas a construcção, e bem assim utensilios para a agricultura; sal, couros salgados e os generos da tabella n. 13, em quantidade menor de uma tonelada ; por tonelada..... | 500        | 330        |
| 7                   | Generos principalmente de importação, como sejam, louça, tanto em gigos como em caixões e os vidros ordinarios, petroleo, agua-raz e outros espiritos, si forem de importação e não estiverem classificados nas outras tabellas ; por tonelada.....                                                      | 500        | 670        |

| Numero<br>das tabellas | Especificação                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | Valor de C | Valor de T |
|------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|------------|
| 8                      | Objectos de grande volume e pouco peso, como mobílias, caixões com chapéus e outros semelhantes, quer sejam de importação ou exportação, e os objectos frageis e de grande responsabilidade, como sejam, pianos, espelhos, vidros, e todos os mais classificados nesta tabella ; por tonelada.                                                                                                                                                   | 500        | 1\$400     |
| 9                      | Polvora e outras substancias inflammaveis ou explosivas, como phosphoros, vitriolo, fogos artificiaes, etc. ; por tonelada....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | 500        | 1\$800     |
| 10                     | Perús, gansos, gallinhas, patos e aves semelhantes e animaes pequenos, um 200 réis ; mais de um 100 réis cada um de qualquer estação para qualquer estação.                                                                                                                                                                                                                                                                                      |            |            |
| 11                     | Bezerros, carneiros, cabras, porcos, cães amordaçados e outros quadrupedes semelhantes, por cabeça. ....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |            | 20         |
| 12                     | Bois, vacas, touros, cavallo, bestas e jumentos, por cabeça.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |            | 110        |
| 13                     | Madeiras serradas, lavradas ou brutas, não comprehendidas nas outras tabellas, carvão vegetal ou mineral, telhas, tijolos, tubos de barro, betumes, pedras de construção e pedras de madeira, pequenas, menores de 4 <sup>m</sup> ,5 de comprimento, como vigas, moirões, e achas de lenha. (O capim, estrumes e outras substancias uteis à lavoura e de valor insignificante, em relação ao volume, terá um abatimento de 50 %.) Por carro..... | 500        | 400        |
| 14                     | Caibros, vigas e varas até 9 <sup>m</sup> ,0 de comprimento, por dous carros unidos.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | 500        | 600        |
| 15                     | Carro ou carroça de qualquer especie, cada uma (mais 50 % para as de quatro rodas).....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | 500        | 200        |
| 16                     | Carros de estrada de ferro rebocados ; cada um.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | 500        | 250        |
| 17                     | Locomotivas ou tenders rebocados ; cada um.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | 500        | 1\$800     |
|                        | Quadro das distancias kilometricas.....                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |            |            |





TABELLA N. 2

PREÇO DAS PASSAGENS DE 2ª CLASSE INCLUSIVE A TAXA DE TRANSPORTE

|              | Ida  | Ida e volta | Ida  | Ida e volta | Ida  | Ida e volta | Ida  | Ida e volta | Ida   | Ida e volta | Ida   | Ida e volta | Ida   | Ida e volta | Ida   | Ida e volta | Ida   | Ida e volta | Ida   | Ida e volta |
|--------------|------|-------------|------|-------------|------|-------------|------|-------------|-------|-------------|-------|-------------|-------|-------------|-------|-------------|-------|-------------|-------|-------------|
| Jaraguá...   | 5200 | 5400        | 5200 | 5400        | 5200 | 5400        | 5500 | 5800        | 45100 | 45700       | 25200 | 25800       | 25500 | 35300       | 25800 | 45000       | 35300 | 45700       | 35900 | 55500       |
| Macció       |      |             | 5200 | 5400        | 5200 | 5400        | 5500 | 5800        | 45100 | 45700       | 25300 | 25800       | 25200 | 35300       | 25700 | 35800       | 35100 | 45400       | 35300 | 55300       |
| Mercado      |      |             |      |             | 5200 | 5400        | 5500 | 5800        | 45100 | 45700       | 25300 | 25800       | 25200 | 35300       | 25700 | 35800       | 35100 | 45400       | 35600 | 55300       |
| Bobedouro    |      |             |      |             |      | 5200        | 5400 | 5500        | 5800  | 45100       | 45700 | 25200       | 25000 | 25800       | 25300 | 35600       | 25800 | 45200       | 35300 | 45000       |
| Fernão Vetho |      |             |      |             |      |             | 5200 | 5400        | 5500  | 5700        | 45000 | 25000       | 45700 | 25500       | 25200 | 35100       | 25600 | 35000       | 35100 | 45400       |
| Utinga       |      |             |      |             |      |             |      |             | 5500  | 5700        | 45000 | 25000       | 45700 | 25500       | 25200 | 35100       | 25600 | 35000       | 35100 | 45400       |
| Dem Jardim   |      |             |      |             |      |             |      |             |       |             | 5800  | 15400       | 45100 | 45700       | 45600 | 25200       | 25000 | 35100       | 25800 | 35900       |
| Itamiracã    |      |             |      |             |      |             |      |             |       |             |       |             | 5100  | 5500        | 5800  | 45400       | 45100 | 25000       | 45800 | 25700       |
| Muricy       |      |             |      |             |      |             |      |             |       |             |       |             |       |             | 5100  | 5500        | 5800  | 45100       | 45700 | 25200       |
| Branquinha   |      |             |      |             |      |             |      |             |       |             |       |             |       |             |       |             | 5100  | 5500        | 45100 | 45300       |
| Imperatriz   |      |             |      |             |      |             |      |             |       |             |       |             |       |             |       |             |       | 5500        | 5800  |             |

TABELLA N. 3  
POR 10 KILOGRAMMAS

|                   |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |
|-------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| Jaraguá...        | §028 | §036 | §066 | §099 | §137 | §234 | §270 | §343 | §332 | §400 |
| Maceió.....       |      | §016 | §051 | §085 | §144 | §223 | §260 | §303 | §342 | §391 |
| Mercado....       |      |      | §143 | §080 | §139 | §220 | §257 | §299 | §339 | §387 |
| Bebedouro....     |      |      |      | §052 | §116 | §200 | §236 | §280 | §321 | §370 |
| Fernão Velho..... |      |      |      |      | §084 | §173 | §211 | §256 | §298 | §347 |
| Utinga.....       |      |      |      |      |      | §147 | §159 | §206 | §250 | §302 |
| Bom Jardim.....   |      |      |      |      |      |      | §067 | §122 | §193 | §238 |
| Itamaracá.....    |      |      |      |      |      |      |      | §079 | §132 | §192 |
| Muricy.....       |      |      |      |      |      |      |      |      | §078 | §142 |
| Branquinha.....   |      |      |      |      |      |      |      |      |      | §090 |
| Imperatriz        |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |

TABELLA N. 4  
POR 10 KILOGRAMMAS

|                   |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |
|-------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| Jaraguá...        | §014 | §017 | §030 | §043 | §067 | §099 | §143 | §131 | §147 | §167 |
| Maceió.....       |      | §004 | §024 | §038 | §062 | §095 | §109 | §126 | §143 | §163 |
| Mercado.....      |      |      | §021 | §035 | §060 | §093 | §107 | §125 | §142 | §161 |
| Bebedouro.....    |      |      |      | §042 | §050 | §084 | §099 | §117 | §134 | §154 |
| Fernão Velho..... |      |      |      |      | §037 | §074 | §089 | §107 | §125 | §145 |
| Utinga.....       |      |      |      |      |      | §051 | §068 | §087 | §106 | §127 |
| Bom Jardim.....   |      |      |      |      |      |      | §034 | §053 | §074 | §096 |
| Itamaracá.....    |      |      |      |      |      |      |      | §035 | §057 | §082 |
| Muricy.....       |      |      |      |      |      |      |      |      | §035 | §062 |
| Branquinha.....   |      |      |      |      |      |      |      |      |      | §040 |
| Imperatriz        |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |



TABELLA N. 7  
 POR 10 KILOGRAMMAS

[illegible]

TABELLA N. 8

POR 10 KILOGRAMMAS

[illegible]

TABELLA N. 9  
POR 10 KILOGRAMMAS

|                   |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |
|-------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| Jaraguá...        | §044 | §054 | §104 | §157 | §250 | §384 | §438 | §508 | §573 | §652 |
| Maceió...         | §022 | §080 | §136 | §232 | §364 | §422 | §492 | §558 | §636 |      |
| Mercado....       |      | §069 | §127 | §223 | §357 | §445 | §485 | §552 | §630 |      |
| Bebedouro....     |      |      | §082 | §186 | §323 | §384 | §454 | §523 | §600 |      |
| Fernão Velho..... |      |      |      | §136 | §279 | §340 | §414 | §483 | §564 |      |
| Utinga.....       |      |      |      |      | §188 | §254 | §334 | §406 | §490 |      |
| Bom Jardim....    |      |      |      |      |      | §106 | §196 | §278 | §370 |      |
| Itamaracá.....    |      |      |      |      |      |      | §125 | §213 | §310 |      |
| Muricy.....       |      |      |      |      |      |      |      | §125 | §230 |      |
| Branquinha.....   |      |      |      |      |      |      |      |      | §144 |      |
| Imperatriz        |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |

TABELLA N. 10  
POR CABEÇA

Um §200; mais de um, §100 cada um de qualquer estação para qualquer estação.

*Por cabeça, sendo o frete minimo 200 réis*

TABELLA N. 11

|                 |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |
|-----------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| Jaraguá....     | §200 | §200 | §200 | §200 | §280 | §120 | §180 | §360 | §630 | §720 |
| Maceió....      | §200 | §200 | §200 | §260 | §100 | §160 | §340 | §620 | §700 |      |
| Mercado....     | §200 | §200 | §250 | §390 | §135 | §335 | §610 | §695 |      |      |
| Bebedouro....   | §200 | §200 | §360 | §120 | §300 | §580 | §660 |      |      |      |
| Fernão Velho... | §200 | §300 | §375 | §160 | §540 | §620 |      |      |      |      |
| Utinga....      | §210 | §280 | §370 | §150 | §540 |      |      |      |      |      |
| Bom Jardim...   | §200 | §215 | §310 | §440 |      |      |      |      |      |      |
| Itamaracá....   | §200 | §240 | §340 |      |      |      |      |      |      |      |
| Muricy...       | §200 | §250 |      |      |      |      |      |      |      |      |
| Branquinha...   | §200 |      |      |      |      |      |      |      |      |      |
| Imperatriz      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |

TABELLA N. 12

*Por cabeça, sendo o frete minimo 1\$000*

|                |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |
|----------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| Jaraguá....    | 1\$000 | 1\$000 | 1\$000 | 1\$000 | 1\$500 | 2\$300 | 2\$700 | 3\$100 | 3\$500 | 4\$000 |
| Maceió...      | 1\$000 | 1\$000 | 1\$000 | 1\$100 | 2\$200 | 2\$600 | 3\$000 | 3\$400 | 3\$850 |        |
| Mercado..      | 1\$000 | 1\$000 | 1\$350 | 2\$150 | 2\$500 | 2\$950 | 3\$350 | 3\$825 |        |        |
| Bebedouro....  | 1\$000 | 1\$100 | 1\$950 | 2\$300 | 2\$750 | 3\$200 | 3\$650 |        |        |        |
| Fernão Velho.. | 1\$000 | 1\$700 | 2\$050 | 2\$500 | 2\$900 | 3\$400 |        |        |        |        |
| Utinga....     | 1\$100 | 1\$500 | 2\$000 | 2\$450 | 2\$950 |        |        |        |        |        |
| Bom Jardim...  | 1\$000 | 1\$200 | 1\$700 | 2\$250 |        |        |        |        |        |        |
| Itamaracá....  | 1\$000 | 1\$300 | 1\$900 |        |        |        |        |        |        |        |
| Muricy...      | 1\$000 | 1\$400 |        |        |        |        |        |        |        |        |
| Branquinha...  | 1\$000 |        |        |        |        |        |        |        |        |        |
| Imperatriz     |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |

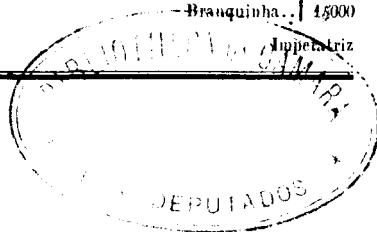




TABELLA N. 14

*Por dous vagões unidos, sendo o frete minimo 7\$500*

|              |        |        |        |        |        |         |         |         |         |         |
|--------------|--------|--------|--------|--------|--------|---------|---------|---------|---------|---------|
| Jaraguá..... | 7\$500 | 7\$500 | 7\$500 | 7\$500 | 8\$700 | 13\$000 | 13\$000 | 17\$200 | 19\$400 | 22\$000 |
| Maceió       | 7\$500 | 7\$500 | 7\$500 | 7\$500 | 8\$100 | 12\$100 | 14\$400 | 16\$700 | 18\$900 | 21\$300 |
| Mercado      |        | 7\$500 | 7\$500 | 7\$500 | 7\$800 | 12\$200 | 14\$200 | 16\$500 | 18\$700 | 21\$300 |
| Bebedouro    |        |        | 7\$500 | 7\$500 | 7\$500 | 11\$100 | 13\$100 | 15\$100 | 17\$700 | 20\$300 |
| Fernão Velho |        |        |        | 7\$500 | 7\$500 | 9\$600  | 11\$700 | 14\$100 | 16\$400 | 19\$100 |
| Utinga       |        |        |        |        | 7\$500 | 9\$600  | 11\$700 | 14\$100 | 16\$400 | 19\$100 |
| Bom Jardim   |        |        |        |        |        | 7\$500  | 8\$800  | 11\$300 | 13\$900 | 16\$600 |
| Itamaracá    |        |        |        |        |        |         | 7\$500  | 7\$500  | 9\$600  | 12\$700 |
| Muricy       |        |        |        |        |        |         |         | 7\$500  | 7\$500  | 10\$700 |
| Branquinha   |        |        |        |        |        |         |         |         | 7\$500  | 8\$000  |
| Imperatriz   |        |        |        |        |        |         |         |         |         | 7\$500  |



## TABELLA N. 15

*Cada um, sendo o frete minimo 2\$500*

|                 |        |        |        |        |        |        |        |        |         |         |
|-----------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|---------|---------|
| Jaraguá...      | 2\$500 | 2\$500 | 2\$500 | 3\$400 | 4\$600 | 6\$800 | 7\$700 | 8\$900 | 9\$000  | 11\$300 |
| Maceió...       | 2\$500 | 2\$500 | 2\$500 | 3\$700 | 4\$300 | 6\$500 | 7\$500 | 8\$600 | 9\$700  | 11\$000 |
| Mercado...      | 2\$500 | 2\$500 | 2\$500 | 4\$150 | 6\$350 | 7\$350 | 8\$500 | 9\$500 | 10\$600 |         |
| Bebedouro...    | 2\$500 | 2\$500 | 2\$500 | 3\$500 | 5\$600 | 6\$800 | 8\$000 | 9\$100 | 10\$100 |         |
| Fernão Velho... | 2\$500 | 2\$500 | 2\$500 | 3\$700 | 5\$100 | 6\$100 | 7\$300 | 8\$500 | 9\$800  |         |
| Utinga.....     | 2\$500 | 2\$500 | 2\$500 | 3\$500 | 4\$600 | 6\$000 | 7\$200 | 8\$500 | 9\$600  |         |
| Bom Jardim....  | 2\$500 | 2\$500 | 2\$500 | 3\$500 | 4\$600 | 6\$000 | 7\$200 | 8\$500 | 9\$600  |         |
| Itamaracá.....  | 2\$500 | 2\$500 | 2\$500 | 3\$500 | 4\$600 | 6\$000 | 7\$200 | 8\$500 | 9\$600  |         |
| Muricy.....     | 2\$500 | 2\$500 | 2\$500 | 3\$500 | 4\$600 | 6\$000 | 7\$200 | 8\$500 | 9\$600  |         |
| Brasquinha..... | 2\$500 | 2\$500 | 2\$500 | 3\$500 | 4\$600 | 6\$000 | 7\$200 | 8\$500 | 9\$600  |         |
| Imperatriz      | 2\$500 | 2\$500 | 2\$500 | 3\$500 | 4\$600 | 6\$000 | 7\$200 | 8\$500 | 9\$600  |         |

## TABELLA N. 16

*Cada um, sendo o frete minimo 5\$000*

|                 |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |
|-----------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| Jaraguá...      | 5\$000 | 5\$000 | 5\$000 | 5\$000 | 5\$000 | 5\$700 | 6\$500 | 7\$500 | 8\$100 | 9\$500 |
| Maceió...       | 5\$000 | 5\$000 | 5\$000 | 5\$000 | 5\$000 | 5\$300 | 6\$300 | 7\$300 | 8\$200 | 9\$300 |
| Mercado...      | 5\$000 | 5\$000 | 5\$000 | 5\$000 | 5\$000 | 5\$400 | 6\$200 | 7\$200 | 8\$100 | 9\$200 |
| Bebedouro...    | 5\$000 | 5\$000 | 5\$000 | 5\$000 | 5\$000 | 5\$800 | 6\$700 | 7\$700 | 8\$800 |        |
| Fernão Velho... | 5\$000 | 5\$000 | 5\$000 | 5\$000 | 5\$000 | 5\$200 | 6\$200 | 7\$200 | 8\$500 |        |
| Utinga.....     | 5\$000 | 5\$000 | 5\$000 | 5\$000 | 5\$000 | 5\$100 | 6\$100 | 7\$200 | 8\$500 |        |
| Bom Jardim....  | 5\$000 | 5\$000 | 5\$000 | 5\$000 | 5\$000 | 5\$000 | 6\$000 | 7\$000 | 8\$000 |        |
| Itamaracá.....  | 5\$000 | 5\$000 | 5\$000 | 5\$000 | 5\$000 | 5\$000 | 6\$000 | 7\$000 | 8\$000 |        |
| Muricy.....     | 5\$000 | 5\$000 | 5\$000 | 5\$000 | 5\$000 | 5\$000 | 6\$000 | 7\$000 | 8\$000 |        |
| Brasquinha..... | 5\$000 | 5\$000 | 5\$000 | 5\$000 | 5\$000 | 5\$000 | 6\$000 | 7\$000 | 8\$000 |        |
| Imperatriz      | 5\$000 | 5\$000 | 5\$000 | 5\$000 | 5\$000 | 5\$000 | 6\$000 | 7\$000 | 8\$000 |        |

TABELLA N. 17

*Cada uma, sendo o frete mínimo 20\$000*

|               |         |         |         |         |         |            |           |         |            |             |
|---------------|---------|---------|---------|---------|---------|------------|-----------|---------|------------|-------------|
| Jaraguá... .. | 20\$000 | 21\$000 | 20\$000 | 21\$000 | 23\$000 | 38\$100    | 43\$800   | 50\$800 | 37\$500    | 63\$200     |
| Maceio        | 20\$000 | 21\$000 | 21\$000 | 21\$000 | 23\$200 | 36\$400    | 42\$200   | 49\$200 | 35\$500    | 63\$600     |
| Mercado       |         | 21\$000 | 21\$000 | 21\$000 | 22\$300 | 35\$700    | 41\$300   | 48\$300 | 35\$200    | 63\$900     |
|               |         |         | 20\$000 | 20\$000 | 20\$000 | 32\$300    | 38\$100   | 43\$100 | 32\$300    | 60\$000     |
|               |         |         |         | 20\$000 | 20\$000 | 27\$000    | 34\$000   | 41\$100 | 48\$300    | 56\$100     |
|               |         |         |         |         | Utinga  | 20\$000    | 25\$100   | 33\$400 | 40\$600    | 49\$000     |
|               |         |         |         |         |         | Bom Jardim | 20\$000   | 20\$000 | 27\$800    | 37\$300     |
|               |         |         |         |         |         |            | Itamaracá | 20\$000 | 21\$300    | 31\$000     |
|               |         |         |         |         |         |            |           | Muricy  | 20\$000    | 23\$000     |
|               |         |         |         |         |         |            |           |         | Branquinha | 20\$000     |
|               |         |         |         |         |         |            |           |         |            | Imperatriz. |

TABELLA N. 18

## QUADRO DAS DISTANCIAS KILOMETRICAS

|              | Kilom. | Kilom.  | Kilom.    | Kilom.       | Kilom. | Kilom.     | Kilom.    | Kilom. | Kilom.     | Kilom.     |
|--------------|--------|---------|-----------|--------------|--------|------------|-----------|--------|------------|------------|
| Jaraguá..... | 2,5    | 3,6     | 8,5       | 11,6         | 26,5   | 44,8       | 53,5      | 64,3   | 75,0       | 88,0       |
|              | Maceió | 1,1     | 6,0       | 12,1         | 24,0   | 42,3       | 51,0      | 61,8   | 72,5       | 85,5       |
|              |        | Mercado | 4,9       | 11,0         | 22,9   | 41,2       | 49,9      | 60,7   | 71,4       | 84,4       |
|              |        |         | Bebedouro | 6,1          | 18,0   | 36,3       | 45,0      | 55,8   | 66,5       | 79,5       |
|              |        |         |           | Fernão Velho | 11,9   | 30,2       | 38,9      | 49,7   | 60,4       | 73,4       |
|              |        |         |           |              | Utinga | 18,3       | 27,0      | 37,8   | 48,5       | 61,5       |
|              |        |         |           |              |        | Bom Jardim | 8,7       | 19,5   | 30,2       | 43,2       |
|              |        |         |           |              |        |            | Itamaracá | 40,8   | 21,5       | 34,5       |
|              |        |         |           |              |        |            |           | Muricy | 10,7       | 23,7       |
|              |        |         |           |              |        |            |           |        | Branquinha | 43,0       |
|              |        |         |           |              |        |            |           |        |            | Imperatriz |

Palacio do Rio de Janeiro em 10 de Abril de 1886.— *Antonio da Silva Prado.*

## DECRETO N. 9577 — DE 10 DE ABRIL DE 1886

Concede permissão ao Dr. João Raymundo Pereira da Silva para extrahir guano e phosphato de cal na ilha Cagarra ou dos Passarinhos.

Attendendo ao que requereu o Dr. João Raymundo Pereira da Silva, Hei por bem Conceder-lhe permissão para extrahir, durante 20 annos, guano e phosphato de cal na ilha Cagarra ou dos Passarinhos, com excepção das ilhas do Archipelago de Fernando de Noronha, e mediante as clausulas que com este baixam, assignadas por Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 10 de Abril de 1886, 65<sup>a</sup> da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio da Silva Prado.*

**Clausulas a que se refere o Decreto  
n. 9577 desta data**

I

Fica concedido ao Dr. João Raymundo Pereira da Silva o prazo de 20 annos para, sem prejuizo dos direitos de terceiro, extrahir guano e phosphato de cal na ilha Cagarra ou dos Passarinhos, de conformidade com o Decreto n. 9533 de 12 de Dezembro de 1885.

II

O concessionario é obrigado a pagar ao Estado 5 % do producto liquido que produzir a mesma extracção.

III

O concessionario fica obrigado a exhibir, nos mezes de Janeiro e Junho, os documentos comprobatorios da extracção que houver feito.

IV

O concessionario remetterá para o Museu Nacional, convenientemente acondicionados, todos os specimens vegetaes, animaes e mineraes, fosseis ou não, que lhe parecerem desconhe-

eidos ou interessantes; e bem assim os artefactos indigenas antigos ou modernos, esqueletos, ossos e quaesquer outros objectos pertencentes à raça aborigene que encontrar, procedendo em tudo de accordo com o Director do mesmo Museu.

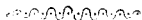
## V

Pela transgressão de qualquer destas clausulas, fica o concessionario sujeito à multa de 200\$ a 1:000\$, segundo a gravidade da violação.

## VI

Findo o prazo fixado na clausula 1.<sup>a</sup> reverterão para o Estado, si o Governo Imperial não prorogar o prazo, todas as bemfeitorias que o concessionario tenha feito.

Palacio do Rio de Janeiro em 10 de Abril de 1886.— *Antonio da Silva Prado.*



### DECRETO N. 9578 — DE 10 DE ABRIL DE 1886

Approva modificações feitas no traçado já adoptado da estrada de ferro do Norte.

Attendendo ao que Me requereu a Companhia da estrada de ferro do Norte, Hei por bem Approvar as plantas e perfis que com este baixam assignados pelo Chefe interino da Directoria das Obras Publicas, referentes às modificações propostas ao traçado de sua linha ferrea, já adoptado pelos Decretos de ns. 9011, 9258 e 9391 de 15 de Setembro de 1883, 9 de Agosto de 1884 e 28 de Fevereiro de 1885, correspondendo as mencionadas alterações respectivamente aos trechos do mesmo traçado comprehendidos entre as estacas 1.550 a 1.903 mais um metro e 1.994 mais 13 metros a 2.758 mais oito metros e cinco decimetros.

Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 10 de Abril de 1886, 65.<sup>a</sup> da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio da Silva Prado.*



# TABELLA N. 1

## Das rações no porto

| GENEROS                                                       | QUANTIDADES<br>DIARIAS |        |      | NUMERO DE DIAS<br>NA SEMANA |
|---------------------------------------------------------------|------------------------|--------|------|-----------------------------|
|                                                               | Grammas                | Litros | Réis |                             |
| Arroz.....                                                    | 100                    | —      | —    | 2                           |
| Assucar branco.....                                           | 80                     | —      | —    | 5                           |
| Assucar branco.....                                           | 110                    | —      | —    | 2                           |
| Bacalhão ou peixe salgado.....                                | 200                    | —      | —    | 1                           |
| Batatas inglezas.....                                         | 120                    | —      | —    | 2                           |
| Café em grão.....                                             | 50                     | —      | —    | 7                           |
| Carne verde.....                                              | 550                    | —      | —    | 5                           |
| Dita secca.....                                               | 200                    | —      | —    | 1                           |
| Ervilhas seccas.....                                          | 60                     | —      | —    | 4                           |
| Farinha.....                                                  | —                      | 0,25   | —    | 6                           |
| Fubá de milho.....                                            | 70                     | —      | —    | 1                           |
| Feijão.....                                                   | —                      | 0,1    | —    | 4                           |
| Inhame, aipins, abobora, cará, etc.....                       | —                      | —      | 60   | 1                           |
| Manteiga.....                                                 | 15                     | —      | —    | 7                           |
| Mate em folha.....                                            | 20                     | —      | —    | 2                           |
| Pão.....                                                      | 550                    | —      | —    | 7                           |
| Toucinho.....                                                 | 40                     | —      | —    | 5                           |
| Toucinho.....                                                 | 20                     | —      | —    | 4                           |
| Verduras, fructas e condimentos.....                          | —                      | —      | 60   | 7                           |
| Vinho do Alto Douro ou outros de igual preço e qualidade..... | —                      | 0,15   | —    | 7                           |
| Vinagre de Lisboa.....                                        | —                      | 0,01   | —    | 6                           |
| Vinagre de Lisboa.....                                        | —                      | 0,02   | —    | 1                           |
| Azeite doce.....                                              | —                      | 0,02   | —    | 1                           |
| Sal.....                                                      | —                      | 0,01   | —    | 5                           |
| Sal.....                                                      | —                      | 0,005  | —    | 2                           |

## Distribuição dos generos pelas refeições no porto

[illegible]

# TABELLA N. 2

## Das rações em viagem

| GENEROS                                                      | QUANTIDADES DIARIAS |        |                                        | NUMERO DE DIAS NA SEMANA |
|--------------------------------------------------------------|---------------------|--------|----------------------------------------|--------------------------|
|                                                              | Grammas             | Litros | Numero                                 |                          |
| Arroz.....                                                   | 100                 | —      | —                                      | 3                        |
| Assucar branco.....                                          | 95                  | —      | —                                      | 5                        |
| Assucar branco.....                                          | 125                 | —      | —                                      | 2                        |
| Bacalhão ou peixe salgado.....                               | 200                 | —      | —                                      | 1                        |
| Batatas inglezas.....                                        | 120                 | —      | —                                      | 1                        |
| Café em grão.....                                            | 50                  | —      | —                                      | 7                        |
| Carne em conserva.....                                       | 350                 | —      | —                                      | 3                        |
| Carne em conserva.....                                       | 175                 | —      | —                                      | 1                        |
| Carne em conserva.....                                       | 150                 | —      | —                                      | 1                        |
| Dita de porco salgada.....                                   | 220                 | —      | —                                      | 1                        |
| Dita secca.....                                              | 200                 | —      | —                                      | 2                        |
| Farinha.....                                                 | —                   | 0,25   | —                                      | 6                        |
| Fubá de milho.....                                           | 70                  | —      | —                                      | 1                        |
| Feijão.....                                                  | —                   | 0,1    | —                                      | 4                        |
| Ervilhas seccas.....                                         | 70                  | —      | —                                      | 1                        |
| Manteiga.....                                                | 15                  | —      | —                                      | 4                        |
| Mate em folha.....                                           | 20                  | —      | —                                      | 2                        |
| Pão (quando se fizer a bordo).....                           | 550                 | —      | —                                      | 3                        |
| Bolacha.....                                                 | 450                 | —      | —                                      | 4                        |
| Queijo de Hollanda.....                                      | 40                  | —      | —                                      | 3                        |
| Toucinho.....                                                | 40                  | —      | —                                      | 4                        |
| Toucinho.....                                                | 20                  | —      | —                                      | 2                        |
| Legumes conservados ou julianas.....                         | 15                  | —      | —                                      | 2                        |
| Rapadura ou melado, goiabada ou marmelada ou outro doce..... | 30                  | —      | —                                      | 7                        |
| Vinagre de Lisboa.....                                       | —                   | 0,01   | —                                      | 6                        |
| Vinagre de Lisboa.....                                       | —                   | 0,02   | —                                      | 1                        |
| Vinho do Alto Douro, Lisboa, Bordeaux ou analogo.....        | —                   | 0,15   | —                                      | 7                        |
| Conservas picantes nacionaes (pickles).....                  | 11                  | —      | —                                      | 7                        |
| Azeite de.....                                               | —                   | 0,02   | —                                      | 1                        |
| Sal.....                                                     | —                   | 0,01   | —                                      | 6                        |
| Sal.....                                                     | —                   | 0,005  | —                                      | 2                        |
| Alho.....                                                    | —                   | —      | <sup>1</sup> / <sub>4</sub> de ca-beça | 7                        |



# Distribuição dos generos pelas refeições em viagem

| GENEROS                                        | UNIDADES | ALMOÇO     |            | JANTAR     |            |            |            |            |            | CEIA       |            |            |            |            |            |
|------------------------------------------------|----------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
|                                                |          |            |            |            |            |            |            |            |            |            |            |            |            |            |            |
|                                                |          | 1ª especie | 2ª especie | 1ª especie | 2ª especie | 3ª especie | 4ª especie | 5ª especie | 6ª especie | 1ª especie | 2ª especie | 3ª especie | 4ª especie | 5ª especie | 6ª especie |
| Arroz.....                                     | Gram.    | —          | —          | —          | —          | 100        | 100        | 100        | —          | —          | —          | —          | —          | —          | —          |
| Assucar branco.....                            | Idem     | 80         | 80         | —          | —          | —          | —          | —          | —          | —          | 30         | —          | —          | —          | 30         |
| Bacalhão ou peixe salgado.....                 | Idem     | —          | —          | —          | —          | —          | —          | —          | 200        | —          | —          | —          | —          | —          | —          |
| Batatas inglezas.....                          | Idem     | —          | —          | —          | —          | —          | —          | —          | —          | —          | —          | —          | 120        | —          | —          |
| Café em grão.....                              | Idem     | 50         | 50         | —          | —          | —          | —          | —          | —          | —          | —          | —          | —          | —          | —          |
| Carne em conserva.....                         | Idem     | —          | —          | 200        | —          | 200        | —          | 175        | —          | 150        | —          | 150        | 150        | —          | —          |
| Dita de porco salzada.....                     | Idem     | —          | —          | —          | —          | —          | —          | —          | —          | —          | —          | —          | —          | 220        | —          |
| Dita secca.....                                | Idem     | —          | —          | —          | 200        | —          | 200        | —          | —          | —          | —          | —          | —          | —          | —          |
| Farinha.....                                   | Litro    | —          | —          | 0,25       | 0,25       | 0,25       | 0,25       | —          | 0,25       | —          | —          | 0,25       | —          | —          | —          |
| Fubá de milho.....                             | Gram.    | —          | —          | —          | —          | —          | —          | —          | —          | —          | —          | —          | —          | 70         | —          |
| Feijão.....                                    | Litro    | —          | —          | 0,1        | 0,1        | —          | —          | —          | 0,1        | —          | —          | —          | —          | —          | —          |
| Ervilha secca.....                             | Gram.    | —          | —          | —          | —          | —          | —          | —          | —          | —          | —          | 60         | —          | —          | —          |
| Manteiga.....                                  | Idem     | 15         | —          | —          | —          | —          | —          | —          | —          | —          | —          | —          | —          | —          | —          |
| Queijo de Hollanda.....                        | Idem     | —          | 40         | —          | —          | —          | —          | —          | —          | —          | —          | —          | —          | —          | 20         |
| Mate em folha.....                             | Idem     | —          | —          | —          | —          | —          | —          | —          | —          | —          | 20         | —          | —          | —          | —          |
| Pão (quando feito a bordo).....                | Idem     | —          | 350        | —          | —          | 200        | —          | 200        | —          | 200        | —          | —          | —          | —          | —          |
| Bolacha.....                                   | Idem     | 250        | —          | —          | —          | —          | —          | —          | —          | —          | 150        | —          | 150        | —          | 150        |
| Toucinho.....                                  | Idem     | —          | —          | 20         | 20         | 20         | 20         | 20         | —          | 20         | —          | 20         | 20         | —          | —          |
| Legumes conservados ou julianas.....           | Gram.    | —          | —          | —          | —          | —          | —          | —          | —          | 12         | —          | —          | —          | —          | —          |
| Rapadura ou melado, goiabada ou marmelada..... | Idem     | —          | —          | 30         | 30         | 30         | 30         | 30         | 30         | —          | —          | —          | —          | —          | —          |
| Vinagre de Lisboa.....                         | Litro    | —          | —          | 0,005      | 0,010      | 0,005      | 0,005      | 0,005      | 0,02       | 0,005      | —          | 0,005      | 0,005      | 0,005      | —          |
| Vinho do Alto Douro, Lisboa ou Bordeaux.....   | Idem     | —          | —          | 0,15       | 0,15       | 0,15       | 0,15       | 0,15       | 0,15       | —          | —          | —          | —          | —          | —          |
| Azeite doce.....                               | Idem     | —          | —          | —          | —          | —          | —          | —          | 0,02       | —          | —          | —          | —          | —          | —          |
| Conservas picantes nacionaes (pickles).....    | Gram.    | —          | —          | 14         | 14         | 14         | 14         | 14         | 14         | —          | —          | —          | —          | —          | —          |
| Alho.....                                      | Num.     | —          | —          | 4          | 4          | 4          | 4          | 4          | 4          | —          | —          | —          | —          | —          | —          |
| Sal.....                                       | Litro    | —          | —          | 0,005      | 0,005      | 0,005      | 0,005      | 0,005      | 0,005      | 0,005      | —          | 0,005      | 0,005      | 0,005      | —          |

## OBSERVAÇÕES GERAES

1.<sup>a</sup>  
O almoço será sempre o mesmo no porto.

2.<sup>a</sup>  
As seis especies de jantar e ceia correspondem-se para cada um dos dias da semana, repetindo-se a 1.<sup>a</sup> especie nos sabbados.

3.<sup>a</sup>  
De cada ração de almoço se deduzirão : 20 grammas de café e 30 grammas de assucar para serem distribuidos no quarto d'alva, sendo permittido ás praças guardarem parte da ração do pão da ceia da vespera para essa occasião ; e em viagem mais 15 grammas de assucar, para com igual quantidade de lime-juice (succo de limão, e agua correspondente, preparar-se uma bebida que será distribuida, por ordem do Commandante, na hora indicada pelo Cirurgião.

4.<sup>a</sup>  
As ervilhas seccas poderão ser substituidas por arroz, na proporção marcada na tabella, como o fubá de milho por farinha de mandioca ou batatas inglezas, o pão pela bolacha, a carne de conserva pela carne secca e esta, em falta das duas, pela carne salgada, da reserva de bordo, abonada na mesma quantidade da carne secca ; neste ultimo caso se augmentará de 20 % a quantidade do arroz, feijão, ervilhas ou batatas complementares da ração substituida.

5.<sup>a</sup>  
Na falta do vinho do Alto Douro, Lisboa ou Bordeaux, servirá outro qualquer vinho tinto, nacional ou estrangeiro, contanto que seja puro e marque na escala alcoolica de 10 a 17 graus.

6.<sup>a</sup>  
Nas occasiões de muita faina, de muito chova ou de muito frio, abonar-se-ha ao arbitrio do Commandante uma ração de café com assucar. Esta ração extraordinaria poderá, para o pessoal das machinas, ser augmentada em casos especiaes com distribuição de pão ou bolacha.

7.<sup>a</sup>  
Quando o navio tiver proporções para o fabrico de toda a quantidade de pão necessaria diariamente, a bolacha passará a ser considerada a bordo como recurso de reserva.

8.<sup>a</sup>  
Os generos da tabella de viagem, excepção dos que estiverem hermeticamente fechados em latas e não forem susceptiveis de rapida deterioração, serão distribuidos no porto á chegada do navio.

9.<sup>a</sup>  
Os generos das duas tabellas que faltarem serão substituidos por outros similares, a juizo do Intendente na Côte, consultado o Cirurgião-mór, e em viagem a juizo do Commandante, ouvido o Cirurgião de bordo.

10.<sup>a</sup>  
O peixe salgado deve ser substituido, sempre que for possível, por peixe fresco comprado nos mercados ou por bordo, ou pescado pelas guarnições dos navios, que serão munidos para este fim dos appparelhos e utensilios necessarios para pesca.

11.<sup>a</sup>  
Quando o numero de praças de caldeira exceder de 150 e a experiencia prolongada demonstrar que ha sobra constante de certos generos, poderá o Commandante, depois de ouvir o Cirurgião de bordo, reduzir temporariamente a quantidade dos ditos generos, mas somente de modo a evitar o excesso.

12.<sup>a</sup>  
Nos logares em que os generos das tabellas que são fornecidos diariamente pelo valor, taes como verduras, legumes frescos, frutas, etc., forem sumamente baratos o Commandante poderá reduzir temporariamente a importancia designada na tabella de modo conveniente.

13.<sup>a</sup>  
A Contadoria da Marinha na Côte e as Thesourarias e Alfândegas nas Provincias adiantarão a quantia necessaria para compra de verduras frescas, frutas, inhames, aipins, etc.

14.<sup>a</sup>  
No calculo para as rações de viagem entrará o lime-juice na proporção de 45 kilos para 100 praças em um mez.

15.<sup>a</sup>  
Nos climas frios e nas estações invernosas dos climas temperados e sub-tropicaes, quando a temperatura se mantiver abaixo de 70 graos, o Commandante poderá augmentar até 20 % as quantidades de alguns dos generos da tabella, taes como as carnes de conserva ou seccas, o peixe, o feijão, as ervilhas, o queijo e o vinho, contanto que não exceda de 10 % o valor da ração.

16.<sup>a</sup>  
Na ração de carne a parte de osso não poderá exceder de um quinto do total.

## COMBUSTIVEL

17.<sup>a</sup>  
Para a cozinha serão fornecidas 500 grammas de carvão de pedra por praça, ficando ao prudente arbitrio dos Commandantes mandar fornecer em maior quantidade, nos navios de pequena lotação, não excedendo o acrescimo de 150 grammas por praça, ou reduzir aquelle fornecimento nos navios de grande lotação.

18.<sup>a</sup>  
Na falta de carvão se abonará lenha nas seguintes proporções : até 50 praças duas achas para cada uma, de 51 a 66, cem achas por dia, ao todo ; de 67 a 100, acha e meia por praça ; de 101 a 150, cento e cincoenta achas ao todo ; de 151 para cima uma, acha por praça.

Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha, em 10 de Abril de 1886.— *Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves.*

# TABELLA N. 3

## Das rações das praças da Armada enfermas a bordo (dietas)

| Designação dos alimentos                                                                         | Unidade dos pesos e medidas | Quantidade a distribuir segundo a prescrição do medico |                          |                       |                          | Quantidade por mez para 100 praças |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------|--------------------------------------------------------|--------------------------|-----------------------|--------------------------|------------------------------------|
|                                                                                                  |                             | Ração inteira ou 1ª dieta                              | 3/4 de ração ou 3ª dieta | 1/2 ração ou 2ª dieta | 1/4 de ração ou 1ª dieta |                                    |
| Pão fresco (ou bolacha na proporção de 55 para 75 de pão para os doentes de 3ª e 4ª dietas)..... | Kilog.                      | 0,300                                                  | 0,225                    | 0,150                 | 0,090                    |                                    |
| Carne verde sem osso.....                                                                        | »                           | 0,200                                                  | 0,150                    | 0,100                 | 0,060                    |                                    |
| Arroz.....                                                                                       | »                           | 0,100                                                  | 0,075                    | 0,050                 | 0,025                    |                                    |
| Mantiga.....                                                                                     | »                           | 0,015                                                  | 0,015                    | 0,012                 | 0,008                    |                                    |
| Araruta.....                                                                                     | »                           | —                                                      | —                        | 0,030                 | 0,030                    | 2,000                              |
| Tapioca.....                                                                                     | »                           | —                                                      | —                        | 0,030                 | 0,030                    | 2,000                              |
| Sagu.....                                                                                        | »                           | —                                                      | —                        | 0,030                 | 0,030                    | 1,000                              |
| Aletria.....                                                                                     | »                           | —                                                      | —                        | 0,030                 | 0,030                    | 1,000                              |
| Chocolate.....                                                                                   | »                           | —                                                      | —                        | 0,030                 | 0,030                    | 0,640                              |
| Galea de marmelo.....                                                                            | »                           | —                                                      | —                        | 0,040                 | 0,040                    | 0,720                              |
| Goiabada.....                                                                                    | »                           | —                                                      | 0,045                    | 0,045                 | —                        | 2,000                              |
| Chá preto.....                                                                                   | »                           | 0,008                                                  | 0,008                    | 0,008                 | 0,008                    | 0,500                              |
| Assucar branco refinado.....                                                                     | »                           | 0,040                                                  | 0,040                    | 0,030                 | 0,030                    | 15,000                             |
| Bolachinha.....                                                                                  | »                           | —                                                      | 0,150                    | 0,120                 | 0,100                    | 20,000                             |
| Peptona Catillon ou outra.....                                                                   | »                           | —                                                      | —                        | —                     | 0,030                    | 0,500                              |
| Leite condensado.....                                                                            | Litro                       | —                                                      | —                        | 0,20                  | 0,20                     | 2,000                              |
| Cerveja Guines.....                                                                              | »                           | 0,40                                                   | 0,30                     | 0,20                  | —                        | 10,00                              |
| Vinho velho do Porto ou Madeira.....                                                             | »                           | —                                                      | —                        | 0,12                  | 0,08                     | 4,00                               |
| Cognac.....                                                                                      | »                           | —                                                      | —                        | 0,06                  | 0,04                     | 2,00                               |
| Gallinhas.....                                                                                   | Quant.                      | —                                                      | —                        | 1/6                   | 1/8                      | 15                                 |
| Conservas.....                                                                                   | Kilog.                      | —                                                      | —                        | 0,080                 | 0,060                    | 3,000                              |
| Extracto de carne.....                                                                           | »                           | —                                                      | —                        | 0,090                 | 0,060                    | 5,000                              |
|                                                                                                  | »                           | —                                                      | —                        | 0,090                 | 0,060                    | 5,000                              |
|                                                                                                  | »                           | —                                                      | —                        | 0,004                 | 0,004                    | 0,500                              |

### OBSERVAÇÕES

1ª

O vinho velho do Porto ou Madeira, a cerveja Guines e o cognac só poderão ser abonados em casos especiaes e por pedido formal do Cirurgião.

2ª

O modo da preparação da comida será marcado pelo Cirurgião para cada caso.

3ª

Os caldos serão igualmente preparados segundo a indicação do Cirurgião, que os poderá mandar fazer de carne de gallinha com ou sem addição de arroz, tapioca, araruta ou aletria ou de extracto de carne, conforme julgar mais conveniente.

4ª

Sempre que for possível, serão dados aos doentes generos frescos de preferencia ás conservas, que em todo o caso não deverão ser usadas por muitos dias consecutivos.

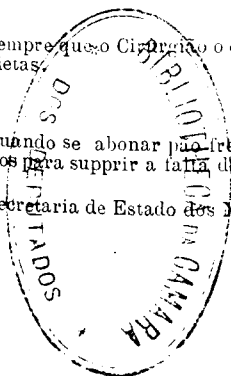
5ª

Sempre que o Cirurgião entender necessario, poderá pedir alguns dos generos das rações de bordo para complemento das dietas.

6ª

Quando se abonar pão fresco ou bolacha, não se concederá bolachinhas e vice-versa; servindo igualmente cada um desses generos para supprir a falta do outro.

Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha em 10 de Abril de 1886.— *Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves.*



## Observações

1<sup>a</sup>

Da ração do almoço se deduzirá 20 grammas de assucar e 15 de café, para o despertar; sendo permittido aos aprendizes guardar para essa occasião o pão que lhes sobrar da véspera.

2<sup>a</sup>

Nos logares onde a carne de carneiro for equivalente em preço á de vacca, poderá o Commandante fazer alternar as duas especies de carne na composição das rações.

3<sup>a</sup>

Nos logares e occasiões em que as verduras, inhames, carás, condimentos, etc. sejam baratos, reduzirá o Commandante temporariamente as quantias destinadas á compra desses generos ás que forem sufficientes.

4<sup>a</sup>

Os generos constantes desta tabella quando acabarem e faltarem serão substituidos por outros similares, a juizo das autoridades competentes, Commandante e Cirurgião.

5<sup>a</sup>

Nas Escolas de aprendizes de Santa Catharina e Rio Grande do Sul, durante o inverno, serão augmentadas as rações de carne verde e secca, bacalhão, feijão, arroz e pão na proporção de 20 9/10, com tanto que o valor total das rações de cada praça não exceda de 10 9/10 ao da tabella em tempos ordinarios.

6<sup>a</sup>

A Contadoria na Córte e as Thesourarias ou Alfandegas nas Provincias adiantarão a quantia necessaria para compra de verduras, frutas, doce, aipins, condimentos, etc.

7<sup>a</sup>

A primeira especie de jantar e ceia é repetida de modo a servir para o setimo dia da semana.

8<sup>a</sup>

Na ração de carne a parte do osso não poderá exceder de um quinto do total.

Secretaria d'Estado dos Negocios da Marinha em 10 de Abril de 1886.—*Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves.*

Tabella das dietas e extras que diariamente se podem abonar aos enfermos dos hospitaes e enfermarias de marinha; das rações dos empregados internos e dos serventes e varias observações

# TABELLAS

BIBLIOTHECA

[illegible]

| Ração de um emprehcado                            |      |             |           |         |
|---------------------------------------------------|------|-------------|-----------|---------|
| GENÉROS                                           | DIAS | QUANTIDADES |           |         |
|                                                   |      | EM GRAMMAS  | EM LITROS | EM DÍG. |
| Assucar refinado .....                            | 7    | 80          |           |         |
| Arroz .....                                       | 2    | 80          |           |         |
| Chá Hyson .....                                   | 7    | 8           |           |         |
| Café moído .....                                  | 7    | 45          |           |         |
| Carne de vacca .....                              | 7    | 600         |           |         |
| Leite .....                                       | 2    |             | 0,4       |         |
| Farinha de milho .....                            | 7    |             | 0,3       |         |
| Manteiga .....                                    | 7    | 30          |           |         |
| Pão .....                                         | 7    | 500         |           |         |
| Torrão .....                                      | 7    | 40          |           |         |
| Vinho tinto de Lisboa .....                       | 7    |             | 0,25      |         |
| Bolacha para verduras e frutas .....              | 7    |             |           | 60      |
| Ração de um servente                              |      |             |           |         |
| A mesma da tabella das praças da armada no porto. |      |             |           |         |

| GENÉROS                                                                                                                                                        | QUANTIDADES |           |         |         |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------|-----------|---------|---------|
|                                                                                                                                                                | EM GRAMMAS  | EM LITROS | EM DÍG. | UNIDADE |
| Assucar fino .....                                                                                                                                             | 30          |           |         |         |
| Arroz .....                                                                                                                                                    | 30          |           |         |         |
| Bolacha inglesa .....                                                                                                                                          | 60          |           |         |         |
| Biscuits .....                                                                                                                                                 | 60          |           |         |         |
| Bolachinas .....                                                                                                                                               | 60          |           |         |         |
| Café moído .....                                                                                                                                               | 30          |           |         |         |
| Cerveja preto ou branca nacional ou estrangeira .....                                                                                                          |             | 0,50      |         |         |
| Chocolate .....                                                                                                                                                | 30          |           |         |         |
| Chá preto .....                                                                                                                                                | 8           |           |         |         |
| Chá verde .....                                                                                                                                                | 8           |           |         |         |
| Carne de porco .....                                                                                                                                           | 350         |           |         |         |
| Dita de vacca .....                                                                                                                                            | 350         |           |         |         |
| Frango .....                                                                                                                                                   | 350         |           |         | 56      |
| Gelée (frutas e gallinha) .....                                                                                                                                | 30          |           |         |         |
| Mostrada .....                                                                                                                                                 | 40          |           |         |         |
| Alotria .....                                                                                                                                                  | 30          |           |         |         |
| Marmelada .....                                                                                                                                                | 40          |           |         |         |
| Mato .....                                                                                                                                                     | 45          |           |         |         |
| Manteiga .....                                                                                                                                                 | 15          |           |         |         |
| Rapê .....                                                                                                                                                     | 45          |           |         |         |
| Pão de ló .....                                                                                                                                                | 40          |           |         |         |
| Dito secco .....                                                                                                                                               | 60          |           |         |         |
| Vinho velho do Porto, Madeira ou Xerez .....                                                                                                                   |             | 0,4       |         |         |
| Vinho de Lisboa tinto, Colares, Figueira, etc. .....                                                                                                           |             | 0,15      |         |         |
| Vinho de Bordeaux .....                                                                                                                                        |             | 0,2       |         |         |
| Bananas .....                                                                                                                                                  |             |           |         | 4       |
| Canha doce .....                                                                                                                                               |             |           |         | 3       |
| Citronas .....                                                                                                                                                 |             |           |         | 5       |
| Cigarros .....                                                                                                                                                 |             |           |         | 1       |
| Filote de pomba .....                                                                                                                                          |             |           |         | 2       |
| Limas .....                                                                                                                                                    |             |           |         | 2       |
| Limão doce .....                                                                                                                                               |             |           |         | 2       |
| Laranja .....                                                                                                                                                  |             |           |         | 1       |
| Maças .....                                                                                                                                                    |             |           |         | 3       |
| Uvas .....                                                                                                                                                     |             |           |         | 1       |
| Pêras .....                                                                                                                                                    |             |           |         | 2       |
| Tangerinas .....                                                                                                                                               |             |           |         |         |
| Para a panella geral .....                                                                                                                                     |             |           |         |         |
| Torrão — para 6 doentes .....                                                                                                                                  | 60          |           |         |         |
| Vinagre — para 150 doentes .....                                                                                                                               |             | 1         |         |         |
| Para verduras, legumes frescos e frutas por dia para cada um doente que estiver abo- nado com a 3. <sup>a</sup> 4. <sup>a</sup> e 5. <sup>a</sup> dietas ..... |             |           | 50      |         |

## OBSERVAÇÕES

- 1.<sup>a</sup>  
As quantidades de carne abastadas para os doentes desta sempre que não de carne sem osso.
- 2.<sup>a</sup>  
Quando a carne for de legumes, devesse dar-se a cada 1.<sup>a</sup> 40 grammas da 3.<sup>a</sup> por dia e a quem for abonada a dieta da mesma sopa.
- 3.<sup>a</sup>  
A dieta dos doentes com a 3.<sup>a</sup> designação de dieta se poderá abonar mais 0,45 l. de leite ou almôga e 1/2 de frango ao jantar: e a que estiver com a 4.<sup>a</sup> e 5.<sup>a</sup> dietas se abonará mais 1/2 l. de leite e ao jantar mais 1/2 de gallinha.
- 4.<sup>a</sup>  
Ao pessoal medico e pharmaceutico que estiver de baixa abonará por pessoa, 0,45 l. de leite e 2 ovos, e em substituição ao feijão 1/2 de gallinha.
- Secretaria do Estado do Rio de Janeiro, em 10 de Abril de 1886. — *Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves*.
- 1000000

- 5.<sup>a</sup>  
As dietas para os aprendizes marinheiros constarão dos mesmos generos, com a redução da 6.<sup>a</sup> parte na quantidade.
- 6.<sup>a</sup>  
Esta tabella sera posta em vigor nos hospitais e enfermarias da marinha em sua integra, tanto quanto as circunstancias o permitirem.
- 7.<sup>a</sup>  
Os medicos dos hospitais e enfermarias terão a faculdade de lançar mão em casos especiaes dos extraordinarios marcados nesta tabella, mas sómente nas quantidades nella designadas. O que não constar dos extraordinarios da tabella se poderá ser abando por despacho dos directores e encarregados dos estabelecimentos.
- 8.<sup>a</sup>  
As chaves que na tabella ligam os algarismos designativos do numero do vezes que cada um desses generos tem de ser empregado em uma semana, servem para indicar que a somma dessas vezes dá a conta dos dias da semana, e que tais generos se equivalem e devem alternar na distribuição diaria.

## DECRETO N. 9579 — DE 10 DE ABRIL DE 1886

Manda pôr em execução as novas tabellas para a distribuição das rações diarias aos officiaes e guarnições dos navios da Armada e praças dos corpos de Marinha e das Escolas de aprendizes marinheiros e de dietas a bordo, nos hospitaes e enfermarias de Marinha.

Hei por bem que as tabellas que baixaram com o Decreto n. 6772, de 15 de Dezembro de 1877, e com o Aviso de 25 de Maio de 1875, regulando o fornecimento das rações diarias ás guarnições dos navios da Armada, corpos de Marinha e Escolas de aprendizes marinheiros, e as mandadas observar pelo Aviso de 30 de Junho de 1873 e Decreto n. 1104 de 3 de Janeiro de 1853, marcando as dietas para as praças enfermas a bordo, nos hospitaes e enfermarias de Marinha, e as rações do pessoal dos mesmos hospitaes, sejam substituidas pelas inclusas tabellas, assignadas por Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 10 de Abril de 1886, 65º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves.*





SENHOR.— Segundo os resultados que vai produzindo a execução do Regulamento approved pelo Decreto n. 9368 de 31 de Janeiro do anno passado, expedido para a Fabrica de Polvora da Estrella, reconhece-se que algumas modificações são necessarias no pessoal inferior daquelle estabelecimento.

Assim é que o escriptorio do respectivo Director só conta um Amanuense e um servente, não declarando o dito Regulamento a quem cabe a guarda das chaves desse escriptorio e consequente responsabilidade pelo cofre que alli existe e onde se guardam os dinheiros que são recebidos para o custeio da Fabrica, bem como a importancia do pret das praças do destacamento.

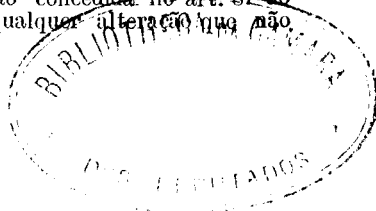
Outrosim, não está determinado a que empregado incumbe agenciar as compras que devem ser feitas com a consignação mensal marcada para as despesas miudas do estabelecimento, as quaes, só podendo ser pelo Director autorizadas, não devem ser por elle mesmo realizadas, não só a bem da moralidade da despesa, mas ainda para não prejudicar a attenção que deve prestar o Chefe do estabelecimento ao serviço, quer na parte administrativa, quer na parte technica, o que acontecia, afastando-se elle da Fabrica para vir á Côte fazer aquisição de objectos de pouca monta e que não demandam conhecimentos especiaes da parte do comprador.

No art. 7º do actual Regulamento marcam-se para as officinas de carpinteiro e tanoeiro dous aprendizes, cujos jornaes são despendidos em pura perda, pois que nenhum serviço prestam elles, sendo que, si foram taes logares creados para se estabelecer alli uma escola de aprendizagem para os filhos dos operarios ou para mancebos da localidade, tal resultado não será conseguido, porquanto não é possivel estabelecer praticamente em officinas de dous operarios aquella praticagem, que, sem comprehender diversas classes differentemente retribuidas, não poderá certamente desenvolver o estimulo, além de que o trabalho de taes aprendizes não corresponderá nunca ao jornal de 1\$800, que lhes é pago.

A' vista do exposto, parece conveniente supprimir-se o lugar de servente do escriptorio do Director (art. 3º), bem como os dous aprendizes das officinas de carpinteiro e tanoeiro (art. 7º), creando-se, em substituição, o lugar de Porteiro para o mencionado escriptorio do Director, ao qual incumbirá, além das funcções proprias de Porteiro, a de guarda dos predios, zelador da Capella e encarregado das compras miudas sob a responsabilidade do Director, e bem assim augmentar-se com mais um carpinteiro o numero de dous, que está marcado no art. 7º do Regulamento.

Sendo marcada para o Porteiro a diaria de 2\$900 e para o novo carpinteiro o jornal de 2\$500, longe de haver augmento, haverá redução na despesa.

Assim, pois, usando da autorização concedida no art. 87 do citado Regulamento, que permite qualquer alteração que não



importe augmento de despeza, tenho a honra de submeter à Assignatura de Vossa Magestade Imperial o Decreto junto.

Sou, Senhor, de Vossa Magestade Imperial — subdito fiel e reverente

*João José de Oliveira Junqueira.*

DECRETO N. 9580 — DE 10 DE ABRIL DE 1886

Altera algumas disposições do Regulamento para a Fabrica de Polvora da Estrella, approvedo pelo Decreto n. 9368 de 31 de Janeiro de 1885.

Hei por bem, Usando da autorização contida no art. 87 do Regulamento para a Fabrica de Polvora da Estrella, approvedo pelo Decreto n. 9368 de 31 de Janeiro de 1885, Decretar o seguinte:

Art. 1.º E' supprimido o logar de servente do escriptorio do Director, sendo em seu logar creado o de Porteiro para o dito escriptorio, com a diaria de 2\$900, ao qual incumbirá, além das funcções proprias desse cargo, a de guarda dos predios, zelador da Capella e encarregado das compras mindas sob a responsabilidade do Director.

Art. 2.º Ficam supprimidos os dous logares de aprendizes das officinas de carpinteiro e tanoeiro, sendo, em substituição, creado mais um logar de carpinteiro, vencendo a diaria de 2\$500.

Art. 3.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

João José de Oliveira Junqueira, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra, assim o tenha entendido e expeça os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em 10 de Abril de 1886, 65.ª da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*João José de Oliveira Junqueira.*



DECRETO N. 9581 — DE 17 DE ABRIL DE 1886

Autoriza a conversão das apolices da divida publica de juros de 6 %, emittidas em virtude da Lei de 15 de Novembro de 1827.

Hei por bem, para execução do art. 7.º da Lei n. 3229 de 3 de Setembro de 1884, Decretar :

Art. 1.º O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda fica autorizado para converter em titulos de 5 % as apolices

de 6 %, emitidas em virtude da Lei de 15 de Novembro de 1827, e a fazer operações de credito para embolsar ao par e por series, mediante sorteio, os portadores das apolices de 6 %, que não quizerem receber em troca aquelles titulos.

Art. 2.º Considerar-se-hão como tendo aceitado a conversão os possuidores que não reclamarem o embolso dentro dos seguintes prazos :

Dez dias, contados de 26 do corrente, para a Côrte e Provincia do Rio de Janeiro ; 15 dias, a partir da mesma data, para as Provincias servidas pelo telegrapho ; e, para aquellas, em que não existir correspondencia telegraphica, 15 dias contados da publicação deste Decreto na respectiva folha official ; e finalmente, 45 dias para o exterior do Imperio, a contar do referido dia 26 do corrente.

Art. 3.º Não precisam de autorização ou de formalidade judiciaria para aceitar a conversão :

1.º Os tutores, curadores, gerentes, administradores e mais representantes legaos ou necessarios do dono de apolices.

2.º Os usufrutuários ou herdeiros fiduciarios nos casos de usufructo e fidei-commisso.

Art. 4.º As reclamações serão dirigidas á Repartição onde se acharem inscriptas as apolices, ou á Delegacia do Thesouro em Londres, si o proprietario se achar fóra do Imperio e preferir este alvitre, entregando-se nesse acto os titulos, de que se dará recibo.

Art. 5.º Logo que fôr apresentada a reclamação cessará o direito de transferencia das apolices, continuando, porém, a ser contados os juros até o dia do resgate.

Art. 6.º As apolices, cujo pagamento não houver sido reclamado, vencerão os juros de 6 % até 31 de Dezembro do corrente anno, e de 5 % do 1.º de Janeiro de 1887 em diante.

Art. 7.º A troca das apolices de 6 % pelos novos titulos far-se-ha sem despesa para os accitantes da conversão, no Thesouro, Thesourarias da Fazenda e Delegacia do Thesouro em Londres ; enquanto, porém, se não realizar esta operação servirão para as transferencias e mais transacções as apolices antigas, ficando sem effeito a declaração que ali se lê a respeito da taxa dos juros.

Art. 8.º Os novos titulos serão em tudo equiparados ás apolices até hoje emitidas.

Francisco Belisario Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 17 de Abril de 1886, 65.º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*F. Belisario Soares de Souza.*

**Instrucções para execução do Decreto n. 9581 desta data**

Art. 1.º Os possuidores de apolices, que optarem pelo embolso, poderão fazer por si, seus mandatarios e representantes legaes as reclamações perante as Repartições em que recebem os juros, ou perante a Delegacia do Thesouro em Londres, si estiverem no exterior do Imperio e preferirem este alvitre.

As reclamações deverão mencionar a numeração e valor dos titulos, e o anno da emissão, e ter, reconhecida e legalizada, a assignatura do interessado, seu procurador ou representante necessario.

As que forem dirigidas á Delegacia, indicarão mais o lugar em que se cobram os juros.

Os reclamantes apresentarão os titulos, a procuração especial, si forem simples mandatarios, e a autorização do Poder competente, si forem representantes legaes: de tudo dar-se-lhes-ha recibo em fôrma.

Art. 2.º Findos os prazos marcados no Decreto desta data, as Thesourarias e a Delegacia communicarão ao Thesouro, pelo meio mais prompto, a somma a que attingem os pedidos de embolso.

Art. 3.º A Delegacia enviará os documentos e titulos á Repartição em que se pagam os juros.

Art. 4.º A Caixa da Amortização e as Thesourarias, á medida que forem recebendo as reclamações, conferirão os numeros das apolices com os constantes das inscrições ou contas correntes, e encerrando estas, para que se não possam dar transferencias, declararão no verso do pedido que foram prohibidas as disposições legaes, ou informarão sobre quaesquer duvidas que appareçam.

Art. 5.º Em seguida remetterão ao Thesouro tolos os papeis e titulos e um extracto das inscrições que, no dia em que principiar a executar-se o Decreto desta data, existam em seus livros, mencionando os numeros e valor das apolices e as clausulas.

Art. 6.º Verificados no Thesouro os numeros e posse das apolices, organizar-se-ha:

Uma relação dos possuidores que não houverem aceitado a conversão, designando-se a importancia que cada um deve receber;

Uma relação dos possuidores que tiverem annuido á conversão, mencionando-se as clausulas da inscrição, os numeros e valor dos novos titulos que lhes serão entregues.

Essas relações deverão ser enviadas opportunamente ás Repartições que tenham de realizar o pagamento e as novas inscrições.

Art. 7.º Como é permittida a transferencia das apolices, cujos donos aceitarem a conversão, as Repartições em que se houverem de fazer os lançamentos terão em vista, abrindo as novas inscrições, as mudanças occorridas por transferencia, caução, etc.

Art. 8.º O embolso de apolices gravadas com clausulas só poderá

ser effectuado em presença de autorização expressa do Poder competente.

Art. 9.º Estando promptos os novos títulos, proceder-se-ha á substituição no Thesouro, Thesourarias de Fazenda e Delegacia em Londres, recolhendo-se os antigos á Caixa da Amortização, nos termos das disposições vigentes. — *F. Belisario Soares de Souza*.



DECRETO N. 9582 — DE 17 DE ABRIL DE 1886

Proroga o prazo para conclusão das obras da estrada de ferro de Quaraim a Itaquí, approva a revisão de seus estudos e respectivo orçamento, e altera o Decreto n. 8312 de 19 de Novembro de 1881.

Attendendo ao que Me requereu a Companhia *Brasil Great Southern Railway Company, limited*, Hei por bem :

1.º Prorogar por seis mezes o prazo estabelecido na clausula 8ª das que baixaram com o Decreto n. 8312 de 19 de Novembro de 1881 para conclusão dos trabalhos de construcção e abertura ao trafego de sua ferro-via.

2.º Approvar a revisão dos estudos da mesma estrada e respectivo orçamento e constantes das plantas e perfis que a este Decreto acompanham, assignados pelo Chefe da Directoria de Obras Publicas da Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura.

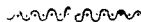
3.º Fixar na quantia de 6.000:000\$ o capital necessario a todas as obras da mesma estrada para vencer a garantia de juros de 6 % ao anno, e a que se refere a clausula 2ª do Decreto n. 8312 já citado.

4.º Supprimir o que dispoem as clausulas 3ª e 4ª do mencionado Decreto n. 8312 de 19 de Novembro de 1881.

Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 17 de Abril de 1886, 65º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio da Silva Prado.*



## DECRETO N. 9583 — DE 17 DE ABRIL DE 1886

Alto ao Ministério dos Negocios Estrangeiros o credito supplementar de 50:578\$125 para as despesas do paragrapho — Ajudas de custo — do corrente exercicio.

Sendo insufficiente o credito concedido ao paragrapho — Ajudas de custo — pelo art. 4º da Lei n. 3230 de 3 de Setembro de 1884, a qual continúa em vigor no corrente exercicio de 1885-1886 pelos Decretos ns. 3260 e 3271, de 27 de Junho e 28 de Setembro de 1885: Hei por bem, Tendo ouvido o Conselho de Ministros e a Secção dos Negocios Estrangeiros do Conselho de Estado, de conformidade com o que dispõe o art. 20 da Lei n. 3140 de 30 de Outubro de 1882, Autorizar o Meu Ministro e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros a abrir o credito supplementar de 50:578\$125, para ser applicado ás despesas do referido paragrapho, no corrente exercicio, observando-se as formalidades da lei.

O Barão de Cotegipe, Senador do Imperio, do Meu Conselho, Presidente do Conselho de Ministros e Ministro e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros, assim o tenha entendido e faça executar, expedindo os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em 17 de Abril de 1886, 65º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Barão de Cotegipe.*

Sextor. — A Lei do orçamento n. 3230 de 3 de Setembro de 1884, em vigor no corrente exercicio financeiro de 1885-1886 pelos Decretos ns. 3260 e 3271, de 27 de Junho e 28 de Setembro de 1885, concedeu ao Ministerio dos Negocios Estrangeiros no art. 4º para as despesas do § 4º—Ajudas de custo — a quantia de 45:000\$900. Impoñendo a despesa em 75:578\$125, verifica-se o *deficit* de 30:578\$125, proveniente de haverem sido preenchidas as vagas que se deram no Corpo Diplomatico e Consular por fallecimento e exoneração de alguns de seus membros.

O Governo Imperial, porém, tendo de fazer o preenchimento de lugares ainda vagos no Corpo Consular e talvez remoções ou nomeações de empregados diplomaticos, necessita mais da quantia de 20:000\$, perfazendo as duas parcelas o total de 50:578\$125.

Assim, pois, para cobrir o *deficit* existente e occorrer á despesa acima declarada, venho submeter á Approvação de Vossa Magestade Imperial, de conformidade com a lei, o Decreto junto pelo qual é aberto ao Ministerio dos Negocios Estrangeiros o credito supplementar de 50:578\$125, para ter a indicada applicação.

Sou, Senhor, de Vossa Magestade Imperial, subdito muito reverente — *Barão de Cotegipe.*

Ministerio dos Negocios Estrangeiros.— 4ª Secção.— N. 1.— 1885-1886.— Rio de Janeiro, 15 de Março de 1885.

Ilm. e Exm. Sr.— Tenho a honra de passar ás mãos de V. Ex. a inclusa demonstração das despesas do § 4º—Ajudas de custo— da Lei do orçamento do exercício de 1884-1885, a qual foi mandada vigorar no de 1885-1886, corrente, pelos Decretos ns. 3260 e 3271, de 27 de Junho e 28 de Setembro de 1885.

Por essa demonstração vê-se que está verificado o *deficit* de 30:578\$125, proveniente de haverem sido preenchidas as vagas que se deram no Corpo Diplomático e Consular por fallecimento e exoneração de alguns de seus membros. E, como se tenha de fazer o preenchimento de logares ainda vagos no Corpo Consular e a remoção ou nomeação de empregados diplomaticos, torna-se precisa mais a quantia de 20:000\$, perfazendo as duas parcellas o total de 50:578\$125.

Tendo, pois, o Governo Imperial necessidade de credito supplementar para não só cobrir o *deficit* existente, como attender á despesa acima declarada, Manda Sua Magestade o Imperador, de conformidade com o disposto no art. 20 da Lei n. 3140 de 30 de Outubro de 1882, que seja ouvida a Secção de Estrangeiros do Conselho de Estado sobre a abertura do referido credito, sendo V. Ex. o relator.

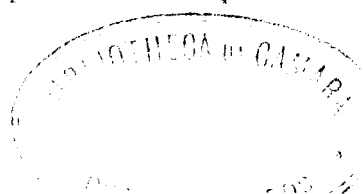
Aproveito esta opporrtunidade para reiterar a V. Ex. os protestos de minha alta estima e mui distincta consideração.— *Barão de Cotegipe*.— Ao Exm. Sr. Conselheiro de Estado, Senador Visconde de Paranáguá.

*Demonstração das despesas do § 4º—Ajudas de custo—no exercício financeiro de 1885-1886*

Ajudas de custo

1885

|       |   |                                                                                                                                                                   |             |
|-------|---|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------|
| Julho | 1 | Ao Barão de Itajubá, de promoção a Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario nos Estados-Unidos da America, dous quarteis.                               | 10:000\$000 |
| Julho | 1 | Ao Conselheiro Felipe Lopes Netto, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario, de remoção dos Estados-Unidos da America para a Italia, dous quarteis..... | 9:531\$250  |
| Julho | 1 | A José Gurgel do Amaral Valente, de promoção a Ministro Residente na Bolivia, dous quarteis.....                                                                  | 7:500\$000  |
| Julho | 1 | A João Arthur de Souza Correia, de promoção a Encarregado de Negocios no Paraguay, dous quarteis..                                                                | 5:000\$000  |



1885

|        |    |                                                                                                                                   |            |
|--------|----|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| Julho  | 1  | A José de Almeida e Vasconcellos, que passou a exercer o seu emprego de Secretario na Legação em Buenos-Ayres, dous quartéis..... | 2:000\$000 |
| Julho  | 1  | A Pedro de Araujo Beltrão, Secretario, de remoção para a Gran-Bretanha, um quartel.....                                           | 1:250\$000 |
| Julho  | 1  | A José Augusto Ferreira da Costa, de promoção a Secretario da Legação em Berlim, dous quartéis....                                | 2:000\$000 |
| Julho  | 1  | Ao Dr. Pedro Ribeiro Moreira, Consul Geral, de remoção do Paraguay para Francfort, dous quartéis.....                             | 2:500\$000 |
| Julho  | 1  | A Francisco Gil Castello Branco, de nomeação de Consul Geral no Paraguay, dous quartéis.....                                      | 2:500\$000 |
| Julho  | 1  | A' viúva do Consul Geral em Francfort, Antonio Marques Soares, para regressar ao Imperio, um quartel.....                         | 1:250\$000 |
| Julho  | 24 | Ao Dr. Manoel Joaquim Bahia, de nomeação de Addido de 1ª classe à Legação em Pariz, dous quartéis.                                | 1:500\$000 |
| Julho  | 24 | Ao Dr. Alfredo de Barros Moreira, de nomeação de Addido de 1ª classe à Legação em Venezuela, dous quartéis.....                   | 1:500\$000 |
| Julho  | 24 | A Abilio Cesar Borges, de nomeação de Addido de 1ª classe à Legação na Prussia, dous quartéis.....                                | 1:500\$000 |
| Agosto | 19 | A Alberto Fialho, Addido de 1ª classe, que foi mandado servir em Bruxellas, um quartel.....                                       | 750\$000   |
| Agosto | 19 | A José Bonifacio Bueno de Andrada, idem, que foi mandado servir em Vienna, um quartel.....                                        | 750\$000   |
| Outub. | 21 | Ao mesmo, idem idem.....                                                                                                          | 750\$000   |
| Dezem. | 10 | A Alfredo Sergio Teixeira de Macedo, de promoção a Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario na Russia, um quartel.....  | 4:765\$625 |
| Dezem. | 10 | A José de Almeida e Vasconcellos, de promoção a Encarregado de Negocios em Venezuela, dous quartéis..                             | 5:000\$000 |
| Dezem. | 10 | Ao Dr. Francisco Regis de Oliveira, de promoção a Encarregado de Negocios no Paraguay, dous quartéis.                             | 5:000\$000 |



1885

|           |                                                                                                                                  |            |
|-----------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| Dezem. 10 | A Pedro Francisco Correia de Araujo, de promoção a Secretário da Legação em Berlim, um quartel.                                  | 1:000\$000 |
| Dezem. 10 | A Cesar Augusto Vianna de Lima, de promoção a Secretário da Legação em Buenos-Ayres, dous quartéis.....                          | 2:000\$000 |
| Dezem. 10 | A Benjamin Franklin Torreão de Barros, Encarregado de Negocios posto em disponibilidade, para regressar ao Imperio, um quartel.. | 2:500\$000 |
| Dezem. 16 | A Arthur de Carvalho Moreira, de promoção a Secretário da Legação na Italia, um quartel.....                                     | 1:000\$000 |

1886

|           |                                                                                                                                      |                   |
|-----------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------|
| Fever. 22 | Ao Dr. Pedro Ribeiro Moreira, Consul Geral posto em disponibilidade, para regressar ao Imperio, um quartel.....                      | 1:250\$000        |
| Março 4   | A João Arthur de Souza Correia, de promoção a Ministro Residente em Madrid, um quartel.....                                          | 3:515\$625        |
| Março 11  | A Eduardo Felix Simões dos Santos Lisboa, de remoção, como Addido de 1ª classe, de Lisboa para a Legação em Londres, um quartel..... | 770\$000          |
|           |                                                                                                                                      | <hr/> 77:062\$500 |

A deduzir: a differença entre a ajuda de custo de dous quartéis de Encarregado de Negocios no Paraguay e um quartel de Ministro Residente em Madrid, que se mandou que João Arthur de Souza Correia restituísse.....

1:484\$375

Credito.....

---

75:578\$125  


---

45:000\$000
*Deficit até esta data.....*


---

30:578\$125

Faltando ainda alguns mezes para terminar o exercicio financeiro e necessitando o Governo de preencher as vagas existentes no Corpo Consular e as que se derem no Diplomatico, precisa, além da quantia indicada acima, da de.....

20:000\$000

---

50:578\$125

Secção de contabilidade, 15 de Março de 1886. — O 2º Official  
*Luiz Antonio da Silva*, Director interino.

SENHOR. — Houve por bem Vossa Magestade Imperial Mandar ouvir a Secção dos Negocios Estrangeiros do Conselho de Estado, de conformidade com o art. 20 da Lei n. 3140 de 30 de Outubro de 1882, sobre a abertura de um credito supplementar, afim de não só cobrir o *deficit* existente nas despesas — Ajudas de custo — do § 4º art. 4º do orçamento vigente, como attender às despesas com o preenchimento de logares vagos no Corpo Consular e remoção ou nomeação de empregados diplomaticos.

Ao Aviso do Ministerio de Estrangeiros de 15 do corrente, que contém esta ordem de Vossa Magestade Imperial, acompanhou uma demonstração das despesas, feitas ou por fazer, a cargo da verba do referido § 4º no exercicio financeiro de 1885 - 1886.

Por essa demonstração vê-se que as ajudas de custo marcadas aos membros do Corpo Diplomatico nomeados, promovidos e removidos, em consequencia de vagas ou demissão, elevam-se a 75:578\$125.

Ora, sendo o respectivo credito, apenas, de 45:000\$, resulta um *deficit*, já verificado, de 30:578\$125. Além disso o preenchimento de outras vagas no Corpo Consular, e daquellas que porventura occorram, ainda, no Diplomatico, torna indispensavel o augmento de credito que o Governo, razoavelmente, estima em 20:000\$, sommando as duas parcelas 50:578\$125.

E' pois evidente a insufficiencia da quantia consignada para este serviço (45:000\$) no § 4º art. 4º da Lei do orçamento do exercicio de 1884 - 1885, mandada vigorar no de 1885 - 1886 pelos Decretos ns. 3260 e 3271, de 27 de Junho e 28 de Setembro de 1885. E essa despoza decretada é da natureza daquellas que, não podendo ser calculadas com exactidão, a Lei n. 589 de 9 de Setembro de 1850 permite a abertura de credito supplementar.

A Secção acredita que, si as Camaras Legislativas tivessem podido discutir e votar a proposta para novo orçamento, aquella verba teria sido melhor dotada, de maneira a evitar-se a anomalia, tão contraria á verdade orçamentaria, de tornar-se hoje indispensavel um credito supplementar superior, em importancia, ao credito votado na Lei de meios, tanto mais quanto a necessidade, antes de começar o actual exercicio, já era conhecida do Governo, segundo se depreheende da data das nomeações feitas.

Assim que, attendendo á insufficiencia verificada do credito votado no § 4º art. 4º da Lei do orçamento em vigor e ao prazo decorrido para que o Governo possa abrir creditos supplementares, de conformidade com o disposto no art. 20 da Lei n. 3140 de 30 de Outubro de 1882, é a Secção dos Negocios Estrangeiros do Conselho de Estado de parecer que o credito, de que se trata, está no caso de ser aberto pelo Governo de Vossa Magestade Imperial.

Vossa Magestade Imperial, porém, resolverá como fór mais acertado.

Sala das conferencias da Secção dos Negocios Estrangeiros do Conselho de Estado, 22 de Março de 1886. — *Visconde de Paranaguá*. — *João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu*. — *Luiz Antonio Vieira da Silva*.



## DECRETO N. 9584 — DE 24 DE ABRIL DE 1886

Eleva a quatro mezes o prazo para a vistoria das barcas a vapor do commercio.

Hei por bem, de conformidade com o parecer da Secção de Guerra e Marinha do Conselho de Estado, emittido em Consulta de 16 de Fevereiro ultimo, que o prazo para os exames ou vistorias das barcas a vapor do commercio seja elevado a quatro mezes, alterado o que a esse respeito estabelece o Decreto n. 6419 de 22 de Dezembro de 1876, e subsistindo para a execução do presente as disposições contidas no Regulamento annexo ao Decreto n. 1324 de 5 de Fevereiro de 1854.

Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 24 de Abril de 1886, 65º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves.*



## DECRETO N. 9585 — DE 24 DE ABRIL DE 1886

Approva a planta apresentada pela Companhia da estrada de ferro de Santos a Jundiaby para augmentar seu armazem de cargas em Santos.

Attendendo ao que Me requerem a Companhia da estrada de ferro de Santos a Jundiaby, Hei por bem Approvar a planta apresentada para construcção do augmento de seu armazem de cargas em Santos, a qual com este baixa rubricada pelo Chefe interino da Directoria das Obras Publicas.

Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 24 de Abril de 1886, 65º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio da Silva Prado.*



## DECRETO N. 9583 — DE 24 DE ABRIL DE 1886

Proroga por dous annos o prazo estipulado no Decreto n. 7698 de 3 de Maio de 1880, para conclusão da estrada de ferro Raulal Bananalense.

Attendendo ao que Me requerem a Companhia da estrada de ferro Raulal Bananalense, Hei por bem Prorogar por dous annos o prazo estipulado na clausula 2ª § 3º do Decreto n. 7698 de 3 de Maio de 1880, para conclusão da dita estrada; ficando dispensada a referida companhia da multa constante da clausula 6ª do mesmo decreto e obrigada a pagar à Estrada de Ferro D. Pedro II 50 % do custeio, com o pessoal e material da estação da Saudade.

Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario do Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 24 de Abril de 1886, 65º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio da Silva Prado.*



## DECRETO N. 9587 — DE 24 DE ABRIL DE 1886

Proroga por dous mezos o prazo marcado na clausula 3ª das annexas ao Decreto n. 9561 de 27 de Fevereiro de 1886, para que tenham pleno andamento as obras do porto da Fortaleza, no Ceará.

Attendendo ao que Me requerem a *Grav's Harbour Corporation, Limited*, Hei por bem Prorogar por dous mezos o prazo marcado na clausula 3ª das annexas ao Decreto n. 9561 de 27 de Fevereiro do corrente anno, para que tenha pleno andamento a execução das obras mencionadas na referida clausula.

Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario do Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 24 de Abril de 1886, 65º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio da Silva Prado.*



## DECRETO N. 9588 — DE 24 DE ABRIL DE 1886

Concede permissão a Carlos Alexandre Steel e Heitor Rademacker Grunewald para explorarem mineraes na Provincia de S. Paulo.

Attendendo ao que requereram Carlos Alexandre Steel e Heitor Rademacker Grunewald, Hei por bem Conceder-lhes permissão para explorarem cobre e outros mineraes no municipio de Iporanga, da Provincia de S. Paulo, mediante as clausulas que com este baixam, assignadas por Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 24 de Abril de 1886, 65<sup>a</sup> da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio da Silva Prado.*

**Clausulas a que se refere o Decreto  
n. 9588 desta data**

**I**

Fica concedido a Carlos Alexandre Steel e Heitor Rademacker Grunewald o prazo de dous annos, contados desta data, para, sem prejuizo dos direitos de terceiro, procederem a exploração e pesquisas para descobrimento de minas de cobre e outros mineraes no municipio de Iporanga, da Provincia de S. Paulo.

Dentro deste prazo os concessionarios deverão apresentar, na Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, plantas geologica e topographica dos terrenos explorados, com perfis que demonstrem, tanto quanto fôr possível e o permittirem os trabalhos executados, a superposição das camadas mineraes, e remetterão com as mesmas plantas amostras dos mineraes encontrados e relatorio minucioso da localidade em que a mina estiver situada, declarando qual a possanga e riqueza desta, qual sua extensão e sua direcção, a distancia entre ella e os povoados mais proximos, e os meios de communicação existentes, a área necessaria para a mineração e, finalmente, os meios apropriados para o transporte dos productos das minas.

**II**

Os trabalhos de pesquisa e explorações para descobrimento de minas poderão ser feitos por qualquer dos modos recommendados pela sciencia.

## III

Os concessionarios ficam obrigados a indemnizar os danos e prejuizos que de seus trabalhos de exploração possam provir as propriedades adjacentes e a restabelecer, á sua custa, o curso natural das aguas, que desviarem por causa dos mesmos trabalhos, e a dar conveniente direcção ás que brotarem das cavas, poços ou galerias que fizerem, quando destes serviços resultar damno aos mesmos proprietarios de terrenos adjacentes.

Si o desvio destas aguas exigir trabalhos em propriedade alheia, os concessionarios solicitarão prévio consentimento do proprietario, usando dos meios em direito permittidos.

## IV

Os concessionarios ficam obrigados a dessecar os terrenos alagados, em virtude dos trabalhos de exploração, restituindo-os ao seu antigo estado, de modo que não possa ser prejudicada a saúde dos moradores da circumvizinhança.

Palacio do Rio de Janeiro em 24 de Abril de 1886.— *Antonio da Silva Prado.*



## DECRETO N. 9589 — DE 24 DE ABRIL DE 1886

Concede permissão a G. Gehlen & C.<sup>a</sup> para explorarem mineraes na Província do Rio de Janeiro.

Attendendo ao que requereram G. Gehlen & C.<sup>a</sup>, Hei por bem Conceder-lhes permissão para explorarem ferro, carvão de pedra e outros mineraes no valle do Ribeirão da Lage, municipio de S. João do Principe, da Província do Rio de Janeiro, mediante as clausulas que com este baixam, assignadas por Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 24 de Abril de 1886, 65º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio da Silva Prado.*

**Clausulas a que se refere o Decreto  
n. 9589 desta data**

I

Fica concedido a G. Gehlen & C.<sup>a</sup> o prazo de dous annos, contados desta data, para, sem prejuizo dos direitos de terceiro, procederem a exploração e pesquisas para descobrimento de minas de ferro, carvão de pedra e outros mineraes no valle do Ribeirão da Lage, município de S. João do Príncipe, da Provincia do Rio de Janeiro.

Dentro deste prazo os concessionarios deverão apresentar, na Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, plantas geologica e topographica dos terrenos explorados, com perfis que demonstrem, tanto quanto fôr possível e o permittirem os trabalhos executados, a superposição das camadas mineræes, e remetterão, com as mesmas plantas, amostras dos mineraes encontrados e relatório minucioso da localidade em que a mina estiver situada, declarando qual a possança e riqueza desta, qual sua extensão e sua direcção, a distancia entre ella e os povoados mais proximos, e os meios de communicação existentes; a área necessaria para a mineração e, finalmente, os meios apropriados para o transporte dos productos das minas.

II

Os trabalhos de pesquisa e explorações para descobrimento de minas, poderão ser feitos por qualquer dos modos recommendados pela sciencia.

III

Os concessionarios ficam obrigados a indemnizar os damnos e prejuizos que de seus trabalhos de exploração possam provir as propriedades adjacentes e a restabelecer, a sua custa, o curso natural das aguas, que desviarem por causa dos mesmos trabalhos, e a dar conveniente direcção ás que brotarem das cavas, poços ou galerias que fizerem, quando destes serviços resultar damno aos mesmos proprietarios de terrenos adjacentes.

Si o desvio destas aguas exigir trabalhos em propriedade alheia, os concessionarios solicitarão prévio consentimento do proprietario, usando dos meios em direito permittidos.

IV

Os concessionarios ficam obrigados a dessecar os terrenos alagados em virtude dos trabalhos de exploração, restituindo-os ao seu antigo estado, de modo que não possa ser prejudicada a saude dos moradores da circunvizinhança.

Palacio do Rio de Janeiro em 24 de Abril de 1886.— *Antonio da Silva Prado.*



## DECRETO N. 9590 — DE 24 DE ABRIL DE 1886

Autoriza a innovação do contrato celebrado com a Companhia Brasileira de navegação a vapor.

Usando da autorização concedida pelo § 2º do art. 1º da Lei n. 3271 de 28 de Setembro de 1885, Hei por bem Autorizar a innovação do contrato celebrado com a Companhia Brasileira de navegação a vapor, a que se refere o Decreto n. 8834, de 5 de Janeiro de 1883, ficando deste já reduzida de 20 % a subvenção que a companhia percebe, e sob as clausulas que com este baixam, assignadas por Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 24 de Abril de 1886, 65º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio da Silva Prado.*

**Clausulas a que se refere o Decreto  
n. 9590 desta data**

**I**

O porto da escala da Provincia da Parahyba do Norte será o do Cabedello, onde a companhia terá lancha a vapor para o embarque e desembarque dos passageiros e suas bagagens, da, ou com destino á capital da mesma Provincia, sem que por este serviço possa exigir qualquer retribuição.

**II**

Precedendo autorização do Ministerio da Agricultura, poderá a companhia incumbir a qualquer empresa de navegação por vapor o serviço da linha entre os portos de Belém e o de Manaós, ficando estabelecido que será feita á custa da companhia a baldeação dos passageiros e cargas, no primeiro daquelles portos, do paquete para o vapor que dalli houver de partir para Manaós e vice-versa, bem como que a entrada do paquete no porto de Belém e a sua partida coincidirão com a saída e entrada do vapor da linha especial.

**III**

O prazo do contrato autorizado pelo Decreto n. 8834 de 5 de Janeiro de 1883, fica prorogado até 30 de Abril de 1896.



## IV

Pela infracção ou inexecução destas clausulas, ou de qualquer das dos contratos vigentes, a que não estiver imposta pena especial, incorrerá a companhia na multa de 200\$ no minimo e de 500\$ no maximo.

Palacio do Rio de Janeiro em 24 de Abril de 1886. — *Antonio da Silva Prado.*



## DECRETO N. 9591 — DE 1 DE MAIO DE 1886

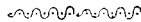
Approva a variante proposta para o traçado do ramal do Jahu, da Companhia estrada de ferro Rio Claro.

Attendendo ao que Me requereu a Companhia da estrada de ferro Rio Claro, Hei por bem Approvar a variante proposta para o traçado de seu ramal do Jahu, já approvedo por Decreto n. 9166 de 22 de Março de 1884, a qual partindo do kilometro 125 mais 840 metros, com a extensão de 8 kilometros 558 metros e 2 decimetros, termina na villa do Jahu, de conformidade com as plantas e perfilis que com este baixam assignados pelo Chefe interino da Directoria das Obras Publicas.

Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 1 de Maio de 1886, 65º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio da Silva Prado.*



## DECRETO N. 9592 — DE 1 DE MAIO DE 1886

Declara que continuarão a ser vagos os exames finais dos alumnos da Escola de minas e dá outras providencias.

Attendendo ao que representou o Director da Escola de minas, Hei por bem Decretar o seguinte :

Art. 1.º Os cursos da Escola deverão terminar até ao dia 8 de Maio; os exames finais começarão a 15 do mesmo mez e findarão a 15 de Junho seguinte.

Art. 2.º Os exames finais do 1º e 2º anno do curso geral e dos tres annos do curso superior, a que se refere o art. 90 do Regulamento mandado observar pelo Decreto n. 9448 de 27 de Junho de 1885, continuarão a ser vagos ; o examinador arguirá os alumnos na prova oral sobre questões do programma da cadeira a seu cargo, e escolherá o assumpto da composição escripta e do exame pratico.

Art. 3.º Fica revogado o § 2º do art. 15 do citado regulamento.

O Barão de Mamoré, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido o faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 1 de Maio de 1886, 65º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Barão de Mamoré.*



#### DECRETO N. 9593 — DE 7 DE MAIO DE 1886

Manda cobrar, para o fundo da emancipação, a taxa de 5 % addicionaes a todos os impostos geraes, excepto os de exportação.

Para execução do art. 2º, n. 2, e art. 4º, § 7º, da Lei n. 3270 de 28 de Setembro de 1885, Hai por bem, Tendo ouvido a Secção de Fazenda do Conselho de Estado, Ordenar que se observe o seguinte :

Art. 1.º Do 1º de Julho proximo futuro em diante começará a ser cobrada em todo o Imperio, para o fundo de emancipação, e livre de despesas de arrecadação, a taxa de 5 %, addicionaes a todos os impostos geraes, excepto os de exportação.

Art. 2.º Os impostos geraes, a que se refere o artigo antecedente, e que constam da Lei de orçamento geral do Estado, são os que se seguem : direitos de importação para consumo ; expediente dos generos livres de direitos de consumo ; dito das capatazias ; armazenagem ; imposto de pharóes ; dito da doca ; sello do papel ; imposto de transmissão de propriedade ; dito sobre industrias e profissões ; dito sobre subsidios e vencimentos ; dito predial ; dito de transporte ; dito do gado ; premios de depositos publicos ; e o imposto de patentes e privilegios. Renda com applicação especial, a saber : taxa de escravos inclusive a addicional ; transmissão de propriedade de escravos ; multas ; imposto sobre os consignatarios de escravos ; dito sobre loterias ; e sello dos bilhetes de loterias.

Art. 3.º Nenhuma Provincia, nem mesmo as que gozarem de tarifa especial, ficará isenta do pagamento deste imposto.

Art. 4.º A referida taxa de 5 % será calculada sobre a importância dos indicados impostos, quer estes sejam fixos, quer proporcionaes.

Art. 5.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Francisco Belisario Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 7 de Maio de 1886, 65º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*F. Belisario Soares de Souza.*



#### DECRETO N. 9594 — DE 8 DE MAIO DE 1886

Autoriza a Companhia de seguros marítimos — Alliance — a funcionar no Imperio.

Attendendo ao que requereu a Companhia de seguros marítimos — Alliance — devidamente representada, e de conformidade com a Minha Immediata Resolução de 3 de Abril ultimo, tomada sobre parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, exarado em Consulta de 24 de Fevereiro do corrente anno: Hei por bem Conceder-lhe autorização para funcionar no Imperio, mediante as clausulas que com este baixam, assignadas por Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 8 de Maio de 1886, 65º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio da Silva Prado.*

#### **Clausulas a que se refere o Decreto n. 9594 desta data**

##### I

A companhia fica autorizada a estabelecer uma agencia na praça do Rio de Janeiro, tendo na mesma pessoa habilitada que responda perante os Tribunaes.

## II

Os actos praticados pela referida agencia ficam sujeitos á legislação do Imperio, sendo decididas pelos Tribunaes do Brazil as questões que se suscitarem entre a companhia e os particulares residentes no mesmo Imperio.

## III

A mencionada agencia não poderá funcionar enquanto a companhia não depositar no Thesouro Nacional a quantia de 20:000\$ em moeda corrente ou em apolices da divida publica para garantia das operações que fizer.

## IV

O deposito, de que trata a clausula anterior, será feito pela companhia com declaração do fim a que é destinado, e de que não podera ser levantado senão por ordem da Presidencia da **Junta Commercial**.

## V

As alterações feitas nos estatutos serão communicadas ao Governo Imperial, sob pena de multa de 200\$ a 2:000\$ e de ser cassada a presente concessão.

Palacio do Rio de Janeiro em 8 de Maio de 1885. — *Antonio da Silva Prado*.

---

Hilario Le Page, traductor publico e interprete commercial e juramentado da praça, etc. Certifico que me foram apresentados uns documentos, todos annexos, dos quaes alguns por lettra escriptos, e a mór parte impressos em uma brochura ou livro; sendo uma escriptura do estabelecimento da companhia de seguros — tudo na lingua ingleza, de cujos documentos pediram-me a traducção para o idioma nacional; isto em razão do meu officio — passo a fazer, e leu e litteralmente vertido, diz o seguinte :

( *Traducção* )

A todos quantos este presente virem, eu John Venn, da cidade de Londres, tabelião publico devidamente admittido e juramentado (e pela ordenação 5ª e 6ª do Rei Guilherme IV, Cap. 62, especialmente autorizado neste caso), pelo presente certifico, que no dia da data deste, apresentou-se e veio perante

mim o declarante, Douglas Owen, nomeado e descripto na declaração a este annexa, e pela declaração solenne que o dito Douglas Owen então fez perante mim, declarou solenne e sinceramente serem verdadeiras as varias materias e cousas mencionadas e contidas na dita declaração annexa.

Em testemunho do que, tenho neste firmado meu nome, e o tenho affixado meu sello notarial, e fiz annexar tambem o livro mencionado e referido na, e pela dita declaração. Datado em Londres aos 9 dias de Outubro de 1885. — (Assignado) *John Venn*, notario publico.

Reconheço verdadeira a assignatura retro de John Venn, tabellião publico desta cidade, e para constar onde convier, a pedido do mesmo, passei o presente que assignei e fiz sellar com o sello das Imperiaes Armas deste Consulado Geral do Imperio do Brazil em Londres, aos 10 de Outubro de 1885. — (Assignado) *Luiz Augusto da Costa*, Vice-Consul.

Está reconhecida a firma acima pelo director geral do Ministerio de Estrangeiros em 29 de Dezembro de 1885.

Estão inutilizadas estampilhas no valor de 14\$500.

Eu Douglas Owen, de Capel Court, Bartholomew Lane, secretario da Companhia *Alliance Marine Assurance Company, Limited*, solenne e sinceramente declaro, que o livro a este annexo e por mim assignado contém uma verdadeira e autentica cópia dos estatutos e regulamentos da Companhia *The Alliance Marine Assurance Company, Limited*. E faço esta declaração solenne, crendo conscienciosamente ser esta a verdade, e em virtude das disposições da lei das declarações de 1835. — (Assignado) *Douglas Owen*, secretario.

Declarado em Capel Court, Bartholomew Lane na cidade de Londres, aos 9 dias de Outubro de 1885. — Perante mim — (Assignado) *John Venn*, notario publico.

Na capa do livro dos estatutos está declarado o seguinte, a saber :

« Este é o livro mencionado e referido na declaração de Douglas Owen, feito perante mim, hoje aos 9 dias de Outubro de 1885. — (Assignado) *John Venn*, notario publico. »

*Escriptura de estabelecimento da Companhia « The Alliance Marine Assurance Company ».*

Este *acto de associação commercial maritima*, feito aos vinte e um dias de Junho no sexto anno do reinado do nosso Soberano Senhor George IV. pela Graça de Deus, Rei do Reino Unido da Gran-Bretanha e Irlanda, Defensor da Fé, e no anno de Nosso Senhor, mil oitocentos vinte e cinco, entre varias pessoas cujos nomes se acham nesta subscriptos e sellos fixados (salvo os illustrissimos senhores John Irving, de Broad-

Street Buildings na cidade de Londres ; Nathan Meyer Rothschild, de New Court ; Saint Swithins Lane, na dita cidade de Londres, Samuel Gurney de Lombard Street na dita cidade de Londres ; o Moses Montefiore, de Park Lane no Condado de Middlesex, de uma parte, e os ditos John Irving, Nathan Meyer Rothschild, Samuel Gurney, o Moses Montefiore da outra parte ; visto que no mez de Dezembro ultimo certas das partes nesta escriptura interessadas, concordaram em formar uma companhia de seguros sobre navios, suas cargas e frete contra os perigos e riscos do mar e outros riscos maritimos, e para emprestar dinheiro sobre os cascos dos navios e responsencia, e que um capital de cinco milhões de libras esterlinas fosse levantado para aquelle fim, em cincoenta mil acções de cem libras cada uma ; e visto que as diversas partes nesta interessadas concordaram em tomar parte na dita empresa, adquirindo acções della ; e visto terem sido pagas cinco libras por cada acção, como deposito, e os certificados de taes acções têm sido entregues ás partes que a elles tiveram direito, cujos certificados foram assignados por Nathan Meyer Rothschild, e declararam que as mesmas acções pertencem respectivamente a taes pessoas, e o numero de acções a que cada uma das partes tem jus fica lançado em frente do respectivo nome delle ou della, e do sello neste subscripto e fixado ; e visto pretender-se requerer ao parlamento uma lei para habilitar a companhia a pedir, pelo presidente em exercicio, e ser requerida, ou alias impetrar de Sua Magestade em Conselho de Estado uma carta patente de incorporação. Agora esta escriptura testemunha que para o fim de estabelecer a dita companhia cada um dos individuos, partes nesta presente (salvo John Irving, Nathan Meyer Rothschild, Samuel Gurney e Moses Montefiore), quanto o que se refere aos actos e acções delle ou della respectivamente, e os testamenteiros e administradores delle e della respectivamente, convencionou e concorda sómente para se e por ella, e os respectivos herdeiros, testamenteiros e administradores com o dito John Irving, Nathan Meyer Rothschild, Samuel Gurney e Moses Montefiore, os testamenteiros e administradores delles, e cada um delles os ditos John Irving, Nathan Meyer Rothschild, Samuel Gurney e Moses Montefiore, quanto refere aos actos e acções delle respectivamente e seus respectivos testamenteiros e administradores, sómente para se, seus herdeiros, testamenteiros e administradores, convencionou e concorda com os Srs. James Alexander, de Devonshire Square, na cidade de Londres ; George Henry Barnett, de Lombard Street, na dita cidade de Londres ; John Bowden, de Grosvenor Place, no condado de Middlesex ; Archibald Campbell, de Regent Street, na cidade de Westminster (todos os quaes são partes nesta presente), seus testamenteiros e administradores da maneira especificada nos diferentes artigos nesta em diante contidos ; a saber :

1.º Que as diferentes pessoas, partes interessadas nesta que se distinguem em diante pelo distinctivo de membros, e taes outras pessoas que se tornam membros como em diante ficam

mencionadas, ficarão sendo e continuarão a ser uma companhia com o nome de *The Alliance Marine Assurance Company*.

2.º Que o fim e o negocio da dita companhia será o de conceder ou effectuar seguro sobre navios, e generos e mercadorias britannicos e estrangeiros sobre o mar ou por embarcar, e sobre frete contra os perigos e riscos dos mares e todos os mais riscos maritimos, e para emprestar dinheiro sobre o casco e *respondencia*.

3.º Que haverá quatro presidentes da dita companhia, que também serão directores; que os ditos John Irving, Nathan Meyer Rothschild, Samuel Gurney e Moses Montefiore serão os actuaes e primeiros presidentes.

4.º Que haverá quatorze mais directores da dita companhia e que serão os actuaes e primeiros quatorze directores, os ditos Srs. James Alexander, George Henry Barnett, John Bowden, Archibald Campbell e William Crawford, de Broad Street na dita cidade de Londres, Timothy Abraham Curtis, de Broad Street, já mencionado, Francis Cresswell Junior, de Barking no condado de Essex, James Steygate Junior, de Chatham Place na dita cidade de Londres, William Stoward, do Thesouro, John James, de Broad Street Buildings já mencionado, William Kay, de Angel Court Throgmorton Street na dita cidade de Londres, Oswald Smith, de Mansion House Place na dita cidade de Londres, Henry Milner Thornton, de Old Broad Street na dita cidade de Londres, e Thomas Wilson, de Warrford Court na dita cidade de Londres (que são respectivamente partes interessadas nesta presente).

5.º Que haverá quatro depositarios da dita companhia, e que os quatro primeiros presidentes serão os primeiros e actuaes depositarios.

6.º Que haverá tres contadores (commissão de contas) da dita companhia, e que os Srs. Thomas Powell Buxton, de Spitalfields no condado de Middlesex, Charles Campbell, de Bishopsgate Street na dita cidade de Londres, e Thomas Masterman, de White Star Court Lombard Street na dita cidade de Londres, serão os primeiros e actuaes contadores.

7.º Que os membros da dita companhia reunir-se-hão na casa ou no escriptorio da dita companhia, ou em qualquer outro lugar dentro de uma milha de distancia da casa da companhia, que a directoria de tempo em tempo determinar, uma vez no anno de 1827, e uma vez em cada anno subsequente, e em taes outras épocas em que forem convocados, da maneira nesta em diante declarado.

8.º Que toda semelhante reunião será denominada auditorio geral.

9.º Que o auditorio geral annual terá lugar no dia 1º de Janeiro em cada anno, ou em tal outro dia, dentro em 14 daquella data que será marcada pela directoria.

10. Que um auditorio geral extraordinario para qualquer fim especial, poderá ser convocado pela directoria em qualquer tempo do modo em diante declarado.

11. Que quaesquer cinco directores ou quaesquer 50 proprietarios possuindo em seu proprio direito 500 acções podem, em qualquer tempo, por escripto e debaixo dos seus proprios punhos, requerer aos directores para convocar um auditorio geral extraordinario, para quaesquer fins relativos á companhia, mas em cada requisição assim feita á directoria para convocar um auditorio geral extraordinario, o objecto pelo qual é requisitada a convocação do dito auditorio, deve ser exposto, sem o que não será a directoria obrigada a attender á requisição.

12. Que, si depois de ter sido entregue no escriptorio da dita companhia qualquer semelhante requisição á directoria para convocar um auditorio geral extraordinario, a directoria pelo espaço de 14 dias deixa ou recusa de annunciar tal reunião e nomear um dia para a mesma dentro de um mez calendario do dia em que foi entregue aquelle aviso, então será lícito aos cinco directores ou aos 50 membros que haviam assignado a requisição convocar para os fins mencionados naquella despretada ou recusada requisição o auditorio geral extraordinario no dia que julgarem conveniente do modo seguinte, a saber: si o mesmo foi para o fim de fazer estatutos de corporação ou regulamentos para a companhia, ou para alterar, emendar ou revogar quaesquer dos estatutos ou regulamentos da companhia, então annunciar-se-ha o mesmo na *London Gazette* (folha official) e em dous jornaes londrinos, um de Edimburgo, e um de Dublin, pelo menos 21 dias antes da época marcada para a reunião, mas si o auditorio geral extraordinario fór para qualquer outro fim, então annunciar-se-ha o mesmo na *London Gazette* e em dous jornaes londrinos dez dias, pelo menos, antes do dia marcado para a mesma reunião, e nos annuncios, o fim de tal auditorio geral extraordinario, e o dia e a hora em que terá lugar serão especificados.

13. Que tanto um auditorio geral extraordinario annual ao depois mencionado poderá ser prorogado para um futuro dia e que todo auditorio geral extraordinario e todo auditorio geral prorogado, salvo nos casos ao depois mencionados, terá lugar em intervallo de não menos de 10 dias, nem mais de 14 do dia em que fór primeiro annuciado na *London Gazette* e nas duas folhas londrinas.

14. Que não se tratará de nenhum outro negocio no auditorio geral extraordinario senão daquelle que foi o objecto da convocação, e nenhum outro negocio será tratado n'um auditorio geral annual prorogado senão o que ficou por acabar, ou de que aviso terá sido devidamente dado no auditorio geral annual, e nenhum negocio será tratado n'um auditorio geral extraordinario prorogado senão o negocio que ficou por acabar no auditorio geral em que aquella prorogação terá sido feita.

15. Que em todo o auditorio geral, a cadeira será tomada pelo presidente que tiver direito á cadeira presidencial durante o corrente anno segundo a ordem da rotação nesta ao depois mencionado, ou si elle estiver ausente, ou declinar de tomar a cadeira presidencial, esta será tomada pelo presidente



immediato a eito na ordem da rotação para tomar a mesma cadeira como fica no depois mencionado, que estiver presente; e no caso de todos os presidentes estarem ausentes, ou aquelles que estiverem presentes declinar de tomar a presidencia, esta será tomada por um dos directores presentes que deve ser eleito no auditorio, ou na ausencia de todos os directores, por um membro habilitado que será eleito no auditorio.

16. Que em todos os auditorios geraes só aquelles membros serão habilitados para estar presentes e votar que possuirem dez acções ou mais de seu proprio direito, e serão quer assignantes originaes de taes acções ou teriam direito ás taes dez ou mais acções, pelo espaço de um anno immediatamente precedente ao tempo em que tal auditorio geral se reunirá.

17. Que em todo o auditorio geral, cada membro habilitado, possuidor de dez acções e menos de cinquenta, terá direito a um voto; tendo cinquenta acções e menos de cem acções, dous votos; possuindo cem acções e menos de trezentas, a tres votos, e possuindo trezentas ou mais acções, a quatro votos.

18. Que todas as questões relativas a negocio que tem de ser tratado no auditorio geral (salvo o de fazer ou alterar estatutos da companhia) serão resolvidas por uma mera maioria de votos.

19. Que nenhuns estatutos ou regulamentos da companhia serão feitos ou alterados, salvo si forem resolvidos por uma maioria de, pelo menos, dous terços dos votos de membros habilitados presentes n'um auditorio geral extraordinario especialmente convocado para aquelle fim, e a menos que os procedimentos daquelle auditorio forem confirmados por uma maioria de, pelo menos, dous terços dos votos dos membros habilitados presentes a um auditorio geral extraordinario subsequente e especialmente convocado para aquelle fim.

20. Que em qualquer divergencia de opinião em qualquer auditorio geral, 20 membros habilitados para votar podem, por escripto, feito pelos seus proprios punhos, pedir um escrutinio, si julgarem conveniente, e será o mesmo concedido, e o dia para effectuar o mesmo será então marcado pelo presidente e cada votação estará aberta durante quatro horas, e não mais tempo, e começará ás 11 horas da manhã.

21. Que um escrutinio pedido n'um auditorio geral será marcado para ter logar n'um espaço de tempo de não menos de dez dias, ou não maior do que quatorze, do dia em que teria sido pedido.

22. Que a pessoa presidindo na cadeira n'um auditorio geral não só terá o direito de votar com os outros membros habilitados presentes sobre qualquer questão agitada, no mesmo auditorio, mas também terá o privilegio de decidir pelo voto preponderante todas as questões que uma mera maioria de votos é bastante para decidir, e sobre a qual os votos de todos os membros habilitados presentes, e que não declinem votar, será igual.

23. Que em toda a reunião do auditorio geral, si vinte

membros habilitados para votar como já fica mencionado, não se reúnem e procederem aos trabalhos dentro de uma hora do tempo marcado para a reunião, ou si aquelle numero não estiver presente, quando todo, ou qualquer parte do negocio do auditorio estiver para decidir-se ou so tem de pedir votação, adiar-se-ha a reunião.

24. Que qualquer auditorio geral poderá ser adiado, si os membros julgarem conveniente levantar a sessão antes que todos os trabalhos estivessem completados; e si um auditorio geral fôr adiado por tal causa, pôde ser elle effectuado, quer hora por hora, ou de dia em dia, ou em taes outro tempo ou tempos, ou de tal ou taes modo ou modos, que os membros presentes no auditorio original, ou em qualquer adiamento do mesmo julgasse conveniente.

25. Que serão lançadas em um livro e assignadas pela pessoa occupando a cadeira da presidencia — as minutas dos trabalhos de cada auditorio geral.

26. Que todo o auditorio geral annual elegerá directores e um contador para supprir o lugar dos directores e contadores respectivamente que têm na occasião de se retirar dos cargos, como fica em diante declarado.

27. Que, quando por fallecimento, demissão ou outra causa, qualquer vaga occorrer no cargo de director ou contador (salvo pelas vagas occasionadas pelas retiradas de cargos na occasião do auditorio geral annual), serão as mesmas suppridas, sem demora, por um auditorio geral extraordinario que será convocado para aquelle fim pela directoria.

28. Que um auditorio geral extraordinario especialmente convocado para aquelle fim poderá fazer qualquer estatuto ou regulamento para a companhia, ou alterar, emendar, ou revogar todas ou quaesquer das leis ou regulamentos da companhia, portanto que cada uma destas novas leis, regulamentos, alterações, emendas ou revogações sejam confirmadas da maneira prescripta pelo art. 19 desta presenite.

29. Que os directores se reunirão no escriptorio da companhia uma vez por cada semana ou em qualquer outro tempo em que forem devidamente convocados do modo neste ao depois nesta declarado, e que cada reunião destas seja chamada uma directoria.

30. Que quaesquer tres directores poderão em qualquer tempo precisar que o superintendente ou qualquer empregado da companhia para convocar uma reunião extraordinaria da directoria, e a mesma effectuar-se-ha por via de uma carta circular assignada pelo superintendente ou qualquer empregado superior da companhia (para convocar uma reunião extraordinaria da directoria), e mandada e dirigida a cada um dos directores, á sua residencia, conforme constar nos livros da companhia, mencionando o dia e hora daquella reunião.

31. Que nenhum negocio será tratado na reunião semanal da directoria, salvo si estiverem presentes tres directores ao commecar os trabalhos, e quando se chegar a solução sobre o tudo ou parte do mesmo.

32. Que nenhum negocio será tratado em qualquer reunião extraordinária da directoria, salvo si estiverem presentes seis directores ao comecar o negocio, quando dar-se-ha a solução sobre o tudo ou parte do mesmo.

33. Que em todas as reuniões da directoria, a cadeira presidencial será occupada pelo presidente que tiver direito de tomal-a durante o corrente anno, segundo a rotação nesta ao depois mencionada, ou si este estiver ausente, pelo presidente seguindo proxinamente a elle na rotação nesta ao depois mencionada, ou na ausencia de todos os presidentes — por um director á escolha da reunião.

34. Que em cada reunião da directoria, cada director terá um só voto, e todas as questões serão resolvidas por uma simples maioria de votos, mas que a pessoa na cadeira presidencial tambem terá o voto preponderante sobre todas as questões, sobre as quaes tiver empate.

35. Que as minutas de todos os trabalhos em cada reunião da directoria serão lançadas em um livro, e serão assignadas pelo presidente.

36. Que em todos os mais respeito a directoria será regulada e os trabalhos della conduzidos e resolvidos conforme os directores presentes julgarem conveniente, ou segundo as regras e ordens de qualquer directoria precedente.

37. Que a directoria com antecedencia de dez dias, pelo menos, da convocação do auditorio geral annual, por annuncios na *London Gazette* e em duas folhas londrinas, especificará o dia em que terá lugar, e a hora da reunião, e que quando por fallecimento, demissão ou outra causa occorrer alguma vaga no cargo de director ou contador (salvo retirada no auditorio geral annual), a directoria por igual modo, e dentro de um mezeilendario convocará um auditorio geral extraordinario afim de preencher tal vaga e especificará em o annuncio o fim daquelle auditorio geral.

38. Que será lieito a directoria, em qualquer época, convocar um auditorio geral extraordinario para o fim de fazer estatutos ou regulamentos da companhia, ou para emendar, alterar ou revogar quaesquer dos estatutos ou regulamentos existentes, annunciando o mesmo na *London Gazette*, e em duas folhas londrinas, e uma de Edimburgo e uma de Dublin, pelo menos 21 dias antes do tempo marcado para effectuar o mesmo, e para chamar um auditorio geral extraordinario para confirmar o procedimento de qualquer previo auditorio para os fins já ultimos mencionados, ou para convocar um auditorio geral extraordinario para qualquer outro fim annunciando na *London Gazette*, e em duas folhas londrinas, pelo menos 10 dias antes do tempo marcado para effectuar o mesmo, e no annuncio deve-se declarar o fim de tal auditorio geral extraordinario, e o dia o hora serão especificados.

39. Que quando uma requisição para convocar um auditorio geral extraordinario terá sido entregue no escriptorio da companhia devidamente assignada pelos cinco directores ou pelos



50 proprietários, possuidores de 500 acções, a directoria, salvo si ella julgar que não devia annuir á requisição, convocará o auditorio geral extraordinario, do modo que já antes ficou referido para convocar um auditorio geral extraordinario para igual fim.

40. Que quando um auditorio geral terá sido adiado para um dia futuro em consequencia de falta de numero de membros presentes, a directoria convocará a reunião adiada, annunciando o mesmo na *London Gazette*, e em duas folhas londrinas, pelo menos 10 dias antes do tempo de effectuar o mesmo e no annuncio especificar-se-ha o dia e hora da reunião.

41. Que quando n'um auditorio geral, uma votação terá sido pedida por escripto por não menos de 20 assignaturas de votantes habilitados presentes, a directoria dará aviso do escrutinio annunciando o mesmo na *London Gazette*, e em duas folhas londrinas, pelo menos sete dias antes do tempo em que o escrutinio deve ter lugar, e no annuncio o dia em que ha de effectuar-se e a hora em que tem de começar, e a em que deve fechar-se serão especificados.

42. Que será lícito para uma directoria extraordinaria especialmente convocada para aquelle fim, resolver augmentar o numero de directores da companhia (exclusivamente dos presidentes) a qualquer numero não excedente a 20.

43. Que depois de ter uma directoria extraordinaria feito uma resolução de augmentar o numero de directores, como já fica mencionado, uma outra directoria extraordinaria e especialmente convocada para aquelle fim elegerá qualquer numero não excedendo de seis membros habilitados, para serem aquelles directores additionaes; e os membros assim eleitos serão daquelle tempo em diante os directores da dita companhia, do mesmo modo e com os mesmos poderes como si tivessem sido nomeados directores por esta presente.

44. Que quando por fallecimento, resignação, ou por outra causa occorrer uma vaga no cargo de um dos quatro presidentes da companhia, uma directoria especialmente convocada para aquelle fim elegerá um dos directores para ser presidente.

45. Que quando os depositarios da companhia por morte, resignação, ou por outra causa ficarem reduzidos a tres, ou a directoria julgar necessario augmentar o numero de depositarios, elles em uma reunião da directoria, especialmente convocada para aquelle fim, elegerão qualquer ou quaesquer membro ou membros da companhia para ser ou serem depositario ou depositarios.

46. Que será lícito para a directoria remover do seu emprego qualquer depositario que recusará ou declinará funcionar ou viajar ou ficar louco ou de outra maneira incapaz de cumprir com as suas obrigações, e a directoria a expensas da companhia fará todo o acto e feito que se deve praticar e executar, necessarios para o fim de haver daquelle depositario toda a propriedade da companhia com que elle ou elles possam estar investidos individual ou conjunctamente com um outro ou outros depositarios.

47. Que a directoria servir-se-ha, de tempos em tempos, do banqueiro ou dos banqueiros que julgar conveniente.

48. Que a directoria nomeará e guardará empregado um superintendente e tantos agentes, empregados e criados, quantos tornam precisos os negocios da companhia, e removel-os à vontade.

49. Que a directoria fará com que se pagará taes ordenados, salarios ou remuneração ao superintendente, agentes, empregados e criados, que a dita directoria julgar conveniente.

50. Que a directoria convocará uma directoria extraordinaria para resolver sobre o augmento do numero de directores, ou a eleição de directores addicionaes como fica acima especificado, ou para a nomeação de qualquer presidente ou depositario, enviando uma carta circular a cada um director pelo menos 10 dias antes do tempo em que a directoria extraordinaria tem de reunir-se, e naquella carta circular o fim para que é convocada a directoria e o dia e hora da reunião será especificado.

51. Que a directoria terá plenos poderes para conceder ou effectuar seguros sobre navios e mercadorias no mar, e todos mais seguros que tem a companhia de conceder, e para expedir todos os mais negocios da companhia e para adoptar quaesquer seguros e negocios effectuados por quaesquer outras pessoas ou pessoa, companhia ou companhias, sob taes pregos e condições e de tal maneira que a directoria julgará conveniente, salvo que nenhum seguro sobre navios ou mercadorias no mar será effectuado em qualquer tempo futuro por qualquer agente da companhia, quer provincial, ou no estrangeiro, ou por qualquer commissão ou directoria estabelecida no estrangeiro, ou em qualquer cidade, ou villa provincial na Gran-Bretanha ou Irlanda, nem de logar algum a algures, nem de qualquer outra maneira a não ser pela casa matriz da companhia.

52. Que dependerá somente da discrição da directoria aceitar ou recusar as propostas para seguros.

53. Que quando, e quantas vezes a directoria aceitar uma proposta para um seguro feito com a companhia, a directoria logo emitirá uma apolice de seguro à pessoa ou às pessoas que fizeram a proposta, e aquelle seguro será feito pelo premio do tempo que aquella viagem, e contra taes riscos, perdas, damnos e desastres para e contra os quaes a directoria terá ajustado fazer tal seguro.

54. Que a directoria fará com que sejam assignados e devidamente executados por dous ou mais directores, todas as apolices e outros titulos que serão emitidos pela companhia.

55. Que será licito à directoria abrir contas correntes com negociantes, correctores e outros que effectuem seguros com a dita companhia, e conceder taes creditos para premios que forem de uso em taes casos, ou que a dita directoria possa considerar como conducente aos interesses da dita companhia.

56. Que será licito à directoria liquidar todas as perdas e avarias sobre seguros assim que fór feito o ajustamento, ou

conforme qualquer regra ou regulamento que a directoria julgar conveniente estabelecer para aquelle fim.

57. Que a directoria fará com que todos os dinheiros a receber, de tempos em tempos, e os recebidos por conta do dito capital da companhia, e todos os dinheiros a receber de tempo em tempo de seguros, e tambem todos os mais dinheiros pertencentes à dita companhia, conforme e quando forem recebidos, pagos e entregues nos nomes de tres ou mais dos depositarios da dita companhia ao banco ou aos bancos dos banqueiros que julgarem convenientes empregar, como já fica mencionado, e nem o mesmo dinheiro, nem parte alguma delle respectivamente será retirado do mesmo banco, salvo para os fins da companhia, e por cheque ou cheques por escripto, assignados por dous ou mais dos directores.

58. Que a directoria fará com que todos os fundos e bens da companhia na actualidade nas mãos dos banqueiros, salvo aquella quantia que ella julgar necessaria deixar nas suas proprias mãos para as despesas correntes, e não excedendo tudo de £ 20.000 para serem accumuladas, e para aquelle fim ser empregada e investida no nome da dita companhia, ou no de tres ou mais dos depositarios da dita companhia nos fundos parlamentares da Gran-Bretanha, ou em titulos de seguro da Marinha, The-souro ou do Governo, ou titulos da India, ou sobre bens reais, ou titulos de arrendamento na Gran-Bretanha ou Irlanda, ou na compra de bens pessoais para quaesquer bens de raíz, ou interesse nos mesmos na posse remanescente, reversão ou contingencia e que a directoria poderá de tempo em tempo, conforme julgar conveniente, mandar empregar quaesquer fundos ou bens para serem investidos, como já fica declarado, para o emprego ser variado, empregando-os em quaesquer outros fundos, titulos, ou bens, já nesta previamente mencionados, ou para serem vendidos e convertidos em dinheiro, e o dinheiro por elles pago aos banqueiros da actualidade, para por elles ser empregado, disposto, investido de quaesquer dos modos, nesta já antes declarado.

59. Que a directoria sempre deixará nas mãos dos banqueiros um saldo dos fundos e propriedade da companhia que ella julgará sufficiente para acudir àsdespezas correntes da companhia, e quando aquelle saldo não for sufficiente para o fim, será licito à directoria chamar ou converter em dinheiro uma parte competente dos fundos ou bens da companhia, nesta já previamente determinado para ser empregado e investido para o fim de accumulção.

60. Que todos os diversos pagamentos, a que, de tempo em tempo, os fundos ou a propriedade da companhia estarão sujeitos ou responsaveis, serão feitos e de conformidade com as ordens ou resoluções da directoria, e nenhuns pagamentos, salvo os que são feitos de conformidade com taes ordens ou resoluções, desobrigarão a pessoa ou pessoas fazendo tales pagamentos.

61. Que a directoria fará com que toda a quantia que mandará pagar, será effectuada por cheques sobre algum banqueiro e fará com que será assignado cada cheque suado como já fica mencionado por dous ou mais directores.

62. Que a directoria sempre proverá uma ou mais casas em Londres para a companhia e todos os mais escriptorios que julgar necessários, e para aquelle fim será feito á mesma directoria de tempo a tempo, e a todo o tempo quando fôr preciso, e tirado dos fundos ou bens da dita companhia, arrendar ou comprar (em nome de mais tres dos depositarios) e guardar bem conservada uma ou mais casas ou escriptorios, e vender, trocar, ou de outra maneira dispor á sua discreção de quaesquer daquelles casa ou casas ou escriptorios que devem ser assim comprados, como fica já mencionado.

63. Que as ditas casas ou casa, escriptorios que devem ser comprados pelos ditos depositarios, conforme as fianças nesta já antes confidas, serão considerados como bens pessoais.

64. Que a directoria fará com que livros blancos de contas sejam guardados e que os lançamentos devem ser feitos nellos de todos os dinheiros da companhia recebidos e desembolsados, e fará com que estejam examinados pelos contadores os ditos livros de contas, juntamente com os titulos, todas as cartas e escriptas, que de tempo em tempo têm relação com a companhia, e que devem ser guardados no escriptorio da companhia.

65. Que no 1.<sup>o</sup> dia de Janeiro do anno de 1827, e em cada anno que seguir, a directoria fará com que se pague a cada um dos presidentes da companhia o salario de £ 200, e a cada um dos contadores o salario de £ 50, ou taes outros ou mais salarios que de tempo em tempo forem determinados por qualquer estatuto ou regulamento que poderá ser feito em um auditorio geral annual no anno de 1829, e em cada anno geral extraordinario, e confirmado como já fica mencionado.

66. Que a directoria entre o 1.<sup>o</sup> dia de Janeiro e o dia em que reunir-se o auditorio geral annual no anno de 1829, e em cada anno seguinte mandará fazer um relatorio dos lucros e accumulacões feitos pelo emprego do capital da dita companhia, desde o começo dos negocios da dita companhia, ou o fim do periodo incluído no ultimo relatorio antecedente, e no dia em que o auditorio geral será reunido em cada anno, a importancia (portanto que os lucros ou as accumulacões não excederem a £ 5 % sobre a somma total das prestações pagas sobre as acções) será repartida entre os membros da dita companhia em proporção das acções respectivamente possuidas por elles, respectivamente, mas no caso de haver um remanescente de lucros e accumulacões que exceder as £ 5 %, ficará facultativo á directoria quer repartir o mesmo da maneira já mencionada, ou ajuntar os taes remanescentes ao fundo permanente do capital da dita companhia.

67. Que a directoria, antes de reunir-se o auditorio geral annual de 1829, e depois de findo cada anno seguinte, e antes

do auditorio geral annual, no anno proximo seguinte, examinará e investigará os relatorios que devem ser apresentados respectivamente perante os contadores, como fica ao depois mencionado, dos lucros e accumulacões desde o começo dos negocios da dita companhia, durante o anno antecedente (conforme o caso precisar), do negocio tratado pela dita companhia, e a somma das perdas que devem ser receidas das apolices e riscos da companhia subsistindo, e da importancia das respectivas sommas que possam ser suificientes para segurar o pagamento de todos os dinheiros pagaveis a respeito de taes perdas, e apromptará um relatorio ou relatorios por escripto da dita directoria para a reunião do auditorio geral annual, a respeito do estado e andamento dos negocios da dita companhia, e que tal relatorio ou relatorios serão assignados pelo presidente ou director na cadeira na actualidade e será produzido e lido em tal auditorio geral annual.

68. Que aquella directoria determinará a importancia da somma de dinheiro, a qual na opinião da directoria possa seguramente ser considerado apropriado, como sendo a importancia dos lucros do negocio da dita companhia desde o precedente periodo ou anno.

69. Que a directoria si julgar conveniente (mas não de outro modo) fazer taes relatorios como os já mencionados, e determinar e apropriar as quantias dos lucros como ficam já mencionados no auditorio geral annual que devia reunir-se no anno ou annos, antes do anno de 1829.

70. Que aquella parte que a directoria julgar conveniente da quantia que constar ser a dos lucros, como já fica mencionado até o dito capital, ou quantia de cinco milhões de libras terá sido subscripta por inteiro, será apropriada pela directoria no pagamento e satisfação daquelle parte do dito capital, que de tempo em tempo ficar por pagar, e cada um dos membros será creditado respectivamente com a sua parte proporcional da somma que tem de ser assim apropriada em additamento ás prestações pagas por elle ou por ella sobre o numero de acções delle ou della no capital da dita companhia.

71. Que será licito á directoria applicar aquella outra parte de qualquer quantia assim constada, como já fica mencionado, que ella julgar conveniente, na compra ou redempção de acções do capital da dita companhia, portanto, que não se pague mais do que a quantia de noventa e cinco libras pela compra de qualquer acção, além da quantia da prestação que terá sido actualmente paga sobre ella.

72. Que a directoria fará com que o restante si o tiver das quantias assim referidas, como já fica mencionado, ou o tudo da mesma no caso da directoria não poder, ou não julgar conveniente apropriar parte da mesma para pagamento em parte do dito capital ou na compra ou redempção de acções como já fica mencionado, para ser dividida entre os membros da dita companhia em proporção das respectivas acções possuidas por elles nesta, e ser pagavel e pago no escriptorio da companhia



dentro de um mez calendario proximo depois do auditorio geral em que fique declarada a importancia dos lucros.

73. Que a directoria fará com que sejam lançados em um livro que se deve guardar para aquelle fim, o nome e a residencia de cada actual e futuro membro, e o numero de acções a elle ou a ella pertencente, e que ao receber no escriptorio da companhia aviso por escripto de um proprietario ou proprietarios terem mudado a residencia, fazer lançar no livro o nome delle ou della.

74. Que ao receber no escriptorio da companhia aviso por escripto, de ter-se casado uma senhora, membro da dita companhia, ou de um membro ter fallecido ou fallido, ou de ter sido declarado insolvente, e do nome e logar de residencia do seu marido ou os nomes e logares de residencia dos testamenteiros, administradores, procuradores, conforme o caso, delle ou dellas para serem lançados no dito livro, com o nome ou nomes, e logar ou logares de residencia do possuidor ou possuidores da acção ou acções daquelle membro.

75. Que será lícito à directoria quando e quantas vezes ella julgar conveniente fazer-se uma resolução que os membros serão convidados para pagarem em qualquer tempo depois de passarem-se taes resoluções, taes outras prestações sobre as suas acções no dito capital das £ 5.000.000 conforme a directoria julgar necessario, até tudo fôr pago.

76. Que quatorze dias pelo menos antes do tempo que deve ser marcado para o pagamento de qualquer prestação mais, a directoria fará dirigir uma carta circular pelo correio a cada membro ou possuidor de qualquer ou quaesquer acção ou acções, em sua residencia, conforme se vê no dito livro da companhia, especificando o tempo e logar para o pagamento da mesma, declarando que si a mesma não fôr paga dentro de um mez calendario depois do dia marcado para o pagamento da mesma acção ou acções daquelle membro no dito capital, e todas as addições e vantagens a ellas pertencentes, estarão sujeitas a serem confiscadas á companhia, e inserir-se-ha um annuncio a este effeito na *London Gazette* e em duas folhas londrinas.

77. Que pelo descuido ou recusa de qualquer membro ou possuidor de qualquer ou quaesquer acção ou acções de pagar qualquer prestação mais pelo espaço de um mez calendario proximo depois do dia mencionado naquella carta circular já mencionada para o pagamento da mesma ou pelo descuido ou recusa de qualquer pessoa, tendo ella sido approvada pela directoria como membro, ou tendo comprado qualquer ou quaesquer acção ou acções da directoria para excentar dentro do tempo nesta ao depois prescripto tal instrumento de contrato que nesta ao depois fôr mencionado, então, e em todos os mais casos será lícito a uma directoria extraordinaria especialmente convocada para aquelle fim para declarar que a acção ou as acções no dito capital da pessoa ou pessoas que assim descuidam ou recusam, como já fica mencionado, e todos os additamentos,

benefícios e vantagens quaesquer, pertencentes ou acompanhando aos mesmos, serão de então em diante confiscados á companhia.

78. Que não obstante qualquer coisa nesta antecedentemente contida, a directoria poderá, si julgar conveniente, obrigar o pagamento de tal empréstimo mais, em lugar de declarar tal acção ou taes acções, como já fica mencionado, confiscadas.

79. Que a directoria á sua discreção, ou venderá em benefício da companhia a qualquer ou quaesquer pessoa ou pessoas habilitadas para serem membro ou membros nesse respeito a tal ou taes preços e sob taes ajustes e condições que a directoria julgar conveniente, todas ou quaesquer das acções que serão compradas pela directoria, como já fica mencionado, ou serão confiscadas, como já fica mencionado, ou soffrerá que as ditas acções compradas ou confiscadas, ou quaesquer dellas sejam ajuntadas ao fundo geral da companhia.

80. Que a directoria, quando algum aviso fôr deixado por alguma pessoa, ou a favor da mesma no escriptorio da companhia, participando o desejo delle ou delles serem membro ou membros da companhia, procederá sem demora a tomar em consideração aquelle aviso, e certificará por escripto, no escriptorio, ou aliás a pessoa que apresentou a noticia á approvação ou desapprovação da pessoa proposta naquelle aviso para ser o membro novo.

81. Que será lícito á directoria recusar absolutamente permittir qualquer marido de uma proprietaria, ou o testamenteiro ou o administrador de um proprietario fallecido, ou a commissão de um proprietario lunatico, ou a qualquer pessoa que tal marido, testamenteiro ou commissão, ou qualquer procurador de um fallido membro da companhia ou qualquer pessoa querendo comprar qualquer ou quaesquer acção ou acções vir a ser membro da companhia.

82. Que a directoria fará com que as acções no capital da dita companhia sejam entregues ou transferidas no escriptorio da companhia do modo que ella julgar conveniente.

83. Que será lícito á directoria, uma vez no trimestre, fechar e continuar a ter fechados os livros de transferencias de acções a tal tempo e para o periodo não excedendo 14 dias, conforme a directoria julgar conveniente, sendo annuciado na *London Gazette* com antecedencia de, pelo menos, 10 dias de tempo do fechamento dos ditos livros e o periodo durante o qual continuarão fechados.

84. Que, quando qualquer pessoa tornar-se um membro novo da companhia, a directoria mandará lançar no livro guardado para aquelle mister, como já fica mencionado, o nome e lugar de residencia delle ou della.

85. Que, quando e quantas vezes que quaesquer pessoa ou pessoas quebrar ou recusar ou descuidar de cumprir quaesquer das convenções contidas nesta presente, e que devem ser cumpridas ou obedecidas da parte delle ou della, será lícito á directoria immediatamente propôr uma acção ou pleito judicial a ser começado o proseguido nos nomes ou no nome das pessoas ou da pessoa que, ficando a directoria instruida, deverão ser o

autor ou autores do pleito contra a pessoa ou pessoas na actualidade, commettendo a violação, recusando ou descuidando, como já fica mencionado, ou os testamenteiros ou administradores delle, della ou delles, e a pessoa ou pessoas, em cujos nomes ou nome qualquer processo ou pleito fôr começado, como já fica mencionado, não descontinuará, desobrigará ou ficará à revelia o tal processo ou pleito sem o consentimento da directoria, e será indemnizado dos fundos da companhia contra todas as despesas e perdas que elle ou elles poderão incorrer ou sustentar, em consequencia de tal processo ou pleito, e as quantias ou quantia de dinheiro que devem ser cobradas em qualquer semelhante processo ou pleito formará parte dos fundos da companhia, e a directoria disporá do mesmo de conformidade.

86. Que quando e quantas vezes julgar a directoria conveniente começar, instituir, apresentar, proseguir ou continuar qualquer processo ou pleito, ou qualquer petição para estabelecer qualquer commissão de fallencia ou quaesquer processos, quer no fóro, quer por tribunal de equidade contra qualquer pessoa ou pessoas, corpo ou corpos politicos ou incorporados em prol da dita companhia, ou mover, instituir ou continuar quaesquer processos a favor da dita companhia, a dita directoria mandará que o mesmo respectivamente seja começado, instituido, apresentado, processado ou proseguido no nome ou nomes de taes pessoa ou pessoas que a directoria fôr aconselhada serem as pessoas ou pessoa idoneas para começar, instituir, apresentar, processar ou continuar os mesmos, ou qualquer ou quaesquer quantia ou quantias de dinheiro para serem cobradas em qualquer semelhante processo, pleito ou outro procedimento, formará parte dos fundos da companhia, e a directoria disporá do mesmo de conformidade.

87. Que a directoria indemnizará dos fundos da companhia qualquer ou quaesquer taes pessoas contra todas as despesas e perdas que deve causar qualquer processo ou pleito, petição ou procedimento ou demanda por começar, ser instituido, apresentado, proseguido ou continuado em nome delle ou delles já mencionado, e indemnizar qualquer ou quaesquer pessoa ou pessoas que terá sido membro ou membros, de todas as perdas e expensas que elle ou elles incorrerão, ou com que ficarão encarregadas, proveniente de qualquer processo, pleito ou execução começado, instituido, proseguido ou emittido contra elle ou elles, como membro ou membros, ou por conta da dita companhia.

88. Que será lícito à directoria quer requerer ao Parlamento para uma lei para habilitar a dita companhia a demandar, e ser demandada pelo presidente na actualidade ou qualquer outro membro da companhia, ou impetrar de Sua Magestade em Conselho de Estado, uma carta patente de encorporação, conforme se julgar conveniente e conforme fôr aconselhada a dita directoria e obter-se a dita lei ou carta, submeter os membros da dita companhia a taes responsabilidades individuaes impostas sobre elles quanto às suas pessoas e bens a titulo de

condições para obterem a mesma e para annuir a outras condições ou restricções que, quer o Parlamento, quer o Governo, julgar conveniente impôr, não obstante ser o mesmo inconsistente em desacôrdo com certas das clausulas contidas nesta presente, ou que taes clausulas possam tornar-se, por isso, inefficazes.

89. Que para melhor governo da directoria será lícito a qualquer directoria extraordinaria especialmente convocada para aquelle fim, fazer taes estatutos e regulamentos que julgar conveniente, portanto, que estes não sejam inconsistentes com as regras e regulamentos por esta estabelecidos, ou por ser estabelecidos, como já fica mencionado, e a qualquer tempo alterar ou revogar quaesquer dos estatutos ou regulamentos que serão assim feitos.

90. Que sujeito e sem prejuizo aos poderes nesta já concedidos aos auditorios geraes, a directoria terá a inteira gestão e superintendencia sobre os negocios e interesses da companhia e em todos os casos providos por esta presente, ou para serem para o futuro providos por taes dous auditorios extraordinarios, como já antes fica mencionado, ou por quaesquer estatutos ou regulamentos por fazer, como fica já mencionado, proceder em rigorosa conformidade com as leis e regulamentos por esta estabelecidos, ou por serem para o futuro estabelecidos, de conformidade com os poderes nesta já antes concedidos aos ditos dous auditorios geraes extraordinarios, ou taes estatutos ou regulamentos, mas em todos os casos na actualidade desprovido por esta ou pelos auditorios geraes, ou aquelles estatutos ou regulamentos que serão lícitos a directoria proceder de tal modo que lhe parecerá melhor.

91. Que todo actual e futuro presidente da dita companhia continuará no cargo que é vitalicio, salvo si vagar o cargo enviando a directoria a sua demissão, tendo dado a mesma aviso prévio dous mezes calendarios de sua intenção de retirar-se, ou ficará deshabilitado como nesta ao depois fica mencionado.

92. Que si em qualquer tempo quaesquer dos actuaes presidentes cessarão de possuir quinhentas acções do capital da dita companhia em seu proprio direito, ou qualquer presidente futuro não possuir quinhentas acções dentro em tres mezes depois de ser eleito, ou cessará depois de possuir quinhentas acções em seu proprio direito, será elle immediatamente deshabilitado para o cargo de presidente.

93. Que cada um dos ditos presidentes na actualidade, sendo em rotação segundo a ordem em que ficam nesta já antecedentemente nomeados, terão direito de tomar a cadeira em todos os auditorios geraes e directorias da dita companhia, por um anno findo no 1.º dia de Janeiro inclusive si elle sobreviver e continuar no cargo, sendo presidente para o corrente anno o dito John Irving e cada futuro presidente será considerado quanto a rotação que se deve guardar em occupar a cadeira como ficando no lugar do presidente, a cujo posto será elle eleito.

94. Que o numero de directores, exclusivamente dos presidentes, não consistirá em menos de quatorze e não excederá

daquelle numero, salvo si fôr augmentado em virtude dos poderes nesta já antecedentemente contidos, e nunca excederá a vinte.

95. Que em todo o auditorio geral annual quatro dos actuaes directores largarão os cargos, e que no auditorio geral annual de 1827, ou em algum adiamento do mesmo em que escolher-se-lia quatro directores, quatro dos actuaes eleitos por sorte ou de outro modo entre si, largarão o cargo, e no dia em que cada um dos dous seguintes auditorios geraes annuaes estarão effectuados, ou algum adiamento dos mesmos respectivamente, como fica já mencionado, quatro directores mais dos ditos actuaes, ou os directores que devem ser escolhidos no lugar dos actuaes que tambem deve ser determinado entre elles, se retirarão do cargo; e em cada auditorio geral annual subsequente, aquelles quatro directores que terão servido o cargo por mais tempo, ou que determinarem entre si, como já fica mencionado, se retirarão do cargo.

96. Que o numero de contadores nunca será mais nem menos de tres.

97. Que no auditorio geral annual, que se deve effectuar no dia ou no immediato ao do 1º de Janeiro de 1827, ou em algum adiamento do mesmo, em que um contador será escolhido, um dos contadores que será determinado por sorte, ou de outro modo entre elles no auditorio geral annual que se effectuará em 1828 ou em algum adiamento do mesmo, um dos dous contadores que ficam tambem para ser determinado entre elles, e no auditorio geral annual, que deve ter lugar em 1829, ou em algum adiamento do mesmo, o contador que ficar tambem largará o cargo.

98. Que em cada auditorio geral annual subsequente aquelle dos contadores que estiver mais antigo no emprego sahirá dello.

99. Que nenhum contador será habilitado a occupar qualquer outro emprego na dita companhia.

100. Que os contadores de tempo em tempo inspeccionarão e examinarão os livros de contas da dita companhia, e apromptarão e produzirão perante a directoria, na primeira reunião no mez de Janeiro em cada anno, um relatório ou relatorios assignados por elles dos recebimentos e desembolsos da companhia durante o anno precedente, findo em 31 de Dezembro, e dos promenores e importe dos fundos da companhia, e do estado das dividas e dos creditos e responsabilidades da mesma.

101. Que todo o director ou contador que fôr eleito no lugar de um director ou de um contador que deixar vago o cargo, quer por fallecimento ou resignação, será considerado, quanto à rotação que deve seguir na retirada do cargo, como no lugar de director ou contador, em cujo lugar elle será eleito.

102. Que todo o director ou contador, largando o cargo, será immediatamente reelegivel.

103. Que nenhum membro será habilitado para ser eleito director ou contador da mesma companhia, sem que na occasião de sua eleição, elle será possuidor de cincoenta acções em seu

proprio direito, do capital da dita companhia, e si elle não possuir cem acções dentro em tres mezes calendarios depois d'elle ser eleito ou depois, cessará de possuir cem acções, seu emprego ficará immediatamente vago.

104. Que nenhum director ou contador terá qualquer emprego em qualquer outra companhia de seguros marítimos; e si qualquer director ou contador tomar ou occupar um cargo em qualquer outra semelhante companhia, seu cargo de director ou contador ficará immediatamente vago.

105. Que qualquer director ou contador pôde em qualquer tempo vagar seu cargo remettendo a sua demissão, por escripto, á directoria.

106. Que os depositarios da companhia nunca consistirão de menos de quatro.

107. Que cada depositario continuará no seu emprego, que é vitalicio, salvo si elle vagar o cargo, remettendo á directoria a sua resignação, tendo dado á mesma directoria, dous mezes calendarios de prévio aviso, de sua intenção de resignar.

108. Que qualquer depositario pôde ser removido, ou vagar seu cargo de depositario e conservar o de presidente ou director.

109. Que os presidentes, directores, depositarios ou outros, actualmente empregados da companhia, serão indemnizados e salvos por meio dos fundos ou bens da companhia contra todas as custas, despezas, perdas e damnos, e expensas que elles poderiam já ter pago, sustentado ou incorrido, ou que, para o futuro, elles poderão sustentar ou incorrer no exercicio dos seus respectivos cargos, ou fiducias, ou em qualquer processo, pleito ou procedimento, ou acerca dos mesmos, quer no fóro, ou perante um tribunal de equidade que a directoria julgará conveniente empregar, tomar, proseguir ou defender, salvo taes custas, despezas, perdas, damnos, expensas que poderão acontecer pelo descuido voluntario ou falta de quaesquer semelhantes presidentes directores, depositarios, ou outros empregados respectivamente, e que nenhum delles ficará responsavel para qualquer acto ou falta de outro ou outros delles, ou para ajuntarem-se em recibos, por causa de conformidade, ou para os banqueiros da companhia ou quaesquer outros banqueiros ou pessoas com as quaes os dinheiros ou effectos pertencentes á companhia serão ou poderão ser depositados para segurança ou outro motivo, ou pela insufficiencia ou deficiencia de qualquer garantia sobre a qual os dinheiros da companhia ou que lhe pertencem serão empregados e investidos, ou para qualquer outro prejuizo, desastre ou danno que possa succeder na execução de seus respectivos cargos ou fiducias, ou com relação a elles respectivamente, salvo si o mesmo acontecer pela sua propria e voluntaria negligencia respectivamente.

110. Que todo o relatório dos lucros e contas da mesma companhia que, de conformidade com a determinação nesta antecedentemente contida, será produzido pela directoria no auditorio geral annual, será obrigatorio e conclusivo para todos os

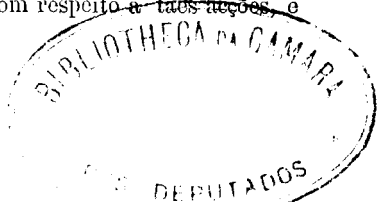
membros da dita companhia, seus testamenteiros, administradores e procuradores, salvo si descobrir algum erro nelle respectivamente, antes de ter sido produzido o relatório proximo seguinte, em cujo caso aquelle erro será corrigido.

111. Que cada membro pagará qualquer ou quaesquer outra ou outras prestações sobre as respectivas acções delle ou della no capital de 5 milhões de libras na occasião ou antes do tempo que deve ser marcado em uma carta circular que deve ser remettida por ordem da directoria, como já fica mencionado para exigir o pagamento das mesmas, e na falta de pagamento das mesmas as ditas acções poderão ser confiscadas.

112. Que todo o membro que mudar o logar da morada delle ou della, ou sendo senhora contrahir matrimonio, ou os testamenteiros ou administradores de qualquer membro que morrer, ou os procuradores de qualquer membro que fallir ou tornar-se insolvente, darão aviso immediatamente por escripto, no escriptorio da companhia, daquella mudança de nome, fallecimento, fallencia ou estado insolvel respectivamente, e no tal aviso mencionar-se-hão o nome delle ou della, e logar de domicilio, e o nome e domicilio do marido della, ou os nomes e logares de residencia dos taes testamenteiros, administradores ou procuradores respectivamente.

113. Que qualquer carta que fôr mandada pelo correio enviada pela directoria da companhia a um membro ou possuidor ou possuidores de uma ou mais acções, e dirigida áquelle membro, possuidor ou possuidores ao logar de residencia delle, della ou delles, conforme se acham lançados no livro que se deve guardar para aquelle fim, como já fica mencionado, será considerado aviso válido do conteúdo daquella carta, e o membro possuidor ou possuidores, e todas as pessoas que reclamam delle, della ou delles, ficarão concluidas por aquelle aviso, e o marido de uma senhora, membro, e os procuradores de um fallido membro, ou que tornou-se insolvente, serão tambem incluídos por tal aviso até informação fôr dada por escripto do casamento, fallecimento, fallencia ou insolvencia e o nome ou nomes e logar ou logares da residencia da pessoa ou pessoas que tornam possuidores da acção ou das acções de tal membro terá sido participado no escriptorio da companhia como já fica mencionado.

114. Que em todos os casos em que quaesquer acções no dito capital de cinco milhões de libras, serão consignadas ou legadas ou investidas em qualquer pessoa, ou pessoas *in fiducta* para qualquer ou quaesquer outra ou outras pessoas ou por qualquer interesse parcial, o recibo do membro em cujo nome taes acção ou acções ficarem lançadas no livro da dita companhia, não obstante qualquer reclamação ou requisição, equitativa que seja da pessoa ou pessoas com direito beneficialmente ás ditas acções, poderá ser uma quitação boa e sufficiente para a quantia e quantias que poderão ser pagaveis pela companhia para, ou com respeito a taes acções, e



desobrigará a companhia de toda a obrigação de ver o seu emprego, ou ser responsável para a sua má applicação.

115. Que os maridos de proprietarias femininas, ou os testamenteiros ou administradores de membros fallecidos, não serão membros da companhia, com respeito ás acções possuidas por elles no dito capital de cinco milhões de libras em qualquer daquellas categorias, e poderão de modo e com as condições nesta ao depois mencionado, ou serem membros, ou dispôr das ditas acções assim possuidas por elles.

116. Que todo o testamenteiro o administrador de um fallecido membro, que desejar ser membro com respeito da acção ou das acções possuidas por elle ou por ella, dará parte por escripto no escriptorio de tal desejo d'elle ou d'ella, declarará em tal aviso o nome e logar do domicilio d'elle ou d'ella, ou de taes pessoa ou pessoas, e o numero de acções com respeito das quaes, elle ou ella deseja, ou que qualquer outra semelhante pessoa ficará sendo membro.

117. Que antes de qualquer testamenteiro ou administrador de um fallecido membro transferir a acção ou acções possuidas por elle ou por ella respectivamente em quaesquer das categorias, ou vir a ser membro com respeito á mesma, elle ou ella produzirá o deixará por um espaço de tempo razoavel a approvação do testamento ou um extracto por certidão, ou as cartas de administração, por virtude das quaes elle ou ella poderá reclamar ou ter direito a tal ou a taes acção ou acções, possuidas por elle no escriptorio da companhia.

118. Que, si qualquer testamenteiro ou administrador, depois daquello aviso ultimamente declarado, fôr approved pela directoria, elle ou ella, dentro de um mez calendario, depois de ser devidamente certificada aquella approvação, executará um instrumento de convenção que deve ser preparado pela directoria, pelo qual a pessoa desejando ser um dos membros pactuará submeter-se aos regulamentos da companhia que são contidos nesta presente, e immediatamente depois da execução daquello instrumento e não antes elle ou ella ficará sendo um dos membros da companhia.

119. Que o testamenteiro ou administrador de um fallido membro, ao executar tal instrumento, ou si alguma pessoa ou pessoas tornam membro ou membros com respeito daquella acção ou acções, mas não antes, têm direito a receber taes juros, dividendos ou outros lueros que forem adjudicados depois do fallecimento de tal membro, sobre a acção ou acções possuidas por elles em quaesquer daquellas capacidades.

120. Que os procuradores de qualquer membro fallido ou que se tornou insolvente, ou as commissões de um membro lunatico, não serão membros com respeito das acções de que estão de posse em qualquer daquellas capacidades.

121. Que antes que os procuradores de qualquer membro fallido ou que se tornar insolvente ou as commissões de qualquer membro lunatico transferirem acção ou acções possuidas por elles naquella capacidade, os mesmos deixarão no



escriptorio da companhia a escriptura ou outro instrumento legal, pelo qual os effeitos do membro fallido, insolvente ou lunatico têm sido nelles investidos ou consignados.

122. Que ao transferir ou consignar a acção ou as acções de qualquer membro fallido, insolvente a alguma pessoa ou pessoas que se tornam membro ou membros com respeito da mesma, e não antes que os procuradores ou commissões de tal fallido ou insolvente ou membro lunatico, terá o direito de receber juros, dividendos e outros lucros a que aquelle membro fallido, insolvente, ou lunatico teria tido o direito com respeito àquella ou àquellas acção ou acções.

123. Que quando a directoria da maneira nesta já antes exigida, tem certificado que qualquer pessoa desejosa de comprar ou de outro modo obter qualquer ou quaesquer acção ou acções, é para ser membro com respeito da mesma, a pessoa que deseja transferir aquella acção ou aquellas acções está livre para transferir as mesmas àquella pessoa sem demora.

124. Que todo o vendedor de qualquer acção ou quaesquer acções transferirá as mesmas ao comprador no escriptorio da companhia, do modo que a directoria prescreverá.

125. Que todo o vendedor, ou outra pessoa transferindo qualquer ou quaesquer acção ou acções depois de que (da maneira prescripta pela dita directoria) elle terá entregue ou transferido as acções delle ou della, como já fica mencionado, e depois de todas as prestações que então poderão ser vencidas sobre ellas, terão sido pagas, cessará de ser com respeito daquella ou daquellas acção ou acções um dos membros da companhia, e ficará para sempre em diante quite e desobrigado, ou aliás indemnizado contra toda a mais obrigação com respeito àquellas acções e de todas as convenções, regulamentos e estipulações, ás quaes elle ou ella teria sido sujeito com respeito as mesmas acções, si as mesmas não tivessem transferido.

126. Qualquer pessoa a quem quaesquer acções no capital da dita companhia serão transferidas, e quem na época daquella transferencia, não um dos membros da companhia com respeito a outras acções, então possuidas por elle ou por ella, será considerado quanto aos deveres, obrigações, reclamações e exigencias com respeito das mesmas, como membro della do tempo da transferencia das mesmas; mas quanto a todos os lucros, direitos, privilegios, beneficios e vantagens provenientes das acções assim compradas, elle não será considerado como membro da companhia, até elle ou ella tiver executado uma escriptura de convenção que será preparada pela directoria, pela qual, elle, ella ou elles, concordarão em submeter-se aos regulamentos da companhia.

127. Que toda a pessoa que, para o futuro, comprar ou obter quaesquer acções no capital da companhia, e que antecedente àquella compra será executada esta presente ou uma escriptura de convenio preparada pela directoria, pela qual, elle ou ella, concordarão em submeter aos regulamentos da companhia, e quem, na época de comprar ou obter taes acções, será membro

da companhia com respeito das acções então possuidas por elle ou ella no capital da companhia, será considerado quanto às acções compradas ou obtidas desde o tempo da compra ou obtenção das mesmas um dos membros, por todos os fins, com respeito às mesmas acções, e não será preciso executar aquella escriptura ou convenio que já fica mencionado.

128. Que no caso de parecer necessario ou conveniente à directoria, em qualquer tempo futuro ou à maioria dos membros da dita companhia dissolver a mesma, será lícito à dita directoria convocar uma assembléa geral especial, tomar o mesmo em consideração, e para determinar sobre o mesmo, e aquelle auditorio geral será convocado por avisos na *London Gazette* e em duas folhas Londrinas e em uma de Dublin, e uma de Edimburgo um mez pelo menos, antecedente ao tempo em que a mesma terá lugar; e taes avisos declararão o dia e hora da reunião de tal auditorio geral e o fim para que será a mesma convocada; e no caso de serem as tres quartas partes dos votos dos membros presentes naquella reunião a favor da dissolução da dita companhia, então e naquelle caso um outro auditorio geral especial será convocado do mesmo modo para confirmar a resolução daquelle primeiro referido auditorio geral especial, e no caso de serem as ditas resoluções confirmadas por tres quartas partes dos votos de membros habilitados presentes no segundo auditorio geral especial, será a companhia logo dissolvida, e as devidas providencias serão tomadas pela directoria para levar o mesmo a effeito, pagando todas as dividas e exigencias da dita companhia, e arrecadando e cobrando e convertendo em dinheiro dividas e reclamações devidas à dita companhia e todos os titulos a receber pertencentes a ella, e fazendo provisão para pagamento e satisfação de todos os seguros pendentes, com plenos poderes a directoria para comprar e remir os ditos seguros ou fechal-os com as partes seguradas por elles, de tal modo e sob taes condições que parecerá expediente à dita directoria, e depois de tomadas as devidas providencias para o pagamento de todas as dividas da companhia e para satisfazer todos os prejuizos e damnos reclamaveis contra a mesma, o remanescente do capital e effeitos da dita companhia será dividido e distribuido entre os membros da mesma *pro rata*, em proporção das acções respectivamente possuidas por elles na mesma; e no caso de todo o capital e fundos e effeitos da companhia serem insufficientes para satisfazer reclamações, exigencias e perdas, cada um dos membros contribuirá para isso em proporção das acções possuidas por elle ou ella respectivamente na mesma.

129. Que si qualquer questão, disputa ou opposição em qualquer tempo ou tempos suscitar, entre quaesquer das partes executoras desta presente, ou qualquer escriptura de convenio, como já fica dito, concernente a qualquer materia ou cousa nesta contida, ou qualquer materia ou cousa a ella relativa ou à gestão ou aos negocios da companhia, então em cada um e todo o caso, as partes em opposição de tempo em tempo

deixarão as materias em questão entre ellas para serem decididas e resolvidas pelo parecer de tres advogados do fóro, com exercicio em Londres, para serem escolhidos como segue; isto é, um dos taes advogados devendo ser escolhido por uma das partes em opposição e o advogado restante pelos dous advogados que serão os primeiros escolhidos, e quando ficar escolhido o terceiro, uma relação contendo todos os factos e materias em disputa será plenamente exarada por escripto e apresentada perante os ditos advogados, e o parecer da maioria delles por escripto será final em resolver a differença, e as partes contententes submetterão respectivamente ao dito parecer, e a pessoa ou pessoas, contra quem a dita decisão ou determinação será feita ou dada, pagará, saldará e satisfará todos os emolumentos, custas, despezas, damnos e expensas, que terão sido occasionados por aquella questão ou disputa, e pelo meio de decidir e determinar o mesmo da maneira nesta já antes mencionado.

Em testemunho do que as ditas partes têm nesta firmado com as suas proprias mãos, e a têm sellado no dia e anno primeiro acima escripto.

*Certificado de incorporação da Companhia « The Alliance Marine Assurance Company limited »*

Pelo presente certifico que a Companhia *The Alliance Marine Assurance Company, limited* fica incorporada hoje, sob as leis das companhias de 1862 a 1880, e que esta companhia é limitada.

Dada debaixo da minha firma, em Londres, aos vinte e cinco de Março de mil oitocentos oitenta e um.— *W. H. Cousins*, registrador das companhias anonymas. — (Assignado) *Douglas Owen*, secretario.

Emolumentos £ 50, 0, 0.

E nada mais continha ou se declarava no dito documento, que bem e fielmente traduzi do original em inglez, ao qual me reporto.

Em fô e testemunho do que passei este presente, por mim assignado e sellado com o sello do meu officio nesta muito leal e heroica cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro, aos 2 de Janeiro de 1886.— *Hil. Le Page*, traductor publico e interprete commercial juramentado da praça.



#### DECRETO N. 9595 — DE 8 DE MAIO DE 1886

Concede permissão a Collatino Marques de Souza para explorar amiantho na  
Provincia de Minas Geraes.

Attendendo ao que requereu Collatino Marques de Souza, Hei por bem Conceder-lhe permissão para explorar amiantho nos terrenos devolutos existentes no municipio do Pomba, da Pro-

vincia de Minas Geraes, mediante as clausulas que com este baixam, assignadas por Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 8 de Maio de 1886, 65º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio da Silva Prado.*

**Clausulas a que se refere o Decreto  
n. 9595 desta data**

**I**

Fica concedido a Collatino Marques de Souza o prazo de dous annos, contados desta data, para, sem prejuizo dos direitos de terceiro, proceder á exploração e pesquisas para descobrimento de minas de amiantho nos terrenos devolutos existentes no municipio do Pomba, da Provincia de Minas Geraes.

Dentro deste prazo o concessionario deverá apresentar na Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas plantas geologica e topographica dos terrenos explorados, com perfis que demonstrem, tanto quanto for possivel e o permittirem os trabalhos executados, a superposição das camadas mineræes, e remetterá, com as mesmas plantas, amostras dos mineræes encontrados e relatorio minucioso da localidade em que a mina estiver situada, declarando qual a possança e riqueza desta; qual sua extensão e sua direcção; a distancia entre ella e os povoados mais proximos, e os meios de communicação existentes; a área necessaria para a mineração, e, finalmente, os meios apropriados para o transporte dos productos das minas.

**II**

Os trabalhos de pesquisa e explorações, para descobrimento de minas, poderão ser feitos por qualquer dos modos recomendados pela sciencia.

**III**

O concessionario fica obrigado a indemnizar os damnos e prejuizos que de seus trabalhos de exploração possam provir ás propriedades adjacentes e a restabelecer, á sua custa, o curso natural das aguas que desviar por causa dos mesmos trabalhos, e a dar conveniente direcção ás que brotarem das cavas, poços

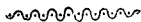
ou galerias que fizer, quando destes serviços resultar damno aos mesmos proprietarios de terrenos adjacentes.

Si o desvio destas aguas exigir trabalhos em propriedade alheia, o concessionario solicitará prévio consentimento do proprietario, usando dos meios em direito permittidos.

#### IV

O concessionario fica obrigado a deseccar os terrenos alagados, em virtude dos trabalhos de exploração, restituindo-os ao seu antigo estado, de modo que não possa ser prejudicada a saude dos moradores da circumvizinhança.

Palacio do Rio de Janeiro em 8 de Maio de 1886.— *Antonio da Silva Prado.*



#### DECRETO N. 9596 — DE 15 DE MAIO DE 1886

Concede permissão a Francisco Lucas de Oliveira para lavrar carvão de pedra e outros mineraes na Provincia do Rio Grande do Sul.

Attendendo ao que requereu Francisco Lucas de Oliveira, Hei por bem Conceder-lhe permissão para lavrar carvão de pedra e outros mineraes em terrenos de sua propriedade, situados no rincão do Candiota, municipio de Bagé, da Provincia do Rio Grande do Sul, mediante as clausulas que com este baixam, assignadas por Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 15 de Maio de 1886, 65º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio da Silva Prado.*

#### **Clausulas a que se refere o Decreto n. 9596 desta data**

##### I

Fica concedida a Francisco Lucas de Oliveira permissão para lavrar carvão de pedra e outros mineraes em terrenos de sua propriedade, situados no rincão do Candiota, municipio de Bagé, da Provincia do Rio Grande do Sul.

## II

O concessionario respeitara os direitos de terceiro e podera proceder aos trabalhos da lavra da mina, por si ou por meio de uma companhia anonyma, organizada dentro ou fora do Imperio.

## III

Fica marcado o prazo de 50 annos para o concessionario aproveitar a referida mina.

Este prazo comeca a correr da data deste Decreto.

## IV

O terreno mineral, de que trata a clausula 1<sup>a</sup>, sera medido e demarcado dentro do prazo de dous annos, contados desta data, devendo o concessionario apresentar a planta de medição e demarcação ao Presidente da Provincia no mesmo prazo, e obrigar-se a pagar as despesas da verificação por Engenheiro nomeado pelo mesmo Presidente.

## V

A approvação da medição e demarcação do terreno mineral não dara direito ao concessionario a sua propriedade, enquanto não provar perante o Ministerio da Agricultura que empregou nos trabalhos da lavra quantia correspondente a 10:000\$, por data mineral.

Si, dentro do prazo de cinco annos, o concessionario não tiver empregado a quantia correspondente a totalidade do mineral concedido, perdera tantas datas mineraes quantas forem as parcellas de 10:000\$ que tiver deixado de empregar, e o Governo as podera conceder a outro.

## VI

Na forma do Decreto n. 3236, de 21 de Março de 1864, considerar-se-ha effectivamente empregada para os fins da clausula anterior a importancia das despesas feitas com :

As explorações e trabalhos preliminares para o descobrimento e reconhecimento da mina ;

Premio pago ao descobridor da mina ;

Medição e demarcação dos terrenos mineraes, levantamento da planta e verificação por parte do Governo ;

Preço do solo em que estiverem situadas as minas ;

Acquisição, transporte e collocação de instrumentos,apparelhos e machinas, destinados á lavra;

Transporte de Engenheiros, empregados e trabalhadores da mina;

A esta verba sómente será levado o preço da primeira passagem.

Obras executadas no interesse de facilitar os trabalhos e o transporte dos productos da mina, casas de morada, armazens, officinas e outros edificios indispensaveis;

Acquisição de animaes de tracção, carros, carroças, barcos, e quaesquer outros vehiculos apropriados aos serviços de que se trata;

Custo dos serviços executados com a extracção do mineral e quaesquer outros feitos *bona fide* exclusivamente com a lavra, ficando entendido que não será incluída nesta conta a despesa com plantações de cereaes.

## VII

A prova das hypotheses da clausula anterior será recebida *bona fide*; mas, verificando-se ter sido empregado artificio para illudir o Governo, a concessão caducará *ipso facto*, e o concessionario não terá direito a indemnização, sendo-lhe sómente permitido tirar da mina os objectos moveis e semoventes, que lhe pertencerem.

## VIII

O concessionario fica obrigado :

A submeter á approvação do Ministerio da Agricultura a planta dos trabalhos da mina que adoptar. Esta planta deverá ser levantada por Engenheiro de minas ou por pessoa reconhecidamente habilitada nesses trabalhos, e, uma vez approvada, não poderá ser alterada sem permissão do mesmo Ministerio;

Fica entendido que os trabalhos de cavas, poços ou galerias não poderão ser feitos sob os edificios, e a 15 metros da circumferencia delles, nem sob os caminhos, estradas e canaes publicos, e na distancia de 10 metros das suas margens.

A collocar e conservar na direcção do serviço da lavra Engenheiro de minas ou profissional de reconhecida aptidão, preferidos os nacionaes, cuja nomeação será submettida ao Ministro da Agricultura, Commercio e Obras Publicas para ser confirmada;

A sujeitar-se e a cumprir as instrucções e regulamentos para policia das minas existentes ou que forem expedidos;

A indemnizar o damno e prejuizos causados pelos trabalhos da lavra, provenientes de culpa ou inobservancia no plano approvedo pelo Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas;

Esta indemnização consistirá na somma arbitrada pelos peritos do Governo ou em trabalhos e serviços necessários para remover ou remediar o mal causado, e na obrigação de prover à subsistência dos individuos que se inutilisarem para o trabalho, e das familias dos que fallecerem em quaesquer das hypotheses acima mencionadas.

A dar conveniente direcção ás aguas empregadas nos trabalhos da mineração, ás que brotarem dos poços, galerias ou côrtes, de modo que não fiquem estagnadas nem prejudiquem a terceiro ;

Si, para execução desta clausula, fôr indispensavel passar pela propriedade alheia, o concessionario procurará obter o consentimento do proprietario, ou usando dos meios em direito permittidos.

A remetter, semestralmente, á Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas por intermedio do Engenheiro fiscal da mineração na Provincia, ou da Presidencia, relatório circumstanciado dos trabalhos feitos e em execução, declarando a quantidade do mineral extrahido e apurado, os processos empregados para a apuração, as machinas eapparelhos existentes, força motora delles, calculada em cavallos, combustivel gasto o, finalmente, o numero dos trabalhadores e dos dias de trabalho ;

Além deste relatório, deverá prestar todos os esclarecimentos que lhe forem exigidos pelo Governo ou por seus delegados.

A remetter á mesma Secretaria amostras de quaesquer outros mineraes diferentes dos da sua concessão e os fosséis que forem encontrados nas excavações ;

A inobservancia desta clausula será punida ou com a diminuição de um até cinco annos do prazo da concessão, ou com a multa de 1:000\$ a 10:000\$, a arbitrio do Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.

A pagar a taxa annual de cinco réis por braça quadrada (4<sup>ta</sup>,84) dos terrenos mineraes que obtiver e o imposto de 2 % do rendimento liquido da mina, na conformidade do § 1º, do art. 23, da Lei n. 1507, de 26 de Setembro de 1867 ;

A permittir ao Engenheiro fiscal ou a qualquer outro commissario do Governo o ingresso nas minas, nas officinas e quaesquer outros logares do serviço da mineração, prestando-lhes os esclarecimentos de que carecerem para a boa execução das ordens do mesmo Governo.

## IX

Caduca esta concessão :

Si não forem começados os trabalhos preparatorios para a mineração dentro do prazo de dous annos, depois de medidos e demarcados os terrenos mineraes concedidos ;

Por abandono da mina.

Considerar-se-ha abandonada a mina, provando-se que o concessionario suspendeu os trabalhos por mais de 30 dias, sem causa de força maior.



Para que o concessionario seja admittido a provar força maior, é indispensavel que communique immediatamente ao Presidente da Provincia ou ao Engenheiro fiscal a suspensão dos trabalhos da lavra e as causas que a tiverem determinado.

Reconhecida oficialmente a força maior, será marcado prazo razoavel para recommear os trabalhos da mineração.

Na reincidencia de infracções destas clausulas será imposta pena pecuniaria.

## X

O concessionario não poderá transferir esta concessão sem permissão do Governo, e, por sua morte ou fallencia, seus herdeiros ou representantes não poderão gozar desta concessão, enquanto não forem confirmados nella pelo mesmo Governo, que poderá negal-a si os mesmos herdeiros ou representantes não provarem que possuem as faculdades necessarias para continuar os trabalhos de modo conveniente e proveitoso.

Si a lavra da mina fôr comprehendida por companhia, sociedade ou empreza, organizada fôra do Imperio, deverá esta ter no Brazil representantes com plenos poderes para represental-a activa e passivamente em Juizo ou fôra delle, ficando desde já estabelecido que as questões entre ella e o Governo Imperial serão decididas por arbitramento, e as que se suscitarem entre ella e os particulares serão discutidas e julgadas definitivamente nos Tribunaes Brazileiros, e de conformidade com a legislação do Imperio.

O arbitramento far-se-ha da seguinte fôrma: cada uma das partes interessadas, si não concordar no mesmo Juiz, nomeará seu arbitro, e os dous, antes de conhecerem da questão submettida a seu julgamento, concordarão em um Conselheiro de Estado para decidir definitivamente. Si houver desaccôrdo acerca do Conselheiro de Estado que deverá desempatar, cada um dos arbitros apresentará o nome de um destes altos funcionarios, e a sorte decidirá.

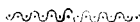
## XI

O concessionario ou cessionarios desta concessão ficam obrigados a não admittir escravos nos trabalhos da lavra.

## XII

A infracção de qualquer destas clausulas, para a qual não haja comminada pena especial, será punida com a multa de 200\$ a 2:000\$000.

Palacio do Rio de Janeiro em 15 de Maio de 1886. — Antonio da Silva Prado.



## DECRETO N. 9597 — DE 5 DE JUNHO DE 1886

Approva, nos termos do art. 9º do Decreto n. 333 do 12 de Julho de 1845, os planos das obras projectadas pela Companhia Ferro-Carril Villa Isabel com referencia ao predio da rua de S. Francisco de Assis n. 2, canto da de Uruguayana para o alargamento das mesmas ruas.

Tendo-me sido presentes o officio n. 922 de 25 de Outubro de 1884 da Illma. Camara Municipal da Corte e bem assim os documentos mencionados no mesmo officio : Hei por bem Approvar, nos termos do art. 9º do Decreto legislativo n. 353 de 12 de Julho de 1845, os planos das obras projectadas pela Companhia Ferro-Carril Villa Isabel, com referencia ao predio da rua de S. Francisco de Assis n. 2, canto da de Uruguayana, afim de ser levado a effeito o alargamento naquelle local das duas indicadas ruas, em conformidade com o Decreto n. 9073 de 3 de Dezembro de 1883, aos quaes planos referem-se o dito officio e o Decreto n. 9134 de 16 de Fevereiro de 1884.

Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 5 de Junho de 1886, 65º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio da Silva Prado.*



## DECRETO N. 9598 — DE 5 DE JUNHO DE 1886

Concedo autorização á Companhia engenho central de Macahé para se organizar.

Attendendo ao que requereu a Companhia engenho central de Macahé, devidamente representada, e de conformidade com o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, exarado em Consulta de 10 de Maio do corrente anno, Hei por bem Autorizar-a a organizar-se com os estatutos que me foram presentes e com este baixam.

Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 5 de Junho de 1886, 65º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio da Silva Prado.*

# Estatutos da Companhia engenho central de Macahé

## CAPITULO I

### DA COMPANHIA E SEUS FINS

Art. 1.º A Companhia engenho central de Macahé tem por fim explorar o engenho central construido na freguezia de Nossa Senhora das Neves, municipio de Macahé, Provincia do Rio de Janeiro, para o fabrico de assucar e aguardente de canna; e bem assim concluir e explorar a linha ferrea de Macahé ao Frade, quando obtenha a necessaria concessão administrativa.

§ 1.º A companhia poderá, por deliberação da assembléa geral, adquirir terras para nella cultivar a canna de assucar, ou arrendal-as a colonos que a cultivem.

§ 2.º Poderá tambem estabelecer engenhos filiaes, com autorização da assembléa geral, observados os tramites legais.

Art. 2.º Sua séde é na cidade do Rio de Janeiro.

Art. 3.º A companhia durará 30 annos, podendo o prazo ser prorogado si assim convier aos accionistas e fôr deliberado na fórma da lei.

## CAPITULO II

### DO CAPITAL, ACÇÕES E OBRIGAÇÕES

Art. 4.º O capital social é de 800:000\$, divide-se em 4.000 acções, já integralizadas, de 200\$ cada uma, e compõe-se:

I. De duas quintas partes dos bens componentes do engenho central mencionado no art. 1.º com que entra o Dr. Carlos Claudio da Silva, no valor de 237:200\$, correspondente a 1.186 acções.

II. De igual quota nos ditos bens, com que entra Antonio Augusto de Souza Leite, no valor de 237:200\$, correspondente a 1.186 acções.

III. De uma quinta parte dos mesmos bens, com que entra Eduardo Claudio da Silva, no valor de 118:600\$, correspondente a 593 acções.

IV. Do direito creditorio com que entram os seguintes accionistas:

Commendador Antonio da Costa Chaves Faria, credor de 50:000\$, correspondentes a 250 acções.

Claudio José da Silva, credor de 20:000\$, correspondentes a 100 acções.

Cactano Garcia, credor de 2:000\$, correspondentes a 10 acções.

Francisco Carlos Naylor, credor de 10:000\$, correspondentes a 50 acções.

D. Marianna Guilhermina de Souza Leite, credora de 65:000\$, correspondentes a 325 acções.

D. Francisca Claudio da Silva, credora de 60:000\$, correspondentes a 300 acções.

Art. 5.º Importando em 800:000\$ os bens mencionados nos ns. I a III do artigo antecedente, e entrando com elles os tres primeiros accionistas no valor de 593:000\$, a differença de 207:000\$ representa o passivo a que ficarão sujeitos, nos termos do distracto da firma Leite, Claudio & Comp., celebrado por escriptura de 20 de Março de 1886 em notas do Tabellião Ramos.

Paragrapho unico. O passivo é extinto por entrarem os credores com seus direitos creditorios, conforme o n. IV do citado artigo e receberam acções de valor correspondente.

Art. 6.º A companhia adquire da firma Leite, Claudio & Comp. todo o material fixo e rodante da linha ferrea destinada ao serviço do engenho central, pelo preço de 300:000\$, que pagará aos credores da mesma firma Dr. Carlos Claudio da Silva e Antonio Augusto de Souza Leite, sendo 150:000\$ a cada um.

Paragrapho unico. O pagamento será feito por meio de obrigações ao portador (*debtures*) ou por outro modo, como fôr convencionado entre a directoria e os credores.

Art. 7.º As acções são assignadas pelos directores e contêm :

- 1.º O numero de ordem ;
- 2.º O valor que cada uma representa ;
- 3.º A designação da sociedade ;
- 4.º O direito que conferem dos dividendos e do capital ;
- 5.º O numero e data do decreto que autorizar a organização da companhia ;

6.º A data de sua organização e publicação da acta.

Art. 8.º A propriedade das acções nominativas se estabelece pela inscripção no livro do registro da companhia que será aberto, numerado, rubricado, sellado e encerrado nos termos do art. 13 do Codigo Commercial.

Paragrapho unico. A cessão ou transmissão das acções se fará conforme preceitua o art. 11 do Decreto n. 8821 de 30 de Dezembro de 1882.

Art. 9.º Pertencendo uma acção a mais de um accionista, a companhia só reconhecerá como accionista o que fôr designado pelos condminos.

Art. 10. Para os fins do art. 6º, paragrapho unico, e para maior desenvolvimento da empresa, fica a directoria autorizada a contrahir um ou mais empréstimos por via de obrigações ao portador (*debtures*) até quantia igual ao capital social e garantil-os com hypotheca e penhor de todos os bens da companhia.

## CAPITULO III

## DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 11. A companhia é administrada por tres directores accionistas residentes na cidade do Rio de Janeiro.

O mandato é revogavel a todo o tempo por deliberação da assembléa geral.

§ 1.º A eleição da directoria tem logar por escrutinio secreto e maioria relativa de votos, decidindo a sorte em caso de empate.

§ 2.º Só pôde ser eleito director quem possuir pelo menos cincoenta acções, livres e desembargadas, inscriptas nos livros da companhia tres mezes antes da eleição.

§ 3.º Os directores servem tres annos e podem ser reeleitos.

§ 4.º Cada director antes de tomar posse do logar é obrigado a garantir a responsabilidade de sua gestão com o penhor ou caução de cincoenta acções da companhia.

As acções caucionadas são inalienaveis até seis mezes depois de prestadas as ultimas contas, salvo havendo questões pendentes.

O director que, dentro de 30 dias, não prestar caução, entende-se que não aceita o cargo.

§ 5.º Em caso de impedimento temporario de um dos directores, os restantes nomearão quem o substitua.

Em caso de vaga, o substituto assim nomeado servirá até a primeira reunião da assembléa geral que elegerá o novo director pelo tempo que faltar para o triennio.

§ 6.º Os directores são revestidos dos poderes necessarios para praticarem os actos de gestão e representarem a companhia em Juízo, em todos os negocios em que ella fôr interessada.

§ 7.º A directoria se reunirá ao meos uma vez por semana, lavrando-se em livro especial termo de todas as deliberações que tomar.

Art. 12. Os honorarios dos directores serão de 10 % da renda liquida annual demonstrada pelos balanços, a saber: 5 % para o director-gerente e 2 1/2 % para cada um dos outros.

Art. 13. A directoria compete nomear o administrador da fabrica, e os auxiliares necessarios na Corte e em Macahé.

Art. 14. Os directores não contraem obrigação pessoal pelos actos que praticarem no exercicio do mandato; mas são responsaveis á companhia e a terceiros, nos termos do art. 50 do Decreto n. 8821.

Art. 15. A directoria, de accôrdo com o respectivo administrador, fará um regulamento para a fabrica e uma tabella de empregados e seus vencimentos.

Ao administrador compete nomear e demittir esses empregados.

Art. 16. A directoria fica autorizada:

§ 1.º A conceder ao administrador uma remuneração até 2 %

da renda liquida de cada safra, além do ordenado, quando assim convier.

§ 2.º A separar o serviço da ferro-via do da fabrica, si o aconselharem os interesses da companhia.

§ 3.º A nomear consignatarios para a venda dos productos, no Rio de Janeiro e em qualquer outra cidade do Imperio ou do estrangeiro, ou commettel-a a corretores.

## CAPITULO IV

### DO CONSELHO FISCAL

Art. 17. A assembléa geral em sua sessão ordinaria elegerá annualmente tres accionistas que exercerão sem vencimentos os cargos de fiscaes.

§ 1.º A eleição é feita nos termos do § 1º do art. 11.

§ 2.º Os fiscaes podem ser reeleitos.

Art. 18. O conselho fiscal funciona na conformidade dos arts. 55 a 62 do Decreto n. 8821.

## CAPITULO V

### DA ASSEMBLÉA GERAL

Art. 19. A assembléa geral constitue-se pela reunião de accionistas que representem pelo menos a quarta parte do capital social.

§ 1.º Não se reunindo o numero de accionistas a esse fim necessario, será convocada nova reunião por meio de annuncios nas folhas diarias, declarando-se nelles que a assembléa deliberará com qualquer numero.

§ 2.º A assembléa geral que tiver de resolver sobre alterações ou modificações dos estatutos, só pôde deliberar quando reunidos accionistas que representem dous terços do capital social, guardado o disposto no art. 65 do Decreto n. 8821.

§ 3.º Os accionistas podem tomar parte nos trabalhos da assembléa; mas só têm voto deliberativo os que possuirem 10 ou mais acções.

§ 4.º Os procuradores de accionistas devem exhibir suas procurações pelo menos tres dias antes da reunião.

§ 5.º Os portadores de obrigações (*debentures*) podem comparecer ás reuniões, sem voto deliberativo, depositando os titulos no escriptorio da companhia cinco dias antes.

Art. 20. As deliberações da assembléa geral são tomadas por maioria relativa de votos dos accionistas presentes.

§ 1.º Cada dezena de acção dá direito a um voto até o maximo de 40 votos.

§ 2.º Para todos os effeitos são admittidos votos por procuração com poderes especiaes.

Só pôde ser procurador quem fôr accionista.

Não podem ser procuradores os administradores e fiscaes.

O procurador não tem mais de 40 votos, ainda que o numero de suas acções e das de seus committentes seja superior a quatrocentas.

§ 3.º As votações na assembléa goral são feitas *per capita*, salvo si algum accionista requerer que o sejam por acções.

As eleições, porém, são sempre feitas por acções e por escrutínio.

§ 4.º Não podem votar: os directores para approvar seus balanços, contas e inventarios; os fiscaes, seus pareceres; e os accionistas, a avaliação de seus quinhões ou quaesquer vantagens estipuladas nos estatutos.

Art. 21. A assembléa geral ordinaria reune-se uma vez por anno nos mezes de Julho ou Agosto, mediante convocação da directoria, por annuncios nas folhas de maior circulação, marcando lugar, dia e hora, durante 15 dias consecutivos.

§ 1.º O fim da reunião é o definido no art. 73 do Decreto n. 8821, guardando-se no mais o que determina o citado decreto.

§ 2.º A respeito da reunião da assembléa geral extraordinaria vigoram os arts. 68 e 70 do decreto.

Art. 22. Reunidos os accionistas, será aberta a sessão por um dos directores, e verificado o numero legal proceder-se-ha á eleição do presidente da assembléa geral, o qual escolherá dous secretarios.

Paragrapho unico. Não poderão fazer parte da mesa os membros da directoria, o conselho fiscal, nem o administrador da fabrica ou outro empregado na companhia.

Art. 23. Quinze dias depois da reunião da assembléa geral ordinaria, a acta será publicada pela imprensa.

## CAPITULO VI

### DO FUNDO DE RESERVA, DIVIDENDOS E ANNO FINANCEIRO

Art. 24. Dos lucros liquidos annuaes deduzir-se-hão 5% para o fundo de reserva, até que este attinja a somma de 800:000\$000.

§ 1.º O fundo de reserva destina-se exclusivamente a fazer face ás perdas do capital.

§ 2.º O fundo de reserva será empregado em apolices da divida publica geral, ou letras do Thesouro.

Art. 25. Deduzidos os 5 % para o fundo de reserva, dos lucros restantes tirar-se-hão 10 % para honorarios da directoria, e o saldo será distribuido pelos accionistas.

Art. 26. Si a companhia contrahir emprestimos por meio de *debentures* formar-se-ha segundo fundo de reserva para amortização e juros, quando a renda liquida não fôr sufficiente.

§ 1.º Amortizados os empréstimos, o segundo fundo de reserva ou seu saldo passará ao do art. 24.

§ 2.º O segundo fundo de reserva será formado com 2 % da renda líquida annual.

Art. 27. Os dividendos não reclamados até tres annos depois do dia annuciado para pagamento, prescrevem em beneficio do fundo de reserva.

Art. 28. O anno social da companhia começa no dia 1.º de Julho e termina a 30 de Junho.

Art. 29. Quando a renda líquida, feitas as deducções dos arts. 24 a 26, exceder de 10 % do capital, o excesso até 15 % será dividido em partes iguaes pelos socios fundadores Antonio Augusto de Souza Leite, Dr. Carlos Claudio da Silva e Eduardo Claudio da Silva.

## CAPITULO VII

### DISPOSIÇÃO GERAL

Art. 30. Nos casos omissos regerão as disposições do Decreto n. 8821.

### DISPOSIÇÃO TRANSITORIA

São conferidos aos fundadores plenos poderes para requererem a necessaria authorização do Governo Imperial e aceitarem as modificações que este houver de determinar.

Rio de Janeiro, 27 de Março de 1883.

|                                                  |       |       |
|--------------------------------------------------|-------|-------|
| Dr. Carlos Claudio da Silva, Medico, rua do      |       |       |
| Haddock Lobo n. 42 A.....                        | 1.186 | ações |
| Antonio Augusto de Souza Leite, negociante,      |       |       |
| rua do Ouvidor n. 117.....                       | 1.186 | »     |
| Eduardo Claudio da Silva, Engenheiro, Macahé.    | 593   | »     |
| Commendador Antonio da Costa Chaves Faria,       |       |       |
| negociante, rua do General Camara n. 63...       | 250   | »     |
| Claudio José da Silva, negociante, rua de Luiz   |       |       |
| de Camões n. 32.....                             | 100   | »     |
| Caetano Garcia, negociante, rua do Ouvidor       |       |       |
| n. 83.....                                       | 10    | »     |
| Francisco Carlos Naylor, proprietario, rua do    |       |       |
| Haddock Lobo.....                                | 50    | »     |
| D. Marianna Guilhermina de Souza Leite, pro-     |       |       |
| prietaria, rua do Bispo n. 19.....               | 325   | »     |
| D. Francisca Claudio da Silva, proprietaria, rua |       |       |
| Martins Lage n. 3.....                           | 300   | »     |
| Total valor integralizado.....                   | 4.000 | »     |





## DECRETO N. 9599 — DE 5 DE JUNHO DE 1886

Proroga por mais um anno o prazo concedido pelo Decreto n. 9404 de 21 de Março de 1886 para a conclusão das obras da estrada de ferro do Norte.

Attendendo ao que Me requereu a Companhia da estrada de ferro do Norte, Hei por bem Prorogar por mais um anno o prazo marcado pelo Decreto n. 9404 de 21 de Março do anno proximo passado para a conclusão das obras da mesma estrada.

Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 5 de Junho de 1886, 65º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio da Silva Prado.*



## DECRETO N. 9600 — DE 5 DE JUNHO DE 1886

Concedo permissão a Jacintho Christiano de Medeiros para explorar minas do ferro na Provincia do Espirito Santo.

Attendendo ao que requereu Jacintho Christiano de Medeiros, Hei por bem Conceder-lhe permissão para explorar minas de ferro na comarca de Itapemirim, da Provincia do Espirito Santo, mediante as clausulas que com este baixam, assignadas por Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 5 de Junho de 1886, 65º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio da Silva Prado.*

**Clausulas a que se refere o Decreto  
n. 9600 desta data**

**1**

Fica concedido a Jacintho Christiano de Medeiros o prazo de dous annos, contados desta data, para, sem prejuizo dos direi-

tos de terceiro, proceder à exploração e pesquisas para descobrimento de minas de ferro na comarca de Itapemirim, da Provincia do Espirito Santo.

Dentro deste prazo o concessionario deverá apresentar, na Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, plantas geologica e topographica dos terrenos explorados, com perfis que demonstrem, tanto quanto fór possível e o permittirem os trabalhos executados, a superposição das camadas minerias, e remetterá, com as mesmas plantas, amostras dos mineraes encontrados e relatorio minucioso da localidade em que a mina estiver situada, declarando qual a possança e riqueza desta; qual sua extensão e sua direcção; a distancia entre ella e os povoados mais proximos, e meios de comunicação existentes; a área necessaria para a mineração, e, finalmente, os meios apropriados para o transporte dos productos das minas.

## II

Os trabalhos de pesquisa ou exploração para descobrimento de minas poderão ser feitos por qualquer dos modos recommendados pela sciencia.

## III

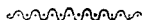
O concessionario fica obrigado a indemnizar os damnos e prejuizos que de seus trabalhos possam provir às propriedades adjacentes; a restabelecer à sua custa o curso natural das aguas que desviar por causa dos mesmos trabalhos, e a dar conveniente direcção às que brotarem das cavas, poços ou galerias que fizer, quando destes serviços resultar damno aos mesmos proprietarios de terrenos adjacentes.

Si o desvio destas aguas exigir trabalhos em propriedade alheia, o concessionario solicitará prévio consentimento do proprietario, usando dos meios em direito permittidos.

## IV

O concessionario fica obrigado a deseccar os terrenos alagados em virtude dos trabalhos da exploração, restituindo-os ao seu antigo estado, de modo que não possa ser prejudicada a saude dos moradores da circumvizinhança.

Palacio do Rio de Janeiro em 5 de Junho de 1886. — *Antonio da Silva Prado.*



## DECRETO N. 9602 (\*) — DE 12 DE JUNHO DE 1886

Approva o Regulamento para a execução dos arts. 3º e 4º da Lei n. 3270 de 28 de Setembro de 1885.

Hei por bem Approvar o Regulamento para a execução dos arts. 3º e 4º da Lei n. 3270 de 28 de Setembro de 1885, o qual com este baixa, assignado por Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 12 de Junho de 1886, 65º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio da Silva Prado.*

**Regulamento a que se refere o Decreto n. 9602 desta data para a execução dos arts. 3º e 4º da Lei n. 3270 de 28 de Setembro de 1885**

Art. 1.º Os escravos inscriptos na nova matricula serão libertados mediante indemnização do seu valor pelo fundo de emancipação ou por qualquer outra forma legal.

§ 1.º Do valor primitivo da nova matricula se deduzirão:

|                 |      |
|-----------------|------|
| No 1º anno..... | 2 %  |
| » 2º » .....    | 3 %  |
| » 3º » .....    | 4 %  |
| » 4º » .....    | 5 %  |
| » 5º » .....    | 6 %  |
| » 6º » .....    | 7 %  |
| » 7º » .....    | 8 %  |
| » 8º » .....    | 9 %  |
| » 9º » .....    | 10 % |
| » 10º » .....   | 10 % |
| » 11º » .....   | 12 % |
| » 12º » .....   | 12 % |
| » 13º » .....   | 12 % |

Pela deducção da ultima porcentagem, ficará extinta a escravidão no Imperio.

§ 2.º Ou seja feita a libertação pelo fundo de emancipação ou por qualquer outra forma legal, o valor não excederá do

---

(\*) Com o n. 9601 não houve acção.

declarado na nova matricula (§§ 3º e 4º do art. 1º da Lei n. 3270 de 23 de Setembro de 1885), deduzido qualquer prazo decorrido.

§ 3.º O valor do escravo será o resultante do fixado na nova matricula, abatidas a percentagem ou percentagens do anno ou annos decorridos desde a data da nova matricula até a da libertação. Para os matriculados depois de 1º de Janeiro de 1887, será este dia termo certo no calculo do valor.

§ 4.º Enquanto se não encerrar a nova matricula, continuará em vigor o processo actual da avaliação dos escravos, para os diversos modos de libertação, com o limite fixado no art. 1º §§ 3º e 4º da lei.

Art. 2.º Também se liberta o escravo:

§ 1.º Pela transferencia de domicilio para Provincia diversa da em que estiver matriculado até à promulgação da lei, excepto nos seguintes casos:

1.º Transferencia do escravo de um para outro estabelecimento do mesmo senhor.

2.º Si o escravo tiver sido obtido por herança ou adjudicação forçada em outra Provincia.

3.º Mudança de domicilio do senhor.

4.º Evasão do escravo.

Para o effeito do paragrapho anterior, o municipio neutro faz parte da Provincia do Rio de Janeiro.

§ 2.º Pelo penúlio, em vista das certidões de seu valor apurado na forma do art. 3º § 1º da lei, e art. 1º § 3º deste Regulamento e da do deposito desse valor no cofre dos orphãos, ou estações fiscaes para isso designadas.

Essas certidões serão passadas gratuitamente.

§ 3.º Pelas alforrias concedidas, ainda que o seu valor exceda da terça do outorgante, e sejam ou não necessarios os herdeiros, que por ventura tiver.

§ 4.º Pela liberalidade directa de terceiro, uma vez que se exhiba o preço do escravo.

§ 5.º Pela admissão no estabelecimento em que o trabalho escravo tiver sido substituido pelo livre (art. 3º § 3º da lei).

Neste caso cabe ao dono do escravo libertado a acção de indemnização contra o dono do estabelecimento. A acção e competencia será a do art. 63 do Decreto n. 4824 de 22 de Novembro de 1871.

Art. 3.º Na emancipação dos escravos de maior idade, pelo fundo do art. 2º § 3º, 1ª parte da lei, guardadas as disposições do Decreto n. 5135 de 13 de Novembro de 1872, Cap. II e mais disposições em vigor, no que fôr applicavel, se observará o seguinte:

§ 1.º O encarregado da nova matricula remetterá à Junta, 30 dias antes de sua reunião, uma relação dos escravos de 55 a 60 annos, com o valor fixado na nova matricula, de um e outro sexo.

§ 2.º Sobre todas as preferencias prevalecerá a maior idade, o menor valor e o sexo feminino.

Art. 4.º Na libertação dos escravos pelo fundo do art. 2º § 3º, 2ª parte da lei, se observará o seguinte:

§ 1.º O proprietário do estabelecimento agrícola e mineração, que quizer substituir o trabalho escravo pelo livre, apresentará a sua proposta ao encarregado da nova matrícula no município, em que estiver situado o estabelecimento, assignada pelo proprietário ou proprietários, ou seus legítimos representantes, com poderes especiaes.

A proposta deverá conter:

a) compromisso expresso de libertar todos os escravos do estabelecimento, transformando o trabalho escravo pelo livre ;  
b) obrigação de não admitir outros escravos no estabelecimento, por qualquer motivo ou pretexto, sob pena de serem declarados livres *ipso facto* e de indemnizar o dono dos mesmos escravos ;

c) declaração do valor de cada escravo, quando fór menos da metade de seu valor ;

d) accitação da indemnização pelo Estado, do valor contratado em títulos de 5 % de juro com amortização annual de 1/2 % e usufruição dos serviços dos libertos por tempo de cinco annos ;

e) encargo de alimentar, vestir e tratar os libertos durante o tempo dos serviços ;

f) arbitramento da gratificação pecuniaria dos libertos por dia de serviço, dependente da approvação do Juiz de orphãos ;

g) certidão da nova matrícula dos escravos do estabelecimento ;

h) confrontações do estabelecimento, sua área, certa ou presumivel, e genero da industria nelle explorada ;

i) especificação dos ingenuos e libertos existentes no estabelecimento ;

j) certidão negativa de hypotheca, ou consentimento expresso do credor hypothecario de sujeitar o seu direito hypothecario convencional á preferencia do § 5º do art. 3º da Lei n. 1237 de 24 de Setembro de 1864, estabelecida em garantia da execução do contrato ;

k) compromisso de respeitar o direito dos libertos, que vindo a ser sexagenarios, tenham prestado os serviços do art. 3º §§ 10 e 11 da lei ;

l) obrigação de manter no estabelecimento uma escola do ensino primario.

§ 2.º O encarregado da nova matrícula, verificada a exactidão do que fór relativo ao preço legal dos escravos, seu numero e idades, e a especificação dos ingenuos e libertos, dará parecer, por escripto, na proposta, remettendo-a em officio ao Juiz de orphãos, no prazo improrogavel de oito dias, contado da data do recebimento.

§ 3.º O Juiz de orphãos mandará logo autoar a proposta com os documentos, por distribuição sua, e dará vista ao curador geral para dizer no prazo de 15 dias.

§ 4.º O curador informará:

a) si o proponente offerece garantia pessoal sufficiente ao tratamento e peculio devidos aos libertos ;

b) si a gratificação arbitrada é razoavel, e conforme com o costume do logar, deduzidas as despesas de alimentação, vestido e trato;

c) si o estabelecimento está em condições de produzir renda, que suporte os novos encargos da transformação do trabalho;

d) si as construcções do estabelecimento são convenientes a conservação e saúde dos libertos, ou carecem de melhoramentos para se installar o novo regimen;

e) sobre a quantidade e qualidade do vestido e alimento para cada liberto, conforme com o costume do logar.

§ 5.º Com a promoção do curador, e feitas as diligencias que o Juiz de orphãos ordenar, escreverá este nos autos o seu parecer, e os remetterá ao Presidente da Provincia e na Côte ao Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas ficando traslado.

§ 6.º O Presidente da Provincia poderá determinar as diligencias e averiguações, que julgar convenientes, para esclarecimento da proposta, e com sua opinião enviará tudo ao Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, competindo ao Governo Imperial a decisão definitiva e sem recurso.

§ 7.º Determinada a aceitação da proposta, o Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas expedirá ao Juiz de orphãos a minuta do contrato a celebrar entre o proponente, o representante da Fazenda no municipio do estabelecimento, e o curador geral.

§ 8.º Approvado pelo Juiz de orphãos o arbitramento da gratificação pecuniaria, por dia do serviço, e firmado o contrato, declarará o mesmo Juiz os escravos libertos conforme com a disposição do art. 42 do Decreto n. 5135 de 13 de Novembro de 1872, na parte applicavel. A approvação da gratificação deverá ser por despacho, transcripto no contrato.

§ 9.º No contrato devem ser declarados expressamente os seguintes direitos do liberto, correspondentes a obrigações do ex-senhor:

a) alimento, vestido, ensino primario e trato nas enfermidades, na quantidade e qualidade estipuladas no contrato;

b) pagamento do peculio no tempo e pela forma estabelecidos na lei (art. 3º §§ 4º e 5º) e regimento interno do estabelecimento;

c) não ser obrigado a serviços estranhos ao estabelecimento, nem além do tempo fixado no contrato ou superiores às suas forças;

d) não trabalhar nos domingos e dias guardados, salvo no caso de necessidade urgente e em prevenção de damno irreparavel;

e) protecção para si e sua familia contra tentativas do ex-senhor, pessoas da familia, prepostos ou hospedes, a actos reprovados ou contrarios às leis;

f) concessão do tempo necessario para ir à Missa e cumprir as obrigações do christão, quando não o possa fazer no estabelecimento.

§ 10. Obrigações do liberto, correspondentes a direitos do ex-senhor :

- a) prestar com fidelidade e diligencia serviços no estabelecimento em que foi libertado, por tempo de cinco annos, contado da data da alforria, nas horas e pelo modo estabelecido no contrato ;
- b) observar o regimento internó do estabelecimento, as determinações do ex-senhor, mestre, administrador ou preposto ;
- c) guardar respeito á pessoa do ex-senhor, membros de sua familia, mestre, administrador, preposto e hospedes ;
- d) não se dar a vicios que o inutilizem para o serviço, façam-no rixoso e insubordinado ;
- e) não promover ou tomar parte em accôrdo para a interrupção do serviço e do ensino ;
- f) não causar damno ao estabelecimento ou á propriedade nelle existente, e obstar, sabendo ou podendo, que outrem o faça.

§ 11. Ao Juiz de orphãos a requerimento do curador ou queixa do prejudicado, ou *ex officio*, compete :

- a) visitar o estabelecimento ;
- b) proceder a averiguação sobre as infracções dos §§ 9º e 10 ;
- c) mandar lavrar o auto de infracção pelo Escrivão, e por elle Juiz assignado, remetter ao Promotor Publico ou seu adjunto para proceder na fórma do art. 4º § 2º da lei, quer o infractor seja o dono do estabelecimento ou preposto seu, quer algum ou alguns dos libertos ;
- d) prover, sempre que o julgar necessario, sobre o tratamento dos libertos, em relação á sua moralidade, instrucção, vida e saude.

§ 12. O ex-senhor será autoado como réo pelas infracções praticadas por seu administrador ou prepostos, salva a acção regressiva.

§ 13. Por cada liberto prejudicado será autoada uma infracção, assim como por cada liberto infractor.

§ 14. A infracção será punida :

No grau maximo, com 200\$ de multa ;

No minimo, com 60\$000.

§ 15. A primeira infracção será imposto o minimo da pena ; o médio na reincidencia, e o maximo na segunda e seguintes reincidencias.

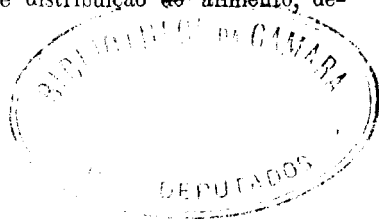
§ 16. A multa será destinada ao fundo de emancipação do art. 2º § 3º, 1ª parte da lei.

§ 17. Na falta ou impossibilidade do pagamento da pena de multa no tempo legal, será o condemnado recolhido á prisão até que pague, ou seja commutada na de prisão com trabalho no maximo de 30 dias e no minimo de 10.

§ 18. O liberto será assistido, em todos os actos e instancias, do curador geral, que é competente para interpor os recursos legais.

§ 19. No regimento interno do estabelecimento, que deverá fazer parte integrante do contrato e nelle inserto, se determinará :

- a) a quantidade, qualidade e distribuição de alimento, devido ao liberto ;



- b) o vestuário e sua distribuição ;
- c) o horário do trabalho ;
- d) a gratificação por serviço extraordinário e necessário em domingos e dias santificados ;
- e) a razão e modo de solicitar, e o tempo de concessão de saída do estabelecimento ;
- f) o modo e tempo em que o ex-senhor deve pagar ao liberto a primeira parte do peculio do art. 3º § 5º e entrar para a Caixa Economica ou Collectoria com a segunda parte ;
- g) a fôrma da caderneta do peculio, que deverá ser entregue ao liberto e ficar em seu poder ;
- h) o como será diariamente abonada na caderneta a gratificação pecuniária ;
- i) o modo de escripturar o livro do movimento diario do estabelecimento, em que serão abonados os dias de serviço de cada liberto e debitados aquelles em que faltar. Estes assentamentos devem combinar com os das cadernetas ;

O livro diario deverá ser numerado e rubricado pelo Juiz de orphãos e fará prova contra o ex-senhor, assim tambem a caderneta, salvo si contiver vicio ou defeito que duvida faça.

j) as materias e o horario do ensino primario.

§ 20. Ao peculio dos libertos estipulado no contrato cabem o processo, disposições e favores das leis anteriores.

§ 21. Ao liberto recolhido á enfermária serão abonados, durante cada anno, até 60 dias de serviço.

Nas demais faltas não será abonada a gratificação diaria.

§ 22. Na enfermária do estabelecimento haverá um livro numerado e rubricado pelo Juiz de orphãos para nelle se fazerem os assentamentos de entradas dos doentes e salidas dos convalescentes e dos mortos.

§ 23. No prazo de 48 horas depois da morte do liberto, o dono do estabelecimento ou seu administrador é obrigado a remetter com segurança ao Juiz de orphãos a caderneta do morto, sob pena de ser reputado vivo para o fim de se lhe abonar a gratificação, até que a caderneta seja entregue, salvo perda ou des-caminho, allegados no mesmo prazo, provados e julgados no mesmo Juizo.

Art. 5.º É excluido da libertação pelo fundo de emancipação :

1.º O escravo invalido, considerado incapaz de qualquer serviço pela Junta classificadora, com recurso voluntario para o Juiz de Direito.

2.º O escravo evadido da casa do senhor ou d'onde estiver empregado, enquanto ausente.

Art. 6.º São obrigados á prestação de serviços os libertados pela idade :

1.º De 60 annos ;

2.º Maiores de 60 e menores de 65 annos ;

3.º Os maiores de 65 annos, que continuarem em companhia de seus ex-senhores ;



4.º Os libertados pela 2ª parte do fundo de emancipação, formado pelo art. 2º § 3º da lei :

§ 1.º Os dos ns. 1º, 2º e 3º sem gratificação pecuniaria ;

§ 2.º Os do n. 1º pelo prazo de tres annos ;

§ 3.º Os do n. 2º pelo mesmo prazo, si antes não completarem 65 annos de idade ;

§ 4.º Os do n. 3º enquanto puderem e fôr compativel com as suas forças ;

§ 5.º Os do n. 4º por cinco annos, salvo o caso do art. 4º § 1º letra K deste Regulamento ;

§ 6.º Aos libertos dos ns. 1º, 2º e 3º devem os ex-senhores :

a) alimentação, vestido e trato nas enfermidades, na quantidade e qualidade sufficiente e conforme com o costume estabelecido ;

b) não obrigar-os a serviços estranhos à casa ou estabelecimento, superiores às forças do liberto e além do tempo destinado ao trabalho ;

c) não obrigar-os a trabalhar nos domingos e dias guardados ;

d) dispensar os maiores de 65 annos de scrões, e de serviços extraordinarios ;

e) protecção à pessoa delles e de suas familias contra tentativas a actos reprovados ou contrarios às leis ;

f) permissão para sahirem de casa ou do estabelecimento a recreio ou para ouvir Missa e cumprir as obrigações do christão, quando não o possam fazer no estabelecimento.

§ 7.º Os libertos dos ns. 1º, 2º e 3º são obrigados :

a) a prestar os serviços ordenados por seus ex-senhores, administradores ou prepostos, proprios da casa ou estabelecimento ;

b) os maiores de 65 annos a prestar os serviços compatíveis com as suas forças, excluidos os extraordinarios e scrões ;

c) a guardar respeito aos ex-senhores, membros da familia, administradores, prepostos e hospedes ;

d) a não se darem a vícios, que os inutilizem para o serviço, tornem-os rixosos e insubordinados ;

e) a não promover nem tomar parte em accôrdo para a interrupção do trabalho ;

f) a não causar damno à casa ou estabelecimento, nem à propriedade nelles existente, e obstar, sabendo ou podendo, que outrem o faça.

Art. 7.º Na infracção dos §§ 6º e 7º do artigo anterior se observará o que está determinado nos §§ 11 até 18 do art. 4º do presente Regulamento. (Art. 4º §§ 1º e 2º da lei.)

Art. 8.º Cessa a obrigação de serviços :

Em geral :

1º pela extincção da escravidão (art. 3º § 21 e art. 4º § 4º da lei) ;

2º pela invalidez ;

3º pelos factos dos arts. 18 e 19 do Decreto n. 5135 de 13 de Novembro de 1872 verificados pelo processo do art. 63 do Decreto n. 4824 de 22 de Novembro de 1871, no Juizo de orphãos.

Em particular :

- 1.º pela remissão, para os dos ns. 1.º e 2.º do art. 6.º ;
- 2.º pelo prazo do contrato para os do n. 4.º, salva a disposição do art. 4.º § 1.º letra K, do presente Regulamento ;
- 3.º pela mudança do domicilio do ex-senhor para os do n. 3.º ;
- 4.º pela renuncia do usufructuario.

Art. 9.º E' admittida a remissão dos serviços a requerimento do liberto ou por liberalidade directa de terceiro.

§ 1.º Ao requerimento de remissão deve ser junta a certidão do novo arrolamento, o titulo de deposito no cofre dos orphãos ou Collectoria do valor correspondente e solicitação de venia para a citação do ex-senhor, afim de vir a Juizo receber o valor dos serviços.

§ 2.º O valor da remissão será representado em dinheiro corrente e igual ao producto de 100\$ dividido por tres e multiplicado pelo numero de annos que faltar para que o liberto complete o tempo de serviços.

§ 3.º Verificada pelo Juiz de orphãos a idade do liberto e a exactidão do preço depositado, sem mais delonga proferirá a sentença final, declarando remidos os serviços e mandando entregar o deposito ao ex-senhor, salvo embargo de terceiro.

§ 4.º O liberto de 60 annos ou de maior idade, ainda não arrolado, remirá os seus serviços pelo mesmo modo, juntando ao requerimento a certidão da matricula.

§ 5.º O Juiz de orphãos mandará remetter pelo Escrivão do Feito, cópia da sentença ao encarregado do arrolamento e matricula para os respectivos assentamentos.

Art. 10. Não é admissivel a renuncia de serviços :

- 1.º dos libertos maiores de 65 annos ;
- 2.º dos emancipados pela 2.ª parte do fundo creado pelo art. 2.º § 3.º da lei.

§ 1.º Compete o direito de renuncia ao ex-senhor ou seu procurador com poderes especiaes.

§ 2.º O requerimento de renuncia será acompanhado da certidão do arrolamento.

§ 3.º O Juiz de orphãos antes de julgar afinal a renuncia, mandará tomal-a por termo com o juramento do renunciante, de que a faz com o intuito de favorecer o liberto, e proferirá a sentença.

§ 4.º A esta sentença, o liberto e o curador geral podem oppôr embargos de invalidéz do beneficiado.

§ 5.º Verificada a invalidéz, por exame de sanidade, o Juiz, sem reformar o julgamento da renuncia, condemnará o renunciante a alimentar o liberto. (Art. 78 do Decr. n. 5135 de 13 de Novembro de 1872.)

§ 6.º A sentença julgando a renuncia produzirá logo os seus effeitos, e o Juiz della mandará que se remetta cópia ao encarregado do arrolamento para os respectivos assentamentos.

Art. 11. Os libertos maiores de 65 annos de idade podem requerer ao Juiz de orphãos a mudança de domicilio, provando :

- a) capacidade de obter meios de subsistencia em outra parte ;

b) compromisso com pessoa idonea, que lhe assegure sufficiente remuneração ;

c) garantia de estabilidade no novo domicilio.

§ 1.º Autoado o requerimento com os documentos, por distribuição do Juiz, depois de ouvido o ex-senhor e o curador geral, será proferida a decisão.

§ 2.º Si o Juiz conceder a autorização de mudança de domicilio, mandará passar o competente alvará, que será entregue ao liberto, fazendo-se ao ex-senhor, e ao Juiz do orphãos e curador geral do domicilio preferido, as convenientes communicações.

§ 3.º Ao curador geral e Juiz de orphãos do novo domicilio compete tornar effectivo o compromisso e garantia da subsistencia do liberto.

Art. 12. Durante cinco annos, contados da data da libertação, o municipio da alforria, salvo o das capitaes, é o domicilio obrigado do liberto pelo fundo de emancipação.

§ 1.º E' permittida a mudança de domicilio :

1º no caso de molestia ;

2º por contrato de serviços, de que provenha mais lucrativa e segura subsistencia ;

3º para o liberto unir-se á sua familia.

§ 2.º O liberto requererá ao Juiz de orphãos a mudança de domicilio, provando um ou alguns dos motivos declarados no paragrapho antecedente e juntando, de seu ex-senhor e na falta deste, do Juiz de Paz, attestado de bom procedimento.

§ 3.º Autoado, por distribuição do Juiz, o requerimento com os documentos, será ouvido o curador geral, proferindo o Juiz a sua decisão. Si conceder a mudança, mandará passar alvará, em que deverá ser mencionado o logar do novo domicilio.

§ 4.º A' mudança podem oppôr-se :

1º o locatario de serviços do liberto ;

2º o credor por divida provada por escripto ou confissão ;

3º a autoridade policial, o Promotor ou adjunto, e o offendido por queixa ou procedimento official, em que o liberto seja accusado ou indiciado em crime.

§ 5.º Pelo requerimento de opposição suspende-se o effecto do alvará de mudança, si passado, salvo si o devedor prestar fiança judicial ou extrajudicial, si apresentar conhecimento do deposito da divida, si quizer pagal-a incontinentemente.

§ 6.º Desprezada a opposição, aos Juizes de orphãos e autoridades policiaes do novo domicilio o Juiz fará as necessarias communicações, com a cópia do alvará de mudança.

Art. 13. Os Chefes de Policia, Delegados e Subdelegados, aos quaes constar que existem em seus districtos, ou a quem fôr apresentado algum liberto ausente do seu domicilio obrigado, o mandará apprehender e vir á sua presença, e si ouvido, não apresentar razão, que o escuse, o remetterá com guia ao director, chefe ou encarregado de trabalho, obra ou serviço publico.

§ 1.º O director, chefe ou encarregado de obra, serviço ou trabalho publico, abonará ao liberto o salario do costume, si

puder, e no caso contrario mandará fornecer a necessaria subsistencia e vestuario até ser autorizado.

§ 2.º Do salario arbitrado, o director, chefe ou encarregado de obra, trabalho ou serviço publico informará ao Juiz de orphãos do domicilio do liberto, para sua sciencia e procedimento.

§ 3.º São razões de escusa:

1º fugir de ameaças ou perigo imminente;

2º requerer de seu direito á autoridade com residencia fóra do municipio do domicilio obrigado;

3º procurar mulher ou filhos desencaminhados.

§ 4.º O Juiz de orphãos, logo que receba a informação do § 2º officiará ao encarregado do arrolamento para remetter ao informante a data em que o liberto apprehendido completa o prazo de cinco annos de domicilio obrigado, com a declaração de que nessa data cessa a restricção.

Art. 14. A autoridade policial (art. 111 do Regul. n. 120 de 31 de Janeiro de 1842) que souber existir em seu districto, ou lhe fôr apresentado, algum liberto sem occupação, procederá nos termos do art. 121 e seguintes do Cod. do Proc. Crim., obrigando-o á contratar seus serviços no prazo que marcar.

§ 1.º No caso de infracção do termo, a autoridade processante mandará apprehender o liberto e o enviará ao Juiz de orphãos com o traslado do termo.

§ 2.º O Juiz de orphãos julgará o termo quebrado conforme a legislação em vigor, condemnando o liberto a celebrar contrato de locação de serviços, sob pena de 15 dias de prisão com trabalho.

§ 3.º Si o liberto allegar falta de locatario, que queira contratar seus serviços, o Juiz de orphãos o dará á soldada (Ord. L. 88. 13).

§ 4.º Recusando-se o liberto de aceitar e cumprir o contrato de soldada, tomada por termo a recusa, deve o Escrivão fazer conclusos os autos ao Juiz de orphãos, que mandará, por seu despacho, remetter a competente ordem para ser cumprida a sentença, e do mesmo modo procederá o Juiz de orphãos si o liberto não contratar por si seus serviços, depois de condemnado a fazel-o.

§ 5.º Estabelecidas as colonias agricolas (art. 4º § 5º da lei), o liberto na reincidência sera enviado para alguma, escolhida pelo prudente arbitrio do Juiz de orphãos.

Art. 15. Incorre no crime do art. 260 do Codigo Penal aquelle:

a) que receber em casa, estabelecimento, serviço ou obra, ou occultar escravo alheio, sabendo que o é, si dentro de 15 dias depois de recebido não manifestar ao Juiz de Paz do districto ou Inspector de quarteirão;

b) que conservar na casa, estabelecimento, serviço ou obra, ou occultar escravo, depois de conhecer a sua condição, e não o manifestar no prazo legal, contado da nova sciencia.

Paragrapho unico. Aquelle que receber escravo maltratado, por castigos exagerados ou foragido por temor de ameaças

graves, deverá apresental-o, no prazo mais breve possível, á autoridade mais proxima, para proceder como fôr de direito.

Art. 16. Das sentenças e decisões dos Juizes de orphãos nos processos dos arts. 9º, 10º, 11º e 12º do presente Regulamento haverá recurso de appellação voluntario para o superior immediato, interposto no tempo e pelo modo estabelecido no art. 45 § 5º do Regulamento n. 4824 de 22 de Novembro de 1871.

Palacio do Rio de Janeiro em 12 de Junho de 1886. — *Antonio da Silva Prado.*



#### DECRETO N. 9603 — DE 12 DE JUNHO DE 1886

Concede permissão a Roberto Normanton e Gabriel Dias da Silva para explorarem carvão de pedra e outros mineraes na Provincia de S. Paulo.

Attendendo ao que requereram Roberto Normanton e Gabriel Dias da Silva, Hei por bem Conceder-lhes permissão para explorarem carvão de pedra e outros mineraes no municipio de Casa Branca, da Provincia de S. Paulo, mediante as clausulas que com este baixam, assignadas por Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 12 de Junho de 1886, 65º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio da Silva Prado.*

#### **Clausulas a que se refere o Decreto n. 9603 desta data**

##### I

Fica concedido a Roberto Normanton e Gabriel Dias da Silva o prazo de dous annos, contados desta data, para, sem prejuizo dos direitos de terceiro, procederem á exploração e pesquisas para descobrimento de minas de carvão de pedra e outros mineraes no municipio de Casa Branca, da Provincia de S. Paulo.

Dentro deste prazo os concessionarios deverão apresentar na Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, plantas geologica e topographica dos terrenos explorados, com perfis que demonstrem, tanto quanto fôr possível e o permittirem os trabalhos executados, a superposição

das camadas mineraes, e remetterão com as mesmas plantas amostras dos mineraes encontrados e relatório minucioso da localidade em que a mina estiver situada, declarando qual a posição e riqueza desta; qual sua extensão e sua direcção; a distancia entre ella e os povoados mais proximos, e os meios de communicação existentes; a área necessaria para a mineração, e, finalmente, os meios mais apropriados para o transporte dos productos das minas.

## II

Os trabalhos de pesquisa ou exploração para o descobrimento de minas poderão ser feitos por qualquer dos modos recommendados pela sciencia.

## III

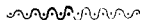
Os concessionarios ficam obrigados a indemnizar os damnos e prejuizos que de seus trabalhos de exploração possam provir ás propriedades adjacentes, a restabelecer á sua custa o curso natural das aguas que desviarem por causa dos mesmos trabalhos e a dar conveniente direcção ás que brotarem das cavas, poços ou galerias que fizerem, quando destes serviços resultar damno aos mesmos proprietarios de terrenos adjacentes.

Si o desvio destas aguas exigir trabalhos em propriedade alheia, os concessionarios solicitarão prévio consentimento do proprietario, usando dos meios em direito permittidos.

## IV

Os concessionarios ficam obrigados a dessecar os terrenos alagados em virtude dos trabalhos de exploração, restituindo-os ao seu antigo estado, de modo que não possa ser prejudicada a saúde dos moradores da circunvizinhança.

Palacio do Rio de Janeiro em 12 de Junho de 1886. — *Antonio da Silva Prado.*



## DECRETO N. 9604 — DE 19 DE JUNHO DE 1886

Declara caduca a concessão feita pelo Decreto n. 9066, de 24 de Novembro de 1883, para o estabelecimento de dois engenhos contraes.

Considerando que o Engenheiro Alberto Eugenio Parreiras Horta, a quem, pelo Decreto n. 9066, de 24 de Novembro de 1883,

foram concedidos os favores mencionados no art. 6º do Regulamento de 24 de Dezembro de 1881, com excepção do de garantia ou fiança de juros, para o estabelecimento de dous engenhos centrais destinados ao fabrico de assucar de canna, nos municipios de Iguassu e da Estrella, Provincia do Rio de Janeiro, não organizou a respectiva companhia dentro do prazo fixado no referido decreto e prorogado pelo de n. 9236 de 28 de Junho de 1884, Hei por bem Declarar caduca a mesma concessão.

Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 19 de Junho de 1886, 65º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio da Silva Prado.*



DECRETO N. 9605 — DE 19 DE JUNHO DE 1886

Declara caduca a concessão feita pelo Decreto n. 9393, de 7 de Março de 1885, para o estabelecimento de um engenho central.

Considerando que o Barão de Guapy, a quem, pelo Decreto n. 9393 de 7 de Março de 1885, foram concedidos os favores mencionados nos §§ 2º, 3º e 5º do art. 6º do Regulamento de 24 de Dezembro de 1881, para o estabelecimento de um engenho central destinado ao fabrico de assucar de canna, no municipio de Pirahy, Provincia do Rio de Janeiro, não organizou a respectiva companhia dentro do prazo fixado no referido decreto: Hei por bem Declarar caduca a mesma concessão.

Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 19 de Junho de 1886, 65º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio da Silva Prado.*



## DECRETO N. 9606 — DE 19 DE JUNHO DE 1886

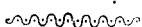
Declara caduca a concessão feita pelo Decreto n. 9366, de 24 de Janeiro de 1885, para o estabelecimento de um engenho central.

Considerando que José Joaquim Ferreira de Alvarenga e Luiz Gonçalves de Azevedo, a quem, pelo Decreto n. 9366, de 24 de Janeiro do anno proximo passado, foram concedidos os favores mencionados nos §§ 2º, 3º e 5º do art. 6º do Regulamento de 24 de Dezembro de 1881, para o estabelecimento de um engenho central destinado ao fabrico de assucar de canna, na freguezia de Cordeiros, municipio de Nietheroy, Provincia do Rio de Janeiro, não organizaram a companhia dentro do prazo fixado no referido decreto: Hei por bem Declarar caduca a mesma concessão.

Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 19 de Junho de 1886, 65º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio da Silva Prado.*



## DECRETO N. 9307 — DE 19 DE JUNHO DE 1886

Declara caduca a concessão feita pelo Decreto n. 9380, de 14 de Fevereiro de 1885, para o estabelecimento de um engenho central.

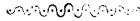
Considerando que Gregorio Garcia Seabra, a quem, pelo Decreto n. 9380 de 14 de Fevereiro do anno proximo passado, foram concedidos os favores mencionados nos §§ 2º, 3º e 5º do art. 6º do Regulamento de 24 de Dezembro de 1881, para o estabelecimento de um engenho central destinado ao fabrico de assucar de canna, no municipio de Paraty, Provincia do Rio de Janeiro, não organizou a respectiva companhia dentro do prazo fixado no referido decreto: Hei por bem Declarar caduca a mesma concessão.



Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 19 de Junho de 1886, 65<sup>a</sup> da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio da Silva Prado.*



DECRETO N. 9608 — DE 19 DE JUNHO DE 1886

Declara caduca a concessão feita, revalidada e prorrogada pelos Decretos n. 9020 de 22 de Setembro de 1883, 9130 de 1 de Fevereiro de 1884 e 9426 de 23 de Abril de 1885, para o estabelecimento de seis engenhos centraes.

Considerando que João Pinto Ferreira Leite obteve, pelo Decreto n. 9020 de 22 de Setembro de 1883, os favores mencionados no art. 6<sup>o</sup> do Regulamento que baixou com o Decreto n. 8357 de 24 de Dezembro de 1881, com excepção do de garantia ou fiança de juros para o estabelecimento de seis engenhos centraes, destinados ao fabrico de assucar de canna, nos municipios de Vianna, de Caracica, da Serra, de Linhares, de S. Matheus e de Nova Almeida, na Provincia do Espirito Santo;

Considerando que a mesma concessão foi revalidada e prorrogada pelos Decretos ns. 9130 de 1 de Fevereiro de 1884 e 9426 de 28 de Abril de 1885;

Considerando que o referido concessionario não organizou a respectiva companhia, dentro do prazo fixado no ultimo dos mencionados decretos:

Hei por bem Declarar caduca a mesma concessão.

Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 19 de Junho de 1886, 65<sup>a</sup> da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio da Silva Prado.*



## DECRETO N. 9609 — DE 22 DE JUNHO DE 1886

Concedo autorização á Sociedade Anonyma do Gaz do Rio de Janeiro para funcionar no Imperio.

Attendendo ao que requereu a Sociedade Anonyma do Gaz do Rio de Janeiro, devidamente representada, e de conformidade com a Minha Immediata Resolução de 19 de Junho do corrente anno, tomada sobre parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, exarado em Consulta de 20 de Maio ultimo, Hei por bem Conceder-lhe autorização para funcionar no Imperio, mediante as clausulas que com este baixam, assignadas por Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 22 de Junho de 1886, 65º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio da Silva Prado.*

**Clausulas a que se refere o Decreto  
n. 9609 desta data**

I

A companhia é obrigada a ter um representante no Imperio com plenos e illimitados poderes para tratar e definitivamente resolver as questões que se suscitarem quer com o Governo, quer com os particulares.

II

Todos os actos que praticar no Imperio ficarão sujeitos ás respectivas leis e regulamentos e á jurisdição de seus Tribunaes judiciais ou administrativos, sem que em tempo algum possa a referida companhia reclamar qualquer excepção fundada em seus estatutos.

III

No caso da companhia deliberar executar algum ou alguns dos fins de sua creação, que não estiverem em completa conexão com o contrato celebrado com o Governo Imperial, deverá primeiramente pedir permissão ao mesmo Governo.

## IV

Nenhum artigo dos estatutos poderá ser entendido ou interpretado em sentido contrario ás clausulas do contrato de que a companhia é cessionaria, o qual prevalecerá sempre qualquer que seja a intelligencia das disposições dos mesmos estatutos.

## V

Fica ainda dependente de autorização do Governo Imperial qualquer alteração feita nos estatutos da companhia, que deverá solicitar-a immediatamente, sob pena de multa de um a cinco contos de réis e de ser-lhe cassada esta concessão.

Palacio do Rio de Janeiro em 22 de Junho de 1886.— *Antonio da Silva Prado.*

---

Eu abaixo assignado Johannes Joehim Christian Voigt, corretor de navios, traductor publico juramentado e interprete commercial matriculado no meritissimo Tribunal do Commercio desta praça para as linguas : allemã, franceza, ingleza, sueca, dinamarqueza, hollandeza e hespanhola (praça do commercio, escriptorio n. 3) :

Certifico pela presente em como me foram apresentados uns estatutos escriptos na lingua franceza afim de os traduzir litteralmente para a lingua vernacula, o que assim cumpri em razão de meu officio, e litteralmente vertidos dizem o seguinte :

## TRADUÇÃO

**Estatutos da Sociedade Anonyma do Gaz do Rio de Janeiro, constituída em 17 de Março de 1886, perante mestres Ectors e Van Halteren, notarios em Bruxellas.**

### CONSELHO DA ADMINISTRAÇÃO

Os Srs. :

Edouard Otlet, presidente.  
Lucien Guinotte, vice-presidente.  
Edouard Pécher, administrador.

Delegados :

Joseph Ropsy Chandron, administrador director.  
Maurice Anspach, administrador.  
Jean Linden, idem.

Adrien, Conde d'Oultremont, idem.  
 Hippolyte Peemans, idem.  
 Martin Rée, idem.

Commissarios :

Victor Pécher.  
 Antonio Augusto Fernandes Pinheiro.

SOCIEDADE ANONYMA DO GAZ DO RIO DE JANEIRO, CONSTITUIDA EM 17 DE MARÇO DE 1886, PERANTE MESTRES FELIX MAXIMILIEN ECTORS E CHARLES VAN HALTEREN, AMBOS NOTARIOS EM BRUXELLAS.

Compareceram os Srs.:

- 1.º Eugène Bourson, engenheiro, morador em Bruxellas.
  - 2.º Henri Brianthe, industrial, morador no Rio de Janeiro.
  - 3.º Alfred Chenot Ainé, engenheiro, morador em Pariz.
  - 4.º Prosper Crable, proprietario, morador em Bruxellas.
  - 5.º Adrien d'Oultremont (Conde), proprietario, morador em Bruxellas.
  - 6.º Henri Gislain, engenheiro, morador em Bruxellas.
  - 7.º Edouard Goldzieker, agente de cambios, morador em Bruxellas.
  - 8.º Lucien Guinotte, engenheiro, morador em Mariemont-Sons Morlanwelz.
  - 9.º Jean Linden, proprietario em Ixelles.
  10. Edouard Otlet, proprietario, morador em Saint Gilles-les-Bruxelles.
  11. Edouard Pécher, proprietario, morador em Antuerpia, Consul Geral honorario da Belgica.
  12. Victor Pécher, negociante, morador em Antuerpia, antigo Consul da Belgica no Rio de Janeiro.
  13. Hippolyte Peemans, agente de cambio, morador em Bruxellas.
  14. Antoine Frédéric Pincoffs, agente de cambio, morador em Londres.
  15. Joannes Plasse, banqueiro, morador em Pariz.
  16. Martin Rée, negociante, morador em Pariz.
  17. Joseph Ropsy Chandron, engenheiro, morador em Bruxellas.
  18. Victor Tercelin Monjot, proprietario, morador em Mons.
  19. Ernest Vallet, banqueiro, morador em Vitry-le-François, na qualidade de director-gerente, tendo direito à assignatura social da Caixa Commercial de Vitry-le-François, sociedade em commandita estabelecida nesta cidade.
  20. Victor Van Billoen, inspector de contribuições, morador em Saint Gilles-les-Bruxelles.
  21. Prosper Van Billoen, capitalista, morador em Boisschot.
- Agindo todos em nome pessoal, e ainda mais:
- a. O Sr. Edouard Otlet, acima qualificado, como procurador do Sr. Emile Cambier, director de tramways, morador em

Odessa, em virtude de uma procuração que elle lhe conferiu por instrumento lavrado em original perante Mestre Segond, e seu collega, notarios em Pariz, em 27 de Maio de 1880, do qual uma cópia revestida de todas as legalisações e de outras formalidades requisitadas se acha annexa a um contrato lavrado perante mestre Ectors, notario, abaixo assignado, em 8 de Junho de 1880; o Sr. Otlet, responsabilizando-se ainda pelo Sr. Cambier, com promessa de ratificação, no caso de necessidade.

b. O Sr. Bourson, acima qualificado, responsabilizando-se, com promessa de ratificação, pelo Sr. Conde Ercole Gragiadei, director geral de tramways, morador em Munich, e pelo Sr. Paul Dansette, banqueiro, morador em Bruxellas.

c. O Sr. Victor Pécher, acima qualificado, responsabilizando-se, com promessa de ratificação, pelo Sr. Antonio Augusto Fernandes Pinheiro engenheiro civil, morador em Pariz.

d. O Sr. Plasse, acima qualificado, responsabilizando-se, com promessa de ratificação, pelo Sr. Paul Vincenot, engenheiro, morador em Pariz.

e. O Sr. Guinotte, acima qualificado, responsabilizando-se, com promessa de ratificação, pelo Sr. Valère Mabilie, industrial, morador em Mariemont.

Os ditos comparecentes, pelos presentes, fundaram a sociedade anonyma adiante denominada, e concordaram nos estatutos como seguem:

### Estatutos

Art. 1.º Fica formada uma sociedade anonyma sob a denominação de *Société Anonyme du Gaz de Rio de Janeiro* (Sociedade Anonyma do Gaz do Rio de Janeiro).

Esta sociedade tem por fim:

1.º A exploração provisoria do privilegio exclusivo da illuminação e do emprego do gaz para outros fins na cidade do Rio de Janeiro, de accordo com as condições previstas pela convenção celebrada entre o Sr. Henri Brianthe e o Imperial Governo do Brazil em 4 de Julho de 1885.

2.º A exploração definitiva desta empresa durante o tempo de duração da concessão, desde que os poderes legislativos tiverem approvado a dita convenção.

3.º Quaesquer operações relativas à dita concessão.

Esta sociedade será regida pelas disposições da lei belga e pelas dos presentes estatutos.

Art. 2.º A sede da sociedade é estabelecida em Bruxellas ou em um dos seus arrabaldes, no lugar que fôr ulteriormente designado pelo conselho de administração.

A sociedade terá uma succursal no Rio de Janeiro, na sede de sua exploração.

Art. 3.º A duração da sociedade é fixada em 30 annos, a contar de hoje. Ella poderá ser prorogada, ou dissolvida antecipadamente por deliberação da assemblea geral, deliberando nas formas legaes para modificações dos estatutos.

## FUNDO SOCIAL, ACÇÕES, OBRIGAÇÕES, ENTRADAS

Art. 4.º O fundo social é fixado em cinco milhões de francos, dividido em 10.000 acções privilegiadas de 500 francos. Ficam creadas mais 10.000 acções ordinarias, cujos direitos e vantagens vão aqui em seguida determinados. Estas ultimas acções são divisíveis em coupons, cujo numero será fixado pela assembléa geral.

O fundo social poderá ser augmentado pela emissão de acções privilegiadas, em virtude de uma assembléa geral que delibere como em materia de modificação dos estatutos.

Não poderão ser mais creadas acções ordinarias.

Art. 5.º O Sr. Henri Brianthe, comparecente, entra para a sociedade com a referida concessão que elle obteve do Governo Imperial do Brazil em 4 de Julho de 1885, sob reserva da approvação dos poderes legislativos.

A caução depositada pelo Sr. Brianthe na Legação do Brazil em Pariz, em 26 de Fevereiro de 1885, não faz parte dessa entrada.

A sociedade obriga-se a depositar, mesmo antes de approvada a concessão pelas Camaras Legislativas, uma caução da mesma importancia, de fórma a permittir ao Sr. Brianthe o retirar a que elle depositou, e o indemnizará ainda, sob justificação, das despezas relativas a isso.

Por effeito dessas entradas, a sociedade fica desde já substituida nos direitos e obrigações do Sr. Henri Brianthe, como si ella mesma tivesse obtido directamente a dita concessão.

Entretanto, si o Sr. Henri Brianthe, que se reserva formalmente (por si ou por uma sociedade que constituir), durante o prazo de um mez, a contar de hoje, o direito de encarregar-se da empresa, por empreitada, dos trabalhos de alargamento, fizer uso desta faculdade, elle executará, por si ou pela sociedade que se constituir, todos os trabalhos de alargamento previstos pela supracitada concessão, nos prazos por ella fixados, e isso de conformidade com a *nota de obrigações e compromissos aqui annexa*, que foi rubricada *in varietat* pelas partes e pelos notarios.

Os outros fundadores entram com os seus estudos, trabalhos, despezas e cuidados para darem valor á concessão do Sr. Henri Brianthe e o preparo da presente sociedade.

Art. 6.º 1.º, ficam attribuidas a todos os fundadores 4.000 acções privilegiadas, inteiramente desembaraçadas, e 4.000 acções ordinarias que elles dividirão entre si segundo as suas convenções particulares.

2.º, attribuir-se-ha, outrossim, ao Sr. Henri Brianthe, no caso em que elle use de sua opção e que os trabalhos forem executados, 6.000.000 de francos mais, pagaveis, á escolha da sociedade, quer em dinheiro, quer em acções privilegiadas novas, inteiramente desembaraçadas, idênticas ás já emitidas e contadas ao par, quer parte em dinheiro e parte em acções.

Essas attribuições constituem no seu conjuncto as vantagens concedidas aos fundadores por suas entradas.

As 4.000 acções privilegiadas, attribuidas ao primeiro acima, só serão entregues aos que tiverem direito a ellas quando a sociedade entrar definitivamente na posse da concessão pela approvação legislativa. Por enquanto ellas ficarão depositadas na sede da sociedade e não gozarão de nenhuma das vantagens conferidas pelos estatutos ás acções desta categoria.

As 4.000 acções ordinarias, igualmente attribuidas ao primeiro acima, tambem só serão entregues aos que tiverem direito a ellas, quando a sociedade entrar definitivamente na posse da concessão. Mas essas ditas acções gozarão, no intervallo, das vantagens concedidas pelos estatutos ás acções desta categoria.

Os fundadores farão saber á sociedade quaes os que tiverem direito ás ditas 4.000 acções privilegiadas e 4.000 acções ordinarias.

Quanto ás 6.000 acções ordinarias restantes, ellas pertencem, titulo por titulo, aos subscriptores das 6.000 acções privilegiadas, cujos nomes se acham no art. 7.º Só se passarão provisoriamente por essas acções certificados nominativos, e os titulos ao portador só serão passados quando todas as acções privilegiadas, presentemente subscriptas, estiverem integralmente realizadas.

Enquanto não se realizam, as acções ordinarias seguem as acções privilegiadas, especialmente no que diz respeito ao art. 8.º aqui em seguida, e a transferencia de uma acarretará a transferencia da outra.

Art. 7.º As 6.000 acções privilegiadas restantes são integralmente subscriptas pelos comparecentes, na forma seguinte:

|                                                    |       |
|----------------------------------------------------|-------|
| O Sr. Bourson, por si.....                         | 60    |
| e pelo Sr. Graziadei.....                          | 150   |
| O Sr. Brianthe.....                                | 200   |
| O Sr. Chenot.....                                  | 530   |
| O Sr. Crable.....                                  | 200   |
| O Sr. Dansotte, representado pelo Sr. Bourson..... | 200   |
| O Sr. Conde d'Oultremont.....                      | 50    |
| O Sr. Gislain.....                                 | 400   |
| O Sr. Goldzieker.....                              | 50    |
| O Sr. Guinotte.....                                | 400   |
| O Sr. Linden.....                                  | 100   |
| O Sr. Mabile, representado pelo Sr. Guinotte.....  | 60    |
| O Sr. Otlet, por si.....                           | 1.880 |
| e pelo Sr. Cambier.....                            | 50    |
| O Sr. Edward Pécher.....                           | 100   |
| O Sr. Victor Pécher, por si.....                   | 100   |
| O Sr. Pinheiro.....                                | 30    |
| O Sr. Peemans.....                                 | 200   |
| O Sr. Pincoffs.....                                | 40    |
| O Sr. Plasse, por si.....                          | 80    |
| e pelo Sr. Vincenot.....                           | 60    |

|                                |       |
|--------------------------------|-------|
| O Sr. Rée.....                 | 200   |
| O Sr. Ropsy Chandon.....       | 200   |
| O Sr. Torzeclin Monjot.....    | 60    |
| O Sr. Vallet.....              | 500   |
| O Sr. Victor Vin Billoen.....  | 50    |
| O Sr. Prosper Van Billoen..... | 50    |
| Total.....                     | 6.000 |

Sobre cada uma dessas acções effectuou-se um pagamento, em dinheiro, de 100 francos, no todo, 600.000 francos, em presença dos notarios abaixo assignados, e entregou-se-o em mãos do Sr. Victor Pêcher, encarregado de depositar-o no nome da sociedade na *Caisse Générale de Reports e de Dépôts*, em Bruxellas.

O resto dos pagamentos será chamado por deliberação do conselho de administração, á proporção das necessidades da sociedade. Nenhum pagamento poderá ser feito por antecipação.

Art. 8.º Na falta de pagamento das acções nas épocas que tiverem sido fixadas, vencerão ellas juros de pleno direito, á razão de 6 % ao anno, a contar do dia em que fôr reclamado o pagamento.

Si o pagamento não fôr realizado no mez de sua reclamação, e oito dias depois de um simples annuncio no *Moniteur Belge*, o conselho da administração terá o direito, conformando-se com a lei, de mandar proceder na Bolsa de Bruxellas, por intermedio de agente de fundos, á venda, por conta e risco e perigo do retardatario, das acções que estão em atrazo de pagamento.

As acções que se acharem nessas condições serão vendidas desembaraçadas de todos os pagamentos chamados; a esses titulos se juntarão, para serem vendidas ao mesmo tempo, as acções ordinarias correspondentes reservadas pelo art. 6.º

Os retardatarios deverão supprir a differença entre o valor nominal dos titulos e o producto da venda, com abatimento dos pagamentos realizados. Os certificados deixados em mãos dos accionistas de que se trata, não terão mais valor algum. Si a venda produzir uma quantia superior, o excedente ficará á disposição do accionista em falta, tendo a sociedade o direito de vender integralmente os titulos possuidos por um mesmo accionista.

A faculdade de mandar vender os titulos não obstará a sociedade do exercicio simultaneo de quaesquer outros meios de direito.

Art. 9.º O conselho da administração fica autorizado a tomar por emprestimo, por meio de emissão de obrigações ou por outra fôrma, quaesquer quantias de que elle possa precisar especialmente para pagar eventualmente ao Governo Imperial do Brazil as actuaes installações, de conformidade com a concessão da qual se fez acima a entrada para a sociedade.

O conselho fixa a taxa do juro e da emissão, a fôrma e as garantias especiaes, a duração e o modo de amortização e de reembolso dos empréstimos.



## ADMINISTRAÇÃO

Art. 10. A sociedade é administrada por um conselho composto de sete administradores, pelo menos, e de onze no maximo. O conselho pôde nomear um director, si o julgar útil.

As operações da sociedade serão fiscalizadas por um ou por mais commissarios.

Art. 11. Os administradores ou os commissarios serão nomeados e revogados pela assembléa geral dos accionistas.

No caso de vaga de um ou de diversos logares de administrador por fallecimento, demissão ou qualquer outra causa, os administradores ou os commissarios reunidos poderão nomear um substituto provisorio até a assembléa geral seguinte, que procederá á eleição definitiva.

A duração do mandato dos administradores e dos commissarios não poderá exceder de seis annos ; elles são reelegiveis.

As funções dos administradores que compuzerem o primeiro conselho da administração e as dos commissarios, nomeados pelos estatutos, cessarão no dia seguinte á assembléa geral annual do anno de 1891.

Esta assembléa fixará o tempo de duração do mandato dos novos administradores e commissarios e determinará sobre a sua ordem de retirada.

Uma assembléa geral de accionistas que se reunirá immediatamente após a constituição da sociedade, determinará pela primeira vez o numero dos administradores e procederá á nomeação delles.

Cada administrador deverá depositar na caixa social, para garantia de sua gestão, 50 acções privilegiadas.

Cada commissario deverá fornecer uma caução consistindo de 20 acções privilegiadas.

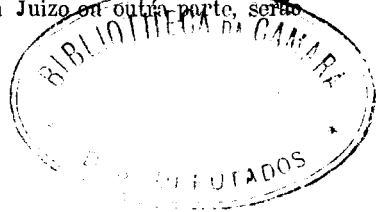
Art. 12. O conselho da administração, nos limites e em conformidade com os estatutos, é investido dos poderes os mais amplos para administração da sociedade.

Tudo o que não fôr expressamente reservado á assembléa geral pelos estatutos ou pela lei, é da competencia do conselho.

Este pôde celebrar quaesquer contratos e emprezas ; adquirir e alienar quaesquer bens moveis e immoveis, pelos preços, encargos, clausulas e condições que elle julgar convenientes ; receber quaesquer rendimentos e capitaes ; consentir em quaesquer menções e subrogações, renunciar a quaesquer direitos reaes, e conceder levantamentos puros e simples, com ou sem pagamento de quaesquer inscrições de hypotheca, embargos e penhoras ; conceder quaesquer desistencias e aquiescencias. Elle pôde tambem constituir ou resgatar quaesquer cauções depositadas como garantia de concessões.

O conselho da administração nomeia e revoga o director, bem como todos os agentes da sociedade, marca-lhes as attribuições, fixa-lhes os honorarios, e, si houver logar, as suas cauções.

Art. 13. Os extractos ou cópias das deliberações do conselho, que tiverem de ser apresentadas em Juizo ou outra parte, serão



assignadas pelo presidente do conselho, e na falta deste, por um outro membro.

Art. 14. Para a primeira vez, são nomeados commissarios da sociedade os Srs. Victor Pêcher e Antonio Augusto Fernandes Pinheiro.

Art. 15. Além da porcentagem (tamtième) conferida pelos estatutos, a remuneração dos administradores e commissarios será fixada, si houver logar, pela assembléa geral dos accionistas.

#### ASSEMBLÉAS GERAES

Art. 16. Todo o portador de acções ordinarias ou de acções privilegiadas, é, de direito, membro das assembléas geraes e pôde votar nellas, de conformidade com as prescripções da lei e dos estatutos.

Cinco dias pelo menos antes da assembléa, os accionistas devem communicar por escripto á séde da sociedade a quantidade e os numeros das acções por elles possuidas.

Os accionistas são admittidos na assembléa pela apresentação das acções ou de um certificado, que prove o deposito dellas na séde social, ou nos estabelecimentos financeiros que possam ser designados nas convocações.

Os procuradores devem se achar munidos da procuração de seus constituintes.

O conselho poderá eventualmente ordenar o deposito das procurações na séde social, cinco dias pelo menos antes da assembléa.

São igualmente admittidos á assembléa os accionistas nominaes inscriptos cinco dias pelo menos antes da reunião, ou os seus procuradores.

Art. 17. A assembléa geral ordinaria terá logar cada anno, na séde social ou no logar que fôr designado nas convocações, na quarta segunda feira do mez de Maio, ás 2 horas da tarde.

Poderão ser sempre convocadas, de conformidade com a lei, as assembléas geraes extraordinarias.

Toda a assembléa geral, regularmente convocada, é soberana nos limites da lei.

As convocações, deliberações e votos terão logar de conformidade e nos limites da lei.

As assembléas geraes serão presididas pelo presidente do conselho da administração, ou, na sua falta, por um outro administrador designado pelo conselho; o presidente designa o secretario; escolhem-se dous escrutinadores entre os mais fortes accionistas presentes.

As actas das assembléas geraes são assignadas pelos membros da mesa, as cópias ou extractos dessas actas são assignadas pelo presidente ou por um dos membros do conselho da administração.

## BALANÇO E DIVISÃO DOS LUCROS

Art. 18. Em 31 de Dezembro de cada anno, e pela primeira vez, em 31 de Dezembro de 1887, o conselho da administração mandará fechar as contas e extrahir o balanço da sociedade, bem como a conta de lucros e perdas, tudo o que, depois de submettido á verificação dos commissarios, depositados na sede social, e dirigido aos accionistas nominalmente, si fôr possível, de conformidade com a lei, será apresentado á approvação da assembléa geral ordinaria.

O conselho de administração avalia os titulos e mais valores, moveis e immoveis que compuzerem o activo social. Estabelece essas avaliações pela maneira que julgar mais util para assegurar a boa gestão dos negocios, a estabilidade e o futuro da sociedade.

Dos lucros liquidos da sociedade se retirará :

1.<sup>o</sup> *Para o fundo de reserva :*

Uma quantia que será indicada pela assembléa geral annual da mez de Maio, não devendo, porém, essa quantia ser inferior a 5% dessas lucros, de conformidade com a lei.

2.<sup>o</sup> *Para toda a dividendo das acções privilegiadas :*

Uma quantia sufficiente para pagar 8% liquido por anno da importancia paga sobre cada acção privilegiada.

O excedente do lucro liquido será dividido como segue :

1.<sup>o</sup> 5 % entre os administradores e commissarios, segundo as suas convenções particulares;

2.<sup>o</sup> 5 % destinados a constituir um fundo de amortização das acções privilegiadas ;

3.<sup>o</sup> O restante será dividido de uma maneira igual entre todas as acções ordinarias, a menos que a assembléa geral decida applicar este restante, todo ou parte d'elle, ao fundo de amortização acima previsto.

Esse fundo de amortização será applicado, pelos cuidados do conselho de administração, na extincção das acções privilegiadas, quer por meio de sorteio, á taxa de 750 francos, quer por meio de venda na bolsa, si a cotação fôr inferior a 750 francos.

## DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO

Art. 19. A expiração da sociedade, o activo liquido servirá primeiro para pagar o saldo das acções privilegiadas em circulação á taxa de 750 francos, e o excedente será dividido entre todas as acções ordinarias.

Art. 20. Qualquer dividendo que não tiver sido reclamado nos cinco annos da sua declaração, ficará pertencendo á sociedade.

## ATTRIBUIÇÃO DE JURISDIÇÃO

Art. 21. Para a execução dos presentes, quaesquer accionistas, administradores ou commissarios, residentes no estrangeiro fazem eleição de domicilio na sede social.

Art. 22. Pelos presentes estatutos, faz-se attribuição de jurisdicção aos Tribunaes do Imperio do Brazil para quaesquer operações da sociedade feitas nesse paiz.

## ANNEXO

Obrigações e compromissos (a que se refere o art. 5º destes estatutos) relativos aos trabalhos e fornecimentos de que o Sr. Henrique Brianthe reservou para si, quer por si, quer por uma sociedade por constituir-se, a opção de empresa de conformidade com o art. 5º dos estatutos da Sociedade Anonyma do Gaz do Rio de Janeiro :

Art. 1.º Deverão ser executados todos os trabalhos e feitos todos os fornecimentos necessarios para satisfazer o art. 2º do contrato de concessão de 4 de Julho de 1885.

Art. 2.º Fica desde já especificado, que esses trabalhos e installações serão estabelecidos de maneira a augmentar de 30.000 metros cubicos por 24 horas a força de producção da fabrica de gaz do Rio de Janeiro.

A. Todas as despesas de qualquer natureza que ellas sejam, que resultarem dessa installação, ficam a cargo do empresario.

Nem mesmo se faz excepção para a compra dos terrenos que forem reconhecidos ser necessarios.

B. A *Société Anonyme du Gaz de Rio de Janeiro* tirará uma planta geral afim de determinar, de accôrdo com o empresario, as posições e dimensões respectivas dos novosapparelhos das canalisações, e fixar o modo de ligação quer entre elles, quer com os apparelhos actualmente existentes.

C. Fica entendido, desde já, que o conjunto dos apparelhos novos offerecerá o caracter de uma fabrica addicional.

Os apparelhos novos poderão ser combinados entre si, de maneira a poder funcionar independentemente dos antigos, ou então ser ligados a estes toda a vez que esta ligação seja possivel sem exigir o remechimento ou a mudança dos tubos actuaes que ligam entre si os apparelhos de fabricação.

D. O empresario obriga-se a executar todos os trabalhos, respeitando todas as clausulas impostas pelo Governo brasileiro, conforme o contrato de concessão, e especialmente as clausulas especificadas nos arts. VI e VIII, tanto quanto estes forem relativos ou applicaveis à empresa em questão.

E. A *Société Anonyme du Gaz de Rio de Janeiro* effectuará os pagamentos ao empresario à medida do adiantamento dos trabalhos e dos fornecimentos, tudo conforme uma nota de preços, que será feita de commun accôrdo, tomando-se por base o preço da empresa total, com reserva de 10 % que só

serão satisfeitos depois do completo acabamento e definitivo recebimento dos trabalhos.

Esse recebimento definitivo só poderá ser resolvido pelo conselho de administração, depois que os trabalhos e fornecimentos tiverem sido previamente aceitos pelo inspector geral do gaz.

Feito em Bruxellas em 17 de Março de 1886.

Lido e approved. — *H. Briante*.

Documento annexo aos estatutos da *Société Anonyme du Gaz de Rio de Janeiro*, feitos por mestres Ectors e Van Halteren, notarios em Bruxellas, em 17 de Março de 1886.

*Ne varietur.*

Seguem-se as rubricas.

Registrada uma folha de papel, sem emendas, em Bruxelles-Seil, aos 20 de Março de 1886, volume 179, folio 44 recto, casa 8. Recebi 2 francos e 40 centimos. — O recebedor, *Guillaume*.

### *Encerramento*

Os comparecentes que se responsabilisaram por fundadores ausentes, obrigam-se desde já a cumprir pessoalmente todos os compromissos contrahidos pelas pessoas pelas quaes se responsabilisaram, esperando pela ratificação delles, e tambem na falta de ratificação. Do que lavro termo.

Feito e passado em Saint-Gilles-les-Bruxelles, rua Veydth n. 17, aos 17 de Março do anno de 1886.

E, feita a leitura às partes comparecentes, assignaram ellas com os notarios o presente original, que fica em mãos de mestre Ectors.

Seguem-se as assignaturas.

Registrado em seis folhas, com oito emendas, em Bruxelles-Seil, aos 20 de Março de 1886, vol. 783, folio 15 verso, casa 5.

|                                        |       |
|----------------------------------------|-------|
| Recebi pelo contrato de sociedade..... | 7.00  |
| Por obrigação de somma.....            | 1.40  |
| Por promessa de ajuste.....            | 2.40  |
| Total..... frs.                        | 10.80 |

O recebedor, *Guillaume*.

E' cópia conforme. — O notario, *F. M. Ectors*.

(Estava o sello do notario acima.)

Visto por nós, presidente do tribunal de 1ª instancia em Bruxellas, para legalização da assignatura de mestre Ectors, notario em Bruxellas.

Bruxellas, 22 de Março de 1886. — *G. Van Moorsel*.

(Estava o sello do Tribunal.)

Visto no Ministerio da Justica para legalização da assignatura do Sr. Van Moorsel, ao lado exarada.

Bruxellas, 22 de Março de 1886.—O secretario geral, *Berden*. (L. S.)

Visto para legalização do Sr. Berden, acima exarado.

Bruxellas, 22 de Março de 1886.—Pelo Ministro dos Negocios Estrangeiros, o director geral, *P. Lespirt*.

(Sello do Ministerio.)

Visto para legalização da assignatura do Sr. P. Lespirt, acima exarada.

Bruxellas, 26 de Março de 1886.—*H. Tournay*, Vice-Consul do Brazil em Bruxellas.—*Aguído*, como Consul Geral.

(Sello do Consulado.)

Reconheço verdadeira a assignatura supra do Sr. H. Tournay, Vice-Consul do Brazil em Bruxellas.—Ministerio dos Negocios Estrangeiros.—Rio de Janeiro, 29 de Abril de 1886.—Pelo Director geral (assignado sobre quatro estampilhas no valor colectivo de 32000), *J. Teixeira de Macedo*.

Nada mais continham os ditos estatutos, que fheimento verti do proprio original, ao qual me reporto. Em fé do que passei o presente, que assignei e sellei com o sello do meu officio nesta cidade do Rio de Janeiro ao 1º de Maio de 1886.—*Johannz Jochim Christian Voigt*, traductor publico juramentado.

Eu abaixo assignado Johannes Jochim Christian Voigt, corretor de navios, traductor publico juramentado e interprete commercial matriculado no meritissimo Tribunal do Commercio desta praça para as linguas allemã, franceza, ingleza, sueca, dinamarqueza, hollandesa e hespanhola (praça do commercio, escriptorio n. 3). Certifico pela presente em como me foi apresentada uma cópia de procuração escripta na lingua franceza, a fim de a traduzir litteralmente para a lingua vernacula, o que assim cumpro em razão do meu officio, e litteralmente vertida diz o seguinte:

#### *Tradução*

Procuração do Sr. Emile Cambier ao Sr. Edouard Otlet.

(Papel sellado de 1 franco e 50 centimos.)

Cópia de uma procuração passada por mestre Segond e seu collega, notarios em Pariz, em 27 de Maio de 1880, da qual fica annexa uma cópia a um contrato passado por mestre Ectors, notario, abaixo assignado, em Bruxellas, em 8 de Junho seguinte, fazendo a menção seguinte :

Registradas cinco folhas, com nove emendas em Bruxelles-seil, aos 12 de Junho de 1880, volume 713, folio 40, recto, casa 7. Recelá sete francos.—O recelador (assignado), *Guillaume*.

Perante mestre Louis Ernest Segond, e um de seus collegas, notarios em Pariz, abaixo assignados:

Compareceu,

O Sr. Emile Cambier, engenheiro, morador em Levallois Perret, rua das Artes n.º 48, o qual, pelo presente instrumento, fez e constituiu seu procurador geral e especial para os fins aqui em seguida:

O Sr. Edouard Otlet, banqueiro, morador em Pariz, rua Camben n.º 4.

A quem elle dá poderes de, por elle e em seu nome, constituir, tanto em França como no estrangeiro, e com quem competir, quaesquer sociedades anonymas que o procurador julgar convenientes e isso, sob as clausulas, encargos e condições que o procurador julgar mais vantajosas, assim como representar o comparecente em todas as que elle possa ser ou vir a ser interessado sob quaesquer titulos.

Organizar quaesquer estatutos, modificál-os, ampliar ou restringir, segundo as circumstancias o necessitarem, conferir quaesquer poderes principalmente para, com ou sem pagamento, e com renuncia de quaesquer direitos reaes, conceder levantamento puro e simples, e consentir na annullação de quaesquer inscripções de hypotheca e outras, penhoras de immoveis e outras, quer parcialmente quer definitivamente.

Estabelecer o objecto dessas sociedades, o capital social, a quantidade de acções, as entradas e as condições em que ellas são feitas, as vantagens particulares attribuidas aos fundadores, a forma dos pagamentos.

Estender as operações dessas sociedades, tomar quaesquer emprehendimentos, celebrar quaesquer contratos financeiros, augmentar o capital, crear e emitir quaesquer acções e obrigações, converter quaesquer acções em partes, e para estes diversos fins fazer nos estatutos as modificações que forem convenientes.

Tomar parte em quaesquer reuniões e assembleas, emitir quaesquer votos e avisos, assignar quaesquer actas, titulos e documentos, obligar o constituinte á execução de todas as deliberações que forem tomadas.

Fazer no nome do constituinte quaesquer depositos de acções e titulos, bem como quaesquer entradas que lhe competir; aceitar a quantidade de acções, de obrigações e partes que lhe forem attribuidas.

Fazer fusão e transformar quaesquer sociedades constituidas em novas sociedades que o procurador julgar conveniente e necessario, sob as clausulas, encargos e condições que convierem, organizar quaesquer estatutos novos, estendel-os, modificál-os ou restringil-os.

Tomar parte em quaesquer assembleas e reuniões, convocál-as, si for preciso fazel-o, bem como em quaesquer deliberações, apresentar quaesquer propostas, dar votos, assignar quaesquer actas, executar quaesquer decisões aceitas em assembleas geraes ou de qualquer outra forma.

Nomear quaesquer conselhos de administração, de fiscalização e outros, bem como quaesquer directores, commissarios e administradores, substituil-os, marcar quaesquer honorarios, approvar quaesquer balanços, conferir quaesquer poderes aos liquidantes.

Para os fins acima, passar e assignar quaesquer instrumentos e documentos e termos que competir, eleger domicilio, estabelecer todos ou parte dos presentes poderes, e, em geral, fazer tudo o que fór necessario, promettendo tel-o por agradavel.

Do que lavro este, sob norma apresentada e entregue.

Feito e passado em Pariz, no cartorio de mestre Segond, notario, rua Laflitte n. 7, aos 27 de Maio do anno de 1880.

E, após leitura feita, assignou o comparecente com os notarios. (Seguem-se as assignaturas.)

Na margem acha-se escripto:

« Registrado em Pariz, 5º cartorio, em 28 de Maio de 1880, fls. 75 verso, casa 2; recebi 3 francos decimos e 75 centimos. — (Assignados) *Barbier*. — *Segond*. »

Visto para legalização da assignatura de mestre Segond, notario em Pariz, por nós juiz, no impedimento do Sr. presidente do Tribunal civil de 1ª instancia do Sena.

Pariz, 29 de Maio de 1880. — (Segue-se a assignatura illegivel).

Visto, para legalização da assignatura do Sr. Andemard, do outro lado exarada.

Pariz, 31 de Maio de 1880. — Por delegação do guarda dos sellos, Ministro da Justiça. — O chefe de secção delegado (assignado), *Bonnet*.

O Ministro dos Negocios Estrangeiros certifica verdadeira a assignatura do Sr. Bonnet.

Pariz, 31 de Maio de 1880. — Por autorização do Ministro. — Pelo sub-director da Chancellaria (assignado), *Corpel*.

N. 388. — Direito dez francos (10 fr.)

Visto, para legalização da assignatura, ao lado exarada, do Sr. Corpel.

Pariz, 31 de Maio de 1880. — Pelo Ministro da Belgica. — O Consul Geral honorario Chancellor, *Bastin*.

Visto para legalização da assignatura do Sr. Bastin, ao lado exarada.

Bruxellas, 8 de Junho de 1880. — Pelo Ministro dos Negocios Estrangeiros. — O director geral, *P. Lespirt*.

Direito, um franco, n. 318.

« Registradas duas folhas de papel sellado, com duas emendas, em Bruxellas-sul, aos 12 de Junho de 1880, volume 175, folio 18, n. 7. Recebi dous francos e 40 centimos. — O recebedor, *Guillaume*.

E' cópia conforme. — *F. M. Ectors*, notario.

(Sello do notario.)



Visto por nós presidente do Tribunal da primeira instancia de Bruxellas, para legalização da assignatura de mestre Ectors, em Bruxellas.

Bruxellas, 22 de Março de 1886.— *G. Van Moorsel*.

(Estava o sello do Tribunal.)

Visto no Ministerio da Justiça, para legalização da assignatura do Sr. Van Moorsel, ao lado exarada.

Bruxellas, 22 de Março de 1886.— O secretario geral, *Berden*.

(Sello do Ministerio da Justiça.)

Visto para legalização da assignatura do Sr. Berden, acima exarada.

Bruxellas, 22 de Março de 1886.— Pelo Ministro dos Negocios Estrangeiros.— O director geral, *P. Lespirt*.

(Sello do Ministerio.)

Visto para legalização da assignatura do Sr. P. Lespirt, acima exarada.

Bruxellas, 26 de Março de 1886.— *H. Tournay*, Vice-Consul do Brazil em Bruxellas, funcionando como Consul Geral.

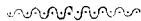
(Sello do Consulado.)

Reconheço verdadeira a assignatura supra do Sr. H. Tournay, Vice-Consul do Brazil em Bruxellas.

Ministerio dos Negocios Estrangeiros.— Rio de Janeiro, 29 de Abril de 1886.— Pelo Director geral (sobre tres estampilhas no valor colectivo de 1\$300), *J. Teixeira de Macedo*.

Nada mais continha a dita cópia de procuração que fielmente verti do proprio original ao qual me reporto.

Em fê do que passei a presente que assignei e fiz sellar com o sello do meu officio nesta cidade do Rio de Janeiro ao 1º de Maio de 1886.— *Johannes Joachim Christian Voigt*, traductor publico juramentado.



#### DECRETO N. 9610 — DE 26 DE JUNHO DE 1886

Concede autorização á Companhia engenho central do Capivary, da Provincia de S. Paulo, para se organizar.

Attendendo ao que requereu a Companhia engenho central de Capivary, da Provincia de S. Paulo, devidamente representada, e de conformidade com o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, exarado em Consulta de 8 de Junho do corrente anno, Hei por bem Autorizar-a a organizar-se com os estatutos que Me foram presentes e com este baixam.

Antonio da Silva Prado, do Men. Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 26 de Junho de 1886, 65º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio da Silva Prado.*

## Estatutos da Companhia engenho central de Capivary, em S. Paulo

### CAPITULO I

#### DA CONSTITUIÇÃO DA COMPANHIA

Art. 1.º A companhia anonyma denominada Companhia engenho central de Capivary, em S. Paulo, organizada de accordo com o art. 25, § 1.º da Lei n. 3150 de 4 de Novembro de 1882, tem por fim a continução do negocio da Companhia *The São Paulo Central Sugar Factory of Brasil, Limited*, autorizada pelo Decreto n. 8871 de 10 de Novembro de 1883 e liquidada judicialmente, por falta de pagamento de suas dividas, no fóro de Capivary.

Art. 2.º Em consequencia são incluídos em seus fins:

§ 1.º Completar, e fazer funcíonar o engenho central, para o fabrico de assucar e aguardente no municipio de S. João de Capivary, na Provincia de S. Paulo, pertencente à dita companhia liquidada.

§ 2.º Fazer todos os mais negocios que tenham connexão com os do paragrapho anterior e possam ser convenientemente feitos como a montagem de refinação, ou de qualquer fabrica para aproveitamento dos residuos de cannas, cultivações das mesmas, ou de quaesquer outros productos agricolas, compras de terras para estes fins, tudo por meio de trabalho livre, para o que poderá tambem promover a immigração por todos os meios a seu alcance, ou requerendo para isso os favores que forem concedidos.

§ 3.º Fazer o negocio de transporte de mercadorias e passageiros pelas vias ferreas já construídas, ou por quaesquer que possam ser adquiridas pela companhia.

§ 4.º Empregar ou dar por emprestimo como adiantamento aos fazendeiros, cultivadores ou fornecedores de cannas de assucar e outros, o dinheiro da companhia que a esse tempo puder ser dispensado.

Art. 3.º O capital social é de 600:000\$, divididos em ações de 200\$, representando 456:000\$ o preço por que tem de ser re-

cebido o activo da extinta companhia e o restante devendo ser empregado no complemento das obras e mais despesas necessarias.

Art. 4.º E' considerada como capital realizado a quantia acima pela qual tem de ser recebido o activo já declarado.

Art. 5.º A responsabilidade dos socios é limitada.

Art. 6.º Não chegando o capital social para o complemento das obras e outras despesas que forem necessarias, a directoria poderá por artigo especial dos estatutos, ou em resolução da companhia, augmentar o seu capital ou contrahir um empréstimo nos termos do art. 32 da Lei n. 3150 de 4 de Novembro de 1882, emitindo titulos de preferença, debentures, com juros fixos e resgataveis por meio de sortelo, ou fazer empréstimo por outra qualquer forma não contraria ás leis.

Art. 7.º Os juros das debentures serão levados á conta de lucros e perdas, e dos lucros liquidos, verificados pelos balancos semestrais provenientes de operações effectivamente concluidas, deduzir-se-ha:

§ 1.º O dividendo aos accionistas até 10 % ao anno sobre o capital realizado.

§ 2.º Excedendo os lucros á quantia supra, será creado e augmentado annualmente um fundo de reserva destinado exclusivamente a fazer face ás perdas do capital social, o qual deverá representar, pelo menos, um terço do capital realizado sempre recomposto, mas não importando annualmente em mais de 5 % do capital realizado.

§ 3.º O restante dessa quantia augmentará o dividendo, ou amortizará o capital.

Art. 8.º O fundo de reserva será empregado pelo, ou directores do modo que entenderem conveniente, não podendo entretanto ser empregado em accções da companhia. O rendimento que possa provir do dito fundo de reserva será considerado como rendimento commun da companhia, ou será tratado por outro modo que os directores entenderem conveniente.

Art. 9.º Todo o dividendo pertencerá e será pago, sujeito á hypotheca da companhia, aos membros cujos nomes fiquem inscriptos no registro, na data fixa para o pagamento do mesmo dividendo, sendo feitos os devidos avisos.

Art. 10. Nenhum dividendo vencerá juros contra a companhia, e qualquer que exista sem ser reclamado por periodo de um anno, depois de haver sido declarado, será, enquanto não fór reclamado pelo socio que a elles tenha direito, empregado ou usado por qualquer forma pelos directores em proveito da companhia.

Art. 11. Os directores podem deduzir do dividendo que houver a pagar a qualquer membro, todas as quantias que elle deva á companhia por qualquer motivo.

Art. 12. Figurando um ou mais individuos registrados como possuidores de qualquer accção, o recibo passado por qualquer dellos será exoneração cabal pelo que toca á companhia, quanto a quaesquer pagamentos feitos com relação a tal accção.

Art. 13. A companhia poderá de vez em quando, mediante resolução especial, quer extinguindo quaesquer acções ou por outro modo, reduzir o seu capital na proporção e pelo modo que o possa determinar, havendo fundos disponíveis e sem offensa do capital.

Art. 14. A séde da companhia será no municipio de Capivary; todavia sendo a maior parte de seus accionistas inglezes, poderá ser transferida para a Inglaterra, si assim fôr deliberado pelas duas terças partes dos accionistas em numero e credito, si assim fôr conveniente aos interesses da mesma companhia.

Art. 15. Sendo transferida a companhia, não poderão ser modificados os presentes estatutos sem os tranfites legaes das leis brasileiras em vigor, sujeitando-se ainda a companhia a todas as clausulas do Decreto n. 8871 de 10 de Fevereiro de 1883, bem como a ter um dos directores no Brazil, d'entre os accionistas brasileiros.

Art. 16. Em igualdade de condições, sendo a séde da companhia no Brazil, e sendo a maior parte dos accionistas inglezes, haverá um director em Londres ou em qualquer outra cidade em Inglaterra que offereça mais vantagens a todos os accionistas.

## CAPITULO II

### DAS ACÇÕES

Art. 17. As acções serão assignadas por dous directores com as condições exigidas pelo Decreto n. 8821 de 30 de Dezembro de 1882 e serão indivisiveis.

Art. 18. Pertencendo uma acção a duas ou mais pessoas, qualquer dellas poderá passar recibos válidos pela importancia de qualquer dividendo, sendo contados os possuidores em commun como uma pessoa sómente, e em caso de duvida poderá a companhia suspender o exercicio dos direitos que derivam de taes titulos, enquanto um só individuo não fôr designado para junto della figurar como proprietario.

Art. 19. Representando a maior parte das acções da companhia as dividas activas dos subscriptores contra a extincta Companhia *The São Paulo Central Sugar Factory of Brasil, limited*, serão as ditas acções partilhadas pelos ditos credores de accordo com a importancia de seus creditos e com as condições de contrato preliminar.

Art. 20. As demais acções ou as que completarem ou augmentarem o capital social, sendo preciso, serão offerecidas ou emitidas em favor do publico, sendo feitas as chamadas conforme julgarem conveniente os directores.

Art. 21. A cessão das acções se opera pelo termo de transferencia lavrado no livro de registro e assignado pelo cedente e concessionario, ou por seus legitimos procuradores.

Art. 22. A companhia pôde recusar-se a registrar qualquer transferencia de acções feita por membro que lhe esteja em dívida.

Art. 23. Qualquer pessoa com direito a uma ou mais acções, em consequencia de morte, fallencia ou insolvabilidade de qualquer socio, ou em consequencia de casamento e qualquer outra causa que não seja transferencia, poderá ser matriculada como socio, uma vez que para este fim apresente as provas que o director ou directores entenderem exigir. Para estes fins, bem como para transferencia, além dos livros da séde da companhia haverá um no logar da residencia do director fóra da séde e a cargo do mesmo, onde podem ser feitas as inscripções e transferencias dos accionistas ausentes.

Art. 24. Os registros de transferencia estarão fechados no tempo ou tempos que a directoria julgar conveniente, não podendo, porém, estar fechados durante maior periodo de 30 dias.

Art. 25. As acções que não forem totalmente pagas poderão ser confiscadas, feitos os necessarios avisos, e poderão os directores distribui-las, vendel-as, ou dispór dellas por qualquer modo, tudo sem prejuizo da cobrança das chamadas.

### CAPITULO III

#### DAS ASSEMBLÉAS GERAES

Art. 26. A assembléa geral será constituída por todos os accionistas, qualquer que seja o numero de suas acções, cabendo um voto por cada acção.

Art. 27. A assembléa geral tem poder para tratar e resolver todos os negocios que interessem a companhia, salvo mudar ou transformar o seu objecto essencial.

Art. 28. Haverá uma assembléa geral ordinaria por anno em época determinada pela directoria. Esta reunião será annunciada pela imprensa 30 dias antes, pelo menos, com indicação do logar e hora.

Art. 29. Além das assembléas ordinarias poderão ser convocadas assembléas extraordinarias quando julgarem conveniente os directores ou forem requeridas por sete ou mais accionistas que representem, pelo menos, um quinto do capital, ou forem reclamadas pelos fiscaes

Art. 30. Para que a assembléa geral possa funcionar e deliberar é preciso que esteja presente um numero de accionistas que represente, pelo menos, o quarto do capital social. Si este numero se não reunir, uma nova reunião será convocada por meio de annuncios, declarando-se nelles que a assembléa deliberará qualquer que seja a somma do capital representado pelos accionistas que comparecerem; o prazo para esta reunião será de 15 dias.

Art. 31. A assembléa geral que tem de deliberar sobre a constituição da sociedade, approvação dos valores dados em

prestações que não consistem em dinheiro e sobre as modificações e alterações dos estatutos, para validamente se constituir, carece da presença de accionistas que, no mínimo, representem dous terços do capital social. Si este numero se não reunir nem na primeira, nem na segunda reunião, se convocará terceira com a declaração de que a assembléa deliberará qualquer que seja a somma representada pelos presentes, havendo o mesmo prazo do artigo antecedente entre uma e outra reunião.

Art. 32. O presidente da directoria presidirá todas as assembléas geraes da companhia; e, si em alguma assembléa elle não comparecer dentro de 15 minutos da hora marcada para a reunião da assembléa, ou não quizer funcçãoar, os accionistas presentes, tendo direito a votar, escolherão d'entre si um para ser o presidente.

Art. 33. O presidente poderá, com a approvação da assembléa, adiar qualquer reunião de tempos a tempos e de um lugar para outro; mas nenhum outro negocio se tratará em qualquer assembléa adiada senão o que ficou por concluir na reunião cujo adiamento teve logar.

Art. 34. Póde-se votar pessoalmente ou por procuração. O instrumento que nomear o procurador poderá ser escripto na forma ordinaria sob o punho do outorgante ou de seu procurador devidamente constituido.

Art. 35. Em qualquer assembléa geral a declaração do presidente de ter sido votada uma resolução e a sua inscripção no livro das actas da companhia será prova sufficiente do facto, salvo si o escrutinio fór requerido por cinco membros pessoalmente presentes ou por um terço dos membros presentes em pessoa ou por procuração, quando não seja o escrutinio requerido sobre o adiamento da reunião, o que não póde ter logar.

Art. 36. O escrutinio requisitado poderá ser feito immediatamente ou em qualquer occasião dentro de 14 dias depois, o logar determinado pelo presidente, e o resultado desse escrutinio será considerado resolução da companhia em assembléa geral.

Art. 37. Em qualquer assembléa, em caso de empate, o presidente terá direito a um voto addicional ou preponderante.

Art. 38. Para que possam votar os accionistas ou seus procuradores é necessario que os nomes dos primeiros sejam averbados no registro da companhia 60 dias antes das reuniões e que as procurações sejam depositadas no escriptorio da companhia até 10 dias antes das mesmas reuniões.

Art. 39. Não podem votar nas assembléas geraes: os directores, para approvar seus balanços, contas e inventarios; os fiscaes, seus pareceres, e os accionistas a avaliação de seus quinhões ou quaesquer vantagens estipuladas nos estatutos ou contracto social.

Art. 40. Lançar-se-ha no livro competente uma acta de toda a reunião, e, depois de lançada, será assignada pelo presidente e secretario, e, uma vez assim lançada e assignada, será tida pelos membros como prova concludente dos procedimentos da companhia.

## CAPITULO IV

## DOS DIRECTORES

Art. 41. A directoria será composta de tres directores, podendo um delles accumular os cargos de secretario, thesoureiro e gerente, e podendo a companhia, mediante uma resolução especial, augmentar o numero dos mesmos.

Art. 42. A primeira directoria será eleita no dia da installação da companhia, e as subsequentes serão eleitas em assemblea geral. O mandato dos directores durará por tres annos.

Art. 43. O mandato dos directores é revogavel a todo o tempo, competindo á assemblea geral conhecer das causas da revogação e da substituição dos mesmos directores. A primeira nomeação do director fóra da séde é provisoria e sujeita á deliberação dos accionistas ausentes.

Art. 44. As cedulas para eleição de directores deverão conter tres nomes, da fórma seguinte :

Para director-presidente.

Para director-gerente e thesoureiro.

Para director fóra da séde.

Art. 45. Não pôde ser eleito director quem não fôr accionista possuidor de 25 acções para cima.

O director pôde ser reeleito.

Art. 46. Em caso de vaga de qualquer director, o seu substituto será designado pelos outros directores e pelos fiscoes, competindo á assemblea geral, na primeira reunião ordinaria ou extraordinaria, providenciar sobre a nomeação definitiva. Em todo caso o mandato do novo eleito terminará com o dos outros directores.

Art. 47. Os directores, antes de entrarem em exercicio, são obrigados a caucionar a responsabilidade de sua gestão, cada um com acções até o numero de 25, ou com o valor equivalente em dinheiro ou em apolices da divida publica geral ou provincial, as quaes só poderão ser levantadas depois da approvação dos actos da sua gerencia.

Art. 48. A caução far-se-ha por termo no livro do registro, sendo as acções, si forem ao portador, depositadas na caixa da sociedade, e bem assim as quantias equivalentes, nos termos do artigo anterior.

Art. 49. A caução pôde ser prestada em favor do director por qualquer accionista.

Art. 50. Os accionistas, sobre a caução do artigo antecedente, terão preferencia para seus pagamentos pela responsabilidade em que os directores possam incorrer.

Art. 51. Os directores não contrahirão obrigação pessoal, individual ou solidaria pelos contratos ou operações que realizarem no exercicio de seu mandato; são, porém, responsaveis :

§ 1.º A' companhia pela negligencia, culpa ou dolo com que se houverem no desempenho do mandato.

§ 2.º A' companhia e a terceiros prejudicados, pelo excesso do mandato.

§ 3.º Solidariamente á companhia e a terceiros prejudicados, pelas violações da lei e dos presentes estatutos.

Art. 52. O director que tiver interesses oppostos aos da companhia, em qualquer operação social, não poderá tomar parte na deliberação a tal respeito: e será obrigado a fazer o necessario aviso aos outros directores, do que se lavrará declaração na acta das sessões. No caso de que se trata, a deliberação será tomada pelos demais directores e pelos fiscaes, á maioria de votos, e si o mesmo director fôr a unica pessoa interessada em tal contrato, poderá ser elle revogado, a arbitrio da companhia.

Art. 53. Os directores que na falta do inventario, ou não obstante o inventario, ou por meio de inventario fraudulento, repartirem dividendos não devidos, além de obrigados a restituir á caixa a somma dos mesmos dividendos, incorrerão nas penas criminaes applicaveis á especie. No caso de insolvabilidade da sociedade, os accionistas que houverem recebido dividendos não devidos serão subsidiariamente obrigados a restitui-los, salvo o beneficio da ordem.

Art. 54. Os negocios da companhia serão geridos pelos directores, os quaes poderão começar o negocio quando elles acharem conveniente, ainda que todo o capital não esteja subscripto e elles poderão pagar todas as corretagens, custas, despesas incorridas com a formação da companhia, exercendo todos os poderes que a lei ou estes estatutos não declarem, devendo ser exercidos pela companhia em assemblea geral, sujeitos ainda á determinação da mesma assemblea.

Art. 55. Os directores terão especialmente o poder de, em nome da companhia:

§ 1.º Comprar, tomar de arrendamento, alugar, ou de outro modo adquirir quaesquer terrenos, edificios ou outras propriedades e direitos que forem considerados necesarios para os objectos da companhia e sob os termos e condições que julgarem preferiveis, com autorização da companhia.

§ 2.º Construir, modificar ou melhorar, recompor e manter quaesquer edificios, tramways ou outros trabalhos, terrenos e quaesquer propriedades que achem necesarios aos objectos da companhia.

§ 3.º Fazer emprestimos e adiantamentos autorizados pelos estatutos, mediante as garantias que entenderem.

§ 4.º Vender, dar de arrendamento, trocar, ou de outro modo dispor, absoluta ou conditionalmente, de quaesquer bens da companhia que possam ser disponiveis, ou que, mesmo passando a terceiros, lhes possam servir de utilidade.

§ 5.º Podir, adquirir qualquer concessão nos termos dos fins da companhia.

§ 6.º Nomear, remover, determinando-lhes os deveres e remuneração, a um director-gerente ou directores-gerentes, escolhidos



d'entre elles ou não, pelo tempo e com as estipulações que julgarem convenientes; e também nomear, remover e determinar os deveres e remunerações aos gerentes, secretarios, caixeiros, advogados, banqueiros e empregados da companhia, escolhidos d'entre elles, ou não.

§ 7.º Sacar, fazer aceitar, endossar ou autorizar quaesquer outras pessoas a sacar, fazer aceitar ou endossar quaesquer cheques, lettras de cambio ou notas promissórias a favor da companhia.

§ 8.º Tomar ou levantar sobre empréstimos as sommas de dinheiro que julguem necessarias para os objectos da companhia até a somma do capital subscripto com hýpotheca de todo ou de qualquer parte da propriedade da mesma companhia ou por via de obrigações, debentures ao portador, si isto fór deliberado em assemblea geral, ou pelos estatutos, estipulando os juros, prazos, garantias, e mais condições indispensaveis á realização do empréstimo, ficando a directoria investida de todos os poderes para isso necessários, estabelecendo por escriptura as condições do empréstimo.

§ 9.º Dar garantias pelo pagamento de quaesquer sommas pagaveis pela companhia na mesma fôrma que a respeito de reembolso de qualquer dinheiro emprestado ou levantado.

§ 10. Passar e dar, ou autorizar a quaesquer pessoas a fazer e dar recibos, quitações e outros documentos pelos dinheiros que a companhia tenha a receber e pelas reclamações e exigencias da companhia.

§ 11. Conferir a quaesquer gerentes, agentes ou empregados da companhia, no estrangeiro, os poderes e autoridade que os directores julgarem convenientes afim de habilital-os a gerir e levar ao cabo os negocios, assumptos ou materias confiados aos mesmos respectivamente e com este motivo outorgar procurações autorizando as ditas pessoas a representar a companhia e a fazer tudo o que fór a favor da mesma.

§ 12. Instituir, conduzir, defender, transigir ou abandonar quaesquer processos legais a favor ou contra a companhia ou seus empregados, ou de outra maneira relativo aos bens ou negocios da companhia: e também transigir e conceder tempo para o pagamento ou satisfação de quaesquer dividas, reclamações ou exigencias a que a companhia tenha direito.

§ 13. Entrar em todas as negociações e contratos e fazer praticar todas as escripturas e actos em nome e por parte da companhia que elles julguem conveniente para quaesquer dos referidos objectos, ou para os fins da companhia: e rescindir ou modificar quaesquer contratos e fazer quaesquer regulamentos a bem dos diversos serviços da empresa.

§ 14. Fazer lançar nos livros destinados para este fim as actas seguintes:

(a) De todas as nomeações feitas pelos directores, de empregados e seus salarios.

(b) Dos nomes dos directores que comparecerem em cada reunião da directoria.

(c) De todas as ordens, resoluções e actos de todas as assembleas gerais e dos directores.

§ 15. Fazer lançar em um livro de registro, aberto, numerado, rubricado, sellado e encerrado nos termos do art. 13 do Código Commercial:

1. O nome de cada accionista com indicação do numero de suas accções.

2. A declaração das entradas do capital realizado.

3. As inscrições de propriedade e a transferencia das accções.

4. A conversão das accções em titulos ao portador. E' livre a qualquer accionista o exame deste livro.

§ 16. Apresentar á companhia, em assemblea geral, uma vez cada anno, pelo menos, um relatório da receita e despesa e uma folha de balanço do anno findo, fechado o mais proximo possível á data dessa reunião.

Art. 56. O dito relatório deve mostrar, debaixo das epigraphes mais convenientes, a importancia bruta da receita e despesa, distinguindo as despesas do estabelecimento, salarios e outras verbas semelhantes; todas as verbas de despesa que se devam propriamente carregar contra o rendimento desse anno serão lançadas de maneira que se possa apresentar na reunião um balanço exacto de gastos e perbas, e quando acontecer que qualquer verba de despesa, que é justo dividir por varios annos, tenha sido incluída em um anno só, indicar-se-ha toda a importancia da dita verba, expondo, demais as razões por que uma porção sómente dessa despesa é carregada contra a despesa do anno.

Art. 57. A folha de balanço deve conter um summario da propriedade e responsabilidade da companhia até a data em que fór fechado o relatório do artigo antecedente e debaixo das competentes epigraphes.

Uma cópia desta folha de balanço ficará para ser examinada pelos interessados no escriptorio da companhia.

Art. 58. O cargo do director ficará vago:

§ 1.º Si elle entregar á directoria, ou ao secretario da companhia, um aviso por escripto da sua resignação do cargo.

§ 2.º Si elle cessar de possuir, de seu proprio direito, ou por falta de cunção de outrem, a importancia de accções ou capital que o habilita a ser eleito.

§ 3.º Si elle deixar de pagar qualquer somma que deya á companhia, dentro de quatorze dias depois de lhe ser exigido o pagamento em um aviso por escripto, assignado por um director e dirigido pelo correio, ao endereço d'elle no registro.

§ 4.º Si fizer bancarrota, entrar em composição com seus credores ou fór condemnado por qualquer crime.

§ 5.º Si se tornar mentalmente incapaz.

§ 6.º Si deixar de comparecer na reunião dos directores durante 12 mezes consecutivos, salvo por causa de doença ou outra causa imprevista que os directores julgarem sufficiente.

§ 7.º Si tiver interesse ou participar dos ganhos de qualquer contrato com a companhia sem declarar a natureza e até que ponto é seu interesse.

Art. 59. Os directores podem reunir-se para o despacho de negocios, adiar e de outra maneira qualquer regular suas reuniões como acharem conveniente, e determinar o numero necessario para a transacção de negocios.

Até que seja determinado de outro modo, dous directores constituirão um *quorum*. Qualquer questão que houver em alguma reunião será resolvida por maioria de votos. Si houver empate terá o presidente direito de votar segunda vez, como voto de desempate.

Art. 60. Dado o caso de existir um numero de directores em função que seja inferior a um *quorum*, elle ou elles terão, a despeito disso, a faculdade de preencher vagas casuaes bem como poderão em qualquer tempo convocar uma reunião de directores, precedendo aviso de tres dias, pelo menos, e declarando o objecto da reunião.

Art. 61. E' da attribuição dos directores residentes em Inglaterra ou no Brazil, de accordo com os arts. 14 e 15 :

§ 1.º Convocar os accionistas, afim de ler-lhes o relatorio da directoria e representar-lhes o verdadeiro estado da companhia.

§ 2.º **Levar perante a directoria, ou á assembléa geral, quaesquer deliberações que forem tomadas pelos mesmos accionistas.**

§ 3.º Fazer ou levar a effeito quaesquer negocios da companhia que forem deliberados em assembléa geral ou pelos outros directores em maioria, podendo praticar ou não os ditos actos si houver empate por parte dos directores para a realisação dos mesmos.

§ 4.º Distribuir aos accionistas as acções ou quaesquer outros documentos e dividendos que aos mesmos accionistas pertencerem, fazendo de tudo os necessarios avisos, podendo convidar um secretario, marcando-lhe o salario, de accordo com os outros directores.

§ 5.º Ter a seu cargo um livro de registro, e providenciar sobre o relativo a elle.

§ 6.º Comparecendo no lugar da séde da companhia, tomará parte nas reuniões da directoria e poderá fazer um relatorio sobre o estado da companhia, para ser presente aos accionistas residentes no lugar de onde tiverem vindo.

Art. 62. Compete ao director-presidente, além das attribuições inherentes ao cargo de director :

§ 1.º Ser o órgão da directoria e representar a companhia em Juizo e perante o Governo.

§ 2.º Presidir as reuniões da directoria e trabalhos preparatorios da assembléa geral.

§ 3.º Executar as deliberações da assembléa geral dos accionistas e da directoria.

§ 4.º Assignar todos os papeis de expediente da companhia.

§ 5.º Rubricar, abrir e encerrar os livros da companhia.

§ 6.º Depositar, um mez antes da reunião ordinaria da assembléa geral, no cartorio do Escrivão do Juiz Commercial do termo de Capivary ou da séde da companhia, cópia do inventario, contendo a indicação dos valores sociaes moveis e immoveis e uma

synopse das dividas activas e passivas e da relação nominal dos accionistas, com o numero das acções respectivas.

§ 7.º Fazer publicar um mez antes da reunião ordinaria da assemblea geral, pela imprensa, a transferencia das acções realizadas no anno, o parecer do conselho fiscal e o balanço mostrando em resumo a situação da companhia.

§ 8.º Mandar igualmente publicar 15 dias depois da reunião ordinaria da assemblea geral a acta respectiva.

Art. 63. Compete ao director-gerente, além das attribuições do cargo de director :

§ 1.º Regular os serviços do engenho, fiscalisar-os continuamente, nomear e demittir os delegados necessários para o auxilliar.

§ 2.º Fazer os contratos precisos para o fornecimento da materia prima e para ao blenço de operários e trabalhadores.

§ 3.º Prestar aos outros directores todas as informações que estes requisitarem, remettendo todos os documentos precisos para as attribuições dos mesmos.

§ 4.º Cooperar com os demais directores para a prosperidade da empresa e tomar todas as medidas a este fim necessárias, pondo-as logo em execução e dando dezas communicação aos demais directores.

Art. 64. Accumulando o director-gerente o cargo de thesoureiro, compete-lhe mais :

§ 1.º Velar na guarda dos dinheiros e valores pertencentes á companhia e pagar o que fôr devido.

§ 2.º Providenciar sobre a venda dos generos da fabrica e arrecadar a respectiva importância.

§ 3.º Depositar no estabelecimento commercial que a assemblea geral designar os saldos existentes em caixa.

§ 4.º Velar pela boa ordem do archivo e pela regularidade da escripturação da companhia.

§ 5.º Substituir o director-presidente nos seus impedimentos.

Art. 65. Os directores residentes na sede da companhia perceberão os honorarios annuaes seguintes : o director-presidente o honorario annual de 3:600\$. e o director-gerente o de 5:000\$, e accumulando os cargos de thesoureiro e secretario perceberá mais a gratificação de 2:400\$; e o director fóra da sede, perceberá o honorario annual de 2:400\$. Além disso, terão mais os directores 6% nos lucros excedentes para se distribuir como dividendo depois de pagar-se em qualquer anno um dividendo de 10% sobre o capital da companhia então emittido e realizado : esta ultima remuneração será dividida pelos directores da maneira que entre si combinarem.

## CAPITULO V

### CONTRATOS, ESCRIPTURAS E INDEMNIZAÇÕES

Art. 66. Todas as escripturas, obrigações e outros contratos feitos pela companhia, se regularão conforme a legislação dos

logares onde forem elles feitos, ou onde tiverem effeitos, e aos directores incumbem legalizal-os.

Art. 67. Todos os cheques, letras de cambio e bilhetes promissorios podem ser sacados, accitados e endossados, em proveito da companhia, estando assignados por dous directores e referendados pelo secretario ou por dous directores si um accumular este cargo. Exceptua-se desta disposiçãõ os actos praticados pelos directores, nos termos do art. 61, os quaes são válidos feitos por elles somente, contanto que tenham a necessaria autorização.

Art. 68. As quitagões para dinheiro pagavel á companhia podem ser assignadas por um director ou pelo secretario, ou pela pessoa que faz suas vezes, ou por qualquer outra pessoa autorizada pelo director a receber dinheiro e dar quitagões.

Art. 69. As clausulas precedentes, contudo, não affectam a validade das escripturas ou contratos feitos no estrangeiro, quer em virtude de procurações, quer pelos poderes concedidos ao director, nos termos do art. 61, ou a validade dos cheques, letras de cambio, ou bilhetes promissorios sacados, accitados, feitos ou endossados no interesse da companhia pelos agentes da mesma, ou pelo dito director, os quaes valem, ainda que não outorgados ou assignados como ficou dito.

Art. 70. Todo director, fiscal, secretario, e outro empregado substitutivo ou effectivo, será indemnizado por quaesquer perdas e despesas em que elle incorrer por qualquer motivo no desempenho de suas funcções, salvo as que occorrerem por suas temeridades ou omissões.

## CAPITULO VI

### DOS FISCAES

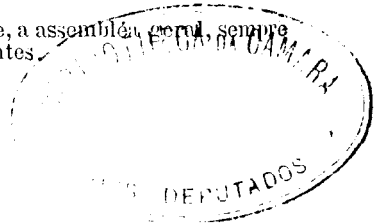
Art. 71. O conselho fiscal será composto de tres membros eleitos, os primeiros pela maioria dos directores e os outros pela assembléa geral ordinaria.

A este conselho compete :

1.º Apresentar á assembléa geral o parecer sobre todos os negocios e operações sociaes do anno seguinte ao da sua nomeação, tomando por base o relatorio e balanço e as contas dos directores, sendo nulla a deliberação da assembléa geral que approvar as contas e o balanço si não forem precedidos do relatorio dos mesmos fiscaes.

2.º Examinar os livros, verificar o estado da escripturação, exigir informações da directoria e denunciar á assembléa geral quaesquer omissões, erros e fraudes que descobrir, expôr a situação da sociedade e suggerir as medidas e alvitres que entender a bem da mesma sociedade.

3.º Convocar, extraordinariamente, a assembléa geral, sempre que occorram motivos graves e urgentes.



Art. 72. Os livros da companhia, durante o trimestre que precede a reunião ordinária da assembleia geral, poderão ser examinados pelos fiscoes e lhes será dada uma cópia do taluço annual e uma lista de todos os livros e actas da companhia.

Art. 73. Póde ser eleito membro do conselho fiscal um accionista, ou não; mas é preciso, em qualquer dos casos, que não seja interessado em qualquer outro negocio da companhia.

Art. 74. Os fiscoes podem ser reeleitos; e a sua remuneração será determinada, a dos primeiros pela directoria e a dos substituentes pela companhia em assembleia geral.

Art. 75. Si os fiscoes não apresentarem o seu parecer em tempo, a sessão será adiada e a assembleia geral tomará as providencias que forem necessarias, podendo demittir os fiscoes culpados e nomear outros.

Art. 76. Si não forem nomeados os fiscoes, não aceitarem o cargo ou se tornarem impedidos, compete ao Juiz do Commercio, a requerimento de cinco membros ou de um director, a nomeação do que o substituir ou sirva durante o impedimento.

Art. 77. Além do conselho fiscal acima declarado, os portadores de obrigações contra a companhia poderão nomear um fiscal para collaborar com os primeiros, sendo ainda lícito aos portadores assistir á reunião da assembleia geral e tomar parte nas discussões, sem voto deliberativo.

Art. 78. Os fiscoes são responsaveis segundo as regras do mandato.

## CAPITULO VII

### DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 79. A dissolução e liquidação amigavel da companhia, a qual durará por tempo illimitado, serão reguladas pelas ordenações dos caps. 6º e 7º do Regulamento n. 8821 de 30 de Dezembro de 1882. Todas as omissões que se verificarem serão reguladas pelas leis citadas nos presentes estatutos.

Art. 80. Para que produzam os legaes effectos estes estatutos, depois de approvados e assignados, serão sujeitos a approvação do Governo Imperial do Brazil.

Art. 81. Os accionistas infra assignados conferem desde já aos directores da sede actual da companhia plenos poderes para todos os actos exigidos em lei, affin de que a dita companhia entre em exercicio, incluindo nos ditos poderes um emprestimo com hypotheca até dous terços do capital para o complemento das obras e mais despesas necessarias.

Capivary, 27 de Março de 1883.— *Albano do Prado Pimentel*, como procurador de Francis Jones Heseltin e James Goods n.— *Albano do Prado Pimentel*.— *Leopoldo & Comp.*— *Henry White*.— *José de Mello Almeida*.— *Adolpho Coelho de Mattos Barretto*, como procurador de John Milles & Comp.— Reconheço verdadeiras as firmas supra. Em testemunho da verdade.— *Manoel José Vaz de Almeida*.

## DECRETO N. 9611 — DE 26 DE JUNHO DE 1886

Reúne em um só estabelecimento, sob a denominação de Escola Naval, a Escola de Marinha e o Collegio Naval.

Usando da autorização concedida pelo § 2.º do art. 5.º da Lei n. 3230 de 3 de Setembro de 1884, Hei por bem Mandar reunir em um só estabelecimento, sob a denominação de Escola Naval, a Escola de Marinha e o Collegio Naval, de accôrdo com o Regulamento que com este baixa assignado por Samuel Wallace MacDowell, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, 26 de Junho de 1886, 65.º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Samuel Wallace MacDowell.*

## Regulamento da Escola Naval

## CAPITULO I

## Da Escola Naval

Art. 1.º Ficam reunidos sob a denominação de Escola Naval a Escola de Marinha e o Collegio Naval.

Art. 2.º A Escola Naval comprehende tres cursos :

O preparatorio ;

O de nautica ;

O superior.

Art. 3.º Todos os alumnos, matriculados em qualquer dos cursos, ficam sujeitos á disciplina militar ; e os admittidos ao internato terão praca e soldo de aspirantes, sendo de 1.ª classe os do curso superior e de 2.ª classe os do curso preparatorio, constituindo todos uma companhia.

Paragrapho unico. Não será contado como tempo de serviço militar computavel para a reforma e habito de Aviz, o de estudo no curso preparatorio, bem como o correspondente aos annos perdidos por faltas ou reprovação em qualquer dos cursos.

## CAPITULO II

## Condições de admissibilidade para os cursos

Art. 4.º Só serão admittidos á matricula do curso preparatorio os requerentes, que se mostrarem habilitados nas seguintes materias, em que serão previamente examinados :

Portuguez.— Leitura, escripta e gramatica ;

Francez.— Leitura e versão facil ;

Inglez. — Leitura e versão facil ;

Noções geraes de historia sagrada e geographia physica ;

Arithmetica. — Operações fundamentaes sobre inteiros, fracções ordinarias e decimaes, e systema metrico.

Paragrapho unico. Além disso deverão exhibir certidão de idade maior de 12 e menor de 14 annos, certidão de terem sido vaccinados até quatro annos antes e de inspecção de saude attestando que são sadios e robustos.

Art. 5.º Os exames prévios serão feitos perante os professores do curso preparatorio, e a inspecção de saude incumbe ao medico da Escola auxiliado por outro designado pelo Ministro da Marinha.

Art. 6.º Os candidatos ao curso de nautica deverão mostrar-se habilitados nas duas primeiras materias do artigo precedente, e além disso dar provas de conhecimento rudimentar de geographia physica, bem como das noções praticas de toda a arithmetica, algebra e geometria limitadas ás exigencias dos programmas do 1.º e 2.º anno do curso preparatorio.

Art. 7.º Serão válidas para matricula as certidões de approvação de qualquer estabelecimento geral de instrucção publica.

### CAPITULO III

#### Do curso preparatorio

Art. 8.º O curso preparatorio será dividido em tres annos, pelos quaes serão as materias do ensino distribuidas da seguinte fórma :

##### 1.º ANNO

*1.ª classe* : — Noções elementares de arithmetica, algebra e geometria.

*1.ª classe auxiliar* : — Repetição do ensino da classe precedente por meio de applicações praticas ; — e desenho linear relativo á execução graphica dos problemas de geometria estudados.

*2.ª classe* : — Portuguez, francez e inglez.

*2.ª classe auxiliar* : — Geographia physica, especialmente a do Brazil.

*Classe tecnica* : — Nomenclatura das diversas partes do navio relativas ao apparelho, mastreação, vergame ; exercicios de remos e uso do leme nas pequenas embarcações.

##### 2.º ANNO

*1.ª classe* : — Revisão e ampliação de arithmetica, algebra e geometria.

*1.ª classe auxiliar* : — Repetição do ensino precedente por meio de applicações praticas, e desenho linear relativo á execução graphica dos problemas de geometria estudados.



*2ª classe* :— Historia antiga e média.

*2ª classe auxiliar* :— Geographia physica, politica e historica.

*3ª classe* :— Portuguez, francez e inglez.

*Classe technica* :— Revisão do ensino do anno anterior; nomenclatura do poleame, obras de marinheiro, e exercicios nos escaleres á vela e a remos.

### 3º ANNO

*1ª classe* :— Estudo completo de arithmetica, algebra, geometria e trigonometria rectilinea.

*1ª classe auxiliar* :— Repetição do curso precedente por meio de applicações praticas e desenho linear relativo á execução grafica dos problemas de geometria.

*2ª classe* :— Historia moderna, principalmente a do Brazil.

*2ª classe auxiliar* :— Corographia do Brazil e cosmographia.

*3ª classe* :— Aperfeiçoamento das linguas portugueza, franceza e ingleza.

*Aula technica* :— Estudo completo do apparelho dos navios; nomenclatura de construcção naval. Navegação estimada e rumos da agulha.

Art. 9.º Os alumnos deste curso terão como ensino commum:— desenho figurado e de paysagem, exercicios de gymnastica, natção e infantaria.

## CAPITULO IV

### Do curso superior

Art. 10. O curso superior será dividido em tres annos, pelos quaes as materias do ensino ficarão distribuidas da seguinte forma:

### 1º ANNO

*1ª cadeira* :— Analyse mathematica, comprehendendo algebra superior, trigonometria espherica, geometria analytica e calculo differencial e integral.

*2ª cadeira* :— Physica experimental, meteorologia e observações meteorologicas.

*3ª cadeira* :— Elementos de direito publico e constitucional e direito militar.

*1ª cadeira auxiliar* :— Repetição do ensino da 1ª cadeira por meio de applicações praticas.

*2ª cadeira auxiliar* :— Repetição do ensino da 2ª cadeira por meio de applicações praticas.

*4ª cadeira* :— Elementos de geometria descriptiva e topographia.

*Aula auxiliar* :— Desenho topographico e de marinha.

*Aula de pratica-technica* :— Observações e calculos meteorologicos. Levantamento de plantas topographicas e confecção de derrotas estimadas.

*Classe accessoria* :— Technologia maritima em francez.

## 2º ANNO

*1ª cadeira* :— Mecanica racional e applicada, especialmente a manobra dos navios, ás machinas empregadas na navegação e á construcção naval.

*2ª cadeira* :— Chimica e pyrotechnia, especialmente applicada á marinha de guerra.

*3ª cadeira* :— Elementos de direito maritimo commercial e internacional.

*1ª cadeira auxiliar* :— Repetição da 1ª cadeira por meio de applicações praticas.

*1ª aula de pratica-technica* :— Manipulações chimicas e confecção de torpedos e outros artefactos pyrotechnicos de guerra.

*1ª aula auxiliar* :— Nomenclatura de construcção naval e pratica de machinas de vapor.

*2ª aula auxiliar* :— Desenho de construcção naval e de machinas.

*2ª aula de pratica-technica* :— Derrotas de Maury, soccorros aos naufragados e exercicios com embarcações a vapor. Signaes. Uso dos lochometros e das sondas, e dos instrumentos de medir e marcar correntes.

*Classe accessoria* :— Technologia maritima em inglez.

## 3º ANNO

*1ª cadeira* :— Astronomia e navegação.

*2ª cadeira* :— Balistica; artilharia naval; meios de ataque e defesa das costas.

*3ª cadeira* :— Manobras dos navios de guerra. Regras de evoluções de esquadra. Historia naval e especialmente da marinha de guerra.

*4ª cadeira* :— Geodesia e hydrographia.

*1ª cadeira auxiliar* :— Repetição do ensino da 1ª cadeira por meio de applicações praticas.

*2ª cadeira auxiliar* :— Repetição do ensino da 2ª cadeira por meio de applicações praticas.

*Classe accessoria* :— Technologia maritima franceza e ingleza.

*Aula de pratica-technica* :— Exercicios de artilharia, e armas de fogo portateis, construcção das taboas de tiro. Levantamento de plantas hydrographicas e desenho respectivo. Observações astronomicas e nauticas. Confecção de derrotas.

Art. 11. Os alumnos deste curso farão em common exercicios de manobra, esgrima, infantaria e natção.

Art. 12. Os cursos serão feitos por programmas officiaes que extremem e detalhem as materias do ensino.

## CAPITULO V

## Do curso de nautica

Art. 13. O curso de nautica divide-se em duas series, cujas materias serão distribuidas do modo seguinte:

1.<sup>a</sup> serie. — Portuguez, francez, arithmetica, algebra, geometria, cosmographia, apparelho dos navios, rumos da agulha, navegação estimada e código de signaes.

2.<sup>a</sup> serie. — As materias da aula de pratica-technica do 1.<sup>o</sup> anno, as da 1.<sup>a</sup> aula auxiliar de pratica-technica do 2.<sup>o</sup> anno e as da 1.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> cadeiras; observações astronomicas e nauticas e confecção de derrotas da aula de pratica-technica do 3.<sup>o</sup> anno do curso superior.

Art. 14. O curso de nautica será feito nas aulas correspondentes dos outros cursos; e os alumnos, que o completarem, terão carta de piloto, quando provarem embarque effectivo durante dous annos e forem considerados aptos por attestação dos Comandantes sob cujas ordens tiverem servido.

Paragrapho unico. Os alumnos deste curso serão paisanos e externos, e sómente ficarão sujeitos á disciplina militar dentro do estabelecimento.

Art. 15. Os exames dos pilotos que não tiverem frequentado o curso respectivo desta Escola e bem assim os dos machinistas continuarão a ser feitos na fórma das disposições vigentes que serão consolidadas nas Instrucções regulamentares.

## CAPITULO VI

## Do corpo docente

SECÇÃO 1.<sup>a</sup>

## DO CORPO DOCENTE DO CURSO PREPARATORIO

Art. 16. O pessoal docente deste curso será de tres professores para as seguintes secções:

1.<sup>a</sup> Mathematicas elementares.

2.<sup>a</sup> Accessoria (historia, geographia e corographia).

3.<sup>a</sup> De linguas.

§ 1.<sup>o</sup> Para auxiliar-os e substituil-os em suas faltas e impedimentos haverá tres adjuntos nas referidas secções.

§ 2.<sup>o</sup> Além destas haverá mais as duas secções seguintes: graphica e technica, sendo esta regida por um instructor e aquella por um auxiliar.

## SECÇÃO 2ª

## DO CORPO DOCENTE DO CURSO SUPERIOR

**Art. 17.** O pessoal docente do curso superior ficará assim distribuído:

*a) Secção de sciencias mathematicas*

Um lente cathedratico para cada um dos cursos seguintes:

Curso de analyse mathematica.

- — mecanica racional e applicada.
- — astronomia applicada a navegação.
- — artilharia e balística naval.
- — topographia e hydrographia.

Estes cathedraticos serão auxiliados e substituidos nas suas faltas e impedimentos por qualquer dos quatro substitutos que haverá nesta secção.

*b) Secção de sciencias physicas*

Um lente cathedratico para cada um dos seguintes cursos, com um substituto commum :

Curso de physica e meteorologia.

- — chimica e pyrotechnia.

Dous instructores servirão de preparadores.

*c) Secção de sciencias juridicas*

Um lente cathedratico para cada um dos seguintes cursos, com um substituto commum :

Curso de direito publico e constitucional e do direito militar.

- — direito marítimo internacional e commercial.

*d) Secção technica*

Um lente cathedratico de manobra, tactica e historia naval que será auxiliado e substituido por qualquer dos instructores.

Um professor de pratica de machinas que igualmente será substituido nas faltas e impedimentos pelos instructores.

Quatro instructores de pratica-technica que se substituirão mutuamente nas faltas e impedimentos.

*e) Secção de trabalhos graphicos*

Um auxiliar para cada uma das seguintes aulas:

- de desenho topographico e hydrographico.

— de desenho de machinas e architectura naval.  
Estes auxiliares se substituirão mutuamente nas faltas e impedimentos.

*f) Secção accessoria*

Um professor de technologia em francez.  
— professor de technologia em inglez.  
— mestre de natação.  
— mestre de esgrima, infantaria e gymnastica.  
A sua substituição será feita pelos instructores.

SECÇÃO 3ª

DEVERES E OBRIGAÇÕES

Art. 18. Incumbe ao pessoal docente :

1.º Comparecer ás aulas e dar as lições nos dias e horas marcados, assignando previamente o livro do ponto, que lhe será apresentado pelo porteiro.

2.º Manter durante as lições ou exercicios a ordem e disciplina entre os alumnos, despertando-lhes o amor ao estudo e á profissão a que se destinam.

3.º Comparecer ás sessões dos concelhos escolares e aos demais actos nos dias e horas marcados pelo Director.

4.º Communicar á Directoria os casos de máo comportamento dos alumnos.

5.º Ministrar aos auxiliares as instrucções sobre o modo por que deverão proceder no desenvolvimento das doutrinas do ensino de sua cadeira e cursos a ella auxiliares, podendo envolver-se nestes cursos pessoalmente, ou para fiscalisal-os, ou para esclarecer a parte puramente profissional.

6.º Coadjuvar os Directores no exercicio de suas funções, quando forem reclamadas as suas luzes.

7.º Satisfazer a todas as requisições da Directoria, feitas de conformidade com as presentes disposições regulamentares.

SECÇÃO 4ª

HONRAS, PRECEDENCIAS, VANTAGENS E REMUNERAÇÕES

Art. 19. Os lentes cathedrauticos e substitutos terão a graduação de Capitão de fragata, e os demais membros do magisterio a de Capitão-tenente.



Paragrapho unico. Nas instrucções regulamentares serão marcados os distinctivos que deverão usar no uniforme de Marinha.

Art. 20. A precedencia no magisterio, em suas respectivas categorias, contar-se-ha para cada um de seus membros da data em que começaram a fazer parte do corpo docente, sendo esta do mesmo dia; da data do decreto da nomeação; e na igualdade de datas da posse e do decreto, se regulará do seguinte modo:

1.º Entre dous militares precede a maior graduação, e na igualdade desta a antiguidade da patente ou de praça si as patentes forem da mesma data.

2.º Sendo entre um militar e um paisano, precede o primeiro.

3.º Entre dous paisanos a precedencia deve ser do que tiver titulo ou diploma de data mais antiga.

4.º Em geral: quando forem iguaes todas as circumstancias mencionadas, precederá o que tiver idade maior e, sendo ainda iguaes as idades, decidirá a sorte.

Art. 21. Os lentes que tiverem 25 annos de serviço e forem reconduzidos no magisterio, a aprazimento do Governo, terão o titulo de Conselho.

Paragrapho unico. A concessão da licença lhes dará além disso direito a mais um terço dos vencimentos, não impedindo porém que o Governo jubile-os, quando julgar conveniente, estendendo-se a disposição deste paragrapho aos demais membros do magisterio.

Art. 22. Os membros do magisterio terão as honras e vantagens de que gozam ou venham a gozar os das Escolas Militares do Exercito.

## SECÇÃO 5.

### NOMEAÇÃO, RENUNCIA, ABANDONO E DEMISSÃO

Art. 23. As nomeações do pessoal docente devem ser feitas em vista das provas realizadas previamente em concurso.

Paragrapho unico. Os auxiliares de trabalhos graphicos, e bem assim os instructores e mestres, serão nomeados independentemente de concurso, mediante proposta da Congregação, devendo porém recahir a nomeação em individuos notoriamente aptos para desempenharem essas funcções.

Art. 24. As nomeações de cathedraicos, substitutos, professores, adjuntos e auxiliares serão feitas por decreto Imperial. As de todos os outros membros do magisterio por despacho do Ministro da Marinha; sendo as dos instructores, mediante proposta da Congregação e devendo recahir em officiaes de marinha ou especialistas.

Art. 25. Os lentes são vitalicios e só poderão perder seus logares por abandono, renuncia ou em virtude de condemnação por crime inafiançavel, ou no caso do art. 29.

O Governo, porém, poderá demittir os professores e auxiliares que não cumprirem os seus deveres no decurso dos cinco primeiros annos depois da nomeação ; e bem assim os instructores e mestres em qualquer tempo, ouvida a Congregação, ou por proposta desta que deverá sempre ser motivada.

Art. 26. O instructor de pratica technica exerce logar de commissão que será preenchido por um official da Armada, que já esteja ao serviço do estabelecimento ou seja para isso destacado, ou então por especialista.

Aquelle que não cumprir fielmente os seus deveres, ou mostrar-se inhabil nas doutrinas que tiver de leccionar, será immediatamente exonerado, precedendo proposta da Congregação.

Art. 27. Os membros do magisterio que deixarem de exercer as respectivas funcções por espaço de tres mezes sem justificação, incorrerão nas penas do art. 157 do Cod. Criminal.

Si a ausencia prolongar-se por mais de seis mezes, reputar-se-ha terem abandonado o magisterio, e os seus logares serão julgados vagos pelo Governo, ouvida a Congregação e depois a respectiva Secção do Conselho de Estado.

Art. 28. O nomeado que dentro de seis mezes não comparecer para tomar posse sem communicar ao Director a razão justificativa da demora, perderá o direito ao respectivo logar, sendo a nomeação declarada sem effeito pelo Governo Imperial.

Art. 29. Serão dispensados do magisterio os que, tendo menos de 10 annos de serviço, forem notoriamente reconhecidos invalidos durante mais de dous annos.

## SECÇÃO 6ª

### JUBILAÇÕES

Art. 30. Poderão ser jubilados os membros do magisterio que tiverem 30 annos de serviço, e bem assim os que tiverem 25 annos, estes com o ordenado e aquelles com ordenado e gratificação.

Art. 31. Os que antes de 25 annos ficarem physicamente impossibilitados de continuar, serão jubilados com ordenado proporcional ao tempo de serviço, uma vez que tenham servido por mais de 10 annos.

Art. 32. Em geral sómente o exercicio dá direito á gratificação. Exceptuam-se:

§ 1.º O adjunto, ou o substituto que estiver com parte de prompto, embora não regendo cadeira nem curso auxiliar, por não haver vaga.

§ 2.º O docente que estiver ausente da Escola em serviço publico obrigatorio por lei e gratuito, ou incumbido pelo Governo de commissão scientifica ou relativa ao melhoramento da mesma Escola. Este porém não perceberá vencimentos pela folha da Escola, si a respectiva commissão tiver retribuição propria por outra verba.

§ 3.º Os docentes que tiverem ferias, durante estas.

## SECÇÃO 7ª

## DAS FALTAS E LICENÇAS

Art. 33. Serão lançadas em um livro especial as faltas de comparecimento do corpo docente às lições, Congregações, ou outro qualquer acto de serviço.

Art. 34. Será considerado falta o não comparecimento á hora exacta marcada pelo horario para o exercicio das diversas funções do magisterio.

Art. 35. As faltas não justificadas importam a perda de todos os vencimentos, e as justificadas a da gratificação tão sómente.

Art. 36. Nada perdem em seus vencimentos os membros do magisterio que estiverem em serviço no Jury ou em qualquer outro que seja obrigatorio por lei; e bem assim os que forem nomeados e exercerem as funções gratuitas de examinadores na Inspectoria da instrucção primaria e secundaria e em concursos.

Art. 37. Para todos os effeitos, os membros do magisterio serão toleradas, sem desconto na antiguidade, até 20 faltas justificadas durante um anno lectivo, ou 60 dentro de um triennio.

Art. 38. As licenças com ordenado por inteiro fóra do tempo das férias somente serão concedidas por motivo de molestia até seis mezes; todas as outras unicamente o poderão ser até tres mezes, dentro do prazo de um anno, e com metade do ordenado. Si a molestia se prolongar, o Governo poderá ampliar a mesma licença por mais seis mezes, com o mesmo vencimento. Sempre se entenderão concedidas de accôrdo com a P. C. S. M. de 11 de Janeiro de 1851 e Aviso de 2 de Outubro de 1861.

## SECÇÃO 8ª

CONDIÇÕES DE ADMISSIBILIDADE PARA OS LOGARES DE INSTRUCTORES  
E SUAS VANTAGENS

Art. 39. As condições de admissibilidade para os logares de pratica technica são :

1.º Ter o curso escolastico com boas notas.

2.º Ser official combatente de posto inferior ao de Capitão de fragata.

3.º Haver preenchido integralmente o tempo de embarque prescripto por lei.

4.º Ou ser especialista, ficando então desobrigado das condições precedentes.

Art. 40. Os instructores que bem servirem, a aprazimento do Governo, durante tres annos, contarão para promoção este tempo como merecimento, e serão desligados da Escola, para a qual só poderão voltar na mesma qualidade depois de promovidos a posto superior e de haverem concluido o novo tempo de embarque legal.



## SECÇÃO 9ª

## DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 41. Qualquer conflicto entre o Director e os membros do magisterio, ou entre estes, deverá immediatamente ser levado ao conhecimento da Congregação.

Art. 42. Si algum membro do magisterio faltar ao cumprimento dos seus deveres, será reprehendido pela Congregação sob proposta do Director, e si depois de reprehendido reincidir, ser-lhe-ha imposta pela Congregação a pena de suspensão até um mez com recurso para o Governo e sem prejuizo das penas criminaes em que por ventura possa ter incorrido.

Art. 43. Sempre que o empregado substituido perder o direito á sua gratificação, perde-l-a-ha o substituto.

Art. 44. O Governo quando entender conveniente, por indicação da Congregação, encarregará um dos membros do magisterio de estudar nos paizes mais adiantados os progressos da sciencia, os melhores methodos de ensino e a organização das Escolas Navaes.

Art. 45. Qualquer membro do magisterio que escrever compendio ou memoria sobre as doutrinas ensinadas na Escola, terá direito a um premio pecuniario até á quantia de dous contos de réis, si pela Congregação ou por uma commissão de homens competentes nomeada pelo Governo, quando aquella deixar de dar parecer no fim de tres mezes, fôr a obra considerada de utilidade com approvação do Governo.

As despezas da primeira edição serão pagas pelo Estado.

Art. 46. Os officiaes de marinha que entrarem para o magisterio effectivo desta Escola, excepto os instructores, poderão ser reformados com o soldo proporcional ao tempo de serviço militar. Os que não requererem reforma ficam equiparados aos especialistas de marinha.

## CAPITULO VII

## Da Congregação

Art. 47. A Congregação compõe-se de todos os lentes cathedraes e substitutos em exercicio, sob a presidencia do Director que a convocará, podendo funcionar sempre que estiver reunida a metade e mais um.

Art. 48. Além das sessões determinadas neste regulamento, haverá mais as que forem julgadas necessarias.

Art. 49. O Director poderá convocar-a, quando julgar conveniente ouvir-a sobre qualquer assumpto, ou quando lhe fôr requerida por dous, ou mais dos seus membros.

Art. 50. As deliberações da Congregação serão tomadas por maioria absoluta dos votos dos membros presentes e por vota-

ção nominal, salvo quando tratar-se de questões de interesse particular, sobre as quaes se votará por escrutínio secreto.

Art. 51. Além do voto de qualidade nos casos de empate tem voto nas deliberações da Congregação o Director ou quem suas vezes fizer.

Art. 52. Incumbe á Congregação, além das decisões da sua competência nos termos deste Regulamento e das que lhe forem attribuidas nas Instrucções regulamentares:

§ 1.º Exercer a inspecção scientifica da Escola sobre o systema e methodos de ensino, compendios e programmas seguidos nas aulas.

§ 2.º Corrigir qualquer pratica abusiva, que se tenha introduzido no ensino, ou nos exames; vigiar sobre a manutenção da moralidade dos alumnos e do magisterio, e auxiliar o Director no exercicio das suas funcções.

§ 3.º Reprehender, sob proposta do Director, os membros do magisterio que o merecerem e impôr-lhes até um mez de suspensão, com recurso para o Governo, si, depois de reprehendidos, reincidirem, sem prejuizo das penas criminaes em que passam ter incorrido.

§ 4.º Fazer as propostas para nomeações em listas de tres nomes pelo menos.

Art. 53. A Congregação, reunido o numero minimo do art. 47, poderá deliberar na ausencia do Director e do Vice-Director sobre o objecto da convocação sob a presidencia do lente mais antigo.

Art. 54. Salvo caso urgente e declarado, não se fará convocação da Congregação sem 24 horas de antecedencia, e indicação do fim para que é convocada.

Art. 55. Os lentes não assistirão á votação nos negocios relativos a si ou a seus parentes dentro do quarto grau civil, nem terão voto nas questões que tiverem entre si, bem como nas suscitadas quer com o Director, quer com os alumnos.

Art. 56. Nas Instrucções regulamentares serão marcadas a fórma, as solemnidades e a duração das sessões da Congregação.

## CAPITULO VIII

### Dos concursos

Art. 57. O provimento das vagas no magisterio será feito por concurso, perante o respectivo concelho e na conformidade do programma respectivo.

Art. 58. São admittidos a concorrer para cathedraes de qualquer das secções indistinctamente os substitutos effectivos, os candidatos que previamente tenham satisfeito as condições de inscripção para o concurso de substituto exhibindo todas as provas exigidas.

Paragrapho unico. Estas disposições são applicaveis ás vagas de professor.

Art. 59. Para a inscripção exige-se:

1.º Ser cidadão brasileiro.

2.º Certidão de ter mais de 21 annos de idade para os que não forem titulados.

3.º Folha corrida no logar da naturalidade e no da residencia durante os seis ultimos mezes.

4.º Certidão de approvação plena em todas as materias da secção a que tiver de concorrer.

Art. 60. E' permittido aos candidatos juntar aos seus requerimentos para inscripção quaesquer outros titulos, ou documentos tendentes a provar sua capacidade e competencia.

Art. 61. A inscripção poder-se-ha fazer por procuração ou officio dirigido ao Director, si o candidato tiver legitimo impedimento.

Art. 62. Verificada a existencia de todos os documentos por lei exigidos, depois de encerrada a inscripção, julgará o concelho de concursos do direito dos inscriptos e fará organizar a competente lista que será publicada pelos jornaes do dia seguinte.

Na mesma occasião o concelho formulará os pontos que tiverem de servir nas provas do concurso.

Art. 63. Os candidatos que forem excluidos da inscripção, poderão dentro do prazo de tres dias recorrer para o Governo. Havendo recurso só começarão as provas do concurso depois do Governo decidir.

Art. 64. As provas de concurso constarão de :

1.º Defesa do these.

2.º Prova oral.

3.º Prova escripta.

4.º Prova pratica nas materias que a permittirem.

Art. 65. Si fôr um unico o candidato, embora approvedo pela Congregação, o Governo terá a faculdade de nomeal-o ou não, de vendo nesta hypothese mandar proceder immediatamente a novo concurso.

Art. 66. Si annuciado o concurso por duas vezes não apparecerem concurrentes, o Governo poderá preencher a vaga independentemente de exhibição de provas.

Art. 67. Quando verificar-se que no processo do concurso não se observaram as prescripções legaes, o Governo devolverá a proposta ao respectivo concelho afim de rectificar as irregularidades, si forem sanaveis. Si porém as formalidades preteridas forem essenciaes e insanaveis, o Governo annullará o concurso.

Nestas circumstancias, o prazo da inscripção do novo concurso será apenas de 30 dias.

Art. 68. Para o preenchimento das vagas do curso preparatorio serão observadas as disposições precedentes que lhe forem applicaveis.

Paragrapho unico. A proposta será feita pela Congregação á vista das provas exhibidas e dos documentos apresentados.

Art. 69. O modo pratico da inscripção dos concurrentes e da organização dos pontos, assim como o processo das provas e do julgamento, serão determinados nas Instrucções regulamentares.

## CAPITULO IX

**Do pessoal administrativo e economico**

**Art. 70.** O pessoal administrativo e economico da Escola Naval constará de :

- 1 Director
- 1 Vice-Director
- 1 medico
- 1 capellão
- 1 official superior
- 4 officiaes
- 1 secretario
- 1 official archivista e bibliothecario
- 2 amanuenses
- 1 porteiro
- 4 guardas que servirão de continuos
- 1 official de fazenda
- 1 fiel
- 1 mestre
- 1 guardião
- 2 enfermeiros
- 1 cozinheiro da Escola
- 1 ajudante do mesmo
- 1 cozinheiro da guarnição
- 12 criados.

**Art. 71.** Serão nomeados por decreto o director, o vice-director, o secretario, o official da secretaria e porteiro; e por portaria do Ministro os amanuenses. As demais nomeações ou designações competirão aos chefes das repartições a que estiverem subordinados os empregados.

## SECÇÃO 1ª

## DO DIRECTOR E DO VICE-DIRECTOR

**Art. 72.** O Director e o Vice-Director serão nomeados : o primeiro d'entre os officiaes generaes da Armada e o segundo d'entre os capitães de mar e guerra.

**Art. 73.** Ao Director, além das suas funções como chefe da companhia dos aspirantes a guardas-marinha, compete a suprema inspecção da Escola, quanto ao ensino, disciplina, e economia. São suas principaes attribuições:

§ 1.º Convocar, presidir, adiar, prorogar e suspender as sessões da Congregação, dirigindo as suas discussões, dando a palavra na ordem em que for pedida, chamando á ordem os membros que

se desviarem della, desempatando as votações indecisas e suspendendo, para recorrer immediatamente ao Governo, a execução das suas resoluções, que lhe parecerem illegaes ou injustas.

§ 2.º Marcar as horas das sessões, de modo que não prejudiquem o serviço das aulas.

§ 3.º Nomear as commissões de mera solemnidade, e propôr a nomeação das que forem necessarias ao serviço da Escola.

§ 4.º Assignar com os membros presentes as actas das sessões, fazendo tomar o ponto dos membros ausentes, ainda que tenham dado aula no mesmo dia.

§ 5.º Executar e fazer executar as deliberações da Congregação, salvo o recurso do § 1.º

§ 6.º Fazer tomar o ponto do corpo docente e dos outros empregados por um dos empregados da secretaria, sob sua inspecção.

§ 7.º Fazer as nomeações que lhe competem.

§ 8.º Presidir a todas as commissões julgadoras dos concursos, que tiverem logar na Escola e dar sobre cada um delles o dos respectivos concurrentes as informações, que possam interessar ao Governo.

§ 9.º Organizar o orçamento annual; rubricar os pedidos mensaes das despesas da Escola, ordenar as autorizadas e assignar as folhas dos respectivos empregados.

§ 10. Determinar e dirigir o serviço da secretaria, providenciar sobre as sessões da Congregação e inspecionar o serviço das aulas, que assistirá sempre que puder.

§ 11. Velar na guarda e observancia deste Regulamento, das Instruções regulamentares e do regimento interno.

§ 12. Exercer a policia do estabelecimento e empregar todos os meios a seu alcance para manter os bons costumes e corrigir os maos.

§ 13. Suspende por 8 a 30 dias todos os empregados, excepto os nomeados por decreto.

§ 14. Fazer um relatorio annual sobre o ensino, a disciplina e a economia do estabelecimento, indicando as medidas, que lhe parecerem convenientes, para ser remettido ao Ministro da Marinha até o 1º de Janeiro do anno seguinte.

Art. 74. Os actos do Director ficam debaixo da immediata inspecção do Ministro da Marinha com quem deverá corresponder-se directamente.

Art. 75. Ao Vice-Director, além das outras attribuições, que lhe estão conferidas por este Regulamento e das que o forem nas Instruções regulamentares, compete:

§ 1.º Substituir o Director nos casos de falta, impedimento, ou ausencia.

§ 2.º Auxiliar-o sempre que elle o exigir, ainda estando presente.

§ 3.º Informar-o de todas as occurrencias, que tiverem logar no estabelecimento e cujo conhecimento possa interessar á Directoria.

§ 4.º A gratificação do Director, em vez da propria, quando substitui-o mais de seis dias consecutivos, ou de dez intercalados em um mesmo mez.



Art. 76. Na falta do Director e Vice-Director servirá em seu lugar o mais antigo dos lentes, o qual, excusando-se, deverá communicar-o ao seu immediato.

## SECÇÃO 2ª

### DO SECRETARIO

Art. 77. Ao secretario incumbe :

§ 1.º Redigir, expedir e receber toda a correspondencia official da Escola e para a Escola, sob as ordens do Director e segundo suas instrucções.

§ 2.º Receber, informar, quando deva fazel-o, e encaminhar todos os requerimentos feitos á Directoria, ou á Congregação.

§ 3.º Assistir ás sessões da Congregação, redigir, escrever e subscrever as actas com fidelidade e exactidão, de accôrdo com o vencido, inserindo nellas as declarações de voto que lhe forem apresentadas e os protestos, que forem offerecidos pelos membros presentes quando aceitos pela maioria.

§ 4.º Lavrar e subscrever com os examinadores os termos das actas dos exames, podendo ser auxiliado neste serviço pelos outros empregados da secretaria, com licença do Director.

§ 5.º Manter em boa ordem e bem conservados os livros, a correspondencia e mais papeis não só da Escola Naval, como dos extinctos Collegio Naval e Escola de Marinha.

§ 6.º Dirigir de accôrdo com o Director todo o serviço da secretaria, fazendo o que lhe competir, distribuindo o mais pelos outros empregados e prorogando o expediente sempre que fôr preciso para trazel-o em dia.

§ 7.º Cumprir e fazer cumprir pelos seus subalternos as ordens do Director e as deliberações da Congregação, no que lhe tocar.

§ 8.º Propôr ao Director e, por intermedio deste, á Congregação, tudo o que fôr a bem do serviço e da celeridade do expediente.

§ 9.º Servir de secretario em todos os concelhos e comissões da Escola.

## CAPITULO X

### Regimen dos cursos

## SECÇÃO 1ª

### DO TEMPO DOS TRABALHOS

Art. 78. A secretaria abre-se no dia 1º de Fevereiro e fecha-se no dia seguinte ao da partida dos aspirantes para as viagens annuas de instrucção.

Art. 79. O anno lectivo do curso preparatorio começa no primeiro dia util do mez de Março e acaba no ultimo de Outubro, e o do curso superior no primeiro dia util depois de 15 de Março e acaba a 15 de Outubro.

Paragrapho unico. O Governo poderá adiar a abertura das aulas e prorogar o encerramento, ou suspender os trabalhos, quando occorrer motivo grave que justifique qualquer destas medidas.

Art. 80. O resto do mez de Outubro e todo o mez de Novembro de cada anno são destinados aos exames.

Art. 81. Sómente serão feriados na Escola Naval, além dos domingos e dias santificados, os de gala ou luto nacional, e a Semana Santa de quinta-feira em diante.

Art. 82. As ferias para o corpo docente começam do dia seguinte á Congregação de encerramento até a primeira Congregação que realizar-se no mez de Março seguinte.

Art. 83. Os aspirantes de 1ª classe visitarão sempre que fôr possível as officinas de machinas e as de construcção naval, e bem assim os laboratorios pyrotechnicos e de artilharia, acompanhados pelos respectivos docentes.

## SECÇÃO 2ª

### DO REGIMEN DAS AULAS

Art. 84. Os membros do magisterio exercerão a policia das aulas respectivas, fazendo tomar o ponto aos alumnos, advertindo aos que merecerem e mandando retirar os que por qualquer forma perturbarem o ensino e não attenderem á primeira advertencia.

Art. 85. No caso do artigo antecedente, si o lente, ou professor entender que a perturbação merece maior pena do que uma nota na caderneta, deverá leval-a ao conhecimento do Director para que este proceda na fórma das Instrucções regulamentares.

Art. 86. A Congregação na sua primeira conferencia annua organizará : a classificação dos alumnos por ordem de merecimento ; os programmas e horario do ensino de modo que, de conformidade com o presente Regulamento, a pratica acompanhe a theoria tanto quanto fôr possível ; e indicará as obras didacticas que de preferencia devem ser consultadas nos diversos cursos.

Art. 87. As lições das cadeiras terão logar de manhã ou de tarde, si não houver inconveniente ; e durarão uma hora exactamente, excepto as dos outros cursos que se prolongarão por mais tempo si houver conveniencia.

## SECÇÃO 3ª

### DAS FALTAS

Art. 88. O porteiro coadjuvado pelos guardas notarão diariamente as faltas dos alumnos em uma caderneta, que no fim de

cada lição será examinada, corrigida e rubricada pelo respectivo docente na pagina do dia.

Art. 89. As faltas dos alumnos deverão ser justificadas no 1º dia de comparecimento aos cursos ou ao mais tardar no dia subsequente.

Art. 90. Incorre em falta:

§ 1.º O alumno que não comparecer exactamente á hora marcada.

§ 2.º O que sahir da aula sem licença ou declarar que não preparou a lição.

§ 3.º O que por má conducta fôr mandado retirar da sala.

Art. 91. Aos aspirantes não se mareará ponto enquanto estiverem embarcados em viagem de instrucção.

Art. 92. Em caso algum serão somnadas as faltas dadas em uns com as dadas em outros cursos.

Paragrapho unico. As faltas dadas nos cursos accessorios serão computadas por inteiro, como as que forem dadas nos cursos.

Art. 93. Perde o anno o alumno matriculado que der 10 faltas não justificadas, ou 40 justificadas.

Art. 94. Tambem perderá o anno o alumno, que não se apresentar a exame na época ordinaria, ou que apresentando-se não concluil-o, salvo si justificar motivo legitimo para ser adiado o mesmo exame até a época dos extraordinarios.

Paragrapho unico. Neste caso, terão precedencia em relação a estes e farão sómente a prova oral quando tiverem feito a escripta na época ordinaria.

## SECÇÃO 4ª

### DOS EXAMES

Art. 95. Tres dias depois do encerramento dos cursos começarão os exames e continuarão enquanto não forem examinados todos os alumnos inscriptos.

Art. 96. A Congregação apresentará antes dos exames a lista de todos os alumnos habilitados, o programma dos exames e dos pontos, e a organização das turmas.

Art. 97. A organização das turmas, a serie dos pontos para as provas de exames e quaesquer outras medidas indispensaveis á marcha regular desses exames, serão previamente publicadas no estabelecimento para conhecimento dos alumnos.

Art. 98. Em cada curso sujeitar-se-hão os alumnos ás provas oral e escripta, precedendo sempre esta áquella, de accôrdo com o disposto no art. 102.

Art. 99. O ponto da prova escripta será tirado á sorte no acto do exame por um dos examinandos, e servirá para todos os alumnos que fizerem exame no mesmo dia.

Art. 100. Para a prova oral haverá pelo menos tantos pontos quantos forem os examinandos.



Art. 101. Os exames oral e escripto versarão sobre questões theorico-praticas.

Para a prova escripta se concederá duas horas, e uma para a oral.

Art. 102. Nas cadeiras, com excepção da de manobra que só tem prova oral, e nas aulas dos professores do curso preparatorio, os alumnos ficam sujeitos a duas provas: uma oral e outra escripta, sempre que fôr isso admissivel.

Em todos os outros cursos ficam estabelecidos os seguintes preceitos:

1.º As approvações em desenho serão conferidas em vista dos trabalhos feitos durante o anno por uma commissão composta do professor ou seu adjunto e de dous instructores.

2.º As habilitações em esgrima, natção, technologia maritima, infantaria, gymnastica e pratica-technica serão conferidas pelas médias dos coefficients de merecimento obtidos durante o anno.

Art. 103. A inhabilitação em qualquer destes cursos sujeita o alumno a prova de exame em prazo marcado, nunca inferior a 60 dias. Si nesta segunda prova, que consistirá em exame pratico perante uma commissão, o alumno ainda ficar inhabilitado, terá de repetir o anno.

Art. 104. O tempo de arguição para cada examinador, tanto no curso superior como no preparatorio, será determinado nas instrucções regulamentares.

Art. 105. Os pontos conterão uma serie de questões ou a indicação das doutrinas que devem ser desenvolvidas pelo examinando, as quaes constarão do programma que será publicado antes de encetarem-se os trabalhos lectivos.

Art. 106. Os exames serão feitos por turmas de alumnos perante commissões de tres examinadores, dos quaes dous sómente arguirão.

Art. 107. Os membros do magisterio, sem excepção dos instructores, que estiverem em effectivo serviço de suas funções, farão parte das commissões examinadoras, cabendo em cada commissão a presidencia ao mais antigo ou de maior categoria.

Art. 108. Cada turma de examinadores no curso preparatorio constará do professor e seu auxiliar, e de um instructor designado pela Congregação, sendo o acto presidido pelo professor.

Art. 109. As provas serão julgadas em commum por escrutinio secreto.

Art. 110. Findos os exames proceder-se-ha ao julgamento de cada examinando, sobre o que votarão os tres examinadores por escrutinio secreto e a portas fechadas.

Art. 111. A totalidade de espheras brancas approva — plenamente.

O maior numero de espheras brancas approva simplesmente.

A totalidade ou maior numero de espheras pretas — reprova.

Repetir-se-ha o escrutinio para reconhecer-se o coefficiente de merecimento da approvação obtida.

Estes coefficients são os organizados pelo concelho de instrucção em data de 14 de Maio de 1864. Prevalece sempre a opinião da

maioria para os coefficients. Não havendo porém maioria, prevalece a média.

Art. 112. E' inhabil para fazer exame:

1.º O alumno que em qualquer curso perder o anno por faltas ;

2.º O que não comparecer no dia marcado para o acto sem allegar e provar motivo plausivel.

Art. 113. Nenhum dos alumnos habilitados deixará de fazer exame final no tempo proprio, salvo por molestia que o impossibilite e que seja oficialmente attestada pelo medico da Escola.

Art. 114. Os alumnos que tiverem sido reprovados só poderão repetir os cursos como alumnos externos ; e logo que forem approvados nas materias em que tenham sido inhabilitados, poderão requerer a praça de aspirante.

Art. 115. Os alumnos que forem reprovados em uma ou mais materias de um anno lectivo e approvados em outras, deverão repetir todas as materias que no mesmo anno se ensinarem, sendo obrigados ás lições ; podendo, porém, si quizerem, ser dispensados de fazer exame de novo daquellas em que já tiverem sido approvados.

## CAPITULO XI

### **D a companhia dos aspirantes a guardas-marinha**

#### **SECÇÃO 1ª**

##### **DO COMMANDANTE**

Art. 116. O Director da Escola Naval tambem exerce a sua autoridade sobre a companhia dos aspirantes a guardas-marinha, como superintendente geral do estabelecimento, e sómente por seu intermedio serão feitas a correspondencia, reclamações e petições ao Governo.

Art. 117. O Vice-Director será o Commandante da companhia, e no cumprimento de seus deveres será auxiliado pelos officiaes da Armada destacados nesta Escola em numero sufficiente para o serviço, alguns dos quaes poderão servir de instructores.

O regimento interno desta companhia detalhará as obrigações e deveres de cada um de seus funcionarios.

#### **SECÇÃO 2ª**

##### **DOS ASPIRANTES**

Art. 118. A companhia de aspirantes a guardas-marinha é formada pelos aspirantes de ambas as classes, cujo numero será limitado pelo Governo até o 4º de Fevereiro de cada anno, tendo em vista a verba orçamentaria e os aspirantes existentes.

Art. 119. Na admissão annua serão preferidos:

1.º Os que apresentarem titulos de melhores approvações em uma ou mais materias do curso preparatorio ou em latim e outras humanidades;

2.º Os filhos dos officiaes de diversas classes de Marinha ou do Exercito;

3.º Os filhos de empregados publicos. Si á vista destas preferencias ainda occorrerem igualdades de circumstancias para a admissão, aquelle que tiver maior aptidão calligraphica será o preferido.

Art. 120. O Governo em vista de todos os dados que lhe forem presentes designará dos candidatos habilitados e brasileiros os que devem ser matriculados como internos.

Art. 121. Terão baixa os aspirantes:

1º, que por enfermidade perderem duas vezes consecutivamente direito a exame das doutrinas de um mesmo curso;

2º, que duas vezes forem reprovados nas doutrinas de cadeiras, inhabilitados nos outros cursos, ou obtiverem no fim do anno lectivo um coefficiente de merecimento nullo ou negativo;

3º, que tiverem tido durante um anno tres prisões rigorosas;

4º, que, tendo sido reprovados no 1º anno do curso preparatorio, completarem 15 annos de idade, no 2º 16 annos, e no 3º 17. E bem assim os que não forem considerados aptos no fim do curso, nos termos das instrucções regulamentares;

5º, que falsamente allegarem molestia para não seguir em viagem de instrucção;

6º, que depois das viagens de instrucção forem julgados incapazes de continuar no serviço naval;

7º, que forem condemnados á pena de expulsão.

Art. 122. O aspirante que completar o curso superior com a nota de apto, será promovido a guarda-marinha e ficará á disposição do Quartel-General para fazer uma viagem de instrucção e habilitar-se a ser promovido a 2º tenente, nos termos do Decreto n. 5461 de 12 de Novembro de 1873; e aos que se distinguirem pelo aproveitamento e forem considerados os mais subordinados, o Governo, sob proposta da Congregação, concederá as honras de 2º tenente, sendo sua antiguidade neste posto contada da data do decreto que lhe houver conferido as referidas honras.

### SECÇÃO 3ª

#### DAS VIAGENS DE INSTRUÇÃO

Art. 123. O tempo de ferias será empregado em viagens de instrucção, em navio da Armada Imperial ou da Escola logo que for possivel, afim de que os aspirantes adquiram habitos e pratica da vida de bordo, tornando-se aptos nas fainas da marinha de guerra.

**Art. 124.** Os aspirantes nestas viagens serão acompanhados pelos respectivos instructores que continuarão as lições de pratica technica sempre que for possível, cumpridas as disposições das instrucções regulamentares.

## CAPITULO XII

### Disposições geraes

**Art. 125.** Os vencimentos dos differentes funcionarios da Escola Naval serão os fixados na tabella junta, sem prejuizo dos que por lei tiverem mais.

§ 1.º Estes funcionarios conservarão as vantagens, de que actualmente gozam; mas não gozarão das que são estabelecidas por este Regulamento, si não optarem pelas da mesma tabella.

§ 2.º O direito de opção só poderá ser exercido dentro do primeiro mez da execução desta reforma.

**Art. 126.** Os empregados na administração e na economia da Escola, que vencerem ordenado e gratificação, poderão ser aposentados com todo o ordenado logo que completem 30 annos de serviço effectivo.

**Art. 127.** Também poderão ser aposentados com tantas trigesimas partes do ordenado quantos forem os annos de serviço, os empregados de que trata o artigo antecedente, quando ficarem inutilizados depois de dez annos de exercicio a titulo effectivo.

**Art. 128.** Aos empregados da administração são extensivas as disposições relativas aos membros do magisterio, nos casos de faltas ou licenças, e ficam sujeitos ao regimen militar.

**Art. 129.** Haverá na Escola Naval, além da Congregação e do conselho de concurso, outros dous: conselho economico e disciplinar, cujas attribuições serão definidas nas Instrucções regulamentares.

Parapho unico. No conselho disciplinar, reservado só para as faltas graves, o substituto de sciencias jurídicas exercitará os alumnos na pratica de direito criminal militar.

**Art. 130.** Durante o anno lectivo haverá duas vezes, em épocas marcadas pela Congregação, exames extraordinarios de qualquer materia para os que requererem ao Director, independentemente de frequencia dos cursos.

**Art. 131.** Em todos os conselhos funcionará como secretario o da Escola ou quem suas vezes fizer.

**Art. 132.** Nos negocios particularmente referentes ao curso preparatorio os respectivos professores farão parte da Congregação adventiciamente.

**Art. 133.** Nos casos urgentes os instructores substituem obrigatoriamente qualquer dos membros do magisterio, com direito, além dos vencimentos que lhes competirem, á gratificação do substituido.

Art. 134. O Governo poderá ter constantemente nos paizes mais adiantados, estudando as diversas especialidades de marinha, quatro officiaes que tenham curso completo de sua profissão, escolhidos mediante concurso perante a Congregação, e prova pratica de sufficiencia nas officinas do Arsenal de Marinha da Corte.

Além destes officiaes o Governo poderá escolher livremente mais dous officiaes para praticarem nas marinhas estrangeiras.

Art. 135. Ficam revogadas as disposições em contrario.

## CAPITULO XIII

### Disposições transitórias

A.— Os actuaes alumnos da Escola de Marinha proseguirão no curso sob o regimen do Regulamento de 1871 até serem promovidos a guardas-marinha, devendo fazer em seguida uma viagem de instrução que durará 70 dias. Ao seu regresso terão embarque nos navios surtos no porto do Rio de Janeiro, sendo dispensados dos serviços de bordo nas horas em que tiverem de frequentar nesta Escola, onde se matricularão como externos nos seguintes cursos a que serão obrigados:

- Geodesia e hydrographia.
- Sciencias juridicas.
- Historia e tactica naval e manobra.
- Pratica-technica do 3º anno do curso superior.

B.— Approvados nestes cursos embarcarão novamente afim de realizarem uma viagem de circumnavegação e logo que completarem dous annos no posto de guarda-marinha serão promovidos a 2ºs tenentes.

C.— Os actuaes alumnos navaes na viagem que farão, durante as ferias, se habilitarão, sob a direcção do instructor, na pratica-technica necessaria para se matricularem no anno immediatamente superior da Escola Naval, ficando entendido que a inhabilitação obriga a repetição do anno e consequentemente impede a matricula no anno superior.

D.— Ficam supprimidos os logares de professor de desenho do 1º anno da Escola de Marinha, o de professor de topographia descriptiva e bem assim os do professorado do actual 4º anno.

E.— Logo que vagar a cadeira de apparelho e manobra, será ella dividida em dous cursos de instrução technica:

Curso de manobra.

Curso de historia naval e tactica naval.

F.— Vagando o logar de professor de pratica de machinas, será este considerado como extinto, passando o respectivo ensino para o de instrução technica a cargo de um dos machinistas da Armada que fôr indicado pelo Director das officinas de machinas á requisição do Director e approvação do Governo, com o titulo de instructor.

G.— Vagando o lugar de professor de portuguez, francez e inglez, o ensino destas linguas ficará fazendo parte do curso de tecnologia maritima nestes idiomas e vice-versa; de sorte que a final o magisterio para a secção de linguas e tecnologia venha a ficar limitada tão sómente a um professor e um adjunto, que terão as mesmas regalias e vantagens concedidas aos seus iguaes no mencionado curso; cabendo, porém, ao adjunto, além das substituições, tomar a si o ensino de portuguez nos tres annos do curso preparatorio, e de francez e inglez tão sómente no primeiro.

II.— No começo da execução deste Regulamento o Governo preencherá todas as vagas actuaes e as que occorrerem no magisterio independentemente de concurso e proposta. Considera-se começada a execução logo que forem feitas as designações de que trata o artigo seguinte.

I.— O Governo designará aos membros do magisterio effectivo do Collegio Naval e da Escola de Marinha os cursos, que leccionavam, ou os que delles mais se approximarem pelas respectivas materias.

§ 1.º Esta designação é obrigatoria e a sua recusa importará a renuncia da cadeira.

§ 2.º Os que aceitarem a nova, ou continuarem na antiga designação, sem dependencia de apostilla nos titulos com que serviam, contarão para sua antiguidade o exercicio anterior, em qualquer dos dous estabelecimentos extintos pela presente reforma.

§ 3.º Os que tiverem mais de 25 annos de exercicio, poderão jubilar-se ou ser jubilados, si não optarem pelo presente, com as vantagens da legislação anterior.

§ 4.º O que tiver mais de uma cadeira e jubilar-se em uma não poderá continuar na outra, nem conservar ambas, nem accumular duas jubilações.

J.— Dentro de oito dias depois de publicado este Regulamento a Congregação nomeará uma commissão de tres membros do magisterio para organizar o projecto das Instruções regulamentares, que, depois de approvadas pelo Governo, serão executadas durante o primeiro anno da reforma.

Paragrapho unico. Permanentemente esta commissão continuará notando as difficuldades e inconvenientes, que a pratica fôr mostrando nas instruções provisórias para reorganizar o seu primeiro projecto e submittel-o ao Governo, que o approvará com as modificações que julgar convenientes para execução definitiva do presente.

K.— Dentro de dous mezes contados, desde a data da publicação deste Regulamento, o Director, coadjuvado pelo Vice-Director, apresentará ao Governo o projecto do regimento interno da companhia de aspirantes a guardas-marinha.

L.— Ficam revogadas as disposições em contrario.

Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha, 26 de Junho de 1886.— *Samuel Wallace Mac-Dowell.*

**Tabella dos vencimentos do pessoal da Escola Naval**

| EMPREGOS                               | ORDENADOS  | GRATIFICAÇÕES | TOTAL      |
|----------------------------------------|------------|---------------|------------|
| Director.....                          | .....      | 6:000\$000    | 6:000\$000 |
| Vice-Director.....                     | .....      | 3:000\$000    | 3:000\$000 |
| Leontes cathedrauticos.....            | 3:200\$000 | 1:600\$000    | 4:800\$000 |
| Substitutos.....                       | 2:000\$000 | 1:000\$000    | 3:000\$000 |
| Professores de linguas.....            | 1:600\$000 | 800\$000      | 2:400\$000 |
| Professor de machinas.....             | 2:000\$000 | 1:020\$000    | 3:020\$000 |
| Adjuutos.....                          | 1:560\$000 | 780\$000      | 2:340\$000 |
| Professor de esgrima e gymnastica..... | 720\$000   | 720\$000      | 1:440\$000 |
| Professor de natagão.....              | 960\$000   | .....         | 960\$000   |
| Secretario.....                        | 2:000\$000 | 1:000\$000    | 3:000\$000 |
| Official archivista.....               | 1:080\$000 | 900\$000      | 1:980\$000 |
| Amannenses.....                        | 900\$000   | 360\$000      | 1:260\$000 |
| Medico.....                            | .....      | 3:000\$000    | 3:000\$000 |
| Capellão.....                          | .....      | 1:000\$000    | 1:000\$000 |
| Official do fazenda de 1.ª classe..... | .....      | 1:918\$000    | 1:918\$000 |
| Fiel.....                              | .....      | 740\$000      | 740\$000   |
| Porteiro.....                          | 900\$000   | 540\$000      | 1:440\$000 |
| Mestre de 1.ª classe.....              | .....      | 500\$000      | 500\$000   |
| Guardião (soldo).....                  | 480\$000   | 250\$000      | 730\$000   |
| Enfermeiro.....                        | .....      | 600\$000      | 600\$000   |
| Guardas.....                           | 600\$000   | 300\$000      | 900\$000   |
| Cozinheiro.....                        | .....      | 600\$000      | 600\$000   |
| Ajudante do dito.....                  | .....      | 480\$000      | 480\$000   |
| Cozinheiro da guarnição.....           | .....      | 360\$000      | 360\$000   |
| Criados.....                           | .....      | 260\$000      | 260\$000   |
| Official superior da Armada.....       | .....      | 1:800\$000    | 1:800\$000 |
| Officias subalternos.....              | .....      | 1:200\$000    | 1:200\$000 |
| Instructores.....                      | .....      | 1:000\$000    | 1:000\$000 |
| CURSO PREPARATORIO                     |            |               |            |
| Professores.....                       | 2:250\$000 | 950\$000      | 3:200\$000 |
| Adjuutos.....                          | 1:800\$000 | 600\$000      | 2:400\$000 |
| Adjuuto de desenho.....                | 1:560\$000 | 780\$000      | 2:340\$000 |

**Observação**

Têm direito a ração, o Director, Vice-Director, os officiaes e o medico, quando residirem no estabelecimento, e bem assim o official de fazenda e seu fiel, o mestre, o guardião, os enfermeiros, os cozinheiros e os criados.

Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha em 26 de Junho de 1886. — *Samuel Wallace Mac-Dowell.*



## DECRETO N. 9612 — DE 26 DE JUNHO DE 1886

Approva os planos dos edificios que Jorge Mirandola Filho tem de construir para habitação de operarios e classes pobres.

Hei por bem, de conformidade com a clausula 2ª das que baixaram com o Decreto n. 9509 de 17 de Outubro de 1885, e à vista do parecer da Inspectoria Geral de Hygiene, Approvar os planos dos edificios que Jorge Mirandola Filho tem de construir para habitação de operarios e classes pobres.

O Barão de Mamoré, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 26 de Junho de 1886, 65º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Barão de Mamoré.*



## DECRETO N. 9613 — DE 3 DE JULHO DE 1886

Declara sem effeito o Decreto n. 9321 de 18 de Novembro de 1884 sobre exploração de coraes e perolas.

Não tendo João Dulcetti cumprido as clausulas com que lhe foi concedida permissão para explorar coraes e perolas nas aguas do littoral do Imperio, comprehendidas entre a ilha de Maranbaia e os limites da Provincia de Santa Catharina, Hei por bem Declarar de nenhum effeito o Decreto n. 9321 de 18 de Novembro de 1884, que autorizou a mesma exploração.

Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 3 de Julho de 1886, 65º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio da Silva Prado.*





## DECRETO N. 9614 — DE 10 DE JULHO DE 1886

Concede permissão a D. Elmira Reverbel de Lima, viúva do Brigadeiro Manoel Lucas de Lima, para explorar carvão de pedra e outros mineraes na Provincia do Rio Grande do Sul.

Attendendo ao que requereu D. Elmira Reverbel de Lima, viúva do Brigadeiro Manoel Lucas de Lima, Hei por bem Conceder-lhe permissão para explorar carvão de pedra e outros mineraes em terrenos de sua propriedade situados ás margens do arroio Candiota, no municipio de Bagé, Provincia do Rio Grande do Sul, mediante as clausulas que com este baixam assignadas por Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 10 de Julho de 1886, 65<sup>a</sup> da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio da Silva Prado.*

**Clausulas a que se refere o Decreto  
n. 9614 desta data**

**1**

Fica concedido a D. Elmira Reverbel de Lima, viúva do Brigadeiro Manoel Lucas de Lima, o prazo de dous annos, contados desta data, para, sem prejuizo dos direitos de terceiro, proceder á exploração e pesquisas para descobrimento de minas de carvão de pedra e outros mineraes em terrenos de sua propriedade situados ás margens do arroio — Candiota —, no municipio de Bagé, Provincia do Rio Grande do Sul.

Dentro deste prazo a concessionaria deverá apresentar na Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, plantas geologica e topographica dos terrenos explorados, com perfis que demonstrem, tanto quanto fôr possível e o permittirem os trabalhos executados, a superposição das camadas mineraes, e remetterá, com as mesmas plantas, amostras dos mineraes encontrados e relatório minucioso da localidade em que a mina estiver situada, declarando qual a possança e riqueza desta; qual sua extensão e sua direcção; a distancia entre ella e os povoados mais proximos, e os meios de communicação existentes; a area necessaria para a mineração, e, finalmente, os meios apropriados para o transporte dos productos das minas.

## II

Os trabalhos de pesquisas e explorações, para descobrimento de minas, poderão ser feitos por qualquer dos modos recommendados pela sciencia.

## III

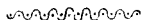
A concessionaria fica obrigada a indemnizar os damnos e prejuizos que de seus trabalhos de exploração possam provir às propriedades adjacentes e a restabelecer, à sua custa, o curso natural das aguas, que desviar por causa dos mesmos trabalhos, e a dar conveniente direcção às que brotarem das cavas, poços ou galerias que fizer quando destes serviços resultar damno aos mesmos proprietarios de terrenos adjacentes.

Sí o desvio destas aguas exigir trabalhos em propriedade alheia, a concessionaria solicitará prévio consentimento do proprietario, usando dos meios em direito permittidos.

## IV

A concessionaria fica obrigada a deseccar os terrenos alagados, em virtude dos trabalhos de exploração, restituindo-os ao seu antigo estado, de modo que não possa ser prejudicada a sãdo dos moradores da circunvizinhança.

Palacio do Rio de Janeiro em 10 de Julho de 1886. — *Antonio da Silva Prado.*



## DECRETO N. 9615 — DE 17 DE JULHO DE 1886

Altera as clausulas 6ª, 22ª e 24ª das que baixaram com o Decreto n. 7730 de 14 de Junho de 1880, acerca de um elevador e carris de ferro no morro de Paula Mattos.

Attendendo ao que Me requereram Arens & Irmãos, successores da Empresa do Elevador para o morro de Paula Mattos, Hei por bem Prorogar os prazos referentes ao começo das obras das linhas de carris de ferro e ao privilegio, de que tratam respectivamente as clausulas 6ª e 24ª do Decreto n. 7730 de 14 de Junho de 1880, este por quinze e aquelle por mais seis annos, bem como Alterar a clausula 22ª, ficando a empresa obrigada a concorrer para a fiscalisação com a somma que fôr fixada pelo Governo segundo sua renda.

Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 17 de Julho de 1886, 65<sup>a</sup> da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio da Silva Prado.*



DECRETO N. 9616 — DE 17 DE JULHO DE 1886

Concede permissão a Augusto de Almeida Torres para explorar cobre e outros mineraes na Provincia da Bahia.

Attendendo ao que requerem Augusto de Almeida Torres, Hei por bem Conceder-lhe permissão para explorar cobre e outros mineraes na zona comprehendida entre a Cachoeira de Paulo Affonso e a villa de Capim Grosso, na comarca do Joazeiro, da Provincia da Bahia, mediante as clausulas que com este baixam assignadas por Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 17 de Julho de 1886, 65<sup>a</sup> da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio da Silva Prado.*

**Clausulas a que se refere o Decreto  
n. 9616 desta data**

I

Fica concedido a Augusto de Almeida Torres o prazo de dous annos, contados desta data, para, sem prejuizo dos direitos de terceiro, proceder á exploracão e pesquisas para descobrimento de minas de cobre e outros mineraes, na zona comprehendida entre a Cachoeira de Paulo Affonso e a villa de Capim Grosso, na comarca do Joazeiro, da Provincia da Bahia.

Dentro deste prazo o concessionario deverá apresentar na Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas plantas geologica e topegraphica dos terrenos explorados, com perfis que demonstrem, tanto quanto fôr possível e o permittirem os trabalhos executados, a superposição das camadas mineraes e remetterá, com as mesmas plantas, amostras dos mineraes encontrados e relatorio minucioso da localidade em que a mina estiver situada; declarando qual a possança e riqueza desta, qual sua extensão e sua direcção; a distancia entre ella e os povoados mais proximos e os meios de communicação existentes; a área necessaria para a mineração e finalmente os meios mais apropriados para o transporte dos productos das minas.

## II

Os trabalhos de pesquisa ou exploração para descobrimento de minas poderão ser feitos por qualquer dos modos recommendados pela sciencia.

## III

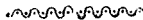
O concessionario fica obrigado a indemnizar os damnos e prejuizos que de seus trabalhos de exploração possam provir às propriedades adjacentes; a restabelecer à sua custa o curso natural das aguas que desviar por causa dos mesmos trabalhos e a dar conveniente direcção às que brotarem das cavas, poços ou galerias que fizer, quando desses serviços resultar damno aos mesmos proprietarios de terrenos adjacentes.

Si o desvio dessas aguas exigir trabalhos em propriedade alheia, o concessionario solicitará previo consentimento do proprietario, usando dos meios em direito permittidos.

## IV

O concessionario fica obrigado a deseccar os terrenos alagados em virtude dos trabalhos da exploração, de modo que não possa ser prejudicada a saude dos moradores da circunvizinhança.

Palacio do Rio de Janeiro em 17 de Julho de 1886.— *Antonio da Silva Prado.*



## DECRETO N. 9617 — DE 24 DE JULHO DE 1886

Eleva o numero de corretores de fundos publicos o de mercadorias da praça commercial de S. Salvador.

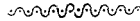
Hei por bem, sobre proposta da Junta Commercial de S. Salvador, Decretar o seguinte:

Artigo unico. O numero de corretores de fundos publicos da praça commercial de S. Salvador é elevado a 9 e o dos corretores de mercadorias a 10 ; ficando nesta parte alterado o Decreto n. 8585 de 10 de Junho de 1882.

Joaquim Delfino Ribeiro da Luz, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 24 de Julho de 1886, 65<sup>o</sup> da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Joaquim Delfino Ribeiro da Luz.*



## DECRETO N. 9618 — DE 24 DE JULHO DE 1886

Proroga o prazo estabelecido no Decreto n. 8251 de 3 de Setembro de 1881 para a lavra de mineraes na Provincia da Bahia.

Attendendo ao que requereu Antonio Fernandes da Costa Guimarães, Hei por bem Prorogar, por mais seis mezes, o prazo estabelecido pelo Decreto n. 8251 de 3 de Setembro de 1881 para a medição e demarcação das datas mineraes que lhe foram concedidas na comarca de Chique-Chique, Provincia da Bahia.

Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 24 de Julho de 1886, 65<sup>o</sup> da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio da Silva Prado.*



## DECRETO N. 9619 — DE 24 DE JULHO DE 1886

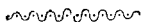
Autoriza o Commandador Francisco Eugenio de Azevedo a transferir á Companhia Ferro-carril Villa Isabel a concessão da linha de viagem urbana denominada — Ferro-carril Villa Guarany.

Attendendo ao que Me requereram o Commandador Francisco Eugenio de Azevedo, concessionario da linha de viação urbana denominada — Ferro-carril Villa Guarany — e a Companhia Ferro-carril Villa Isabel, Hei por bem Autorizar o referido Commandador Francisco Eugenio de Azevedo para transferir á dita Companhia Ferro-carril Villa Isabel a concessão da mencionada linha a que se referem os Decretos ns. 8548 e 8774 de 20 de Maio e 18 de Novembro de 1882, e bem assim o de n. 9513 de 24 de Outubro de 1885; ficando, porém, entendido que as linhas ferreas pertencentes ás referidas empresas continuarão a ser mantidas nas condições estabelecidas nas respectivas concessões, nenhuma alteração podendo ser feita em virtude da transferencia ora autorizada.

Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 24 de Julho de 1886, 65<sup>a</sup> da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio da Silva Prado.*



## DECRETO N. 9620 — DE 31 DE JULHO DE 1886

Approva os estudos definitivos do ramal da Tijuca a que refere-se o Decreto n. 9550 de 23 de Janeiro de 1886.

Attendendo ao que Mo requereu a Companhia da estrada de ferro do Norte, concessionaria do ramal da Tijuca da mesma ferro-via, pelo Decreto n. 9550 de 23 de Janeiro do anno corrente, Hei por bem Approvar os estudos definitivos para a construcção do referido ramal, partindo da estaca 50 mais 15 1/2 metros, da linha principal, e terminando no alto da Boa Vista com a extensão de 7.900 metros; tudo de conformidade com as plantas que com este baixam assignadas pelo Chefe da Directoria de Obras Publicas.

Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 31 de Julho de 1886, 65º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio da Silva Prado.*



DECRETO N. 9621 — DE 7 DE AGOSTO DE 1886

Concede permissão ao Engenheiro civil Alberto José Pimentel Hargreaves para explorar carvão de pedra na Provincia de S. Paulo.

Attendendo ao que requereu o Engenheiro civil Alberto José Pimentel Hargreaves, Hei por bem Conceder-lhe permissão para explorar carvão de pedra no municipio do Tieté, da Provincia de S. Paulo, mediante as clausulas que com este baixam assignadas por Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 7 de Agosto de 1886, 65º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio da Silva Prado.*

**Clausulas a que se refere o Decreto  
n. 9621 desta data**

**I**

Fica concedido ao Engenheiro civil Alberto José Pimentel Hargreaves o prazo de dous annos, contados desta data, para, sem prejuizo dos direitos do terceiro, proceder à exploração e pesquisas para descobrimento de jazidas de carvão de pedra no municipio do Tieté, da Provincia de S. Paulo.

Dentro deste prazo o concessionario deverá apresentar na Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas plantas geologica e topographica dos terrenos explorados, com perfis que demonstrem, tanto quanto fôr possível e o permittirem os trabalhos executados, a superposição

das camadas minerais, e remetterá com as mesmas plantas amostras dos minerais encontrados e relatório minucioso da localidade em que a mina estiver situada, declarando qual a possança e riqueza desta; qual sua extensão e sua direcção; a distancia entre ella e os povoados mais proximos; os meios de communicação existentes; a área necessaria para a mineração; e, finalmente, os meios apropriados para o transporte dos productos das minas.

## II

Os trabalhos de pesquisa e explorações poderão ser feitos por qualquer dos modos recommendados pela sciencia.

## III

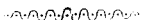
O concessionario fica obrigado a indemnizar os damnos e prejuizos que de seus trabalhos possam provir ás propriedades adjacentes; a restabelecer, á sua custa, o curso natural das aguas que desviar por causa dos mesmos trabalhos, e a dar conveniente direcção ás que brotarem das cavas, poços ou galerias que fizer, quando destes servigos resultar damno aos mesmos proprietarios de terrenos adjacentes.

Si o desvio destas aguas exigir trabalhos em propriedade alheia, o concessionario solicitará prévio consentimento do proprietario, usando dos meios em direito permittidos.

## IV

O concessionario fica obrigado a dessecar os terrenos alagados em virtude dos trabalhos de exploração, restituindo-os ao seu antigo estado, de modo que não possa ser prejudicada a saude dos moradores da circumvizinhança.

Palacio do Rio de Janeiro em 7 de Agosto de 1886.— *Antonio da Silva Prado.*



### DECRETO N. 9622 — DE 7 DE AGOSTO DE 1886

Proroga por mais tres mezos o prazo marcado na clausula 3ª das que acompanham o Decreto n. 9561 de 27 de Fevereiro do corrente anno para começo e pleno andamento das obras do porto da Fortaleza.

Attendendo ao que Me requereu a *Cowd Harbour Corporation, Limited*, Hei por bem Prorogar por mais tres mezos o prazo marcado na clausula 3ª das que baixaram com o Decreto n. 9561

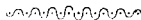


de 27 de Fevereiro de 1886, e a que se refere o de n. 9587 de 24 de Abril do mesmo anno, para que sejam começadas e tenham plena execução as obras do porto da Fortaleza, na Provincia do Ceará.

Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 7 de Agosto de 1886, 65º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio da Silva Prado.*



DECRETO N. 9623 — DE 7 DE AGOSTO DE 1886

Concede autorização á *The Lidgerwood Manufacturing Company, limited* a funcionar no Imperio

Attendendo ao que requereu a *The Lidgerwood Manufacturing Company, limited*, devidamente representada, e de conformidade com o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, exarado em Consulta de 10 de Julho do corrente anno, Hei por bem Conceder-lhe autorização para funcionar no Imperio, mediante as clausulas que com este baixam assignadas por Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 7 de Agosto de 1886, 65º da Independencia e do Imperio.

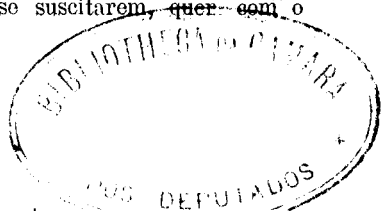
Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio da Silva Prado.*

**Clausulas a que se refere o Decreto  
n. 9623 desta data**

I

A companhia fica autorizada a estabelecer uma ou mais agencias e a ter no Imperio um representante com plenos e illimitados poderes para activa e passivamente tratar e definitivamente resolver as questões que se suscitarem, ~~quer com o~~ Governo, quer com os particulares.



## II

Todos os actos praticados pelas referidas agencias ficam sujeitos á legislação do Imperio, sendo decididas pelos Tribunaes do Brazil as questões que se suscitarem, sem que em tempo algum possa a referida companhia reclamar qualquer excepção fundada em seus estatutos.

## III

As mencionadas agencias não poderão funcionar enquanto a companhia não depositar no Thesouro Nacional ou em qualquer estabelecimento bancario do Imperio a quantia de 10:000\$ em moeda corrente ou em apolices da divida publica, para garantir as transacções que fizerem.

## IV

O deposito, de que trata a clausula anterior, será feito pela companhia com a declaração do fim a que é destinado, e de que não poderá ser levantado senão por ordem do Presidente da Junta do Commercio respectiva.

## V

Fica ainda dependente de autorização do Governo Imperial qualquer alteração feita nos estatutos da companhia, que deverá sollicitar-a immediatamente, sob pena de multa de 1:000\$ a 5:000\$ e de lhe ser cassada esta concessão.

Palacio do Rio de Janeiro em 7 de Agosto de 1886.— *Antonio da Silva Prado.*

**Publica-fôrma**

Eu, Carlos Kunhardt, traductor publico e interprete commercial juramentado da praça do Rio de Janeiro, certifico que me foi apresentado um documento escripto em inglez, o qual, a pedido da parte, traduzi litteralmente para o idioma nacional e diz o seguinte, a saber:

Tradução.— Certificado da incorporação da *Lidgerwood Manufacturing Company* — Cidade e Condado de Nova York.— Nos, William Van Wleck Lidgerwood, William A. Lighthall e John A. Lighthall pelo presente associamo-nos e formamos uma companhia em virtude das provisões da lei da legislação do Estado de Nova York, intitulada « Lei para formação de corporações com o fim de explorar as manufacturas, a mineração,

a, mecânica e a chimica », sancionada em 17 de Fevereiro de 1848 e das diversas leis ampliando e reformando a dita lei de conformidade com os requisitos das ditas leis, e nós pelo presente certificamos o seguinte :

1.º O nome constitutivo da dita companhia será *The Lidgerwood Manufacturing Company*.

2.º Os fins para os quaes esta companhia é formada são a fabricação, compra, venda e emprego de machinas e a manufactura de metaes.

3.º O prazo da existencia da dita companhia será de 50 annos.

4.º O capital da dita companhia será de 50.000 dollars, divididos em 500 acções com a faculdade de eleva-lo a 100.000 dollars, o qual, quando assim elevado, consistirá ao todo de 1.000 acções.

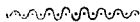
5.º A numeridade fidei-commissarios que gerirão os interesses da dita companhia no 1º anno, será de cinco, e as pessoas em seguida nomeadas serão esses fidei-commissarios William Van Wleek Lidgerwood, John W. Lidgerwood, William A. Lighthall, John A. Lighthall e John Lidgerwood.

6.º As operações da dita companhia effectuar-se-hão na cidade de Nova-York, no Condado de Nova-York etambem em quaesquer outros logares que os seus directores possam resolver. William Van Wleek Lidgerwood, John W. Lidgerwood, William A. Lighthall, John A. Lighthall, Estado de Nova-York.

No dia 17 de Setembro do anno do Senhor de 1873, perante mim compareceram William Van Wleek Lidgerwood, John W. Lidgerwood, William A. Lighthall e John A. Lighthall, de mim conhecidos como sendo as pessoas que passaram o presente certificado e cada um por si declararam que o tinham assignado. *Charles Hull*, notario publico.— Condado de Kung.— Estado de Nova York. Secretaria de Estado — SS — comparei o que precede com o certificado de incorporação original da *Lidgerwood Manufacturing Company*, com o reconhecimento a elle annexo, archivado nesta repartição no dia 19 de Setembro de 1873, e pelo presente certifico que a mesma é uma cópia exacta transcripta do dito original. Em testemunho do que assignei o presente e o sellei com o sello official da Secretaria de Estado na cidade de Albany no dia 1 de Dezembro de 1880.— *Anson G. Wood*, ajudante do secretario de estado (SS). Segura-se o reconhecimento da firma *Anson G. Wood* pelo Sr. Consul Geral do Brazil em Nova-York aos 4 de Dezembro proximo passado (segue-se o reconhecimento da firma do Sr. Consul Geral do Brazil em Nova-York pelo Sr. Director Geral do Ministerio dos Estrangeiros nesta Corte aos 22 dias do corrente, inutilizando tres estampilhas no valor de 1\$600. Nada mais continha ou declarava o dito documento que bem e fielmente mandei traduzir do proprio original escripto em inglez, ao qual me reporto. Em fé do que passei o presente, que assignei e sellei com o sello do meu officio nesta cidade do Rio de Janeiro aos 24 de Fevereiro de 1881.— *Carlos João Kunhardt*, traductor publico e interprete commercial juramentado. Traducção do dito 1\$, sello 800 réis,

réis 8\$000. Estavam colladas e devidamente inutilizadas duas estampilhas no valor de 8\$000. Nada mais continha a dita traducção, donde bem e fielmente fiz extrahir a presente publica-fôrma, e ao proprio original me reporto em poder da parte apresentante, a quem entreguei, e sendo conferida, subscrevo e assigno em publico e raso nesta Côrte do Rio de Janeiro, aos 13 de Março de 1881. Eu, José Viriato Martins, tabellião interino, que subscrevi e assigno em publico e raso. Em testemunho da verdade estava o signal publico. *José Viriato Martins*. Rio, 3 de Março de 1881.— *Martins*.— Conferido e concertado em 4 de Março de 1881, por mim tabellião Sayão Lobato Sobrinho. Nada mais se continha em uma publica-fôrma de que bem e fielmente fiz extrahir a presente publica-fôrma e ao proprio original me reporto, e sendo conferido, subscrevo e assigno em publico e raso nesta Côrte do Rio de Janeiro aos 7 dias do mez do Junho de 1886. E eu, Antonio Gonçalves da Cunha Bastos, ajudante juramentado do tabellião Cunha Junior, que em seu impedimento subscrevo e assigno em publico e raso na fôrma da lei e com sciencia do Exm. Juiz. Em testemunho da verdade.— *Antonio Gonçalves da Cunha Bastos*.

C. C. por mim tabellião interino, *Evaristo V. de Barros*. Rio, 7 de Junho de 1886.— *Cunha Bastos*.



#### DECRETO N. 9624 — DE 14 DE AGOSTO DE 1886

Concede permissão a José Miani para explorar carvão de pedra e outros mineraes na Provincia do Rio de Janeiro.

Attendendo ao que requerem José Miani, Hei por bem Conceder-lhe permissão para explorar carvão de pedra e outros mineraes nos municipios de Angra dos Reis e Paraty, da Provincia do Rio de Janeiro, mediante as clausulas que com este baixam assignadas por Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario do Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 14 de Agosto de 1886, 65ª da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio da Silva Prado.*

**Clausulas a que se refere o Decreto  
n. 9624 desta data**

I

Fica concedido a José Miani o prazo de dous annos, contados desta data, para, sem prejuizo dos direitos de terceiro, proceder á exploração e pesquisas para descobrimento de minas de carvão de pedra e outros mineraes nos municipios de Angra dos Reis e Paraty, na Provincia do Rio de Janeiro.

Dentro deste prazo o concessionario deverá apresentar, na Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, plantas geologica e topographica dos terrenos explorados, com perfis que demonstrem, tanto quanto fôr possível e o permittirem os trabalhos executados, a superposição das camadas mineraes, e remetterá, com as mesmas plantas, amostras dos mineraes encontrados e relatorio minucioso da localidade em que a mina estiver situada, declarando qual a possança e riqueza desta ; qual sua extensão e sua direcção ; a distancia entre ella e os povoados mais proximos ; e, finalmente, os meios mais apropriados para o transporte dos productos das minas.

II

Os trabalhos de pesquisa ou exploração para descobrimento de minas poderão ser feitos por qualquer dos modos recommendados pela sciencia.

III

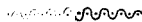
O concessionario fica obrigado a indemnizar os damnos e prejuizos que de seus trabalhos de exploração possam provir ás propriedades adjacentes ; a restabelecer á sua custa o curso natural das aguas que desviar por causa dos mesmos trabalhos, e a dar conveniente direcção ás que brotarem das cavas, poços ou galerias, quando destes serviços resultar damno aos mesmos proprietarios de terrenos adjacentes.

Si o desvio destas aguas exigir trabalhos em propriedade alheia, o concessionario solicitará prévio consentimento do proprietario, usando dos meios em direito permittidos.

IV

O concessionario fica obrigado a deseccar os terrenos alagados em virtude dos trabalhos da exploração, restituindo-os ao seu antigo estado, de modo que não possa ser prejudicada a saude dos moradores da circunvizinhança.

Palacio do Rio de Janeiro em 14 de Agosto de 1886.— *Antonio da Silva Prado.*



## DECRETO N. 9625 — DE 14 DE AGOSTO DE 1886

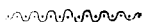
Autoriza a Companhia das Aguas do Grão-Pará para elevar o seu capital.

Attendendo ao que requereu a Companhia das Aguas do Grão-Pará, devidamente representada, e de conformidade com o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, exarado em Consulta de 17 de Julho ultimo, Hei por bem Autorizar-a a elevar o seu capital a mil contos de réis; ficando nesta parte approvadas as alterações feitas nos respectivos estatutos já approvados pelo Decreto n. 8244 de 3 de Setembro de 1881.

Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 14 de Agosto de 1886, 65ª da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio da Silva Prado.*



## DECRETO N. 9626 — DE 14 DE AGOSTO DE 1886

Proroga, por mais um anno, o prazo fixado na clausula 2ª do Decreto n. 6996 de 17 de Agosto de 1878.

Attendendo ao que requereu a Sociedade de Mineração do municipio de S. José d'El-Rei, successora da firma social Vasconcellos, Dias & Comp., Hei por bem Prorogar, por mais um anno, o prazo fixado na clausula 2ª do Decreto n. 6996 de 17 de Agosto de 1878, para a medição e demarcação das datas mineraes no referido municipio, Provincia de Minas Geraes.

Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 14 de Agosto de 1886, 65ª da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio da Silva Prado.*



## DECRETO N. 9627 — DE 14 DE AGOSTO DE 1886

Dá provimento ao recurso interposto pela Companhia S. Christovão contra a concessão feita, por Decreto n. 9513 de 24 de Outubro de 1885, para a Empresa Ferro-carril Villa Guarany estender seus trilhos pela praia de S. Christovão, ruas de Pau Ferro e Senador Alencar.

Tendo-me sido presente o recurso interposto pela Companhia de S. Christovão contra a concessão feita à Empresa Ferro-carril Villa Guarany, pelo Decreto n. 9513 de 24 de Outubro de 1885, para prolongar seus trilhos por diversas ruas do bairro de S. Christovão, no qual allega que esta concessão é attentatoria do privilegio constante dos Decretos ns. 4082 de 22 de Janeiro de 1868 e 4383 de 23 de Junho de 1869, que foi-lhe transferido por Decreto n. 4385 de 30 do mesmo mez de Junho, como se vê dos seus estatutos, approvados pelo Decreto n. 5466 de 12 de Novembro de 1873, de conformidade com a Minha Immediata Resolução Imperial de 31 de Julho deste anno, tomada sobre parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, exarado em Consulta de 20 de Janeiro do mesmo anno: Hei por bem, dando provimento ao mencionado recurso da Companhia de S. Christovão, Declarar que aquella concessão, a que refere-se o citado Decreto n. 9513 de 24 de Outubro de 1885, na parte relativa ao desenvolvimento das respectivas linhas pela praia de S. Christovão e ruas de Pau Ferro e Senador Alencar, nos trechos em que existem as da recorrente, só pôde tornar-se effectiva mediante a condição de accôrdo entre a empresa concessionaria e a Companhia de S. Christovão.

Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 14 de Agosto de 1886, 65<sup>a</sup> da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio da Silva Prado.*



## DECRETO N. 9629 (\*) — DE 21 DE AGOSTO DE 1886

Faz extensivas á tarifa especial as disposições do Decreto n. 8914 de 43 de Maio de 1883.

Sendo necessario harmonizar a tarifa especial com a geral, quanto aos arts. 556 e 578, de modo que as mercadorias nelles

---

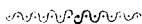
(\*) Com o n. 9628 não houve acto.

especificadas tenham a mesma classificação em todas as Alfândegas do Imperio : Hei por bem, Tendo em vista os arts. 177 e 185 da Consolidação dos Regulamentos das Alfândegas e Mesas de rendas, Fazer extensivas aos ditos arts. 556 e 573 da tabella **II**, annexa à Tarifa mandada executar pelo Decreto n. 8360 de 31 de Dezembro de 1881, as disposições do Decreto n. 8944 de 15 de Maio de 1883.

Francisco Belisario Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 21 de Agosto de 1886, 65<sup>a</sup> da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*F. Belisario Soares de Souza.*



#### DECRETO N. 9630 — DE 28 DE AGOSTO DE 1886

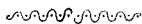
Proroga a actual sessão da Assembléa Geral.

Hei por bem Prorogar a actual sessão da Assembléa Geral até ao dia 15 do mez de Setembro proximo vindouro.

O Barão de Mamoré, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 28 de Agosto de 1886, 65<sup>a</sup> da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Barão de Mamoré.*



#### DECRETO N. 9631 — DE 28 DE AGOSTO DE 1886

Suspende a garantia de juros de que é concessionaria a Companhia *Bahia Central Sugar Factories, Limited* para o estabelecimento de quatro engenhos contraes na Provincia da Bahia, sendo dous no municipio de Santo Amaro e dous nos da Cachoeira e de Cotegipe.

Hei por bem, na conformidade da clausula 4<sup>a</sup> das que baixaram com o Decreto n. 9410 de 28 de Março do anno proximo passado, e do art. 26 do Regulamento approved pelo Decreto n. 8357 de 24 de Dezembro de 1881, Suspende a garantia de juros de 6 % ao anno sobre o capital de 2.800:000\$, concedida pelo De-

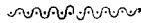


creto n. 8278, de 15 de Outubro do mesmo anno, à Companhia *Bahia Central Sugar Factories, limited*, para o estabelecimento de quatro engenhos centraes, destinados ao fabrico de assucar de canna, na Provincia da Bahia, sendo dous no município de Santo Amaro e dous nos da Cachoeira e de Cotegipe; devendo o presente acto vigorar até que estejam concluidas todas as respectivas obras, e sejam officialmente recebidas pelo Governo Imperial, ficando para esse fim concedidos, a contar de 29 de Julho ultimo, data em que terminou o prazo fixado na terceira das referidas clausulas para conclusão dos quatro engenhos centraes, tres mezes para os da Cachoeira e Santo Amaro e seis para os de Santo Amaro e de Cotegipe.

Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 28 de Agosto de 1886, 65<sup>a</sup> da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio da Silva Prado.*



#### DECRETO N. 9632 — DE 28 DE AGOSTO DE 1886

Declara caduca a concessão feita, pelo Decreto n. 8288 de 29 de Outubro de 1881, à Companhia *Central Sugar Factories of Brasil, limited* da garantia de juros de 6 % ao anno sobre o capital de 1.400.000\$, para o estabelecimento de dous engenhos centraes destinados ao fabrico de assucar de canna, nos municípios de Jaboatão e Goyanna, na Provincia de Pernambuco.

Considerando que a Companhia *Central Sugar Factories of Brasil, limited*, concessionaria, pelo Decreto n. 8288 de 29 de Outubro de 1881, da garantia de juros de 6 % ao anno sobre o capital de 1.400.000\$, para o estabelecimento de dous engenhos centraes, destinados ao fabrico de assucar de canna, nos municípios de Jaboatão e de Goyanna, Provincia de Pernambuco, deixou de concluir as respectivas obras dentro do prazo de dous annos, marcado no Decreto n. 9248 de 19 de Julho de 1884: Hei por bem Declarar caduca a mesma concessão.

Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 28 de Agosto de 1886, 65<sup>a</sup> da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio da Silva Prado.*



## DECRETO N. 9633 — DE 28 DE AGOSTO DE 1886

Declara caducas as concessões feitas á Companhia *North Brazilian Sugar Factories, limited* para o estabelecimento de sete engenhos centraes no município do Ceará-Mirim, Provincia do Rio Grande do Norte, de Itambé, de Nazareth e de Iguarassú, Provincia de Pernambuco, da Penha, Provincia das Alagoás, de Japarutuba e de S. Christovão, Provincia de Sergipe; suspende a garantia de juros concedida para o estabelecimento dos tres engenhos centraes nos municípios do S. José de Mipibú, Provincia do Rio Grande do Norte, de S. Lourenço da Matta e de Pau d'Alho, Provincia de Pernambuco; determina o prazo dentro do qual, sob pena de caducidade, devem ficar completamente acabados e funcionar estes tres ultimos engenhos centraes.

Considerando que a Companhia *North Brazilian Sugar Factories, limited* não apresentou, dentro do prazo fixado na clausula 7ª, das que acompanharam o Decreto n. 8954 de 9 de Junho de 1883, os contratos de fornecimento de canhas relativos aos engenhos centraes a que se refere a 6ª das mencionadas clausulas;

Considerando que as obras dos tres engenhos centraes dos municípios de S. Lourenço da Matta e de Pau d'Alho, Provincia de Pernambuco, e de S. José de Mipibú, Provincia do Rio Grande do Norte, não foram concluidas no prazo marcado na clausula 2ª do referido decreto:

Hei por bem, nos termos da clausula 8ª, ainda do mesmo decreto, e dos arts. 25 e 26 do Regulamento de 24 de Dezembro de 1881:

1.º Declarar caducas as concessões relativas aos municípios do Ceará-Mirim, Provincia do Rio Grande do Norte, de Itambé, de Nazareth e de Iguarassú, Provincia de Pernambuco, da Penha, Provincia das Alagoás, de Japarutuba e de S. Christovão, Provincia de Sergipe;

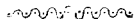
2.º Suspende a garantia de juros concedida para os tres citados engenhos de S. Lourenço da Matta, Pau d'Alho e S. José de Mipibú, até que todas as obras estejam concluidas e sejam officialmente accitas pelo Governo Imperial, não podendo a companhia, sob pretexto algum, reclamar pagamento de juros durante o tempo da suspensão;

3.º Determinar que a fabrica de S. Lourenço da Matta fique completamente acabada e funcione em 1 de Outubro, e as do S. José de Mipibú e de Pau d'Alho em 1 de Janeiro proximo vindouros, sob pena de caducidade.

Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 28 de Agosto de 1886, 65º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio da Silva Prado.*



## DECRETO N. 9634 — DE 28 DE AGOSTO DE 1886

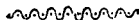
Concede á companhia que Julio Cesar de Berenguer Bittencourt Junior e Manoel Maria Bahiana organizarem para o estabelecimento de um engenho central, destinado ao fabrico do assucar de canna, no municipio de Santo Amaro, Provincia da Bahia, os favores mencionados nos §§ 2º, 3º e 5º do art. 6º do Regulamento approved pelo Decreto n. 8357 de 24 de Dezembro de 1881.

Attendendo ao que Me requereram Julio Cesar de Berenguer Bittencourt Junior e Manoel Maria Bahiana, Hei por bem Conceder á companhia que organizarem dentro do prazo de um anno, contado desta data, para o estabelecimento de um engenho central, destinado ao fabrico de assucar de canna, no municipio de Santo Amaro, Provincia da Bahia, os favores mencionados nos §§ 2º, 3º e 5º do art. 6º do Regulamento approved pelo Decreto n. 8357, de 24 de Dezembro de 1881, não tomando o Estado, directa nem indirectamente, qualquer responsabilidade de futura concessão de garantia ou fiança de juros, e ficando ao Governo Imperial reservado o direito de fazer para o mesmo municipio concessões identicas á do presente decreto.

Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 28 de Agosto de 1886, 65º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio da Silva Prado.*

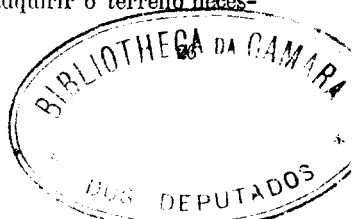


## DECRETO N. 9635 — DE 28 DE AGOSTO DE 1886

Autoriza a Companhia *Rio de Janeiro City Improvements* a construir uma casa de machinas na rua do Visconde de Itaúna.

Attendendo ás necessidades do serviço do 2º districto das obras a cargo da Companhia *Rio de Janeiro City Improvements*, Hei por bem Autorizar-a a construir a casa de machinas, cujo projecto apresentou o que se faz precisa na rua do Visconde de Itaúna; devendo a mesma companhia adquirir o terreno necessario para semelhante fim.

PODER EXECUTIVO 1886



Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 28 de Agosto de 1886, 65º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio da Silva Prado.*



DECRETO N. 9636 — DE 4 DE SETEMBRO DE 1886

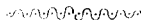
Concede à Companhia Leopoldina o prolongamento de seu ramal ferreo do Sumidouro e approva os respectivos estudos.

Attendendo ao que Me requereu a Companhia da estrada de ferro Leopoldina, Hei por bem Autorizar o prolongamento do ramal ferreo do Sumidouro, desde o logar denominado Fazenda Bella Joanna, onde tem hoje sua estação terminal, até ao arraial do Sumidouro, sob as mesmas condições estabelecidas nos Decretos ns. 7046 de 18 de Outubro de 1878 e 7460 de 6 de Setembro de 1879, referentes ao mesmo ramal; e bem assim Approvar os estudos apresentados para a construcção do mencionado prolongamento, de conformidade com as plantas que com este baixam, assignadas pelo Chefe da Directoria de Obras Publicas.

Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 4 de Setembro de 1886, 65º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio da Silva Prado.*



DECRETO N. 9637 — DE 4 DE SETEMBRO DE 1886

Autoriza o *London and Brazilian Bank, limited* a estabelecer uma caixa filial na cidade de Pelotas, Provincia do S. Pedro do Rio Grande do Sul.

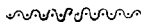
Attendendo ao que Me requereu Edward Hordman, gerente do *London and Brazilian Bank, limited*, e Tendo ouvido a Secção

de Fazenda do Conselho de Estado, Hei por bem, de conformidade com a Minha Imperial Resolução de 28 de Agosto do corrente anno, Conceder-lhe autorização para estabelecer uma caixa filial na cidade de Pelotas, Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, ficando a mesma caixa sujeita ás clausulas a que se refere o Decreto n. 8305 de 12 de Novembro de 1881.

Francisco Belisario Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 4 de Setembro de 1886, 65º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*F. Belisario Soares de Souza.*



#### DECRETO N. 9638 — DE 4 DE SETEMBRO DE 1886

Approva a reforma dos estatutos da Companhia engenho central Aracaty.

Attendendo ao que requereu a Companhia engenho central Aracaty, devidamente representada, e de conformidade com a Minha Immediata Resolução de 10 de Julho ultimo, tomada sobre parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, exarado em Consulta de 22 de Dezembro do anno proximo findo: Hei por bem Approvar a reforma de seus estatutos, mediante as alterações que com este baixam, assignadas por Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 4 de Setembro de 1886, 65º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio da Silva Prado.*

#### **Alterações a que se refere o Decreto n. 9638 desta data**

##### I

O art. 14 fica assim redigido :

No caso de vaga ou impedimento de qualquer director, os outros dous directores em exercicio designarão um accionista que o substitua até á primeira reunião da assembléa geral, a qual providenciará como entender conveniente.

## II

O segundo membro do art. 23 será substituído pelo seguinte:  
A assembléa geral, porém, poderá deliberar que a votação se effectue por acções.

## III

O art. 13 também será substituído pelo seguinte :  
Dos lucros líquidos se deduzirão 8 %, sendo 2 % para o fundo de reserva e 6 % para a directoria, a título de retribuição de seus serviços.

## IV

O art. 27 ficará assim redigido :  
O fundo de reserva constituir-se-ha com a percentagem da que trata o art. 13, e é destinado a fazer face às perdas do capital social ou a substituí-lo.

Palacio do Rio de Janeiro em 4 de Setembro de 1886. —  
*Antonio da Silva Prado.*

## Estatutos da Companhia engenho central Aracaty

### CAPITULO I

#### NOME, SÉDE, DURAÇÃO E FINS DA COMPANHIA

Art. 1.º A Companhia engenho central Aracaty, autorizada a funcionar por Decreto n. 8542 de 20 de Maio de 1882, reforma os seus estatutos de accôrdo com a Lei n. 3150 de 4 de Novembro de 1882 e Decreto n. 8821 de 30 de Dezembro do mesmo anno, do seguinte modo:

Art. 2.º A companhia terá a sua séde na cidade do Rio de Janeiro e o tempo da sua duração será de 30 annos.

Art. 3.º A companhia acha-se organizada para o fim de promover o desenvolvimento da cultura da canna de assucar, o fabrico deste e de aguardente nos municipios de Cataguazes e Leopoldina, Provincia de Minas Geraes, mediante o emprego dos processos eapparelhos mais aperfeçoados, nos termos do contrato celebrado a 26 de Maio de 1882 entre o Dr. Theophilo Domingos Alves Ribeiro e o Governo Imperial, que concedeu garantia de juros de 6 % ao anno sobre o capital de 300:000\$ effectivamente empregado na construcção do engenho e suas dependencias.

## CAPITULO II

## DO CAPITAL SOCIAL E DAS ACÇÕES

Art. 4.º O capital da companhia é de 300:000\$, representados por 1.500 acções de 200\$ cada uma, das quaes 1.400 com 80 % de entradas já realizadas, podendo esse capital ser elevado pela assembléa geral dos accionistas, com approvação do Governo Imperial.

Art. 5.º A directoria está autorizada a emittir titulos de prelação (*debentures*) do valor nominal de 200\$, de juro nunca excedente de 8 %, até á somma de 280:000\$000.

Estes titulos serão privilegiados e como taes terão preferencia sobre as rendas da companhia, cujos bens tambem servirão de garantia.

Art. 6.º A responsabilidade do accionista é limitada ao valor de suas acções.

Art. 7.º O capital será realizado por prestações nunca maiores de 10 % e com intervallo de 30 dias, pelo menos. Ao accionista impontual será concedida a môra de 30 dias, a contar do prazo fixado no edital publicado nos jornaes de maior circulação, para realizar o pagamento da chamada feita e accrescida dos juros, na razão de 10 % ao anno.

Art. 8.º No caso de falta de pagamento nos prazos concedidos, a directoria declarará em commisso as respectivas acções, que ficarão pertencendo á companhia, que poderá emittir-as novamente. O commisso, porém, é um direito da companhia e nunca uma faculdade outorgada ao accionista.

Art. 9.º As acções só poderão ser transferidas depois de realizado o pagamento da quinta parte de seu valor, e a transferencia se effectuará por termo lavrado no registro da companhia e assignado pelo cedente e cessionario ou por seus legitimos procuradores.

Art. 10. Tanto a acção como o titulo de prelação são indivisiveis com referencia á companhia. Quando um de taes titulos pertencer a diversas pessoas, a directoria suspenderá o exercicio dos direitos a elles inherentes, enquanto uma só pessoa não fôr designada como unica proprietaria.

## CAPITULO III

## DA DIRECTORIA

Art. 11. A companhia será administrada por uma directoria composta de tres membros, eleitos pela assembléa geral, podendo recahir a eleição em individuos que não sejam accionistas. Não

poderão, porém, entrar em exercício do cargo sem primeiramente caucionar a responsabilidade de sua gestão com 20 acções cada um dos eleitos, as quaes serão averbadas no registro competente e inalienáveis, enquanto não forem approvadas pela assembléa geral as contas annuaes ou findar o mandato, que será de dous annos.

Art. 12. Eleita a directoria, esta designará d'entre os seus membros um presidente, um secretario e um thesoureiro.

Art. 13. A directoria perceberá, a titulo de retribuição de seus serviços, 6 % da renda liquida, depois de deduzidos os gastos do custeio.

Art. 14. No caso de vaga ou impedimento de qualquer director, os outros dous directores em exercício poderão designar um accionista que o substitua. O substituto só poderá exercer o cargo pelo tempo que faltar para completar o prazo do mandato do substituido.

Art. 15. Compete ao presidente da directoria :

§ 1.º Executar e fazer executar as resoluções da mesma directoria, que poderá deliberar com a presença de dous de seus membros, cabendo ao director-presidente o voto de qualidade, nos casos de empate.

§ 2.º Representar a companhia em Juizo, activa e passivamente, com amplos poderes.

§ 3.º Convocar ordinaria e extraordinariamente a assembléa geral dos accionistas.

§ 4.º Organizar e apresentar á assembléa geral o relatorio e balanço annual encerrado em 30 de Junho.

Art. 16. Compete ao director-thesoureiro ter a seu cargo a caixa da companhia, dirigir a escripturação, effectuar pagamentos, promover a venda dos productos do engenho e receber todas as dividas activas, rendas e garantia de juros, a que a companhia tiver direito.

Art. 17. Compete ao director-secretario redigir as actas das sessões da directoria e fazer as vezes do presidente.

Art. 18. A directoria poderá nomear um gerente de sua confiança para dirigir os trabalhos da usina, executar as suas deliberações e cumprir suas ordens.

## CAPITULO IV

### DOS FISCAES

Art. 19. A eleição do conselho fiscal será feita annualmente pela assembléa geral ordinaria e compor-se-ha de tres membros, que poderão ser ou não accionistas. Este conselho dará parecer sobre a gestão dos negocios da companhia, tendo por base o balanço, inventario e contas da administração. (Art. 14 da Lei n. 3150 de 4 de Novembro de 1882.)



## CAPITULO V

## DA ASSEMBLÉA GERAL

Art. 20. A assembléa reunir-se-ha ordinariamente na séde da companhia no decurso do mez de Setembro de cada anno, e extraordinariamente, quando fór legal e devidamente convocada.

Art. 21. A assembléa geral julgar-se-ha constituida sempre que, por convite do presidente, reuna os accionistas que representem a quarta parte do capital social.

Na falta de numero sufficiente, será a assembléa convocada para outro dia, com a declaração expressa de que nesse dia considerar-se-ha a mesma constituida, qualquer que seja o numero de accionistas.

Paragrapho unico. No caso, porém, da reforma dos estatutos, augmento do capital e mais hypotheses do art. 6º da Lei n. 3150 de 4 de Novembro de 1882, a assembléa julgar-se-ha constituida, si forem representados pelo menos dous terços do capital social. Si nem na primeira, nem na segunda reunião comparecer o numero de accionistas exigido neste paragrapho, se convocará terceira, com a declaração de que a assembléa deliberará, qualquer que seja a somma do capital representado pelos presentes. Além de annuncios com 15 dias de antecedencia, a convocação neste caso se fará por carta.

Art. 22. A assembléa geral será presidida por um accionista, que será aclamado ou eleito por escrutinio, e servirá de secretario aquelle dos accionistas ou seu procurador que, por convite do presidente, fór chamado para esse fim.

Art. 23. A votação das questões sujeitas a deliberação far-se-ha *per capita*. Basta, porém, reclamação de um só accionista com direito de voto para determinar a votação por acções.

Art. 24. Cada grupo de cinco acções dá direito a um voto, contanto que estejam averbadas em nome do accionista, pelo menos 30 dias antes da reunião.

Paragrapho unico. O accionista ou seu procurador, qualquer que seja o numero de acções que possuir ou representar, não terá mais do que 25 votos.

Art. 25. As eleições serão por escrutinio secreto, e tanto para ellas como para as deliberações de qualquer natureza, serão aceitos votos por procuração, que em caso algum será conferida aos directores e fiscaes.

Art. 26. Os possuidores de 20 ou mais titulos de prolação (*debentures*) e os membros do conselho fiscal que não forem accionistas, poderão assistir às sessões da assembléa geral e discutir, sem voto deliberativo.

## CAPITULO VI

## DO FUNDO DE RESERVA E DIVIDENDOS

Art. 27. Dos lucros liquidos de cada semestre será deduzida uma somma equivalente a 2 % dos referidos lucros, para o fim de constituir o fundo de reserva, que é destinado para fazer face ás perdas do capital social ou para substituí-lo, podendo, porém, a assembléa geral dos accionistas applical-o ao pagamento de contingentes reclamações e responsabilidades da companhia, sendo o restante distribuido, em dividendos, pelos accionistas.

§ 1.º Todas as quantias levadas ao fundo de reserva, bem como todas as sommas pertencentes á companhia, que não sejam necessarias para uso immediato, deverão ser depositadas em um Banco acreditado ou ser empregadas pela directoria em apolices da divida publica, bilhetes do Thesouro Nacional ou em acções, ou *debentures* de estradas de ferro garantidas pelo Governo Geral ou pelos Governos Provincias.

§ 2.º Logo que o dividendo a distribuir ao accionista exceda de 9%, a companhia indemnizará o Estado de qualquer auxilio pecuniario que delle tenha recebido, com o juro correspondente ao da garantia, sobre a importancia do mesmo auxilio, nos termos do contrato de 26 de Maio de 1882 e do art. 19 § 8º do Decreto n. 8357 de 24 de Dezembro de 1881.

## CAPITULO VII

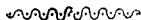
## DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 28. Os casos omissos nestes estatutos serão regulados pelas disposições da Lei n. 3150 de 1882 e Decreto n. 8821 de 30 de Dezembro do mesmo anno.

Art. 29. Faz parte destes estatutos o contrato firmado a 26 de Maio de 1882 entre o Governo Imperial e o Dr. Theophilo Domingos Alves Ribeiro.

Art. 30. A actual directoria, composta dos Drs. Carlos Martins Ferreira, João Paulo de Almeida Magalhães e Capitão Militão José de Souza Ameno, servirá gratuitamente pelo prazo de um anno, a findar em Setembro do proximo anno, e está autorizada por qualquer dos seus membros a requerer a approvação destes estatutos e aceitar as alterações que o Governo Imperial lhes fizer, ficando os estatutos anteriores revogados.

(Seguem-se as assignaturas, que estão reconhecidas pelo Tabelião publico Carlos Fortes Bustamante Sá.)



## DECRETO N. 9639 — DE 11 DE SETEMBRO DE 1886

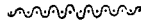
Proroga novamente a actual sessão da Assembléa Geral.

Hei por bem Prorogar novamente a actual sessão da Assembléa Geral até ao dia 25 do corrente mez.

O Barão de Mamoré, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 11 de Setembro de 1886, 65º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Barão de Mamoré.*



## DECRETO N. 9640 — DE 11 DE SETEMBRO DE 1886

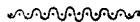
Suspende a garantia de juros de 6 % ao anno, sobre o capital de 1.200:000\$, de que é concessionaria a Companhia engenhos centraes das Provincias da Parahyba do Norte e Sergipe.

Considerando que a Companhia engenhos centraes das Provincias da Parahyba do Norte e Sergipe, concessionaria, pelos Decretos ns. 8407 de 11 de Fevereiro, 8451 de 11 de Março, e 8568 do 1º de Junho de 1882, de garantia de juros de 6 % ao anno sobre o capital de 1.200:000\$ para o estabelecimento de dous engenhos centraes, destinados ao fabrico de assucar de canna, no municipio das Larangeiras, Provincia de Sergipe, e no da capital da Provincia da Parahyba, não concluiu as obras dos mesmos engenhos centraes dentro do prazo exigido no respectivo contrato, Hei por bem, nos termos do § 1º do art. 26 do Regulamento de 24 de Dezembro de 1881, Suspende por oito mezes, a contar de 20 de Agosto ultimo, data fixada para a conclusão das obras, a garantia de juros concedida pelos mencionados decretos, devendo, no fim desses oito mezes, isto é, em 20 de Abril do anno proximo vindouro, estar concluidas as mesmas obras, sob pena de caducidade da concessão.

Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 11 de Setembro de 1886, 65º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio da Silva Prado.*



## DECRETO N. 9641 — DE 18 DE SETEMBRO DE 1886

Declara sem effeito o Decreto n. 7706 de 11 de Maio de 1880 que concedeu permissão a Custodio Francisco de Oliveira para explorar mineraes na Provincia do Paraná.

Não tendo Custodio Francisco de Oliveira cumprido as clausulas annexas ao Decreto n. 7706 de 11 de Maio de 1880, que concedeu-lhe permissão para explorar ouro e outros mineraes no municipio de S. José dos Pinhães, da Provincia do Paraná, Hei por bem Declarar de nenhum effeito o referido decreto.

Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 18 de Setembro de 1886, 65º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio da Silva Prado.*



## DECRETO N. 9642 — DE 18 DE SETEMBRO DE 1886

Declara sem effeito o Decreto n. 8683 de 23 de Setembro de 1882, que concedeu permissão a Antonio Fernandes Corrêa para explorar mineraes na Provincia do Paraná.

Não tendo Antonio Fernandes Corrêa cumprido as clausulas annexas ao Decreto n. 8683 de 23 de Setembro de 1882, que concedeu-lhe permissão para explorar ouro e outros mineraes no municipio de S. José dos Pinhães, da Provincia do Paraná, Hei por bem Declarar sem effeito o referido decreto.

Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 18 de Setembro de 1886, 65º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio da Silva Prado.*



## DECRETO N. 9643 — DE 22 DE SETEMBRO DE 1886

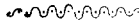
Proroga novamente a actual sessão da Assembléa Geral.

Hei por bem Prorogar novamente a actual sessão da Assembléa Geral até ao dia 5 de Outubro proximo vindouro.

O Barão de Mamoré, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 22 de Setembro de 1886, 65<sup>a</sup> da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Barão de Mamoré.*



## DECRETO N. 9644 — DE 25 DE SETEMBRO DE 1886

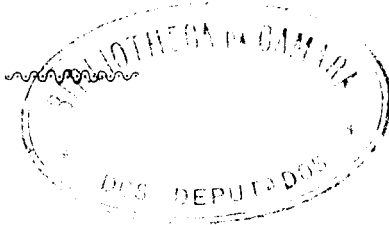
Declara sem effeito o Decreto n. 9075 de 7 de Dezembro de 1883 que concedeu autorização á Companhia de seguros da Prussia para funcionar no Imperio.

Attendendo ao que requerem a Companhia de seguros da Prussia, devidamente representada, Hei por bem Declarar sem effeito o Decreto n. 9075 de 7 de Dezembro de 1883 que concedeu-lhe autorização para funcionar no Imperio, com uma agencia em Pernambuco, visto ter provado que não effectuou nenhuma operação.

Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 25 de Setembro de 1886, 65<sup>a</sup> da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio da Silva Prado.*



## DECRETO N. 9645 — DE 25 DE SETEMBRO DE 1886

Concede autorização a Bernardino Rodrigues Barcellos para organizar uma companhia anonyma sob a denominação de — Seguranga Mutua.

Attendendo ao que requereu Bernardino Rodrigues Barcellos e de conformidade com o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, exarado em Consulta de 30 de Março do corrente anno, Hei por bem Conceder-lhe autorização para organizar uma companhia anonyma sob a denominação de — Seguranga Mutua —, mediante o projecto de estatutos que apresentou e as modificações que com este baixam, assignadas por Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 25 de Setembro de 1886, 65º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio da Silva Prado.*

**Modificações a que se refere o Decreto  
n. 9645 desta data**

I

No art. 1º accrescente-se no fim — e mediante autorização do Governo.

II

Substitua-se o art. 7º pelo seguinte :

O associado que, dentro do prazo do contrato, desistir de seu direito de segurado, continuará, não obstante, responsavel como segurador até findar o dito prazo, e não terá direito ao fundo de reserva e aos dividendos.

III

O art. 9º é substituido pelo seguinte :

Si por causa de rescisão do contrato, diminuições ou abatimento nos valores dos objectos segurados, resultar que o saldo a favor de algum ou alguns associados é superior á importancia a que no anno seguinte ficarem reduzidos os premios dos seguros, cabe aos mesmos associados direito ao embolso dessa differença, que lhes será paga no tempo e pela forma estabelecidos no art. 11.

## IV

O art. 10 fica assim redigido :

Da totalidade dos premios de seguros de cada anno deduzir-se-hão as commissões, porcentagens, importancia de sinistros e todas as demais despezas nelle feitas, o do saldo levar-se-hão 10 % ao fundo de reserva, e, deduzido o imposto sobre o dividendo do mesmo anno, distribuir-se-ha o restante pelos associados.

## V

Substitua-se o art. 19 pelo seguinte :

A companhia será administrada por uma directoria composta de tres membros eleitos em assembléa geral e por um gerente de nomeação da mesma assembléa.

O mandato dos directores será por tres annos, podendo ser reeleitos, e o do gerente pelo tempo que aprouver a assembléa geral.

O fundador da sociedade, Bernardino Rodrigues Barcellos, é desde já nomeado gerente.

Elimine-se o art. 34, alterando-se, portanto, a ordem numerica dos artigos seguintes.

Na segunda parte do art. 50, corrija-se o engano da citação do art. 46, 2ª parte, que devia ser art. 49, 2ª parte.

## VI

O art. 55 fica do seguinte modo :

Aberta a assembléa geral pelo presidente da directoria, ou por quem suas vezes fizer, proceder-se-ha à eleição do presidente da mesma assembléa, o qual designará os dous secretarios.

## VII

O art. 56 é concebido nestes termos :

As deliberações da assembléa geral serão tomadas por votação *per capita* : a que, porém, versar sobre a eleição dos directores e dos fisceas, ou quando tres ou mais associados o requerem, a votação se fará por escrutinio secreto, concorrendo os associados com o numero de votos que lhes couber, nos termos destes estatutos.

Palacio do Rio de Janeiro em 25 de Setembro de 1886.— *Antonio da Silva Prado.*

# Estatutos da Companhia — Segurança Mutua

## CAPITULO I

### DA DURAÇÃO, SÊDE, OBJECTO E DISSOLUÇÃO DA COMPANHIA

Art. 1.º A sociedade anonyma denominada *Companhia — Segurança Mutua* durará pelo prazo de 30 annos a contar do dia de sua installação. Este prazo poderá ser prorogado por deliberação da assemblêa geral dos associados, para esse fim expressamente convocada.

Art. 2.º Sua sêde é na cidade do Rio de Janeiro, e as suas operações abrangem esta cidade e a de Nietheroy.

Art. 3.º O objecto essencial da companhia é a garantia mutua entre os seus associados de quaesquer damnos e riscos provenientes de fogo e raio nas propriedades que nella estiverem seguras; devendo, porém, abster-se de tomar a responsabilidade do seguro sobre theatros, casas de espectaculos, alfandegas, consulados, depositos ou fabricas de materias inflammaveis, assim como suas pertencas e dependencias.

Art. 4.º Entende-se por propriedades: mercadorias, predios urbanos e suburbanos e os moveis nelles existentes.

Art. 5.º O valor maximo do seguro de mercadorias e moveis em caso algum excederá a 40:000\$000.

Art. 6.º É ao mesmo tempo segurador e segurado a pessoa ou corporação que segurar nesta companhia; sua responsabilidade, porém, é limitada ao valor dado nos objectos seguros.

Art. 7.º O associado que não continuar a segurar as suas propriedades na companhia desistirá por este facto da sua qualidade de segurado e do direito ao fundo de reserva e a dividendos; mas, ficará responsavel na qualidade do segurador até que finde o anno a que estiver obrigado.

Art. 8.º Dissolver-se-ha a companhia quando se verificar qualquer dos casos mencionados nos arts. 77, 79 e 80 do Regulamento de 30 de Dezembro de 1882. Poderá igualmente dissolver-se, si a assemblêa geral assim o resolver, ainda que não tenha occorrido nenhum dos referidos casos.

## CAPITULO II

### DOS RETORNOS E DIVIDENDOS

Art. 9.º Si o valor a que no anno seguinte ficarem reduzidos os premios de seguros for inferior ao que provier de rescisão, diminuição e abutimento dos contratos dos seguros ou valor dos objectos segurados, o associado ou associados têm direito ao retorno da differença que resultar em seu favor.



Art. 10. Distribuir-se-ha todos os annos proporcionalmente aos associados, como dividendo, o saldo liquido que resultar da totalidade dos premios de seguros do mesmo anno, depois de deduzidas as importancias de sinistros, porcentagens, commissão e mais despesas da companhia, e bem assim a quota para o fundo de reserva e o imposto sobre o dividendo.

Art. 11. Em todos os annos do mez de Maio em diante, pagar-se-hão os dividendos aos que no anno anterior tiverem cessado os seus seguros e estiverem quites com a sociedade, e igualmente se farão os pagamentos dos retornos provenientes das diminuições dos objectos seguros, ou dos abatimentos dos valores ou de riscos da apolice que, no anno anterior, tiverem occorrido.

Art. 12. Os associados que, em virtude da retirada de seus seguros, tiverem, por declaração propria ou pela rescisão julgada pela directoria, deixado de fazer parte da companhia, os dividendos, quando não forem procurados até dous annos depois da respectiva liquidação, reverterão em favor do fundo de reserva.

Art. 13. No mez de Abril de cada anno a directoria annunciará de quantos por cento foi o dividendo do anno anterior sobre o total dos premios de seguros, convidando os associados a virem satisfazer no escriptorio da companhia, em todos os dias uteis do mesmo mez, as importancias de suas contribuições pela continuação de seus seguros no anno corrente.

Art. 14. O associado que no dito mez de Abril deixar de pagar a sua contribuição perderá, do dia 31 de Dezembro desse anno em diante, a sua qualidade de segurador, e desde logo a de segurado, sem direito a reclamar da companhia indemnização alguma, no caso de que depois das 5 horas da tarde do dia 30 de Abril acontecer algum sinistro nos objectos ou predios que tiver segurado.

### CAPITULO III

#### DO FUNDO DE RESERVA

Art. 15. Crear-se-ha um fundo de reserva destinado a occorrer ao pagamento dos prejuizos provenientes de sinistros, si os premios dos seguros do respectivo anno não forem para isso sufficientes.

Art. 16. O fundo de reserva será de duzentos contos de réis (200.000\$), e formar-se-ha: 1º, de 10 % (dez por cento), pelo menos, do saldo que ficar depois de deduzidos os prejuizos de sinistros e todas as despesas da companhia; 2º, dos retornos dos dividendos não procurados ou reclamados no prazo fixado no art. 12; 3º, das fracções ou saldos indivisiveis dos dividendos; 4º, dos juros dos titulos em que estiver empregado o mesmo fundo.

Art. 17. Quando o valor marcado para fundo de reserva se achar preenchido ou restabelecido no caso do ter sido desfalcado por prejuizos, as quantias destinadas a formal-o passarão a fazer parte dos dividendos, salvo si a assemblea geral dos associados deliberar a creação de um fundo de reserva addicional, o qual, em todo o caso, não poderá exceder à metade do valor daquelle fundo.

Art. 18. O fundo de reserva será convertido em apolices da divida publica geral, em bilhetes do Thesouro, e ainda em apolices provinciaes e letras de estabelecimento de credito que tiverem garantia do Estado.

## CAPITULO IV

### DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 19. A companhia será administrada por uma directoria composta de tres membros eleitos em assemblea geral, por um gerente que é o fundador da sociedade — Bernardino Rodrigues Barcellos —, cujas funções terão a mesma duração da companhia, salva a disposição do art. 34.

Art. 20. Os directores eleitos escolherão dentro si o presidente e secretario.

Art. 21. Far-se-ha a eleição por escrutinio secreto e maioria absoluta de votos.

1.º Si no primeiro escrutinio não houver maioria absoluta, proceder-se-ha a segundo entre os nomes mais votados em numero duplo dos logares a preencher ;

2.º No segundo escrutinio bastará para a eleição a maioria relativa dos votos presentes, e no caso de empate decidirá a sorte ;

3.º O mandato durará tres annos a contar da data da eleição ;

4.º É permittida a reeleição.

Art. 22. Serão declarados nulos os votos que recahirem em pessoas prohibidas de commerciar.

Art. 23. Não podem conjunctamente exercer o cargo de directores, sogro, genro, cunhados durante o cunhadio, parente por consanguinidade até o 2º grau e socios solidarios da mesma firma, devendo neste caso declarar-se nulla a eleição do menos votado, procedendo-se em acto continuo à nova eleição.

Art. 24. Antes de entrar em exercicio, cada director é obrigado a ter pelo menos o valor de 25:000\$ de seguro na companhia em predios livres e desembaraçados de qualquer onus, os quaes serão inalienaveis até à cessação do exercicio do cargo e approvação das respectivas contas. Esta quantia poderá ser substebelecida pela caução de apolices em igual valor e mesmas condições.

Art. 25. No caso de impedimento de algum director, por mais de 60 dias, os outros directores e o conselho fiscal nomearão um

associado para substituí-lo em quanto durar o impedimento; mas, si o impedimento se prolongar por mais de tres mezes, considerar-se-ha logar vago, continuando o substituto com os direitos e vencimentos que ao director competiam, até á primeira reunião da assembléa geral, a qual, por eleição, preencherá definitivamente o logar.

Art. 26. A directoria reunir-se-ha em sessão uma vez pelo menos em semana, e extraordinariamente sempre que o serviço da companhia o exigir.

Art. 27. São consideradas legaes as resoluções tomadas por dous directores presentes, quando o terceiro, tendo conhecimento da reunião e não se achando impedido ou ausente, deixar de comparecer.

Art. 28. As resoluções constarão de acta lavrada em livro para tal fim destinado, e dous votos concordes constituirão a validade da resolução da directoria.

Art. 29. O director que tiver interesse opposto ao da companhia em qualquer negocio a resolver não poderá tomar parte na respectiva resolução, sendo obrigado a avisar aos outros directores, do que se fará declaração na acta. A falta de aviso importa a nullidade da resolução, e, além da pena criminal em que incorrer, o director fica responsavel por perdas e damnos á companhia.

Art. 30. A administração é revestida de poderes necessarios para praticar os actos da gestão, e para representar a companhia em Juizo em todas as questões e negocios que a ella interessarem, podendo constituir advogados e procuradores que a representem em Juizo e fóra d'elle.

Art. 31. Além dos poderes e obrigação inherentes ao mandato, e dos que derivarem das resoluções da assembléa geral, incumbem á directoria transigir, celebrar, contratar e tomar qualquer deliberação necessaria ao bom andamento da companhia dentro dos limites dos fins a que ella é destinada, os quaes não podem ser alterados ou invertida a sua natureza; e bem assim organizar os regulamentos internos que julgar necessarios, e nelles dispôr e ordenar todos os serviços da companhia e obrigações de seus empregados, para o que fica investida de poderes amplos, geraes e especiaes.

Art. 32. Pelo seu trabalho cada director perceberá o honorario de quatro contos e quinhentos mil réis (4:500\$) e mais a percentagem de 2 % dos lucros liquidos da companhia, não excedendo esta percentagem a dous contos de réis (2:000\$) por anno.

Art. 33. O gerente terá o vencimento de seis contos de réis (6:000\$) além de 3 % da renda liquida da companhia, não excedendo esta percentagem a quatro contos de réis (4:000\$) por anno.

Art. 34. O gerente só poderá ser exonerado pela assembléa geral no caso de fraude ou malversação julgada por sentença.

## CAPITULO V

## DA FISCALISAÇÃO

Art. 35. Será eleito annualmente na sessão ordinaria da assembléa geral um conselho fiscal composto de tres membros effectivos e tres supplentes que servirá durante o anno que seguir-se até á outra reunião ordinaria da assembléa geral.

Art. 36. As funcções do conselho serão exercidas pelos tres fiscaes eleitos, e nas suas vagas ou impedimentos servirão os supplentes.

Art. 37. Nas eleições dos fiscaes e supplentes serão observadas as disposições do art. 19 §§ 1.º, 2.º, 3.º e 4.º

Art. 38. Ao conselho fiscal assiste o direito de :

§ 1.º Convocar a assembléa geral quando os directores não o fizerem no prazo legal, e extraordinariamente quando occorrerem motivos graves e urgentes, ou quando o seja requerido por sete ou mais associados representando pelo menos um quinto da totalidade dos valores segurados, e a directoria se recuse a fazer a convocação.

§ 2.º Examinar os livros, verificar o estado da caixa, a collocção do fundo ou fundos da companhia, e exigir da directoria e gerencia todas as informações de que carecer sobre os negocios da companhia relativos ao anno decorrido.

Art. 39. Compete aos fiscaes :

§ 1.º Dar parecer sobre os negocios e operações sociaes do anno de seu exercicio e sobre o relatorio e contas que a directoria deve entregar-lhe até ao mez de Abril, o mais tardar.

§ 2.º Denunciar os erros, faltas e fraudes que descobrirem, expôr a situação da companhia, e suggerir as medidas e alvitres que julgarem de conveniencia para a mesma.

Art. 40. Os fiscaes assistirão com voto consultivo ás reuniões da directoria, quando esta para isso os convidar, ou quando o julgarem de necessidade a bem dos interesses sociaes.

Art. 41. O parecer do conselho fiscal será entregue á directoria, com tempo de ser publicado, trinta dias antes da reunião da assembléa geral ordinaria.

Art. 42. Sem a apresentação do parecer dos fiscaes será nulla a deliberação da assembléa geral para approvação das contas do anno social.

Art. 43. É regulada pela lei do mandato a responsabilidade dos fiscaes para com a companhia.

## CAPITULO VI

## DA ASSEMBLÉA GERAL

Art. 44. Constitue a assembléa geral a reunião dos associados por si, seus procuradores ou representantes que tiverem seguros feitos pelo menos sessenta dias antes da reunião, e estiverem quites com a companhia.

Art. 45. Os associados poderão fazer-se representar por outro associado com poderes especiaes para tal fim, contando que estes não sejam directores ou fiscaes em exercicio, e que as respectivas procurações tenham sido apresentadas no escriptorio da companhia com quinze dias, pelo menos, de antecedencia.

Para a eleição de directores e fiscaes não se admittem votos por procuração.

Art. 46. As mulheres casadas podem fazer-se representar por seus maridos, os pupillos e curatellados por seus tutores ou curadores, a firma social por um de seus socios e as corporações por seus prepostos.

Art. 47. O associado que tiver seguro de cinco a 10:000\$, terá um voto; de dez a 20:000\$, dous votos; de vinte a 30:000\$, tres votos, e assim progressivamente cada 10:000\$ dá direito a um voto, até dez, maximo que poderá ter cada associado, qualquer que seja o valor que represente em seu ou alheio nome.

Art. 48. As convocações da assembléa geral serão motivadas, e far-se-hão por annuncios nas folhas de maior circulação, duas vezes pelo menos, quinze dias antes, e no dia da reunião, o nelles se indicará o dia, hora e lugar.

Art. 49. Considerar-se-ha constituida a assembléa geral quando no dia, hora e lugar designados nos annuncios de convocação estiver presente um numero de associados que represente, pelo menos, a quarta parte da totalidade dos valores segurados.

Quando, porém, se tiver de deliberar sobre modificação e alteração dos estatutos, dissolução e liquidação da companhia, exige-se a presença de associados que no minimo representem dous terços da importancia dos seguros.

Art. 50. Não comparecendo numero legal na primeira reunião, uma nova será convocada por annuncios, para oito dias depois, e nessa se deliberará com qualquer numero de associados presentes.

Para os fins, porém, de que trata o art. 46, 2ª parte, far-se-ha ainda uma terceira convocação por annuncios e por cartas aos associados moradores na cidade do Rio de Janeiro e de Nietheroy, o que tiverem residencia conhecida, com a declaração de que nesta reunião a assembléa deliberará qualquer que seja o valor representado pelos presentes.

Art. 51. A assembléa geral ordinaria se reunirá em Maio ou Junho de cada anno, e extraordinariamente quando a administração ou o conselho fiscal o julgarem conveniente, ou o requeiram sete ou mais associados representando, pelo menos, o quinto da importancia dos seguros; podendo os mesmos reclamantes fazer a convocação quando a directoria e o conselho fiscal a isso se recusarem.

Art. 52. No caso em que a lei ou os estatutos determinam a reunião da assembléa geral, é permittido a qualquer associado, si a reunião fór retardada por mais de dous mezes, requerer ao Juiz competente autorização para fazel-o.

Nos annuncios para a convocação se declarará qual o Juiz que autorizou e a data do despacho.

Art. 53. A reunião da assembléa geral ordinaria terá por fim especial a leitura do parecer dos fiscaes, exame, discussão e deliberação do inventario, balanço e contas annuaes da administração.

Si para deliberar sobre qualquer dos assumptos mencionados carecer a assembléa de novos esclarecimentos, poderá adiar a sessão e ordenar os exames e investigações que forem necessarios.

Art. 54 Nas reuniões extraordinarias só se tratará do objecto que tiver motivado a convocação.

Art. 55. Aberta a assembléa geral pelo presidente da directoria ou director que o substituir, será nomeado, sob proposta deste, um associado para presidente da assembléa geral, o qual escolherá os dous secretarios.

Art. 56. A' excepção da eleição de directores e fiscaes, as deliberações serão tomadas por maioria de votos; e poderão ser rectificadas por escrutinio secreto em que cada associado concorrerá com o numero de votos que lhe competir, sempre que tres ou mais associados o requererem.

A votação nominal só terá logar por deliberação da assembléa geral.

Art. 57. Não poderão votar: os administradores para approvarem os seus balanços e contas, os fiscaes os seus pareceres, e qualquer associado, em negocio em que fôr interessado.

Art. 58. As deliberações da assembléa geral obrigam a todos os associados, ainda os ausentes e dissidentes, uma vez que não tenha havido violação da lei e dos estatutos.

Art. 59. A assembléa geral tem poder para resolver todos os negocios, tomar quaesquer decisões e deliberar, approvar e rectificar todos os actos que á companhia interessarem.

## CAPITULO VII

### DA LIQUIDAÇÃO

Art. 60. A liquidação se fará na conformidade das disposições do Decreto n. 8821 de 30 de Dezembro de 1882, arts. 77 e seguinte.

Art. 61. Os bens serão repartidos pelos associados que fizerem parte da companhia, tendo tido as suas propriedades nella seguras por mais de cinco annos consecutivos até á data da dissolução e liquidação, fazendo-se a partilha na proporção dos valores dos seguros.

## CAPITULO VIII

### DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 62. As apolices dos seguros e todos os documentos de responsabilidade da companhia, só serão válidos quando assignados por um director, pelo menos, e pelo gerente.

Art. 63. Das apolices deverão constar todas as condições que forem estabelecidas no contrato de seguro.

Art. 64. Quando se der o caso extraordinario de ser insufficiente o premio annual e o fundo de reserva para o pagamento de qualquer sinistro, ou sinistros, far-se-ha o rateio do que faltar pela proporção do valor do seguro de cada um associado, e aquelle que até quinze dias depois de avisado não pagar a sua quota incorrerá em uma multa para o fundo de reserva, igual à quota, e tanto por esta como por aquella será demandado, correndo as despesas do pleito por sua conta.

Art. 65. A directoria abrirá conta corrente em um Banco para recolher a elle as quantias que receber, não conservando em caixa saldo superior a dous contos de réis.

Art. 66. Na reunião da assembléa geral da installação da companhia far-se-ha a eleição da directoria.



#### DECRETO N. 9646 — DE 25 DE SETEMBRO DE 1886

Proroga por mais seis mezes o prazo do Decreto n. 9435 de 6 de Junho de 1885 para a immersão do cabo submarino que a *D. Pedro II American Telegraph and Cable Company* é obrigada a estabelecer entre o Brazil e os Estados-Unidos.

Attendendo ao que Me requereu a *D. Pedro II American Telegraph and Cable Company*, Hei por bem Prorogar por mais seis mezes o prazo a que se refere o Decreto n. 9435 de 6 de Junho de 1885, para a immersão do cabo telegraphico submarino, a que allude a clausula 4<sup>a</sup> da concessão feita pelo Decreto n. 8992 de 18 de Agosto de 1883, transferidas áquella companhia, em virtude do Decreto n. 9084 de 15 de Dezembro de 1883.

Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 25 de Setembro de 1886, 65<sup>o</sup> da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio da Silva Prado.*



#### DECRETO N. 9647 — DE 2 DE OUTUBRO DE 1886

Determina que se executem com diversas alterações as disposições em vigor relativas aos exames geraes de preparatorios.

Hei por bem que as disposições em vigor relativas aos exames geraes de preparatorios que se fazem na Côte e nas dif-

ferentes Provincias, inclusive aquellas onde ha Faculdades, se executem com as seguintes alterações :

Art. 1.º Os exames geraes de preparatorios no municipio da Corte serão feitos no edificio do externato do Imperial Collegio de Pedro II, começando no primeiro dia util do mez de Novembro, e terminando quando se esgotar a lista dos candidatos inscriptos.

§ 1.º As commissões julgadoras, as quaes funcionarão diariamente, em numero de duas, se comporão dos professores que leccionarem no Imperial Collegio a materia sobre que versar o exame, na qualidade de examinadores, sob a presidencia dos Reitores, como delegados do Inspector Geral da Instrução primaria e secundaria.

Nos casos de falta ou impedimento serão substituidos os Reitores pelos Vice-Reitores, e os professores cathedricos pelos respectivos substitutos ou pelos professores ou substitutos que o Inspector Geral designar.

§ 2.º O Inspector Geral, sempre que puder, fiscalisará o processo dos exames.

§ 3.º No dito processo se observará o que se acha determinado em relação aos exames finaes do Imperial Collegio de Pedro II com as alterações constantes dos §§ 4º e 5.º

§ 4.º As provas escriptas das linguas vivas consistirão em uma composição livre sobre assumpto que a sorte designar d'entre os pontos organizados diariamente pela commissão ; e a de latim, na traducção prescripta para a prova oral dos alumnos do referido Collegio.

§ 5.º No julgamento dos exames se observarão as seguintes regras :

1.ª Os membros da commissão julgadora darão juizo sobre a prova escripta, declarando cada um delles si a considera optima, boa, soffrivel ou má, e rubricarão o parecer.

2.ª O examinando, cuja prova escripta for considerada má, não será admittido à prova oral.

3.ª No corpo da prova escripta cada membro da commissão lançará, firmando com a assignatura, o seu parecer acerca da prova oral do examinado, conforme a considerar optima, boa, soffrivel ou má.

4.ª Não se considerará habilitado o estudante que não obtiver a maioria de votos favoraveis.

Sendo o estudante julgado habilitado, proceder-se-ha a segunda votação para determinar o grau da approvação, que será simples, no caso de haver maioria de votos favoraveis ; e plena, no de unanimidade de votos tambem favoraveis.

Considerar-se-ha approvado com distincção o estudante que, além da unanimidade de votos favoraveis, reunir a totalidade de notas optimas em ambas as provas.

§ 6.º Nos exames que se fizerem em virtude da inscripção que se abrir no corrente anno, se observará o programma de 8 de Janeiro ultimo.

§ 7.º A inscripção será requerida do 1º a 31 de Outubro pe-



rante a Inspectoria Geral da Instrução primaria e secundaria, pela qual continuará a correr não só todo o serviço attinente a essa formalidade, mas também os que se referem á chamada dos inscriptos, á publicação do resultado dos exames, ás certidões e á guarda das provas escriptas.

Pela secretaria do externato, no mesmo dia em que se proceder aos exames, serão feitas á Inspectoria Geral as communicções que forem necessarias e a remessa dos termos dos ditos exames e das provas escriptas.

Art. 2.º Si, por motivo de molestia, devidamente comprovado com attestado medico, deixar o estudante de prestar exame no dia em que fór chamado, será admittido a fazel-o depois de esgotada a lista dos inscriptos. No caso de faltar segunda vez perderá o direito ao exame.

Art. 3.º O exame de portuguez precederá a qualquer outro, e na admissão aos de sciencias se observará, quanto á ordem das materias, o plano de estudos do Imperial Collegio de Pedro II, na conformidade do que se determinar sobre proposta do Inspector Geral da Instrução primaria e secundaria, ouvido o conselho director.

Art. 4.º Os exames a que se procede nas differentes Provincias começarão igualmente no primeiro dia util do mez de Novembro, e nelles se adoptarão, em tudo quanto lhes fór applicavel as demais disposições relativas aos exames que se fazem na Corte.

§ 1.º As nomeações, tanto dos presidentes das commissões julgadoras, como dos examinadores, serão feitas pelos Presidentes das Provincias, de accôrdo com os delegados especiaes do Inspector Geral da Instrução primaria e secundaria.

§ 2.º Nas Provincias onde houver lyceus provinciaes, inclusive a da Bahia, os Presidentes não autorizarão exames de disciplinas que não sejam leccionadas nesses estabelecimentos, e providenciarão de modo que nelles e effectuem os exames, preferindo o respectivo pessoal docente para a constituição das commissões julgadoras.

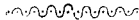
§ 3.º Nas Provincias de S. Paulo e de Pernambuco os exames poderão começar depois de findos os do curso superior, no caso de não ser possível que se realizem no mez de Novembro.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrario.

O Barão de Mamoré, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 2 de Outubro de 1886, 65º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Barão de Mamoré.*



## DECRETO N. 9648 — DE 2 DE OUTUBRO DE 1886

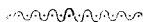
Proroga novamente a actual sessão da Assembléa Geral.

Hei por bem Prorogar novamente a actual sessão da Assembléa Geral até ao dia 12 do corrente mez.

O Barão de Mamoré, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 2 de Outubro de 1886, 65º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Barão de Mamoré.*



## DECRETO N. 9649 — DE 2 DE OUTUBRO DE 1886

Concede permissão a Antonio Joaquim Malheiros para colher herva-matte na  
Provincia de Mato Grosso.

Attendendo ao que requereu Antonio Joaquim Malheiros, Hei por bem Conceder-lhe permissão para colher herva-matte nos terrenos devolutos da margem direita do rio Iguatemy, comprehendidos desde as cabeceiras até sua confluencia no rio Paraná e o rincão da Base na Serra de Maracajú, da Provincia de Mato Grosso, mediante as clausulas que com este baixam assignadas por Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 2 de Outubro de 1886, 65º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio da Silva Prado.*

**Clausulas a que se refere o Decreto  
n. 9649 desta data**

**1**

E' concedida a Antonio Joaquim Malheiros permissão, por espaço de cinco annos, para colher herva-matte nos terrenos

devolutos da margem direita do rio Iguatemy, comprehendidos desde as cabeceiras até a sua confluencia no rio Paraná e o rincão da Base na Serra de Maracajú, da Provincia de Mato Grosso.

## II

O concessionario só poderá utilizar-se dos terrenos devolutos comprehendidos na área determinada pela clausula anterior para o fim de colher a herva-matte, não podendo derrubar as matas, nem cortar madeiras, a não ser para a construcção de casas para si e seus trabalhadores e construcção de pontes e pontilhões dentro da zona concedida.

## III

Apresentará annualmente ao Governo um relatorio do desenvolvimento que tiver dado á sua industria, da quantidade de herva-matte preparada, do numero de braços empregados do processo da fabricacão e dos logares em que effectuou a colheita, não podendo repetir esta no mesmo herval senão com intervallo de dous annos, declarando os logares onde no anno seguinte tiver de effectuar a colheita e só podendo empregar trabalhadores livres.

## IV

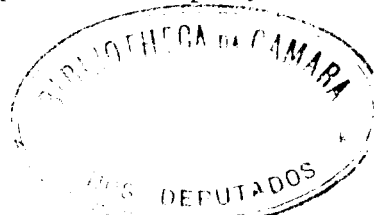
O concessionario será obrigado a remetter para o Museu Nacional, convenientemente acondicionados, todos os specimens vegetaes, animaes e mineraes, fósseis ou não; e bem assim os artefactos indigenas antigos ou modernos, esqueletos, ossos dispersos e quaesquer outros objectos pertencentes á raça aborigene que encontrar e lhe parecerem uteis á sciencia, procedendo em tudo de accôrdo com o Director daquella Repartição.

## V

O concessionario não poderá directa ou indirectamente impedir a colheita da herva-matte aos moradores do territorio, de que trata a presente concessão, que viverem de semelhante industria e della tirarem os indispensaveis meios de subsistencia.

## VI

O concessionario só poderá exportar herva-matte pelas estações fiscaes onde se cobram os direitos provinciaes de exportação sobre este producto.



## VII

O concessionario fica sujeito á multa de 500\$ a 1:000\$ pela infracção de qualquer das clausulas desta concessão, pagando o dobro na reincidencia; e si reincidir pela terceira vez na mesma pena, o Governo poderá cassar esta concessão, assim como por motivo de ordem publica, não tendo o concessionario direito a indemnização alguma por qualquer titulo que seja, ficando-lhe entretanto o direito de retirar, no prazo de um anno, contado da data da revogação, a herva-matte que tiver preparado.

Palacio do Rio de Janeiro em 2 de Outubro de 1886. — *Antonio da Silva Prado.*



## DECRETO N. 9650 — DE 2 DE OUTUBRO DE 1886

Concede permissão a Charles Albert Tisnès para explorar ouro e outros mineraes na Provincia do Paraná.

Attendendo ao que requereu Charles Albert Tisnès, Hei por bem Conceder-lhe permissão para explorar ouro e outros mineraes no municipio de S. José dos Pinhaes, da Provincia do Paraná, mediante as clausulas que com este baixam assignadas por Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 2 de Outubro de 1886, 65º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio da Silva Prado.*

**Clausulas a que se refere o Decreto  
n. 9650 desta data**

## I

Fica concedido a Charles Albert Tisnès o prazo de dous annos, contados desta data, para, sem prejuizo dos direitos de terceiro, proceder á exploração e pesquisas para descobrimento de minas de ouro e outros mineraes no municipio de S. José dos Pinhaes, da Provincia do Paraná.

Dentro deste prazo o concessionario deverá apresentar na Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas plantas geologica e topographica dos terrenos explorados, com perils que demonstrem, tanto quanto fôr possível e o permittirem os trabalhos executados, a superposição das camadas mineraes e remetterá, com as mesmas plantas, amostras dos mineraes encontrados e relatorio minucioso da localidade em que a mina estiver situada, declarando qual a possança e riqueza desta ; qual sua extensão e sua direcção ; a distancia entre ella e os logares mais proximos e os meios de communicação existentes ; área necessaria para a mineração e, finalmente, os meios mais apropriados para o transporte dos productos das minas.

## II

Os trabalhos de pesquisa ou exploração para descobrimento de minas poderão ser feitos por qualquer dos modos recommendados pela sciencia.

## III

O concessionario fica obrigado a indemnizar os damnos e prejuizos que de seus trabalhos de exploração possam provir as propriedades adjacentes ; a restabelecer á sua custa o curso natural das aguas que desviar por causa dos mesmos trabalhos, e a dar conveniente direcção ás que brotarem das cavas, poços ou galerias que fizer, quando desses serviços resultar damno aos mesmos proprietarios de terrenos adjacentes.

Si o desvio dessas aguas exigir trabalhos em propriedade alheia, o concessionario solicitará previo consentimento do proprietario, usando dos meios em direito permittidos.

## IV

O concessionario fica obrigado a deseccar os terrenos alagados em virtude dos trabalhos da exploração, de modo que não possa ser prejudicada a saude dos moradores da circumvizinhança.

Palacio do Rio de Janeiro em 2 de Outubro de 1886. — *Antonio da Silva Prado.*



## DECRETO N. 9651 — DE 2 DE OUTUBRO DE 1886

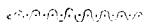
Proroga os prazos a que se referem as clausulas 18<sup>a</sup> e 21<sup>a</sup> das que baixaram com o Decreto n. 9509 de 17 de Outubro de 1885.

Attendendo ao que requereu Jorge Mirandola Filho, a quem, por Decreto n. 9509 de 17 de Outubro de 1885, se concederam, ou à empreza que fôr por elle organizada, os favores da lei, relativamente aos edificios que construir, na cidade do Rio de Janeiro e seus arrabaldes, para habitação de operarios e classes pobres: Hei por bem Prorogar por dous mezes, contados desta data, os prazos estabelecidos nas clausulas 18<sup>a</sup> e 21<sup>a</sup> das que baixaram com o citado decreto para o começo das construcções e incorporação da companhia que pretende organizar.

O Barão de Mamoré, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 2 de Outubro de 1886, 65<sup>o</sup> da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Barão de Mamoré.*



## DECRETO N. 9652 — DE 2 DE OUTUBRO DE 1886

Renova e amplia a concessão feita a José Bernardo Teixeira para minerar na Provincia do Ceará.

Attendendo ao que requereu José Bernardo Teixeira, que obteve concessão por Decreto n. 3779 de 12 de Janeiro de 1867, para lavrar minas de ouro, chumbo, soda e outros mineraes na comarca do Ipu, da Provincia do Ceará, Hei por bem Renovar a mesma concessão e amplial-a à comarca do Tamboril da referida Provincia: ficando prorogado por um anno, a contar da presente data, o prazo estabelecido na clausula 2<sup>a</sup> das que baixaram com o citado decreto.

Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 2 de Outubro de 1886, 65<sup>o</sup> da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio da Silva Prado.*



## DECRETO N. 9653 — DE 2 DE OUTUBRO DE 1886

Concede permissão a Zeferino de Lemos para explorar coraes e perolas no littoral do Imperio.

Attendendo ao que requereu Zeferino de Lemos, e de conformidade com a Imperial Resolução de 24 de Julho de 1880, tomada sobre parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, exarado em Consulta de 3 de Maio do mesmo anno, Hei por bem Conceder-lhe permissão para explorar coraes e perolas no littoral do Imperio, na zona comprehendida entre a Ilha da Madeira, Itacorossã e Mangaratiba, margens e mares que as cercam, mediante as clausulas que com este baixam assignadas por Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 2 de Outubro de 1886, 65º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio da Silva Prado.*

**Clausulas a que se refere o Decreto  
n. 9653 desta data**

I

Fica concedido a Zeferino de Lemos o prazo de um anno, contado desta data, para, sem prejuizo dos direitos de terceiro, explorar coraes e perolas no littoral do Imperio, na zona comprehendida entre a Ilha da Madeira, Itacorossã e Mangaratiba, margens e mares que as cercam, na Provincia do Rio de Janeiro.

II

Dentro deste prazo fica o concessionario obrigado a apresentar o resultado dos estudos que fizer, com todos os seus pormenores, para reconhecer a existencia de taes preciosidades.

III

Verificada por esses estudos a existencia de taes productos animaes, o concessionario terá a preferencia para seu aproveitamento pelo prazo de 10 annos que então será fixado, bein como as condições com as quaes o Governo o concederá.

## IV

Caducará esta concessão si no prazo fixado na clausula 1.<sup>a</sup> o concessionario não apresentar os estudos que fizer, para verificar a existencia dos mencionados productos e os logares em que se acham.

Si em qualquer época, dentro do prazo que fôr concedido para a concessão definitiva, se reconhecer que o concessionario foi propositalmente diminuto em as informações que tem de prestar, quer quanto à possança das jazidas do coral e das perolas, quer quanto aos pontos em que se acharem, a mesma concessão ficará sem effeito.

## V

Nas aguas das bahias e enseadas da costa e bem assim na foz dos rios, o concessionario não poderá fazer trabalhos de exploração que possam prejudicar o regimen das respectivas aguas, salvo obtendo previamente licença das respectivas Capitánias dos portos, ás quaes apresentará o plano dos mesmos trabalhos.

Palacio do Rio de Janeiro em 2 de Outubro de 1886.— *Antonio da Silva Prado.*



## DECRETO N. 9654 — DE 11 DE OUTUBRO DE 1886

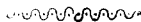
Proroga novamente a actual sessão da Assembléa Geral.

Hei por bem Prorogar novamente a actual sessão da Assembléa Geral até ao dia 16 do corrente mez.

O Barão de Mamoré, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 11 de Outubro de 1886, 65.<sup>o</sup> da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Barão de Mamoré.*





## DECRETO N. 9655 — DE 11 DE OUTUBRO DE 1886

Autoriza a Companhia Ferro-carril do Jardim Botânico a assentar trilhos na rua do Senador Dantas.

Attendendo ao que Me requereu a Companhia Ferro-carril do Jardim Botânico, Hei por bem Conceder autorização á mesma companhia para o assentamento de trilhos na rua do Senador Dantas, em ligação aos de sua linha, nos pontos correspondentes aos extremos da dita rua, mediante as clausulas que com este baixam assignadas por Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 11 de Outubro de 1886, 65ª da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio da Silva Prado.*

**Clausulas a que se refere o Decreto  
n. 9655 desta data**

I

A autorização concedida pelo presente Decreto á Companhia Ferro-carril do Jardim Botânico, para assentar trilhos na rua do Senador Dantas, terminará com o prazo da concessão de suas linhas primitivas a que se referem os Decretos ns. 1733 de 12 de Março de 1856, 2142 de 10 de Abril de 1858, 1027 de 18 de Agosto de 1859, 2616 de 28 de Julho de 1863, 1001 de 18 de Novembro de 1862, e fica sujeita a todas as outras disposições da referida concessão, que lhe forem applicaveis.

II

A presente concessão não poderá impedir que tambem assentem trilhos na mencionada rua do Senador Dantas os concessionarios a que se refere o Decreto n. 8021 de 5 de Março de 1881, em conformidade com a clausula 10ª das annexas ao mesmo decreto.

III

A companhia obriga-se a conservar em bom estado o calçamento da rua no espaço comprehendido entre os trilhos da sua linha e na extensão de dous metros para cada lado dos mesmos.

Palacio do Rio de Janeiro em 11 de Outubro de 1886. — *Antonio da Silva Prado.*



## DECRETO N. 9656 — DE 11 DE OUTUBRO DE 1886

Proroga o prazo estabelecido no Decreto n. 9261 de 16 de Agosto de 1884 para explorar mineraes na Provincia do Paraná.

Attendendo ao que requerem José Francisco Thomaz do Nascimento, Hei por bem Prorogar por mais dous annos o prazo estabelecido pelo Decreto n. 9261 de 16 de Agosto de 1884, para explorar chumbo, ouro, sal gemma e outros mineraes nos terrenos devolutos existentes entre o rio Iguassú, os limites Norte deste e do de Tibagy, e Campos de Guarapuava até encontrar o rio Paraná, na Provincia do mesmo nome.

Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 11 de Outubro de 1886, 65º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio da Silva Prado.*



## DECRETO N. 9657 — DE 11 DE OUTUBRO DE 1886

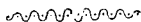
Rectifica incorrecções que se deram na publicação da Decreto n. 9611 de 26 de Junho de 1886.

Reconhecendo que na publicação inserida no *Diario Official* de 30 de Junho deste anno, do Regulamento da Escola Naval, annexo ao Decreto n. 9611 de 26 do mesmo mez e anno, deram-se incorrecções na numeração dos artigos desde o de n. 55, que deve ser 53, até ao ultimo de n. 137, que deve ser 135, alterados no mesmo sentido os intermediarios, motivando esse engano a citação errada que faz o art. 100 do art. 104, que deve ser 102; e tambem que no texto do paragrapho unico do art. 94 que por aquella razão passa a ser 92, deve ler-se «— serão computadas por inteiro como as que forem dadas nos cursos » — em vez de «— serão addicionadas por inteiro ás que forem dadas nos cursos » —; e finalmente que no texto do art. 119 da mesma publicação, ora 117, sahiu impresso «— alguns dos quaes servirão » — quando deve ser «— alguns dos quaes poderão servir » —: Hei por bem Determinar, para conhecimento de todos a quem interessar, que se devem observar as referidas correções.

Samuel Wallace Mac-Dowell, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 11 de Outubro de 1886, 65º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Samuel Wallace Mac-Dowell.*



DECRETO N. 9658 — DE 11 DE OUTUBRO DE 1886

Declara sem effeito o Decreto n. 8249 de 3 de Setembro de 1881, que concedeu permissão ao finado Brigadeiro José Joaquim de Carvalho, hoje representado pela *Cabaçal Company, limited*, para lavar mineraes na Provincia de Mato Grosso.

Não tendo a *Cabaçal Company, limited*, cessionaria do finado Brigadeiro José Joaquim de Carvalho, cumprido as clausulas 2ª e 10ª das que baixaram com o Decreto n. 8249 de 3 de Setembro de 1881, que concedeu permissão ao mesmo Brigadeiro para lavar ouro e outros mineraes na comarca de S. Luiz de Cáceres, da Provincia de Mato Grosso, Hei por bem Declarar de nenhum offeito o referido decreto.

Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 11 de Outubro de 1886, 65º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio da Silva Prado.*



DECRETO N. 9659 — DE 15 DE OUTUBRO DE 1886

Proroga o prazo concedido a Luiz Augusto de Magalhães e Candida Augusta de Araújo Guimarães para a medição e demarcação de datas mineraes na Provincia de Santa Catharina.

Attendendo ao que requereram Luiz Augusto de Magalhães e Candida Augusta de Araújo Guimarães, Hei por bem Prorogar,

por mais um anno, o prazo que lhes foi concedido pelo Decreto n. 9470 de 25 de Julho de 1885 para a medição e demarcação das datas mineiras na freguezia de Nossa Senhora Mãe dos Homens de Araramã, da Província de Santa Catharina, mediante as clausulas a que se refere o Decreto n. 4692 de 14 de Fevereiro de 1871.

Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 15 de Outubro de 1886, 65ª da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio da Silva Prado.*



#### DECRETO N. 9660 — DE 15 DE OUTUBRO DE 1886

Approva a alteração feita no traçado da terceira secção da estrada de ferro do Carangola, em virtude do accôrdo celebrado com a da Leopoldina, e determina que a renda do prolongamento do ramal do Itabapoana seja discriminada da receita geral da linha e ramaes garantidos.

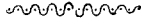
Attendendo ao que Me requereu a Companhia da estrada de ferro do Carangola, Hei por bem Approvar a modificação feita no traçado da terceira secção desta ferro-via, no sentido de mudar-se seu ponto terminal para Santo Antonio do Carangola, de conformidade com o accôrdo celebrado em 21 de Outubro de 1885, na Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, entre a dita companhia e a da estrada de ferro Leopoldina; ficando expressamente entendido que, em relação à mencionada modificação, far-se-ha opportunamente effectivo o disposto na parte final do § 2º da clausula 1ª das que baixaram com o Decreto n. 6995 de 10 de Agosto de 1878, a que está sujeita aquella companhia.

Outrosim, determino, em additamento ás clausulas que baixaram com o Decreto n. 6565 de 9 de Maio de 1877, referente à concessão do prolongamento até o Itapemirim, do ramal ferreo do Itabapoana, que não seja computada na renda geral da linha principal e ramaes garantidos da mesma companhia da estrada de ferro do Carangola a receita proveniente do dito prolongamento.

Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 15 de Outubro de 1886, 65º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio da Silva Prado.*



DECRETO N. 9661 — DE 16 DE OUTUBRO DE 1886

Proroga o prazo concedido a Zacarias Salcedo pelo Decreto n. 9383, do 21 de Fevereiro de 1885, para explorar mineraes na Provincia do Paraná.

Attendendo ao que requereu Zacarias Salcedo, Hei por bem Prorogar, por mais um anno, o prazo que lhe foi concedido pelo Decreto n. 9383, de 21 de Fevereiro de 1885, para explorar ouro e outros mineraes no municipio do Arraial Queimado, na Provincia do Paraná.

Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 16 de Outubro de 1886, 65º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio da Silva Prado.*



DECRETO N. 9662 — DE 16 DE OUTUBRO DE 1886

Declara caduca a concessão feita a José Negreiros de Almeida Sarinho para a construcção de uma estrada de ferro entre Santa Helena de Alcobaça, na Provincia do Pará, e a cidade da Boa Vista, na de Goyaz.

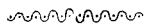
Não tendo sido até à presente data organizada companhia para bem levar a effeito a construcção da estrada de ferro entre Santa Helena de Alcobaça, na Provincia do Pará, e a cidade da

Boa Vista, na de Goyaz, de que é concessionario José Negreiros de Almeida Sarinho pelo Decreto n. 9405 de 21 de Março de 1885, Hei por bem Declarar caduca a concessão feita pelo referido decreto, em conformidade com a segunda das respectivas clausulas.

Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 16 de Outubro de 1886, 65<sup>a</sup> da Independencia e do Imperio,

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio da Silva Prado.*



DECRETO N. 9663 — DE 16 DE OUTUBRO DE 1886

Declara sem effeito o Decreto n. 8779, do 25 de Novembro de 1882, que concedeu permissão a Manoel Joaquim Borges de Lima e Augusto de Almeida Torres para explorarem ouro e outros mineraes na Provincia do Mato Grosso.

Não tendo sido cumpridas por Manoel Joaquim Borges de Lima e Augusto de Almeida Torres as clausulas annexas ao Decreto n. 8779, de 25 de Novembro de 1882, pelo qual se lhes concedeu permissão para explorarem ouro e outros mineraes na serra de Itapirapuam, municipio de S. Luiz de Cáceres, da Provincia de Mato Grosso, Hei por bem Declarar de nenhum effeito o referido decreto.

Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 16 de Outubro de 1886, 65<sup>a</sup> da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio da Silva Prado.*



## DECRETO N. 9664 — DE 16 DE OUTUBRO DE 1886

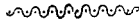
Declara caduca a concessão feita á Companhia Telephonica do Brazil para assentamento de linhas telephonicas em diversas cidades do Imperio.

Hei por bem Declarar caduca, em conformidade com as disposições da clausula 16ª do Decreto n. 8453 A, de 11 de Março de 1882, a concessão feita pelo Decreto n. 8457 de 18 do mesmo mez e anno á Companhia Telephonica do Brazil para assentar linhas telephonicas nas cidades de S. Salvador da Bahia, Maceió, Porto Alegre, Pelotas, Rio Grande do Sul e Petropolis.

Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 16 de Outubro de 1886, 65º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio da Silva Prado.*



## DECRETO N. 9665 — DE 16 DE OUTUBRO DE 1886

Declara sem effeito o Decreto n. 9319, do 11 de Novembro de 1881, que concedeu a Joseph Alkain privilegio para estabelecer, por si ou por meio de uma companhia, uma linha de navegação a vapor no rio Pardo, Provincia da Bahia.

Hei por bem Declarar sem effeito o Decreto n. 9319, de 11 de Novembro de 1884, que concedeu a Joseph Alkain privilegio por 10 annos para estabelecer, por si ou por uma companhia, uma linha de navegação a vapor no rio Pardo, Provincia da Bahia, visto não ter o dito concessionario satisfeito a obrigação da clausula 17ª do citado decreto.

Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 16 de Outubro de 1886, 65º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio da Silva Prado.*



## DECRETO N. 9666 — DE 16 DE OUTUBRO DE 1886

Declara sem effeito a concessão constante do Decreto n. 8586 de 10 de Junho de 1882 para a construção da estrada de ferro comprehendida entre a bahia de S. Francisco e a villa do Rio Negro.

Hei por bem Declarar sem effeito a concessão constante do Decreto n. 8586 de 10 de Junho de 1882 e relativa à construção da estrada de ferro comprehendida entre a bahia de S. Francisco, na Provincia de Santa Catharina, e a villa do Rio Negro, na do Paraná, à qual refere-se o Decreto n. 9004 do 1º de Setembro de 1883 que transferiu ao Visconde de Goussencourt a mesma concessão, visto não ter sido incorporada a respectiva companhia dentro do prazo estabelecido pela clausula 2ª das que baixaram com o citado Decreto n. 8586 de 10 de Junho de 1882 e respectivas prorrogações concedidas pelos Decretos ns. 9004 do 1º de Setembro de 1883 e 9256 de 2 de Agosto de 1884, e n. 9494 de 10 de Setembro de 1885.

Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 16 de Outubro de 1886, 65º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio da Silva Prado.*



## DECRETO N. 9667 — DE 16 DE OUTUBRO DE 1886

Approva novas tabellas fixando o pessoal e os respectivos vencimentos para o serviço das estradas de ferro de Sobral, Baturité, Paulo Afonso, prolongamento do Recife a S. Francisco e do Recife a Caruarú.

Attendendo à necessidade de restringir as despezas de custeio das estradas de ferro de Sobral, Baturité, Paulo Afonso, prolongamento do Recife a S. Francisco e do Recife a Caruarú, Hei por bem Approvar as novas tabellas que com este baixam para o serviço das referidas estradas; ficando revogadas as que se acham em vigor, e modificados, quanto a essa parte, os respectivos regulamentos.

Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 16 de Outubro de 1886, 65º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

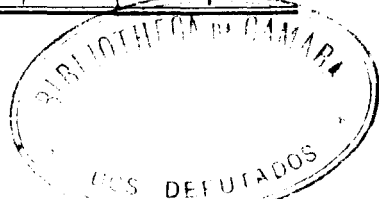
*Antonio da Silva Prado.*



**Tabella dos vencimentos do pessoal das estradas de ferro do Estado a que se refere o Decreto n. 9667 desta data**

**I.— ESTRADAS DE SOBRAL E PAULO AFFONSO**

| CATEGORIAS                             | VENCIMENTO                    |                         | TOTAL      |
|----------------------------------------|-------------------------------|-------------------------|------------|
|                                        | ORDENADO                      | GRATIFICAÇÃO            |            |
| 1 Director Engenheiro residente.....   | 5:600\$000                    | 2:800\$000              | 8:400\$000 |
| 1 Chefe do tráfego e da locomoção..... | 4:000\$000                    | 2:000\$000              | 6:000\$000 |
| 1 Conductor ou mestre de linha.....    | 4:600\$000                    | 800\$000                | 2:400\$000 |
| 1 Thesoureiro-pagador.....             | 2:000\$000                    | 1:000\$000              | 3:000\$000 |
| 1 Guarda-livros.....                   | 1:600\$000                    | 800\$000                | 2:400\$000 |
| 1 Contador.....                        | 1:600\$000                    | 800\$000                | 2:400\$000 |
| 1 Almojarife.....                      | 1:200\$000                    | 600\$000                | 1:800\$000 |
| 1 1º Escripturario.....                | 1:000\$000                    | 500\$000                | 1:500\$000 |
| 2 2os ditos.....                       | {Ord .. 800\$<br>Grat.. 400\$ | {1:600\$000<br>800\$000 | 2:400\$000 |
| 1 Amanuense.....                       | 500\$000                      | 260\$000                | 800\$000   |
| 1 Armazenista.....                     | 800\$000                      | 400\$000                | 1:200\$000 |
| 1 Servente.....                        | 400\$000                      | 200\$000                | 600\$000   |
| 1 Conductor de trem de 1ª classe.....  | 720\$000                      | 360\$000                | 1:080\$000 |
| 1 Dito de dito de 2ª dita.....         | 600\$000                      | 300\$000                | 900\$000   |
| Estações de 1ª classe                  |                               |                         |            |
| 1 Agente.....                          | 960\$000                      | 480\$000                | 1:440\$000 |
| 1 Conferente.....                      | 480\$000                      | 240\$000                | 720\$000   |
| 1 Telegraphista.....                   | 600\$000                      | 300\$000                | 900\$000   |
| Estações de 2ª classe                  |                               |                         |            |
| 1 Agente.....                          | 800\$000                      | 400\$000                | 1:200\$000 |
| 1 Telegraphista.....                   | 400\$000                      | 200\$000                | 600\$000   |
| Estações de 3ª classe                  |                               |                         |            |
| 1 Agente-telegraphista.....            | 800\$000                      | 400\$000                | 1:200\$000 |
| Paradas                                |                               |                         |            |
| 1 Agente.....                          | 560\$000                      | 280\$000                | 840\$000   |



## II. — ESTRADA DE BATURITÉ

| CATEGORIAS                             | VENCIMENTO                    |              | TOTAL     |
|----------------------------------------|-------------------------------|--------------|-----------|
|                                        | ORDENADO                      | GRATIFICAÇÃO |           |
| 1 Director Engenheiro residente.....   | 5:600,000                     | 2:800,000    | 8:400,000 |
| 1 Chefe do tráfego e da locomoção..... | 4:000,000                     | 2:000,000    | 6:000,000 |
| 1 Conductor ou mestre de linha.....    | 1:600,000                     | 800,000      | 2:400,000 |
| 1 Thesoureiro-pagador.....             | 2:000,000                     | 1:000,000    | 3:000,000 |
| 1 Guarda-livros.....                   | 1:600,000                     | 800,000      | 2:400,000 |
| 1 Contador.....                        | 1:600,000                     | 800,000      | 2:400,000 |
| 1 Almoxtarif.....                      | 1:200,000                     | 600,000      | 1:800,000 |
| 1 1º Escripturario.....                | 1:200,000                     | 600,000      | 1:800,000 |
| 2 2os ditos.....                       | Ord... 800\$<br>Grat... 400\$ | 1:600,000    | 800,000   |
| 3 Amanuenses.....                      | Ord... 540\$<br>Grat... 260\$ | 1:620,000    | 780,000   |
| 1 Armazenista.....                     | 800,000                       | 400,000      | 1:200,000 |
| 1 Servente.....                        | 400,000                       | 200,000      | 600,000   |
| Conductor do trem de 1ª classe.....    | 800,000                       | 400,000      | 1:200,000 |
| Dito de dito de 2ª dita.....           | 700,000                       | 300,000      | 1:000,000 |
| Estações central ou de 1ª classe       |                               |              |           |
| 1 Agente.....                          | 1:200,000                     | 600,000      | 1:800,000 |
| 1 Fiel.....                            | 480,000                       | 240,000      | 720,000   |
| 1 Conferente.....                      | 670,000                       | 330,000      | 1:000,000 |
| 1 Telegraphista.....                   | 640,000                       | 320,000      | 960,000   |
| Estações de 2ª classe                  |                               |              |           |
| 1 Agente.....                          | 960,000                       | 480,000      | 1:440,000 |
| 1 Telegraphista.....                   | 400,000                       | 200,000      | 600,000   |
| Estações de 3ª classe                  |                               |              |           |
| 1 Agente-telegraphista.....            | 800,000                       | 400,000      | 1:200,000 |
| Paradas                                |                               |              |           |
| 1 Agente.....                          | 560,000                       | 280,000      | 840,000   |

## Observações

### I

O numero e jornal dos mestros e contramestres de officinas e machinistas será marcado pelo Director, que abonará salarios de 2\$ a 8\$ diários.

### II

O numero e jornal dos feitores, foguistas, trabalhadores, guardas diversos, serventes, operarios e aprendizes de qualquer natureza será determinado pelo Director, que abonará salarios de 500 réis a 4\$, conforme a especie. Quando sejam necessarias habilitações ou aptidões especiaes, exigindo maior remuneração, deverá preceder á admissão do empregado autorização explicita do Ministro da Agricultura.

### III

Todos os salarios a que se referem as observações anteriores devem constar de tabellas que serão submettidas á approvação do Governo.

### IV

Sempre que for possível, o serviço de telegraphista será desempenhado nas estações de 1ª classe por um Conferente e nas outras pelo proprio Agente.

### V

Quando se achem em estudos ou construcção o prolongamento ou ramae da estrada, o Director accumulará as funcções de Engenheiro em chefe e terá mais para auxiliar-o o pessoal constante da tabella n. III, que vigorará para as tres estradas de Sobral, Paulo Affonso e Baturité.

A differença entre os vencimentos do Director marcados nessas duas tabellas correrá por conta da construcção.

Ao Contador e Thesoureiro-pagador abonar-se-ha tambem por conta da construcção mais uma gratificação de 300\$ annuaes.

## III. — CONSTRUÇÃO E ESTUDOS

| CATEGORIAS                   | VENCIMENTO |              | TOTAL      |
|------------------------------|------------|--------------|------------|
|                              | ORDENADO   | GRATIFICAÇÃO |            |
| 1 Engenheiro-chefe.....      | 6:400\$000 | 3:200\$000   | 9:600\$000 |
| Chefe de secção.....         | 4:000\$000 | 2:000\$000   | 6:000\$000 |
| Engenheiro de 1ª classe..... | 3:200\$000 | 1:600\$000   | 4:800\$000 |
| Dito de 2ª classe.....       | 2:400\$000 | 1:200\$000   | 3:600\$000 |
| Conductor de 1ª classe.....  | 2:000\$000 | 1:000\$000   | 3:000\$000 |
| Dito de 2ª classe.....       | 1:600\$000 | 800\$000     | 2:400\$000 |
| Desenhista.....              | 1:200\$000 | 600\$000     | 1:800\$000 |

## Observações

## I

O Engenheiro-chefe vencerá mais a diária de 6\$ a título de despesas de viagem e fixará aos Engenheiros e Conductores que estiverem em serviço de campo e ao empregado de escriptorio que fizer pagamentos no lugar dos trabalhos, uma diária de 2\$ a 6\$000.

## II

O numero e jornaes dos feitores, trabalhadores e serventes serão determinados pelo Engenheiro-chefe, que lhes abonará de 500 réis a 2\$500 por dia de trabalho.

# **Prolongamento da estrada de ferro do Recife ao S. Francisco e estrada de ferro do Recife a Caruarú.**

| CATEGORIAS                              | VENCIMENTO                         |                            | TOTAL       |
|-----------------------------------------|------------------------------------|----------------------------|-------------|
|                                         | ORDENADO                           | GRATI-FICAÇÃO              |             |
| Administração central e construção      |                                    |                            |             |
| 1 Director Engenheiro-chefe.....        | 8.000\$000                         | 4.000\$000                 | 12.000\$000 |
| 1 Primeiro Engenheiro.....              | 5.600\$000                         | 2.800\$000                 | 8.400\$000  |
| Chefe de secção.....                    | 4.000\$000                         | 2.000\$000                 | 6.000\$000  |
| Ajudante de 1ª classe.....              | 3.200\$000                         | 1.600\$000                 | 4.800\$000  |
| Dito de 2ª dita.....                    | 2.400\$000                         | 1.200\$000                 | 3.600\$000  |
| Conductor de 1ª dita.....               | 2.000\$000                         | 1.000\$000                 | 3.000\$000  |
| Dito de 2ª dita.....                    | 1.600\$000                         | 800\$000                   | 2.400\$000  |
| 1 Secretario.....                       | 2.000\$000                         | 1.000\$000                 | 3.000\$000  |
| 1 Guarda-livros.....                    | 2.000\$000                         | 1.000\$000                 | 3.000\$000  |
| 1 Thesoureiro-pagador.....              | 2.400\$000                         | 1.200\$000                 | 3.600\$000  |
| 1 Contador.....                         | 2.000\$000                         | 1.000\$000                 | 3.000\$000  |
| 1 Almoxarife.....                       | 1.340\$000                         | 660\$000                   | 2.000\$000  |
| 1 Primeiro Escripturario.....           | 1.000\$000                         | 500\$000                   | 1.500\$000  |
| 2 Segundos ditos.....                   | {Ord... 800\$<br>Grat... 400\$}    | {1.600\$000<br>800\$000}   | 2.400\$000  |
| 4 Amanuenses.....                       | {Ord... 540\$<br>Grat... 260\$}    | {2.160\$000<br>1.040\$000} | 3.200\$000  |
| 1 Desenhista.....                       | 1.600\$000                         | 800\$000                   | 2.400\$000  |
| Trafego                                 |                                    |                            |             |
| 2 Chefes de trafego e da locomoção..... | {Ord.. 4.000\$<br>Grat. 2.000\$}   | {8.000\$000<br>4.000\$000} | 12.000\$000 |
| Conductor de trem de 1ª classe.....     | 800\$000                           | 400\$000                   | 1.200\$000  |
| Dito de dito de 2ª dita.....            | 700\$000                           | 300\$000                   | 1.000\$000  |
| 2 Escripturarios.....                   | {Ord.. 1.000\$<br>Grat. 500\$}     | {2.000\$000<br>1.000\$000} | 3.000\$000  |
| 2 Amanuenses.....                       | {Ord.. 540\$<br>Grat. 260\$}       | {1.080\$000<br>520\$000}   | 1.600\$000  |
| Estações de 1ª classe                   |                                    |                            |             |
| 1 Agente.....                           | 1.200\$000                         | 600\$000                   | 1.800\$000  |
| 1 Fiel.....                             | 480\$000                           | 240\$000                   | 720\$000    |
| 1 Conferente.....                       | 670\$000                           | 330\$000                   | 1.000\$000  |
| 1 Telegraphista.....                    | 650\$000                           | 320\$000                   | 960\$000    |
| Estações de 2ª classe                   |                                    |                            |             |
| 1 Agente.....                           | 960\$000                           | 480\$000                   | 1.440\$000  |
| 1 Telegraphista.....                    | 400\$000                           | 200\$000                   | 600\$000    |
| Estações de 3ª classe                   |                                    |                            |             |
| 1 Agente-telegraphista.....             | 800\$000                           | 400\$000                   | 1.200\$000  |
| Parada                                  |                                    |                            |             |
| 1 Agente.....                           | 560\$000                           | 280\$000                   | 840\$000    |
| Conservação                             |                                    |                            |             |
| 2 Engenheiros residentes.....           | {Ord. . 3.200\$<br>Grat.. 1.600\$} | {6.400\$000<br>3.200\$000} | 9.600\$000  |
| 2 Conductores ou mestres de linha.....  | {Ord... 1.600\$<br>Grat... 800\$}  | {3.200\$000<br>1.600\$000} | 4.800\$000  |

## Observações

## I

O Director Engenheiro-chefe arbitrará mais a cada um dos Engenheiros e Conductores da construcção, quando em trabalhos de campo, uma diaria de 2\$ a 6\$, variando segundo a categoria, natureza do serviço e local do emprego.

Ao Director Engenheiro-chefe caberá o maximo daquella diaria em quanto estiver na direcção geral da estrada.

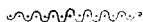
## II

O Director Engenheiro-chefe encaregará ao Almojarife dos despachos a fazer na Alfandega.

## III

O Director Engenheiro-chefe fixará, de accôrdo com as necessidades do serviço, o numero dos machinistas e foguistas das locomotivas, mestres, contramestres, operarios e serventes das officinas, feitores, operarios e serventes da conservação e da construcção e estudos, guarda da breira, agulheiro, guarda e serventes das estações e suas dependencias, serventes das diversas divisões e do pessoal, zeladores, carvoeiros, estafetas, apontadores, porta-miras e todo o mais pessoal subalterno, e lhes marcará o respectivo ordenado ou salario; o que tudo deve constar de tabellas que serão submettidas á approvação do Governo.

Palacio do Rio de Janeiro em 16 de Outubro de 1885. — *Antonio da Silva Prado.*



## DECRETO N. 9668 — DE 16 DE OUTUBRO DE 1886

Concede dous annos para a construcção dos tres engenhos centraes de que é cessionaria a *London and Brazilian Sugar Company, limited.*

Attendendo ao que Me requereu a *London and Brazilian Sugar Company, limited*, Hei por bem Conceder-lhe o prazo de dous annos, a contar da data do presente Decreto, para a construcção dos tres engenhos centraes de que é cessionaria, nos municipios de S. João da Barra e Itaborahy, na Provincia do Rio de Janeiro, e de Itapemirim na do Espirito Santo, devendo concluir-se as obras de um delles no prazo de um anno e as dos outros dous no segundo; sómente começando a correr os juros do capital do primeiro, depois de concluido, e dos outros dous depois de applicado um terço do capital.

Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 16 de Outubro de 1886, 65.º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio da Silva Prado.*



## DECRETO N. 9669 — DE 16 DE OUTUBRO DE 1886

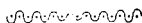
Proroga o prazo concedido a Augusto Rufino Fructuoso Gomes para explorar ouro e outros mineraes na Provincia do Rio de Janeiro.

Attendendo ao que requereu Augusto Rufino Fructuoso Gomes, Hei por bem Prorogar, por um anno, o prazo que lhe foi concedido pelo Decreto n. 9178 de 29 de Março de 1884 para explorar ouro e outros mineraes em terrenos devolutos do municipio de Pirahy, Provincia do Rio de Janeiro.

Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 16 de Outubro de 1886, 65ª da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio da Silva Prado.*



## DECRETO N. 9670 — DE 16 DE OUTUBRO DE 1886

Concede permissão a Zacarias do Paula Xavier para explorar cobre e outros mineraes na Provincia do Paraná.

Attendendo ao que requereu Zacarias do Paula Xavier, Hei por bem Conceder-lhe permissão para explorar cobre e outros mineraes no municipio de Guarapuava, da Provincia do Paraná, sem prejuizo da concessão feita a José Francisco Thomaz do Nascimento, mediante as clausulas, que com este baixam, assignadas por Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 16 de Outubro de 1886, 65ª da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio da Silva Prado.*

**Clausulas a que se refere o Decreto  
n. 9670 desta data**

I

Fica concedido a Zacarias de Paula Xavier o prazo de dous annos, contados desta data, para, sem prejuizo dos direitos de terceiro e da concessão feita a José Francisco Thomaz do Nascimento, explorar cobre e outros mineraes na comarca de Guaruapuava, da Provincia do Paraná .

Dentro deste prazo o concessionario deverá apresentar na Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas plantas geologica e topographica dos terrenos explorados com perfis que demonstrem, tanto quanto fôr possível e o permittirem os trabalhos executados, a superposição das camadas mineraes, e remetterá, com as mesmas plantas, amostras dos mineraes encontrados e relatorio minucioso da localidade em que a mina estiver situada, declarando qual a possança o riqueza desta ; qual sua extensão e sua direcção ; a distancia entre ella e os povoados mais proximos, e os meios de communicação existentes ; a área necessaria para a mineração, e finalmente os meios apropriados para o transporte dos productos das minas.

II

Os trabalhos de pesquisa ou exploração para descobrimento de minas poderão ser feitos por qualquer dos meios recommendados pela sciencia.

III

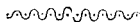
O concessionario fica obrigado a indemnizar os damnos e prejuizos que de seus trabalhos de exploração possam provir ás propriedades adjacentes ; a restabelecer á sua custa o curso natural das aguas que desviar por causa dos mesmos trabalhos o a dar conveniente direcção ás que brotarem das cavas, poços ou galerias que fizer, quando destes serviços resultar damno aos mesmos proprietarios de terrenos adjacentes.

Si o desvio destas aguas exigir trabalhos em propriedade alheia, o concessionario solicitará prévio consentimento do proprietario, usando dos meios em direito permittidos.

IV

O concessionario fica obrigado a dessecar os terrenos alagados em virtude dos trabalhos da exploração, restituindo-os ao seu antigo estado, de modo que não possa ser prejudicada a saude dos moradores da circumvizinhança.

Palacio do Rio de Janeiro em 16 de Outubro de 1886.— *Antonio da Silva Prado.*





## DECRETO N. 9671 — DE 16 DE OUTUBRO DE 1886

Concede permissão ao Dr. Jorge Scarbrough Barnsley para lavrar ouro e outros mineraes na Provincia de S. Paulo.

Attendendo ao que requereu o Dr. Jorge Scarbrough Barnsley, Hei por bem Conceder-lhe permissão para lavrar ouro e outros mineraes no lugar denominado — Santo Antonio — que demora nos municipios de Iguape e Xiririca, da Provincia de S. Paulo, mediante as clausulas que com este baixam, assignadas por Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 16 de Outubro de 1886, 65º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio da Silva Prado.*

**Clausulas a que se refere o Decreto  
n. 9671 desta data**

I

Ficam concedidas ao Dr. Jorge Scarbrough Barnsley vinte datas mineraes de 141.750 braças quadradas (686.070 metros quadrados) para lavrar ouro e outros mineraes no lugar — Santo Antonio — que demora nos municipios de Iguape e Xiririca, da Provincia de S. Paulo.

II

O concessionario respeitara os direitos do terceiro e podera proceder aos trabalhos da lavra da mina por si ou por meio de uma companhia anonyma, organizada dentro ou fora do Imperio.

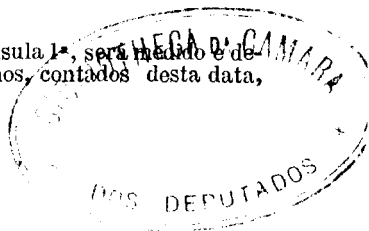
III

Fica marcado o prazo de 50 annos para o concessionario aproveitar a referida mina.

Este prazo comeca a correr da data deste decreto.

IV

O terreno mineral, de que trata a clausula I, sera medido e demarcado dentro do prazo de cinco annos, contados desta data,



devendo o concessionario apresentar a planta de medição e demarcação ao Presidente da Provincia no mesmo prazo, e obrigar-se a pagar as despesas de verificação por Engenheiro nomeado pelo mesmo Presidente.

## V

A approvação de medição e demarcação do terreno mineral não dará ao concessionario direito á sua propriedade, onquanto não provar perante o Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas que empregou nos trabalhos da lavra quantia correspondente a 10:000\$ por data mineral.

Si dentro do prazo de cinco annos o concessionario não tiver empregado a quantia correspondente á totalidade do mineral concedido, perderá tantas dalas quantas forem as parcellas de 10:000\$ que tiver deixado de empregar e o Governo as poderá conceder a outro.

## VI

Na fôrma do Decreto n. 3236, de 21 de Março de 1864, considerar-se-ha effectivamente empregada para os fins da clausula anterior a importancia das despesas feitas com :

As explorações e trabalhos preliminares para o descobrimento e reconhecimento da mina ;

Medição e demarcação dos terrenos mineraes, levantamento da planta e verificação por parte do Governo ;

Preço do sólo em que estiverem situadas as minas ;

Acquisição, transporte e collocação de instrumentos, apparelhos e machinas destinadas á lavra ;

Transporte de Engenheiro, empregados e trabalhadores da mina ;

A esta verba sómente será levado o preço da primeira passagem.

Obras executadas no interesse de facilitar os trabalhos e o transporte dos productos da mina, casa de morada, armazens, officinas e outros edificios indispensaveis ;

Acquisição de animaes de tracção, carros, carroças, barcos e quaesquer outros vehiculos apropriados ao serviço de que se trata ;

Custo dos serviços executados com a extracção do mineral e quaesquer outros feitos *bona fide*, exclusivamente com a lavra, ficando entendido que não será incluída nesta conta a despesa com a plantação de cereaes.

## VII

A prova das hypotheses da clausula anterior será recebida *bona fide* : mas verificando-se ter sido empregado artificio para illudir o Governo, a concessão caducará *ipso facto*, e o conces-

signario não terá direito a indemnização, sendo-lhe somente permitido tirar da mina os objectos, moveis e semoventes que lhe pertencerem.

## VIII

O concessionario fica obrigado :

A submeter à approvação do Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas a planta dos trabalhos da mina que adoptar.

Esta planta deverá ser levantada por Engenheiro de minas ou por pessoa reconhecidamente habilitada nesses trabalhos, e, uma vez approvada, não poderá ser alterada sem permissão do mesmo Ministerio.

Fica entendido que os trabalhos de cavas, poços ou galerias não poderão ser feitos sob os edificios e a 15 metros da circumferencia delles, nem sob os caminhos, estradas e canaes publicos e na distancia de 10 metros de suas margens.

A collocar e conservar na direcção do serviço da lavra Engenheiro de minas ou profissional de reconhecida aptidão, preferidos os nacionaes, cuja nomeação será submettida ao Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas para ser confirmada ;

A sujeitar-se a cumprir as instrucções e regulamentos para a policia das minas existentes ou que forem expedidos ;

A indemnizar o damno e prejuizos causados pelos trabalhos da lavra, provenientes de culpa ou inobservancia do plano approvedo pelo Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.

Esta indemnização consistirá na somma arbitrada pelos peritos do Governo ou em trabalhos e serviços necessarios para remover ou remediar o mal causado, e na obrigação de prover á subsistencia dos individuos que se inutilizarem para o trabalho, e das familias dos que fallecerem em qualquer das hypotheses acima indicadas.

A dar conveniente direcção ás aguas empregadas nos trabalhos da mineração, ás que brotarem dos poços, galerias ou côrtes, de modo que não fiquem estagnadas, nem prejudiquem a terceiro.

Si, para execução desta clausula, fôr indispensavel passar pela propriedade alheia, o concessionario procurará obter o consentimento do proprietario, ou empregando os meios em direito permittidos.

A remetter semestralmente á Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, por intermedio do Engenheiro fiscal da mineração na Provincia ou da Presidencia, relatorio circunstanciado dos trabalhos feitos e em execução, declarando a quantidade do mineral extrahido e apurado, os processos adoptados para a apuração, as machinas e aparelhos existentes, força motora delles calculada em cavallos,

combustivel gasto e, finalmente, o numero dos trabalhadores e dos dias de trabalho.

Além deste relatório, deverá prestar todos os esclarecimentos que lhe forem exigidos pelo Governo ou por seus delegados.

A inobservancia desta clausula será punida, ou com a diminuição de um até cinco annos do prazo da concessão, ou com a multa de um conto de réis (1:000\$) até dez contos de réis (10:000\$), a arbitrio do Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.

A pagar annualmente a taxa de cinco réis por braça quadrada (4<sup>m</sup>,84) dos terrenos mineraes que obtiver e o imposto de dous por cento do rendimento liquido da mina, na conformidade do § 1º do art. 23 da Lei n. 1507 de 26 de Setembro de 1867 ;

A permittir ao Engenheiro-fiscal ou a qualquer outro commissario do Governo o ingresso nas minas, nas officinas e quaesquer outros logares do serviço de mineração, prestando-lhes os esclarecimentos de que carecerem para a boa execução das ordens do mesmo Governo.

## IX

Caduca esta concessão:

Si não forem começados os trabalhos preparatorios para a mineração dentro do prazo de dous annos, depois de medidos e demarcados os terrenos mineraes concedidos ;

Por abandono da mina ;

Considerar-se-ha abandonada a mina, provando-se que o concessionario suspendeu os trabalhos por mais de 60 dias, sem causa de força maior.

Para que o concessionario seja admittido a provar força maior, é indispensavel que communique immediatamente ao Presidente da Provincia ou ao Engenheiro fiscal a suspensão dos trabalhos da lavra e as causas que a tiverem determinado.

Reconhecida oficialmente a força maior, será marcado prazo razoavel para recommencarem os trabalhos da mineração.

Na reincidencia de infracção destas clausulas, será imposta pena pecuniaria.

## X

O concessionario não poderá transferir esta concessão sem permissão do Governo, e por sua morte ou fallencia seus herdeiros ou representantes não poderão gozar desta concessão enquanto não forem confirmados nella pelo mesmo Governo, que poderá negal-a si os ditos herdeiros ou representantes não provarem que possuem as faculdades necessarias para continuar os trabalhos de modo conveniente e proveitoso.

Os herdeiros ou representantes do concessionario terão o direito de haver o valor dos engenhos, machinas e quaesquer in-

strumentos especialmente destinados à lavra da mina, daquelles a quem esta fór concedida pelo Governo Imperial, que no acto da concessão inserirá clausula que resguarde este direito, que em nenhum caso poderá prevalecer contra o mesmo Governo.

Si a lavra da mina fór emprehendida por companhia, sociedade ou empresa organizada fóra do Imperio, deverá esta ter no Brazil representante com plenos poderes para representá-la activa e passivamente em Juizo ou fóra d'elle, ficando desde já estabelecido que as questões entre ella e o Governo Imperial serão decididas por arbitramento, e as que se suscitarem entre ella e os particulares serão discutidas e julgadas definitivamente nos Tribunaes brasileiros, de conformidade com a legislação do Imperio.

O arbitramento far-se-ha da seguinte fôrma :

Cada uma das partes interessadas, si não concordarem no mesmo Juiz, nomeará o seu arbitro ; e os arbitros assim nomeados começarão seus trabalhos pela escolha de um Conselheiro de Estado, que deverá decidir definitivamente a questão.

No caso de não chegarem a accôrdo a esse respeito, cada um dos arbitros apresentará o nome de um Conselheiro de Estado e a sorte indicará qual delles será o arbitro desempatador.

## XI

O concessionario ou cessionarios desta concessão ficam obrigados a não admittir escravos nos trabalhos da lavra.

## XII

A infracção de qualquer destas clausulas, para a qual não haja comminada pena especial, será punida com a multa de 200\$ a 2:000\$000.

Palacio do Rio de Janeiro em 16 de Outubro de 1886.— *Antonio da Silva Paulo.*



### DECRETO N. 9372 — DE 16 DE OUTUBRO DE 1886

Concede permissão a Juvenal Malheiros de Souza Menezes e Francisco Lopes Chaves para explorarem ouro na Provincia de S. Paulo.

Attendendo ao que requereram Juvenal Malheiros de Souza Menezes e Francisco Lopes Chaves, Hei por bem Conceder-lhes permissão para explorarem ouro nos rios do Peixe e Jaguary, nos municípios de Jacarehy e Patrocinio, da Provincia de S. Paulo,

mediante as clausulas, que com este baixam, assignadas por Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 16 de Outubro de 1886, 65.<sup>a</sup> da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio da Silva Prado.*

**Clausulas a que se refere o Decreto  
n. 9.672 desta data**

I

Fica concedido a Juvenal Malheiros de Souza Menezes e Francisco Lopes Chaves o prazo de dous annos, contados desta data, para, sem prejuizo dos direitos de terceiro, procederem à exploração e pesquisas para descobrimento de minas de ouro nos rios do Peixe e Jaguaray, nos municipios de Jacarehy e Patrocinio, da Provincia de S. Paulo.

Dentro deste prazo os concessionarios deverão apresentar na Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas plantas geologica e topographica dos terrenos explorados com perfis que demonstrem, tanto quanto for possivel e o permittirem os trabalhos executados, a superposição das camadas mineraes e remetterão, com as mesmas plantas, amostras dos mineraes encontrados e relatorio minucioso da localidade em que a mina estiver situada, declarando qual a pos-sança e riqueza desta; qual sua extensão e sua direcção; a distancia entre ella e os povoados mais proximos e os meios de communicação existentes; a área necessaria para a mineração, e finalmente os meios apropriados para o transporte das minas.

II

Os trabalhos de pesquisas ou exploração para descobrimento de minas poderão ser feitos por qualquer dos modos recommendados pela sciencia.

III

Os concessionarios ficam obrigados a indemnizar os damnos e prejuizos que de seus trabalhos possam provir ás propriedades adjacentes; a restabelecer, á sua custa, o curso natural das aguas que desviarem por causa dos mesmos trabalhos e a dar con-

veniente direcção ás que brotarem das cavas, poços ou galerias que fizerem, quando destes serviços resultarem damnos aos mesmos proprietarios de terrenos adjacentes.

Si o desvio destas aguas exigir trabalhos em propriedade alheia, os concessionarios solicitarão prévio consentimento do proprietario, usando dos meios em direito permittidos.

## IV

Os concessionarios ficam obrigados a dessecar os terrenos alagados em virtude dos trabalhos da exploração, restituindo-os ao seu antigo estado, de modo que não possa ser prejudicada a saúde dos moradores da circunvizinhança.

Palacio do Rio de Janeiro em 16 de Outubro de 1886.— *Antonio da Silva Prado*.



## DECRETO N. 9673 — DE 9 DE NOVEMBRO DE 1886

Concede autorização a Eugenio Cornelio dos Santos e Victor Francisco Braga Mello para organizarem a Companhia—Melhoramentos urbanos de Nietheroy.

Attendendo ao que requereram Eugenio Cornelio dos Santos e Victor Francisco Braga Mello, e de conformidade com o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, exarado em Consulta de 8 de Setembro do corrente anno, Hei por bem Conceder-lhes autorização para organizarem a Companhia—Melhoramentos urbanos de Nietheroy — mediante o projecto de estatutos que apresentaram.

Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra e interino dos da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio de S. João de Ipanema em 9 de Novembro de 1886, 65<sup>a</sup> da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves.*

## Estatutos da Companhia — Melhoramentos urbanos de Nictheroy

### CAPITULO I

#### DA COMPANHIA, SEU OBJECTO E CAPITAL

Art. 1.º A Companhia—Melhoramentos urbanos de Nictheroy, tem por fim : executar e explorar o abastecimento d'agua potavel á cidade de Nictheroy, em virtude do contrato celebrado pelo Governo Provincial do Rio de Janeiro em 11 de Junho de 1885, com o Engenheiro Victor Francisco Braga Mello e Antonio José Pedro Monteiro, de que esta companhia é cessionaria, autorizado pela Lei provincial n. 2704 de 16 de Outubro de 1884, com a garantia de juros ratificada pela Lei n. 3663 e a isenção de direitos de importação para os materiaes importados para as obras do mesmo abastecimento, em virtude do art. 1º § 4º n. 7 da Resolução da Assembléa Legislativa, mandada executar pelo Decreto n. 3271, de 28 de Setembro de 1885, e bem assim a execução e exploração de outros melhoramentos da mesma cidade e das povoações proximas a ella, que venha a contratar com os Poderes geraes, provinciaes e municipaes ou com particulares.

Art. 2.º Sua séde é a cidade do Rio de Janeiro.

Art. 3.º A duração da companhia será de sessenta annos, contados da data em que estes estatutos forem publicados no *Diario Official*.

Este prazo poderá ser prorogado por deliberação da Assembléa Geral.

Art. 4.º O capital da companhia é de 2.500:000\$ dividido em 12.500 acções de 200\$ cada uma, podendo, porém, a companhia, de conformidade com o art. 21 e paragraphos da Lei que rege as sociedades anonymas, contrahir empréstimos, por via de obrigações (*debentures*) ao portador.

Paragrapho unico. O capital da companhia poderá ser augmentado, observando-se as disposições do Decreto n. 8821 de 30 de Dezembro de 1882, art. 40, sendo as acções emitidas de preferencia entre os accionistas, revertendo em favor da companhia o agio, si o houver.

Art. 5.º As entradas, quer das acções primitivas, quer das que forem emitidas para a realização do augmento de capital, serão feitas na razão de 10 %, immediatamente que sejam emitidas, e de 10 % a 25 % por chamadas com 30 dias de annuncio, pelo menos.

Art. 6.º As chamadas serão reguladas pela directoria á medida das necessidades a que tenha de occorrer, segundo o andamento das obras e mais compromissos, sendo que, de conformidade com a clausula 12ª § 2º do contrato celebrado com a



Provincia a 11 de Junho de 1885, pelo Engenheiro Victor Francisco Braga Mello e Antonio José Pedro Monteiro, de quem a companhia é cessionaria, cabe aos accionistas, pelas entradas que tiverem sido feitas e applicadas à construcção das obras, os juros que pagar a Provincia, por semestres civis, na proporção do capital effectivamente empregado na razão de 6 %/, ali estipulados.

Art. 7.º O accionista que deixar de fazer o pagamento das prestações do capital no prazo fixado nos annuncios ou até 30 dias depois, com mais 2 %/ pela mora, perderá o direito às acções, ficando em favor da companhia as entradas que já tiver realizado.

Exceptua-se o caso de força maior ou motivos justificaveis a juizo da administração.

I. Em qualquer caso, porém, não excederá a seis mezes o prazo da effectividade do pagamento com o juro estabelecido por mez ou fracção de mez que tiver decorrido.

II. Vencido o prazo de trinta dias no primeiro e de seis mezes no segundo caso, poderá a companhia transferir as acções a outro.

Art. 8.º As acções não podem ser validamente negociadas, sem estar realizado o quinto de seu capital.

Art. 9.º Si uma acção pertencer a diversas pessoas, designarão estas d'entre si uma que figure como proprietaria e só esta poderá merecer os direitos que da acção derivam como unidade.

Art. 10. A propriedade das acções se estabelece pela inscripção no livro de registro da companhia ; a cessão se opera por meio de transferencia assignada pelo cedente e cessionario ou por seus legitimos procuradores revestidos dos poderes necessarios.

Em virtude de decisão judicial o termo de transferencia só poderá ser lavrado à vista do alvará do Juiz competente.

## CAPITULO II

### DA ADMINISTRAÇÃO E FISCALISAÇÃO

Art. 11. A administração da companhia é exercida por uma directoria de tres membros que devem ser accionistas possuidores de 50 ou mais acções eloitos em assembléa geral, os quaes escolherão d'entre si o presidente, o secretario e o thesoureiro.

I. A eleição se fará por escrutinio secreto e maioria absoluta de votos.

II. Si no primeiro escrutinio não houver maioria absoluta, proceder-se-ha a segundo entre os nomes mais votados, em numero duplo dos logares a preencher.

III. No segundo escrutinio bastará para a eleição a maioria relativa dos votos presentes. Em caso de empate decidirá a sorte.

IV. O mandato durará tres annos a contar da data da eleição, até a primeira reunião da assembléa geral que se seguir.

V. É permittida a reeleição.

Art. 12. Antes de entrar em exercicio, cada director é obrigado a garantir a responsabilidade de sua gestão com o penhor ou caução de 50 acções por termo lavrado no livro de registro, as quaes ficarão inalienaveis até a cessação do exercicio do cargo e approvação das respectivas contas.

O director que, dentro do prazo de 30 dias, contados do da eleição, não prestar a referida caução, entende-se que não aceitou o cargo.

Art. 13. Serão declarados nulos os votos que recaírem em pessoas prohibidas de commerciar ou nas que tiverem contratos com a companhia de que aufriram lucros.

Art. 14. Não podem conjuntamente exercer os cargos de directores: sogro e genro, cunhados durante o cunhadio, parentes por consanguinidade até o 2º grau, e socios solidarios da mesma firma, devendo, neste caso, declarar-se nulla a eleição do menos votado e proceder-se immediatamente a nova eleição.

Art. 15. Nenhum director pôde ser fornecedor da companhia por si, ou firma em que seja associado.

Art. 16. No caso de impedimento de algum dos directores por mais de 60 dias, os outros directores, ouvindo o conselho fiscal, nomearão um accionista para substitui-lo, enquanto durar o impedimento.

Si, porém, o impedimento se prolongar por mais de seis mezes, considerar-se-ha vago o logar, permanecendo o substituto com os direitos e vencimentos que ao director competiam até a primeira reunião da assembléa geral na qual será o logar definitivamente preenchido por eleição.

Art. 17. Considera-se em exercicio o director que estiver ausente em serviço da companhia.

Nesta hypothese, e na de impedimento por menos de 60 dias, qualquer empate que se dê nas resoluções da directoria poderá ser decidido por qualquer membro do conselho fiscal, e no caso de impedimento ou recusa destes, pelo accionista que, na ultima eleição da directoria, tiver sido immediatamente votado, procedendo-se a convite expresso e successivo na escala dos votos que da respectiva acta constarem.

Art. 18. A directoria reunir-se-ha em sessão, pelo menos, duas vezes no mez e extraordinariamente sempre que o serviço da companhia o exigir.

Dous votos concordes constituem validade das resoluções da directoria, ainda quando dados por dous directores presentes, no caso que o terceiro, não estando ausente e tendo tido conhecimento da reunião, deixe de comparecer, o que constará da acta respectiva.

Art. 19. Os documentos de responsabilidade da companhia serão firmados, pelo menos, por dous directores.

Art. 20. Além dos logares indispensaveis ao serviço permanente da companhia, a directoria creará provisoriamente os

que forem necessários durante a execução das obras, nomeando o respectivo pessoal e marcando-lhe os vencimentos.

Art. 21. A directoria é revestida dos poderes necessários para praticar todos os actos da gestão e para representar a companhia em Juízo em todas as questões e negocios que a ella interessarem, podendo constituir advogados e procuradores que a representem em Juízo ou fóra delle.

Art. 22. Além dos poderes e obrigações inherentes ao mandato e dos que derivarem das resoluções da assembléa geral, incumbem á directoria: transigir, celebrar contratos, contrahir empréstimos por obrigações de preferencia (*debentures*), de que trata o art. 4º, adquirir e alienar bens moveis e immoveis, organizar os regulamentos internos que julgar necessários, dispondo e ordenando todos os serviços, e deliberar e prover sobre o bom andamento dos negocios da companhia dentro dos limites de seus fins.

Para tudo fica a directoria investida de poderes amplos, geraes e especiaes.

Art. 23. O presidente, como órgão da directoria, é competente para represental-a em todos os actos judiciaes e extrajudiciaes.

Art. 24. Ao secretario compete a organização das actas das sessões da directoria e substituir o presidente em suas faltas e impedimentos.

Art. 25. Ao thesoureiro compete a guarda e arrecadação dos dinheiros da companhia, cujos saldos serão depositados no Banco que a directoria marcar, e substituir o secretario em suas faltas e impedimentos.

Art. 26. O honorario do presidente e dos mais directores será fixado pela assembléa geral; os directores que servirem no primeiro triennio terão mais a metade do honorario que fôr fixado, como remuneração do maior trabalho e despezas, durante a execução das obras.

Art. 27. A assembléa geral, na sessão ordinaria annual, elegerá um conselho composto de tres fiscaes e tres supplentes que sejam accionistas de 25 acções, pelo menos, e que servirá durante o anno que seguir-se á eleição e até a outra reunião da assembléa geral ordinaria.

Os supplentes substituirão aos fiscaes em suas faltas e impedimentos.

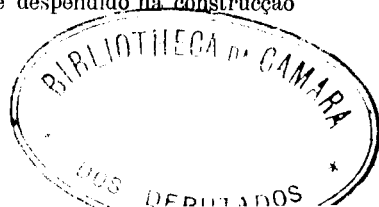
Nas eleições dos fiscaes observar-se-hão as disposições dos §§ 1º, 2º, 3º e 5º do art. 11.

Art. 28. Os fiscaes assistirão, com voto consultivo, ás reuniões da directoria, quando esta para isso os convidar.

### CAPITULO III

#### DA AMORTIZAÇÃO, FUNDO DE RESERVA E DIVIDENDOS

Art. 29. Todos os annos se levará á conta de despezas meio por cento do capital effectivamente despendido na construção



das obras, aquisição e desapropriação de terrenos e mananciaes, até o maximo de 5.000:000\$, sendo :

I. Nove vigesimas quintas partes para o fundo de reserva que será empregado de accôrdo com o Governo Provincial e pelo qual correrão todas as despesas de substituição e renovação do material.

II. Dezeséis vigesimas quintas partes destinadas à amortização do capital.

Art. 30. Pelo fundo de amortização se fará o serviço da amortização da divida consolidada, applicando-se o saldo ao pagamento da divida fluctuante, si a houver, e, no caso contrario, deliberará a assembléa geral sobre o destino ou emprego dos referidos saldos.

Art. 31. Encerrar-se-ha semestralmente a conta de lucros e perdas, na qual serão consideradas a renda auferida e todas as despesas e prejuizos verificados.

§ 1.º Feito o serviço da divida da companhia, o restante dos lucros líquidos effectivamente verificados das operações concluidas no semestre, será distribuido como dividendo, aos accionistas.

§ 2.º Não se poderá fazer distribuição de dividendo, enquanto o capital desfalcao por perdas não estiver integralmente restabelecido.

## CAPITULO IV

### DA ASSEMBLÉA GERAL

Art. 32. A assembléa geral compõe-se de accionistas em numero legal, por si, seus procuradores ou representantes legais e cujas acções estejam em seus nomes inscriptas com antecedencia minima de 30 dias.

Art. 33. Os accionistas podem fazer-se representar na assembléa por outros accionistas com poderes especiaes para tal fim, não sendo este director ou fiscal em exercicio.

Art. 34. A assembléa é installada pelo presidente da directoria e na falta deste por algum dos outros directores. Em seguida convidará um accionista para presidir a assembléa, o qual, com approvação della, occupará o logar e designará os dous secretarios que devem completar a mesa.

Art. 35. Entende-se legitimamente constituida a assembléa quando no dia, logar e hora designados nos annuncios da convocação, concorrerem accionistas que representem um quarto do capital social.

Não comparecendo numero legal na primeira reunião, uma nova reunião será convocada por annuncios para oito dias depois e nesta se deliberará com qualquer que seja o capital representado.

Nos casos, porém, dos arts. 36 e 65 do Regulamento n. 8821, em que é necessario que estejam representados dous terços do capital, far-se-ha ainda uma terceira reunião por annuncios e por cartas aos accionistas, moradores na cidade do Rio de Janeiro e na de Nietheroy e que tiverem residencia conhecida, com a declaração de que nesta reunião a assembléa deliberará, qualquer que seja o capital representado.

Art. 36. As reuniões da assembléa geral ordinaria terão lugar annualmente nos mezes de Agosto a Outubro, o mais tardar, o extraordinariamente quando a administração ou conselho fiscal o julgarem conveniente, ou o requeiram sete ou mais accionistas, representando um quinto do capital social, podendo os mesmos reclamantes fazer a convocação, quando a directoria e o conselho fiscal a isso se recusarem.

Art. 37. A reunião da assembléa geral ordinaria terá por fim especial a leitura, discussão e deliberação do parecer dos fiscaes, e do inventario, balanço e contas da administração durante o anno social findo, contado de 1 de Julho a 30 de Junho.

Art. 38. Nas reuniões extraordinarias só se deliberará sobre o assumpto que as motivar, constante da ordem do dia e declarado nos annuncios da convocação.

Art. 39. A reunião ordinaria será convocada com antecedencia de 15 dias e a extraordinaria com a de oito dias, por meio de annuncios repetidos não menos de tres vezes.

Art. 40. Os possuidores de obrigações que estejam averbadas ou as depositem no escriptorio da companhia, com 30 dias de antecedencia, ainda que sem voto deliberativo, podem assistir as reuniões e tomar parte nas discussões.

Art. 41. As deliberações da assembléa são tomadas por maioria relativa de votos presentes.

I. Os votos são contados por cabeça, salvo si a assembléa geral deliberar que o sejam por acções.

II. Cada 10 acções dão direito a um voto, até o maximo de 25 votos, qualquer que seja o numero de acções que um accionista represente em seu ou alheio nome.

III. Todas as eleições são feitas por escrutinio e por acções.

IV. Não podem votar: os administradores para approvarem os seus balanços e contas, os fiscaes os seus pareceres e qualquer accionista o negocio em que fôr particularmente interessado.

Art. 42. As deliberações da assembléa, tomadas de conformidade com os estatutos e a lei, obrigam a todos os accionistas ainda que ausentes ou dissidentes.

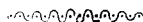
Art. 43. A assembléa geral tem poder para resolver todos os negocios, deliberar, approvar e ratificar todos os actos que á companhia interessem, com a limitação unicamente da parte final do art. 63 do Regulamento n. 8821.

#### DISPOSIÇÕES GERAES

Os concessionarios por si ou por meio de associação, que para tal fim organizarem, tomam a seu cargo a execução de

todas as obras para o fornecimento d'agua potavel á cidade do Nietheroy, de conformidade com o contrato celebrado com a Provincia em 11 de Junho de 1886, segundo o orçamento geral apresentado na concorrência aberta a 11 de Abril de 1886 na Directoria das Obras Publicas, e as importancias correspondentes neste orçamento ás obras especificadas na condição 3.<sup>a</sup> do contrato acima referido, tudo pela quantia garantida pelo Governo da Provincia do Rio de Janeiro ; correndo por conta dos mesmos concessionarios, durante a execução das obras, as despesas da administração da companhia e, si forem obrigados pelo Governo Provincial, correrá tambem por conta dos mesmos o adiantamento do ordenado do Engenheiro-fiscal do Governo, recebendo o pagamento em dinheiro e em obrigações privilegiadas (*debentures*) em partes iguaes ; devendo ser pago em dinheiro e considerado primeiro pagamento por conta das referidas obras: a substituição da caução, despesas de estudos definitivos, obras executadas, o bem assim a aquisição dos mananciaes e terrenos necessarios, de cujos immoveis será o titulo de transmissão desde logo directamente passado á companhia ; obrigando-se os mesmos concessionarios a executar as obras de conformidade com as clausulas do contrato acima citado e ao pagamento das multas em que incorram e mais obrigando-se a fazer cessão gratuita á companhia da respectiva concessão e de todos os direitos inherentes a ella, sem jus a reclamação sob qualquer pretexto ; o que, pelos subscriptores abaixo assignados, fica desde já aceito e que de tudo se lavrará o respectivo contrato com a administração da companhia, no qual se regulará a forma e prazo dos pagamentos.

Rio de Janeiro, 24 de Julho de 1886.— Os fundadores: *Eugenio Cornelio dos Santos, Victor Francisco Braga Mello.*



#### DECRETO N. 9674 — DE 9 DE NOVEMBRO DE 1886

Proroga o prazo fixado para a conclusão dos engenhos centraes contratados pela Companhia *North Brazilian Sugar Factories, limited*, nos municipios de S. Lourenço da Matta e Pau d'Alho, Provincia de Pernambuco, e de S. José de Mipibú, Provincia do Rio Grande do Norte ; restabelece as concessões feitas á mesma companhia para a fundação de dous engenhos centraes nos municipios de Ceará-Mirim, Provincia do Rio Grande do Norte, e de Nazareth, Provincia de Pernambuco ; e fixa os prazos para começo e conclusão desses dous engenhos.

Attendendo ao que Me requereu a Companhia *North Brazilian Sugar Factories, limited*, e desistindo ella de quaesquer reclamações, Hei por bem :

1.<sup>o</sup> Prorogar até ao dia 31 de Janeiro proximo futuro o prazo marcado no Decreto n. 9633, de 28 de Agosto ultimo, dentro do

qual o engenho central do municipio de S. Lourenço da Matta, Provincia de Pernambuco, deve estar completamente concluido, e até ao dia 30 de Setembro do anno vindouro o prazo, marcado no mesmo decreto, dentro do qual os engenhos centraes dos municipios de S. José de Mipibú, Provincia do Rio Grande do Norte, e de Pau d'Alho, Provincia de Pernambuco, devem estar em condições identicas, subsistindo, entretanto, a suspensão da garantia de juros até a conclusão das respectivas obras ;

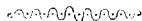
2.º Revogar o mencionado decreto na parte em que se declarou caducas as concessões feitas á mesma companhia para o estabelecimento de um engenho central no municipio do Ceará-Mirim, Provincia do Rio Grande do Norte, e outro no de Nazareth, Provincia de Pernambuco ;

3.º Fixar o prazo de um anno, a contar da data do presente Decreto, para o começo e o de dous annos para a conclusão desses dous engenhos centraes, começando a correr os juros depois do emprego effectivo da terça parte do respectivo capital e da conclusão das obras das duas fabricas de Pau d'Alho e de S. José de Mipibú.

Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra e interino dos da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio de S. João de Ipanema em 9 de Novembro de 1886, 65º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves.*



#### DECRETO N. 9676 (\*) — DE 20 DE NOVEMBRO DE 1886

Crêa na cidade de Pelotas uma Delegacia da Capitania do Porto da Provincia do Rio Grande do Sul.

De conformidade com o disposto no art. 5º, § 13, da Lei n. 3314 de 16 de Outubro do corrente anno, Hei por bem Crear na cidade de Pelotas uma Delegacia da Capitania do Porto da Provincia do Rio Grande do Sul.

Samuel Wallace Mac-Dowell, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 20 de Novembro de 1886, 65º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Samuel Wallace Mac-Dowell.*

---

(\*) Com o n. 9675 não houve acto.

## DECRETO N. 9677 — DE 20 DE NOVEMBRO DE 1886

Concede à *The Globe Marine Insurance Company, limited* autorização para funcionar no Imperio

Attendendo ao que requereu a *The Globe Marine Insurance Company, limited*, devidamente representada, e de conformidade com o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, exarado em Consulta de 23 de Setembro do corrente anno, Hei por bem Conceder à referida companhia autorização para funcionar no Imperio, mediante as clausulas que com este baixam, assignadas por Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra e interino dos da Agricultura, commercio e Obras Publicas, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 20 de Novembro de 1886, 65º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves.*

**Clausulas a que se refere o Decreto  
n. 9677 desta data**

I

A companhia é obrigada a ter um representante no Imperio com plenos e illimitados poderes para tratar e definitivamente resolver as questões que se suscitarem quer com o Governo, quer com os particulares.

II

Todos os actos que praticar no Imperio ficarão sujeitos às respectivas leis e regulamentos e à jurisdicção de seus Tribunaes judiciarios ou administrativos, sem que em tempo algum possa a referida companhia reclamar qualquer excepção fundada em seus estatutos.

III

A companhia não poderá começar a exercer suas funções antes de depositar no Thesouro Nacional a quantia de 20:000\$ em moeda corrente ou em apolices da divida publica.



## IV

Fica ainda dependente de autorização do Governo Imperial qualquer alteração feita nos estatutos da companhia que deverá sollicitar-a immediatamente, sob pena de multa de 1:000\$ a 5:000\$, e de lhe ser cassada esta concessão.

Palacio do Rio de Janeiro em 20 de Novembro de 1886.— *Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves.*

Eu, Carlos João Kunhardt, traductor publico e interprete commercial juramentado da praça do Rio de Janeiro, etc., etc. certifico que me foram apresentados uns estatutos escriptos em inglez, os quaes, a pedido da parte, traduzi litteralmente para o idioma nacional, e dizem o seguinte, a saber :

## TRADUÇÃO

**Estatutos da « The Globe Marine Insurance Company, limited »**

LEIS DAS COMPANHIAS, 1862 E 1867.—COMPANHIA LIMITADA POR ACÇÕES

*Memorandum de Associação The Globe Marine Insurance Company, limited*

1.º O nome da companhia é *The Globe Marine Insurance Company, limited.*

2.º O escriptorio registrado da companhia será na Inglaterra.

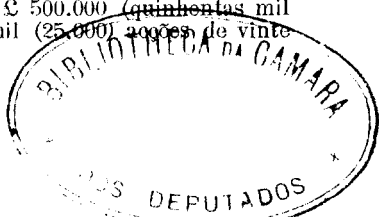
3.º Os fins para os quaes a companhia se organiza são :

a) Segurar carregamentos e fretes e fazer em geral quaesquer outros negocios de seguros maritimos e seguros ou re-seguros de riscos maritimos e quaesquer outros negocios de uma companhia de seguro maritimo, conforme a companhia ou os seus directores em qualquer occasião resolverem ;

b) Celebrar quaesquer contratos e praticar quaesquer cousas que possam ser necessarias ou incidentes ou por outra forma conducentes á consecução de quaesquer dos fins acima.

4.º A responsabilidade dos accionistas e dos directores é limitada.

5.º O capital da companhia é de £ 500.000 (quinhentas mil libras), dividido em vinte e cinco mil (25.000) acções de vinte (20) libras cada uma.



LEIS DAS COMPANHIAS, 1862 E 1867.—COMPANHIA LIMITADA POR  
MEIO DE ACÇÕES

### **Estatutos da « The Globe Marine Insurance Company, limited »**

Fica accordado o seguinte :

1. Nenhum dos regulamentos contidos na tabella marcada A, no primeiro additivo à lei das companhias, 1862, será applicavel a esta companhia, porém constituirá os seus estatutos o que se segue :

#### *I.— Interpretação*

2.— Na interpretação dos presentes estatutos, as seguintes palavras e expressões terão as significações que lhes são nelles attribuidas, salvo si a significação fór claramente contraria ou repellido pelo contexto ou natureza do assumpto.

« A companhia » significa a *The Globe Marine Insurance Company, limited*.

« Estes Estatutos » ou os presentes significam os estatutos da companhia nessa occasião.

« Capital » significa o capital existente da companhia na occasião.

« Acções » significa as acções existentes da companhia.

« Directores » significa os directores na occasião da companhia ou conforme o caso, os directores reunidos em conselho.

« Directoria » significa os directores reunidos em conselho, em Londres.

« Escriptorio » significa o escriptorio registrado da companhia em qualquer occasião.

As palavras que exprimem sómente o numero singular incluem o numero plural, e as palavras que exprimem sómente o numero plural incluem o numero singular.

As palavras que exprimem o genero masculino incluem o feminino.

A palavra « pessoa » incluirá uma corporação.

A palavra « dividendo » incluirá os premios (bonnes).

Sempre que nestes estatutos qualquer expressão seja referente a uma ou mais pessoas exercendo qualquer cargo, essa expressão se entenderá ser applicada à pessoa ou pessoas que na occasião exercerem as funcções do dito cargo, e na intelligencia dos estatutos todos os poderes, autorização e faculdade dados ou conferidos aos directores, terão em todos os casos a mais lata interpretação que se lhes possa dar para manter a autoridade dos directores.

#### *II.— Escriptorio*

3. O escriptorio registrado da companhia será em Londres.

III.— *Negocios*

4. As operações da companhia, excepto como em seguida disposto, serão realizadas em Londres, sob a administração dos directores, sujeitos sómente à fiscalisação das assembleas geraes, conforme o disposto nestes estatutos, abrangendo essas operações, de conformidade com a deliberação especial de 14 de Junho de 1873, os seguros e re-seguros de cascos de navios, apparelho, machinismos, botes, artilharia, munições e outras pertenças de navios, pela maneira e nos termos e condições em que poderiam ter sido feitos si os estatutos originaes não contivessem restricção alguma relativamente a taes seguros.

IV.— *Capital*

5. O primeiro capital da companhia consistirá de £ 500.000 (quinhentas mil libras) em 25.000 (vinte e cinco mil) acções de £ 20 (vinte) cada uma.

Essas acções serão numeradas em ordem consecutiva e cada acção será distinguida nos livros da companhia por um numero especial.

6. A companhia poderá em qualquer occasião, por uma deliberação especial, augmentar o capital original de £ 500.000 pela emissão de novas acções e determinar a época e a maneira pela qual essas novas acções deverão ser emittidas ou offerecidas e quaes as condições como poderão ser possuidas.

7. Si em qualquer época os fiscaes ou o fiscal da companhia certificarem à directoria que os prejuizos da companhia absorveram o fundo de reserva e tambem metade do capital nominal da companhia, a directoria convocará immediatamente uma assemblea geral extraordinaria e apresentar-lhe-ha uma exposição dos negocios da companhia.

V.— *Despezas preliminares*

8. Os directores terão a faculdade de pagar com os haveres e fundos da companhia todas as despezas preliminares, obrigações e responsabilidades de qualquer natureza ou especie occasionadas por qualquer operação ou transacção relativa à organização da companhia anteriores à sua incorporação, ou provenientes, ou occasionadas pelas medidas necessarias para a sua completa incorporação, incluindo o preparo e organização dos presentes estatutos e as despezas relativas à incorporação da dita companhia, contanto, porém, que esses pagamentos, incluindo todas as despezas, não excedam de £ 1.000.

VI.— *Acções*

9. O pedido de quaesquer acções assignado pelo ou no nome do requerente, contendo a declaração ou distribuição das acções,

será considerado como um accôrdo da sua admissão como accionista da companhia e dará direito á companhia de inscrever o nome do requerente no registro dos accionistas, com relação ás acções que lhe forem assim distribuidas.

10. As acções serão distribuidas pelos directores e á sua discrição.

11. Cada accionista terá direito a um certificado por cada uma de suas acções, e esse certificado levará o sello da companhia, será assignado por dons directores e rubricado pelo secretario.

12. Si algum certificado se inutilisar, destruir, ou perder, poderá ser substituido por outro, apresentando-se prova do facto, que satisfaça os directores, ou mediante a indemnização que os directores julgarem adequada.

13. Todo o accionista primitivo terá direito aos certificados originaes de suas acções, gratuitamente, porém em qualquer outro caso pagar-se-á á companhia, por cada certificado, uma compensação que não excederá de 5 shillings, conforme a directoria determinar.

14. Nenhuma acção poderá ser dividida.

15. Aviso algum de qualquer onus, expresso, implicito ou inferido, será lançado no registro, nem será aceito pela companhia, nem será a companhia de fôrma alguma por elles obrigada.

16. A companhia terá o direito de preferencia e de hypotheca tacita, válda perante as leis, sobre todas as acções e sobre todos os juros e dividendos declarados ou pagaveis com relação a essas acções, por todos os dinheiros devidos á companhia e responsabilidades para com ella, por parte do accionista registrado, ou por qualquer dos accionistas registrados possuidores dessas acções, quer individualmente, quer juntamente com outra pessoa, inclusive todas as chamadas feitas por deliberação tomada pelos directores, embora não tenha chegado a hora marcada para o seu pagamento, e inclusive qualquer responsabilidade para com a companhia por sinistros, embora a importância desses sinistros não tenha sido verificada.

17. O registro dos accionistas será escripturado pelo secretario, sob a fiscalisação da directoria, e todo o accionista indicará em qualquer occasião á companhia em logar de endereço no Reino Unido, que será registrado como seu logar de residencia e o logar que assim fôr, em qualquer occasião, registrado, será considerado, para os fins dos presentes, como o seu logar de residencia, e na falta desse endereço, o escriptorio da companhia será considerado endereço sufficiente para os fins da companhia.

18. No caso de qualquer acção achar-se averbada nos nomes de duas ou mais pessoas, a pessoa cujo nome se achar inscripto em primeiro logar no registro dos accionistas, poderá a operação dos directores, no que fôr relativo á votação nas assembléas geraes, recebimento de dividendos, remessa de avisos, e todos ou quaesquer outros assumptos relativos á companhia, excepto a transferencia dessa acção, ser considerada como seu unico possuidor.

VII.— *Chamadas por conta das acções*

19. Os directores podem, em qualquer occasião, fazer as chamadas que julgarem convenientes, com relação ás importancias por pagar sobre as acções em poder dos accionistas.

20. Fica entendido que, sempre que fór feita alguma chamada, será dado a cada accionista, obrigado ao seu pagamento, aviso, com, pelo menos, 21 dias de antecedencia da época e do lugar onde tiver de se effectuar o pagamento.

21. As chamadas serão consideradas como devendo ser feitas na época em que, pelos directores, tiver sido votada a deliberação autorizando-a.

22. Si qualquer chamada, relativa a qualquer acção, não fór paga no dia designado para o seu pagamento, o possuidor da dita acção, nessa occasião, será obrigado a pagar a companhia com os juros a contar do dia designado para o seu pagamento, até a época da realização do pagamento, a uma taxa que não exceda a 5 por cento ao anno, conforme os directores em qualquer occasião determinarem; e os possuidores em commun de acções serão responsaveis, quer individualmente, quer conjunctamente por todas as chamadas correspondentes a essas acções. E em quaesquer procedimentos para a cobrança da importancia devida de uma chamada a apresentação do lançamento no livro de actas da directoria, determinando essa chamada, será prova concludente de que essa chamada foi devidamente feita, e isso é o juramento de qualquer director ou outro official da companhia, de que a chamada ou qualquer parte della se acha por pagar e a apresentação do registro da companhia, com o nome do accionista de quem se procura cobrar essa importancia, indicando ser elle o possuidor da acção sobre a qual se reclama a importancia devida, serão a unica prova necessaria para estabelecer a obrigação do accionista de pagar a importancia dessa chamada.

23. O accionista não votará, nem exercerá regalia alguma de accionista, enquanto não tiver pago qualquer chamada de que seja devedor.

VIII.— *Commisso de acções*

24. Si qualquer accionista deixar de pagar a quantia que dever no acto da distribuição das acções ou por qualquer chamada, dentro de sete dias depois do dia designado para o seu pagamento, os directores poderão a todo o tempo, enquanto essa quantia ou chamada estiver por pagar, mandar um aviso ao então possuidor da acção, exigindo o respectivo pagamento, com quaesquer juros e despezas que possam ter provindo em razão dessa falta de pagamento.

25. O aviso mencionará um dia no qual ou antes do qual a referida quantia ou chamada, juros e despezas, deverão ser pagos. Elle indicará tambem o lugar onde deve ser feito o pa-

gamento e declarará que, no caso de falta de pagamento no dia e lugar indicados, as acções sobre as quaes essa quantia ou chamada estiver por pagar ficarão sujeitas ao commisso.

26. Si as exigencias constantes de tal aviso, como acima dito, não feren attendidas dentro de 21 dias, qualquer acção, a cujo respeito foi feito o aviso, poderá, em qualquer tempo depois de decorridos os 21 dias, e antes de pagas todas as chamadas, juros e despesas devidas por essa acção, ser declarada cahida em commisso, por uma deliberação dos directores a este respeito.

27. O commisso de uma acção envolverá a extinção, na época do commisso, de todos os juros, reclamações e pretensões contra a companhia, relativas a essa acção, e todos os mais direitos incidentes, salvo sómente os direitos que, por estes estatutos, estão expressamente reservados.

28. Qualquer acção assim cahida em commisso será considerada como propriedade da companhia, que poderá dispôr della nos termos e pela maneira que a directoria determinar.

29. Qualquer accionista, cujas acções tenham cahido em commisso, fica, não obstante, obrigado a pagar á companhia todas as entradas ou chamadas que estiver devendo sobre essas acções, até a occasião do commisso, incluindo todos os juros e despesas mencionadas no art. 22, sem desconto algum de abatimento a respeito do valor das acções na época do commisso.

30. Uma declaração authentica de ter sido feita a chamada sobre alguma acção e de ter sido dado o respectivo aviso, que houve falta de pagamento dessa chamada, e que o commisso da acção foi declarado por deliberação especial dos directores, será prova bastante dos factos nella mencionados, contra todas as pessoas que, a não ser esse commisso, teriam direito a essa acção; essa declaração e o recibo do valor dessa acção, passado pela companhia, constituirão um título válido dessa acção, e ao comprador se passará um certificado de propriedade, pelo qual elle será considerado o proprietario da acção, e não será obrigado a fiscalisar o emprego da importancia da compra, nem o seu direito á dita acção será affectado por qualquer irregularidade no processo relativo a esse commisso ou venda.

Os certificados de acções cahidas em commisso serão considerados propriedade da companhia e poderão ser rehavidos por ella.

31. Os directores poderão cancelar ou annullar o commisso de qualquer acção, mediante pagamento de todas as importancias devidas á companhia pelo ex-possuidor ou por qualquer dos ex-possuidores dessa acção e de todas as despesas relativas a ella, juntamente com a importancia, no caso que haja, que, a título de multa, os directores possam determinar.

#### IX. — *Transferencia e transmissão de acções*

32. A companhia terá um livro de registro de transferencias, no qual serão lançadas as particularidades de cada transferencia ou transmissão de qualquer acção.

O registro de transferencias estará a cargo do secretario da companhia e sob a fiscalisação da directoria.

O registro de accionistas será sempre posto de accôrdo com o livro de transferencias.

Nenhuma transferencia de acção será, por qualquer fôrma, reconhecida senão depois de lavrado o termo, devidamente assignado, tanto pelo transferente, como pelo transferido; o transferente será considerado como possuidor dessa acção, até que o nome do transferido seja inscripto no registro dos accionistas, relativamente a essa acção.

33. Ninguém será registrado como transferido de uma acção sem que tenha enviado ao escriptorio da companhia, em Londres, o instrumento de transferencia passado de conformidade com os estatutos, para ser guardado no archivo da companhia, pela maneira pela qual a directoria em qualquer occasião o determinar.

34. Nenhum accionista terá direito de transferir as suas acções enquanto estiver em debito para com a companhia por chamadas ou juros.

35. Em caso nenhum se fará a transferencia de acções, sem a approvação da directoria, e nenhuma transferencia será válida sem que seja assignada ou rubricada por um director, e as particularidades lançadas no registro de transferencias.

36. Os directores podem recusar o registro de qualquer transferencia feita a pessoa ou pessoas que não sejam por elles approvadas.

37. Os directores, não obstante a sua approvação do transferido, poderão recusar o registro de qualquer transferencia de acções sobre as quaes existir hypothecca tacita a favor da companhia ou sobre as quaes os directores acreditem com razão existir tal hypothecca.

38. Antes de approvarem ou de registrarem qualquer transferencia de acção, os directores poderão tambem exigir que o transferido apresente e deixe em mãos do secretario, para ser examinado, o certificado da acção que se pretende transferir.

39. Os livros de transferencia serão encerrados durante os 14 dias immediatamente precedentes à assembléa geral ordinaria de cada anno; e os directores, fazendo os devidos avisos por annuncio publicado em algum dos jornaes diarios de Londres, poderão, sempre que o julgarem conveniente, ordenar que os livros de transferencia sejam encerrados em qualquer época que elles possam determinar, não excedendo, no todo, a 28 dias em cada anno.

40. Os testamenteiros ou administradores de um accionista fallecido serão as unicas pessoas que a companhia reconhecerá como tendo qualquer direito às suas acções, e elle e quaesquer pessoas que vierem a ter direito a acções em consequencia de fallencia ou de insolvabilidade de qualquer accionista, ou em consequencia do casamento de qualquer accionista mulher, ou por qualquer outra fôrma que não seja por transferencia, nestes estatutos collectivamente denominados successores,



poderão ser registrados como accionistas, depois de apresentarem a prova que a todo o tempo fôr exigida pelos directores.

41. Qualquer successor poderá, sujeito a apresentação da prova mencionada no art. 40, optar por que seja, em vez delle, registrada alguma outra pessoa por elle indicada, como possuidora das acções por successão, e exercerá essa opção, fazendo ao seu substituto a transferencia dessas acções, porém esse direito e a escolha do substituto serão sujeitos à approvação dos directores e às condições expressas nos arts. 36 e 37.

42. Todos os instrumentos de transferencia serão depositados em mãos do secretario para serem examinados, e (caso seja exigido) fornecer-se-lha prova razoavel do titulo do transferido.

43. Antes do registro de qualquer transferencia de acções, os directores poderão exigir do transferido uma quantia que não exceda de 2 sh. 6 d. (dous shillings e seis dinheiros) conforme elles possam em qualquer occasião determinar.

#### X. — *Agentes*

44. A directoria poderá, em qualquer occasião, nomear agentes para os logares na ou fóra da Gran-Bretanha, que ella possa julgar convenientes, com o fim de realizarem seguros para ou por conta da companhia, e poderá, à vontade, revogar essas nomeações ou qualquer dellas. Os agentes assim nomeados, terão, salvo deliberação em contrario, da directoria, a faculdade de effectuar seguros de riscos tomalos por elles, e regular e liquidar todos os prejuizos nas apolices por elles respectivamente emittidas, e, em geral, para fazerem e praticarem quaesquer actos, feitos e cousas referentes a taes seguros ou prejuizos cobertos pelas ditas apolices, conforme a directoria, a todo o tempo, resolver.

#### XI. — *Apolices*

45. As formulas das apolices de seguro da companhia serão, em qualquer occasião, determinadas pela directoria, e cada apolice será assignada pelo secretario ou segurador, excepto as apolices que forem emittidas pelos agentes no exterior, as quaes serão assignadas ou passadas pela forma que a todo o tempo fôr determinada pela directoria.

#### XII. — *Letras de cambio*

46. Excepto tanto quanto possa ser necessario aos agentes, procedendo em virtude de instrucções dos directores, fazel-o, ao effectuarem re-seguros e ao regularem, liquidarem e pagarem os prejuizos acima ditos, nenhuma outra pessoa, além dos directores, terá a faculdade de succar ou aceitar qualquer letra de cambio ou notas promissorias pela ou por conta da companhia.



XIII. — *Empregos de capitães*

47. O capital da companhia, realizado o fundo de reserva e todos os mais dinheiros da companhia que não forem immediatamente necessários para qualquer pagamento que a companhia tenha de fazer, poderão ser empregados, realizados, re-empregados, ou de qualquer forma applicados, postos em gyro ou movidos pela maneira (excepto sómente na compra de acções da companhia) que a directoria possa, na sua discreção, em qualquer occasião, determinar; o rendimento ou os lucros resultantes de taes operações serão considerados como renda da companhia.

XIV. — *Fundo de reserva*

48. Os directores poderão, antes de proporem qualquer dividendo, retirar dos lucros da companhia a quantia ou quantias que elles possam julgar conveniente para formação de um fundo de reserva, e poderão, em qualquer occasião, applicar qualquer parte desse fundo de reserva, para fazer face a contingencias, ao pagamento ou à regularisação dos dividendos, distribuição de premios, ampliação e desenvolvimento ou a quaesquer outros fins referentes aos negocios da companhia, e sendo sempre applicadas pela maneira por que os directores determinarem.

XV. — *Assembléas geraes*

49. A assembléa geral ordinaria da companhia reunir-se-ha uma vez, pelo menos, em cada anno, na época e lugar que os directores a todo o tempo determinarem, e no caso que ellas tenham lugar mais de uma vez no decurso de um anno, a assembléa ordinaria, aqui em seguida mencionada, e que se refere ás contas, seu exame e à retirada e eleição de directores e fiscoes, será considerada como a primeira assembléa geral desse anno.

50. A directoria poderá em qualquer occasião convocar uma assembléa geral extraordinaria.

51. O aviso convocando a assembléa extraordinaria indicará o objecto da reunião e os negocios que nella tiverem de ser tratados: nenhum outro negocio, além dos indicados nos avisos, poderá ser tratado nessa assembléa geral.

52. Os directores convocarão a assembléa geral extraordinaria toda a vez que qualquer numero de accionistas, numero menor de 20, e possuindo no conjuncto nunca menos de um quinto das acções, o pedirem, entregando ao secretario da companhia um requerimento indicando o objecto da assembléa geral e assignado pelos accionistas requerentes.

53. Si dentro de 14 dias depois da entrega do requerimento, os directores deixarem de convocar a assembléa geral, de accordo com esse requerimento, os requerentes ou quaesquer accionistas nunca menos de 20 e possuindo, no conjuncto, nunca menos de um quinto das acções da companhia, poderão convocar uma assembléa extraordinaria.

54. A assembléa geral reunir-se-ha em logar conveniente, em Londres, designado pela directoria, ou, no caso della a não convocar, pelos accionistas que o fizerem.

55. Não se tratará de negocio algum, e em qualquer assembléa geral, além da eleição do presidente, da leitura de qualquer relatorio de directores ou dos fiscaes, da approvação de contas e dos actos dos directores ou da declaração de um dividendo, sem que estejam presentes 10 accionistas no começo dos trabalhos da assembléa geral.

56. Si dentro de meia hora depois da hora marcada para a reunião da assembléa geral, não se acharem presentes 10 membros, a assembléa geral, quando tiver sido convocada a requerimento de accionistas, será dissolvida; em todos os mais casos, sem prejuizo da clausula precedente, será adiada pelo presidente para o dia e logar que elle designar, e si nessa assembléa geral adiada não comparecer *quorum* ella será adiada *sine die*.

57. O presidente poderá, com o consentimento da assembléa, adiar qualquer assembléa geral de um dia para outro e de um para outro logar.

58. Em uma assembléa geral, adiada, não se tratará de outros negocios além dos que ficaram por concluir na assembléa em que teve logar o adiamento.

59. Os directores que convocarem a assembléa geral e os accionistas que convocarem qualquer assembléa geral extraordinaria darão dellas os respectivos avisos, pelo menos com sete dias e nunca mais de 20 dias, de antecedencia, e esses avisos serão dados a cada accionista pela maneira aqui em seguida, expressa, e tambem, si a directoria o julgar conveniente, por meio de annuncio em um ou mais jornaes.

60. Quando alguma assembléa geral fór adiada por mais de 14 dias, os directores darão, com quatro dias pelo menos de antecedencia, aviso da reunião da assembléa geral adiada.

61. O aviso indicará a hora e o logar da reunião e especificará os negocios que deverão ser tratados na assembléa geral.

62. Os negocios que devem ser tratados nas assembléas geraes ordinarias, são: eleição de directores, fiscaes, approvação ou impugnação total ou parcial, ou adopção e confirmação das contas, balanços, relatorios e actos dos directores e fiscaes, respectivamente, e declaração de qualquer dividendo proposto pelos directores.

63. Presidirá a assembléa geral o presidente da directoria, ou em sua falta um director, ou na falta de todos os directores, um accionista eleito pelos accionistas presentes.

64. Excepto, quando disposto em contrario nestes estatutos,

todos os assumptos que tiverem de ser decididos por qualquer assembleá geral, sel-o-hão por votação symbolica, excepto si na occasião ou immediatamente depois dessa fórma de votação, fôr pedido por escripto por tres ou mais accionistas possuindo no conjuncto nunca menos de quinhentas acções, a votação por escrutinio e neste caso o assumpto ficará resolvido pelo resultado do dito escrutinio. Em um assumpto de adiamento ou de eleição de presidente não se procederá a escrutinio.

65. Uma declaração feita pelo presidente na assembleá geral, de ter sido approvada uma resolução, e o lançamento competente feito no livro de actas da assembleá geral, serão prova concludente dos factos assim declarados, sem que seja preciso provar o numero dos votos dados pro ou contra a resolução, salvo si tiver de se proceder á votação por escrutinio.

66. Si fôr requerido um escrutinio, a elle se procederá pela maneira, no lugar e na occasião e quer immediatamente, quer dentro de sete dias depois da assembleá geral, conforme o presidente da assembleá geral determinar. O resultado do escrutinio será considerado deliberação da assembleá geral na qual o escrutinio tiver sido pedido. O presidente terá a faculdade de adiar a assembleá geral para esse escrutinio.

67. Em todos os assumptos que tiverem de ser decididos por escrutinio cada accionista com direito de votar terá um voto por cada dez acções de que fôr possuidor, porém pessoa alguma que tiver menos de dez acções terá direito de votar.

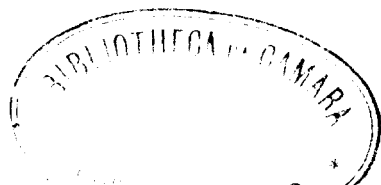
68. Si qualquer accionista fôr criança menor, lunatico, idiota ou *non compos mentis*, poderá tomar parte em assembleás e votar em escrutinios ou por outra fórma, por meio do seu tutor, comissão, *curator-bonis* ou outro curador legal ou por qualquer um delles, si forem mais de um, devendo a essa pessoa fornecer, nunca menos de quarenta e oito horas antes da hora em que deverá ter lugar a assembleá na qual ella pretende votar, aos directores a prova que estes possam exigir de seu titulo de representante de tal accionista e os accionistas assim representados serão considerados como pessoalmente presentes.

69. Todo o accionista poderá votar por procuração, mas o seu procurador deverá ser um accionista com direito a votar por si proprio.

70. O instrumento de nomeação de um procurador será por escripto assignado pelo outorgante, ou si esse outorgante fôr uma corporação, sob o seu sello commun, e na fórma seguinte, ou por outra fórma que os directores approvarem:

« Eu, ... accionista da *The Globe Marine Insurance Company, Limited*, por este instrumento nomeio... outro accionista, ou na sua ausencia... tambem accionista da companhia, para proceder como meu procurador, para votar por mim, em meu lugar na assembleá geral da companhia, quo deve ter lugar em... de... 18... (assignatura). »

Taes procurações serão depositadas no escriptorio da companhia, 48 horas antes da hora marcada para a assembleá em que ellas têm de servir e serão recolhidas ao archivo da com-



panhia, mas serão apresentadas sempre que forem razoavelmente reclamadas, e á custa da pessoa que exigir a sua apresentação.

71. Toda a procuração será válida para todos os adiantamentos da assembléa para a qual ella tiver sido devidamente passada, mas em caso algum será ella válida por um periodo superior a seis mezes depois da data em que fór outorgada.

72. O presidente de uma assembléa geral, em todos os casos de empate de votos, em um scrutinio ou outra votação, terá um voto adicional ou voto de qualidade.

73. Todos os negocios tratados em assembléa geral serão lançados em actas e essas actas serão assignadas pelo presidente da respectiva assembléa ou pelo presidente da assembléa geral subsequente.

74. Todo o lançamento feito no livro de actas das assembléas geraes, considerado feito e assignado de conformidade com os regulamentos e estes estatutos, será, na falta de prova em contrario, considerado como um registro fiel, e em todo o caso o encargo de prova e os seus erros recahirá totalmente sobre a pessoa que fizer qualquer objecção ao lançamento.

#### XVI.—*Directores, sua eleição e retirada*

75. O numero dos directores não será inferior a cinco, nem superior a 20, salvo si uma assembléa geral determinar o contrario.

76. Todo o director deverá achar-se na occasião de sua eleição registrado como possuidor de 100 acções, pelo menos, ou de qualquer outro numero que a assembléa geral em qualquer occasião determinar.

77. Na assembléa ordinaria de 1871, e na de cada anno subsequente, retirar-se-ha um terço dos directores ou o numero mais proximo a um terço, porém, não excedendo ao terço, e a assembléa elegará para o logar desses directores, outros tantos accionistas qualificados, salvo si nessa assembléa geral fór deliberado augmentar-se ou reduzir-se o numero dos directores, de accordo com as disposições do art. 75, em cujo caso serão eleitos tantos ou tantos somente quantos forem precisos para completar o numero augmentado ou reduzido.

78. O turno de retirada dos primeiros e dos subsequentes directores será pela ordem alphabetica, e todo o director que se retirar (si estiver qualificado) poderá ser reelito.

79. Sete dias pelo menos, de antecipação a qualquer assembléa geral convocada para a eleição de directores, todo o accionista que pretender propôr a si proprio ou qualquer outra pessoa como candidato ao cargo, dará ao secretario um aviso por escripto, por elle assignado, declarando a sua intenção de se apresentar candidato ou dando o nome da pessoa que elle pretende propôr para esse cargo, e na falta desse aviso não poderá esse candidato ser eleito.

Esta disposição não se applica ao director que por seu turno se retira.

80. Todo o director deixará, *ipso facto*, o seu cargo, logo que deixe de ser possuidor, em seu proprio nome, de cem acções, ou quando venha a fallir ou a tornar-se insolvavel, suspender pagamentos ou fazer composição com os seus credores ou quando se reconhecer que soffre de demencia.

81. Nada do que se acha aqui contido obstará a que qualquer director effectue seguros na companhia, pelos meios ordinarios dos negocios, contanto que o director que fizer o seguro não tome parte com o director em quaesquer negocios ou questões proveniente ou resultante de taes seguros, e tambem que elle não esteja presente á sessão da directoria ou de qualquer commissão enquanto se estiver discutindo sobre esse assumpto.

82. Os directores poderão agir, não obstante existir qualquer vaga entre elles, e não obstante achar-se em qualquer occasião por morte ou por outro motivo, reduzido o seu numero a menos de cinco, mas, poderão em qualquer occasião, si o julgarem conveniente, e quer tenha havido ou não alguma vaga, eleger para o cargo de director um accionista convenientemente qualificado, contanto que o seu numero não exceda ao mencionado na clausula 75 e qualquer pessoa assim nomeada retirar-se-ha do cargo na primeira assembléa geral ordinaria subsequente á sua eleição, podendo porém ser reeleito.

83. Si em qualquer assembléa geral ou seu adiamento, na qual deve ter logar uma eleição de directores, não se proceder a essa eleição, os directores que continuarem preencherão as vagas e os directores assim eleitos exercerão o cargo pela mesma fórma como si tivessem sido eleitos em assembléa geral ordinaria.

84. A companhia, em assembléa geral extraordinaria, poderá, por uma deliberação adoptada por votação dos accionistas presentes na occasião, pessoalmente ou por procuração e possuindo collectivamente, pelo menos, tres quintas partes das acções registradas, demittir qualquer director antes da expiração do prazo do seu mandato, e poderá ou não nomear um accionista qualificado para o seu logar, e esse director quando assim nomeado occupará a todos os respeitoos o logar do seu predecessor.

#### XVII.— *Escriptorios filiaes*

85. Afim de estender os negocios da companhia, poderá a directoria, com a approvação de uma assembléa geral ordinaria ou extraordinaria, estabelecer escriptorios filiaes, quer neste paiz, quer no estrangeiro, e nomear directores e officiaes para os mesmos e revogar essas nomeações ou qualquer dellas; e esses escriptorios filiaes e directores ou officiaes estarão sob a fiscalisação do escriptorio principal e os poderes desses directores se restringirão ás instrucções da directoria em Londres e aos presentes estatutos, e a remuneração desses directores ou officiaes

será estabelecida em qualquer occasião pela directoria em Londres, a qual terá a faculdade de demittir qualquer desses directores ou officiaes em qualquer época, e a suprema fiscalisação de qualquer desses escriptorios filiaes ou dos seus negocios ficará sempre a cargo da directoria em Londres.

### XVIII.—*Directores e suas funções*

86. A directoria reunir-se-ha em sessão sempre que os directores o julgarem conveniente e em sessão extraordinaria em qualquer occasiã que fôr convocada por dous directores prevenindo o secretario, de fôrma que este possa avisar pelo correio, com um dia, pelo menos, de antecedencia, a cada director, os negocios que tiverem de ser tratados nesta sessão extraordinaria.

87. O *quorum* para a sessão será determinado a todo o tempo pelos directores.

88. Os directores elegerão em qualquer occasião de entre si um presidente e um vice-presidente, pelo tempo que elles possam determinar.

Si em qualquer reunião de directores não houver presidente ou vice-presidente, ou si nenhum dos dous si achar presente na hora marcada para a reunião, ou si nenhum quizer tomar a presidencia, os directores presentes escolherão algum de entre si para presidir essa reunião.

89. Todos os negocios tratados nas sessões de directores serão resolvidos por maioria dos votos dos directores presentes a essa sessão, e no caso de empate de votos o respectivo presidente terá um segundo voto ou voto de qualidade.

90. Os directores poderão delegar quaesquer dos seus poderes em comissões compostas do numero de membros escolhidos de entre si, que elles julgarem conveniente, e qualquer comissão assim formada poderá eleger um presidente para as suas sessões e poderão reunir-se e adiar as suas reuniões conforme julgarem conveniente.

Os negocios que forem tratados em qualquer reunião serão resolvidos por maioria de votos dos membros presentes, e no caso de empate de votos o presidente terá um voto adicional ou de qualidade.

91. Todos os actos praticados pelos directores ou por uma comissão de directores, serão, não obstante mais tarde se descobrir que houve algum defeito na nomeação de qualquer dos directores ou das pessoas agindo como director ou que elles ou qualquer delles estavam desqualificados para o exercicio do cargo de director, tão validos como si cada uma dessas pessoas tivesse sido devidamente nomeada e estivesse devidamente qualificada para director.

92. Dos trabalhos das sessões da directoria e da presença dos directores a essas sessões respectivamente e das communicações das comissões serão pelo secretario, com a conveniente brevidade, lavradas actas em livro apropriado, as quaes serão

assignadas pelo presidente da sessão subsequente, na qual serão lidas.

93. Todas as actas, logo que se achem assim lançadas e assignadas, serão, não se provando a existencia de erros, consideradas como procedimentos originaes, e quaesquer dessas actas, estando assignadas por qualquer pessoa que tenha servido de presidente em qualquer sessão dos directores ou por quaesquer dous directores, serão admittidas como evidencia, sem necessidade de outra prova.

#### XIX.— *Poderes dos directores*

94. Os directores da companhia terão a seu cargo a gerencia e a administração geral dos negocios e transacções da companhia, e poderão, sujeitos ás disposições dos presentes estatutos, exercer todos os poderes da companhia que a lei ou estes estatutos não declararem dever ser exercidos sómente pela companhia em assemblea geral, e nenhuma resolução tomada por qualquer assemblea geral invalidará qualquer acto algum anterior dos directores, que teria sido válido si essa resolução não tivesse sido tomada.

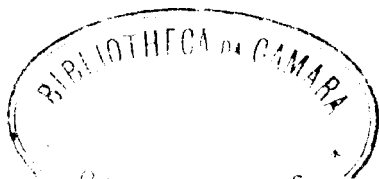
#### XX.— *Remuneração dos directores*

95. Os directores perceberão annualmente, como remuneração dos seus serviços, collectivamente, uma somma que não excederá a tantas vezes £ 200 quantos possam ser os directores na occasião, e sempre que os lucros liquidos chegarem em qualquer anno para pagar um dividendo á razão de 10 % ao anno sobre o capital realizado, será mais dividida entre elles, conforme elles determinarem, uma quantia igual a uma decima parte do excedente ou saldo (caso haja) desses lucros liquidos.

#### XXI.— *Director-gerente ou gerente*

96. Os directores poderão em qualquer occasião nomear um dentre si ou outra qualquer pessoa para director-gerente ou gerente da companhia com honorarios razoaveis ou em termos razoaveis quanto á remuneração ou pela forma que elles possam julgar conveniente, e esse gerente ou director-gerente poderá sob e sujeito á fiscalisação dos directores, fazer e ter a faculdade de fazer das cousas que forem inherentes da administração dos negocios da companhia tudo quanto os directores possam julgar conveniente encarregar-o de fazer ou exigir que o faça.

97. Director nenhum será pelo facto de accitar a nomeação de director-gerente, gerente ou segurador, desqualificado para receber ou considerado ter perdido qualquer parte do seu direito á remuneração estipulada no art. 96, ou quaesquer outros direitos ou privilegios que lhes forem conferidos como director pelos presentes estatutos.



XXII.— *Segurador*

98. Os directores poderão em qualquer occasião nomear qualquer pessoa ou pessoas para servirem de seguradores da companhia com os vencimentos ou nos termos, quanto à remuneração ou outra forma que elles possam julgar conveniente, e esse segurador ou seguradores poderão, sob e sujeitos à fiscalização dos directores, fazer e terão a faculdade de fazer de tudo quanto for relativo aos negocios da companhia, aquillo que os directores julgarem conveniente confiar-lhes ou qualquer delles respectivamente.

XXIII.— *Premios (bonnes)*

99. Logo que os lucros liquidos da companhia cheguem em qualquer anno para pagar um dividendo à razão de 10 % ao anno sobre o capital realizado, os directores separarão vinte e cinco por cento do excedente ou saldo, si houver, desses lucros e os distribuirão entre os segurados (quer accionistas quer não) que tiverem pago durante esse anno £ 500 (quinhentas libras) ou mais de premios de seguros, e a sobrelita quantia de vinte e cinco por cento será distribuida entre esses seguradores por meio de rateio e proporcionalmente à importancia das quantias pagas por elles em premios de seguros, e o certificado passado pelos fiscoas será concludente para todas as partes quanto aos lucros liquidos em qualquer anno terem sido sufficientes para pagar um dividendo à razão de dez por cento e tambem que quanto à importancia à qual os seguradores collectivamente têm direito de conformidade com esta clausula.

XXIV.— *Dividendos*

100. Todos os dividendos sobre acções serão declarados em qualquer occasião em qualquer assembléa geral ordinaria.

101. Quando, na opinião da directoria, os lucros verificados da companhia o permittirem, poder-se-ha fazer aos accionistas um pagamento por conta do dividendo.

102. O possuidor de uma acção que receber ou que tiver direito de receber um dividendo por conta, a respeito da sua acção, terá direito de recebê-lo e retê-lo, não obstante deixar elle de ser possuidor da acção, antes da declaração do dividendo com relação ao qual foi declarado o dividendo por conta.

103. Todos os dividendos serão pagos aos accionistas por meio de rateio, em proporção às quantias realizadas por conta das suas respectivas acções, ficando entendido que, sempre que qualquer accionista se achar em divida para com a companhia, todos os dividendos que tiverem de lhe ser pagos, ou uma parte sufficiente delles, poderão ser applicados em ou para pagamento da divida.



104. Todos os dividendos sobre qualquer acção que não tiver um possuidor legal registado com direito a exigir o seu pagamento, ficarão em poder da companhia até que alguma pessoa seja registada como possuidora da acção.

105. Dividendos por pagar nunca vencerão juros contra a companhia.

#### XXV.— *Recibo e pagamento de dinheiros*

106. Os recibos de qualquer director ou outra pessoa para isso autorizada pela directoria serão quitações effiezes de todas as quantias nelles declaradas recebidas.

107. Todos os pagamentos da companhia, excepto os de quantia inferior a 25 ou os de gastos miudos, ou os que forem feitos por agentes no exterior, serão feitos por cheques sobre os banqueiros da companhia, sacados de conformidade com as deliberações da directoria ou de uma commissão autorizada para este fim e assignados por dous directores e rubricados pelo secretario ou pela pessoa que na occasião estiver servindo de secretario.

#### XXVI.— *Contas*

108. Os directores organizarão a escripturação regular das contas e haveres da companhia, das sommas de dinheiro recebidas e despendidas pela companhia e das operações que deram lugar a esses recebimentos e despezas e dos creditos e responsabilidades da companhia.

109. Os directores apresentarão á companhia na assembléa geral ordinaria um relatório dos negocios da companhia até uma época que não anteceda a tres mezes do calendario essa assembléa, e um balanço contendo um resumo dos haveres e responsabilidades da companhia, organizado sob titulos convenientes.

#### XXVII.— *Fiscaes*

110. As contas da companhia e os seus diversos balanços serão examinados e a sua exactidão será verificada por um ou mais fiscaes que serão nomeados conforme aqui em seguida disposto, os certificados dos quaes serão considerados prova concludente em todas as materias relativas ás contas desta companhia.

111. Si fór nomeado um unico fiscal, todas as disposições aqui contidas, relativas a fiscaes, ser-lhe-hão applicaveis.

112. Não é necessario que os fiscaes sejam membros da companhia, e nenhum director ou outro official da companhia poderá ser eleito fiscal enquanto no exercicio do seu cargo.

113. A eleição de fiscaes será feita pela companhia na assembléa geral ordinaria de cada anno; si occorrer qualquer vaga

casual no cargo de fiscal, os directores preencherão essa vaga, sujeitos á sanção da proxima assembléa geral ordinaria.

114. A remuneração dos fiscaes será fixada pela companhia na primeira assembléa geral ordinaria e poderá ser alterada em qualquer occasião pela assembléa geral.

115. Todo o fiscal poderá ser reeleito ao deixar o cargo.

116. A todo o fiscal será, em qualquer hora razoavel, permitido o accesso e terá o direito de inspecionar os livros e contas da companhia e terá por dever examinal-os, bem como os documentos respectivos.

117. Os fiscaes apresentarão aos accionistas um relatorio sobre o balanço e contas e exporão em cada um desses relatorios si, na sua opinião, o balanço está exaecto e completo, contendo os detalhes exigidos por estes estatutos e está convenientemente organizado, de fôrma a apresentar um verdadeiro e exaecto estudo dos negocios da companhia, e esse relatorio será lido juntamente com o relatorio dos directores na assembléa geral ordinaria e será terminante prova da importancia dos lucros ou dos prejuizos das contas da companhia, e constituirá uma obrigação para todas as pessoas nelle interessadas.

#### XXVIII. — *Fidei-commissarios.*

118. Conforme e quando a directoria julgar conveniente, poderão ser nomeados fidei-commissarios para quaesquer dos fins da companhia, os quaes terão os poderes e indemnidades, e cumprirão os deveres e ficarão sujeitos aos regulamentos que a directoria determinar.

119. Os directores, fidei-commissarios, fiscaes, e todos os mais officiaes serão indemnizados pela companhia de todos os prejuizos e despesas em que incorrerem no desempenho de suas respectivas obrigações, salvo quando estes provierem de seus respectivos actos ou faltas voluntarias.

120. Nenhum director ou fidei-commissario responderá por quaesquer prejuizos ou despesas que sobrevenham á companhia, salvo si tiverem logar por acto ou falta sua voluntaria.

121. O secretario ou outros officiaes nomeados para esse fim terão a escripturação dos registros, livros e papeis da companhia, sob a inspecção da directoria, e o exame do registro dos accionistas como se acha disposto nos regulamentos será permitido durante as horas apropriadas, a todo o accionista ou outra pessoa, contanto que, antes de examinal-o, elle assigne o seu nome em um livro apropriado, não sendo, porém, permitido nenhum outro exame dos registros, livros ou papeis da companhia.

122. A directoria poderá nomear um substituto temporario do secretario, o qual será considerado, para os fins dos presentes estatutos, como secretario.

XXIX.— *Sello*

123. O secretario affixará, sómente com a autorização da directoria, o sello em todos os instrumentos que necessitem ser sellados (não sendo apolices) e rubricará taes instrumentos; porém o exame de uma apolice de seguro attestado por um segurador será considerado autorização bastante para nella ser affixado o sello, si fôr exigido.

XXX.— *Avisos*

124. Os avisos, circulares e todos os outros documentos que precisarem ser feitos, dados ou enviados a qualquer director ou accionista, de accordo com as disposições destes estatutos, poderão ser entregues a esse director ou accionista, pessoalmente ou deixados ou mandados pelo correio, endereçados à residencia registrada do dito director ou accionista.

125. O escriptorio registrado da companhia será registrado como o endereço do director ou accionista que não fizer registrar outro endereço dentro do Reino Unido.

126. Os avisos dados ou feitos aos accionistas obrigarão a todos os futuros possuidores das suas acções e os avisos dados ou feitos, quer pessoalmente, quer no seu ultimo endereço registrado, à pessoa que estiver por ultimo registrada, de accordo com os referidos regulamentos, como si elle fosse ainda possuidor das acções, obrigarão a todas as pessoas que por elle se apresentarem e a todos os futuros possuidores dessas suas acções, ainda mesmo quando se saiba ser elle fallecido na época em que se fez o aviso.

127. Todos os avisos, circulares e outros documentos remetidos pelo correio serão considerados terem sido feitos na data em que a carta que os continha deveria ser-lhe entregue dentro do tempo da distribuição ordinaria do correio, e para prova dessa remessa será bastante provar que a carta que continha o aviso foi convenientemente endereçada e lançada no correio no devido tempo.

XXXI.— *Provis*

128. No julgamento ou discussão de qualquer acção ou processo intentado pela companhia contra qualquer accionista para a cobrança de qualquer divida de qualquer chamada, será sufficiente provar que o nome do réo se acha inscripto no registro dos accionistas da companhia, como possuidor do numero de acções de que provém essa divida, e que o aviso da chamada ou distribuição foi devidamente feito ao réo, de accordo com estes estatutos, e não será necessario provar a nomeação dos directores que fizeram a chamada ou a distribuição, nem que es-

teve presente o *quorum* de directores na sessão em que se fez a chamada ou distribuição, nem que essa sessão foi devidamente convocada ou constituída, nem outra coisa qualquer, sendo que a prova dos factos acima expostos será prova concludente da divida.

### XXXII.— *Fusão*

129. Será lícito aos directores, com a sanção de tres quartos dos votos dados, pessoalmente ou por procuração, em uma assemblea geral extraordinaria celebrarem qualquer contrato para fusão desta companhia com outra companhia qualquer de fins identicos em cuja clausula se inclua ou estabeleça a dissolução desta companhia ou a transferencia de todos os negocios e haveres desta companhia para qualquer outra companhia, sociedade ou firma, ou a compra ou aquisição por parte desta companhia de todos ou de parte dos negocios ou haveres dessa outra companhia, sociedade ou firma, em condições mutuamente convencionadas; ou o pagamento de quaesquer haveres ou direitos adquiridos pela companhia em dinheiro, acções ou debentures; e quando, com o fim de levar a effeito um contrato dessa natureza, tiver sido approvada em qualquer assemblea geral a deliberação estabelecendo a liquidação voluntaria da companhia, esta será dissolvida, liquidada nessa conformidade.

### XXXIII.— *Ratificação*

130. Todas as pessoas que forem ou vierem a ser accionistas desta companhia serão consideradas e havidas como tendo ratificado e confirmado todos os actos anteriormente praticados ou que forem praticados pela directoria ou pelos accionistas da companhia, relativos á criação, organização, fins, finanças e negocios da companhia e aos seus fundos e haveres, ou de qualquer forma relativos a ella, não sendo contrario ás disposições das leis de companhias, 1862 e 1867, sob as quaes se achá registrada esta companhia.

Datados de 25 de Julho de 1877.

### LEIS DAS COMPANHIAS, 1862 A 1880

#### *Companhia limitada por acções*

Deliberação especial (de accôrdo com a lei de companhias, 1862, §§ 51 a 54) da *Globe Marine Insurance Company, Limited*.  
Votada em 3 de Agosto de 1881. Confirmada em 24 de Agosto de 1881.

Em uma assemblea geral extraordinaria dos accionistas da dita companhia, devidamente convocada e reunida em 79 Coonhill,

na cidade de Londres, no dia 3 de Agosto de 1881, foi votada a seguinte deliberação especial, e em uma subsequente assembléa geral extraordinária dos accionistas da dita companhia, também devidamente convocada e reunida em 79 Coonhill, na cidade de Londres, em 24 de Agosto de 1881, foi devidamente confirmada a seguinte deliberação especial :

« Que os estatutos da companhia sejam alterados, addicionando-se à clausula 5, depois da palavra « numero » as seguintes palavras : « Fica entendido que a companhia poderá por deliberação especial modificar por tal forma as condições contidas no seu *memorandum* de associação que, pela subdivisão de suas acções existentes, divida o seu capital em acções de menor valor do que o fixado pelo *memorandum* de associação, conforme a companhia por deliberação especial determinar, comtanto que na subdivisão das acções existentes, a proporção entre a importância que se achar paga e a que estiver por pagar sobre cada acção de valor reduzido seja a mesma que era quanto ás acções existentes das que derivarem ás acções de valor reduzido. » — *B. Francis Cobb*, secretario da dita companhia.

#### LEIS DAS COMPANHIAS, 1862 A 1880

##### *Companhia Limitada por acções*

Deliberação especial (de accordo com a lei de companhias, 1862, §§ 51 a 54) da *Globe Marine Insurance Company, Limited*.

Votada em 24 de Agosto de 1881. Confirmada em 14 de Setembro de 1881.

Em uma assembléa geral extraordinária dos accionistas da dita companhia, devidamente convocada e reunida em 79 Coonhill, na cidade de Londres, no dia 24 de Agosto de 1881, foi votada a seguinte deliberação especial ; e em uma subsequente assembléa geral extraordinária dos accionistas da dita companhia, também devidamente convocada e reunida em 79 Coonhill, na cidade de Londres, no dia 14 de Setembro de 1881, foi devidamente confirmada a seguinte deliberação especial :

« Que as vinte e cinco mil acções, de vinte libras cada uma, que constituem o actual capital da *The Globe Marine Insurance Company, Limited*, sejam subdivididas em cincoenta mil acções de dez libras cada uma, e que o art. 5º do *memorandum* de associação da *The Globe Marine Insurance Company, Limited*, seja alterado, substituindo a actual 5ª clausula pelo seguinte : O capital da companhia é quinhentas mil libras, dividido em cincoenta mil acções de dez libras cada uma.

« Também que a importância que actualmente se acha realitzada sobre cada uma das presentes acções da companhia seja creditada em importancias iguaes ás duas acções de dez libras cada uma, que substituirão a acção de vinte libras pela qual foi paga essa importância. » — *B. Francis Cobb*, secretario da dita companhia.



Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra e interino dos da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 20 de Novembro de 1886, 65º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves.*



DECRETO N. 9679 — DE 20 DE NOVEMBRO DE 1886

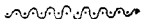
Proroga por um anno o prazo para organização da companhia, relativa ao estabelecimento de um engenho central a que, por Decreto n. 9476 de 1 de Agosto de 1885, foram concedidos os favores mencionados nos §§ 2º, 3º e 5º do art. 6º do Regulamento approved pelo Decreto n. 8357, de 24 de Dezembro de 1881.

Attendendo ao que Me requereu Antonio Augusto Ribeiro Vaz, concessionario, pelo Decreto n. 9476 de 1 de Agosto de 1885, dos favores mencionados nos §§ 2º, 3º e 5º do art. 6º do Regulamento approved pelo Decreto n. 8357 de 24 de Dezembro de 1881, para o estabelecimento de um engenho central destinado ao fabrico de assucar de canna no municipio de Paraty, Provincia do Rio de Janeiro, não tomando o Estado, directa ou indirectamente, qualquer responsabilidade de futura concessão de garantia ou fiança de juros, e ficando-lhe reservado o direito de fazer, para o mesmo municipio, concessões identicas á do mesmo decreto; Hei por bem Prorogar por um anno, a contar do 1º de Agosto ultimo, o prazo dentro do qual deverá estar organizada a respectiva companhia, sob pena de caducidade da concessão.

Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 20 de Novembro de 1886, 65º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio da Silva Prado.*



## DECRETO N. 9680 — DE 20 DE NOVEMBRO DE 1886

Approva as clausulas para o serviço da navegação por vapor nos rios Tocantins, Araguaya e Vermelho.

Usando da autorização que Me concedeu o art. 7º n. 27 da Lei n. 3313 de 10 de Outubro de 1886, Hei por bem Approvar as clausulas para o contrato que se tem de celebrar com João José Correia de Moraes para o serviço da navegação por vapor nos rios Tocantins, Araguaya e Vermelho, que com este baixam assignadas por Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra e interino dos da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 20 de Novembro de 1886, 65ª da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves.*

**Clausulas a que se refere o Decreto  
n. 9680 desta data**

I

O empresario João José Correia de Moraes, por si ou pela companhia que organizar dentro ou fóra do Imperio, obrigar-se-ha a fazer o serviço da navegação a vapor dos rios Tocantins, Araguaya e Vermelho, mediante as condições estipuladas nas presentes clausulas.

II

A navegação dos mencionados rios será dividida em tres secções :

A 1ª, a partir do porto de Santo Anastacio ou do ponto terminal da estrada de ferro projectada, para ligar o baixo ao alto Tocantins até a cidade do Porto Imperial, no mesmo rio, tendo por portos obrigados de escala os da Imperatriz e Carolina, na Provincia do Maranhão, e os da Boa-Vista e Pedro Affonso, na de Goyaz ;

A 2ª, do ponto inicial da primeira até o porto de Leopoldina, no rio Araguaya, tendo igualmente por portos obrigados de escala os de S. João de Araguaya, S. Vicente, Cachoeira Grande, Santa Maria e S. José de Araguaya ;

A 3ª, do porto de Leopoldina até Jurupensen, no rio Vermelho.



## III

O numero de escalas poderá ser augmentado quando o Governo o julgar conveniente, bem como o empresario poderá, por sua parte, fazer tocar os vapores em outros portos, si por este facto não se retardar a viagem, salvo precedendo autorização do mesmo Governo.

## IV

Na 1.<sup>a</sup> secção haverá, pelo menos, quatro viagens redondas, por anno, e nas outras duas, pelo menos, oito, e serão feitas nos mezes de Novembro a Julho.

## V

A partida e chegada dos vapores aos portos da escala, o tempo de demora em cada um delles, bem como o preço do transporte de passageiros e mercadorias, serão fixados nas tabellas que forem approvadas provisoriamente pelo Presidente da Provincia de Goyaz ou Pará e definitivamente pelo Governo, o qual, entretanto, poderá alteral-as quando o julgar conveniente.

## VI

O preço do transporte da força publica terá a redução de 50 % sobre o da tabella approvada pelo Governo, e o do transporte de passageiros e mercadorias, por conta do Estado ou das Provincias do Pará, Goyaz e Maranhão, a de 20 %.

## VII

Em cada viagem será gratuito o transporte de colonos ou immigrants até o numero de 20 e suas bagagens, correndo por conta do Estado ou daquellas Provincias a despeza da alimentação.

Dos immigrants que excederem desse numero, será feita no preço das respectivas passagens, quando maiores de 12 annos, a redução de 25 %; quando menores, a de 50 %. Os menores de 5 annos, porém, serão transportados gratuitamente.

## VIII

Serão tambem transportados gratuitamente, incluída a despeza da alimentação, os funcionarios publicos que forem incumbidos de examinar e fiscalisar as estações fiscaes, as agencias ou

administrações dos Correios e presídios militares, bem como os empregados no serviço da catechese. Terão igualmente transporte gratuito as malas do Correio, ficando os commandantes dos vapores obrigados a passar recibo das que lhes forem entregues e a exigi-l-o de quem as receber no lugar do seu destino.

Aonde houver agencia, os commandantes mandarão entregar e receber as malas em terra ; nos outros logares, providenciara o Director Geral dos Correios, de modo que a entrega e recebimento dellas se façam a bordo.

#### IX

O empresario conduzira tambem gratuitamente quaesquer valores remettidos de umas para outras localidades por ordem do Governo.

#### X

As materias inflammaveis ou explosivas só poderão ser recebidas e transportadas em lanchas, botes ou vapores especiaes, unicamente para esse fim destinados.

#### XI

O Governo tera direito a quatro passagens gratuitas em cada viagem, sendo duas de 1ª classe ; a Presidencia das Provincias de Goyaz e Para disporá da metade daquelle numero, sendo uma de 1ª classe.

#### XII

O Governo nomeara um fiscal idoneo, ao qual incumbira velar pelo fiel cumprimento destas clausulas e do contrato que em virtude dellas for celebrado, percebendo de vencimentos, pagos pelo empresario, a quantia de 6:000\$000.

Para este fim sera recolhida a Thesouraria que for designada, na primeira quinzena de cada semestre, a importancia correspondente ao mesmo semestre.

#### XIII

O numero das viagens redondas, declarado na clausula 4ª, bem como o material fluctuante, poderão ser augmentados proporcionalmente ao desenvolvimento do trafego, a juizo do fiscal da navegação, com recurso voluntario para o Governo, caso o empresario por si mesmo não attender á necessidade desse augmento.

## XIV

O typo do material fluctuante que houver de ser empregado na navegação, que vai ser contratada, será sujeito à approvação do Governo, assim como a planta das obras que houverem de ser executadas com o fim de melhorar ou facilitar a navegabilidade dos referidos rios.

## XV

O material fluctuante será vistoriado de seis em seis mezes. Esta vistoria será feita no porto que fôr designado pelo fiscal, e em sua presença, podendo elle requisitar do Governo Provincial os peritos necesarios.

## XVI

No transporte de mercadorias serão sempre preferidas as cargas do commercio, podendo o empresario transportar por conta propria sómente na falta daquellas.

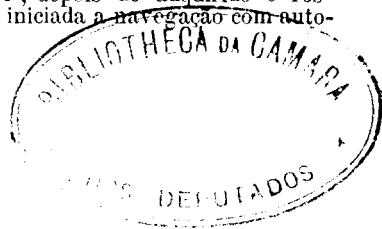
## XVII

O empresario gozará dos seguintes favores:

- 1.º Isenção de direitos para o material fluctuante que importar, destinado ao serviço da navegação ;
- 2.º Cessão gratuita do material fluctuante e tixo pertencente ao Estado, e que actualmente se acha ao serviço da navegação do Araguaya, a cargo do mesmo empresario ;
- 3.º Preferencia para a aquisição das terras devolutas situadas nas margens dos já mencionados rios, ou dos respectivos afluentes, uma vez que nestes estabeleça navegação regular a vapor ;
- 4.º Privilegio para a navegação a vapor dos mesmos rios Tocantins, Araguaya e Vermelho, durante 20 annos, a contar da data da inauguração do serviço da navegação ;
- 5.º A subvenção annual de 125:000\$, durante 10 annos, a contar igualmente da data da inauguração do serviço da navegação.

## XVIII

As presentes clausulas só terão vigor depois de feitas pelo empresario as obras necessarias para melhorar ou facilitar a navegabilidade dos referidos rios e feitas de conformidade com a planta exigida na clausula 14ª, depois de adquirido o respectivo material fluctuante, e de iniciada a navegação com autorização do Governo.



## XIX

O empresario receberá a subvenção que lhe é concedida em prestações trimestraes, provando haver cumprido as obrigações impostas nas presentes clausulas com o attestado do fiscal do Governo.

## XX

O empresario fica sujeito ás seguintes multas, as quaes serão applicadas pelo fiscal, com recurso para o Governo:

1.<sup>a</sup> De quantia igual á subvenção respectiva, si deixar de ser effectuada alguma das viagens estipuladas;

2.<sup>a</sup> De 200\$ a 600\$, si a viagem, depois de começada, fôr interrompida, sendo neste caso paga apenas a quota da subvenção correspondente ás milhas navegadas;

3.<sup>a</sup> De 100\$ a 500\$, pela suppressão de qualquer escala, bem como pela demora, extravio ou mau acondicionamento das malas e quizesquer objectos pertencentes ao Estado ou ás Provincias, sem prejuizo de qualquer outra indemnização que fôr devida, segundo as leis do Imperio.

Serão relevadas estas multas sómente quando justificado plenamente o caso de força maior; entretanto, nenhum direito terá o empresario á subvenção kilometrica correspondente á extensão que deixar de ser navegada, embora por causa de força maior, salvo ordem do Governo Geral ou das Provincias do Pará e Goyaz.

## XXI

A interrupção do serviço por mais de 12 mezes, salvo força maior, plenamente justificada, importará o abandono do contrato, o qual ficará rescindido *ipso facto* sem outra formalidade.

Neste caso voltará ao dominio do Estado o material fluctuante e fixo que ao empresario foi cedido pela clausula 17.<sup>a</sup>

## XXII

O serviço da navegação começará dentro do prazo de 30 mezes, contados da data do respectivo contrato, sob pena de caducidade desta concessão.

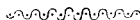
## XXIII

O empresario fica tambem obrigado a organizar uma tabella da distancia das tres secções de navegação, que deverá ser approvada pelo Governo.

## XXIV

Fica dependente de aprovação do Poder Legislativo o contrato celebrado com o emprezario em virtude das presentes clausulas.

Palacio do Rio de Janeiro em 20 de Novembro de 1886. —  
*Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves.*



## DECRETO N. 9681 — DE 27 DE NOVEMBRO DE 1886

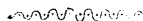
Explica a disposição do art. 3º do Decreto n. 9263 de 16 de Agosto de 1884, que alterou as dos Regulamentos do Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado.

Conformando-me com o parecer das Secções reunidas dos Negocios do Imperio e Fazenda do Conselho de Estado exarado em Consulta de 24 de Maio do corrente anno: Hei por bem Declarar que as palavras finais do art. 3º do Decreto n. 9263 de 16 de Agosto de 1884 — *contanto que viva sob seu amparo e protecção* — não importam restricção ao direito que tinham os contribuintes do referido Montepio, inscriptos antes da promulgação do citado decreto, de dispôr, por testamento, da metade da pensão em favor de qualquer parente ou ainda extranho, na falta de herdeiros forçados, continuando em inteiro vigor quanto a esses contribuintes a disposição do art. 7º, § 5º, do Decreto de 22 de Junho de 1836.

O Barão de Mamoré, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 27 de Novembro de 1886, 65º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Barão de Mamoré.*



## DECRETO N. 9682 — DE 29 DE NOVEMBRO DE 1886

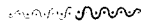
Abre ao Ministério do Imperio um credito extraordinario de 500:000\$000.

Tendo ouvido o Conselho de Estado Pleno, na forma do art. 20 da Lei n. 3140 de 30 de Outubro de 1882, e Conformando-me com o parecer unanime do mesmo Conselho, Hei por bem Decretar: Fica aberto ao Ministerio dos Negocios do Imperio um credito extraordinario de 500:000\$ afin de occorrer ás despesas imprevistas determinadas pelas medidas preventivas da invasão do cholera-morbus no Imperio.

O Barão de Mamoré, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 29 de Novembro de 1886, 65º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Barão de Mamoré.*



## DECRETO N. 9683 — DE 30 DE NOVEMBRO DE 1886

Manda subsistir no anno de 1887 a designação feita no Decreto n. 9524 de 28 de Novembro de 1885 quanto á ordem em que os Juizes substitutos da Côte devem cooperar com os Juizes de Direito e substituir-se reciprocamente.

Hei por bem, para execução dos arts. 3º e 4º do Decreto n. 4824 de 22 de Novembro de 1871, que no anno proximo futuro de 1887 os Juizes substitutos da Côte cooperem com os Juizes de Direito e substituam-se reciprocamente conforme a ordem estabelecida no Decreto n. 9524 de 28 de Novembro de 1885.

Joaquim Delfino Ribeiro da Luz, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 30 de Novembro de 1886, 65º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Joaquim Delfino Ribeiro da Luz.*



## DECRETO N. 9684 — DE 30 DE NOVEMBRO DE 1886

Manda subsistir no anno de 1887 a designação feita no Decreto n. 9523 de 28 de Novembro de 1885, quanto à ordem da substituição reciproca dos Juizes de Direito da Córte.

Hei por bem, para execução do art. 4º do Decreto n. 4824 de 22 de Novembro de 1871, que no anno proximo futuro de 1887 os Juizes de Direito da Córte substituam-se reciprocamente conforme a ordem estabelecida na relação que acompanhou o Decreto n. 9523 de 28 de Novembro de 1885.

Joaquim Delfino Ribeiro da Luz, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 30 de Novembro de 1886, 65º da Independencia e do Imperio

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Joaquim Delfino Ribeiro da Luz.*



## DECRETO N. 9685 — DE 4 DE DEZEMBRO DE 1886

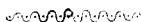
Revoga o Decreto n. 9640 de 11 de Setembro de 1886 e fixa o prazo dentro do qual deverão estar concluidas todas as obras dos engenhos contraes das Provenças da Parahyba do Norte e Sergipe.

Attendendo ao que Me requereu a Companhia engenhos contraes das Provenças da Parahyba do Norte e Sergipe, Hei por bem Revogar o Decreto n. 9640 de 11 de Setembro ultimo, que suspendeu a garantia de juros de que é concessionaria, e Fixar o prazo de um anno contado da data do presente Decreto, para a conclusão de todas as respectivas obras, obrigando-se a mesma companhia, não obstante o disposto no § 8º do art. 19 do Regulamento de 24 de Dezembro de 1881, a indemnizar o Estado da importancia da garantia durante a construcção com o producto da renda liquida da companhia a contar da primeira safra.

Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 4 de Dezembro de 1886, 65º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio da Silva Prado.*



## DECRETO N. 9686 — DE 11 DE DEZEMBRO DE 1886

Transfere á Companhia das minas do Assuruá as concessões feitas por Decretos ns. 2238 de 28 de Agosto de 1858 e 8251 de 3 de Setembro de 1881 á Companhia Metallurgica do Assuruá e a Antonio Fernandes da Costa Guimarães para lavar ouro e outros mineraes na Provincia da Bahia.

Attendendo ao que requerem a Companhia das minas do Assuruá, devidamente representada, Hei por bem Transferir para seu nome as concessões feitas por Decretos ns. 2238 de 28 de Agosto de 1858 e 8251 de 3 de Setembro de 1881 á Companhia Metallurgica do Assuruá e a Antonio Fernandes da Costa Guimarães para lavar ouro e outros mineraes na Provincia da Bahia, mediante as clausulas que baixaram com os referidos decretos.

Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro o Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 11 de Dezembro de 1886, 65<sup>a</sup> da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio da Silva Prado.*

*Antonio da Silva Prado.*

## DECRETO N. 9687 — DE 18 DE DEZEMBRO DE 1886

Approva o projecto de reforma dos estatutos do Banco de Credito Real de S. Paulo.

Attendendo ao que Me requereu o presidente do *Banco de Credito Real de S. Paulo*, e Tendo ouvido a Secção de Fazenda do Conselho de Estado, Hei por bem, de conformidade com a Minha Imperial Resolução de Consulta de 4 do corrente mez, Approvar o projecto de reforma dos estatutos do mesmo Banco, fazendo-se, porém, no paragrapho que tem de ser acrescentado ao art. 9<sup>o</sup> as seguintes alterações:

Em vez das palavras — a curto prazo — diga-se — por prazo que não exceda de dous annos — ; e em vez das palavras — e o Regulamento que fôr expedido, etc. — diga-se — e o Regulamento que baixou com o Decreto n. 9549 de 23 de Janeiro de 1886.



Francisco Belisario Soares de Souza, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro aos 18 de Dezembro de 1886, 65º da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*F. Belisario Soares de Souza.*

### Projecto de reforma de estatutos do Banco de Credito Real de S. Paulo, approvado pela assembléa geral de accionistas, aos 21 de Dezembro de 1885.

Ao art. 1.º Substitua-se pelo seguinte:

« O Banco de Credito Real de S. Paulo, sociedade anonyma, creada na capital da Provincia de S. Paulo, de accordo com a Lei provincial n. 145 de 25 de Julho de 1881, e sob o plano traçado na Lei n. 1237 de 24 de Setembro de 1864 e respectivo Regulamento n. 3471 de 3 de Junho de 1865, com estatutos approvados por Decreto n. 8617 de 19 de Agosto de 1882, continuará a funcionar como até aqui, afim de realizar os intuitos de sua creação, regulando-se de ora em diante pelos presentes estatutos. »

Ao art. 2.º Supprima-se.

Ao art. 3.º Onde diz — « A contar da data da approvação dos estatutos », diga-se — « A contar de 19 de Agosto de 1882. » O mais como está.

Ao art. 4.º Supprima-se.

Ao art. 7.º Substitua-se pelo seguinte:

« O capital do Banco é de 5.000:000\$, dividido em 100.000 acções de 50\$ cada uma. Este capital goza da garantia de juros de 7 % ao anno, conforme a Lei provincial n. 145 de 25 de Junho de 1881 e contrato celebrado pela Provincia de S. Paulo com o encorporador do Banco e concessionario, Commendador José Antonio Moreira Filho (hoje Barão de Ypanema), em data de 18 de Outubro de 1881.

« Paragrapho unico. O capital actualmente realizado será distribuido pelo novo numero de acções, de sorte que não fique nenhuma acção com menos de 10 % de seu valor realizado. »

Ao art. 8.º Supprima-se.

Ao art. 9.º No § 1º, onde diz — « entre 5 e 20 annos », — diga-se — « a prazos convencionaes conforme a Lei n. 1237 de 24 de Setembro de 1864 e as leis provinciaes referentes ao Banco. »

No final do mesmo artigo accrescente-se :

« § 6.º Fazer empréstimos nos agricultores a curto prazo, sobre penhor de colheitas pendentes, productos agricolas, de animaes, machinas, instrumentos e quaesquer outros accessorios não comprehendidos nas escripturas de hypotheca, e, quando o estejam, precedendo consentimento do credor hypothecario, conforme o Decreto n. 3272 de 5 de Outubro de 1885 e o regulamento que fór expedido pelo Governo Imperial para execução do mesmo decreto. »

Ao art. 11. Substitua-se pelo seguinte :

« Cada acção dá direito a uma parte nos lucros sociaes e na propriedade do capital, na proporção do valor da mesma acção que se achar realizado, sem outra distincção. »

Ao art. 13. Substitua-se pelo seguinte :

« O accionista receberá titulos provisionarios das acções que não estiverem com todo o capital realizado, os quaes serão nominativos. »

« Das acções cujo valor estiver realizado, serão entregues titulos definitivos. »

« As transferencias serão feitas nos registros do Banco, na sede social ou agencia da cidade do Rio de Janeiro. »

Ao art. 14. Supprima-se.

Ao art. 15. Onde diz — « Vinte e cinco por cento » —, diga-se — « Vinte por cento. »

Ao art. 16. Supprima-se.

Ao art. 21. Supprimam-se no final as seguintes palavras : — « Dous mezes pelo menos anteriores à data da chamada. »

Ao art. 26. Substitua-se pelo seguinte :

« As letras hypothecarias serão assignadas pelo presidente, gerente e thesoureiro do Banco, numeradas por ordem relativa a cada serie, e nellas deve constar o juro, o tempo e modo do pagamento. »

Ao art. 27. Supprima-se.

Ao art. 29. Supprimam-se as palavras — « e com antecedencia de quinze dias » — que estão no primeiro periodo depois das palavras « Côte do Imperio. »

No segundo periodo, onde diz — « poderão ser pagos em qualquer das agencias em quo forem apresentadas », — diga-se — « serão pagos na sede social e na agencia da Côte. » O mais como está.

Ao art. 33. Accrescente-se no final — « cessando desde esse dia de vencer juros. »

Ao art. 34. Supprima-se.

Ao art. 35. Onde diz — « se fará nos respectivos talões », — diga-se : — « se fará no respectivo registro. »

No fim do segundo periodo supprimam-se as palavras « ou caixa. »

Ao art. 36. Supprima-se.

Ao art. 37. Substituam-se as palavras — « conterão essa declaração e o sello especial », — pelas seguintes — « serão selladas com o sello especial. »

Ao art. 47. Acrescente-se no final : — « salvo si para isso obtiver concessão da Assembléa Provincial de S. Paulo, caso em que poderá emprestar até ao prazo maximo de 30 annos. »

Ao art. 48. Supprimam-se no final as seguintes palavras — « desde cinco até 20 annos » — e acrescente-se :

« Paragrapho unico. Nos emprestimos cujo juro não exceder a 7 % ao anno, poderá ser elevada a 2 % a commissão em beneficio das despesas de administração. »

Ao art. 52. Onde diz — « a porcentagem de um por cento », — diga-se — « a porcentagem de um ou dous por cento. »

E acrescente-se no final — « segundo a natureza do contrato. »

Ao art. 54. O numero segundo substitua-se pelo seguinte :

« No caso de haver alienação total ou parcial do immovel hypothecado sem seu consentimento. »

No numero terceiro, onde diz — « estes representarem apenas um terço da quantia devida », — diga-se — « o valor destes ficar reduzido à metade do preço da avaliação. » O mais como está.

Ao art. 55. Substitua-se pelo seguinte :

« Na falta de pagamento de qualquer prestação na data fixa e determinada, por parte do devedor hypothecante, pagará este o juro de 1 % ao mez pelo tempo da mora, enquanto ao Banco convier esperar. »

Ao art. 56. Suprimam-se as palavras « e não obtendo concordata de seus credores. » O mais como está.

Ao art. 57. Depois das palavras — « peritos nomeados pelo Banco » —, acrescente-se — « o qual será declarado na escriptura. » O mais como está.

Ao art. 58. Substitua-se as palavras — « no Decreto n. 3471 de 3 de Junho de 1865 » — pelas seguintes — « nos Decretos n. 3471 de 3 de Junho de 1865 e n. 3272 de 5 de Outubro de 1885. » O mais como está.

Ao art. 65. No primeiro periodo onde diz — « o Governo Imperial » —, diga-se — « o Estado ou a Provincia. »

No final do terceiro periodo, depois das palavras — « certidão de obito da mulher, » — acrescente-se « e documentos que provem acharem-se desembaraçados os bens que pretendem hypothecar. »

Ao art. 67. Acrescente-se no final — « de entre os directores será designado um para exercer as funcções de vice-presidente, o qual substituirá o presidente no; seus impedimentos, e outro para exercer o cargo de secretario da directoria.

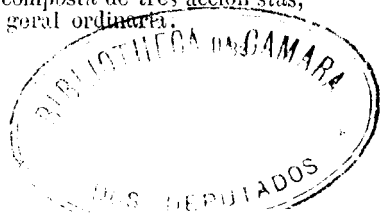
« Ao director secretario compete substituir o gerente nos seus impedimentos ou ausencia temporaria de pouca duração. »

Ao art. 68. Substitua-se pelo seguinte :

« Qualquer accionista poderá ser eleito director, mas não poderá entrar no exercicio do cargo sem possuir quatrocentas accções e residir na sédo social. »

Ao art. 74. Substitua-se pelo seguinte :

« Haverá uma commissão fiscal composta de tres accionistas, elctos annualmente pela assembléa geral ordinaria.



« A essa commissão incumbe apresentar á assembléa geral o parecer sobre os negocios e operações sociaes do anno seguinte ao de sua nomeação, tomando por base o inventario e balanço e as contas da directoria e da gerencia.

« O mandato dos fiscaes será gratuito e durará por um só anno, isto é, o intervallo entre duas assembléas geraes ordinarias, mas poderá ser renovado total ou parcialmente.

« Na mesma occasião em que forem eleitos os fiscaes, a assembléa geral nomeará mais tres accionistas que, como supleantes, substituirão aquelles na sua falta ou impedimento. »

Ao art. 75. Substitua-se pelo seguinte :

« O mandato da directoria durará seis annos, mas é permittido reellegel-a, no todo ou em parte. Em caso de vaga do lugar de director, os directores em exercicio designarão um accionista para preencher a vaga provisoriamente, competendo á assembléa geral fazer a nomeação definitiva na primeira reunião que se seguir. O substituto definitivamente nomeado servirá tão sómente pelo tempo que restar para completar o prazo do mandato do director substituido. »

Ao art. 76. Substitua-se pelo seguinte :

« Continuarão a servir, até completar o prazo marcado no artigo anterior, os mesmos directores nomeados por occasião da installação do Banco, bem como a ser gerente o Sr. José Duarte Rodrigues, que, nos termos do art. 72, sómente poderá ser dispensado do cargo pela assembléa geral dos accionistas. »

Ao art. 77. Substitua-se a primeira parte do artigo pelo seguinte :

« O presidente e o gerente do Banco terão o ordenado annuo de 12:000\$ cada um, e cada director o de 6:000\$ tambem annuo. »

O mais como está.

Ao art. 80. Substitua-se o § 2.<sup>o</sup> pelo seguinte :

« § 2.<sup>o</sup> Convocar a assembléa geral dos accionistas. »

Ao § 10. Acrescente-se no final — « em juizo ou fóra dello. »

Ao § 11. Substituam-se as palavras — « um empregado habilitado » —, pelas seguintes : — « pessoa habilitada. »

E acrescente-se depois da palavra « impedimentos » as palavras « de longa duração. »

Acrescente-se ao mesmo artigo :

« § 13. Nomear e demittir os empregados do Banco, ouvindo previamente o gerente, e marcar-lhes os vencimentos.

« § 14. Crear, de accordo com o gerente, as agencias que forem necessarias, e deliberar sobre tudo que fór conveniente para a boa marcha dessas agencias. »

Ao art. 82. Supprima-se.

Ao art. 83. Supprima-se.

Ao art. 85. Em vez da palavra « Julho » diga-se « Março ».

Ao art. 86. No final do primeiro periodo substituam-se as palavras — « ou quando fór requerido por accionistas que representem um terço do capital social » —, pelas seguintes « ou

quando for requerido por sete ou mais accionistas representando pelo menos o quinto do capital social. »

O segundo periodo seja todo substituido pelo seguinte :

« A convocação da assemblea geral sera sempre motivada e annunciada pela imprensa 15 dias, com indicacão do lugar e hora da reunião. »

Ao art. 87. Substitua-se pelo seguinte :

« Ainda que sem o direito de votar, por não possuir o numero de accões exigido por estes estatutos, é permittido a qualquer accionista comparecer á reunião da assemblea geral e discutir o objecto sujeito á deliberacão.

« Os accionistas podem-se fazer representar em qualquer reunião da assemblea geral ordinaria ou extraordinaria, por procuradores com poderes para o acto e especialmente os de votar, contando que não sejam conferidos a administradores ou fiscaes. »

Ao art. 89. Substitua-se pelo seguinte :

« Para que a assemblea geral possa validamente funcionar e deliberar, é indispensavel que esteja presente um numero de accionistas, por si ou por procuradores, que represente pelo menos o quarto do capital social.

« Si este numero não se reunir, uma nova reunião sera convocada por meio de annuncios nas folhas, declarando-se nelles que a assemblea deliberará qualquer que seja a somma do capital representado pelos accionistas que comparecerem. »

Ao art. 90. Substitua-se pelo seguinte :

« A assemblea geral, que tiver de deliberar sobre alteracões ou modificacões dos estatutos, augmento de capital social, prolongacão do prazo, liquidacão anticipada e nomeacão de liquidantes no fim do prazo social, carece, para validamente se constituir, da presenca de accionistas, por si ou procuradores que, no minimo, representem dous terços do capital social.

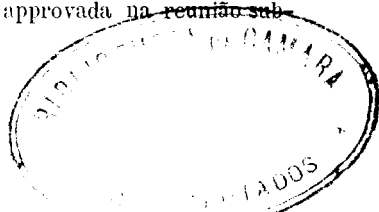
« Si nem na primeira nem na segunda reunião comparecer o dito numero de socios, convocar-se-ha terceira com a declaracão de que a assemblea deliberará qualquer que seja a somma de capital representado pelos presentes. Neste caso, além do annuncio a convocacão se fará por meio de cartas. »

Ao art. 91. Suprima-se.

Ao art. 94. Substitua-se pelo seguinte :

« As assembleas geraes serão installadas sob a presidencia interina do presidente do Banco, que, convidando a dous accionistas para servirem de escrutadores, procederá á verificacão do numero de accões representado na reunião e, havendo numero legal, convidará os accionistas presentes a nomearem por aclamacão ou escrutinio secreto um accionista para presidir a assemblea geral. O presidente que for nomeado indicará dous accionistas para servirem de secretarios.

« De todas as reuniões de assemblea geral se lavrará uma acta, que deverá ser assignada pelo presidente e secretarios, acta que, nas reuniões ordinarias, será approvada na reunião subsequente.



« Nas reuniões extraordinarias, a acta deverá ser redigida e approvada acto continuo, si fôr possível, ou em nova reunião expressamente convocada para esse fim. »

Ao art. 95. Supprima-se.

Ao art. 96. Supprimam-se as palavras — « possuidor de cinco acções pelo menos. » O mais como está.

Ao art. 97. Supprima-se.

Ao art. 98. Substitua-se pelo seguinte :

« No caso de liquidação, os liquidantes que forem nomeados pela assembléa geral ficam constituídos mandatarios legais de todos os accionistas, com poderes de transigir. »

Accrescente-se a este artigo, como additivo, todo o art. 99, tal como se achá redigido.

Accrescente-se o seguinte artigo novo:

« Art. . . . Durante os oito dias que precederem á reunião da assembléa geral, serão suspensas as transferencias de acções. »

Ao art. 100. Substitua-se pelo seguinte :

« Todos os semestres, do producto liquido da receita do Banco se deduzirá 10 % para fundo de reserva, e do restante, si não exceder a 8 % ao anno do capital realizado, se fará dividendo entre os accionistas.

« Si, porém, os lucros excederem de 8 % ao anno, metade do excesso pertence ao incorporador do Banco, Commendador José Antonio Moreira Filho, actualmente Barão de Ypanema, e seus cessionarios ou a seus successores, conforme a deliberação da assembléa geral extraordinaria de 18 de Junho de 1883, e escriptura publica da mesma data, e a outra metade pertence aos accionistas.

« Paragrapho unico. Si, extrahido o fundo de reserva e a parte do incorporador conforme o disposto neste artigo e a escriptura publica de 18 de Junho de 1883, os lucros a distribuir pelos accionistas excederem de 12 % ao anno do capital realizado, o excesso será levado á conta de um novo fundo de reserva, salva a disposição do art. 77, ultima parte. »

Ao art. 101. Colloque-se antes do art. 100.

Ao art. 102. Supprima-se.

Ao art. 106. Onde diz — « em leilão publico no mais curto prazo — » diga-se, — « do melhor modo. »

Ao art. 109. Supprimam-se as palavras finais : — « na parte que lhe fôr applicavel », e accrescente-se — « e mais disposições legais applicaveis ao caso. »

Ao art. 110. Supprima-se.

Ao art. 111. Supprima-se.

S. Paulo, 16 de Janeiro de 1886. — *F. Antonio Dutra Rodrigues*.  
(Sobre 12 estampillas de 200 réis no valor de 2\$400, devidamente inutilizadas.)



## DECRETO N. 9688 — DE 24 DE DEZEMBRO DE 1886

Approva o novo Regulamento para a inspecção do serviço da iluminação da cidade do Rio de Janeiro.

Usando da autorização a que se refere a clausula 32<sup>a</sup> do contrato approved pelo Decreto legislativo n. 3278 de 26 de Junho de 1886, Hei por bem Approvar o novo Regulamento para a inspecção do serviço e iluminação da cidade do Rio de Janeiro, nos termos do que com este baixa assignado por Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 24 de Dezembro de 1886, 65<sup>a</sup> da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio da Silva Prado.*

## Regulamento para a inspecção do serviço da iluminação da cidade do Rio de Janeiro

### CAPITULO I

#### DA ORGANIZAÇÃO DO SERVIÇO

Art. 1.<sup>o</sup> A inspecção do serviço da iluminação publica e particular contratada para a cidade do Rio de Janeiro é incumbida à Inspectoria Geral da iluminação da Córte.

Art. 2.<sup>o</sup> A Inspectoria Geral da iluminação da Córte tem por fim:

1.<sup>o</sup> Fiscalisar immediata e directamente todos os serviços contratados ou que forem contratados, relativos à cidade do Rio de Janeiro.

2.<sup>o</sup> Zelar e acautelar os interesses do Estado, servindo de intermediaria official entre o Governo e os contratantes.

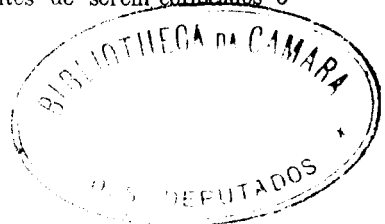
3.<sup>o</sup> Organizar todos os documentos, dados, tabellas, quadros, mappas, orçamentos e esclarecimentos relativos ao serviço da iluminação.

4.<sup>o</sup> Registrar, expedir e archivar toda a correspondencia official, conferir todas as contas do consumo publico e passar certidões.

5.<sup>o</sup> Proceder às experiencias necessarias sobre a intensidade da luz e pureza do gaz.

6.<sup>o</sup> Verificar as pressões dos lampeões da iluminação publica nas horas em que estiverem accesos e respectivos consumos.

7.<sup>o</sup> Aferir todos os medidores antes de serem collocados e fiscalisar o movimento dos mesmos.



8.º Fornecer aos consumidores de gaz todos os esclarecimentos e explicações necessarias para que possam fiscalisar o seu consumo, indicando-lhes as condições precisas para que os medidores funcionem com regularidade.

9.º Tomar conhecimento das reclamações dos particulares, servindo officialmente de intermediaria entre estes e os contratantes, e bem assim de todos os negocios e serviços, que tenham ou possam vir a ter relação com a fiscalisação a cargo da Inspectoria Geral.

Art. 3.º A Inspectoria Geral da illuminação da Córte é subordinada ao Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, com quem directamente se entenderá o Inspector Geral em tudo quanto fór concernente ao ramo do serviço publico a seu cargo.

## CAPITULO II

### DO PESSOAL

Art. 4.º O pessoal da Inspectoria Geral da illuminação da Córte compõe-se de:

Um Inspector Geral.

Um Engenheiro Ajudante.

Um escriptuario.

Um amanuense.

Cinco fiscaes.

Um continuo.

Auxiliares e serventes extraordinarios que forem indispensaveis pela affluencia do serviço.

Art. 5.º São attribuições do Inspector Geral:

1.º Dirigir e inspecionar todos os trabalhos a cargo da Inspectoria Geral.

2.º Propôr ao Ministro da Agricultura, Commercio e Obras Publicas todos os melhoramentos que exigir o serviço a seu cargo.

3.º Manter a ordem e disciplina dos empregados e fiscalisar o seu trabalho, assiduidade e procedimento.

4.º Dar posse aos empregados da Inspectoria Geral.

5.º Fazer as nomeações que forem de sua competencia, de conformidade com o prescripto neste Regulamento.

6.º Reprehender, multar até um mez de vencimentos, suspender até 30 dias e demittir os empregados cujas nomeações lhe competirem; reprehender, multar até 15 dias e suspender até oito dias os que forem de nomeação do Governo, levando immediatamente ao conhecimento do Ministro da Agricultura o motivo da suspensão.

7.º Abrir e dar direcção á correspondencia official, assignar o expediente e rubricar os livros da Inspectoria Geral.

8.º Expedir instrucções para a boa marcha e regularidade do serviço.



9.º Autorizar a compra dos objectos necessarios à Inspectoria Geral, mediante pedido que será assignado pelo Engenheiro Ajudante.

10. Assignar os certificados de aferição dos medidores.

11. Remetter mensalmente ao Ministro da Agricultura um boletim dos trabalhos feitos e das occorrencias do serviço a cargo da Inspectoria Geral.

12. Apresentar no principio de cada anno um relatório circumstanciado dos trabalhos confiados à Inspectoria Geral e o orçamento das despesas para o exercicio financeiro seguinte.

13. Mandar fazer e verificar as experiencias photometricas, tendo em vista os contratos celebrados.

14. Providenciar nos casos imprevistos e urgentes, levando immediatamente ao conhecimento do Ministro da Agricultura as medidas tomadas.

Art. 6.º Ao Engenheiro Ajudante da Inspectoria Geral compete :

1.º Representar o Inspector Geral na sua ausencia, substitui-lo em suas faltas e impedimentos, e auxiliar-o no desempenho de suas attribuições.

2.º Fazer as experiencias photometricas e verificar a pureza do gaz, de conformidade com as condições dos contratos celebrados.

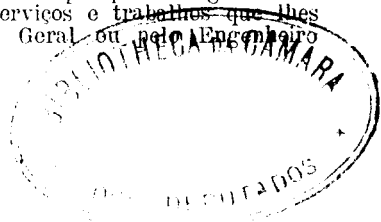
3.º Dirigir e inspecionar, dando conhecimento ao Inspector Geral, todos os trabalhos relativos à aferição dos medidores, à sua collocação nos predios e à retirada dos que por qualquer motivo e por ordem da Inspectoria Geral tenham de ser verificados.

4.º Tomar conhecimento das reclamações dos particulares que serão feitas por escripto, dando-lhes as explicações constantes do art. 2.º § 8.º

5.º Organizar o boletim mensal que tem de ser remettido ao Ministro da Agricultura, em virtude do art. 5.º § 11, do presente Regulamento, mencionando a média das experiencias feitas sobre a intensidade da luz, as pressões encontradas nos lampões publicos e os respectivos consumos e as indicadas pelo aparelho montado na Inspectoria Geral, o movimento de medidores, os novos collocados e mais occorrencias do serviço.

Art. 7.º Ao escriptuario e ao amanuense incumbem os serviços internos de escriptorio constantes do art. 2.º §§ 3.º e 4.º, além de outros semelhantes que lhes forem distribuidos pelo Inspector Geral ou pelo Engenheiro Ajudante, sendo obrigados a ter sempre todos os serviços em dia e boa ordem.

Art. 8.º São obrigações dos fiscaes percorrer e fiscalisar todas as noites a illuminação, publica verificar as pressões dos lampões publicos e os respectivos consumos, entregar diariamente na Inspectoria Geral uma parte minuciosa e circumstancada do serviço que lhes fór incumbido e de qualquer irregularidade encontrada, e executar outros serviços e trabalhos que lhes forem ordenados pelo Inspector Geral ou pelo Engenheiro Ajudante.



Além dos serviços mencionados, será especialmente encarregado da aferição dos medidores um dos fiscaes.

Art. 9.º Ao continuo incumbe abrir e fechar a Repartição nas horas designadas, cuidar na segurança e asseio do edificio em que estiver estabelecida a Inspectoria Geral, entregar a correspondencia official e desempenhar todos os serviços que lhe forem designados pelo Inspector Geral ou pelo Engenheiro Ajudante.

### CAPITULO III

#### DA ILLUMINAÇÃO PUBLICA

Art. 10. Dentro da área da illuminação contratada pelo Governo não poderá ser negada pelos contratantes a collocação de novos combustores publicos.

Art. 11. Nenhum combustor será collocado nem removido temporaria ou definitivamente sem ordem por escripto do Inspector Geral.

A collocação de novos combustores e a suppressão dos existentes só poderão ser ordenadas aos contratantes pelo Inspector Geral, precedendo autorização do Ministro da Agricultura.

Art. 12. O Inspector Geral poderá ordenar a remoção provisoria ou definitiva de qualquer combustor por motivo de construção ou reconstrução de predios, excavação de ruas e por utilidade ou conveniencia publica; sendo a despesa não só com a remoção, como com o restabelecimento do combustor, paga nos dous primeiros casos por quem reclamar o serviço e, no ultimo, por conta dos contratantes.

Art. 13. Nas informações prestadas pelo Inspector Geral sobre illuminação de novas ruas ou augmento de combustores, será declarado o numero destes que forem precisos e a respectiva despesa, além dos esclarecimentos que julgar convenientes.

Não se procederá aos trabalhos acima mencionados sem que seja presente á Inspectoria Geral a certidão da Illm. Camara Municipal declarando ter sido a rua por ella aceita, salvo ordem em contrario do Ministro da Agricultura.

Art. 14. O Inspector Geral poderá propôr a suppressão de qualquer combustor, bem como a collocação de maior numero destes nas ruas em que julgar a illuminação insufficiente.

Art. 15. O Inspector Geral poderá, por si ou pelo Engenheiro Ajudante, inspecionar a qualquer hora do dia ou da noite os trabalhos de fabricação de gaz e quaesquer outros serviços a cargo dos contratantes, para o que lhe serão facultados todos os esclarecimentos e documentos exigidos.

Art. 16. Pelos contratantes será enviada trimensalmente á Inspectoria Geral uma lista onde estejam indicados a residencia dos accendedores de gaz, o numero de lampeões que cada um

tiver a seu cargo e o itinerario por elles seguido, devendo ser communicada immediatamente qualquer alteração que nella se der.

Art. 17. A' Inspectoria Geral será communicada diariamente pelos contratantes qualquer irregularidade occorrida no serviço da illuminação.

Art. 18. O Inspector Geral proporá ao Ministro da Agricultura as multas em que incorrerem os contratantes pelos lampeões encontrados apagados ou com luz amortecida.

Art. 19. As experiencias sobre a pureza do gaz e a intensidade da luz serão feitas em dias e horas incertas na Inspectoria Geral.

As experiencias sobre a pureza do gaz s rão feitas com papel sem gomma embebido em dissolução de acetato de chumbo, sendo as tiras que servirem na experiencia archivadas, com a declaração da data em que foram empregadas, ou por outro meio mais efficaç que fór aconselhado pela pratica, para o que o Inspector Geral solicitará do Ministro da Agricultura as providencias e auxilios necessarios.

As experiencias sobre a intensidade da luz serão feitas com o photometro de Bunsen ou outro qualquer aparelho aperfeiçoado, ficando registrados em livro especial a pressão, o calibre do bico de gaz empregado e o respectivo consumo, bem como o numero equivalente de velas de espermacete de conta, das que queimam 7,80 grammas por hora.

Para as ruas distantes do local das experiencias, se avaliará a intensidade da luz mediante a pressão alli existente e submettendo-se na Inspectoria Geral as devidas experiencias o bico empregado e com a pressão encontrada.

Art. 20. A construção de novos gazometros, o assentamento de canalisação, as derivações e a collocação de combustores, bem como os demais trabalhos executados pelos contratantes, serão immediatamente fiscalisados pela Inspectoria Geral.

O numero de combustores e os logares em que devem ser collocados serão indicados pelo Inspector Geral na planta para esse fim apresentada pelos contratantes.

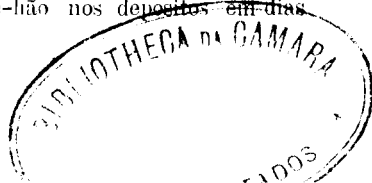
Art. 21. Todas as contas do consumo publico serão apresentadas á Inspectoria Geral em tres vias, acompanhadas de requerimento. Depois de examinadas e conferidas serão remettidas duas vias ao Ministro da Agricultura com a informação do Inspector Geral, ficando a terceira archivada.

Para o consumo por volume de gaz medido, os contratantes apresentarão a conta a cada uma das Répartições publicas dos diferentes Ministerios e á Camara Municipal, devendo remetter á Inspectoria Geral uma quarta via de cada conta.

Art. 22. Enquanto existir a illuminação a gaz globo :

O Inspector Geral procederá a experiencias sobre a intensidade da luz, tendo em vista o contrato celebrado em 30 de Junho de 1882 ou outro que o substituir.

Examinará e experimentará as substancias empregadas na illuminação. Esses exames far-se-hão nos depósitos em dias



incertos ao menos uma vez por mez, verificando-se tambem si taes substancias existem em quantidade sufficiente para o serviço da illuminação. O resultado das experiencias será registrado na Inspectoria Geral.

Para inventariar, verificar e escripturar o material de propriedade do Estado, providenciando a respeito da arrecadação, a proporção que esta illuminação fór substituída.

## CAPITULO IV

### DA ILLUMINAÇÃO PARTICULAR

Art. 23. Nenhum medidor poderá ser collocado sem ter sido aferido na Inspectoria Geral e sem prévia comunicação com a precisa antecedencia.

Depois de aferido o medidor receberá o sello official da Inspectoria Geral.

Art. 24. Os medidores actualmente collocados irão sendo gradualmente substituídos por outros do systema metrico.

Art. 25. Todos os medidores aferidos na Inspectoria Geral serão registrados em um livro especial que mencionará o numero do medidor, o numero de luzes, a capacidade do tambor e a porcentagem verificada, dentro dos limites de tolerancia estabelecidos pelo Inspector Geral.

Um padrão de cada systema de medidor, assim como de todos osapparelhos empregados pelos contratantes e approvados pelo Governo, será depositado na Inspectoria Geral.

Art. 26. Sempre que qualquer interessado puzer em duvida a exactidão do medidor, será elle verificado na Inspectoria Geral, depois de prévio exame no respectivo encaçamento.

A verificação poderá ter logar na presença do interessado, substituindo os contratantes provisoriamente o medidor impugnado por outro do systema metrico.

Si fór verificada a inexactidão, será conservado no predio o novo medidor, correndo toda a despesa por conta dos contratantes, que serão obrigados a fazer nas contas apresentadas o abatimento correspondente ao exame verificado.

No caso contrario o interessado, ou pagará a differença de preço do novo medidor, ou a despesa da deslocação do primitivo restituído ao seu logar, si elle fór de systema metrico.

Si ainda não houver accôrdo, será a duvida resolvida por um arbitro nomeado pelo Governo. Esse arbitro poderá ser o Inspector Geral, si a sua opinião já não tiver sido manifestada e si nisto convierem as partes contestantes.

Art. 27. Os contratos especiaes para o fornecimento de gaz feitos entre os contratantes e os particulares não terão execução, senão depois de rubricados pelo Inspector Geral.

## CAPITULO V

## DA NOMEAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DOS EMPREGADOS

Art. 28. Serão nomeados por portaria do Ministro da Agricultura o Inspector Geral, o Engenheiro Ajudante, o escripturario e o amanuense; os demais empregados, por acto do Inspector Geral, com communicação ao Ministro da Agricultura.

Art. 29. Serão substituidos em suas faltas e impedimentos o Inspector Geral, pelo Engenheiro Ajudante; o escripturario, pelo amanuense, e os demais empregados por designação do Inspector Geral. As incumbências especiaes do Engenheiro Ajudante serão desempenhadas pelo Inspector Geral nas faltas e impedimento daquelle.

Art. 30. Aos substitutos competem os vencimentos dos serventuarios, segundo o que se acha estabelecido para os empregados da Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.

Art. 31. O Inspector Geral poderá nomear os auxiliares e serventes precisos quando houver affluencia de serviço, communicando ao Ministro da Agricultura, e os dispensará logo que não forem mais necessarios, fazendo igual communicação.

## CAPITULO VI

## DOS VENCIMENTOS

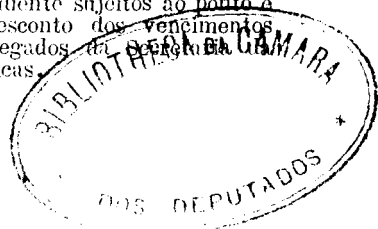
Art. 32. Ao Inspector Geral, Engenheiro Ajudante, escripturario, amanuense, fiscaes e continuo, competem os vencimentos da tabella annexa a este Regulamento.

Art. 33. Os auxiliares e os serventes terão a diaria que, sobre proposta do Inspector Geral, fôr arbitrada pelo Ministro da Agricultura, com tanto que a despesa de fiscalisação não exceda o maximo da quantia estipulada no contrato approved pelo Decreto n. 3278 de 26 de Junho de 1886.

## CAPITULO VII

## DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 34. O serviço ordinario de escriptorio da Inspectoria Geral começará ás 9 horas da manhã e terminará ás 3 horas da tarde, ficando os empregados que estiverem incumbidos exclusivamente do serviço interno do expediente sujeitos ao ponto e fazendo-se-lhes, quando faltarem, o desconto dos vencimentos pela mesma forma que o dos empregados da Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.



Art. 35. Além do protocolo de entrada e saída dos documentos officiaes, o escriptorio da Inspectoria Geral terá os livros que forem necessários, os quaes serão rubricados pelo Inspector Geral.

Art. 36. Os fiscaes e os auxiliares serão obrigados a comparecer diariamente no escriptorio ás horas designadas pelo Inspector Geral, apresentando a parte diaria do serviço que lhes fôr incumbido; quando deixarem de cumprir com estas obrigações ser-lhes-ha feito desconto diario identico ao dos empregados do serviço interno.

Art. 37. Na falta de disposição positiva deste Regulamento ou para o caso em que fôr elle omissão, o Inspector Geral levará ao conhecimento do Ministro da Agricultura, que resolverá.

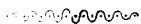
Art. 38. Ficam revogados o Decreto n. 7933 de 11 de Dezembro de 1880 e quaesquer outras disposições em contrario.

Palacio do Rio de Janeiro em 24 de Dezembro de 1886.—  
*Antonio da Silva Prado.*

*Tabella dos vencimentos*

|                          |                    |
|--------------------------|--------------------|
| Inspector Geral.....     | 8:000\$000 annuaes |
| Engenheiro Ajudante..... | 4:800\$000 »       |
| Escripturario.....       | 2:400\$000 »       |
| Amanuense.....           | 1:200\$000 »       |
| Fiscal.....              | 2:000\$000 »       |
| Continuo.....            | 600\$000 »         |

Palacio do Rio de Janeiro em 24 de Dezembro de 1886.—  
*Antonio da Silva Prado.*



DECRETO N. 9689 — DE 24 DE DEZEMBRO DE 1886

Não approva os estudos preliminares, apresentados pela *D. Pedro I Railway Company, limited*, e declara nula a concessão feita á mesma companhia pelo Decreto n. 8842 de 13 de Janeiro de 1883.

Considerando que a *D. Pedro I Railway Company, limited*, obrigou-se a apresentar, dentro do prazo de 12 mezes, a contar da data em que tivessem começado, os estudos preliminares para determinação do ponto inicial e do melhor traçado da estrada de ferro D. Pedro I, que, partindo do mais conveniente porto maritimo da Provincia de Santa Catharina, fosse terminar na cidade de Porto Alegre, capital da de S. Pedro do Rio Grande do Sul, com percurso entre a Serra Geral e o Oceano (clausula 1.<sup>a</sup> do Decreto n. 8842 de 13 de Janeiro de 1883);

Considerando que o estudo preliminar consistiria :

1.<sup>o</sup> No exame de quaesquer trabalhos hydrographicos e topographicos feitos sobre os principaes portos maritimos da Provincia de Santa Catharina, e na execução dos que fossem julgados convenientes para a determinação do ponto inicial da estrada, onde deveria ser construida uma estação maritima, ligada a ditas de capacidade sufficiente para receberem os navios de maior lotação que demandassem o porto :

2.<sup>o</sup> No reconhecimento geral de toda a extensão da estrada tendo por fim a fixação dos seus principies pontos intermedios ;

3.<sup>o</sup> No estudo completo do porto maritimo que fosse preferido (clausula 2.<sup>a</sup> do Decreto n. 8842 de 13 de Janeiro de 1883).

Considerando que, no prazo acima referido de 12 mezes, deveria a companhia apresentar ao Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas os seguintes documentos :

1.<sup>o</sup> Planta geral na escala de 1:10.000 indicando approximadamente os principaes pontos obrigados do traçado e a topographia da zona percorrida pelo mesmo ;

2.<sup>o</sup> Planta na escala de 1:4.000 do porto onde ficasse a estação inicial, contendo a indicação das respectivas profundidades, abrigos e outras condições importantes ;

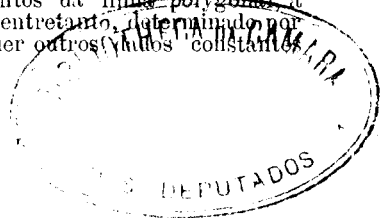
3.<sup>o</sup> Relatorio justificativo do traçado da estrada, mencionando as principaes condições technicas, que seriam as usates em estradas de ferro de largura de 1<sup>m</sup>,00 entre trilhos, a importancia da sua construcção, sob os pontos de vista commercial e estrategica, e todas as observações que parecessem uteis (clausula 3.<sup>a</sup> do Decreto n. 8842 de 13 de Janeiro de 1883).

Considerando que a companhia, em vista do exame dos trabalhos hydrographicos e topographicos feitos sobre os principaes portos maritimos da Provincia de Santa Catharina e dos que entendeu conveniente executar para determinação do ponto inicial da estrada, deu preferencia ao porto de Santa Catharina em frente à cidade do Desterro, julgando-o o melhor porto maritimo da Provincia de Santa Catharina, e, portanto, onde deveria ser estabelecida a estação maritima da estrada de ferro D. Pedro I (relatorio do representante da companhia) ;

Considerando, entretanto, que a companhia nem apresentou estudo completo do referido porto de Santa Catharina, nem a planta na escala de 1:4.000 do mesmo porto, contendo a indicação das respectivas profundidades, abrigos e outras condições importantes ;

Considerando tambem que não apresentou planta indicando approximadamente os pontos principaes obrigados do trecho do traçado comprehendido entre o porto a que dá preferencia e a linha corrida da cidade de S. Leopoldo à de S. Francisco ;

Considerando que, segundo os estudos apresentados, o traçado indicado pela companhia para a directriz da estrada afasta-se consideravelmente em diversos pontos da linha ~~poligonal~~ a unica corrida no terreno e não foi, entretanto, determinado por topographia regular ou por quaesquer outros meios constantes dos mesmos estudos ;



Considerando que as condições técnicas do traçado não podem ser conhecidas e justificadas quer segundo a linha polygonal, quer segundo a linha projectada, porquanto não foram apresentados os respectivos nivelamentos longitudinaes e esta ultima não foi, além disso, de qualquer modo justificada ;

Considerando que os estudos apresentados pela companhia, no dia 18 de Dezembro de 1884, não podem ser aceitos, por não estarem de conformidade com as disposições do contrato, tanto na parte relativa á determinação do ponto inicial da estrada, como na que se refere á justificação do melhor traçado ;

Considerando, finalmente, que novos estudos não podem ser exigidos da companhia sem prorrogação do prazo marcado na clausula 2.ª do contrato, e que ao Governo cabe o arbitrio, segundo a clausula 47.ª, de não prorrogar os prazos estabelecidos e de declarar caduco o mesmo contrato :

Hei por bem não Approvar os estudos preliminares apresentados pela *D. Pedro I Railway Company, Limited*, e Declarar caduca a concessão feita á mesma companhia pelo Decreto n. 8842 de 13 de Janeiro de 1883.

Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 24 de Dezembro de 1886, 65.ª da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio da Silva Prado.*

~~~~~

DECRETO N. 9690 — DE 24 DE DEZEMBRO DE 1886

Declara sem effeito o Decreto n. 8769, de 18 de Novembro de 1882, que concedeu permissão a Tertuliano de Araujo Góes para explorar mineraes na Provincia de Minas Geraes.

Não tendo Tertuliano de Araujo Góes cumprido as clausulas annexas ao Decreto n. 8769 de 18 de Novembro de 1882, que concedeu-lhe permissão para explorar mineraes no municipio de S. João Nepomuceno, da Provincia de Minas Geraes, Hei por bem Declarar sem effeito o referido decreto.

Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 24 de Dezembro de 1886, 65.ª da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Antonio da Silva Prado.

~~~~~



## DECRETO N. 9691 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1886

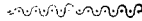
Proroga de novo os prazos a que se referem as clausulas 18ª e 21ª das que baixaram com o Decreto n. 9509 de 17 de Outubro de 1885.

Attendendo ao que requereu Jorge Mirandola Filho, a quem por Decreto n. 9509 de 17 de Outubro de 1885 se concederam, ou a empresa que fôr por elle organizada, os favores da lei, relativamente aos edifícios que construir, na cidade do Rio de Janeiro e seus arrabaldes, para habitação de operarios e classes pobres, Hei por bem Prorogar de novo por seis mezes, contados do dia 2 de Dezembro corrente, os prazos estabelecidos nas clausulas 18ª e 21ª das que baixaram com o citado decreto para o começo das construcções e incorporação da companhia que pretende organizar.

O Barão de Mamoré, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 31 de Dezembro de 1886, 65ª da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Barão de Mamoré.*



## DECRETO N. 9692 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1886

Approva os estatutos da Companhia Agricola e Colonizadora de Padua.

Attendendo ao que requereu Antonio Leite Monteiro de Barros, na qualidade de incorporador da Companhia Agricola e Colonizadora de Padua, e de conformidade com o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, exarado em Consulta de 26 de Novembro do corrente anno, Hei por bem Approvar os estatutos da referida companhia.

Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em 31 de Dezembro de 1886, 65ª da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.



## Estatutos da Companhia Agricola e Colonizadora de Padua

### CAPITULO I

#### SEU FIM, CAPITAL E DURAÇÃO

Art. 1.º A companhia anonyma denominada — Agricola e Colonizadora de Padua — organizada nas condições da Lei n. 3150 de 4 de Novembro de 1882, tem por fim a exploração da fazenda Monte Alegre, sita no municipio de Padua, Provincia do Rio de Janeiro.

Art. 2.º O capital subscripto é de 400:000\$, dividido em 2.000 acções de 200\$ cada uma, a realizar pela forma seguinte: 300:000\$ em 1.500 acções integralizadas pela effectiva entrada do respectivo contingente do accionista Antonio Leite Monteiro de Barros, valor representado pela referida fazenda Monte Alegre, sitios annexos, machinas, apparelhos e plantações, e 100:000\$ em dinheiro, pelos demais accionistas abaixo assignados, em entradas immediatas de 10 %, com intervallos nunca menores de 30 dias e chamadas com 15 dias de antecedencia, pelo menos.

Art. 3.º A companhia durará 30 annos, contados da data da constituição, e sua sede será nesta Côrte.

Art. 4.º Para desenvolvimento da exploração, fica a directoria autorizada desde já a contrahir empréstimos por via de obrigações ao portador (*debentures*) até a importancia do capital subscripto, na forma do art. 21 do Decreto n. 8821, assignando as escripturas dependentes, para o que lhe são conferidos poderes especiaes, independente de autorização da assembléa geral.

Art. 5.º Fica autorizada a directoria a mandar subdividir terrenos da referida fazenda, para vender e arrendar a colonos nacionaes ou estrangeiros, construindo casas e dependencias para vivenda dos mesmos, assignando o director-gerente os respectivos contratos e escripturas de divida e hypotheca, devendo o producto da venda dos lotes de terras ser levado a uma conta especial, com applicação á amortização das obrigações ao portador (*debentures*) que estiverem emittidas, e não as havendo, á amortização de suas proprias acções, quando possam ser obtidas até o valor nominal, tendo em vista as 2ª e 3ª partes do art. 20 do Regulamento n. 8821 de 30 de Dezembro de 1882.

Art. 6.º A directoria fará cultivar café, canna, fumo ou outra qualquer cultura que convenha, preparando e vendendo os respectivos productos, e receberá generos para preparar por conta de terceiros; promoverá gradualmente a substituição do trabalho servil pelo trabalho livre; substituirá, tanto quanto possivel, a lavoura extensiva pela cultura intensiva, e poderá fazer contratos de parceria ou por empreitada.

Art. 7.º As acções serão sempre nominativas.

Art. 8.º A falta de entrada de qualquer prestação, um mez depois de vencida, dará logar á suspensão do exercicio da acção remissa, até que sejam satisfeitas as obrigações inherentes á mesma acção, podendo a directoria conceder até mais 60 dias, findos os quaes resolverá a assembléa geral.

Art. 9.º A renda da companhia, deduzidas as despesas com o custeio e conservação, será applicada pela ordem seguinte :

1.º Pagamento dos juros e amortização das obrigações ao portador (*debentures*) que se houver emitido ;

2.º Cinco por cento para crear e augmentar um fundo de reserva principal ;

3.º Dividendo aos accionistas, até 10 % sobre o capital realizado ;

4.º O excedente, para crear um fundo de reserva especial, destinado ás circumstancias que a directoria julgar justificaveis, podendo servir para complemento de dividendos, quando a renda não fôr sufficiente.

Art. 10. O fundo de reserva principal será convertido em apo-lices da divida publica, geral ou provincial, ou em letras hypothecarias de estabelecimentos de credito real, ou *debentures* de companhias garantidas pelo Estado, applicavel exclusivamente para recompôr o capital ou para pagamento de juros e amortização dos *debentures* que a companhia houver emitido, quando aconteça não ser sufficiente a renda.

Art. 11. Quando houver desfalque no capital, não será distribuido dividendo, emquanto este não fôr recomposto.

## CAPITULO II

### ADMINISTRAÇÃO E CONSELHO FISCAL

Art. 12. A directoria será composta de tres directores, sendo o presidente director-gerente.

Art. 13. Os directores distribuirão entre si os respectivos cargos.

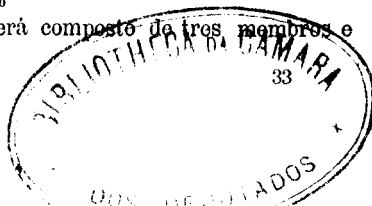
Art. 14. São obrigados os directores a caucionar a responsabilidade de sua gestão com 20 acções da companhia cada um, as quaes só poderão ser levantadas depois da approvação das contas de sua gerencia.

Art. 15. O mandato dos directores durará tres annos, podendo ser reeleitos, e é revogavel a todo o tempo.

Art. 16. A directoria perceberá 3 % sobre a renda liquida da companhia, não excedendo de 2:000\$ cada um annualmente, recebendo o director-gerente mais uma gratificação de 300\$ mensalmente, tudo por conta de despesas geraes.

Art. 17. Ao director-gerente compete a direcção geral da fazenda, dando conta de seus actos á directoria, e deliberando em directoria nos casos do art. 5.º

Art. 18. O conselho fiscal será composto de tres membros e servirá gratuitamente.



## CAPITULO III

## ASSEMBLÉA GERAL

Art. 19. A assembléa tem poderes para tratar de todos os negocios da companhia.

Art. 20. Todos os accionistas têm direito a constituir assembléa geral, mas só poderão votar os que possuirem de cinco acções para cima.

Art. 21. Cada serie de cinco acções dá direito a um voto, não podendo o accionista representar mais de 50 votos, qualquer que seja o numero de suas acções.

Art. 22. Haverá uma assembléa geral ordinaria na data da constituição da companhia, e extraordinaria sempre que as circunstancias o pedirem.

## CAPITULO IV

## DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 23. Todas as duvidas que se suscitarem e omissões que se verificarem, serão reguladas pelas disposições do Regulamento n. 8821 de 30 de Dezembro de 1882, que faz parte integrante destes estatutos, na parte que lhes é applicavel.

Art. 24. Para que estes estatutos produzam o legal effeito, deverão ser transcriptos na escriptura de constituição da companhia e approvados pelo Governo Imperial.

Ficam desde já nomeados directores da companhia para os primeiros tres annos os seguintes accionistas :

Presidente director-gerente — Antonio Leite Monteiro de Barros.

Secretario — Francisco de Souza Barroso.

Thesoureiro — João Narciso Fernandes.

(Seguem-se as assignaturas, devidamente reconhecidas, e o sello de quatro estampilhas no valor de 1\$600, tambem devidamente inutilizadas.)

Certifico que foram transcriptos na escriptura de constituição da sociedade anonyma Companhia Agricola e Colonizadora de Padua, em data de hoje. — Rio, 26 de Julho de 1886. — O Tabelião interino, *Cunha Bastos*.



## DECRETO N. 9692 bis — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1886

Proroga o prazo concedido a Thomaz Larangeira para colher herva-matte na  
Provincia do Mato Grosso.

Attendendo ao que requereu Thomaz Larangeira, Hei por bem Prorogar, por mais cinco annos, o prazo que lhe foi concedido pelo Decreto n. 8799 de 9 de Dezembro de 1882 para colher herva-matte nos terrenos devolutos que demoram nos limites da Provincia de Mato Grosso com a Republica do Paraguay, sujeitando-se ás clausulas que com este baixam, assignadas por Antonio da Silva Prado, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o tenha entendido e faça executar.

Palacio do Rio de Janeiro em 31 de Dezembro de 1886, 65° da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Antonio da Silva Prado.*

**Clausulas a que se refere o Decreto n. 9692 bis desta data**

**I**

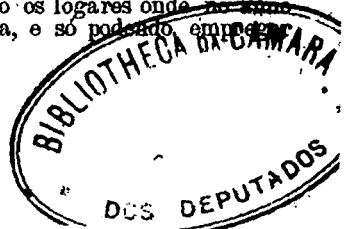
Os limites da área concedida serão os seguintes: cabeceiras do Iguatemy até a sua confluencia no Paraná; desta, a rumo, até a confluencia do rio Dourado, no Brilhante; por aquelle até a confluencia do rio das Onças; por estes até as suas cabeceiras e destas, a rumo, até ás cabeceiras do Iguatemy.

**II**

O concessionario só poderá utilizar-se dos terrenos devolutos comprehendidos na área determinada pela clausula anterior para o fim de colher a herva-matte, não podendo derrubar as mattas, nem cortar madeiras, a não ser para construcção de casas para si e seus trabalhadores, e construcções de pontes e pontilhões dentro da zona concedida.

**III**

Apresentará annualmente ao Governo um relatório do desenvolvimento que tiver dado á sua industria, da quantidade de herva preparada e exportada, do numero de braços empregados, do processo da fabricacão e dos logares em que effectuou a colheita, não podendo repetir esta no mesmo herval senão com intervallo de dois annos, declarando os logares onde no anno seguinte tiver de effectuar a colheita, e só podendo empregar trabalhadores livres.



## IV

O concessionario será obrigado a remetter para o Museu Nacional, convenientemente acondicionados, todos os specimens vegetaes, animaes e mineraes, fosseis ou não, e bem assim os artefactos indigenas antigos ou modernos; esqueletos, ossos dispersos e quaesquer outros objectos pertencentes à raça aborigene que encontrar e lhe parecerem uteis à sciencia, procedendo em tudo de accôrdo com o Director daquella Repartição.

## V

O concessionario não poderá directa ou indirectamente impedir a colheita da herva-matte aos moradores do territorio de que trata a presente concessão, que viverem de semelhante industria e della tirarem os indispensaveis meios de subsistencia.

## VI

O concessionario só poderá exportar herva-matte pelas estações fiscaes, onde se cobram os direitos provinciaes de exportação sobre esse producto.

## VII

O concessionario obriga-se a construir, dentro de dous annos, a contar desta data, uma estrada regular que dê transito a tropas e carros, entre a villa de Miranda e a confluencia do rio Apa no rio Paraguay, seguindo a margem direita daquello rio.

## VIII

O concessionario obriga-se, além das contribuições fiscaes de exportação, a entrar para os cofres publicos com a quantia de 24:000\$, pagaveis em tres prestações de 8:000\$ e dentro do primeiro trimestre de cada quatriennio, a contar do presente trimestre e da publicação destas clausulas.

## IX

O concessionario fica sujeito à multa de 500\$ a 1:000\$ pela infracção de qualquer das clausulas desta concessão, pagando o dobro na reincidencia, e, si reincidir pela terceira vez na mesma pena, o Governo poderá cassar esta concessão, assim como, por motivo de ordem publica não tendo o concessionario direito a indemnização alguma por qualquer titulo que seja, ficando-lhe, entretanto, o direito de retirar no prazo de um anno, contado da data da revogação a herva-matte que tiver preparado.

Palacio do Rio de Janeiro em 31 de Dezembro de 1886. —  
*Antonio da Silva Prado.*

